



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 98, 1º semestre de 2006

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 98, 1º semestre de 2006

Ano 33, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior
Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Divisão de Comunicações e Arquivo
Secretária Cecília Neiva Tavares

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Endereço para correspondência:
Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2007 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia autorização do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) — Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 — .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

Sessão de Encerramento da Reunião de Chefes de Posto do Itamaraty

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de encerramento da Reunião de Chefes de Posto do Itamaraty, em Brasília, em 5 de janeiro de 2006 27

Reunião com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de reunião com o Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato, em Brasília, em 10 de janeiro de 2006 35

Pronunciamento à Nação brasileira

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de pronunciamento à Nação brasileira, em Brasília, em 16 de janeiro de 2006 39

Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru, em Assis Brasil (AC), em 21 de janeiro de 2006 43

Conferência de Londres sobre o Afeganistão – Perspectivas Políticas: O Pacto Global

Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Conferência de Londres sobre o Afeganistão – Perspectivas Políticas: O Pacto Global, em Londres, em 31 de janeiro de 2006 47

Visita do Presidente da República à Argélia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, em Argel, Argélia, em 9 de fevereiro de 2006 51

Visita do Presidente da República ao Benim

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita à casa do Senhor Chacha de Souza, em Ouidah, no Benim, em 10 de fevereiro de 2006 55

Visita do Presidente da República a Botsuana

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo presidente da República de Botsuana, Festus Mogae, em Gaborone, em 11 de fevereiro de 2006 57

Instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, pela instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em Brasília, em 15 de fevereiro de 2006 61

IX Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia por ocasião da 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Porto Alegre (RS), em 17 de fevereiro de 2006 65

Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006 69

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, intitulado “Financiamentos Inovadores para o Desenvolvimento: novas fontes para uma globalização solidária”, proferido por ocasião da Abertura da Primeira Sessão Plenária da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006 70

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Abertura da Segunda Sessão Plenária da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006 73

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da República Tcheca, Senhor Jiri Paroubek, em Brasília, em 3 de março de 2006 75

Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na abertura da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre (RS), em 6 de março de 2006 77

Visita do Presidente da República ao Reino Unido

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Banquete de Estado oferecido pela Rainha Elizabeth II, em Londres, em 7 de março de 2006 83

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Parlamento Britânico, em Londres, em 8 de março de 2006 85

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Reino Unido, em Londres, em 8 de março de 2006 86

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de banquete no Guildhall, em Londres, em 8 de março de 2006 89

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Festival Tropicália, no Barbican Centre, em Londres, em 8 de março de 2006 90

Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em Brasília, em 16 de março de 2006 93

Almoço oferecido aos membros do Comitê Internacional e Científico da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de almoço oferecido aos membros do Comitê Internacional e Científico da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Brasília, em 20 de março de 2006 97

Cerimônia de Abertura do Segmento de Alto Nível da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8)

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do segmento de alto nível da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), em Curitiba, em 27 de março de 2006 99

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Abertura do Segmento de Alto Nível da Oitava Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, em Curitiba, em 27 de março de 2006 102

Fórum Brasil-Itália: Relações Bilaterais

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Fórum Brasil-Itália: Relações Bilaterais, em São Paulo, em 29 de março de 2006 105

Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia da Abertura da Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2006 111

Cerimônia de Entrega da Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ao Ministro Celso Amorim

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de entrega da Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no Rio de Janeiro, em 3 de abril de 2006 115

Discurso do Deputado Estadual Edmilson Valentim por ocasião da cerimônia de entrega da Medalha Tiradentes ao Ministro Celso Amorim, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no Rio de Janeiro, em 3 de abril de 2006 118

Visita ao Brasil da Presidente do Chile, Michelle Bachelet

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita de Estado da Presidente do Chile, Michelle Bachelet, em Brasília, em 11 de abril de 2006 123

Cerimônia de Comemoração do Dia do Diplomata e Formatura do Mestrado em Diplomacia e do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata e formatura das turmas de 2003-2005 e 2004-2005 do mestrado em Diplomacia e do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, em Brasília, em 20 de abril de 2006 127

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia de Formatura das Turmas 2003/2004 e 2004/2005 do Instituto Rio Branco, em Brasília, em 20 de abril de 2006 131

Sessão do Trade Negotiations Committee (TNC) em Genebra

Discurso do Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, em nome do G-20, durante sessão do Trade Negotiations Committee (TNC), em Genebra, em 1º de maio de 2006 137

XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho, em Brasília, em 3 de maio de 2006 139

Discurso do Presidente da República em exercício, Renan Calheiros, na cerimônia de apresentação do relatório da OIT sobre trabalho infantil, em Brasília, em 4 de maio de 2006 145

XXXVI Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da XXXVI Assembléia-Geral da OEA, em São Domingos, República Dominicana, em 5 de maio de 2006 149

Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações Brasil-Bolívia

Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações Brasil-Bolívia, em Brasília, em 9 de maio de 2006 153

IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como expositor na II Sessão de Trabalho da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Viena, Áustria, em 12 de maio de 2006 .. 165

Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, em Brasília, em 23 de maio de 2006 ... 169

Visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem ao Presidente da França, Jacques Chirac, durante jantar no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 25 de maio de 2006 173

Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, em Brasília, em 31 de maio de 2006 175

Sessão Plenária de abertura da Reunião do Grupo de Supridores Nucleares (NSG)

Discurso do Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para Desarmamento e Não Proliferação, durante a sessão plenária de abertura da Reunião do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), em Brasília, em 1º de junho de 2006 177

Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre o HIV/AIDS da Organização das Nações Unidas

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim nas Nações Unidas na Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre o HIV/AIDS, em Nova York, em 2 de junho de 2006 181

Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, Suíça, em 19 de junho de 2006 183

Cerimônia de Assinatura de Decreto sobre Implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decreto sobre implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em Brasília, em 29 de junho de 2006 189

Reunião Informal do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em reunião informal do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC, em Genebra, Suíça, em 30 de junho de 2006 195

ATOS INTERNACIONAIS 199

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Quitação da dívida do Brasil com as Nações Unidas (2 de janeiro de 2006) 209

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália (3 de janeiro de 2006)	209
Presença do Brasil no Conselho de Segurança – Mandato 2004-2005 (4 de janeiro de 2006)	209
Envio de Missão de Observadores Brasileiros às Eleições Parlamentares Palestinas (4 de janeiro de 2006)	210
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata - 2006 (4 de janeiro de 2006)	210
Consulado Temporário em Punta Del Este (4 de janeiro de 2006)	211
Comunicado Conjunto Brasil-Austrália (04 de janeiro de 2006)	211
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 (5 de janeiro de 2006)	214
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro Interino de Israel (5 de janeiro de 2006)	215
Projeto de resolução para reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (5 de janeiro de 2006) ..	215
Mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalom (6 de janeiro de 2006)	216
Declaração da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) sobre eleições no Haiti (6 de janeiro de 2006)	216
Falecimento do General-de-Divisão Urano Teixeira da Matta Bacellar (7 de janeiro de 2006)	216
Visita ao Brasil do Chanceler da Argentina - 11 de janeiro de 2006 (9 de janeiro de 2006)	217
Visita ao Brasil do Presidente eleito da Bolívia (10 de janeiro de 2006)	217
Determinação final de dumping do Departamento de Comércio dos EUA para as importações brasileiras de suco de laranja (10 de janeiro de 2006)	217
Visita ao Brasil do Chanceler da Argentina – Comunicado de Imprensa (11 de janeiro de 2006)	218
Reeleição do Embaixador Lindgren Alves para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (13 de janeiro de 2006)	218

Encerramento de investigação dos EUA contra o Brasil no âmbito do SGP (13 de janeiro de 2006) ...	219
Declaração sobre o Haiti (“Core Group”) - 10 de janeiro de 2006 (13 de janeiro de 2006)	220
Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia 16-20 de janeiro de 2006 (13 de janeiro de 2006)	221
Participação do Brasil na Missão das Nações Unidas no Haiti (16 de janeiro de 2006)	221
Mensagem de congratulações do Ministro Celso Amorim à Presidente - eleita do Chile (16 de janeiro de 2006)	222
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 (16 de janeiro de 2006)	223
Encontro Presidencial Trilateral Brasil – Argentina – Venezuela - Brasília, 19 de janeiro de 2006 (16 de janeiro de 2006)	223
Seqüestro do Engenheiro João José Vasconcellos Júnior no Iraque (17 de janeiro de 2006)	223
Novo Comandante da Minustah (17 de janeiro de 2006)	226
Encontro Presidencial para Inauguração da Ponte Assis Brasil - Iñapari (18 de janeiro de 2006)	226
Visita de Estado do Presidente Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 - Declaração Conjunta (18 de janeiro de 2006)	227
Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Abdullah Gül (18 de janeiro de 2006)	227
Lançamento da Campanha Internacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres (18 de janeiro de 2006) ...	228
Encontro dos Presidentes Lula, Kirchner e Chávez - Declaração Conjunta - Brasília, 19 de janeiro de 2006 (19 de janeiro de 2006)	228
Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia para a posse do Presidente Evo Morales - La Paz, 22 de janeiro de 2006 (19 de janeiro de 2006)	230
Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa. (19 de janeiro de 2006)	230

Caso Jean Charles de Menezes: Relatório da Comissão Independente (19 de janeiro de 2006)	231
Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa - Brasília, 20 de janeiro de 2006 (20 de janeiro de 2006)	231
Reunião de Instalação da Comissão Nacional Preparatória da Oitava Conferência das Partes (COP 8) na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Terceira Reunião das Partes (MOP 3) no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (20 de janeiro de 2006)	233
Reunião de Altos Funcionários do Grupo de Apoio ao Haiti - Declaração Final (23 de janeiro de 2006)	234
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente-eleito de Portugal (23 de janeiro de 2006)	236
Acidente no Peru com ônibus de estudantes brasileiros (24 de janeiro de 2006)	236
Viagem do Ministro Celso Amorim a Davos e Londres (24 de janeiro de 2006)	236
Declaração dos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente (25 de janeiro de 2006)	237
Dia internacional em memória das vítimas do Holocausto (26 de janeiro de 2006)	238
Telefonemas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da África do Sul e à Chanceler da Alemanha (26 de janeiro de 2006)	238
Eleições Legislativas Palestinas (26 de janeiro de 2006)	238
Morte do Cidadão Brasileiro Jean Charles de Menezes-Missão a Londres (27 de janeiro de 2006) ...	239
Falecimento do ex-Presidente Federal da Alemanha Johannes Rau - Mensagens de Condolências do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim (27 de janeiro de 2006)	239
Falecimento de Cidadão Brasileiro no Iraque (30 de janeiro de 2006)	240
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente da Finlândia, Tarja Kaarina Halonen (30 de janeiro de 2006)	240
II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (31 de janeiro de 2006)	240
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefona ao Primeiro-Ministro Tony Blair (31 de janeiro de 2006)	241

Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argélia (1º de fevereiro de 2006)	241
Visita de Trabalho ao Brasil do Chanceler do Uruguai (1º de fevereiro de 2006)	241
Telefonema do Presidente Kirchner ao Presidente Lula sobre o Mecanismo de Adaptação Competitiva (1º de fevereiro de 2006)	242
Visita de trabalho do Chanceler Reinaldo Gargano (2 de fevereiro de 2006)	242
Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão-Fim do subsídio “step 2” (2 de fevereiro de 2006) ...	243
Visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (3 de fevereiro de 2006)	243
Sessão extraordinária da Junta de Governadores da AIEA para tratar da implementação dos acordos de salvaguardas nucleares pelo Irã (4 de fevereiro de 2006)	244
Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África (7 de fevereiro de 2006)	245
Eleições no Haiti (8 de fevereiro de 2006)	246
Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argélia - Comunicado Conjunto (9 de fevereiro de 2006)	246
Decisão dos EUA sobre importações brasileiras de suco de laranja (10 de fevereiro de 2006)	249
Comunidade Sul-Americana de Nações - Comunicado Conjunto sobre as Eleições no Haiti (10 de fevereiro de 2006)	250
Situação do Senhor Marco Archer Cardoso Moreira (10 de fevereiro de 2006)	250
Comunicado Conjunto - Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Benin - 10 de fevereiro de 2006 (11 de fevereiro de 2006)	251
Comunicado Conjunto - Visita de Estado a Botsuana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - 11 de fevereiro de 2006 (11 de fevereiro de 2006)	253
Missão da Sica e do Caribe na área de Etanol (11 de fevereiro de 2006)	255
Situação no Haiti (13 de fevereiro de 2006)	255

Visita ao Brasil do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos (14 de fevereiro de 2006)	255
Renovação do Mandato da MINUSTAH – Haiti (14 de fevereiro de 2006)	255
Expulsão de cidadãos brasileiros da Zâmbia (15 de fevereiro de 2006)	256
Visita Oficial do Ministro Celso Amorim a Lima, Peru (16 de fevereiro de 2006)	256
Situação no Haiti (16 de fevereiro de 2006)	256
Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Peru - Lima, 17 de fevereiro de 2006 (20 de fevereiro de 2006)	257
Contencioso com a União Européia sobre classificação de cortes de frango salgado: definição de prazo de implementação (20 de fevereiro de 2006)	263
Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Fiji (21 de fevereiro de 2006)	264
Pagamento pelo Brasil de contribuições devidas à FAO (21 de fevereiro de 2006)	264
Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP3 (13 a 17 de março de 2006) e Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP8 (20 a 31 de março de 2006) (21 de fevereiro de 2006)	264
Desastre ocorrido na Ilha de Leyte, Filipinas - Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente Gloria Macapagal Arroyo (21 de fevereiro de 2006)	265
Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento (23 de fevereiro de 2006)	265
Ajuda humanitária à Bolívia (24 de fevereiro de 2006)	266
Legislação do Rio Grande do Sul sobre barreiras fitossanitárias (24 de fevereiro de 2006)	266
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento (28 de fevereiro de 2006)	266
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek - 3 e 4 de março de 2006 (2 de março de 2006)	268
Assinatura de acordos com o Reino Unido(3 de março de 2006)	268

Visita de Estado ao Reino Unido do Presidente da República Federativa do Brasil - Declaração do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro Tony Blair sobre Comércio - Rodada Doha para o Desenvolvimento (9 de março de 2006)	269
Visita de Estado ao Reino Unido do Presidente da República Federativa do Brasil - Declaração Conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro-Ministro Tony Blair - Londres, 9 de março de 2006 (9 de março de 2006)	271
Visita do Presidente-eleito do Haiti, René Préval, ao Brasil (9 de março de 2006)	276
Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago para a posse da Presidente Michelle Bachelet (10 de março de 2006)	277
3ª Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3) e 8ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) (10 de março de 2006)	277
Visita do Presidente da Guatemala ao Brasil (10 de março de 2006)	278
Visita ao Brasil do Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã (10 de março de 2006)	278
Falecimento do Embaixador César de Faria Domingues Moreira (11 de março de 2006)	279
Comunicado Conjunto da Visita de trabalho do Excelentíssimo Senhor Oscar Berger Perdomo, Presidente da República da Guatemala à República Federativa do Brasil (13 de março de 2006)	279
Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Reverendo Ronnie Shikapwasha (13 de março de 2006)	282
Joint Communiqué on the visit of Honorable Lieutenant General Reverend Ronnie Shikapwasha, Minister of Foreign Affairs of Zambia, to Brazil (14 de março de 2006)	282
Visita ao Brasil do Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez (15 de março de 2006) .	284
Recrudescimento da violência nos Territórios Palestinos (15 de março de 2006)	284
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (16 de março de 2006)	284
Situação da cidadã libanesa Rana Koleilat (16 de março de 2006)	284
Visita do Vice-Presidente José Alencar à China (16 de março de 2006)	285

Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai - Comunicado Conjunto (16 de março de 2006)	285
Visita ao Brasil do Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia (16 de março de 2006)	287
Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (16 de março de 2006)	287
Reunião do Comitê Internacional da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (17 de março de 2006)	288
Corte Interamericana de Direitos Humanos - Reunião no Brasil (17 de março de 2006)	288
Terceira Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP 3 (18 de março de 2006)	289
Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau (21 de março de 2006)	290
Reunião de trabalho Brasil-Paraguai - Brasília, 21 e 22 de março de 2006 (22 de março de 2006)	291
Comunicado Conjunto da Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau, Doutor António Isaac Monteiro (22 de março de 2006)	291
Iniciativas da Fundação Alexandre de Gusmão (23 de março de 2006)	293
Visita do Ministro Celso Amorim ao Chile (23 de março de 2006)	293
Ata final da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (24 de março de 2006)	294
Situação no País Basco (24 de março de 2006)	313
Falecimento do Embaixador do Haiti (26 de março de 2006)	313
III Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) Rio de Janeiro, 28 a 30 de março (28 de março de 2006)	313
Fórum de Comércio e Investimentos do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) Rio de Janeiro, 29 de março - Cobertura de Imprensa na Sessão de Encerramento (28 de março de 2006)	314
Assistência humanitária ao Equador (29 de março de 2006)	314
Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert (29 de março de 2006)	315

Novo Governo da Autoridade Nacional Palestina (30 de março de 2006)	315
Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert (30 de março de 2006)	315
Comunicado Conjunto da III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) (30 de março de 2006)	315
Morte da cidadã brasileira Helena Levy (31 de março de 2006)	333
Terremotos no Irã (31 de março de 2006)	333
Visita do Presidente de Honduras ao Brasil (31 de março de 2006)	333
Visita do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (3 de abril de 2006)	334
Visita oficial do Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv - 4 a 6 de abril de 2006 (3 de abril de 2006)	334
Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Embaixador Elmar Mammadyarov - 4 e 5 de abril de 2006 (3 de abril de 2006)	334
Comunicado à Imprensa sobre o encontro dos Presidentes do Brasil e de Honduras (4 de abril de 2006) .	335
Reunião do Ministro Celso Amorim com o Secretário-Geral da OEA (4 de abril de 2006)	336
Reunião do G-8 - Convite do Presidente Putin ao Presidente Lula (4 de abril de 2006)	336
Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação - Brasília, 4 de abril de 2006 (4 de abril de 2006)	336
Visita de Estado ao Brasil da Presidente do Chile (7 de abril de 2006)	338
Vôo da Força Aérea Brasileira a países africanos (7 de abril de 2006)	339
Apresentação de credenciais do primeiro Embaixador Residente do Brasil em Belize (7 de abril de 2006) .	339
Visita do Ministro Celso Amorim ao Japão (8 de abril de 2006)	340
Visita de Estado da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil. Brasília, 11 de abril de 2006 -Comunicado Conjunto “Uma Aliança Renovada” (11 de abril de 2006)	340

Memorando entre os Governos do Brasil e do Japão sobre a implementação do sistema brasileiro de TV digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira (13 de abril de 2006)	343
Atentado em Israel (17 de abril de 2006)	345
Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia (17 de abril de 2006)	346
Comemoração do Dia do Diplomata (18 de abril de 2006)	346
Comunidade Sul-Americana de Nações - Reunião para a Negociação de Acordo de Isenção de Vistos de Turista - Rio de Janeiro, 11 e 12 de abril de 2006 (19 de abril de 2006)	346
Visita do Ministro Celso Amorim a Granada (21 de abril de 2006)	347
Encontro dos Presidentes do Brasil e da Argentina / Reunião Trilateral Brasil, Argentina e Venezuela (21 de abril de 2006)	347
Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe - Brasília, 25 de abril de 2005 (24 de abril de 2006)	347
Eleições legislativas no Haiti (24 de abril de 2006)	348
Visita do Presidente da Colômbia ao Brasil (25 de abril de 2006)	348
Atentado em Dahab, Egito (25 de abril de 2006)	349
Instalação de Escritório Regional da Embrapa na África (26 de abril de 2006)	349
Viagem do Ministro Celso Amorim a Genebra (27 de abril de 2006)	349
Propriedade Intelectual - Manutenção do Brasil na lista de observação prioritária dos EUA (28 de abril de 2006)	349
Situação no Timor Leste (28 de abril de 2006)	353
Comunicado de Imprensa do G - 20 (1º de maio de 2006)	353
XVI Reunião Regional da OIT (2 de maio de 2006)	354
Visita ao Brasil do Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha - 4 e 5 de maio de 2006 (2 de maio de 2006)	355

Declaração dos Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela (4 de maio de 2006)	355
Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe sobre Cooperação no Combate ao HIV/AIDS (5 de maio de 2006)	355
Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria (5 de maio de 2006)	356
Visitas do Vice-Presidente da República à América Central e ao Haiti (6 de maio de 2006)	356
Telefonema do Ministro Celso Amorim à Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett (6 de maio de 2006)	357
Audiência Pública do Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (8 de maio de 2006)	357
Visita ao Brasil do Subsecretário dos Negócios Estrangeiros do Sudão (8 de maio de 2006)	357
Capacitação em Defesa Civil para países Caribenhos (8 de maio de 2006)	357
Eleição para o Conselho de Direitos Humanos (9 de maio de 2006)	358
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac (10 de maio de 2006) ...	358
IV Reunião de Cúpula dos Países da América Latina, Caribe e União Européia - Viena, 11 e 12 de maio (10 de maio de 2006)	358
Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Áustria (10 de maio de 2006)	359
Posse do Presidente eleito do Haiti, René Préval (10 de maio de 2006)	359
Encaminhamento ao Congresso Nacional do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (10 de maio de 2006)	359
Copa do Mundo de Futebol - 2006 - Assistência Consular (11 de maio de 2006)	360
Resultado do Concurso Internacional de Monografias Machado de Assis (11 de maio de 2006)	360
Comunicado conjunto dos Ministros de Minas e Energia do Brasil e de Hidrocarburos da Bolívia - 10 de maio de 2006 (11 de maio de 2006)	361
Imóveis confiscados na Sérvia durante a Segunda Guerra Mundial (11 de maio de 2006)	361

Declaração de Viena (12 de maio de 2006)	362
Acordo Sobre Serviços Aéreos Brasil-Senegal (12 de maio de 2006)	373
Reunião Ministerial UE-Mercosul - Comunicado Conjunto - Viena, Áustria, 13 de maio de 2006 (13 de maio de 2006)	373
Assistência Humanitária ao Suriname - Envio de Helicóptero Cougar do Exército Brasileiro (14 de maio de 2006)	375
Visita da Ministra das Relações Exteriores da Tanzânia, Asha-Rose Migiro (15 de maio de 2006)	375
Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Tuvalu (15 de maio de 2006)	376
II Reunião de Coordenação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina - Brasília, 16 a 19 de Maio (15 de maio de 2006)	376
Eleição do Brasil à Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (16 de maio de 2006)	376
Cumprimentos do Ministro Celso Amorim ao novo Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália (18 de maio de 2006)	377
Ajuda Humanitária ao Suriname (15 de maio de 2006)	377
Nova Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil (19 de maio de 2006)	377
Declaração do Grupo do Rio sobre a Posse do Presidente do Haiti, René Préval - Georgetown, 17 de maio de 2006 (19 de maio de 2006)	377
Visita do Ministro Celso Amorim à Bolívia - 21 e 22 de maio de 2006 (20 de maio de 2006)	378
Visita do Ministro Celso Amorim à Bolívia - Comunicado Conjunto (22 de maio de 2006)	379
Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti - Brasília, 23 de maio de 2006 (22 de maio de 2006)	379
Contencioso com a União Européia sobre açúcar no âmbito da OMC (22 de maio de 2006)	380
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac (23 de maio de 2006)	381
Acordo Brasil-Espanha de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal (23 de maio de 2006) ..	381

Ratificação pelo Brasil do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (23 de maio de 2006)	382
Comunicado Conjunto da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti - Brasília, Brasil (23 de maio de 2006)	382
Adesão da Venezuela ao Mercosul (24 de maio de 2006)	390
Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa - Declaração Conjunta - Brasília, 25 de maio de 2006 (25 de maio de 2006)	390
Situação em Timor Leste (27 de maio de 2006)	396
Situação em Timor Leste (28 de maio de 2006)	396
Terremoto na Indonésia (28 de maio de 2006)	397
Visita Oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley (29 de maio de 2006)	397
Mensagem de felicitações do Presidente da República ao Presidente eleito da Colômbia (29 de maio de 2006)	397
Situação em Timor Leste (29 de maio de 2006)	398
Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley - Comunicado Conjunto (30 de maio de 2006)	398
Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Européia - 31 de maio a 2 de junho de 2006 (30 de maio de 2006)	400
Reunião do Grupo de Supridores Nucleares - Brasília, 1º e 2 de junho de 2006 (30 de maio de 2006)	400
Visita Oficial ao Brasil do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso - 31 de maio a 02 de junho de 2006 - Declaração Conjunta (31 de maio de 2006)	401
Viagem do Ministro Celso Amorim a Nova York (31 de maio de 2006)	403
Programa nuclear iraniano (31 de maio de 2006)	403
Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil - Uruguai (1º de junho de 2006)	403

36ª Sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos - São Domingos, 4 a 6 de junho (1º de junho de 2006)	404
Declaração conjunta do Brasil, Chile, França e Noruega sobre a Central Internacional para a Compra de Medicamentos (CICOM) - Nova York, 2 de junho de 2006 (2 de junho de 2006)	404
Declaração do Grupo de Supridores Nucleares - Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares - Brasília, 1º e 2 de junho de 2006 (2 de junho de 2006)	409
Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS - Nova York, 2 de junho de 2006 - Declaração Política (2 de junho de 2006)	412
Credenciamento do Representante do Brasil junto ao Secretariado da CARICOM (6 de junho de 2006) .	418
Mensagem de felicitações do Presidente da República ao Presidente eleito do Peru (7 de junho de 2006) .	418
Situação nos Territórios Palestinos (7 de junho de 2006)	419
Entrega da petição brasileira ao painel da OMC sobre importação de pneus reformados (8 de junho de 2006)	419
II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, Salvador, Bahia, 12 a 14 de julho de 2006 (9 de junho de 2006)	420
Visita ao Brasil do Secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez (9 de junho de 2006)	421
França e Reino Unido reiteram apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (9 de junho de 2006)	422
Incidente em Gaza (12 de junho de 2006)	422
Visita ao Brasil do Presidente eleito do Peru, Alan García (12 de junho de 2006)	422
Escolas de Futebol Brasileiro na Rússia (13 de junho de 2006)	423
Acordo de Cooperação entre a Radiobrás e a Agência Nacional de Notícias da Ucrânia (13 de junho de 2006)	423
Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oluyemi Adeniji (13 de junho de 2006)	423

Reconhecimento da independência da República do Montenegro (14 de junho de 2006)	424
Reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum (14 de junho de 2006)	424
Comunicado de imprensa dos Ministros da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (19 de junho de 2006)	424
Declaração Final da IV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre Timor Leste (19 de junho de 2006)	425
Visita do Ministro Celso Amorim ao Uruguai - Montevidéu, 23 e 24 de junho de 2006 (22 de junho de 2006)	426
Visita do Ministro Celso Amorim ao Paraguai - Assunção, 25 e 26 de junho de 2006 (22 de junho de 2006)	427
Adiamento da Viagem do Chanceler Celso Amorim a Assunção (23 de junho de 2006)	427
Acordo com a Ucrânia sobre produção de insulina (23 de junho de 2006)	427
Visita do Ministro Celso Amorim à República Oriental do Uruguai - Comunicado Conjunto (23 de junho de 2006)	428
Declaração do Brasil de reconhecimento da competência do Comitê Contra a Tortura para receber denúncias (26 de junho de 2006)	430
Atentado em Kerem Shalom, Israel (26 de junho de 2006)	431
Execução de diplomatas russos no Iraque (26 de junho de 2006)	431
Primeira apresentação em Moscou de alunos da Escola do Teatro Bolshói no Brasil (27 de junho de 2006)	431
Assembléia dos Estados Partes na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - A preservação dos saberes, fazeres e falares em discussão na UNESCO (27 de junho de 2006)	431
Viagem do Ministro Celso Amorim a Genebra (27 de junho de 2006)	432
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates (28 de junho de 2006)	432
Situação nos Territórios Palestinos Ocupados (28 de junho de 2006)	433

Comunicado de Imprensa do G-20 - Genebra, 29 de junho de 2006 (29 de junho de 2006) 433

Visita Oficial ao Brasil da Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett - 2 a 4 de julho de 2006 (30 de junho de 2006) 436

Missão Brasileira ao Timor Leste (30 de junho de 2006) 436

ARTIGOS

“O concurso para o Instituto Rio Branco”

Artigo do Embaixador Fernando Guimarães Reis, Diretor do Instituto Rio Branco, publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, Brasília, 13.1.2006 439

“State must regain role in promoting development”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal sulafricano “The Sunday Times” Pretória, África do Sul, 12.2.2006 440

“Parcerias entre Brasil e Reino Unido”

Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, publicado pelo jornal “Folha de S. Paulo” - São Paulo, 2.3.2006 442

“Join Brazil in planting oil – Only radical solutions will overcome the energy and environmental crises while promoting equality”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “The Guardian” - Londres, Reino Unido, 7.3.2006 444

“My Say: Beyond Brady bonds”

Artigo do Embaixador do Brasil em Kuala Lumpur, Marcos Caramuru de Paiva, publicado no jornal “The Edge Daily” - Kuala Lumpur, Malásia, 7.3.2006 445

“Uma Visão Compartilhada”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, publicado pelos jornais “Folha de S. Paulo” e “The Times”, Londres, Reino Unido, 9.3.2006 447

“Cúpula mérica do Sul-Países Árabes, Um Ano Depois”

Artigo do Coordenador do Seguimento da Cúpula da América do Sul-Países Árabes, Ministro Ánuar Nahes, publicado no jornal “Correio Braziliense” - Brasília, 11.5.2006 448

“Está na hora de levar a sério a questão dos subsídios”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “O Estado de S. Paulo” São Paulo, 2.6.2006 449

“Time to get serious about agricultural subsidies”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal francês “International Herald Tribune” Brasília, 2.6.2006 450

“El G-20 en la ronda de Doha”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na revista espanhola “Economía Exterior”, Brasília, 2.6.2006 451

“Uma conquista que passou despercebida”

Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, publicado no “Jornal do Brasil” Londres, Reino Unido, 24.6.2006 454

ENTREVISTAS

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 16.1.2006) 457

Declaração à imprensa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita de Estado do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner (Brasília, em 18.1.2006) 460

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 23.1.2006) 462

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à colunista Eliane Cantanhêde, do jornal “Folha de S. Paulo” (Brasília, 23.1.2006) 464

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos seguintes órgãos de imprensa argelinos: Agence Algérienne d’Information (AAI), Algérie Presse Service (APS), El Moudjahid, El Watan, L’Expression, La Tribune, Liberté e Partners Économie (Argel, Argélia, em 7.2.2006) 466

Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado à Argélia (Argel, Argélia, em 9.2.2006) 479

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 13.2.2006) 481

Entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedida à revista The Economist – Interview with Brazil’s President (Brasília, em 24.2.2006) 483

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 6.3.2006) 496

Conferência de imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, por ocasião de visita ao Reino Unido (Londres, 9.3.2006)	498
Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Guatemala, Oscar Berger (Brasília, em 10.3.2006)	502
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Il Sole 24 Ore” (Brasília, em 24.3.2006)	505
Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal italiano “Il Sole-24 Ore” (Brasília, em 29.3.2006)	506
Entrevista coletiva concedida pelo Ministro Celso Amorim, pelo Comissário Europeu de Comércio, Peter Mandelson, e pelo Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), Robert Portman, ao final de reunião informal sobre a Rodada Doha da OMC (Rio de Janeiro, em 1º.4.2006)	509
Entrevista concedida, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, à imprensa brasileira e japonesa ao final dos encontros realizados com autoridades japonesas com vistas à escolha, pelo Brasil, de um padrão para a TV digital (Tóquio, Japão, em 13.4.2006)	515
Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de Reunião Quatripartite Brasil-Argentina-Bolívia-Venezuela (Puerto Iguazú, Argentina, em 4.5.2006)	519
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal das Dez”, da GloboNews (Brasília, em 4.5.2006)	520
Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 8.5.2006)	524
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à jornalista Eliane Oliviera do jornal “O Globo” (Brasília, em 9.5.2006)	525
Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 15.5.2006)	526
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Maurício Dias, da revista “Carta Capital” (Brasília, em 15.5.2006)	528
Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal “Le Monde” (Brasília, em 24.5.2006)	535

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac (Brasília, em 25.5.2006)	542
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Deber” (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 28.5.2006)	543
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “La Prensa” (Santa Cruz de la Sierra, em 28.5.2006)	545
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista “Exame” (Brasília, em 1º.6.2006)	546
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Clarín” (Buenos Aires, em 18.6.2006)	551
Palavras iniciais do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de conferência de imprensa realizada na sede da Organização Mundial de Comércio (Genebra, Suíça, em 29.6.2006)	554
ÍNDICE REMISSIVO	557



Sessão de Encerramento da Reunião de Chefes de Posto do Itamaraty

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de encerramento da Reunião de Chefes de Posto do Itamaraty, em Brasília, em 5 de janeiro de 2006

Antes do almoço, tive ocasião de falar amplamente com vocês sobre a experiência de Hong Kong e de como ela, sob muitos ângulos, sintetiza a nossa ação na área internacional. Evidentemente, não vou repetir agora tudo o que já disse antes, nem procurarei resumir o que certamente os outros Subsecretários, o Secretário-Geral e os próprios Embaixadores tiveram ocasião de falar e, muito menos, o que o Presidente da República disse.

Queria apenas fazer duas ou três observações. Estamos aqui na Sala San Tiago Dantas, numa inauguração muito informal porque o busto ainda não foi colocado, mas talvez a mais importante maneira de homenagear o San Tiago Dantas é tendo uma reunião nessa sala. Queria falar sobre a importância desse tipo de encontro. Essa é uma experiência nova que foi idéia do nosso Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Logo abracei essa idéia, mas confesso que não pensava que ela fosse ter a dimensão tão ampla que terminou tendo, não só no ano passado como também neste ano, com essa possibilidade de um diálogo amplo com todos os Chefes da Casa e Chefes de Postos, que estão no Brasil para encontrar suas famílias e visitar seus parentes nessa época de fim de ano. Ao mesmo tempo, eles também se dispõem a esse tipo de encontro e de contato. Acho que realmente é uma

experiência bem sucedida por tudo o que me foi relatado. As sessões foram muito interessantes, muito vivas. Acho também que é uma oportunidade única de escutarem, sobretudo, do próprio Presidente da República, a maneira como ele vê a política externa, como ele vê a ação do Itamaraty. Creio que, para todos nós, terá sido motivo de grande alegria escutar o Presidente dizer que ele valoriza enormemente os diplomatas, a preferência que ele tem pelos diplomatas de carreira, inclusive para ocuparem os mais altos cargos e chefia da maioria dos postos. Acho que tudo isso é uma demonstração do interesse que ele tem pelo Itamaraty.

Essa demonstração também ficou muito clara, nesse final de ano, em algumas ações concretas, por exemplo, no que diz respeito a recursos. Pela primeira vez, desde 1989, nós estamos em dia com as Nações Unidas. Houve um período em que estivemos próximos de estar em dia, mas faltou alguma coisa no orçamento das operações de paz. Na própria atividade diplomática, durante todo ano, é muito raro, como Ministro, não ouvir queixas. Realmente isso é muito raro. Eu fui Ministro antes e me recordo que, quando ia visitar os Postos, os Embaixadores sempre conversavam sobre os temas mais variados, muitas vezes até na presença dos assessores, mas, quando chegavam ao final, diziam: “Ministro, o senhor tem

dois minutinhos?”. E começavam dizendo: “O Oto Maia (que na época era o Subsecretário de Administração) tem me tratado muito bem, mas ...” e aí vinha um rosário de pedidos, de queixas, de reclamações. Hoje em dia, tenho passado por muitos lugares e não tenho constatado isso. Tenho constatado, realmente, a existência de necessidades específicas que estão sendo corrigidas e que serão corrigidas à medida que a nossa política externa nos leva também a lugares que antes eram menos freqüentados pela alta chefia da Casa.

Os pagamentos de verbas de manutenção estão razoavelmente em dia; enfim, tudo aquilo que é essencial para o funcionamento das Embaixadas tem estado em dia. Nós somos muito gratos ao Presidente por ter compreendido a importância do bom funcionamento da máquina administrativa. A política externa se faz com idéias, mas não apenas com idéias. A política externa faz-se também com recepções, com telex funcionando, com aparelhos de internet e de computação modernos, com pessoal etc. Essa compreensão do Presidente tem sido algo realmente muito importante para o funcionamento do Itamaraty e, portanto, para que se alcancem os objetivos que foram anunciados.

Também no que diz respeito à nossa própria estrutura, tem que haver o reconhecimento de que nós não podemos continuar desenvolvendo uma política externa sem um quadro de pessoal adequado. Já não digo nem a política externa que o Presidente Lula tem desenvolvido e que tem se caracterizado por grande intensidade. As pessoas podem ser críticas ou não, mas não podem deixar de reconhecer a intensidade com que a política externa tem se desenvolvido. Mesmo para a política externa tradicional que o Brasil vinha desenvolvendo, os nossos quadros eram totalmente insuficientes. Ontem, alguns colegas me recordavam que a última reforma importante de quadros do Itamaraty foi na administração Silveira. Não estou dizendo que não tenha havido, marginalmente, alguns aumentos posteriores. Mas é impressionante. O Brasil

multiplicou os seus contatos internacionais, passou a ter uma política externa que é mais democrática, mais transparente, os contatos com a sociedade se multiplicaram, surgiram novos temas que antes não existiam na política externa brasileira, como o tema do meio ambiente, da fome, o aumento das comunidades brasileiras no exterior etc.

Quando fui Ministro da outra vez, não sei qual era a contagem, o Oto talvez lembre, mas o número de brasileiros residentes no exterior certamente não chegava a um milhão. Pelo menos, não parecia chegar. Hoje em dia, são três ou quatro milhões e o número de Consulados Brasileiros, em vez de aumentar, diminuiu. Como é que você pode atender a essas demandas crescentes? A cobrança da sociedade é crescente e isso é positivo. É raro haver um dia em que não haja algo que tenha que ser levado em consideração. A primeira coisa que o nosso Chefe do Departamento de Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Manoel Gomes Pereira, faz cada dia é olhar a previsão do tempo no mundo inteiro porque ele já sabe que, se houver um desastre em algum lugar, temos que estar presentes.

Agora, não posso fazer isso só por meio de telex, só dando uma ordem aqui na Secretaria de Estado. Tudo isso exige meios, exige gente etc. Não estou nem falando de política; estou falando de atendimento às necessidades básicas dos cidadãos brasileiros. Portanto, essa compreensão do Presidente, ao concordar em aumentar os quadros do Itamaraty em 400 novos diplomatas, além dos concursos que nós temos feito para Oficial de Chancelaria, é muito importante para nós. É algo que demonstra o reconhecimento da importância do Itamaraty. Sabemos das dificuldades por que passa o Governo, mas o Itamaraty é relativamente pequeno no conjunto da Administração Pública. Acho que ele é grande no espaço que ocupa na política, mas é pequeno em termos do conjunto da Administração Pública. De qualquer forma, esse é um estímulo muito importante, sem falar na contribuição que o Itamaraty dá ao conjunto da Esplanada. Hoje em dia, há cerca

de 70 ou 80 diplomatas em outros Ministérios e órgãos da administração e que dão a mesma cooperação que nós damos. Isso tudo desfalca a nossa capacidade. Mas o que devemos fazer? Não é resistir e dizer que não podemos ceder mais um funcionário. É justamente o contrário, porque cada vez que você tem um funcionário trabalhando em outro Ministério e cada vez que a competência e a excelência do trabalho dos diplomatas são reconhecidas, isso tem resultados positivos para nós. Às vezes isso leva tempo, mas, no caso, o reconhecimento veio neste fim de ano, o que é muito importante.

Acho que é muito cedo para se fazer um balanço da política externa brasileira nessa gestão porque ainda falta um ano para o final do Governo. Na realidade, creio que, neste ano, ainda vamos fazer muitas coisas, de modo que é prematuro qualquer balanço antecipado. Mas há algo que acho que vale a pena dizer. É uma coisa que tenho mencionado freqüentemente nas minhas entrevistas, nos contatos com a imprensa, muitas vezes no Congresso ou em outros setores da sociedade, que é o altíssimo grau de correspondência entre o que o Presidente Lula se propôs a fazer e aquilo que foi feito. É claro que sabemos que, em qualquer política, você enfrenta a realidade. Há aquela velha frase do Garrincha “Já combinou com os russos?”. Nesse caso, a realidade é válida não só para os russos, mas para os uruguaios, os panamenhos, os argentinos e todos os outros. É claro que não se pode traçar uma agenda internamente num país e achar que ela será realizada de maneira simples, direta. Porém, levando em conta essa circunstância e os desafios novos que a realidade sempre nos coloca, sinceramente, acho espantoso o grau de correspondência entre aquilo que o Governo Lula se propôs a fazer na política externa – medido por aquilo que ele disse no discurso de posse e o que eu disse, por orientação dele, no meu discurso de posse e aquilo que efetivamente aconteceu. Acho que raras vezes se terá visto uma correspondência tão grande entre aquilo que foi enunciado e o que foi feito.

Sem me estender muito, neste ano tivemos um nível de atividade diplomática de raríssima intensidade. As negociações com a OMC chegaram ao ponto em que estamos. As coisas não estão ainda resolvidas, mas estão encaminhadas da maneira mais positiva possível, dentro do contexto existente. O Brasil tem um papel reconhecido no mundo inteiro pela sua liderança dentro do grupo de países a que ele pertence. Nem gosto muito de usar a palavra “liderança”, mas, no caso, é a palavra que se aplica. O Brasil tem um papel que é visto como construtivo. Isso não é dito apenas por nós, mas pelos Estados Unidos. Isso é um pouco menos dito, em especial recentemente, pela União Européia, mas, no passado, também foi dito e apontado. O próprio Pascal Lamy, quando veio aqui para a Reunião do G-20, há dois anos, reconheceu isso também.

Como já falei muito da OMC, não vou repetir. Mas tivemos a OMC. Tivemos também algo muito importante que foi a I Reunião Presidencial da Comunidade Sul-Americana de Nações, que vai se consolidando. Não é um processo que ocorra de um dia para o outro, mas é algo importante. Na realidade, era uma coisa absurda não haver. Não sei que tipo de resistência mental existia a se ter uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Todos os continentes têm. Inclusive no nosso próprio continente há uma Comunidade Centro-americana, uma Comunidade Caribenha, o NAFTA. Então, por que não poderíamos ter uma Comunidade Sul-Americana? Isso é um preconceito contra nós mesmos que é difícil até de explicar. Mas, enfim, as coisas estão evoluindo, vieram aqui diversos Chefes de Estado e eles próprios falam com mais freqüência na Comunidade Sul-Americana.

Tivemos a Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul, que foi um evento notável que envolveu um trabalho intensíssimo de todos os nossos Embaixadores e agentes diplomáticos, tanto nos países da América do Sul, como nos países árabes. Foi um evento que chamou a atenção do mundo inteiro. Todos notaram a existência desse evento,

tanto que ele foi agora imitado pela União Européia, que fez a Conferência Mediterrânea, um pouco menor e com menos êxito, porque compareceu número menor de Chefes de Estado, mesmo proporcionalmente. Aqui no Brasil, além das discussões sobre o conteúdo da reunião, havia um questionamento sobre o nível de participação. O fato é que foi um evento que marcou e que já tem continuidade assegurada. A próxima será no Marrocos. Vamos ter também uma reunião de Ministros das Relações Exteriores na Argentina, no final do ano que vem ou no ano seguinte. Já temos marcadas reuniões dos Ministros da Economia e dos Ministros da Cultura. Ou seja, há um interesse enorme por uma cooperação prática, pragmática, uma aproximação entre dois mundos que já se tocaram tanto, até pelo fato da imigração, pela presença árabe na Península Ibérica.

Quem viu aqui a exposição de fotografias do Banco do Brasil notou que foi objeto de matéria do *Le Monde*. Não gosto muito de fazer essas referências – mas é inevitável fazê-las porque as pessoas compreendem melhor. Raras vezes vi referências, por exemplo, no *Le Monde* a uma exposição no Brasil. Não estou me referindo a uma exposição brasileira em outro lugar. Boa parte do artigo versava sobre essa exposição fotográfica sobre a presença árabe na América do Sul, pela importância do assunto, pela importância cultural, pela importância antropológica e também pela importância política. A política internacional é feita dessas coisas também. Ela é fundamentalmente feita da aproximação entre os povos. Isso é algo que já teve reflexos práticos. As pessoas gostam de medir a política externa só pelo lado comercial e, a meu ver, não devem fazer isso. A política é uma coisa muito mais complexa, que tem a ver com segurança, que tem a ver com o bem-estar, mas tem a ver também com o entendimento entre os povos, com a paz, com a cultura e com vários outros temas. Mas mesmo olhando pelo ângulo do comércio, que é o ângulo mais imediatista, o nosso comércio com os países

árabes aumentou em 60% ou 70% em dois ou três anos. Isso tudo tem exigido uma atividade constante de todos nós.

O Presidente fez uma outra visita importante à África no ano passado. O Presidente já visitou 14 países africanos. Para nós isso é, inclusive, uma forma de resgatarmos um débito. Na primeira vez que fui à África neste Governo, minha sensação foi a de que existe realmente uma “sede de Brasil”, um desejo de ter uma maior presença brasileira. No fundo, havia uma ausência, e mesmo as pessoas que olham por ângulos totalmente utilitaristas não podem desconhecer que, na hora em que você chega numa mesa de negociações, ter a simpatia desses países é absolutamente fundamental. Isso ajuda. Como expliquei em maior profundidade na reunião da manhã, isso deslegitima argumentos que são frequentemente usados e manipulados para enfraquecer a nossa posição. É importante ter relação com esses países. Não podemos fazer política externa pensando apenas no ano seguinte ou nos próximos dois anos. É preciso pensar no Brasil nos próximos 10 ou 20 anos. O Brasil, que é um país que tem um potencial enorme econômico, político, cultural seja por meio da integração na América do Sul, ou de outra forma, e que tem uma grande projeção para o lado do Atlântico, não pode desconhecer a África. Até o Governo Militar reconheceu isso. Não podemos ignorar essa circunstância de que, do outro lado do Atlântico, temos uma área que nos interessa, por suas riquezas minerais, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista comercial, não só pelo que nós compramos ou podemos comprar ou até participar na exploração, como é o caso do petróleo e outras riquezas minerais, mas como mercado. Eu me recordo, por exemplo, que muitas pessoas disseram que a viagem à Nigéria era inútil. As nossas exportações para a Nigéria estão chegando perto de 1 bilhão de dólares. Houve um crescimento imenso nos últimos tempos e vai crescer muito mais. Depois da visita do Presidente, o Ministro Furlan esteve lá com um grupo de empresários e tudo isso vai

multiplicar a nossa presença, diversificando-a, sem enfraquecer nossos laços tradicionais.

Nós consolidamos os intercâmbios com a América do Sul, aumentamos as nossas relações com a África e com os países árabes, recebemos visitas de Chefes de Estado africanos, e recebemos também o Presidente Bush aqui no ano que passou, numa visita muito importante em que, mais uma vez, ficaram claras as afinidades e o respeito mútuo. A meu ver, isso tem dado frutos concretos. Por exemplo, o grau de entendimento que temos hoje na OMC é muito grande, o que também decorre de uma confiança estabelecida por intermédio desses contatos.

Como lembrou o Presidente, isso apenas é razão para continuarmos a trabalhar com a mesma intensidade no próximo ano. Já neste mês de janeiro, que é um mês em que as pessoas não viajam tanto, nós estamos recebendo cinco Chanceleres. Tivemos aqui ontem o Ministro da Austrália; teremos o Ministro da Tunísia, o Ministro do Marrocos, o Ministro da Turquia e teremos o Ministro da Argentina, provavelmente duas vezes. Ele vem em uma visita oficial e depois voltará acompanhando o Presidente Kirchner. Isso sem falar na visita de Estado do Presidente Kirchner. Será a sua primeira visita de Estado ao Brasil e, logo em seguida, teremos a Reunião Trilateral com a Venezuela. O Presidente irá também inaugurar a ponte com o Peru, vai receber o Presidente eleito da Bolívia; enfim, é uma agenda internacional intensa. É quase, às vezes, constrangedor despachar com o Presidente porque parece que nós estamos tomando o espaço de outros temas da realidade interna, que são também importantes e aos quais ele também tem que se dedicar, naturalmente. Mas o fato é que o Brasil é objeto de uma demanda de diálogo e de contato com outros países como raramente vi. Posso dizer isso porque já fui Ministro antes, fui Embaixador em postos onde há muita movimentação e nunca vi nada que chegasse perto do ponto em que estamos hoje.

Acho que a realização do programa de Governo na área da política externa é algo que,

certamente, nos deixa muito felizes e nos deixa mais felizes porque há também a percepção da necessidade de adequar não os objetivos aos meios, como freqüentemente se fez no passado, mas de adequar os meios aos objetivos. Acho que isso é o que tem sido feito para que as pessoas não terminem só em enunciados retóricos, embora sejam importantes também. Sempre costumo dizer que a política externa é feita de muitas coisas. É feita, inclusive, de atitudes que, às vezes, não custam nada, que não têm custo financeiro. Muitas vezes, você toma uma atitude e isso repercute na opinião pública interna e internacional. Mas ela é feita também de muitas iniciativas materiais, e essas custam dinheiro, custam trabalho, custam o envolvimento de pessoas. O reconhecimento de que isso é necessário é muito importante para nós.

Vamos ter um ano igualmente intenso pela frente. Já falei do mês de janeiro. Ocorrerão várias outras visitas, presidenciais, certamente, e ainda mais no nível de Ministro das Relações Exteriores. Hoje em dia, temos uma participação muito intensa também dos outros Ministérios, em contatos internacionais, o que é muito positivo e deve ser incentivado porque não podemos, nem pretendemos fazer tudo. Temos de trabalhar em cooperação com outros Ministérios. É o que temos feito. Aliás, isso é da tradição do Itamaraty e tem-se intensificado enormemente.

Acho, portanto, que temos todos os motivos para celebrar o trabalho feito e continuarmos a nos preparar para o trabalho futuro. Acho que o trabalho interno dentro da Casa também é muito importante. Já me referi ao aumento do quadro e também à preparação de funcionários, não só dos diplomatas, mas também de funcionários de outros cargos, que, freqüentemente, nos vêm agradecer. Às vezes, por exemplo, encontro um motorista no Rio de Janeiro, que vem agradecer pelo fato de ter feito um curso e aprendido noções de computação. Há todo um trabalho de preparação que é muito importante e que se desenvolve nos mais variados níveis.

É claro que tudo isso não é uma obra individual ou uma obra de uns poucos. É um trabalho coletivo do qual todos os diplomatas e demais funcionários participam. Não posso deixar de terminar as minhas palavras sem agradecer muito especialmente ao Secretário-Geral, aos Subsecretários e aos Embaixadores. Peço também que os Embaixadores e demais Chefes de Postos que estão aqui transmitam aos seus colaboradores os nossos agradecimentos. Quero dizer que continuaremos a lutar para fortalecer essa instituição, que é sempre respeitada por todos, para melhorar as condições de vida dos colegas, para facilitar a vida de quem está em postos mais difíceis e procurar apoiar a educação, que é uma obrigação constitucional do Estado. Nós sabemos que, para quem está em certos lugares, é impossível ter filhos em escola pública. Isso é uma coisa importante para todos, sobretudo para os funcionários de nível hierárquico menor. Em todos esses aspectos, temos muito com que nos alegrar.

Tivemos também dificuldades, mas nós não desenhemos a realidade internacional e dizemos como é que as coisas vão ser. O Ronaldo Sardenberg sabe disso. A questão do Conselho de Segurança, por exemplo, é uma questão complexa. Não sei se essa é uma questão que você resolve em seis meses ou um ano. Mas se você não lutar para resolvê-la em seis meses, você não resolve nunca. Às vezes, isso pode levar um pouco mais de tempo, mas o fato de um problema não ter sido resolvido não quer dizer que ele vá desaparecer da agenda. Acho que temos, progressivamente, nos fortalecido. Escutamos ontem o Ministro da Austrália. O que a Austrália precisa do Brasil, especificamente? Precisa ter um bom comércio com o Brasil, ter uma boa relação com o Brasil. Nós trabalhamos juntos no Grupo de Cairns, tivemos um bom entendimento na OMC, mas ela precisa de alguma coisa do Brasil para chegar publicamente, sem que tenha sido instada a fazê-lo, e apoiar o Brasil como Membro Permanente do Conselho de Segurança?

Tudo isso é fruto de uma evolução. Se a reforma acontecer este ano, o Ronaldo, eu, o Secretário-Geral vamos ficar muito felizes, mas se não acontecer este ano e a nossa posição for mais fortalecida, paciência: essa reforma virá. Não tenho dúvida disso porque não podemos continuar tendo as Nações Unidas com uma estrutura que foi formulada em 1945. Isso é de reconhecimento geral. O que nos interessa é dar os passos nessa caminhada. Se me perguntarem se eu gostaria que tivesse acontecido este ano, é claro que eu gostaria. Todos gostaríamos. Mas, se não foi possível neste ano, quer dizer que foi um fracasso? Que o jogo acabou? Não. A luta continua. Eu até poderia acrescentar, como os moçambicanos, que “a vitória é certa”, mas não quero ser tão pretensioso. Continuamos trabalhando. O Gelson Fonseca também foi Embaixador nas Nações Unidas e vários outros trabalharam nas Nações Unidas, ou foram ligados ao tema das Nações Unidas, e sabem que estamos hoje mais perto do que jamais estivemos. Agora, que é difícil é. Se vai acontecer em um ano, se vai acontecer em dois anos, se vai acontecer nesta Assembléia Geral ainda, não sei. Nós vamos tentar com a convicção de que, se não conseguirmos agora, estaremos preparando o terreno para algo no futuro, algo que tem que ocorrer.

Temos que ter presente uma preocupação de democratização das Nações Unidas. Enfatizei isso ontem na minha conversa com o Ministro Alexander Downer. O que quero dizer com isso? Há pouco, houve um voto no Conselho de Segurança sobre a composição da Comissão de Construção da Paz. O Brasil e a Argentina, os dois juntos, foram os únicos que se abstiveram na Resolução porque ela garantia um assento aos Membros Permanentes nessa outra Comissão, e nós não somos a favor disso. Somos a favor de que os membros sejam eleitos. Aliás, surge agora a ameaça que a mesma coisa ocorra no Conselho de Direitos Humanos. Acho que isso não é algo positivo e vai contra a tendência e o desejo de se democratizar as Nações Unidas. Dentro desse desejo, naturalmente a reforma do Conselho ocupa

um lugar importante. Esse tem sido o nosso espírito e com essas convicções é que temos trabalhado.

Queria, mais uma vez, agradecer a todos. Já que há tantos representantes da mídia, quero também agradecer à mídia, porque acho que a crítica é algo muito positivo. Primeiro, porque ela aguça a nossa percepção da realidade. Mesmo quando, às vezes, a consideramos injusta ou achamos que ela não apreciou bem o conjunto dos fatos. A mídia tem esse mérito: ela nos obriga a pensar mais profundamente. Muitas vezes, até tem razão também e nos ajuda a corrigir. Mas, mesmo quando achamos que ela não tem razão, a mídia tem um efeito positivo de nos obrigar a buscar novos argumentos e de lidar com o problema de uma maneira que seja claramente entendida pela opinião pública. Se vamos convencer todos, ou não, isso também não é fundamental. Acho que temos que ser claros, transparentes nos nossos objetivos, nas nossas políticas, nos nossos meios. Temos que ter contato com a sociedade civil como um todo. Tivemos contato com os empresários e temos que ter também com os trabalhadores, com as ONGs etc. Na própria reunião da OMC, tivemos representantes dos empresários, dos trabalhadores, das ONGs e até gente que critica abertamente a posição que o Brasil adotou na reunião fez parte da Delegação brasileira. Poucos países no mundo têm esse comportamento tão democrático. Eles não eram observadores; eram parte da Delegação brasileira e usavam o crachá de “Delegado brasileiro”. Mesmo assim, criticavam. Muito bem. Acho que é melhor que eles vejam de perto do que de longe, para não formularem idéias erradas e criarem percepções que não correspondem à realidade.

É essa uma visão democrática e transparente, que procura também projetar para o exterior os objetivos importantes de transformação interna do Brasil, como os objetivos de reforma social, desenvolvimento econômico, melhoria de condição de vida das pessoas etc. Estava agora mesmo conversando com o Presidente da FUNAI, que tem idéias muito interessantes, inclusive a de criar um IDH

para os povos indígenas. Isso tem muito a ver com as percepções. Quem é que tem o melhor IDH? É um índio guarani – e o exemplo é dele – que mora na cidade, que tem uma geladeira, mas cuja filha se prostituiu e que não consegue lidar mais com os seus parentes ou é aquele outro que vive lá na sua aldeia, protegido de alguma forma, tendo acesso a água potável? Enfim, são fatos que precisamos considerar e que, às vezes, na visão simplista da realidade, não são percebidos.

Estou dando isso como exemplo. Programas como o Bolsa Família, sobre o qual cooperamos com muitos outros países, e o próprio Programa Mundial de Combate à Fome, que elevou a consciência da humanidade em relação a esse tema, não resolveram todos os problemas sociais. Esses problemas não podem ser resolvidos de uma única vez. Mas é como a questão do Conselho: entra na agenda e não sai mais. Acho que muitas coisas que ocorreram, embora não tenham ocorrido exatamente da maneira que queríamos, foram influenciadas por essa atitude. O Presidente Lula dizia: “É preciso fazer da fome não apenas um problema estatístico, mas um problema político”. A consciência política leva a que se encontrem outras soluções. Algumas medidas continuam sendo estudadas, outras estão sendo implementadas. Outros países encontraram outras maneiras, resolveram aumentar o percentual da sua ajuda externa em relação ao PIB, por exemplo. Essa também é uma maneira de chegar lá. Há várias maneiras, não há uma exclusiva. O comércio certamente é uma delas, e é por isso que insistimos tanto com um comércio mais livre, com menos obstáculos para os países em desenvolvimento. Isso ajudaria, talvez, mais do que qualquer outro programa.

Alguém comentava hoje que a nossa política não é “terceiro-mundista”; ela é universalista. Fala-se em globalização, mas a globalização não está só em Nova York, em Paris ou em Genebra. São lugares que freqüente, que gosto de freqüentar, que acho interessantes e importantes, com os quais aprendo

muito. Aprendi muito na minha vida inteira. A globalização, porém, vai também a Arucha, a Pequim obviamente, à América Central. A globalização está em toda a parte. Se nós quisermos ter uma política universalista, coerente realmente com o que há de positivo na globalização, temos que corresponder a isso. É claro que de acordo com os nossos meios. Nós não podemos fazer tudo, de uma vez só. Mas nunca recuando, nunca olhando para trás. O Brasil

não é um país que está encolhendo. O Brasil não é uma ex-grande potência colonial que tem que se readaptar a uma realidade menor. Ao contrário. O Brasil é um país que está crescendo, que vai crescer mais, que vai crescer em paz com seus vizinhos, que, juntamente com seus vizinhos, em harmonia com eles, vai ter um papel cada vez maior no mundo. A nossa diplomacia tem que corresponder a isso.

Obrigado.

Reunião com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de reunião com o Diretor-Gerente do FMI, Rodrigo de Rato, em Brasília, em 10 de janeiro de 2006

Senhor Rodrigo de Rato, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional,

Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci,

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff,

Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles,

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci,

Senadora Ideli Salvatti,

Deputado Henrique Fontana,

Senhores presidentes e representantes de instituições financeiras e de empresas nacionais aqui presentes,

Senhores e senhoras da imprensa,

Funcionários do Tesouro, do Ministério da Fazenda e do Banco Central que estão presentes,

Este é um momento de especial significação para o Brasil. E é também, estou convencido, um momento relevante para o Fundo Monetário Internacional.

Em 2002, a Comunidade das Nações, articulada em torno do Fundo Monetário Internacional, tomou a decisão de apoiar nosso país em um momento extremamente delicado. Na ocasião, o então diretor-geral do Fundo e atual presidente da Alemanha, Horst Köhler, se aliou aos dirigentes de países amigos e parceiros e conseguiu dobrar a

resistência dos mais céticos e pessimistas que não acreditavam que o Brasil pudesse vencer tamanha crise financeira.

Mostramos que os pessimistas estavam errados, mais rapidamente e de forma mais cabal do que até mesmo os mais otimistas poderiam supor naquele momento. Fomos capazes de provar o acerto de quem soube confiar no Brasil.

Tomou a decisão correta quem compreendeu que o Brasil tem uma sociedade madura, uma sociedade na qual a clara noção de urgência em resolver desafios coletivos, muitas vezes dramáticos, há tempos deixou de sustentar-se na crença em falsos atalhos.

Estou falando de planos, pacotes e outras fórmulas milagreiras que, embora quase sempre movidos pelos mais nobres propósitos, nos fizeram andar aos saltos, nem sempre para diante, mas frequentemente para trás.

A Nação cobra soluções urgentes, trabalha por crescimento e progresso, mas sabe que a realização de suas aspirações requer esforço, disciplina e, muitas vezes, prazos mais longos de tempo. Ela compreende que é com muito trabalho e sacrifício – e não por milagre, da noite para o dia – que se constrói verdadeiramente um país.

Temos hoje uma democracia sólida e dinâmica, da qual muito nos orgulhamos. Tal como a nossa economia, também a nossa democracia reflete

a maturidade dos brasileiros.

Assim como na esfera econômica, não há lugar no jogo político para quem busca gerar esperança e motivação oferecendo facilidades irreais. Os brasileiros sempre foram capazes de encontrar esperança, motivação e confiança no futuro a partir de uma visão clara e lúcida dos seus problemas e desafios.

A correta percepção desta característica de nossa sociedade e de suas principais lideranças políticas certamente pesou na decisão da comunidade internacional de prestar ao Brasil um apoio essencial no segundo semestre de 2002.

Nos orgulhamos de haver dado, de lá para cá, a melhor das respostas não só aos países e organismos que nos apoiaram, mas, principalmente, à sociedade brasileira. Foi ela quem nos honrou com a sua confiança e com o mandato presidencial. E que está recebendo de volta resultados concretos, decorrentes de políticas de governo e da dedicação e criatividade de nossos trabalhadores e empreendedores.

São resultados palpáveis para as classes populares da cidade e do campo como a geração de quase quatro milhões de novos empregos formais, a expansão da renda média dos trabalhadores, o fortalecimento da agricultura familiar, o resgate da escola pública e os programas vitoriosos de inclusão social como o Bolsa-Família.

Para nós, o econômico e o social sempre estiveram integrados em um projeto de governo mais amplo – sempre foram faces de uma mesma moeda. E as vitórias que temos obtido nestas duas áreas, muitas delas inéditas na história do País, mostram que acertamos ao adotar esta estratégia.

A redução da pobreza e da concentração de renda no Brasil, apontada nos números recentemente divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, torna este vínculo ainda mais evidente.

Estejam certos de que os bons frutos dessa convergência de esforços e resultados nas esferas

econômica e social poderão ser sentidos pela população de modo ainda mais direto e positivo neste ano de 2006.

Senhor Diretor-Gerente,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Como todos sabemos, o Brasil conviveu por décadas com a inflação alta e crônica que inviabilizava qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo e penalizava duramente nossas famílias mais pobres.

Calejados por esta traumática experiência, fomos capazes de debelar focos de reaquecimento inflacionário que nos ameaçaram na virada de 2002 para 2003 e novamente, mas já com intensidade bem menor, no final de 2004.

Também na dimensão fiscal temos conseguido avanços significativos. O resultado nominal do setor público converge para níveis razoáveis – muito menos voláteis do que os do passado. E confirma-se a tendência de queda na relação entre dívida pública e PIB, após quase uma década de forte aumento. Mesmo que a dívida pública ainda seja elevada como proporção do PIB, o risco de descontrole do endividamento está afastado. E sua vulnerabilidade frente às flutuações do dólar é hoje muito menor do que antes.

O regime de câmbio flutuante, somado à competência do nosso trabalhador e à competitividade da empresa brasileira, possibilitou que as contas externas do país se tornassem cada vez mais sólidas, contribuindo para que atingíssemos uma situação macroeconômica bem mais favorável.

Em resumo, tanto no plano interno como na interação com o mundo, a trajetória percorrida nos últimos três anos pela economia brasileira levou à forte redução da vulnerabilidade frente a riscos internos e ameaças externas.

Foi nesse contexto virtuoso que tomamos a decisão, cuidadosamente pensada, de antecipar a devolução ao Fundo Monetário Internacional dos

recursos emprestados ao Brasil – com isso deixando também de pagar os juros correspondentes.

Sabe o senhor Diretor-Gerente que, no mundo contemporâneo, dificilmente um país em crise consegue sobreviver sem o apoio da comunidade internacional e dos organismos multilaterais. Mas essa deve ser uma situação transitória, não pode tornar-se uma carência crônica, uma necessidade estrutural.

É igualmente verdadeiro que um país só encontra o caminho do desenvolvimento sustentável quando cria condições para caminhar com as próprias pernas, quando consegue crescer de modo sólido com seus próprios recursos.

Este é o significado central do ato de hoje. Graças a uma política econômica coerente, graças ao trabalho sério do governo e de toda a sociedade, o Brasil está dizendo a si mesmo e ao mundo que já pode caminhar com as próprias pernas, que construiu as condições para continuar avançando sem o suporte emergencial do Fundo Monetário que foi necessário no passado.

No que depender de mim e do governo, o cenário econômico e financeiro deste ano eleitoral será muito diferente daquele de 2002. Como já reafirmei inúmeras vezes, não permitirei que interesses eleitorais comprometam a nossa estabilidade financeira.

Não tomaremos medidas que produzem vantagens aparentes no curto prazo, mas que causem problemas mais adiante. Meu único compromisso é com o bem-estar atual e futuro do povo brasileiro.

Prezados Ministros,

Prezado Diretor-Gerente do FMI,

Estamos felizes e agradecemos a sua presença hoje aqui em Brasília. A sua visita, assim como suas palavras, expressam o fato de que as relações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional não se encerram com a quitação de nossa dívida. Muito pelo contrário: nosso relacionamento muda de patamar e de qualidade.

Como o senhor bem sabe, o Brasil deseja

ter presença ainda mais ativa no FMI. Há anos temos indicado a necessidade de aumento das quotas e da influência dos países em desenvolvimento, inclusive a nossa, no organismo. Temos também defendido a conveniência de mecanismos de financiamento para prevenção de crises financeiras provocadas por mudanças súbitas na conduta de investidores internacionais.

Todos esses temas permanecem na lista de prioridades do Brasil. E é encorajador verificar que discussões sobre todos eles estão contempladas no programa de revisão estratégica de médio prazo que o senhor está liderando no Fundo Monetário.

O governo brasileiro considera essencial que o FMI e outras instituições financeiras multilaterais mantenham sua postura de apoio a um comércio internacional verdadeiramente livre, com menores restrições de acesso aos mercados dos países desenvolvidos – em particular no que se refere aos produtos agrícolas.

Como todos sabem, nossa diplomacia e nosso governo estão profundamente mobilizados por essa causa. Não haveremos de esmorecer até que a realidade do livre comércio como trampolim para o desenvolvimento de todos se imponha sobre o discurso do livre comércio como disfarce para o protecionismo seletivo que adia ajustes inevitáveis para uns poucos.

Nesse mesmo espírito, recordo que o governo brasileiro está comprometido com iniciativas internacionais de combate à pobreza, ao lado da França, Chile, Espanha, Alemanha, Argélia, Índia e África do Sul e com o empenho pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Saudamos também as iniciativas similares do Reino Unido, dos Estados Unidos, do G-8 e de várias organizações internacionais, governamentais e não-governamentais.

Estou falando de mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento e de redução da dívida dos países mais pobres que têm sido debatidos com grande interesse durante as reuniões anuais do

Fundo e do Banco Mundial. Para que tais iniciativas se multipliquem e se tornem cada vez mais efetivas, é fundamental o apoio de todas as instituições multilaterais.

Senhor Diretor-Gerente,
Senhores Ministros,

Estamos aqui, como já disse, para registrar – e até mesmo celebrar – a superação vitoriosa de uma etapa da história econômica do Brasil.

Mas devemos sempre lembrar que momentos como este não indicam espaço para pausa ou repouso. Pois se muito temos avançado no Brasil ao longo dos últimos três anos, temos a perfeita noção de que muito ainda resta por fazer. E o estamos fazendo com o mesmo sentido de urgência.

É o caso da promoção de investimentos em infra-estrutura, da criação de um ambiente de negócios mais favorável e da simplificação da estrutura tributária que a torne mais eficiente.

Já na esfera internacional, o Brasil não tem poupado energia e esforços no cumprimento do papel que, por seu peso relativo, por sua história, por sua vocação, julga caber-lhe nos planos regional e mundial.

Não se trata apenas de generosidade – embora a generosidade seja, sim, um traço marcante de nossa convivência internacional. Trata-se de um sentido de responsabilidade, de dever a cumprir na sociedade das nações.

O que nos move não é qualquer aspiração de hegemonia, mas, sim, o impulso da participação em prol da paz, da justiça, dos direitos humanos, da liberdade e do desenvolvimento para todos.

Esse é o espírito com que continuaremos a participar do convívio regional e mundial e, no que nos diz respeito ao dia de hoje, das nossas decisões relativas ao Fundo Monetário Internacional.

Quero, mais uma vez, agradecer a sua visita, doutor Rodrigo de Rato, e agradecer aos convidados que nos honraram com a sua presença. E que permita que, ao regressar à sede do Fundo, tenha a clareza de que, finalmente e definitivamente, o Brasil encontrou o seu caminho. Crescimento, desenvolvimento, distribuição de renda e forte investimento em educação serão metas e, mais que metas, serão compromissos do nosso governo para atender à demanda do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Pronunciamento à Nação brasileira

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de pronunciamento à Nação brasileira, em Brasília, em 16 de janeiro de 2006

Meus amigos e minhas amigas,

Há poucos dias o Brasil zerou a sua dívida com o FMI. Com isso, deixamos de pagar juros e, com essa economia, vamos poder investir mais em favor do nosso povo. Com soberania viramos uma página da nossa história. O Brasil vai caminhar com suas próprias pernas.

Ao devolvermos ao FMI o dinheiro que estava à disposição do Brasil por conta da crise de 2001-2002, estamos provando, entre outras coisas, que não dependemos mais de empréstimos externos para continuar crescendo; podemos fazê-lo com nossos próprios recursos. Isso significa independência e desenvolvimento. O melhor é que isso está ocorrendo junto com uma série de outras conquistas do povo brasileiro: no mesmo momento, por exemplo, em que temos os melhores resultados dos últimos anos na redução da pobreza, na distribuição da renda e na criação de empregos com carteira assinada; no mesmo período em que temos o melhor crescimento da massa salarial e um forte aumento do crédito pessoal e consignado; no momento em que nossas exportações estão batendo recordes todos os meses, elevando bastante o nosso saldo comercial. E o que mais me alegra: tudo isso ocorre na hora em que o país faz o maior investimento social da sua história.

Só para você entender, quando assumimos o governo, o país investia 7 bilhões de reais em programas sociais. Em 2005, aplicamos 17 bilhões.

E este ano vamos chegar a 22 bilhões, beneficiando diretamente 40 milhões de brasileiros pobres.

Essas vitórias só foram possíveis graças a um trabalho sério, persistente, determinado. Elas mostram que, com equilíbrio e maturidade, o Brasil está conseguindo fazer da política econômica e da política social duas faces de uma mesma moeda, dois pilares de um projeto de Nação moderno e humano.

Minhas amigas e meus amigos,

A redução da dívida traz benefícios para todos os brasileiros. Com a economia de milhões e milhões de dólares em juros vamos poder investir mais na educação, na saúde e nas estradas. Ao mesmo tempo, nossa economia fica menos vulnerável aos choques externos. Ou seja, se houver uma crise financeira internacional não vamos mais estar à beira da falência como ocorreu em 1998, quando o país teve que reduzir investimentos, diminuir o emprego e mendigar ajuda mundo afora, e não vamos mais ter que prestar contas ao FMI. Ao contrário, a partir de agora ele é que tem que nos prestar contas, pois não somos mais devedores e, sim, sócios soberanos.

Mas pouco adiantaria livrar-se da tutela do FMI se não tivéssemos melhorado a situação interna, se não tivéssemos derrotado a inflação e garantido a estabilidade. Reduzimos em mais da metade a inflação que herdamos e fechamos 2005 com alguns dos melhores índices da história do país. O IGPM, por exemplo, teve uma inflação acumulada de apenas

1,21%, a menor já registrada. É importante lembrar que é com base neste índice que se calcula o reajuste de aluguéis, telefone, eletricidade, e de outros. Isso significa que, em 2006, praticamente não vai haver aumento no seu aluguel, no seu telefone e na sua eletricidade. Isso mostra como vale a pena fazer um sacrifício temporário para se ter um resultado duradouro depois. Isso prova como vencer a inflação é, antes de tudo, defender o dinheiro dos mais pobres e da classe média, porque os ricos sempre sabem como se defender.

Meus amigos e minhas amigas,

Não pensem que, ao citar esses dados, eu ache que tudo está uma maravilha. Há muita, muita coisa mesmo ainda por fazer. Sei das dificuldades dos pobres, sei do aperto de boa parte da classe média que sofre com a mensalidade das escolas, dos planos de saúde e com tantos outros problemas.

Vocês sabem que mudar um país como o Brasil não é fácil, não se resolve em três anos problemas que se arrastam há séculos. Mas posso garantir que estamos fazendo tudo que é possível e conseguindo melhores resultados do que muitos que me antecederam.

Em algumas áreas o resultado tem chegado mais rápido. Vejam o caso da educação. Entre outros avanços, estamos democratizando o acesso ao ensino superior, estamos criando quatro novas universidades federais, transformando cinco faculdades em universidades e implantando 32 novas extensões de universidades no interior do país.

Com o ProUni, concedemos bolsas em universidades particulares a 203 mil estudantes pobres, alunos que jamais poderiam cursar uma faculdade se o governo não pagasse seus estudos. Já liberamos recursos para instalação de 32 novas escolas técnicas federais, das quais 25 estarão funcionando em 2006.

E está para ser votada no Congresso uma lei de nossa autoria que vai revolucionar o ensino básico no Brasil. Trata-se do Fundeb, Fundo de

Desenvolvimento do Ensino Básico, que vai aumentar verbas, ampliar vagas, melhorar o salário dos professores e garantir creches e pré-escolas gratuitas de boa qualidade para os brasileiros. O Fundeb vai permitir, antes de tudo, aprimorar a qualidade do ensino, com o treinamento dos professores e melhorias nas instalações e equipamentos.

A melhoria de qualidade no ensino em todos os níveis tem sido e será sempre uma das nossas prioridades. Somente com um alto investimento na educação poderemos transformar rapidamente o Brasil no país que todos nós sonhamos. Junto com a exportação de matérias-primas e de produtos manufaturados, queremos ser exportadores de conhecimento. Somente assim seremos mais competitivos e mais respeitados.

Minhas amigas e meus amigos,

Nestes 36 meses de governo fizemos tudo que era necessário para consolidar a estabilidade e garantir que o Brasil encontrasse o seu caminho. Esta já é uma vitória assegurada. Chegou a hora de darmos um novo passo, o momento da união definitiva, do produtivo com o social. Assim como foi na conquista da estabilidade, esta é também uma luta que se fará por etapas.

E vamos começar com o lançamento, nos próximos dias, de um plano de ação para integrar ainda mais os principais projetos destas duas áreas. Trata-se do plano Brasil Produtivo e Solidário, que irá integrar e ampliar, de um lado ações na área social e de promoção humana. E do outro lado, ações de estímulo ao setor produtivo e ao desenvolvimento econômico. Não se trata exatamente da criação de novos programas, mas do avanço de ações que vêm sendo implantadas desde o nosso primeiro ano no governo.

Através do plano Brasil Produtivo e Solidário, vamos dar um decisivo apoio este ano à construção civil, à agricultura familiar e ao microcrédito. Serão ampliadas as prioridades do setor de infra-estrutura, em especial nas áreas de energia e transporte. E

vamos consolidar importantes programas de desenvolvimento regional.

Em suma, vamos perseguir, ainda com mais determinação, as metas básicas deste governo: geração de emprego, melhoria da educação e combate à miséria.

Meus amigos e minhas amigas,
Um governo que tem apenas o braço social

não passa de um governo caridoso. Isso é bom, porém insuficiente. Um governo que tiver apenas o braço econômico é pobre em valor humano. A ele faltaria a coisa mais importante: o coração. Vamos continuar como sempre fizemos, governando com a mente e o coração, e 2006, não tenho dúvida, será um ano de muitas conquistas. Um ano em que vamos fazer um Brasil ainda mais produtivo e solidário.

Obrigado e, mais uma vez, Feliz Ano Novo.



Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de Inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru, em Assis Brasil (AC), em 21 de janeiro de 2006

Excelentíssimo senhor Alejandro Toledo,
presidente da República do Peru,

Meu querido companheiro Jorge Viana,
governador do estado do Acre,

Meu caro José de La Rosa del Maestro Rios,
presidente regional de Madre de Deus,

Ministros do meu Governo,

Companheiro Antônio Palocci, Ministro da
Fazenda; Alfredo Nascimento, do Transporte; Miguel
Rossetto, do Desenvolvimento Agrário; Marina Silva,
Ministra do Meio Ambiente; Silas Rondeau, Ministro
de Minas e Energia,

Meu querido companheiro Samuel Pinheiro
Guimarães, Secretário-Geral das Relações
Exteriores,

Ministros de Estado peruanos e integrantes
da comitiva do Peru,

Meu caro Tião Viana, nosso querido Senador,

Meu caro Sibá Machado, nosso Senador da
República,

Minha querida companheira Deputada
Perpétua Almeida,

Deputado Júnior Betão, Zico Bronzeado,

Parlamentares, não estão todos os nomes aqui
portanto eu não posso repeti-los todos. Sei que meu
companheiro Nilson Mourão estava aí, mas ...não
está ouvindo? Sinta meu coração que vocês vão ouvir
o que estou falando.

Meu querido Manuel Almeida, Prefeito de
Assis Brasil,

Meu querido Mário Monte, Prefeito de
Iñapari,

Senhoras e senhores deputados estaduais,
prefeitos da região, Leila Galvão de Brasiléia;
Francisco Déda de Rodrigues Alves e José Ronaldo
de Passolândia,

Meus companheiros, minhas companheiras,
Irmãos e irmãs do Peru, do Acre e do Brasil,
Em agosto de 2004, ao lado do Presidente
Toledo e do Presidente Carlos Mesa, da Bolívia, vim
aqui para lançar a pedra fundamental da obra que
hoje estamos inaugurando. Cumprimos a promessa
que fizemos naquela ocasião: deixar de fazer discursos
vazios sobre a integração e começar a construir uma
aliança concreta entre nossos países.

Esta ponte sobre o Rio Acre é o símbolo
maior da Aliança Estratégica que Peru e Brasil
forjaram no ano de 2003. Estamos tornando realidade
um imenso potencial de cooperação e parceria.
Habilitamos nossos cidadãos e nossos produtos a
transitar livremente entre vizinhos que começam a se
conhecer melhor.

Esta ponte, construída pelo governo do
Estado do Acre com o apoio do Governo Federal, é
o primeiro passo na realização de outro sonho antigo:
a ligação sul-americana entre o Pacífico e o Atlântico.

Há quatro meses, participamos, em Puerto Maldonado, do lançamento das obras da Rodovia Interoceânica. Ela está sendo executada graças à iniciativa do Presidente Toledo, com apoio do meu Governo e da iniciativa privada brasileira.

Muitas vezes a natureza separou nossos países por rios. Muitas vezes, ainda, faltou aos governantes a determinação necessária para superar esses obstáculos e forjar caminhos capazes de unir nossos povos. A iniciativa que hoje celebramos, com esta inauguração, mostra que estamos fazendo a nossa parte. É por isso que quero reconhecer em público o empenho e a visão das lideranças dos dois lados do Rio Acre e, em particular, do meu querido e companheiro Jorge Viana.

Com entusiasmo e determinação, eles viabilizaram essa primeira ponte que une o Peru e o Brasil ao longo de mais de 3 mil quilômetros de fronteira. Com igual obstinação, vamos transformar em realidade os anseios da comunidade amazônica: faremos desta região um espaço de integração, aproximando nossa gente e promovendo uma rica convivência no coração do sub-continente.

A inauguração desta obra é também o início de um novo capítulo na história dos povos da Amazônia. Uma história de busca por maior participação no desenvolvimento econômico, social e político de nossos países.

No início do século passado, Euclides da Cunha já descrevia o contraste entre a exuberância da região e seu flagrante atraso econômico e social. Estamos trabalhando para que a Amazônia deixe de ser uma região “À Margem da História”, como denunciou Euclides da Cunha em seus escritos. Esta região de riquezas incomparáveis está destinada a ocupar um papel central na vida de nossas nações.

Peru e Brasil estão mostrando que – juntando os esforços e vontade – é possível alavancar o progresso ao longo de nossa fronteira comum, e respeitar o meio ambiente e, sobretudo, as populações indígenas.

Estamos nos associando para favorecer

investimentos produtivos na Amazônia. Da interconexão energética até a exploração sustentável da mais rica biodiversidade do planeta estamos descobrindo sinergias e afinidades.

A ponte Assis Brasil – Iñapari traz benefícios imediatos para essas duas cidades irmãs. Mas, sobretudo, ela abre perspectivas de desenvolvimento e de inclusão social. Agiliza o acesso das comunidades locais aos principais centros urbanos. Torna mais competitivas as exportações da região para os mercados internacionais do Pacífico e do Atlântico. Facilita a presença do Estado em regiões antes isoladas, coibindo a exploração ilegal de madeira e levando às comunidades locais saúde, educação e esperança.

Meu querido amigo e companheiro Presidente Toledo,

Nossas relações bilaterais atravessam um período excepcional. Prova disso são as ações concretas de cooperação e a intensificação de nosso intercâmbio em todos os campos. Nossa Aliança Estratégica gerou compromissos fundamentais. Pela via do comércio estamos entrelaçando duas economias cada vez mais complementares.

A multiplicação de missões empresariais e a assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Peru farão o intercâmbio bilateral ultrapassar o valor recorde de 1,4 bilhão de dólares alcançado em 2005. Hoje, aprofundamos esta integração. O acesso do Peru aos sistemas SIVAM-SIPAM amplia nossos conhecimentos sobre a Amazônia e reforça sua segurança. O Acordo que assinamos de dispensa do uso de passaportes aproxima os nossos povos.

Meu querido Presidente Toledo,

O que estamos fazendo aqui hoje se repete em todos os cantos de nossa região. Multiplicam-se as iniciativas de integração física, política e econômica da América do Sul. Sob a inspiração de Vossa Excelência estamos construindo o compromisso que assumimos em Cuzco de constituirmos a Comunidade

Sul-Americana de Nações. Sua proposta de criação de mecanismos de financiamento inovadores no âmbito da IIRSA começa a dar frutos. Hoje, os organismos financeiros internacionais reconhecem a importância de os Estados investirem em obras cruciais para o desenvolvimento de nosso continente e o bem-estar de nossos povos.

O encontro que estamos celebrando sobre a ponte que agora liga nossos dois países nos deixa mais próximos do ideal que une o conjunto de nossa querida América do Sul. Estamos fazendo renascer a esperança de peruanos e brasileiros no crescimento com justiça e na vizinhança solidária.

Meu querido presidente Toledo, queridos ministros peruanos e brasileiros, queridos deputados peruanos e brasileiros, queridos companheiros brasileiros e peruanos, jornalistas peruanos e jornalistas brasileiros,

Muita gente estranha quando, em alguns momentos, falamos da importância da obra que estamos realizando e, muitas vezes, somos obrigados a falar pela primeira vez. Mas é indescritível que um país que tem o potencial que tem o Brasil, que tem a economia mais rica da América do Sul, que tem a indústria mais forte da América do Sul, não tenha, há 100 anos, pensado em construir uma ponte singela como esta para permitir que os nossos povos, que os nossos produtos, que a nossa cultura possam transitar livremente entre dois países, fazendo com que a economia cresça tanto no Peru quanto no Brasil.

É indescritível que, durante muitos séculos, um país da importância do Brasil e, certamente um país da importância do Peru, tiveram dirigentes muito mais voltados para a Europa e para os Estados Unidos do que voltado para os seus próprios vizinhos, que poderiam ajudá-los a crescer muito mais.

Eu tenho 36 meses de governo, Toledo está terminando o seu mandato, mas tenho certeza, companheiro Toledo, que a história vai dizer alto daqui a alguns anos que esta geração de governo representada por você, por mim, por Kirchner, por Tabaré, por Nicanor, pelo agora recém-eleito Evo

Morales, pelo companheiro Uribe, pelo Governo do Equador, pelo presidente Lagos. Eu tenho certeza que a história irá registrar que nós fizemos, em poucos anos, para a integração da nossa América do Sul, mais do que tantos que passaram fizeram em um século.

E não fizeram isso porque não sabiam que precisava, não fizeram isso porque não sabiam a extensão dos nossos rios; não fizeram porque tinham a cabeça colonizada, mesmo depois da conquista da independência. Eram dirigentes que acreditavam que, da Europa e dos Estados Unidos, viria o nosso desenvolvimento; eram dirigentes que acreditavam que não poderíamos abrir as nossas fronteiras, fazermos a interligação porque os pobres dos vários países iriam transitar para os Estados mais ricos e que, portanto, ao invés do desenvolvimento iríamos ter problema com pobres peruanos vindo para o Brasil, e pobres brasileiros indo para o Peru, com pobres brasileiros indo para a Bolívia e pobres bolivianos vindo para o Brasil e assim sucessivamente em cada país.

O que estamos fazendo hoje, ao vermos este povo atravessar aquela ponte e depois assistirmos a dois caminhões que estão aí carregados aguardando para fazer a primeira travessia, levando produtos brasileiros para Puerto Maldonado, é a demonstração de que o Brasil e o Peru resolveram, depois de muitos séculos, andar pelas suas próprias pernas, falar pela sua própria boca, pensar e decidir pela sua própria cabeça.

Nós temos consciência de que o século XXI será o século da América do Sul. Nós temos consciência de que, se a Europa se transformou no que se transformou no século XIX, se os Estados Unidos se transformaram no que se transformaram no século XX, a pergunta que faço é “por que o século XXI não pode ser o século da América do Sul e da América Latina?” Não será se continuarmos a ter, no nosso continente, governantes que pensem de forma pequena e de forma desrespeitosa com o seu próprio povo, imaginando que tudo o que vem

dos Estados Unidos é bom para nós, ou que tudo o que vem da Europa é bom para nós.

Nós, peruanos e brasileiros, queremos ter a melhor relação com o mundo inteiro, a melhor relação, a mais democrática, a mais respeitosa, mas também queremos dizer ao mundo: “queremos ter o mesmo direito de crescer, de nos desenvolver e de poder gerar riqueza suficiente para garantir que neste século o povo pobre deste continente possa ganhar a mesma cidadania que os americanos e os europeus conquistaram há séculos”.

Queremos garantir que este continente muito rapidamente recupere o tempo perdido. Esqueçam o tempo da subserviência e ajam em cada país pensando de forma soberana. E pensar de forma soberana será reconhecer que não basta a economia crescer, não basta o PIB crescer, é preciso que cresça o dinheiro no bolso da parte mais pobre da população, de cada um de nossos países. É preciso saber se a educação está chegando à parte mais pobre da população, é preciso saber se os empregos contemplam a necessidade de trabalhar da gente mais pobre de cada um dos nossos países.

Por isso, quero contar a vocês duas alegrias na minha vida: a primeira, quando fui a Brasília com o nosso querido Jorge Viana e o presidente da Bolívia inaugurar uma pequena ponte, e o Toledo também estava presente. Só passa um carro de cada vez.

Alguém que não conhece poderia dizer: mas um presidente vir inaugurar esta ponte pequena? Ela era pequena, mas foi a primeira construída entre Brasil e Bolívia para que o povo pudesse transitar. Outros podem dizer: mas o presidente Toledo e o presidente Lula inaugurando esta ponte, poderia ficar para o governador, porque eles quando inventaram de fazer uma ponte que o Jorge disse aqui de 745 metros para um rio de 150 metros, possivelmente esses metros todos fossem para justificar a vinda dos presidentes. Nós não olhamos o tamanho da ponte, olhamos a necessidade da ponte e essa nossa ponte não tem os 745 metros projetados anos atrás. Essa ponte tem apenas o tamanho da nossa consciência, da nossa honestidade e da necessidade do povo do Peru e do Povo brasileiro.

Que Deus te abençoe companheiro Jorge Viana, que Deus te abençoe, porque o Jorge Viana trabalhou como um leão para que essa ponte pudesse ser feita. Exigimos demais dele. As fotografias dessa ponte mostram que a mão dos trabalhadores dos dois países foram sacrificadas para que pudéssemos, hoje, depois de 14 meses, estar aqui inaugurando.

Portanto, meu querido Jorge, não tem medalha, não tem comenda que Toledo e eu possamos te dar que seja maior do que o respeito e a admiração que Toledo e eu temos por você.

Boa sorte, meu querido, e até a outra ponte.

Conferência de Londres sobre o Afeganistão – Perspectivas Políticas: O Pacto Global

*Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Conferência de Londres
sobre o Afeganistão – Perspectivas Políticas: O Pacto
Global, em Londres, em 31 de janeiro de 2006*

President Hamid Karzai, Minister Dr. A.
Abdullah, Foreign Secretary Jack Straw,

Excellencies,

This conference confirms the international community's support for the building of a peaceful, democratic and prosperous Afghanistan. My very presence here shows the global nature of the challenges we face. What happens in Afghanistan matters to its neighbours in Central Asia; it matters to the US and Europe. But it also matters to Latin America and of course to Brazil.

The roadmap for peace and reconstruction outlined in Bonn has provided the necessary guidance to overcome a legacy of social and economic stagnation, political violence and foreign interference.

President Karzai deserves our praise for his relentless work and wise leadership.

Brazil wholeheartedly supported the last four Security Council resolutions on Afghanistan. Unity of purpose has provided a legitimate framework for international cooperation to the benefit of the Afghan people. In this respect, the Afghanistan Compact is a truly historic document.

Diplomatic relations between Brazil and Afghanistan were re-established by Presidents Lula and Karzai in 2004.

We are ready to offer our cooperation to Afghanistan, particularly in such areas as foreign trade and public finance monitoring, population census, agricultural research, de-mining and electoral assistance. Brazil has been implementing a range of programmes in the human rights area, such as gender and racial equality and the fight against hunger and poverty. We are ready to share those experiences.

Peace-building is not exclusively a security task. Institutional reconstruction must go hand in hand with economic and social development. This concept is at the heart of the newly created Peace Building Commission. We are glad to see it is also enshrined in the Afghanistan Compact.

The experiences in Haiti, East Timor and in many countries in Africa show the importance of harmonizing regional and multilateral cooperation. We commend Afghanistan for involving its neighbours in a regional dialogue.

Counter-narcotics strategies must be seen as part and parcel of the economic rehabilitation. They presuppose helping the Afghan farmers to develop alternative crops for which adequate market access should be provided.

The Afghan political experiment defies the false paradigm of the “clash of civilizations”. People from a variety of backgrounds are striving to work together

for a better and more secure future. Neglect of Afghanistan has been dearly paid for. We must prevent this from happening again by means of enhanced international cooperation and an inclusive political dialogue.

We will continue to support the involvement of the United Nations in Afghanistan. The new head of UNAMA, Tom Koenigs, is well known for his contribution to stabilization efforts in Central America. We are confident that he will take the same constructive spirit to his new assignment.

Brazil is ready to increase its cooperation as Afghanistan resumes its position as a hub for commerce, culture and civilization.

(Texto em português)

Presidente Hamid Karzai, Ministro Dr. A. Abdullah e Secretário de Relações Exteriores Jack Straw,

Excelências,

Esta conferência confirma o apoio da comunidade internacional à construção de um Afeganistão pacífico, democrático e próspero. Minha presença aqui demonstra a natureza global dos desafios com que nos defrontamos. O que acontece no Afeganistão importa para seus vizinhos na Ásia Central; importa para os Estados Unidos e para a Europa. Mas também importa para a América Latina e, é claro, para o Brasil.

O caminho para a paz e a reconstrução, concebido em Bonn, forneceu as diretrizes necessárias para superar uma herança de estagnação social e econômica, violência política e interferência externa.

O Presidente Karzai merece nosso reconhecimento por seu incansável trabalho e sua sábia liderança.

O Brasil apoiou com grande satisfação as últimas quatro resoluções do Conselho de Segurança

sobre o Afeganistão. A unidade de propósito conferiu um quadro de legitimidade à cooperação internacional em benefício do povo afegão. A esse respeito, o “Pacto pelo Afeganistão” é um documento verdadeiramente histórico.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão foram restabelecidas pelos Presidentes Lula e Karzai em 2004.

Estamos prontos a oferecer nossa cooperação ao Afeganistão, particularmente em áreas como monitoramento do comércio exterior e de finanças públicas, censo populacional, pesquisa agrícola, desminagem e assistência eleitoral. O Brasil vem implementando uma série de programas na área de direitos humanos, como a igualdade de gênero e raça e o combate à fome e à pobreza. Estamos prontos a compartilhar tais experiências.

A construção da paz não é uma tarefa exclusivamente de segurança. A reconstrução institucional deve caminhar em conjunto com o desenvolvimento econômico e social. Esse conceito está no centro da recém-criada Comissão de Construção da Paz. Estamos satisfeitos em observar que também merece destaque no “Pacto pelo Afeganistão”.

As experiências no Haiti, no Timor Leste e em muitos países da África mostram a importância de harmonizar a cooperação regional e multilateral. Cumprimentamos o Afeganistão por incluir seus vizinhos em um diálogo regional.

As estratégias de combate aos narcóticos devem ser vistas como parte integral da reabilitação econômica. Pressupõem assistência aos produtores agrícolas afegãos, a fim de que desenvolvam cultivos alternativos para os quais haja garantia de adequado acesso a mercados.

A experiência política afegã desafia o falso paradigma do “choque de civilizações”. Povos de origens diversas estão procurando trabalhar em conjunto para um futuro melhor e mais seguro. Negligenciar o Afeganistão teve um preço alto. Precisamos evitar que isso volte a acontecer,

promovendo uma cooperação internacional reforçada e um diálogo político abrangente.

Continuaremos a apoiar o envolvimento das Nações Unidas no Afeganistão. O novo chefe da UNAMA, Tom Koenigs, é muito conhecido por sua contribuição para os esforços de estabilização na

América Central. Estamos seguros de que adotará o mesmo espírito construtivo em sua nova missão.

O Brasil está pronto para ampliar sua cooperação à medida em que o Afeganistão retoma sua posição como um centro de comércio, cultura e civilização.



Visita do Presidente da República à Argélia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, em Argel, Argélia, em 9 de fevereiro de 2006

Agradeço ao querido amigo Bouteflika as tantas mostras de atenção e carinho dispensadas na minha chegada a Argel. Sua saudação, em particular, expressa a amizade que nos une. Simboliza os profundos laços que aproximam argelinos e brasileiros.

Desde os primeiros dias da heróica luta pela independência deste país, o povo brasileiro aprendeu a admirar uma Nação determinada a tomar seu destino nas próprias mãos. Admiração que só fez crescer diante da generosidade da Argélia ao acolher brasileiros perseguidos durante os tempos sombrios da repressão e autoritarismo que meu país atravessou. Relembro aqui, em particular, e com gratidão, a acolhida que a Argélia deu a este grande brasileiro que foi Miguel Arraes.

Amigo Presidente,

O retorno de Vossa Excelência, em plena saúde, à frente da Nação é garantia de que a Argélia continuará a desempenhar um papel central na política internacional, que continuará sendo referência obrigatória na luta dos povos pelo desenvolvimento e pela soberania.

Suas qualidades pessoais estiveram à mostra durante a visita de Estado que fez ao Brasil, em maio último, e que tenho hoje orgulho em retribuir. Marcaram sua atuação na Cúpula Árabe-Sul-

Americana, que tive o privilégio de co-presidir a seu lado. Pudemos contar com sua visão de estadista nesses dois grandes momentos que marcaram o relançamento das relações Argélia-Brasil.

A Cúpula Árabe-Sul-Americana foi uma iniciativa pioneira e ousada. Ela afeiçoou nossa vontade coletiva de transformar uma longa história de convivência em uma aliança entre blocos decididos a forjar seu lugar num mundo mais justo e solidário.

Temos a convicção coletiva de que o diálogo e o conhecimento mútuo são nossas principais armas para aproximar regiões, superar diferenças e unir gentes. Num momento em que o Mundo Árabe e a América do Sul vivem etapa decisiva na construção da democracia e na conquista do desenvolvimento, a comunidade internacional tem seus olhos voltados para nossas regiões. Por essa razão, é fundamental a parceria entre a Argélia e o Brasil.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil motivou propostas e oportunidades concretas de cooperação que expressam o potencial de povos desejosos de se conhecer melhor e explorar complementaridades.

Em sua visita ao Brasil, Vossa Excelência viu um país que avança no caminho da maturidade política e da abertura econômica com estabilidade, credibilidade e confiança. Um Brasil que tem o compromisso de conferir ao Estado a

responsabilidade de promover as melhorias sociais e regionais, removendo obstáculos que ainda retardam nosso progresso rumo ao bem-estar coletivo. Um Brasil engajado na articulação de coalizões internacionais para promover os interesses dos necessitados e marginalizados.

Argélia e Brasil têm uma agenda comum: o combate à fome e à pobreza, a reforma das Nações Unidas, a cooperação Sul-Sul. Essa parceria é fundamental para revalorizar o multilateralismo. Queremos que nossa voz coletiva seja mais forte na arena mundial, que seja mais efetiva nossa participação nas organizações e nos processos internacionais de tomada de decisão. Temos uma contribuição a dar na construção de um mundo mais estável e solidário, engajado na superação das causas reais dos conflitos e da desesperança em que está mergulhada parte da humanidade.

Senhor Presidente,

Não cremos em conflitos de civilizações. Cremos, isto sim, na tolerância e na justiça social, nos planos interno e internacional. Cremos na igualdade de oportunidades, no respeito à autodeterminação dos povos e na solução pacífica dos conflitos.

O terrorismo é um mal que deve ser combatido com energia e tenacidade. Mas povos livres, bem alimentados e senhores dos seus destinos não terão por que recorrer ao terrorismo.

Temos que convencer os demais líderes do nosso mundo que é mais barato e mais eficaz combater a pobreza e as injustiças do que construir arsenais milionários, que apenas agravam a insegurança. Temos que construir nosso futuro comum não com base no medo, mas na esperança.

Por meio do G-20, no âmbito da OMC, onde esperamos brevemente acolher a Argélia, lutamos por um comércio internacional livre do protecionismo agrícola, que nega aos trabalhadores dos países mais pobres o direito de viver dignamente.

Nas Nações Unidas, devemos juntar esforços para fazer valer as aspirações dos países em desenvolvimento a uma participação mais igualitária nos principais foros da Organização, como o Conselho de Segurança e a Comissão de Construção da Paz.

O apoio da Argélia à iniciativa brasileira “Ação contra a Fome e a Pobreza” reforçou minha convicção de que é possível mobilizar os recursos necessários à erradicação dos bolsões de fome e de pobreza que ainda afligem milhões ao redor do mundo. Na reunião que teremos neste mês, em Paris, aprovaremos propostas concretas capazes de assegurar recursos adicionais em bases estáveis e previsíveis para os mais necessitados, sobretudo na África. Argélia e Brasil estão decididos a colaborar, cada vez mais, em favor do desenvolvimento deste continente que faz parte da identidade argelina e da alma brasileira.

A Argélia que visito hoje é um país que renasceu para o mundo, graças ao esforço e à determinação da sua liderança e, em particular, do seu Presidente. País africano, árabe e mediterrâneo, a Argélia ganhou a admiração e o respeito de seus parceiros ao pacificar-se, ao voltar a ter uma ativa política internacional e regional e ao engajar-se em um amplo programa de reformas políticas e econômicas.

Vossa Excelência tem sido um incansável promotor dessas reformas, da reinserção plena da Argélia na comunidade internacional e da pacificação interna. O povo argelino expressou, no referendo de setembro último sobre a “Carta para a Paz e a Reconciliação Nacional”, seu apego à convivência pacífica e democrática, repudiando a violência e o terrorismo.

A parceria entre Argélia e Brasil tem sólidas fundações. Nosso comércio bilateral alcançou, em 2005, três bilhões e duzentos milhões de dólares. Argélia é nosso primeiro parceiro árabe, o segundo africano e o sétimo entre os países em desenvolvimento. É também nosso primeiro

fornecedor de petróleo e nafta.

O Brasil é o sexto cliente da Argélia e, no comércio global, seu primeiro parceiro dentre os países em desenvolvimento. Esse relacionamento pode aprimorar-se e expandir-se, conforme ficou patente durante a recente missão chefiada por meus Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e de Minas e Energia.

O Brasil oferece condições de competitividade e oportunidades de cooperação com transferência de tecnologia. Abrem-se oportunidades para empresários brasileiros engajarem-se em projetos decisivos para o desenvolvimento argelino e na exploração de terceiros mercados. A parceria entre a Randon e a Cevital na construção de reboques rodoviários mostra o caminho. Vejo com satisfação que o projeto de reforma e ampliação da infraestrutura argelina marca a volta dos serviços brasileiros de engenharia a este país, como na Barragem de Boussiaba. Convido os empresários argelinos a irem ao Brasil para conhecer o mercado brasileiro ou buscarem parcerias que os ajudem a ganhar competitividade e produtividade.

O Brasil dispõe de instituições de serviços de excelência aptas a fomentar a cooperação técnica

entre nossos dois países em amplos setores onde temos potencial de complementaridade: agricultura, vigilância do território, pequena e microempresa, proteção ambiental, saúde, energia, serviços públicos. As duas gigantes do petróleo e do gás, a Petrobrás e a Sonatrach, têm vocação e meios para, em suas parcerias, construir relações sólidas.

Este é o compromisso do governo brasileiro. Queremos que a Argélia seja sócia do Brasil na construção de um mundo à altura das aspirações de nossos povos, que lutaram pelo direito de sonhar com um futuro melhor.

Meu amigo, caro Presidente Bouteflika,

Sei que 33 milhões de argelinos vão juntar-se aos brasileiros nesta Copa do Mundo. Sei que argelinos e brasileiros olham com fascínio a beleza plástica de movimentos das construções arquitetônicas de Oscar Niemeyer neste país. São muitos os laços que nos aproximam na luta pelo desenvolvimento econômico e social. Somos dois países que muito têm a oferecer um ao outro nesse empreendimento único que dá um sentido humano e digno à história que estamos construindo.

Muito obrigado.



Visita do Presidente da República ao Benim

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita à casa do Senhor Chacha de Souza, em Ouidah, no Benim, em 10 de fevereiro de 2006

Queria dizer aos homens e às mulheres do Benim que aos poucos estamos mudando a prática política do Brasil com relação à África. O povo brasileiro tem a marca do povo africano na nossa cor, na nossa alegria, na nossa dança, na nossa música, tem muito a ver com tudo o que vocês representam ao mundo.

O Brasil deve muito ao povo africano. Homens e mulheres livres, neste continente, eram escravizados e vendidos para as Américas. E lá, com o seu sofrimento e o seu trabalho, ajudaram a construir o meu país. Mas não adianta agora ficar apenas chorando o que aconteceu no passado, é preciso pensar em construir o futuro. Todos nós, no Brasil e no Benim, desejamos para os nossos filhos e os nossos netos um mundo muito melhor do que aquele que herdamos dos nossos pais.

Já visitamos, em três anos, praticamente 17 países africanos. Estamos agora no Benim, vamos a Botsuana e à África do Sul. Não queremos que nossa passagem pelo Benim, por essa parte que marca profundamente a história do nosso país, seja esquecida. Não é apenas mais uma passagem. O Brasil decidiu abrir a sua Embaixada no Benim. Uma

parte do Estado brasileiro estará presente, agora, no cotidiano da vida do povo do Benim.

E o Brasil tem muito, muito para ajudar o povo africano. Na questão da saúde, na questão da agricultura, na questão da educação, o Brasil pode ajudar muito mais do que vocês possam imaginar. Podemos ajudar levando jovens para estudar no Brasil; podemos ajudar mandando pesquisadores virem ao Benim; podemos ajudar com muita atividade cultural entre os dois países mas, sobretudo, queremos ajudar no desenvolvimento do continente africano.

Quero dizer para vocês que é com alegria e emoção que chego aqui e encontro muita gente pertencente à família Silva. Mas, também, os Silvas devem ao que os Souzas fizeram por nós ao retornar ao Benim. Portanto, eu quero que vocês saibam que temos o povo do Benim e o povo africano na nossa consciência e no nosso coração. E a forma mais objetiva de sistematizar o reconhecimento que temos pela nossa relação é, como Presidente do Brasil, poder dizer para vocês: nunca mais o Brasil voltará as suas costas para o povo africano.

Obrigado.



Visita do Presidente da República a Botsuana

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo presidente da República de Botsuana, Festus Mogae, em Gaborone, em 11 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo senhor Festus Mogae,
presidente da República de Botsuana,
Senhores ministros brasileiros,
Ministros de Botsuana,
Embaixadores,
Empresários,
Jornalistas e convidados,

É uma honra visitar este belo país, com o qual o povo brasileiro se sente profundamente irmanado. Minha vinda a Botsuana – a primeira de um Presidente brasileiro – dá seguimento ao gesto de Vossa Excelência, que visitou meu país no ano passado. Sua presença no Brasil deu impulso às nossas relações, que agora queremos aprofundar.

Brasil e Botsuana são países que compartilham valores e afinidades políticas. Enfrentamos problemas semelhantes com a mesma coragem e determinação. Já cooperamos no plano multilateral em favor da paz e do desenvolvimento. Devemos agora estender essa cooperação nos planos nacional e regional.

Senhoras e senhores,
Em Botsuana encontramos uma síntese das condições necessárias para a construção de um futuro melhor para os povos da África. Esta é uma nação próspera e socialmente coesa, com uma democracia

vibrante que vem realizando as aspirações de seus habitantes.

A estatura internacional de Botsuana se mede por sua notável estabilidade política e econômica, pela qualidade de suas lideranças políticas, por uma administração pública transparente, por um saudável ambiente de negócios. Os resultados se vêem no crescimento econômico consistente de várias décadas.

Botsuana é modelo para o continente africano. O Brasil deseja que a parceria que está sendo construída aqui também possa ser um exemplo de cooperação solidária entre nações, de dois continentes, que estão unidas na determinação de alcançar o desenvolvimento e o bem-estar de seus povos.

Senhor Presidente,
Com base no Acordo-Quadro de Cooperação Técnica que assinamos quando da viagem de Vossa Excelência ao Brasil, avançamos em diversos projetos de interesse direto para nossas populações.

O instrumento que assinamos em matéria de combate ao vírus do HIV/AIDS sinaliza a importância da parceria que estamos desenvolvendo. Unindo as experiências bem sucedidas de Botsuana e do Brasil

no combate ao vírus da AIDS, ofereceremos um modelo de cooperação para outros países africanos. Antecipamos o dia em que medicamentos anti-retrovirais possam ser distribuídos gratuitamente para amplas camadas da população, preservando vidas e reacendendo esperanças.

O segundo ato que assinamos hoje também tem como objetivo criar oportunidades para nossa juventude, por meio da cooperação esportiva, com repercussões nos planos dos serviços sociais e profissionais.

Queremos fundar nossa parceria em bases econômicas firmes. A realização, ontem, aqui em Gaborone, de importante encontro de homens de negócios atesta esse potencial. Estou seguro de que nesse evento foram identificadas importantes oportunidades de investimentos brasileiros no promissor mercado de Botsuana.

Temos o desafio de elevar o nível ainda muito modesto de nossas trocas comerciais. A tecnologia e os produtos brasileiros, por serem mais adaptados às condições do mercado africano, podem ajudar Botsuana a diversificar seu parque industrial, sobretudo no campo de couros, calçados e processamento de carne.

Estou convencido de que nossas iniciativas muito se beneficiariam de uma aproximação entre a Comunidade Sul-Americana de Nações e a Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional. Ambas organizações se voltam para a coordenação política e a integração regional como indutores de desenvolvimento econômico e social. Na qualidade de sede da Comunidade da África Meridional, quero encorajar o governo de Botsuana a tomar a dianteira nesse processo de aproximação entre países do Sul.

Outro elemento que facilitará nossa tarefa será a criação de uma futura área de livre comércio entre o Mercosul e a SACU. A assinatura de um acordo de preferências comerciais foi um primeiro passo nessa direção.

Nossa parceria econômica também se

estende ao campo das negociações multilaterais de comércio. No âmbito do G-20, o Brasil e outros países em desenvolvimento vêm combatendo os subsídios agrícolas, que resultam no empobrecimento de nossas populações.

O compromisso de Botsuana com a democratização dos mecanismos multilaterais explica por que seu país, senhor Presidente, foi escolhido pela União Africana para negociar a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil é profundamente agradecido pelo apoio de Botsuana à sua candidatura a membro permanente do Conselho.

Contamos, também, com o apoio de Botsuana à iniciativa “Ação contra a Fome e a Pobreza”, lançada há cerca de um ano e meio em Nova York.

Senhoras e senhores,

É uma honra visitar o país de Seretse Khama, líder do processo de independência e Presidente que soube compreender o profundo apego de seus concidadãos pela democracia e pela concórdia. Esses são valores que compartilhamos e que dignificam a aliança que estamos celebrando.

Estamos determinados a construir uma ponte de solidariedade e cooperação entre a África e a América do Sul. Esta idéia-força ganha contornos mais concretos com a proposta do Presidente Obasanjo, da Nigéria, de organizar encontro dos Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e da África.

Convido nossos parceiros africanos a engajarem-se na viagem de descoberta mútua que me trouxe hoje a Botsuana e já me levou, nos últimos três anos, a 16 outros países do continente africano.

Meu caro presidente Festus Mogae,

Senhores Ministros,

Cada vez que embarco em uma viagem para a África é como se estivesse voltando para a minha própria casa. Estamos trabalhando para construir uma

consciência do nosso povo de que somos devedores ao povo africano. Não devedores de dinheiro, porque não teremos como pagar, mas devedores da nossa riqueza cultural, devedores da alegria do nosso povo, da nossa ginga, da nossa dança e devedores da beleza do nosso povo.

E quando falamos de integração, logo olhamos o Oceano Atlântico. Me parece impossível estarmos tão perto, com tanta água salgada e profunda pela nossa frente. Entretanto, meus amigos, o ser humano não é medido por quilômetros, as distâncias, às vezes, não podem ser medidas por quilômetros, porque não há mar e não há distância que possa separar dois povos e dois continentes quando as suas consciências e os seus corações estão irmanados em torno de um objetivo.

Podemos morar em Botsuana ou morar no Brasil, mas todos nós trabalhamos para criar um mundo mais justo, mais solidário, em que homens e

mulheres sejam tratados com a dignidade que aquele que nos criou espera que sejamos tratados.

Quero terminar, senhor Presidente, com uma frase que transmiti ao povo do Benim. Durante muitos anos no século XX, o Brasil virou as costas para a América do Sul e olhava para a Europa e para os Estados Unidos sem enxergar a África. Às vezes, queria até enxergar o Japão sem querer enxergar a África.

Tenho um compromisso de vida que, possivelmente, não possa ser cumprido por um governo, possivelmente, por algumas gerações. É o compromisso de que nunca mais o Brasil olhará o mundo sem enxergar o continente africano.

Com essas palavras, quero pedir a todos que comecemos essa nossa passagem por Botsuana com um brinde em homenagem ao presidente Mogae e ao povo de Botsuana.

Muito obrigado.



Instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, pela instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em Brasília, em 15 de fevereiro de 2006

Senhoras e senhores membros do Congresso Nacional,

O Brasil de hoje é um país com mais desenvolvimento e menos desigualdade, um país no qual o econômico e o social, longe de ser excludentes, caminham lado a lado. Ao prestar contas das ações do Executivo em 2005 e apresentar nossas metas e desafios para 2006, quero reafirmar que a construção deste Brasil melhor se deve ao esforço conjunto do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e ao engajamento de toda a sociedade brasileira.

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE em novembro de 2005, confirma que estamos avançando na superação de injustiças históricas, com a redução da pobreza e da concentração de renda. Nestes últimos três anos, foram criados 3,4 milhões de novos postos de trabalho, todos com carteira assinada. Além disso, mais de 80% dos acordos salariais fechados em 2005 resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação.

Pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre o governo e as centrais sindicais definiu o valor do novo salário mínimo, que já foi encaminhado ao Congresso Nacional na forma de um projeto de lei.

Ganha o trabalhador, que receberá um salário

mínimo mais digno, mas ganha também o país como um todo, com os R\$15 bilhões que irão aquecer a economia graças ao aumento do poder de compra de significativa parcela da população brasileira. Estamos, todos juntos, mudando o Brasil, mas sem perder de vista a estabilidade econômica, uma vez que inflação alta penaliza duramente os mais pobres e inviabiliza qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Nossos esforços conjuntos e nossa disciplina na condução da política econômica permitiram a devolução antecipada dos recursos emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), economizando US\$900 milhões em juros. Não mais devemos ao FMI. Podemos caminhar com as próprias pernas, condição para avançar neste novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Estamos também retomando as grandes obras industriais e de infra-estrutura. Além de gerar milhares de empregos e reforçar as bases para o desenvolvimento do país, obras como a ferrovia Transnordestina, o Pólo Siderúrgico do Ceará, a duplicação da BR-101 e a refinaria Abreu e Lima consolidam a industrialização do Nordeste, corrigindo desigualdades regionais históricas.

Fruto da parceria entre Brasil e Venezuela, a refinaria Abreu e Lima é um dos muitos símbolos da

integração do continente, que temos buscado desde o primeiro dia de nosso governo, assim como o Gasoduto do Sul, que une Venezuela, Brasil e Argentina.

Enquanto avançamos na integração da América do Sul, nosso comércio exterior nos aproxima cada vez mais da Ásia e África, sem perder de vista parceiros tradicionais e importantes como os Estados Unidos e a Comunidade Européia. Nossas exportações continuam crescendo e chegaram ao patamar histórico de US\$118,309 bilhões em 2005, com um saldo comercial de US\$44,764 bilhões. As exportações continuarão a se expandir em 2006, gerando mais emprego e renda.

Ao mesmo tempo em que se prepara para atingir, em breve, a tão sonhada auto-suficiência em petróleo, o Brasil torna-se pioneiro na produção de uma alternativa energética menos poluente. Fortemente vinculado à agricultura familiar, o biodiesel é mais um exemplo de como a economia e a conquista de direitos sociais estão andando de braços dados no Brasil de hoje.

Estamos também criando condições para uma vida mais digna no campo. O Luz para Todos já leva energia elétrica a mais de 2,2 milhões de brasileiros que vivem na zona rural. Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) subiram de R\$2,4 bilhões na safra 2002/2003 para R\$6,2 bilhões na de 2004/2005. Para a safra 2005/2006, foram disponibilizados R\$9 bilhões. Mas o Pronaf não apenas cresceu em volume de recursos. Antes concentrado na região Sul, o programa nacionalizou-se e hoje chega a todos os estados e a 5.360 municípios do país, também contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Superadas as dificuldades iniciais, o ritmo da reforma agrária se acelerou e, em 2005, assentamos 127.506 famílias. Nosso esforço tem sido para fazer uma reforma agrária de qualidade, com crédito, assistência técnica, educação, habitação, estradas e cisternas para assentamentos novos e antigos. Em

2006, pretendemos novamente ultrapassar a meta anual, avançando no cumprimento do estabelecido com os movimentos sociais do setor.

Queremos continuar avançando, e muito, na implementação das mudanças que o país precisa.

Ampliamos fortemente os investimentos sociais, que vêm crescendo a cada ano. Em 2003, investimos R\$11,4 bilhões em programas vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social. Em 2004, R\$14 bilhões. Em 2005, R\$17,8 bilhões. Este ano, vamos investir R\$21,2 bilhões.

O Programa Bolsa Família já chega a 8,7 milhões de famílias, o equivalente a 77% daquelas que vivem abaixo da linha de pobreza. Nossa meta é chegar ao final de 2006 beneficiando 100% das famílias que vivem em extrema pobreza. Não se trata apenas de fazer transferência de renda, mas de resgatar cidadanias.

Se o Bolsa Família visa ao combate imediato à extrema pobreza, cabe à Educação criar oportunidades para o futuro, sobretudo em benefício dos mais jovens. Com a contribuição do Congresso Nacional, na apreciação e aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a educação deverá receber R\$21 bilhões a mais já em 2006. Ao mesmo tempo, estamos criando dez novas universidades federais e 40 pólos universitários em várias regiões do Brasil. Estamos, também, possibilitando o acesso maciço de alunos de baixa renda ao ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), que este ano já concedeu 203 mil bolsas.

O ProUni oferece a milhares de jovens vindos da rede pública a oportunidade, antes remota, de chegar à universidade. Da mesma forma que o ProJovem, outro importante programa voltado para a juventude brasileira está assegurando a inserção social de 200 mil rapazes e moças que vivem em situação de risco nas regiões metropolitanas. Trata-se, enfim, de continuar construindo hoje o Brasil de amanhã, tarefa que tem no Congresso Nacional um dos atores essenciais, apreciando, debatendo e

aprovando medidas indispensáveis ao desenvolvimento do país.

Quero destacar que, em 2005, saíram aprovados do Congresso – entre muitas outras iniciativas – o Programa Nacional de Microcrédito Orientado, a MP do Bem, a Lei de Falências, além do ProUni, do ProJovem e do Programa Nacional do Biodiesel.

Em 2006, temos novas conquistas pela frente: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Saneamento Básico, a organização e o controle social das

Agências Reguladoras, o Conselho Nacional de Bioética, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outras.

Tenho certeza de que continuaremos trabalhando juntos, Governo, Congresso e sociedade, na construção de um Brasil cada vez mais desenvolvido e menos desigual – para nós, nossos filhos e as futuras gerações.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



IX Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia por ocasião da 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Porto Alegre (RS), em 17 de fevereiro de 2006

Sua Santidade Aram I, Moderador do Conselho Mundial de Igrejas,

Senhora Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil.

Senhor Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário,

Minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva,

Doutor Samuel Kobia, Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas,

Senhores Deputados Adão Pretto, Beto Albuquerque, Henrique Fontana, Marco Maia, Maria do Rosário, Orlando Desconsi, Pastor Reinaldo, Paulo Pimenta, Tarcísio Zimmermann,

Professor Joaquim Clotet, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

Meus amigos, ex-Ministros do meu governo, Tarso Genro, Olívio Dutra e Benedita da Silva,

Senhores membros do Conselho Mundial de Igrejas,

Senhoras e senhores participantes da 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas,

Senhores jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Os convidados devem estar percebendo que a democracia respira forte do lado de fora. Para um país que viveu 23 anos subordinado a um regime autoritário, não tem barulho mais gostoso do que o

barulho do povo gritando – contra ou a favor, não importa. O que importa é que ele esteja gritando.

O Brasil tem muito orgulho em receber esta 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, iniciada nesta terça-feira.

Pela importância deste evento, abre-se para nós não apenas um excelente momento de diálogo intenso, mas também a oportunidade de apresentarmos, em nome do nosso governo, uma síntese do que temos feito nesses três anos para transformar a realidade do Brasil.

Muito do que nos une hoje em termos de valores, de princípios e de prática efetiva começou lá atrás, em tempos muito difíceis. Quando lutávamos, por exemplo, décadas atrás, pela democracia em nosso país, encontramos no Conselho Mundial de Igrejas não apenas incentivo moral e espiritual, mas solidariedade ativa e apoio efetivo para prosseguirmos confiantes naquelas batalhas.

Foram anos de duras lutas em defesa da liberdade e da dignidade humana. E muitos são os exemplos que poderia citar para dar testemunho da nossa gratidão para com este Conselho. Mas vou me ligar a apenas um caso que condensa, por sua força simbólica, todos os outros. Foi o Conselho Mundial de Igrejas que acolheu, entre 1970 e 1980, um dos brasileiros mais respeitados na área da educação em todo o mundo, que foi perseguido e

obrigado a deixar o nosso país, o saudoso companheiro Paulo Freire. Trabalhando como consultor na sede do Conselho, em Genebra, Paulo Freire soube desenvolver importantes projetos de educação libertária na Europa, Ásia, América, Oceania e, sobretudo, nos países africanos de língua portuguesa.

A democracia e a liberdade conquistadas pelo povo brasileiro devem muito à participação solidária das igrejas.

Nesta Assembléia, os valores que dignificam a existência humana continuam mais vigorosos do que nunca. O engajamento deste Conselho na luta mundial contra a fome e a pobreza, por exemplo, tem enorme significado para esta causa da qual nós, brasileiros, temos muito orgulho de participar.

Em 2004 organizei, junto com meus colegas da França, Chile e Espanha, reunião de alto nível para promover a ação internacional contra a fome e a pobreza. Sessenta chefes de Estado e de Governo e mais de 100 delegações, durante a Assembléia-Geral da ONU, responderam positivamente a essa iniciativa, que conta agora com a adesão da Alemanha e da Argélia ao grupo técnico inicial. Desde então, propusemos mecanismos inovadores de financiamento internacional para os fundos de combate à fome e a pobreza e estamos discutindo, na Comunidade das Nações, a melhor forma de implementá-los.

Sabemos que posturas firmes e ações concretas por parte dos Estados são indispensáveis para que alcancemos os resultados esperados. Mas a participação da sociedade civil nacional e internacional tem sido e é imprescindível para que avancemos neste caminho. Quero destacar aqui o importante papel que o Conselho Mundial de Igrejas vem tendo no combate à fome e à pobreza em todo o mundo. Isso faz com que continuemos hoje tão próximos como estivemos no passado, em busca de justiça social, lutando pela liberdade, pela democracia e pela dignidade humana.

Todos aqui acreditamos que a força espiritual

é imprescindível para impulsionar uma militância solidária e incansável, individual e coletiva, em favor do bem comum. As mentes, os corações e as mãos operosas que comungam valores de amor e respeito ao próximo são, com certeza, indispensáveis na construção de um reino de justiça neste mundo de desigualdades.

Minhas amigas e meus amigos,

Estes são os valores e princípios que buscamos, desde o início do governo, colocar em prática. E essas nossas ações, graças a Deus, já contribuíram nesses três anos para mudar, e muito, a vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Todo o esforço tem sido no sentido de promover o desenvolvimento e diminuir a desigualdade social em nosso país.

Hoje, mais de 8 milhões e 700 mil famílias – 77% da população que vive abaixo da linha da pobreza – estão recebendo o Bolsa Família, o principal instrumento de ação do programa Fome Zero. Em contrapartida, mantêm seus filhos na escola e cuidam regularmente da saúde.

Com a renda do Bolsa Família, essas pessoas, cerca de 40 milhões, antes praticamente esquecidas pelo Poder Público, estão podendo fazer três refeições por dia e olhar com outros olhos o seu próprio futuro.

Estamos combinando programas emergenciais de amplo alcance com mudanças estruturais que vão possibilitando, cada vez mais, o surgimento de novas oportunidades de emprego e geração de renda para milhões de brasileiros.

O empenho do governo em promover a reforma agrária, por exemplo, já apresenta resultados significativos. Em 36 meses, assentamos 245 mil famílias e levamos infra-estrutura e assistência técnica à grande maioria dos assentamentos.

Para muitos das senhoras e dos senhores, talvez seja inimaginável supor que milhões de famílias em nosso país ainda vivam sem ter acesso a energia elétrica. Pois saibam que eram cerca de 12 milhões

– 12 milhões de pessoas no Brasil – que não tinham acesso a energia elétrica. Mas hoje, felizmente, através do programa Luz para Todos, mais de 2 milhões e 200 mil dessas pessoas, principalmente nas zonas rurais, inclusive remanescentes de quilombos, já contam com energia elétrica pela primeira vez em suas vidas. E até 2008, de acordo com o cronograma estabelecido, esperamos que não tenhamos mais ninguém no Brasil vivendo sem energia elétrica.

Outro exemplo que gostaria de destacar vem sendo realizado em conjunto com a sociedade civil na região que mais sofre com a seca em nosso país: o semi-árido do Nordeste brasileiro. Já foram construídas 113 mil cisternas que captam e armazenam a água da chuva possibilitando a essas famílias uma vida digna, apesar do secular problema da seca.

Na educação, estamos democratizando o acesso, dando oportunidade a quem nunca teve condições de estudar e melhorando a qualidade do ensino em nosso país. Criamos, inclusive, políticas públicas efetivas para reduzir a desigualdade racial.

Hoje, jovens afrodescendentes e indígenas contam com uma política de cotas para ingresso nas universidades federais. As cotas também fazem parte do programa Universidade para Todos, o ProUni, um programa inédito que criamos e que já concedeu 203 mil bolsas de estudos a alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Este número equivale a mais de uma vez e meia o número de vagas anuais nas universidades públicas brasileiras. Ter estudo de qualidade no Brasil não é mais um privilégio de poucos, e esta é a verdadeira revolução da democratização do ensino e de um futuro de oportunidade.

Quero dizer aos participantes desta 9ª Conferência: o Congresso Nacional brasileiro acaba de aprovar uma lei fundamental para o Brasil, o Fundo Nacional de Educação Básica, que vai permitir que o governo brasileiro, a partir de 2008, tenha 4 bilhões e 300 milhões de reais a mais na educação para cuidar das crianças de zero até o ensino médio. Isso permitirá que os filhos dos pobres tenham a

oportunidade de chegar ao ensino fundamental, à primeira série, e sair tão preparados quanto outros setores da sociedade que podem pagar uma escola particular para os seus filhos.

Aumentamos de oito para nove o número de anos de frequência em escola do ensino fundamental, e trouxemos para o Estado brasileiro a responsabilidade de fazer três coisas fundamentais na educação. Primeiro, o processo de reforma universitária que deve ser votado este ano no Brasil, para dar autonomia às universidades brasileiras. Segundo, a extensão universitária. Só para vocês terem idéia, estamos criando neste governo quatro universidades federais novas, estamos transformando cinco faculdades em cinco novas universidades federais e estamos levando 32 extensões de universidades federais – que normalmente estão na capital – para o interior do país, para dar oportunidade às cidades médias e pequenas de terem os seus filhos estudando, não precisando ir à capital sem ter, muitas vezes, como pagar ou como morar.

Mais importante ainda é que, no Brasil, o Governo federal tinha deixado de assumir a responsabilidade pelo ensino técnico. Tinha uma lei no Congresso Nacional que dizia que só podia ter nova escola técnica se a cidade ou o estado assumisse a responsabilidade pelo gerenciamento daquela escola.

Nós tomamos a decisão, através do companheiro Ministro Tarso Genro, que está aqui, e do seu sucessor Fernando Haddad, de assumir para o Governo federal a responsabilidade pelo ensino técnico no Brasil. E estamos construindo este ano 32 novas escolas técnicas, das quais inauguraremos 25 até junho deste ano.

Evidentemente uma das conquistas das quais mais nos orgulhamos, e que revela o alcance social das mudanças que temos feito em nosso país, é a geração de quase quatro milhões de novos empregos com carteira assinada – empregos formais – em apenas 36 meses. Isso sem contar com os postos de trabalho informais.

No Brasil, criamos a maior política de crédito

para os trabalhadores que já aconteceu na história de um país na América do Sul. Crédito com juros pela metade do juro normal, para que o trabalhador possa pagar em 24 meses ou em 36 meses, descontado no seu salário. Isso possibilitou que, em 17 meses, entrassem no mercado brasileiro 31 bilhões de reais como crédito para o trabalhador. E isso tem possibilitado a geração de empregos e a melhoria da vida das pessoas.

Esta nova situação do Brasil já se refletiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita pelo IBGE, cujos dados demonstram que, entre 2003 e 2004, três milhões de brasileiros saíram da condição de miséria absoluta, deixando a linha da pobreza e conquistando o início de uma nova cidadania.

É preciso, porém, deixar claro que muitas das ações e iniciativas do nosso governo têm origem na mobilização da sociedade, em suas propostas, em suas reivindicações. Esse é um dado importante. Como Presidente da República, nesses 36 meses, eu participei de 17 conferências nacionais: conferência de trabalhadores sem-terra, conferência de saúde, conferência de portadores de deficiência, conferência para discutir a educação. Dezessete conferências nacionais, em que parte das coisas que estamos fazendo são resultado dessa participação popular e desse exercício da democracia que, muitas vezes, é fácil falar e muito difícil colocar em prática.

Em muitos casos, é a presença nacional e a capilaridade das instituições religiosas que têm possibilitado ao Estado levar, através de convênios e parcerias, os benefícios à população. Tanto na conscientização de setores populares como na organização de cadastros com fins sociais, ou mesmo na fiscalização dos programas do governo, as entidades religiosas têm desempenhado um papel insubstituível neste processo de transformação do Brasil. E confiamos que esta colaboração se estreite cada vez mais.

Quero fazer mais do que um reconhecimento público à efetiva participação do Conselho Mundial de Igrejas nas ações sociais no Brasil. Quero conclamar o Conselho a continuar atuando junto

conosco na construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

Meus amigos e minhas amigas,

O ecumenismo cristão representado por este Conselho é um exemplo na busca de um mundo de paz. Tenho certeza de que ele deve continuar a ser promovido e ampliado.

Felizmente, o povo brasileiro desenvolveu ao longo de sua história uma característica da qual muito nos orgulhamos: a liberdade e a tolerância religiosa, apesar dos muitos preconceitos que herdamos do passado. Somos um país multirracial e multireligioso. O nosso Estado laico garante, pela Constituição, que cada um professe sua fé segundo sua própria consciência.

Um exemplo recente reforçou, na prática, a liberdade religiosa em nosso país. O novo Código Civil Brasileiro, no que se refere à constituição jurídica de templos e entidades religiosas, definiu claramente direitos e deveres, e simplificou os processos administrativos para sua abertura. Com isso, garantimos a todas as religiões, e em especial às muitas denominações evangélicas, o suporte jurídico necessário para o seu funcionamento. Paralelamente, nosso governo intensificou o diálogo com a sociedade e adotamos ações educativas, buscando promover cada vez mais o convívio saudável e respeitoso entre todas as religiões.

Quero agradecer ao Conselho Mundial de Igrejas por ter escolhido para a realização de sua 9ª Assembléia o Brasil e a nossa querida Porto Alegre, berço do Fórum Social Mundial, expressão dos ideais e da diversidade da sociedade civil contemporânea.

Aqui, compartilhando idéias, assumindo decisões em comum, trocando experiências e nos fortalecendo espiritualmente, estamos também – e isso é o mais importante – dando continuidade à sagrada tarefa de manter viva a chama da fraternidade e da solidariedade entre todos os povos do mundo.

Muito obrigado.

Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006

“J’aurais souhaité participer en personne à l’ouverture de cette très importante Conférence, aux côtés du Président Chirac, d’autres collègues et du Secrétaire Général Kofi Annan. Cet événement fait avancer l’initiative que les Présidents Chirac et Lagos, comme le Secrétaire Général et moi-même, avons lancée à Genève. Elle donne suite aux engagements pris par 110 pays lors du Sommet de septembre 2004, à New York.

À cette occasion, nous nous sommes mis d’accord pour trouver de nouveaux mécanismes – efficaces et immédiats – pour combattre la faim, ce fléau qui touche des centaines de millions d’êtres humains.

La tenue de cette Conférence est la preuve que la persistance peut vaincre l’inertie et le scepticisme. Elle démontre aussi que nos efforts communs peuvent nous conduire au-delà des paroles et des bonnes intentions.

Au Brésil, nous nous sommes attachés à mettre en œuvre la contribution solidaire sur les billets d’avion. Mon gouvernement a déjà pris des mesures visant son adoption permanente et définitive. D’ici que ces mesures soient effectivement en place, nous contribuerons par des fonds budgétaires correspondants au produit que l’on estime pouvoir tirer de ce mécanisme. Un projet de loi sera très

prochainement transmis au Congrès National, à cet effet.

Nous soutenons avec enthousiasme la création d’une Facilité Internationale d’Achat de Médicaments. C’est un projet qui constitue une réponse concrète au défi lancé par la faim et la pauvreté. Nous le savons bien, l’accès à la santé est un élément indispensable au développement humain, à l’éducation et au travail digne. La lutte contre la pauvreté, dans les pays en voie de développement, passe par la lutte contre les maladies comme le SIDA, le paludisme et la tuberculose. Dans le même esprit, nous sommes prêts à soutenir d’autres initiatives, telle la Facilité Internationale de Financement de l’Immunisation.

Au Brésil, nous nous sommes engagés à vaincre un lourd héritage d’inégalités et d’injustice, et à créer les conditions permettant davantage d’inclusion sociale. Cela n’est pas une utopie. La réussite des programmes que nous avons mis en place au Brésil, et dont on peut déjà voir des résultats tangibles, nous laisse croire que des progrès similaires sont possibles au niveau international.

Le Brésil est prêt à accueillir une prochaine réunion, à la suite des discussions qui se tiendront ces deux jours à Paris, dans le but d’approfondir les aspects techniques des propositions et d’encourager

d'autres pays à nous rejoindre.

Ceux qui ont faim ne peuvent pas attendre. Ils ont besoin de réponses urgentes. Notre tâche est de faire que ces réponses se matérialisent.

Je vous remercie”.

(Texto em português)

“Gostaria de poder participar pessoalmente da abertura desta Conferência muito importante, ao lado do Presidente Chirac, de outros colegas e do Secretário-Geral Kofi Annan. Este evento permite fazer avançar a iniciativa que os Presidentes Chirac e Lagos, o Secretário-Geral e eu próprio lançamos em Genebra. Ela dá seguimento aos compromissos assumidos por 110 países por ocasião da Cúpula de setembro de 2004, em Nova York.

Naquela ocasião, concordamos em buscar novos mecanismos – eficazes e imediatos – para combater a fome, esse flagelo que afeta centenas de milhões de seres humanos.

A realização desta Conferência é prova de que a persistência pode vencer a inércia e o ceticismo. Demonstra também que nossos esforços conjuntos podem levar-nos além das palavras e das boas intenções.

No Brasil, comprometemo-nos a implementar a contribuição solidária sobre as passagens aéreas. Meu Governo já tomou medidas visando a sua adoção definitiva. Até que essas medidas estejam em vigor, contribuiremos por meio de fundos orçamentários, correspondentes à receita que se espera obter com tal mecanismo. Nesse sentido, um projeto de lei será submetido muito proximamente ao Congresso Nacional.

Apoiamos com entusiasmo a criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos. Trata-se de projeto que representa uma resposta concreta ao desafio da fome e da pobreza. Como se sabe, o acesso à saúde é elemento indispensável do desenvolvimento humano, da educação e do trabalho digno. A luta contra a pobreza nos países em

desenvolvimento passa pela luta contra enfermidades como a AIDS, a malária e a tuberculose. Nesse mesmo espírito, estamos dispostos a apoiar outras iniciativas, como o Mecanismo Internacional de Financiamento da Imunização.

No Brasil, estamos engajados na superação de uma pesada herança de desigualdade e injustiça, e na criação das condições para promover a inclusão social. Isso não é uma utopia. O êxito dos programas que implementamos no Brasil, de que já podemos ver resultados tangíveis, nos permite acreditar que progressos semelhantes são possíveis no plano internacional.

O Brasil está pronto a sediar uma próxima reunião, em seguimento às discussões que se realizarão nestes dois dias em Paris, com o objetivo de aprofundar os aspectos técnicos das propostas e de encorajar outros países a se unirem a nós.

Os que têm fome não podem esperar. Eles precisam de respostas urgentes. Nossa tarefa é fazer com que tais respostas se materializem.

Muito obrigado”.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, intitulado “Financiamentos Inovadores para o Desenvolvimento: novas fontes para uma globalização solidária”, proferido por ocasião da Abertura da Primeira Sessão Plenária da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006

Je voudrais d’abord rendre hommage au Gouvernement français, et en particulier à M. Douste-Blazy, pour l’organisation de cette Conférence. C’est pour moi une grande satisfaction que d’ouvrir les travaux de cette Séance Plénière consacrée aux mécanismes innovants de financement pour une mondialisation plus solidaire.

Nous sommes rassemblés ici pour instaurer une nouvelle forme de coopération internationale. Cette Conférence constitue un progrès significatif

dans le processus que nous avons amorcé en 2004, lors du Sommet pour une «Action contre la Faim et la Pauvreté», à New York.

Nous vivons à une époque – peut-être pour la première fois dans l’Histoire – où nous disposons des conditions matérielles d’éradiquer la faim et la pauvreté de la planète. Il nous manque, toutefois, des moyens plus efficaces pour être sûr que les bénéfices de la mondialisation arriveront jusqu’à ceux qui en ont le plus besoin. Il faut, bien sûr, intensifier les efforts pour accroître les financements provenant de sources traditionnelles, telle l’Aide Officielle au Développement.

En ce sens, l’instauration d’objectifs précis pour atteindre les engagements en matière d’AOD, comme l’a fait l’Union Européenne, représente un vrai progrès. Un commerce mondial plus libre et équitable, avec une participation croissante des pays en voie de développement, surtout les moins avancés, constitue aussi un instrument efficace pour surmonter la pauvreté.

Mais le défi d’éliminer la faim et la pauvreté demande de nouveaux instruments, capables de transférer des ressources additionnelles sur des bases stables et prévisibles. Ressources dont les flux n’oscillent pas selon les caprices des bureaucrates ou au rythme de priorités politiques volatiles.

Que l’on puisse avoir davantage de ressources et de ressources d’une meilleure qualité – voilà la principale raison d’être des mécanismes innovants de financement. Depuis le Sommet de 2004, les mécanismes innovants pour financer le développement ont cessé d’être un sujet tabou. Ces mécanismes font désormais partie intégrante des débats en cours aux Nations Unies et autres organismes multilatéraux, institutions financières internationales comprises. Aujourd’hui, nous faisons un pas en avant de plus pour mettre en œuvre certains de ces mécanismes.

Le projet-pilote basé sur une contribution sur les billets d’avion est une initiative qui a le potentiel d’apporter des ressources à court terme. Il a aussi

l’avantage de démontrer que les prélèvements appliqués à niveau national et coordonnés à niveau international tracent un chemin prometteur.

Le Brésil est en train de prendre des mesures concrètes pour mettre en place la contribution solidaire sur les billets d’avion. La pleine mise en œuvre de cette contribution nécessite des changements législatifs. D’ici que ces mesures soient effectives, nous contribuerons par des fonds budgétaires équivalents à la recette que l’on estime pouvoir tirer de ce mécanisme, sur la base d’une contribution de 2 dollars par voyageur sur un vol international.

Nous sommes tout à fait d’accord avec l’idée de destiner une partie de ces ressources à la création d’une facilité d’achat de médicaments contre le SIDA, le paludisme et la tuberculose – les trois maladies qui tuent le plus dans les pays en voie de développement.

Compte tenu de l’importance que nous attribuons aux investissements dans le domaine de la santé, y compris en ce qui concerne la prévention, nous sommes prêts à participer au projet-pilote de vaccination de l’IFF, selon des modalités en cours d’examen.

En parallèle, nous allons continuer à travailler pour rendre possible l’adoption d’autres mécanismes. Des mesures telle l’application d’un prélèvement sur les transactions financières ou le commerce des armes, ainsi que la lutte contre les paradis fiscaux, pourraient rapporter des sommes significatives.

La facilitation des virements des travailleurs migrants par la réduction de leur coût peut jouer un rôle important, bien qu’il ne s’agisse pas, à proprement parler, d’un mécanisme innovant. À cet effet, nous nous réjouissons de l’adoption, par consensus, à l’Assemblée Générale des Nations Unies, d’une résolution suggérant plusieurs mesures aux gouvernements et au secteur privé.

J’espère vivement que cette Conférence pourra à la fois réaffirmer nos engagements et approfondir les aspects techniques des propositions.

Nous comptons bien, aussi, qu'elle parviendra à stimuler le débat autour d'idées nouvelles, et surtout à rallier d'autres partenaires à nos efforts communs pour vaincre la faim et la pauvreté.

Je vous remercie.

(Texto em português)

Queria, antes de mais nada, agradecer ao Governo francês e, em particular, ao Ministro Douste-Blazy pela organização desta Conferência. É para mim motivo de grande satisfação abrir os trabalhos desta Sessão Plenária dedicada aos mecanismos financeiros inovadores para uma globalização mais solidária.

Estamos aqui reunidos para instaurar uma nova forma de cooperação internacional. Esta Conferência representa um avanço significativo no processo que lançamos, em 2004, em Nova York, no Encontro de Líderes para uma "Ação contra a Fome e a Pobreza".

Vivemos uma época – talvez pela primeira vez na História – em que dispomos das condições materiais para erradicar a fome e a pobreza de nosso planeta. Faltam-nos, contudo, meios mais eficazes para assegurar que os benefícios da globalização cheguem aos mais necessitados. É preciso, naturalmente, intensificar nossos esforços para aumentar o financiamento proveniente das fontes tradicionais, como a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

Nesse sentido, o estabelecimento de metas precisas para o cumprimento dos compromissos assumidos em termos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, como fez a União Européia, representa um avanço efetivo. Um comércio mundial mais livre e equitativo, com uma participação crescente dos países em desenvolvimento, sobretudo os menos avançados, constitui instrumento eficaz para a superação da pobreza.

No entanto, o desafio de eliminar a fome e a pobreza exige novos instrumentos, capazes de gerar recursos adicionais em bases estáveis e previsíveis –

recursos que não oscilem segundo os caprichos dos burocratas ou ao sabor de prioridades políticas voláteis.

Obter recursos maiores e de melhor qualidade é a principal razão de ser dos mecanismos financeiros inovadores. Desde a Cúpula de 2004, os mecanismos inovadores para financiar o desenvolvimento deixaram de ser um assunto tabu. Esses mecanismos fazem hoje parte integral dos debates em curso nas Nações Unidas e outros organismos multilaterais, inclusive as instituições financeiras internacionais. Hoje damos um novo passo à frente para colocar em marcha alguns dos mecanismos.

O projeto-piloto de uma contribuição sobre passagens aéreas é uma iniciativa que tem o potencial de gerar recursos a curto prazo. Tem também o mérito de demonstrar que taxas aplicadas nacionalmente e coordenadas internacionalmente abrem um caminho promissor.

O Brasil vem tomando medidas concretas para implementar a contribuição solidária sobre passagens aéreas. A plena entrada em vigência dessa contribuição exige mudanças legislativas. Até que essas medidas sejam efetivadas, contribuiremos com fundos orçamentários equivalentes ao que se espera arrecadar com o mecanismo, sobre a base de uma contribuição de 2 dólares por passageiro embarcado para o exterior.

Estamos de pleno acordo com a idéia de destinar parte dos recursos a serem obtidos para uma central de compra de medicamentos contra a AIDS, a malária e a tuberculose – as três doenças que mais matam nos países em desenvolvimento.

Tendo presente a importância que atribuímos aos investimentos na área da saúde, inclusive no que se refere à prevenção de doenças, estamos prontos a participar do projeto-piloto de vacinação do IFF, segundo modalidades ainda sob exame.

Paralelamente, continuaremos a trabalhar para tornar possível a adoção de outros mecanismos. Medidas como a aplicação de uma taxa sobre fluxos financeiros ou sobre o comércio de armas, assim

como o combate aos paraísos fiscais, poderiam gerar recursos expressivos.

A facilitação das remessas de trabalhadores emigrantes por meio da redução de seu custo pode desempenhar um papel importante, ainda que não se trate de um mecanismo inovador propriamente dito. Nesse sentido, acolhemos com satisfação a aprovação, por consenso, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de resolução sugerindo diversas medidas dirigidas aos governos e ao setor privado.

Espero muito que esta Conferência possa, ao mesmo tempo, reafirmar nossos compromissos e aprofundar os aspectos técnicos das propostas. Confiamos também em que venha a estimular o debate em torno de novas idéias e, sobretudo, a trazer novos parceiros para nossos esforços comuns na luta contra a fome e a pobreza.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Abertura da Segunda Sessão Plenária da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, em Paris, em 28 de fevereiro de 2006

La France a proposé qu'une partie des recettes du projet-pilote de contribution de solidarité sur les billets d'avion soit affectée à la lutte contre le SIDA, la tuberculose et le paludisme, dans le but d'élargir l'accès des pays en voie de développement aux médicaments.

Le Brésil soutient cette proposition avec enthousiasme. Nous savons bien que des millions de personnes infectées par le SIDA dans le monde en voie de développement, surtout dans les pays les moins avancés, ont un besoin urgent de traitements antirétroviraux.

L'accès aux traitements est un enjeu majeur. Les médicaments sont chers et le niveau actuel de production insuffisant. Il en va de même pour les médicaments contre le paludisme et la tuberculose.

La création d'une Facilité Internationale

d'Achat de Médicaments peut contribuer à la mobilisation de ressources financières, de manière stable et prévisible, permettant de traiter les patients porteurs de ces trois grandes maladies.

La communauté internationale a pris des engagements ambitieux en matière de santé et d'accès aux traitements dans les pays en voie de développement. Malgré tous les efforts déployés, les résultats restent insuffisants : 6,5 millions de personnes continuent à être privées de médicaments antirétroviraux.

Le Brésil a été l'un des premiers pays en voie de développement à adopter une politique de lutte contre le SIDA basée sur l'équilibre entre prévention et traitement universel et gratuit. Aujourd'hui, au Brésil, 170 mille personnes – soit la totalité de la population qui en a besoin – ont accès au traitement. En conséquence, le nombre de personnes infectées au Brésil est la moitié de ce que la Banque Mondiale avait estimé il y a 10 ans.

Cette Facilité contribuera aux efforts globaux menés en ce sens. Nous espérons que le volume et la régularité des achats – ainsi qu'une politique active de négociations – entraîneront une baisse des prix et encourageront une production plus diversifiée des médicaments, y compris des génériques, dans les pays en voie de développement.

Afin de ne pas disperser les fonds, une hypothèse intéressante serait d'amorcer les activités de la Facilité par une action ciblée, avec pour but, par exemple, d'interrompre la transmission verticale (mère-enfant).

Finalement, la structure de gouvernance de la Facilité doit être la plus légère possible, avec participation conjointe des Etats donateurs et des pays bénéficiaires. Il conviendrait aussi d'allier à cette structure de décision la capacité consultative des organisations multilatérales spécialisées, comme l'OMS, l'ONUSIDA, l'UNICEF, et autres organismes concernés, mais aussi des représentants de la société civile.

Je vous remercie.

(Texto em português)

A França propôs que uma parte da receita do projeto-piloto que cria uma contribuição solidária sobre passagens aéreas seja direcionada para a luta contra a AIDS, a tuberculose e a malária, com a finalidade de ampliar o acesso a medicamentos por parte dos países em desenvolvimento.

O Brasil apóia com entusiasmo essa proposta. Sabemos que milhões de pessoas infectadas pela AIDS no mundo em desenvolvimento, sobretudo nos países de menor desenvolvimento relativo, têm urgente necessidade de tratamento com medicamentos antiretrovirais.

O acesso ao tratamento constitui desafio da maior importância. Os medicamentos são caros, e o nível atual de produção é insuficiente. O mesmo ocorre no caso dos medicamentos contra a malária e a tuberculose.

A criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos pode contribuir para a mobilização de recursos financeiros de maneira estável e previsível para tratar dos pacientes portadores dessas três grandes doenças.

A comunidade internacional assumiu compromissos ambiciosos no tocante à saúde e ao acesso a tratamentos em países em desenvolvimento. Apesar de todos os esforços realizados, os resultados continuam a ser insuficientes: 6,5 milhões de pessoas permanecem sem acesso a medicamentos antiretrovirais.

O Brasil foi um dos primeiros países em

desenvolvimento a adotar uma política de luta contra a AIDS baseada no equilíbrio entre prevenção e tratamento universal e gratuito. Atualmente, 170 mil pessoas no Brasil – ou seja, a totalidade da população necessitada – têm acesso ao tratamento. Por conseguinte, o número de pessoas infectadas no Brasil é a metade do que o Banco Mundial havia estimado há 10 anos.

Essa Central contribuirá para os esforços globais direcionados naquele sentido. Esperamos que o volume e a regularidade das compras – assim como uma política ativa de negociações – provocarão uma queda dos preços e encorajarão uma produção mais diversificada dos medicamentos, inclusive genéricos, nos países em desenvolvimento.

De modo a não dispersar os recursos, uma hipótese interessante seria a de iniciar as atividades da Central por meio de uma ação direcionada, com a finalidade, por exemplo, de interromper a transmissão vertical (mãe-filho).

Finalmente, a estrutura de governança da Central deve ser a mais leve possível, com a participação conjunta dos Estados doadores e dos países beneficiários. Seria conveniente também associar a essa estrutura decisória a capacidade consultiva das organizações multilaterais especializadas, como a OMS, a UNAIDS, a UNICEF e outros organismos relevantes, bem como representantes da sociedade civil.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da República Tcheca, Senhor Jiri Paroubek, em Brasília, em 3 de março de 2006

Primeiro-Ministro da República Tcheca,
Senhoras e Senhores Ministros de Estado,
Demais integrantes da comitiva da República Tcheca e do Brasil,

Senhora Ellen Gracie, Presidente, interina, do Supremo Tribunal Federal,

Convidados,

Jornalistas,

Senhoras e senhores,

Ao desejar boas-vindas a Vossa Excelência e sua comitiva, aqui em Brasília, quero evocar as origens tchecas do grande estadista e fundador da capital brasileira, o presidente Juscelino Kubitschek. Seu bisavô, Jan Kubitschek, aqui aportou vindo da região de Trebon, na Boêmia do Sul.

É longa e rica a história das relações diplomáticas entre nossos países. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da então Tchecoslováquia, em 1918, e a criar sua Legação em Praga, em 1921. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o único país da América Latina a enviar tropas para combater em solo europeu. Contribuiu assim para a derrota do inimigo comum que mantinha vosso país sob o jugo da mais cruel de todas as tiranias.

A visita de Vossa Excelência constitui um novo marco que nos permite retomar o diálogo bilateral no mais alto nível. Somado aos contatos empresariais

e às visitas de autoridades, este diálogo serve como base para um melhor conhecimento recíproco e para o aprofundamento de nosso relacionamento nos mais variados campos.

Senhor Primeiro-Ministro,

O Brasil que o senhor visita é muito diferente daquele que recebeu o avô do presidente Kubitschek.

Promovemos o crescimento econômico com justiça social, o aperfeiçoamento de nosso convívio democrático e a dinamização de nossa política externa.

No plano econômico, retomamos o crescimento industrial e agrícola, duplicamos em três anos nossas exportações, nos consolidamos como destino preferencial para investimentos estrangeiros, garantimos o equilíbrio fiscal e a estabilidade da moeda.

No plano social, reduzimos a pobreza, o desemprego e a concentração de renda. Aumentamos os níveis de escolarização de nossas crianças e avançamos na implementação de políticas inovadoras de promoção dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero.

No âmbito externo, meu governo tem dado prioridade à consolidação do Mercosul e do espaço econômico e político sul-americano, com a Comunidade Sul-Americana de Nações.

O Brasil também tem trabalhado para desenvolver novos mecanismos e formas mais representativas e democráticas de atuar no cenário internacional, em agrupações como o G-20, na OMC. Temos, sobretudo, buscado ampliar e aprofundar nossas parcerias com países com os quais ainda não alcançamos todo o potencial das nossas relações, como a República Tcheca.

Senhor Primeiro-Ministro,

Nos últimos três anos, o comércio entre o Brasil e seu país triplicou. Podemos aumentá-lo e diversificá-lo ainda mais. A República Tcheca produz equipamentos sofisticados de interesse para projetos de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura no Brasil.

Por sua vez, o Brasil pode fornecer variada gama de bens, desde produtos de base até aeronaves de última geração. Temos condições de conquistar maior espaço no mercado tcheco e também no resto da Europa Central e do Leste. Seu país é importante centro de logística e de distribuição regional de bens e serviços. Ele pode desempenhar papel importante nesse comércio com essa parte da Europa.

O potencial de negócios da República Tcheca já é percebido pelos empresários brasileiros. Em 2005, missão da Câmara de Comércio de São Paulo visitou Praga. Em janeiro deste ano, estive em seu país o Governador de Santa Catarina, acompanhado de representantes de importantes firmas. Para maio próximo, prevê-se missão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Estou certo de que todos esses contatos darão seus frutos.

Graças ao recente acordo bilateral de isenção de vistos, o turismo tem crescido. Já há vôos fretados de Praga para o Nordeste do Brasil. Também tem aumentado o número de brasileiros que visitam a bela capital tcheca. Esse fluxo de turistas gera recursos para nossos setores de serviços. Ainda mais

importante, sinaliza o forte desejo de nos conhecermos melhor.

Senhor Primeiro-Ministro,

República Tcheca e Brasil constroem sua amizade a partir de base muito sólida. Compartilhamos valores como a promoção da democracia e o respeito aos direitos humanos. Estamos cooperando para o fortalecimento do multilateralismo.

Entendo assim o co-patrocínio tcheco ao projeto do G-4 de reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal apoio reflete o nosso empenho comum em assegurar a necessária democratização e representatividade daquele Órgão.

As coincidências que constatamos entre nossas visões do mundo favorecem o estabelecimento de uma parceria moderna e mutuamente vantajosa nos mais diversos setores.

No comércio exterior, podemos explorar a organização conjunta de missões empresariais e de feiras, somando as vantagens comparativas de cada um. Nos investimentos recíprocos, os horizontes de atuação podem ser os mercados ampliados na América do Sul e da Europa Central e do Leste. Queremos explorar também projetos nas áreas cultural, científica e tecnológica.

Tudo o que precisamos é garantir que nossos propósitos não se esgotem em discursos. Devemos seguir o exemplo de Juscelino Kubitschek, que soube transformar seus sonhos em conquistas e benefícios para o Brasil.

É com a certeza de que a República Tcheca e o Brasil saberão aproveitar todo o potencial ainda por explorar que convido os presentes a brindar pelo futuro das nossas relações bilaterais, pela continuada prosperidade do povo tcheco e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural

Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na abertura da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre (RS), em 6 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos Hohlfeldt, ilustre Governador, em exercício, do Rio Grande do Sul,

Excelentíssimo Senhor Jaques Diouf, ilustre Diretor-Geral da FAO,

Excelentíssimo Senhor Embaixador, Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores,

Excelentíssimo Senhor Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário,

Excelentíssimo Senhor Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social,

Excelentíssimo Senhor José Graziano, Assessor Especial da Presidência da República,

Excelentíssimo Senhor Joaquim Clotet, magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

Excelentíssimo Senhor José Fogaça, Senador José Fogaça, meu colega no Senado, prefeito de Porto Alegre, em nome de quem saúdo todas as autoridades municipais aqui presentes, da capital e do interior, prefeitos, vereadores,

Excelentíssimo Senhor Henri Saragih, representante da sociedade civil internacional,

Excelentíssimo Senhor Lennart Bage, presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura das Nações Unidas,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Flávio

Perri, representante permanente do Brasil junto à FAO, em nome de quem saúdo todos os diplomatas aqui presentes,

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Orlando Desconsi, em nome de quem saúdo todos os parlamentares federais aqui presentes,

Quero cumprimentar também os deputados estaduais aqui presentes, na pessoa do Frei Sérgio, com quem estive há poucos minutos,

Quero cumprimentar também a todos os senhores chefes de delegações governamentais e demais participantes desta Conferência,

Excelentíssimas autoridades do Estado do Rio Grande do Sul,

Excelentíssimas autoridades do Poder Judiciário, militares aqui presentes, autoridades eclesiásticas, representantes da sociedade civil, senhoras e senhores,

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria aqui hoje. Era de sua vontade, mas uma viagem já programada há mais tempo o levou hoje ao Reino Unido. Saiu às sete e meia da manhã e me pediu que aqui estivesse para representá-lo nesta Conferência e é o que faço aqui hoje.

É com muita honra e também com grande satisfação que o nosso país dá boas vindas à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO, e a todos os participantes da 2ª

Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Nós, brasileiros, temos muito orgulho de participar daquela que sempre foi a bandeira principal desse Organismo: a luta contra a fome e a pobreza. Ainda em 2004, os chefes de Estado e de Governo do Brasil, da França, Chile e Espanha realizaram, durante a Assembléia-Geral da ONU, reunião de alto nível para promover a ação internacional contra a fome e a pobreza.

Na reunião, mandatários de 60 países e mais de 100 delegações responderam positivamente a essa iniciativa, que conta, agora, com a adesão da Alemanha e Argélia ao grupo técnico inicial. Desde então, propusemos mecanismos inovadores de financiamento internacional para os fundos de combate à fome e à pobreza. Sua melhor forma de implementação está sendo agora debatida na Comunidade das Nações.

Queremos, com esses fundos, permitir aos países em desenvolvimento os recursos para dois tipos de ações: o combate emergencial à fome e a adoção de medidas estruturantes para que suas populações mais sofridas conquistem uma vida mais digna. Ações, aliás, que nos empenhamos em conciliar aqui no Brasil desde o primeiro dia do nosso governo e que, graças a Deus, vêm dando resultados concretos. Estou falando da adoção simultânea de programas emergenciais de amplo alcance e de mudanças estruturais que possibilitam cada vez mais o surgimento de novas oportunidades de emprego e geração de renda para milhões de cidadãos.

Hoje, mais de 8 milhões e 700 mil famílias, 77% da população que vive abaixo da linha da pobreza no Brasil, recebem o Bolsa Família, que é o principal instrumento de ação do programa denominado Fome Zero. Trata-se de um programa de transferência de renda em que as famílias beneficiadas, em contrapartida, mantêm seus filhos na escola e cuidam regularmente da saúde. Com a renda do Bolsa Família, cerca de 40 milhões de brasileiros e brasileiras, antes praticamente esquecidos pelo poder público, podem, hoje, ter três

refeições por dia e voltar a acreditar no próprio futuro.

Além disso, a injeção dos recursos, por meio desse e de outros programas, movimenta as economias locais, fortalece a agricultura e gera empregos nas mais diversas regiões de nosso território, criando aquilo que chamamos de “porta de saída de condição de miséria”. Duas das mais efetivas e definitivas dessas portas de saída, porém, são a reforma agrária de qualidade e o desenvolvimento rural.

Como bem disse o Ministro Miguel Rossetto, os resultados que acumulamos desde 2003 nessas duas áreas mostram que hoje a vida dos homens e das mulheres do campo já é melhor. E isso vai muito além dos benefícios emergenciais e do acesso à terra. Nossos assentamentos ganharam em quantidade e qualidade. A oferta dos serviços básicos de saúde, de educação, assistência técnica rural e de infraestrutura estão sendo para nós a prática que acompanha a regularização das terras. E isso ocorre no mesmo momento em que o crédito para a agricultura familiar e para trabalhadores rurais assentados passa por uma elevação sem precedentes em nossa história. A reforma agrária e o desenvolvimento rural estão sendo, portanto, passos imprescindíveis na caminhada que já transforma o Brasil em uma nação justa e com melhor distribuição de renda.

Temos nos esforçado muito no sentido de promover um desenvolvimento que se caracteriza, também, pela sustentabilidade ambiental. Está conosco, aqui, hoje, participando desta abertura da Conferência, a ilustre Ministra Marina Silva, que é a atual responsável pela questão ambiental no Brasil. E vocês que estão aqui, de vários países do mundo, acompanham o trabalho da Ministra Marina Silva, admirável na preservação ambiental do nosso país, especialmente no que diz respeito à preservação da Amazônia, região de onde ela vem. De modo que é muito bom que tenhamos aqui presentes, além do Ministro Miguel Rossetto, que é o responsável direto pela questão tratada nesta Conferência, também a

Ministra Marina Silva e o Ministro Patrus Ananias. Todo aquele programa de que falei antes, o Bolsa Família, hoje contempla cerca de 40 milhões de brasileiros direta e indiretamente. Além de ser um programa de assistência, é também educativo, no sentido de que o cidadão possa encontrar condições de se manter por meio do trabalho, da produção e da participação em programas dessa natureza.

O Brasil, como os senhores sabem, é um país de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, um país que possui água abundantemente. Alguns falam em 15% da água doce do Planeta; outros falam em 12%. Seja como for, é muita água. Temos sol – a fotossíntese aqui é muito forte. Então, o Brasil tem terra, água, sol e tem um povo laborioso, trabalhador, um povo dedicado. E podemos realizar um trabalho excepcional no campo da produção agrícola, hoje moderna, porque não há mais como deixar de lado a questão ligada à competitividade de que falou o nosso Diretor-Geral da FAO, porque uma família assentada precisa ser competitiva em relação a uma agricultura mecanizada.

Então, é preciso que nós também pensemos em realizar ou multiplicar as realizações de grandes centros, grandes núcleos residenciais, cada família com a sua terra, porém, vivendo em um verdadeiro sistema cooperativo, para que tenha a orientação precisa, não só do ponto de vista técnico, como também mercadológico, além de um núcleo residencial, em que possa haver educação para as crianças e também uma assistência de saúde, que é absolutamente indispensável.

Hoje, trouxe comigo a resposta de uma carta que me foi dirigida por companheiros que estão preocupados com o sistema de reforma agrária no Brasil. Essa resposta é a informação de que há 28 mil hectares, no estado de Rondônia, disponíveis para ser objeto de um assentamento. Mas um assentamento lá, naquela distância, ainda que as terras sejam boas, é preciso que seja um assentamento capaz de acolher as famílias em condições de viver, de educar os filhos, de dar saúde e de dar, também,

condições técnicas para que a produção se faça de forma mecanizada, em conjunto, por todos aqueles proprietários que lá estarão. Porque, do contrário, dificilmente encontraremos condições de competitividade na área, por exemplo, na produção de grãos, em que o Brasil é um país relativamente forte hoje.

Tudo isso estou dizendo para trazer a vocês que estão aqui, empenhados numa questão da mais alta relevância, não só para o Brasil como para todo o mundo, alguma informação sobre essa preocupação diária, diuturna do governo instalado a partir das eleições de 2002. Um governo comprometido com a questão de distribuição da renda, com condições que deixem os brasileiros capazes de levantar a cabeça e com dignidade participar da cidadania nacional.

Temos obtido importantes avanços no que concerne à inserção da variável ambiental no Programa do Planejamento das Políticas Setoriais de Desenvolvimento, como por exemplo, o estabelecimento de novo modelo para o setor elétrico; o estabelecimento de uma nova abordagem para os projetos de infra-estrutura na Amazônia, como é o caso da pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, onde se priorizou a formulação de um plano de desenvolvimento para a região de influência da rodovia, com ampla participação da sociedade e que, dentre outros aspectos, definiu a regularização e o ordenamento fundiário como passos anteriores à pavimentação da estrada.

Um outro ponto, a criação do plano de combate ao desmatamento da Amazônia, que em seu primeiro ano de implementação conseguiu reduzir a taxa de desmatamento anual da região em 31%, sendo esta a primeira redução verificada nos últimos nove anos. A formulação do plano nacional de recursos hídricos, atendendo a uma das Metas do Milênio das Nações Unidas, coloca o Brasil como primeiro país latino-americano a alcançar esse resultado.

Também outro ponto: a criação da Lei de

Gestão de Florestas Públicas que, além de outros aspectos, assegura às populações tradicionais da Amazônia – que são os índios, os ribeirinhos, os seringueiros – a prioridade na destinação de terras públicas da Amazônia e cria vários instrumentos de apoio para o desenvolvimento de uma economia baseada no uso sustentável das florestas.

Estamos trabalhando atualmente na formulação de um programa para apoiar o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais do Brasil, para que essas populações tenham o apoio de políticas públicas de desenvolvimento específicos, que respeitem suas especificidades culturais. Não precisa ficar triste não, porque está quase acabando [este discurso].

Senhoras e senhores,

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem afirmado que a marca instintiva de nosso governo é que agora o econômico e o social caminham de braços dados e um dos melhores exemplos para ilustrar esse momento virtuoso em que vivemos é a reforma agrária. Isso por quê? Para avançar na reconstrução de nosso país e prolongar por um longo ciclo o nosso desenvolvimento é imprescindível que tenhamos uma economia nacional cada vez mais forte. Para tanto, precisamos aumentar o mercado interno, precisamos também elevar a capacidade produtiva e reduzir cada vez mais as desigualdades, sejam elas entre as regiões do país, sejam elas entre nossos cidadãos.

A experiência internacional nos mostra que a ocupação equilibrada, a redução do abismo social e o fortalecimento da produção e da economia são os resultados de uma reforma agrária bem conduzida. Uma reforma agrária inteligente e responsável, sem prejuízo nunca das empresas que estejam produzindo e ganhando mercados internacionais. Ao contrário, temos que estar preparados para produzir ao lado delas, mas com espaço suficiente para que todos os brasileiros possam trabalhar e viver dignamente.

Conduzir uma reforma agrária de qualidade

é, portanto, uma oportunidade histórica para qualquer país que busque o pleno desenvolvimento de seu potencial humano e de seu potencial econômico. Estamos felizes, conseguindo fazer essa condução de maneira pacífica e justa. Possibilitamos à nossa população mais sofrida o direito de tirar da terra o sustento e o futuro de suas famílias e criamos as bases para que o Brasil possa, cada vez mais, avançar no desenvolvimento sustentado e na redução das desigualdades sociais.

Senhoras e senhores,

Agora está acabando mesmo, ninguém precisa ficar triste, só tem uma página e meia de letra grande.

Realizar esta Conferência aqui, no Campus da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, palco das três primeiras edições do Fórum Social Mundial, significa mais do que uma feliz coincidência, significa, isto sim, que voltamos a nos encontrar para pensar o futuro da sociedade de todas as partes do Planeta. Porto Alegre tem sido o testemunho privilegiado dessa busca por um mundo justo, um mundo menos desigual no qual todos possam se beneficiar com o crescimento econômico, um mundo do qual certamente a reforma agrária e o desenvolvimento rural fazem parte.

Saúdo, portanto, os organizadores desta Conferência, pela feliz iniciativa de oferecê-la à memória do grande brasileiro que foi Josué de Castro, que dedicou sua vida a essas mesmas bandeiras. Todos que conhecem Josué de Castro sabem que uma de suas obras mais importantes foi a geografia da fome e nós, naquele tempo... Eu tenho três filhos, duas meninas e um menino, um menino de 42 anos, eu sou casado há 48. Muita gente pensa que eu tenho 48 anos de idade mas não é não, é de casado. Esse meu menino se chama Josué e foi em homenagem ao Josué de Castro, pela admiração, pelo respeito que nós sempre tivemos por ele.

Quero dar meus parabéns ao senhor Jaques Diouf, à FAO, ao nosso querido ministro Miguel

Rossetto e a todas as organizações da sociedade civil e movimentos populares que ajudaram na organização deste evento e que estão hoje aqui presentes. Nossa parceria, simbolizada nesta Conferência, já está concretizada nos inúmeros projetos conjuntos que beneficiam a vida de milhões de brasileiros. Devemos prosseguir nessa caminhada, pois juntos, tenho certeza disso, poderemos avançar

ainda mais na garantia de uma vida digna para aqueles que vivem da terra, que trabalham a terra e cujas famílias merecem todo o nosso apreço, todo o nosso apoio e tudo aquilo que a sociedade possa fazer para que eles cresçam juntos com o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.



Visita do Presidente da República ao Reino Unido

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Banquete de Estado oferecido pela Rainha Elizabeth II, em Londres, em 7 de março de 2006

Muito obrigado, Majestade, pela acolhida e pelas palavras generosas dirigidas a mim e ao povo brasileiro. Estou seguro de que elas expressam um sentimento profundo. Esta visita de Estado inicia novo capítulo das relações entre nossos governos e sociedades.

A hospitalidade britânica sempre atraiu para o Reino Unido muitos brasileiros. Trabalhadores e estudantes, intelectuais e artistas – como o nosso Ministro da Cultura aqui presente – encontraram aqui abrigo para explorar oportunidades, aprofundar conhecimentos, demonstrar criatividade, realizar aspirações. Com dedicação, profissionalismo e sacrifício pessoal, todos eles estão também ajudando a construir o futuro deste país.

Majestade,

As afinidades e o caráter empreendedor de nossos povos vêm impulsionando uma relação de grande fecundidade, cujo potencial apenas começamos a realizar. O excepcional momento que vivem nossas economias oferece amplas oportunidades. Temos hoje a possibilidade de unir esforços para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo em diferentes áreas.

Em ciência e tecnologia, o Plano de Ação que será adotado durante minha visita é o roteiro para a renovação de nossa agenda de trabalho. O

aprofundamento da cooperação bilateral em biotecnologia e mudança do clima, em particular, confere nova dimensão a nosso relacionamento.

No Brasil, estamos convencidos de que não haverá desenvolvimento sem respeito ao meio ambiente. Nosso trabalho na Amazônia é prova desse compromisso. A redução de mais de 30% da taxa de desmatamento em 2005 é o melhor resultado nos últimos 9 anos: renova nosso otimismo e encorajamos a redobrar nossa vigilância e nosso empenho.

Acabamos de aprovar uma lei que define as regras de gestão de 60% de uma das maiores áreas florestais do mundo. Seu aspecto mais inovador é o fato de permitir a combinação, por meio de concessões, da gestão privada e sustentável das florestas com o monitoramento e controle públicos.

A água é outro patrimônio que merece nossa proteção. O Plano Nacional de Recursos Hídricos, construído por meio de amplo processo de consultas à sociedade brasileira, norteará a gestão e conservação desse recurso estratégico.

No campo das energias limpas, o Brasil está pronto para compartilhar sua experiência na área de biocombustíveis, em particular o etanol e o biodiesel. Por meio de um trabalho conjunto, poderemos “plantar o petróleo” do futuro, abrindo caminho para a utilização de combustíveis renováveis e não-poluentes em escala global. Penso, por exemplo, em

uma cooperação triangular para gerar energia e empregos em outros países em desenvolvimento, em particular da África. Queremos, também, intensificar nossa cooperação com o Reino Unido no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Majestade,

São boas as recordações de sua visita a nosso país em 1968. O Brasil ficaria honrado em recebê-la novamente, para que possa conhecer as importantes conquistas nos campos político, econômico e social.

Recuperamos e aprofundamos a democracia. Desenvolvemos uma economia dinâmica e competitiva. Estamos construindo uma sociedade mais justa, em que a distribuição de riqueza não é o resultado, mas o motor de um projeto nacional de desenvolvimento; um país em que ajustes macroeconômicos não são um fim, mas um instrumento de crescimento, geração de empregos e diminuição das desigualdades sociais; uma nação em que a solidariedade e as políticas afirmativas ajudam a superar a indiferença e a discriminação.

Percebo, no Reino Unido, o mesmo espírito de renovação, tanto no plano interno, como no internacional. Confiamos em que a liderança do Reino Unido na Europa, no G-8 e no cenário multilateral contribuirá decisivamente para que avancemos em temas de interesse mútuo.

O Primeiro-Ministro Blair e eu estamos empenhados em desbloquear as negociações multilaterais de comércio. A conclusão exitosa da Rodada de Doha, com a realização dos altos propósitos de uma genuína Agenda para o Desenvolvimento, é prioritária para os governos do Brasil e do Reino Unido.

Nossos países têm laços e responsabilidades especiais em relação à África. Precisamos desenvolver mecanismos de cooperação trilateral que permitam que todo o potencial de nossas experiências seja utilizado em benefício dos países africanos, em particular os mais pobres.

Juntamos esforços, igualmente, no combate ao terrorismo, ao narcotráfico e aos crimes transnacionais. Para enfrentarmos com mais eficiência e legitimidade essas novas ameaças, coincidimos em que são essenciais o respeito aos direitos humanos e a reforma do sistema multilateral, em especial das Nações Unidas. O apoio do Reino Unido – que muito agradeço – à aspiração brasileira a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado é prova dessa visão comum.

É firme nosso compromisso com o Haiti. O êxito do processo de pacificação daquele país não depende somente das tropas da ONU, que o Brasil comanda. A chegada dos recursos prometidos pela comunidade internacional é fundamental para a tarefa de reconstrução. Sabemos que contamos com o empenho britânico nessa tarefa.

Majestade,

O Brasil e o Reino Unido partilham ideais universais, como a defesa da democracia e a promoção e proteção dos direitos humanos. Entendem que o futuro depende também do êxito do combate às desigualdades sociais e à eliminação da fome e da pobreza.

Há poucos dias, um grupo de países decidiu implementar contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais com o fim de arrecadar recursos para esses objetivos. Dentro do mesmo espírito, tenho o prazer de anunciar que o Brasil vai associar-se ao projeto britânico de um Mecanismo Financeiro Internacional para a Imunização. Vamos aportar 20 milhões de dólares, ao longo de 20 anos.

Esse mesmo espírito de cooperação solidária se estende a nossas relações bilaterais. Identificamos vários campos promissores para novas associações: além da ciência e tecnologia, das energias alternativas e do desenvolvimento sustentável, importantes progressos foram iniciados nas áreas da educação e da saúde, essenciais ao crescimento de nossas economias e do bem-estar de nossos povos.

Majestade,

Se me permitir uma imagem cara a nossos dois povos, nossa cooperação deve inspirar-se no exemplo do futebol. Podemos aliar a experiência britânica à criatividade brasileira para atingir os melhores resultados. Foi isso que o inglês Charles Miller fez ao trazer esse esporte para o Brasil, no final do século XIX. Como torcedor, no entanto, sinto-me aliviado em saber que não há hipótese de que o Brasil venha a enfrentar a Inglaterra antes da semifinal da próxima Copa do Mundo.

É com o pensamento nesta amizade de raízes históricas, mas que agora se reforça, ao abrir novas perspectivas de cooperação em benefício de nossos povos, que proponho, a todos, um brinde à saúde e à felicidade pessoal de Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II, e de Sua Alteza Real, o Duque de Edimburgo.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Parlamento Britânico, em Londres, em 8 de março de 2006

É uma grande honra poder dirigir-me aos integrantes desta Casa. A história do Parlamento Britânico se confunde com a história de democracia no mundo, com a luta secular de gerações pelo direito de se fazer ouvir e de fazer seus direitos respeitados.

Esta instituição é símbolo do respeito ao Estado de Direito e às liberdades civis. Ela constitui-se em bastião permanente contra a força das armas e o arbítrio dos poderosos.

Aqui ainda ecoam os discursos de governo e oposição que nos anos 40 expressaram a disposição do povo inglês de resistir à tirania e à opressão, quando a Europa esteve sob a mais grave ameaça totalitária que o mundo conheceu.

Como ex-deputado, sinto-me, aqui, entre companheiros. Em minha vida parlamentar, tive a honra de participar da elaboração da última Constituição brasileira, a Carta que deu forma à democracia

reconquistada pelos brasileiros nos anos 80.

Como Presidente da República, continuo lutando pelos mesmos objetivos que me moveram como parlamentar e como dirigente sindical: a justiça social e a construção de um país para todos os brasileiros.

Buscamos consolidar instituições e práticas democráticas que consagrem direitos políticos formais, mas também assegurem empregos, salários dignos, educação e saúde.

Já no século 18, os revolucionários ingleses nos ensinaram que não se pode falar em cidadania plena quando persistem a desigualdade gritante, a fome e a pobreza extrema.

O cidadão precisa sentir a realidade da democracia no seu dia-a-dia, no aumento de seu bem-estar e na participação das conquistas econômicas e sociais de seu país. Nessa tarefa, sei que conto com a contribuição decisiva do Poder Legislativo, enquanto expressão maior da vontade da sociedade brasileira.

Lord Chancellor, senhor Presidente, senhores Parlamentares,

Nossos parlamentos têm como tarefa maior a expressão da vontade geral, o respeito à soberania popular e a consolidação de instituições e valores que garantem o Estado de Direito.

Nós, brasileiros, admiramos o papel independente e moderador que este Parlamento sempre desempenhou. De forma serena e equilibrada, tem dado resposta aos grandes desafios do mundo contemporâneo, procurando combinar a preservação da segurança coletiva com o respeito aos direitos humanos.

Num mundo cada vez mais globalizado, onde a crescente interdependência convive com cada vez mais desigualdade, precisamos de parlamentos fortes e representativos. Sem garantias de pleno exercício da soberania popular não se pode falar em soberania nacional.

Mas as respostas coletivas que buscamos em

nossos países e no mundo passam necessariamente por uma democratização dos processos decisórios que afetam a ricos e pobres, a fortes e fracos. Vemos assim, com satisfação, o compromisso do Reino Unido para fazer com que as instituições multilaterais possam escutar novas vozes, considerar novos interesses.

Foi assim que entendemos o convite do governo britânico para que o Brasil participasse, no ano passado, em Gleneagles, do diálogo entre o G-8 e grupo representativo de países em desenvolvimento.

A comunidade internacional só será verdadeiramente democrática e representativa quando os países em desenvolvimento puderem conduzir seu próprio destino e incidir sobre as questões internacionais, como o comércio justo, a garantia da paz, a eliminação da fome e da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

No âmbito da OMC, quero ressaltar o empenho do governo britânico para assegurar que os países mais pobres também possam beneficiar-se da notável expansão em curso do comércio internacional, em particular em matéria agrícola. É de fundamental importância que a Rodada de Doha permita mudanças no comércio mundial que garantam aos países pobres condições mais equilibradas de competitividade.

Sem um acordo internacional generoso, que os países desenvolvidos e em desenvolvimento podem patrocinar, assistiremos ao agravamento da situação social em muitas partes do mundo. A fome pode ser efetivamente combatida com um comércio mais justo e equilibrado. Por meio do G-20 e do G-90, estamos nos pronunciando em favor daqueles que nunca tiveram voz, dos milhões de pequenos produtores que pedem apenas o direito de viver dignamente do seu trabalho.

Essa convergência de posições entre Brasil e Reino Unido funda-se em uma preocupação comum em estender, para a esfera internacional, nosso compromisso doméstico com a justiça social e a

equidade. Daí nosso engajamento conjunto nas iniciativas internacionais de combate à fome e à pobreza e de preservação do meio ambiente. O Brasil tem encontrado no Reino Unido um parceiro solidário nas discussões sobre mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento, que começam a render frutos concretos.

Lord Chancellor, senhor Presidente, senhores Parlamentares,

O apoio público do Reino Unido ao pleito do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU é a mais eloquente demonstração de nossa parceria pela renovação das instituições internacionais.

Entendemos o endosso do governo do Primeiro-Ministro Blair como gesto de confiança em meu país. Ele anima meu governo a perseverar na busca de um mundo de paz, mais justo, fundado num multilateralismo renovado.

Minha visita a Westminster é uma homenagem a todos aqueles que se dedicam a salvaguardar a vontade popular e traduzi-la em resultados concretos que beneficiem a comunidade.

Estou certo de que nesta Casa, em particular no Grupo Inter-Parlamentar Britânico-Brasileiro, se encontram reunidas as lideranças políticas capazes de assimilar o momento especial das relações entre o Reino Unido e o Brasil. Um momento marcado pela determinação de forjar uma parceria que traduzirá nossa rica cooperação bilateral em ganhos para brasileiros e britânicos, mas também para nossos irmãos e irmãs mais necessitados ao redor do mundo.

Muito obrigado.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Reino Unido, em Londres, em 8 de março de 2006

Minhas primeiras palavras são de saudação a esta reunião de empresários britânicos e brasileiros.

Os empresários são importantes atores no processo de geração de riqueza e dos empregos no Brasil. Tenho confiança e otimismo nas perspectivas da economia brasileira e na parceria entre o Brasil e o Reino Unido. Meu otimismo se explica. Nunca se reuniram no Brasil condições tão favoráveis – internas e externas – para darmos um salto qualitativo nos fluxos de comércio e de investimentos entre nossos dois países.

O Brasil está ingressando em um novo ciclo de vigoroso desenvolvimento econômico e social. Esse processo veio para ficar. Meu Governo tem demonstrado compromisso inequívoco com a estabilidade macro-econômica e a responsabilidade fiscal. Reduzimos a inflação para os menores níveis desde 1998. Diminuímos a relação dívida pública/ PIB e recuperamos nossas reservas internacionais.

Reduzimos substancialmente nossa vulnerabilidade externa e geramos um superávit sustentado de nossa conta corrente, levando o risco-país à taxa mais baixa de nossa história. Coroamos esse processo com o pagamento antecipado de nossa dívida com o FMI. Não mais necessitamos renovar o acordo com o Fundo. O país encontrou o caminho do desenvolvimento autônomo e auto-sustentado, sem tutelas e sem condicionalidades.

Mas a estabilidade e o crescimento não são objetivos em si mesmos. São apenas instrumentos – mesmo que indispensáveis – para viabilizar políticas de longo prazo voltadas para nossa promessa de lutar pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Já estamos vendo os resultados: crescimento econômico sustentado significa geração de empregos e efetiva distribuição de renda.

Os números confirmam o que a população já sente no dia-a-dia. Foram criados mais de três milhões e setecentos mil postos de trabalho nos últimos três anos. São empregos formais, de qualidade e duráveis. Implementamos o maior programa de transferência de renda já feito no Brasil, beneficiando 8 milhões e setecentas mil famílias. Mais trabalho significa maior poder de compra dos brasileiros, crescimento da

poupança interna e expansão vigorosa do mercado interno. Estamos vendo um círculo virtuoso de aumento das oportunidades para todos, especialmente para vocês, empresários.

Não esquecemos, em todo esse esforço, a necessidade de aprimorar o ambiente de negócios no Brasil e diminuir o custo do capital, inclusive para o investidor estrangeiro, que hoje vê suas aplicações no Brasil desoneradas. Aprovamos novo modelo de Parcerias Público-Privadas, que abre possibilidades de investimentos em grandes obras de infra-estrutura, física e energética. Muito resta por fazer e por isso seguiremos impulsionando as reformas necessárias para diminuir o “custo Brasil”, com prioridade para a reforma fiscal.

O resultado desse esforço é que, pela primeira vez em muitas décadas, o Brasil não está “atrapalhando” o Brasil. No passado, quando a economia doméstica dava sinais de dinamismo, com aumento do consumo e geração de empregos, faltavam produtos para exportar e o déficit comercial obrigava a reduzir a atividade interna. Quando as condições eram favoráveis para a exportação, a falta de produtos no mercado interno gerava pressões inflacionárias que obrigavam as autoridades financeiras a conter o consumo.

Hoje, ao contrário, o mercado externo e a economia doméstica se reforçam mutuamente. As amplas reservas externas permitem exportar sem prejudicar o consumo e o crescimento.

Ao mesmo tempo, o aumento da produção não inibe as exportações para atender à demanda doméstica. O crescimento das exportações gera empregos domésticos, enquanto o aumento da renda interna estimula investimentos externos para ampliar nosso parque produtivo.

Minhas amigas e meus amigos,

Todas essas condições explicam por que o nosso comércio exterior dobrou nesses 3 últimos anos e passou de 13% do PIB, nos anos 90, para cerca de 26% hoje. Em 2005, exportações e

importações alcançaram o nível histórico de 192 bilhões de dólares. Tivemos um superávit de quase 45 bilhões de dólares. Junto com os ministros Furlan e Amorim, tenho me dedicado a promover os produtos e serviços brasileiros no exterior.

O Brasil tornou-se um dos líderes mundiais no comércio de bens de alto valor tecnológico agregado. Detemos o parque industrial mais moderno e diversificado da América Latina, responsável pela produção de aviões, eletrônicos, automóveis e bens de capital que compõem mais da metade de nossa pauta exportadora. As exportações de carne, soja, café, açúcar, suco de laranja e álcool embutem avanços científicos e tecnológicos notáveis que fazem do Brasil um celeiro do mundo e fonte de muitas das energias renováveis do futuro.

Esse quadro reflete a crescente competitividade das empresas brasileiras, que ganharam melhor presença internacional e rentabilidade. Esses fatores estão refletidos no crescimento significativo de nosso mercado de capitais nesses últimos anos.

A confiança do empresariado internacional no Brasil é clara: 400 das 500 maiores multinacionais do planeta possuem investimentos hoje no país. As oportunidades de negócio que oferecemos não param em nossas fronteiras. Um conjunto ambicioso de projetos de integração da infra-estrutura física está consolidando um espaço econômico unificado na América do Sul. O Brasil torna-se plataforma privilegiada para acesso a um mercado regional de mais de 300 milhões de habitantes, com um PIB superior a 1 trilhão de dólares. E as oportunidades de investimento também estão aqui, no Reino Unido, que pode ser sócio privilegiado para as empresas brasileiras em sua estratégia de expansão internacional.

Caros amigos e amigas,

As trocas comerciais entre o Brasil e o Reino Unido fecharam 2005 no seu nível mais alto, com um crescimento de 14% em relação ao ano anterior.

Precisamos, no entanto, com criatividade e ousadia, abrir novas frentes. Na área das fontes de energia renováveis, por exemplo, o Brasil detém hoje a matriz energética mais sustentável do planeta e é referência na pesquisa e produção de biocombustíveis – e no desenvolvimento de motores “flex fuel”.

Tanto o etanol quanto o biodiesel representam alternativas seguras do ponto de vista energético e ambiental e viáveis economicamente. Devemos trabalhar juntos para promover a utilização dos biocombustíveis em escala global. Podemos ajudar países da África, por exemplo, a utilizar essa tecnologia para superar sua dependência energética e, ao mesmo tempo, gerar empregos e renda.

Essas potencialidades ressaltam a importância de aprofundar nossa parceria em ciência e tecnologia. Investindo em conhecimento, manteremos nossa competitividade e agregaremos valor à nossa produção. O Plano de Ação conjunto que estamos aprovando nesse setor permitirá aproveitar o potencial de nossos institutos de investigação em setores-chave, como nanotecnologia, pesquisa farmacêutica, tecnologia de alimentos e mudança climática.

Senhoras e senhores empresários,

O aproveitamento de todo esse potencial requer avanços nos regimes internacionais que afetam os fluxos de comércio e investimentos. Por isso, o primeiro-ministro Tony Blair e eu estamos pessoalmente empenhados no êxito da Rodada de Doha da OMC. Queremos contribuir para um consenso que destrave as negociações e permita eliminar distorções que afetam a produção e a exportação agrícola dos países mais pobres.

Brasil e Reino Unido também estão empenhados em buscar a pronta conclusão do acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia. Estou seguro de que, com vontade política e flexibilidade dos dois lados, poderemos chegar a um acordo mutuamente vantajoso. Em ambas as negociações, nossos empresários podem contribuir

para a formação de posições equilibradas. Vocês são importante motor de nossa relação econômica e comercial. Os governos podem preparar o terreno, atuar como facilitadores. Mas quem fecha os contratos são vocês.

Deixo aqui o compromisso de meu governo de continuar trabalhando pelo aperfeiçoamento do ambiente de negócios no Brasil. Deixo também uma mensagem de otimismo e confiança com relação aos rumos políticos e econômicos do país. O Brasil goza hoje de uma solidez institucional que nos permite encarar com tranquilidade um ano como este, marcado por eleições gerais no país. É a sociedade brasileira, mais do que ninguém, que exige de seus governantes crescimento, justiça social, estabilidade e previsibilidade.

A vocês cabe a tarefa de aproveitar este momento extremamente favorável desencadeando ações concretas que contribuam para a prosperidade do Reino Unido e do Brasil.

Boa sorte e bons negócios!

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de banquete no Guildhall, em Londres, em 8 de março de 2006

Agradeço ao Prefeito a oportunidade de poder falar nesta Casa de tanta tradição, centro de decisões financeiras, símbolo da pujança econômica desta nação, que se confunde com a própria história do Reino Unido.

A mensagem que trago à comunidade econômica e financeira britânica é simples. Estão dadas as condições para que Brasil e Reino Unido abram um novo capítulo de seu relacionamento político e econômico.

Nossos países partilham os mesmos valores: a defesa da liberdade, o apego à democracia e ao Estado de direito, o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, o compromisso com a justiça social.

Essa convergência permite diversificar e ampliar iniciativas de cooperação e aumentar a

sintonia sobre temas centrais da agenda internacional. Brasil e Reino Unido são hoje parceiros na busca de soluções para os mais graves problemas de nosso tempo. Estamos determinados a adequar os organismos multilaterais, em particular as Nações Unidas e a OMC, às exigências do século XXI.

Meus amigos e minhas amigas,

A economia brasileira vive hoje momento extraordinário, que abre novas possibilidades para os empresários britânicos. Transmiti, há pouco, essa mensagem de confiança no seminário empresarial Brasil-Reino Unido.

Após décadas de instabilidade macroeconômica, recessão ou crescimento medíocre, a sociedade brasileira escolheu o caminho do desenvolvimento, com distribuição de renda, responsabilidade fiscal e diminuição da vulnerabilidade externa.

Estamos colhendo os frutos das decisões que tomamos em meu Governo. Hoje, temos uma situação macroeconômica sob controle que nos permite pensar no longo prazo e afirmar que o país entrou em um ciclo de crescimento sustentado. Em 2006, a inflação não deve ultrapassar 4,5%. Avançamos muito na questão fiscal, com a queda da relação dívida pública/PIB.

Consolidamos nossas contas externas, o que nos permitiu prescindir do acordo com o FMI e saldar todas nossas dívidas com essa instituição. Aumentou a segurança institucional e jurídica. Essa pujança se reflete num comércio exterior que quebra recordes de exportação e de saldos comerciais. Aumentamos nossa competitividade e diversificamos nossos mercados. O resultado foi uma redução drástica de nossa vulnerabilidade externa. Caiu – e continua a cair - o risco-país, o que torna menos oneroso financiar a dívida, hoje sob controle.

Esse conjunto de fatores fortalece a posição do Brasil como um dos principais destinos de investimentos estrangeiros diretos. As perspectivas de forte crescimento estão embasadas em uma ampla

e ambiciosa renovação da infra-estrutura física e produtiva do país. Aprovamos o arcabouço legal para a realização de Parcerias Público-Privadas em grandes empreendimentos, o que abre oportunidades inéditas de inversões e negócios.

Não tenho dúvida, no entanto, de que o fator crucial para tornar sustentável esse crescimento é uma forte política de inclusão social e distribuição de renda que alarga o mercado interno. Políticas macroeconômicas responsáveis são indispensáveis, mas sozinhas não asseguram a geração de empregos e renda necessários para eliminar a exclusão social e a pobreza.

A distribuição de renda é o motor do crescimento. Programas de transferência, na forma do Fome Zero, por exemplo, estão revertendo os índices vergonhosos de pobreza e de concentração de renda no país. Criam as condições para consolidarmos aquilo que foi o sentido de toda minha vida política: a constituição de uma sociedade mais justa e solidária.

Por isso, adotamos políticas públicas integradoras e participativas de grande impacto no dia-a-dia de mais de 30 milhões de homens, mulheres e crianças. Há hoje no Brasil forte expansão do emprego. A massa salarial dos trabalhadores dá claro sinal de recuperação.

A grande transformação pela qual está passando o país é lastreada por uma democracia madura, dotada de instituições sólidas, que o Brasil soube consolidar. Por isso vejo com tranqüilidade e naturalidade este ano de eleições gerais no país. O Brasil ingressou, em definitivo, na trilha do crescimento. A vontade dos brasileiros, que se expressará nas urnas em outubro deste ano, obrigará os governantes eleitos a dar prosseguimento às reformas necessárias para garantir o crescimento com inclusão social e estabilidade macroeconômica.

Tenho certeza de que continuaremos encontrando no Reino Unido um parceiro econômico e político estratégico do Brasil. Queremos explorar novas parcerias em setores inovadores e promover

ainda mais o comércio e os investimentos entre nossos países.

Acabamos de aprovar um plano de ação em ciência e tecnologia que prevê a cooperação em áreas de vanguarda, como a tecnologia agrícola e alimentar, a nanotecnologia, a pesquisa farmacêutica e a mudança climática.

Exemplo excepcional do potencial de cooperação é o setor energético. O Brasil é hoje referência mundial em matéria de biocombustíveis, em particular na produção do etanol e do biodiesel.

Possuímos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 65% de fontes renováveis. O Reino Unido pode ser aliado privilegiado na difusão da utilização de energias limpas em escala global, em benefício do clima e da segurança energética mundial.

Essa parceria vem se beneficiando dos crescentes contatos da iniciativa privada, das instituições acadêmicas e de ensino e das organizações sociais dos dois países. Temos uma valiosa comunidade brasileira no Reino Unido que ajuda a construir a riqueza e a prosperidade deste país.

Quero deixar, portanto, uma mensagem de confiança e otimismo a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, deste lado do Atlântico, têm contribuído para estreitar os vínculos entre o Reino Unido e o Brasil.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Festival Tropicália, no Barbican Centre, em Londres, em 8 de março de 2006

Participar de uma festa da cultura brasileira fora do país é sempre uma experiência especial. Nos sentimos mais brasileiros, mais identificados com nossa pátria, com nossas raízes.

Foi com esse sentimento que visitei o pavilhão projetado por Oscar Niemeyer aqui em Londres, durante a minha primeira viagem presidencial a este país.

Aqui no Barbican, a cultura brasileira está

presente em suas mais diversas formas. O movimento tropicalista coincidiu com um período de agudos enfrentamentos políticos e culturais no Brasil. Foi uma expressão de resistência, de inconformismo. Uma forma de enfrentar o clima de repressão e de intolerância que dominava o país. Olhando retrospectivamente, vejo que cada um resistiu à sua maneira. Eu dava meus primeiros passos na luta sindical. Muitos que hoje integram meu governo resistiam na clandestinidade. Os tropicalistas, questionando costumes, regras e valores artísticos.

Este Festival Tropicália consegue agora reunir várias expressões daquele movimento. Na música, na dança, no teatro, no cinema, enfim, em todas essas manifestações vemos a força e a natureza criativa da arte brasileira.

A Tropicália evoluiu e hoje continua a influenciar novas gerações. Não é um movimento parado no tempo. Ao contrário, conseguiu transmitir a sua mensagem para esses rapazes e essas moças que hoje formam o AfroReggae.

O AfroReggae é uma experiência bem sucedida nas artes e também da conscientização social. Com o José Junior à frente, contagia as pessoas que dele participam e inspira diversos projetos de caráter cultural e social. Seus integrantes venceram uma vida difícil, usando a arte como instrumento de mobilização, de transformação, de inclusão. Essa é uma das funções da arte: construir identidades, criar cidadania, dar a homens e mulheres uma visão superior sobre seu mundo e seu tempo.

O Festival Tropicália mostra que estavam certos os artistas daquela época, não apenas Gil,

Caetano, Tom Zé, Gal Costa, mas também Hélio Oiticica, Joaquim Pedro de Andrade e tantos outros. Estavam certos em pesquisar, questionar e redescobrir o Brasil. Buscar as raízes profundas do país, investigar cada aspecto do brasileiro, os seus ritmos, os seus gostos, a sua forma de ser.

Por tudo isso, quero manifestar meu reconhecimento ao Reino Unido e à cidade de Londres por terem sempre apoiado a cultura brasileira. Hoje, ao recepcionar o Festival. No passado, quando deram abrigo àqueles artistas que não se conformavam com a censura e que aqui puderam cantar um Brasil mais livre.

O Festival Tropicália, no Barbican, representa uma nova mensagem de hospitalidade e de generosidade da cidade de Londres. Este é um Festival não apenas de arte, mas de solidariedade.

O ministro Gilberto Gil me falou dos anos que passou nesta cidade, que agora o recebe como patrono das artes do Festival Tropicália. Ele volta à sua Londres como Ministro, mas também como artista que é. Vem assistir à consagração internacional do movimento do qual fez parte.

Coube à Embaixada do Brasil em Londres papel importante neste evento pelo apoio que deu à sua organização.

Encerro com um agradecimento e homenagem especiais a toda a equipe do Barbican Centre por nos ter proporcionado este momento privilegiado de celebração da arte do Brasil num ambiente de encontro das duas culturas.

Muito obrigado.



Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em Brasília, em 16 de março de 2006

Excelentíssimo senhor Tabaré Vázquez,
presidente da República Oriental do Uruguai,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores membros das Delegações do
Uruguai e do Brasil,

Senhoras e senhores,
É uma alegria poder receber novamente em
Brasília o meu amigo e companheiro, presidente
Tabaré Vázquez.

Em abril do ano passado, o Brasil foi o destino
de sua primeira viagem como Presidente do Uruguai,
o que comprovou nossas afinidades e a intensidade
das relações entre nossos países. Esta sua segunda
vinda ao Brasil é igualmente significativa e oportuna.
Este é o momento de passarmos em revista os
compromissos que assumimos no ano passado e
darmos um impulso definitivo a nossos projetos
comuns.

Temos feito avanços importantes na agenda
de trabalho que acordamos em 2005. Estabelecemos
novos instrumentos de coordenação política entre as
Chancelarias, aumentando nossa sintonia nos
principais temas da agenda bilateral, regional e
internacional.

O Mecanismo de Monitoramento do
Comércio que criamos já se reuniu três vezes e tem
contribuído para reverter o desequilíbrio de nosso
intercâmbio. As exportações uruguaias para o Brasil,

nos primeiros meses deste ano, cresceram três vezes
mais do que as exportações brasileiras para o
Uruguai.

Nos últimos doze meses, aumentaram
significativamente os investimentos brasileiros no
Uruguai, em setores chave como distribuição de gás
e transporte aéreo ou ainda nas indústrias frigorífica,
metalúrgica e de vestuário.

Consolidou-se a presença da Petrobrás no
Uruguai. Para este ano, a empresa planeja novas
investições de 80 milhões de dólares no país, inclusive
na área de prospecção, além de estar engajada em
projetos de alcance social e cultural. Está assim
contribuindo para enriquecer nosso relacionamento
em todas as esferas, além de apontar para o
aprofundamento da integração energética regional.

Estamos concluindo a transferência de um
helicóptero para a Armada do Uruguai, em resposta
ao empenho do presidente Tabaré em aparelhar e
modernizar suas Forças Armadas.

Amigo Presidente,

Esses resultados são apenas um bom
começo. As profundas afinidades entre nossos dois
países e governos exigem que avancemos nos grandes
projetos de integração física e produtiva de modo a
garantir o desenvolvimento solidário de nossos povos.
Para cumprir esse objetivo determinei a realização

de reuniões em nível ministerial, para tratar de todos os aspectos das relações com o Uruguai.

Estamos assinando hoje instrumentos fundamentais para nossa interconexão energética. Eles prevêem a construção de linha de transmissão elétrica que permitirá assegurar o pleno abastecimento do Uruguai. Nossa associação nessa área já é tradicional. Temos cooperado na conservação energética e na operação de usinas elétricas emergenciais.

Determinamos também a rápida conclusão dos trabalhos preparatórios para a edificação de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da Ponte Barão de Mauá.

Instruí o BNDES a examinar a possibilidade de financiar a participação brasileira na construção de um terminal graneleiro e outro multimodal no porto de Nova Palmira. Vamos também criar um grupo de trabalho para estudar a viabilidade econômica da recuperação da ferrovia Montevidéu–Rivera. Queremos ainda explorar as potencialidades dos biocombustíveis, em especial o álcool e o biodiesel, como fontes estratégicas de energia para o futuro.

Todas essas iniciativas apontam para novas oportunidades para os homens de negócio brasileiros que investirem no Uruguai.

Para aprofundar essas possibilidades, vamos realizar conjuntamente, em setembro próximo, em São Paulo, seminário sobre investimentos no Uruguai. Essa será a oportunidade de aprofundarmos a integração produtiva de nossos países.

Seguimos empenhados em reforçar a cooperação na zona de fronteira Uruguai-Brasil, consolidando experiência de sucesso nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cooperação judicial e policial.

Meu caro companheiro Tabaré,

Tudo o que estamos fazendo no âmbito bilateral é parte de um projeto mais amplo e ambicioso. Sei do compromisso de primeira hora de seu governo com o Mercosul e com a integração

sul-americana. Esses mesmos objetivos animam o meu governo. Por isso, posso entender o sentido de urgência do governo uruguaio em ver realizado todo o potencial de nosso bloco regional.

Compartilho com o presidente Tabaré o desejo de ver um Mercosul forte, coeso e participativo. Tenho insistido, igualmente, em que Montevidéu se afirme como a capital de nosso bloco, “nossa Bruxelas”, cidade de referência para a integração sul-americana.

O Brasil tem consciência de suas responsabilidades no seio do Mercosul. Como maior economia do bloco, estamos decididos a promover políticas concretas de distribuição equilibrada dos benefícios resultantes da integração regional.

Foi com esse espírito que promovemos a constituição do Fundo de Convergência Estrutural e que reconhecemos a necessidade de equacionar as assimetrias dentro do Mercosul.

As negociações para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum também fazem parte desse esforço. Continuamos dispostos a examinar mecanismos que facilitem a atração de investimentos pelas economias menores, seja com financiamentos, seja por meio do aprofundamento de flexibilidades pontuais nas regras de origem. Tudo no pressuposto de um Mercosul unido, apto a falar com uma voz única nas negociações comerciais internacionais.

Estamos buscando possibilidades concretas de integração produtiva em vários setores, em particular nas indústrias naval, aeronáutica e bélica.

Na reunião que tive com o presidente Tabaré, manifestei a disposição brasileira de realizar um grande esforço para identificar setores da economia uruguaia que possam ganhar competitividade, escala e mercados no Brasil. Queremos também ampliar a participação uruguaia nas compras governamentais brasileiras.

O Mercosul tem de beneficiar todos os seus sócios. Somos um bloco de países soberanos e nossa grande virtude tem sido a de forjar uma união em

que todos estão em pé de igualdade. Este “Mercosul de todos” só estará completo se soubermos fortalecer e aperfeiçoar suas instituições. A criação do Parlamento regional e o necessário reforço da Secretaria Técnica são, seguramente, um marco nesse caminho. Estamos tornando uma realidade concreta o ideal de livre circulação de pessoas, e não apenas de bens e serviços.

No âmbito bilateral, vamos colocar em prática o Acordo de Residência do Mercosul. Estamos facilitando de forma imediata os trâmites para a residência de uruguaios no Brasil e vice-versa.

Meu caro Presidente,

No Brasil, temos acompanhado com grande interesse e entusiasmo as realizações de seu governo. A retomada vigorosa do crescimento econômico com justiça social é também o alvo maior de meu governo.

O Plano de Emergência Social e os importantes avanços na área de direitos humanos dão prova do compromisso do governo uruaio com os valores históricos que iluminaram o socialismo progressista uruaio. Um movimento que sempre buscou unir crescimento com equidade, avanço econômico com preservação do meio ambiente.

Isso me permite também acreditar que eventuais diferenças entre países da região possam resolver-se pelo diálogo franco e pelo entendimento dos seus dirigentes.

Amigo Tabaré,

A franqueza e o espírito construtivo com que conversamos, os entendimentos a que chegamos, me dão uma certeza. Esta sua visita ao Brasil marcará uma nova fase no diálogo entre nossos países e na realização do potencial de cooperação entre nossos dois povos.

Além da histórica relação que une nossos países, nos aproximam, no plano pessoal, convicções comuns, esperanças compartilhadas e o compromisso com a democracia, com a inclusão social, com o progresso e a soberania.

O Mercosul é uma família e como em toda família temos, por vezes, nossos problemas. Mas tenho a convicção de que saberemos resolvê-los pela via do diálogo e do entendimento. Nossos inimigos, como disse José Artigas, são apenas aqueles que se opõem à felicidade de todos.

Muito obrigado.



Almoço oferecido aos membros do Comitê Internacional e Científico da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de almoço oferecido aos membros do Comitê Internacional e Científico da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Brasília, em 20 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Senegal, Cheikh Tidiane Gadio,

Excelentíssima Senhora Bience Gawanas, Comissária de Assuntos Sociais da União Africana, Excelentíssimo Senhor Mame Birame Diouf, Ministro da Cultura do Senegal,

Excelentíssimo Senhor Boaventura da Silva Cardoso, Ministro da Cultura de Angola,

Excelentíssima Senhora Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Excelentíssima Senhora Monique Ilboudo, Secretária de Estado para a Promoção dos Direitos do Homem do Burkina Faso,

Excelentíssimo Doutor Marcelino dos Santos, Membro do Conselho de Estado de Moçambique,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Shinkaye, Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão da União Africana,

Senhoras e Senhores,

É com grande e genuína satisfação que dou as boas-vindas aos membros do Comitê Internacional e Científico da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD.

Quando o Presidente Wade, por intermédio

do meu amigo Ministro Gadio, consultou o Presidente Lula sobre disposição do Brasil em dar seguimento à Conferência de Intelectuais realizada em Dacar, no final de 2004, a idéia foi logo recebida com entusiasmo por todos no Governo.

A CIAD tem por vocação servir de interface entre as instâncias de reflexão e as do processo decisório em nossas sociedades. No plano internacional, devemos unir esforços em prol do Renascimento Africano, apoiando iniciativas como o NEPAD.

No interior de muitos de nossos países, as desigualdades sociais, que ainda hoje oprimem as comunidades da Diáspora, exigem políticas públicas eficazes e ousadas. Essas políticas somente podem ser concebidas mediante um diálogo crítico com os intelectuais e os movimentos sociais.

Senhoras e Senhores,

Nunca o Brasil buscou tanto aproximar-se da África. O Presidente Lula tomou a si próprio essa tarefa. Visitou dezessete países do Continente e recebeu grande número de chefes de Estado africanos. Determinou a abertura de Embaixadas e o envio de missões de cooperação, nas áreas de

agricultura, saúde, educação e cultura.

Por determinação do Presidente Lula, eu próprio fiz muitas visitas à África. Em todas as reuniões e encontros de que participo – quer se trate das negociações da OMC, da reforma da ONU ou do combate à fome e à pobreza – procuro sempre coordenar-me e ouvir o conselho dos meus colegas africanos.

Apesar das dificuldades logísticas que, infelizmente, ainda tornam difíceis nossos contatos com a África, não hesitei em deslocar-me para esse continente a fim de participar de importantes eventos multilaterais, como a reunião do G-90 em Mauritius ou dos LDCs em Arusha, na Tanzânia.

Também tive a honra de ser o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a sede da União Africana, onde tive o prazer de ser recebido pelo Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konare, a quem presto homenagem na pessoa da Comissária Bience Gawanas, aqui presente.

Essas ações são motivadas pelo sentimento de afinidade do Brasil com os povos africanos. São inspirados também pela convicção de que não pode haver paz e desenvolvimento no mundo se a comunidade internacional não se voltar para o continente africano.

As nações da diáspora africana também têm

estado no centro de nossa atenção. O Brasil foi chamado a liderar a força de paz das Nações Unidas no Haiti. Aceitamos o desafio imbuídos do ideal de resgatar a paz e a dignidade a uma nação cuja história é tão significativa para os povos da África e da diáspora. Nessa tarefa, estreitamos ainda mais o diálogo e a cooperação com os países do Caribe.

Como inspiração aos trabalhos da II CIAD, gostaria de referir-me a dois momentos de encontro entre a África e sua Diáspora que evocam ao mesmo tempo sofrimento e a esperança. Um deles foi a visita do Presidente Lula à ilha de Gorée, no Senegal, quando a emoção tomou conta de todos os presentes ao escutarmos os relatos pungentes sobre a dor dos que por ali passaram. O outro foi o jogo de futebol entre as seleções do Brasil e do Haiti em Porto Príncipe, quando todos nos comovemos com a alegria daqueles milhares de haitianos, tão sofridos, mas ao mesmo tempo tão cheios de vontade de viver.

Desejo a todos um trabalho frutífero e agradeço, de coração, o esforço que fizeram em vir à nossa Brasília, cuidar da elaboração dos termos de referência da II CIAD. Estou seguro de que, com a ajuda de vocês, a Conferência de Salvador, a mais africana das capitais brasileiras, terá grande êxito e dará um formidável impulso ao debate sobre o desenvolvimento do Continente Africano e dos povos da Diáspora.

Cerimônia de Abertura do Segmento de Alto Nível da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8)

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do segmento de alto nível da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), em Curitiba, em 27 de março de 2006

Meus amigos,
Minhas amigas,

Eu queria, em primeiro lugar, fazer um agradecimento, a pedido da minha companheira, Ministra Marina, ao governador Requião e ao prefeito Richa, pelo tratamento acima de carinhoso – segundo a Marina, excepcional – que foi dado a todos os nossos convidados nestes dias que estão aqui em Curitiba.

Quero agradecer aos membros do meu governo, liderados pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Relações Exteriores, que tão bem se dedicaram e compreenderam a importância deste evento.

Quero cumprimentar os secretários-executivos de todas as entidades. Cumprimentar embaixadores, embaixadoras, jornalistas.

E quero dizer a vocês que não é fácil fazer um pronunciamento por escrito, depois de oito pronunciamentos por escrito. Não sei se vou repetir, aqui, coisas que foram ditas pelos que me antecederam mas, de qualquer forma, já está escrito, e vamos fazer o nosso pronunciamento.

Em nome do povo brasileiro, quero exprimir nossa satisfação de sediar esta 8ª Conferência das Partes, da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica.

O Brasil se orgulha de poder abrigar este encontro da maior relevância para a comunidade internacional. Orgulha-se, também, de ter sido o berço da Convenção sobre Diversidade Biológica – a “Convenção da Vida” –, nascida durante a Rio 92. A Convenção retorna finalmente à casa, para nossa alegria.

Não se trata, nestas palavras, apenas de uma gentileza protocolar. Tampouco se resume à alegria de ouvir vozes distintas de todo o Planeta, unidas pelo idioma comum da busca de um destino sustentável. Nosso sentimento é de que algo maior está em jogo aqui.

Em que pese à dificuldade política de traduzir em jurisprudência planetária os avanços da História, o que se respira na agenda ambiental, atualmente, já não é apenas o frescor da esperança. A impressionante capilaridade alcançada pela consciência ambientalista, nas últimas décadas, deu um salto para se incorporar às dinâmicas incontornáveis que renovam a cultura e o desenvolvimento humano no século XXI.

A cultura não precede a experiência. A experiência acumulada é que transbordou nesse gigante mutirão planetário do qual fazem parte a COP 8, assim como a recém-concluída Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança,

MOP 3, realizada também nesta acolhedora cidade de Curitiba.

Trata-se, em ambos os casos, de uma mobilização para colher os frutos dessa mudança historicamente amadurecida, que se traduz agora na construção de normas e acordos demarcatórios de novos paradigmas para o desenvolvimento sustentável.

A biodiversidade, o conjunto das diferentes formas de vida, é o maior tesouro do nosso planeta. Tudo o que possa ameaçá-la ou conspirar contra a repartição equitativa dos seus recursos deve ser rejeitado como ameaça à sobrevivência da Humanidade e da Terra. Esse entendimento orientou a posição brasileira de preservar nesta Conferência o espírito da COP 5, realizada em Nairobi, de proibição do uso de sementes estéreis. Nada que ameace a vida ou monopolize o acesso aos seus recursos serve à causa comum da humanidade. É necessário extrair conseqüências políticas e jurídicas desse paradigma. A primeira, e a mais importante, é evitar retrocessos nos avanços conquistados. É exatamente isso que esperamos dessa COP 8. Ao mesmo tempo, trata-se de trabalhar pela implantação dos marcos reguladores que protejam a biodiversidade e as legítimas aspirações de desenvolvimento dos países pobres, principais detentores do patrimônio natural do mundo.

O que a COP 8 está dizendo é que a biodiversidade não é a fronteira devoluta do século XXI. Sua exploração adequada, ao contrário, é o grande rumo para a construção de novos paradigmas de progresso, que vão enlaçar, de uma vez por todas, o cálculo econômico à qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental. A luta pela adoção de um regime internacional de repartição dos benefícios, que resultam do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, é parte desse percurso.

Esse regime, de um lado, disciplinará e controlará o acesso a recursos genéticos; do outro, assegurará a justa e equitativa repartição de ganhos

obtidos com o seu uso. Ao mesmo tempo, protegerá o saber tradicional das populações indígenas e das comunidades que vivem no seu entorno.

Minhas senhoras e meus senhores,

Uma lógica ambiental sustentável é incompatível com uma engrenagem econômica que se apóie em desigualdades sociais crescentes e asfixiantes. Hoje, 25% dos habitantes mais ricos do planeta consomem 80% dos recursos disponíveis na Terra. Um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de 2 dólares por dia.

Em 1960, a diferença entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de trinta vezes, hoje é superior a setenta vezes. Um em cada três habitantes do mundo urbano mora em favelas e 150 milhões de imigrantes abandonaram seus países porque foram deixados de lado pelo Estado e por mercados locais espremidos pela globalização.

As economias industrializadas gastam, aproximadamente, 900 bilhões de dólares por ano para proteger suas fronteiras. Mas destinam menos de 60 bilhões de dólares para ajudar as nações mais pobres, onde a fome se transformou numa silenciosa arma de destruição em massa.

A cumplicidade da injustiça social com o consumo extravagante de poucos marcou o rosto do século XX e atingiu um limite de saturação. Não é aceitável que os países mais pobres continuem a sofrer o principal ônus da degradação ambiental, resultante de padrões insustentáveis de produção e consumo determinados pelas nações industrializadas.

Hoje, a busca de consenso democrático converge para uma agenda incontornável de regeneração humanista e ambiental do desenvolvimento, diante da qual o governo brasileiro não tem poupado esforços e colhido frutos encorajadores. Vou destacar alguns. No período de 2004-2005, logramos uma redução de 31% nos índices de desmatamento da Amazônia, a primeira queda em nove anos. Aprovamos uma Lei de Gestão

de Florestas Públicas, que vai promover o uso sustentável de 13 milhões de hectares na região, criando 140 mil novos empregos diretos, além de gerar receita e impostos que serão aplicados na gestão florestal. Das 58 mil 373 famílias assentadas pela reforma agrária na região amazônica, em 2005, grande parte já vive em projetos de desenvolvimento sustentável, em assentamentos florestais e agroextrativistas.

Não negligenciamos o entrelaçamento virtuoso da conservação ecológica com a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas, fortalecendo o arcabouço regulatório interno e de ações de combate à biopirataria. A área indígena no Brasil equivale a mais de um milhão de quilômetros quadrados, quase uma França e uma Alemanha juntas.

Nossa matriz energética, predominantemente baseada em fontes limpas e renováveis, já inclui o etanol e agora ganha um projeto socialmente inovador, com o biodiesel.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos, recém-lançado, coloca o Brasil entre os primeiros países do mundo na definição de diretrizes e metas que vão garantir o uso racional da água, um compromisso assumido em Joanesburgo, em 2002.

Coerente com essa trajetória, na MOP 3, o Brasil defendeu uma solução prudente e progressista para a identificação dos organismos geneticamente modificados, no comércio internacional. O resultado marcou importante avanço em termos internacionais.

O que buscamos, portanto, é construir um equilíbrio dinâmico entre nossas responsabilidades internacionais como potência ambiental e as urgências sociais do nosso povo.

Estamos convencidos de que as pendências do nosso tempo, em relação à natureza e à sociedade, têm origem comum e soluções convergentes. As finanças, a tecnologia e o comércio mundial podem levar a globalização o mais longe possível. Mas caberá à democracia, com participação social cada vez mais intensa, e à consciência ambientalista cuidar

da sua trajetória para evitar a contínua colisão entre as nossas carências e os nossos excessos.

Repartir para preservar. Repartir para equilibrar. Repartir para prosperar. Repartir para ter paz. Esse é o horizonte da mudança que ilumina a alma do nosso tempo. Nosso governo reconhece que esta responsabilidade recai não somente nos ombros do setor ambiental, mas sobre o governo inteiro. Estamos fazendo com que todos os setores do governo e da sociedade compartilhem essa responsabilidade.

Chamamos essa idéia de “transversalidade”. Sua implementação na prática, é muitas vezes, difícil. Mas esta é a melhor alternativa. Trata-se, como já foi dito aqui, de um desafio que requer grande dose de vontade política de todos os países. Requer, também, o cumprimento das promessas dos países desenvolvidos com a cooperação internacional.

No momento em que os esforços pela conservação e uso sustentável crescem em todo o mundo, nos preocupa a redução dos recursos financeiros destinados a apoiar essas iniciativas, bem como as dificuldades para uma efetiva transferência de tecnologia entre nossas nações.

E como bem disse a nossa querida Ministra Marina Silva, na abertura desta Conferência, o momento é de implementar, de fazer, de mudar. Hoje temos forças de consenso para avançar nessa caminhada que vai além do sonho.

A Conferência sobre Diversidade Biológica e a reunião do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança fizeram de Curitiba um novo marco para a Humanidade nessa travessia. Não poderia terminar não pedindo a compreensão do intérprete, já que é mais difícil o trabalho sem a leitura, e dizer a todos vocês: a luta pela preservação ambiental, a luta pela manutenção da qualidade de vida no planeta não é uma luta fácil. O que tem que nos mover é a consciência dos avanços que já conquistamos.

O que era discutir meio ambiente na década de 80? Era meia dúzia de pessoas espalhadas pelo mundo afora, sendo chamadas e achincalhadas de

tudo quanto é nome, até que na Rio 92 a questão ambiental, pelo menos no meu Brasil, adquiriu uma dimensão maior.

De 1992 até agora, o que avançamos? É verdade que muitas vezes assinamos muitos protocolos em muitos lugares do mundo e que esses protocolos não deixam de ser meros protocolos, até porque muitas vezes os proponentes desses protocolos estão subordinados a uma pressão ainda maior do que aquela que os ambientalistas podem fazer, que é a pressão do desenvolvimento, do poder econômico local e internacional.

Mas, ao invés de ficar desanimados, nós precisamos olhar para trás, fechar os olhos, abri-los depois de 5 segundos, e vamos ter dimensão do que seria o Brasil, do que seria o mundo hoje se nós não tivéssemos começado há 30, 40 ou 20 anos, sem medo de termos sido chamados de populistas e demagogos, de sectários, de loucos, de irresponsáveis, de seres humanos contra o desenvolvimento. Se tivéssemos aceito a pressão e não tivéssemos seguido em frente, não teríamos transformado aquele movimento inicial – que parecia de um grupo de jovens alucinados – em políticas de Estado, levadas a sério por muita gente no mundo.

Ainda estamos aquém, mas ao invés de ficarmos reclamando o que não conquistamos ainda, aproveitem este encontro para que a gente possa comemorar o que nós já conquistamos. Os nossos fracassos serão reparados por quem vier depois de nós.

Boa sorte neste encontro.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Abertura do Segmento de Alto Nível da Oitava Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica – COP 8, em Curitiba, em 27 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssima Senadora Marina Silva,

Ministra de Estado do Meio Ambiente,
Excelentíssimo Senhor Roberto Requião,
Governador do Estado do Paraná,

Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Prefeito de Curitiba,

Excelentíssimo Senhor Klaus Töpfer, Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA,

Excelentíssimo Senhor Ahmed Djoghlaf, Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica,

Senhores Ministros,

Senhoras e Senhores,

Vejo, com alegria, a presença em Curitiba de tantas personalidades internacionais, cuja experiência no trato das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, em todas as suas vertentes, enriquecerá os debates no âmbito da Convenção.

Lembro-me de quando a Ministra Marina Silva telefonou-me de Kuala Lumpur, há dois anos, com a sugestão de oferecer o Brasil como sede da COP 8. Pareceu-me, desde o início, uma boa idéia. Os fatos vêm superando amplamente as nossas expectativas.

A participação pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta ocasião é testemunho eloqüente da importância da Convenção sobre Diversidade Biológica para o Brasil.

Somos o país mais megadiverso do mundo. A COP 8 vem mobilizando grande atenção no Governo e na sociedade civil.

A Delegação brasileira junto à COP 8, numerosa, ativa e representativa, espelha de maneira fiel os interesses variados do Brasil em relação à Convenção.

Os brasileiros têm consciência da riqueza de seu patrimônio ambiental e da importância estratégica dos recursos da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do país.

A dimensão desses recursos e dos benefícios que podem trazer não pode ser subestimada: 20%

da água doce do planeta estão na Amazônia; dois terços do território brasileiro ainda estão cobertos por vegetação natural; 40% da energia brasileira vem de fontes limpas e renováveis.

A política externa brasileira tem muito presente essa realidade.

Buscamos projetar para o mundo os objetivos de transformação do Brasil, com ênfase nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento econômico, o progresso social e a proteção ambiental.

Temos adotado uma postura firme e engajada nos foros multilaterais, com vistas a promover regras justas e equilibradas e a criar espaços regulatórios mais democráticos, em um espírito de responsabilidade e cooperação coletiva.

Nesse plano se inserem os acordos multilaterais ambientais, entre os quais se destaca a Convenção sobre Diversidade Biológica, aberta à assinatura no Rio de Janeiro, há catorze anos.

Os temas em debate na Convenção – e que serão tratados neste Segmento de Alto Nível – correspondem a questões cruciais para a comunidade internacional: o desenvolvimento; a erradicação da

pobreza e da fome; a conservação e uso sustentável dos recursos naturais; o comércio; a justa repartição de benefícios.

A COP 8 constitui oportunidade para avançar na implementação da Convenção, com base no princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

São princípios consagrados na Rio 92, e que reafirmamos hoje.

Precisamos também avançar na questão da proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e populações locais.

Estou seguro de que os resultados destes debates orientarão as Partes para que realizemos progressos na implementação da Convenção em bases sólidas e equilibradas.

O Itamaraty se regozija de haver colaborado com o Ministério do Meio Ambiente, a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná para a realização da COP 8 nesta bela cidade.

Desejo a todos muito êxito em suas deliberações e uma ótima estada no Brasil.

Muito obrigado.



Fórum Brasil-Itália: Relações Bilaterais

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Fórum Brasil-Itália: Relações Bilaterais, em São Paulo, em 29 de março de 2006

Senhor Cláudio Scajola, Ministro para Atividades Produtivas da Itália,
Ministro Luiz Fernando Furlan,
Ministro Fernando Haddad,
Ministro Dulci,
Embaixador Michele Valencise, Embaixador da Itália no Brasil,
Embaixador Adhemar Bahadian, Embaixador do Brasil na Itália,
Meu caro Presidente da Confindústria,
Meu caro Presidente da Fiesp,
Empresários brasileiros e empresários italianos,
Meus amigos e minhas amigas,
Convidados,
Jornalistas,

Toda vez que eu venho aqui eu sou o último a falar. Ouço o Furlan, ouço o Paulo Skaf, ouço outros convidados e vou percebendo que cada um vai falando um pouco das coisas que estão no meu discurso escrito. Toda vez que eu chego aqui, me deparo com a dificuldade de ler um discurso que já foi lido em parte e que vai tornando vocês mais cansados, prestando menos atenção no que a pessoa está falando, e saindo do Brasil com uma má impressão do Brasil. Se um líder empresarial pôde vir aqui fazer um discurso de improviso, como Confindústria, por que eu não posso, como político, falar no meu improviso?

Na verdade, eu não queria e não quero fazer um discurso. Quero ter uma conversa com vocês.

Uma conversa de um dirigente de uma nação que compreende que só falta uma definição para que saíamos da eternidade de ser um país emergente, para nos transformarmos numa grande nação. E o que falta somos nós, brasileiros e brasileiras, acreditarmos que esse passo depende única e exclusivamente de nós. Não depende de ninguém – depende de nós.

E vou dizer o porquê. Logo que eu resolvi ser candidato a Presidente da República, em 2002, eu disse a vocês –disse aqui, disse na CNI, numa grande reunião – que eu tinha o desejo de criar uma Secretaria Especial de Comércio Exterior que tivesse um ministro como se fosse um mascate. Aquele mascate que sai de manhã com pacotes de produtos embaixo do braço, que anda batendo palma de casa em casa e que volta à noite, sem nenhum dinheiro, mas com um monte de recibos de dinheiro para o futuro.

Por coincidência foi aqui, nesta casa, que encontrei o companheiro Furlan. Depois de conversar com o Furlan um tempo, falei: “puxa vida, como Deus é generoso comigo”. Me deu um ministro e um mascate ao mesmo tempo. Então, eu penso que a gente vai conseguir fazer negócio.

A primeira viagem que fiz, de grande impacto, foi à Espanha. Tivemos uma reunião com os empresários, ousei desafiar os empresários brasileiros a não terem medo de ser empresários multinacionais. Para minha surpresa, alguns setores da imprensa brasileira viram aquilo como uma crítica, dizendo que eu estava criticando os empresários brasileiros,

quando eu estava desafiando os empresários brasileiros a não terem medo de virar empresários multinacionais.

Depois, fiz alguns desafios em várias outras federações das indústrias no Brasil e dentro da sede da CNI, de que era preciso que definíssemos uma estratégia para saber quais os mercados que o Brasil iria querer disputar, com quem iríamos disputar e que nós saíssemos para cativar esse mercado.

Quando fomos aos Países Árabes e gastamos lá, por volta de 500 mil dólares, num processo de promoção que culminava com uma Semana Brasileira nos Países Árabes, ao invés de as pessoas esperarem o resultado daquilo que estávamos fazendo, as pessoas criticavam os 500 mil dólares, sem saber quantos 500 mil dólares nós íamos ganhar por conta daquele evento. E o resultado é que na trajetória de todas as caminhadas que fizemos, ou antes da minha chegada, tínhamos tido grupo de empresários viajando, ou tínhamos grupos de empresários viajando conosco ou depois, da nossa volta, um grupo de empresários, ora com o Furlan, ora com o Roberto Rodrigues, ora com o Celso Amorim, visitando aqueles países e aquela região.

E fomos nos apresentando ao mundo com a nossa cara, com o nosso jeito, e fomos percebendo que tínhamos um espaço enorme para crescer. Fui a Angola, fui a muitos países africanos, e muita gente no Brasil fala: “mas o Presidente, viajando para a África? O Presidente teria que viajar para a Itália, para a Alemanha, mas para a África?” E quando eu chegava a um país desses e via um carro japonês – nada contra o carro japonês – eu perguntava: puxa vida, não poderia ser um carro japonês produzido no Brasil, com mão-de-obra brasileira, ou um carro italiano, ou um carro francês? Estamos tão próximos, temos identidade com muitos e muitos países, o que está faltando? Na verdade, tínhamos lá, também, o comprador do carro – o que faltava era o Brasil se apresentar e dizer: “eu vim aqui para vender carro, eu quero competir”. E fazer a disputa política neste mundo em que ninguém dá nada a ninguém, neste

mundo globalizado, onde cada palavra, cada gesto vale um bom negócio ou um bom fracasso.

Da mesma forma, meu caro Montezemolo, fui criticado porque tomei a decisão de reconhecer a China como economia de mercado. E tomei essa decisão porque tenho consciência de que ou colocamos a China no âmbito da OMC e passamos a envolvê-la nas discussões que faz o resto do mundo ou deixamos a China de lado e ela vai ocupando os espaços que ocupa sem pedir licença a quem quer que seja. É preciso, portanto, colocá-los dentro dos foros em que decidimos as nossas coisas para que possamos comprometê-los como queremos comprometer todos os países e a nós mesmos, brasileiros. Porque se não for a discussão nos foros internacionais que criamos, a coisa começa a acontecer em paralelo às decisões que tomamos.

E hoje, no mundo dos negócios, temos duas grandes novidades que temos que levar a sério: de um lado, a China, de outro lado, a Índia. Juntos, são quase 2 bilhões e 400 milhões de habitantes, mais de um terço da população mundial que, nos últimos 20 anos, deixaram de ser marginais da humanidade e passaram a ocupar um espaço importante, a ponto de ser um Presidente americano que restabeleceu, não apenas a relação com a China, mas reconheceu a China como parceiro preferencial e estratégico dos Estados Unidos.

O que estamos fazendo aqui? Neste momento em que recebemos a visita do ministro da Itália, de uma delegação importante de empresários da Itália chefiada pela Confindústria, que se encontram com um conjunto importante de empresários brasileiros, o que queremos fazer, concretamente? Apenas estabelecer um acordo entre alguma empresa brasileira ou alguma empresa italiana, ou temos que pensar um pouco maior e pensar do ponto de vista estratégico o que queremos, enquanto empresários italianos e empresários brasileiros, produzir de efeito no mundo da indústria e no mundo dos negócios nos próximos 15 ou 20 anos, porque se são 60 milhões de habitantes, e se somos quase 190 milhões de

habitantes, se somado o nosso potencial tecnológico, se somado o potencial do nosso PIB, teremos muito mais força para negociar em qualquer foro internacional.

E temos que ousar dizer, claramente, o seguinte: se nós, brasileiros, fomos tão generosos no século XIX para receber, não investidores, mas pobres italianos que vinham a este canto do mundo à procura de uma oportunidade que lhes faltava na Itália, e aqui foram tão bem recebidos e construíram o patrimônio que construíram neste país, cultural, econômico, político, agora não temos que fazer mais do que fizemos naquela época. Temos que dizer aos empresários italianos que, da mesma forma que os nossos irmãos brasileiros, no século XIX, receberam os italianos aqui de braços abertos, nós, no século XXI, no começo de um novo século, estaremos recebendo vocês de braços abertos para dizer-lhes que queremos construir uma parceria de longo prazo, queremos que as empresas brasileiras cresçam junto com as empresas italianas, queremos que empresas italianas e brasileiras ganhem mercados internacionais, queremos disputar, juntos, parcelas de mercado em outras partes do mundo em parceria com a Itália. Tudo isso pode ser construído se houver disposição de construir.

O Brasil, e posso dizer isso aos empresários italianos, vive hoje um momento auspicioso da sua vida. Obviamente, temos muitas deficiências ainda, mas podem procurar qualquer analista econômico, e vamos poder lhes afirmar que em poucos momentos da história do Brasil tivemos uma posição tão sólida como temos hoje. Primeiro, porque não estamos dispostos a fazer mágica em economia. Não existe mágica, existe tomada de posição e seriedade. Segundo, porque não vamos permitir que a inflação volte para resolver os problemas de caixa de alguns e do próprio Estado brasileiro. Terceiro, porque acreditamos piamente que a credibilidade conquistada pelo Brasil ao longo dos últimos anos e a solidez da nossa política de comércio exterior e a solidez da nossa macroeconomia permitem dizer a

vocês, empresários italianos, que se em momentos em que a gente não tinha todas essas condições favoráveis, vocês acreditaram no Brasil.

Meus caros, vocês precisam aportar definitivamente neste país. Aportar com projetos, com disposição política, e que a mesma disposição política que vocês demonstrarem aqui, que os nossos empresários demonstrem quando forem visitar a Itália e conhecer a região da Emilia Romagna e ver como aquilo chegou ao ponto em que chegou. E só conseguimos chegar a esse ponto se pensarmos de forma positiva, se acreditarmos que é possível. Porque muitas vezes temos um prato de comida para comer, com tudo bem feito, tempero bom e, ao invés de agradecermos a Deus por aquele prato, optamos por ficar reclamando do que não está no prato.

Eu, durante muito tempo, fiz reuniões e mais reuniões com os mais importantes economistas deste país. De vez em quando, saía da reunião e dizia: “espere aí, acho que eu estou sendo enganado.

Essas pessoas querem que eu seja candidato e colocam a situação do Brasil na situação que está, ou seja, aquela história de que o Brasil acabou.” Eu falava: “então para que eu vou ser candidato, se o Brasil acabou?” Descobri que este país é tão grande, este país tem uma dinâmica tão própria que não há análise negativista que possa fazer com que deixe de acontecer aquilo que está para acontecer neste país.

Da mesma forma que, muitas vezes, conversamos com muitos empresários – aqui estão muitos com quem já me reuni muitas e muitas vezes – estamos sempre cobrando alguma coisa que falta e sabemos que a vida inteira é assim mesmo, a gente vive se cobrando. É o filho que cobra do pai, é o pai que cobra da mãe, é a mãe que cobra do avô, vocês estão sempre procurando alguém para cobrar alguma coisa e é bom que seja assim a humanidade.

Eu poderia dizer: “é assim que caminha a humanidade”, mas isso não pode evitar que construamos os projetos necessários a serem construídos ontem e hoje, e não apenas o que vamos construir para um futuro longínquo. O Brasil está

preparado em vários ramos da atividade econômica para receber os empresários italianos.

Você, meu caro Montezemolo, pode conhecer na Fiat o que é a qualidade da mão-de-obra brasileira, você pode conhecer na Fiat o que é a criatividade do povo brasileiro. Por muito tempo aceitamos a idéia de que éramos um país apenas exportador de produtos in natura. Às vezes eu ia a um debate e a gente falava: somos o maior exportador de soja, o maior exportador de suco de laranja, o maior exportador de minério de ferro e esquecíamos que exportávamos avião porque a nossa cabeça ainda não tinha chegado no avião, estava nos produtos primários.

Somos tudo isso que foi mostrado aqui no filme. Aliás, meus parabéns, Paulo, pelo documentário. Você me disse que está em todas as línguas, você vai perceber como vamos exportar muito mais na medida em que não ficarmos esperando que venham aqui para ver. Temos que colocar para as nossas embaixadas convidarem empresários de todos os países do mundo e mostrar essas coisas, porque a embaixada do Brasil, lá fora, não pode ser mais uma embaixada de reflexão, ela tem que ser uma embaixada de produção – produção política, produção econômica, produção cultural, porque depende só de nós. Esse é o meu convencimento e os resultados estão aí para todos verem.

Na hora em que acreditarmos em nós, vamos perceber que tem um espaço no mundo, extraordinário, na nossa relação conjunta Itália e Brasil, na relação com a China, na nossa relação com a Índia, na nossa relação com o Oriente Médio, na nossa relação com a África, com a América do Sul. O Furlan, em algum momento, pode falar sobre o crescimento que aconteceu no comércio Brasil/América do Sul. Como é possível a Venezuela ficar comprando um carro produzido nos Estados Unidos se pode comprar um carro produzido aqui no Brasil? Até o Fiat italiano ela pode comprar aqui. Agora, se não tivermos a estrada, o porto, o aeroporto, a telecomunicação, eles preferirão ir comprar lá.

Então, de coração, meu caro Montezemolo, meu caro Paulo Skaf, acho que isso é um feito inusitado. No meu discurso tinha uma coisa que vamos criar as condições para quando um empresário italiano vier ao Brasil, ele já receba lá mesmo, na Itália, todos os documentos necessários.

Desejamos que o investidor italiano sinta-se em casa quando chegar aqui. Razão pela qual, ao sair de seu país, ele já terá em mãos um visto de residência para que possa se movimentar e tomar decisões em nosso mercado como se fosse em sua própria terra. Mesmo que nós, brasileiros, quiséssemos tratar o italiano como estrangeiro, em alguns bairros deste país, possivelmente vocês estejam mais em casa do que nós, que somos o estranho naquele bairro.

Somos capazes de produzir uma relação que dura quase um século e meio. São 25 milhões de homens e mulheres, neste país, em cujas veias correm sangue italiano e brasileiro. Aqui, os italianos se misturaram com japoneses, com espanhóis, com chineses, com índios, com negros. Este é o país multirracial, este é o país sem preconceito, este é o país que conseguiu, desse seu jeito de ser, permitir que os seres humanos não fossem tratados como segunda classe pela cor, pela religião ou pela origem. Não tem lugar do mundo em que árabes e judeus vivam melhor do que no Brasil. Duvido que tenha um país no mundo em que os italianos vivam tão bem como vivem aqui no Brasil.

Em outras, em todas as nações, porque desde que aqui aportou o primeiro italiano, o nosso coração cresceu em generosidade. Nós aprendemos muito a respeitar os italianos. Acho que cada um de nós que vai à Itália, desce no aeroporto... até um pouco da bagunça é parecida com a nossa! A gente se sente mais próximo, mais feliz, e eu tenho certeza de que vocês também aqui, até no jeito de falar. Está certo que o Furlan homenageou o Baggio, que perdeu o pênalti, mas eu tenho atravessado o Paolo Rossi, que nos tirou de uma Copa do Mundo. Nem isso, meus caros, nem isso é motivo para que não possamos

acreditar nesse ressurgimento das relações – não diplomáticas – relações políticas, econômicas e comerciais entre Brasil e Itália.

Quero lhe agradecer por ter aceito o desafio que eu fiz em outubro na sede da sua entidade em Roma, e quero lhe dizer que também acertei quando lhe disse – e o Paulo Skaf estava presente – que você seria recebido neste país com muito carinho, com muito fervor, com muito entusiasmo e com muita possibilidade de negócios. Este número que você me deu, de que teve 600 encontros bilaterais em Minas

Gerais, 1.700 aqui, e não sei quantos mais em Porto Alegre, me obriga a dizer aos empresários italianos: vocês, que na década de 40 e 50, vieram muito para o Brasil e vocês, depois de meio século, tão dedicado à Europa, vocês agora descobriram que poderiam ter vindo ontem. Não vieram, não tem problema. Venham amanhã e serão tão bem recebidos quanto aqueles que chegaram ontem.

Muito obrigado, bons negócios e boa sorte a todos vocês.



Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia da Abertura da Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2006

Senhora Ministra Nkosazana Dlamini-Zuma,
Senhor Ministro Anand Sharma,

É com imensa satisfação que lhes dou as boas-vindas para esta Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. A presença nesta sala de delegações numerosas dos três países atesta, por si, nosso compromisso com o continuado sucesso desta iniciativa.

O IBAS completa, com este encontro, o primeiro ciclo de sua existência. Criamos o Fórum em 2003, em Brasília, a partir de uma idéia inspirada de minha querida amiga Ministra Zuma.

Seguiram-se as reuniões ministeriais de Nova Delhi, em 2004, e da Cidade do Cabo, em 2005. Nossos líderes encontraram-se em duas ocasiões, em 2003 e 2005. Agora, reunimo-nos novamente no Brasil.

Temos razões de sobra para comemorar os resultados alcançados nestes três primeiros anos. Um balanço de nossas ações comprova que avançamos muito na consolidação de um projeto de cooperação inédito entre países do Sul.

O IBAS busca aproximar três grandes democracias do mundo em desenvolvimento com muitas características em comum. Brasil, Índia e África do Sul são atores de peso em suas respectivas regiões e têm atuação global. Os três países possuem vastos recursos naturais e apresentam elevados níveis

de industrialização.

Somos, também, sociedades multiétnicas e multiculturais, e extraímos de nossa diversidade a riqueza de nossa cultura e a vitalidade de nossas instituições democráticas. Ao mesmo tempo, enfrentamos graves problemas de pobreza e exclusão social.

Tudo isso nos coloca em uma posição privilegiada para aprofundar nosso diálogo e desenvolver nossa cooperação.

Talvez isso explique, também, a atenção que tem sido dada ao IBAS desde a sua constituição. Os cada vez mais numerosos artigos de imprensa, seminários e trabalhos acadêmicos dedicados ao Fórum são reveladores do interesse que nossa atuação desperta.

Poucos de nós, creio eu, imaginariam que o IBAS alcançaria esse grau de visibilidade em tão curto espaço de tempo.

Senhoras e Senhores,

O IBAS foi marcado, desde a sua origem, pelo signo do pragmatismo. Mesmo a concertação político-diplomática sobre os mais diferentes temas – sejam eles a Rodada de Doha, a promoção da paz e da segurança ou o combate à fome e à pobreza – é voltada para a obtenção de avanços concretos.

O melhor exemplo da importância da

coordenação no âmbito do IBAS foi a criação do G-20 na OMC. Já disse isso em outras ocasiões, mas nunca é demais repetir: o G-20 provavelmente não teria sido possível se não existisse o clima de confiança política entre o Brasil, a Índia e a África do Sul.

Nossos países têm, ainda, interesses comuns na democratização das relações internacionais e, em particular, na reforma do Conselho de Segurança da ONU. Defendemos que o órgão decisório máximo das Nações Unidas reflita as mudanças ocorridas nos últimos 60 anos.

A presença de grandes países em desenvolvimento como membros permanentes do Conselho corrigirá o déficit de representatividade e dotará o órgão de uma nova perspectiva, que melhor reflita os pontos de vista da vasta maioria dos países membros.

Na área de cooperação, estamos desenvolvendo projetos em campos tão variados como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa e sociedade da informação.

Realizamos em agosto, aqui mesmo no Rio, o Seminário IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social. O evento reuniu especialistas dos três países para debater questões relacionadas ao combate à pobreza e à promoção de inclusão social. Queremos seguir avançando na área social e, para isso, estamos criando um novo grupo de trabalho.

Um dos resultados mais relevantes de nossa cooperação foi a assinatura, em agosto passado, de um inédito acordo trilateral de transporte aéreo. A conexão mais direta entre nossos países é uma conquista de valor inestimável. Estou informado de que representantes das empresas aéreas dos três países reuniram-se aqui no Rio para viabilizar uma ligação aérea mais direta entre o Brasil, a África do Sul e a Índia.

Senhoras e senhores,

Mesmo não sendo formado por países do círculo tradicional de doadores internacionais, o

IBAS investe na solidariedade entre países do Sul. O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza quer ser um exemplo de como países de menor desenvolvimento relativo podem se beneficiar das experiências de outros países em desenvolvimento.

Já temos um projeto em andamento na área de agricultura na Guiné-Bissau. Estamos iniciando outro, de coleta de lixo, no Haiti. Nosso desafio agora é identificar novos projetos que transformem o Fundo IBAS em um símbolo da nova cooperação Sul-Sul.

Outro objetivo importante do IBAS é o aprofundamento dos laços econômicos e comerciais entre nossos países. Noto, com grande satisfação, que nossas relações comerciais vêm crescendo de forma significativa desde 2003.

O comércio entre o Brasil e a África do Sul, que era de aproximadamente US\$ 700 milhões em 2002, elevou-se a US\$ 1,7 bilhão em 2005. Isso equivale a um crescimento de aproximadamente 160% em três anos. Com a Índia, nosso intercâmbio atingiu, no ano passado, US\$ 2,3 bilhões, 90% a mais do que em 2002.

Avançam, também, os entendimentos com vistas à negociação de um inédito acordo trilateral de livre-comércio. Estamos trabalhando para fazer convergir as negociações comerciais Mercosul-SACU, Mercosul-Índia e SACU-Índia. A liberalização do comércio entre nossos países e seus entornos é elemento essencial para a dinamização do relacionamento comercial.

O IBAS é uma excelente oportunidade para que empresários dos três países estabeleçam vínculos comerciais duradouros. Estou seguro de que se converterá numa alavanca de comércio e investimentos reciprocamente vantajosos.

O pioneirismo da Índia em aproximar o IBAS dos empresários durante a I Comista foi seguido pela África do Sul, onde estabelecemos o Conselho Empresarial do IBAS. Procuramos perseverar nesse esforço com a organização do Fórum de Comércio e Investimentos, realizado ontem, com grande sucesso, no Hotel Glória.

Cara Ministra Zuma,
Ministro Sharma,
Senhoras e senhores delegados,
Costumo dizer que o IBAS só estará maduro quando transcender os limites das Chancelarias e da esfera governamental. Deve ser um projeto de nossos homens de negócios, de nossos acadêmicos, de

nossos jornalistas, enfim, de nossas sociedades.

A maior conquista do IBAS terá sido romper as barreiras mentais que alimentam boa parte do desconhecimento mútuo entre nossos países.

É para isso que estamos trabalhando.
Muito obrigado.



Cerimônia de Entrega da Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ao Ministro Celso Amorim

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de entrega da Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no Rio de Janeiro, em 3 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Deputado Jorge Picciani, Presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro,

Excelentíssima Ministra Nilcea Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres,

Excelentíssimo Senhor Deputado Edmilson Valentim, líder do PC do B na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Ovídio Andrade Melo,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Virgílio Moretzsohn de Andrade, Chefe do Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro,

Magnífico Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nival Nunes de Almeida,

Queridos familiares e colegas,

Senhoras e Senhores,

Por iniciativa da liderança do PC do B, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro houve por bem homenagear a política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedendo-me a Medalha Tiradentes, a mais alta comenda deste Estado. Agradeço profundamente o autor da iniciativa, Deputado Edmilson Valentim, que foi o mais jovem integrante da Assembléia Nacional Constituinte

e vem tendo, em sua vida parlamentar, atuação marcante na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Sempre valorizei a atividade parlamentar. Por essa razão, sinto-me especialmente honrado com a distinção que hoje me estendem os representantes do povo fluminense.

Tenho uma relação afetiva com o Estado e a cidade do Rio de Janeiro. Aqui vivi anos marcantes de minha infância e juventude, que tiveram sem dúvida impacto duradouro na minha formação e na minha maneira de ver o mundo. Foi do Rio o meu primeiro título de eleitor, com o qual exerci minha cidadania em anos de grande efervescência democrática.

Naqueles saudosos tempos, lendo o livro clássico do sociólogo Karl Mannheim, “Ideologia e Utopia”, aprendi que ser utópico não tem uma conotação simplista de ingenuidade e fantasia. Ao contrário, pensar além do real aparente é uma forma poderosa de reação contra o conservadorismo e as ideologias que, por princípio, se opõem à mudança.

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi ele próprio um visionário. Por ter ousado imaginar um Brasil independente enfrentou o martírio. Mas sua luta apontou o caminho para todos que não admitem abdicar dos seus ideais.

Senhor Presidente,

Nos últimos anos, o Brasil vem procurando ocupar o lugar que lhe cabe no mundo. A política externa do Presidente Lula busca resultados concretos que têm revertido em benefício do país e colaborado para a promoção do desenvolvimento econômico com justiça social.

Há quem diga que ser realista é aceitar o mundo como ele nos é apresentado. De nada adiantaria tentar transformá-lo. Permito-me discordar.

Na política internacional, ser realista é ter coragem de defender com atitudes sérias e ações conseqüentes o interesse nacional. É não abdicar dos princípios e valores que esposamos.

De forma consistente, nos opusemos à intervenção, sobretudo militar, não autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Insistimos ativamente na busca de soluções pacíficas para situações complexas como a do Iraque e, em geral, para a questão do Oriente Médio.

Por outro lado, não nos furtamos a cooperar, sempre que solicitados, para o encaminhamento de questões potencialmente conflituosas, sobretudo na América do Sul. Não confundimos não-intervenção com indiferença.

Desde o início do Governo Lula, a atuação externa do Brasil vem sendo marcada pela diversificação de parcerias e pela busca incessante de novas oportunidades para o país.

O que se passou nos quatro últimos dias, aqui no Rio de Janeiro, é um exemplo ilustrativo dessa diversificação. Na quarta e na quinta-feira, reuni-me com os Chanceleres da África do Sul e da Índia.

No contexto do Foro IBAS, adotamos várias medidas para intensificar o diálogo político, o comércio, os investimentos e a cooperação entre três grandes democracias da Ásia, África e América do Sul.

Logo após, mantive consultas com o Comissário Europeu de Comércio e o Representante Comercial dos Estados Unidos, principais

negociadores das duas maiores potências comerciais do mundo.

Nessas consultas, buscamos criar condições para a conclusão da atual Rodada de negociações da OMC, em termos justos e que atendam a seu principal objetivo, que é a promoção do desenvolvimento.

Essas duas reuniões, realizadas em tão curto espaço de tempo, mostram que a política externa brasileira tem caráter universalista, sem exclusões ou preconceitos. Mostram também uma mudança qualitativa na presença do Brasil no cenário internacional.

A ilustração mais eloqüente deste novo perfil foi a criação do G-20, que mudou a forma e o conteúdo das negociações na OMC.

Nas Rodadas anteriores, os acordos eram definidos a portas fechadas por um pequeno grupo de países ricos. Esse quadro agora é outro.

A aproximação do Brasil com outros países em desenvolvimento foi fundamental para essa nova realidade.

Buscamos reforçar a integração em nossa região, construindo uma América do Sul mais próspera e politicamente estável, a partir da consolidação do Mercosul e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Concluimos acordos que estabeleceram, na prática, uma área de livre comércio em toda a América do Sul e criamos condições para uma expansão inédita do intercâmbio entre os países sul-americanos. Demos também impulso a grandes projetos que vão redesenhar a infra-estrutura da América do Sul. Essas iniciativas exigiram um esforço coletivo para acomodar assimetrias e o reconhecimento permanente pelo Brasil de sua responsabilidade como principal economia da região.

Nosso empenho no estabelecimento de alianças com outros países não tem ficado circunscrito a nossos vizinhos. Nunca o Brasil buscou tanto aproximar-se da África, continente com o qual temos inúmeras afinidades e onde também identificamos

oportunidades de comércio e cooperação, que já se concretizam.

O Presidente Lula visitou 17 países do continente e recebeu grande número de Chefes de Estado africanos. Eu próprio participei de muitas reuniões no continente africano, buscando consolidar alianças e laços de cooperação.

Contribuímos, com espírito solidário, para a paz e a democracia em países como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ajudamos a combater a fome e nos engajamos na luta contra o flagelo da HIV/AIDS.

Em julho próximo, sediaremos em Salvador a maior conferência de intelectuais africanos e da diáspora já realizada fora da África.

A mesma solidariedade tem inspirado a participação brasileira nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil e de outras nações latino-americanas naquele país envolve três objetivos: a criação de um ambiente de segurança, a promoção do diálogo político e o efetivo apoio internacional para a reconstrução econômica e social do Haiti.

A competente atuação de nossas Forças Armadas e a capacidade de articulação diplomática do Brasil, envolvendo ativamente os países do Caribe, contribuíram para a evolução positiva da situação no Haiti.

A recente eleição do Presidente René Préval, em clima pacífico, serve de alento para um país cujas origens históricas estão intimamente ligadas à luta pela independência e pela liberdade em nosso continente.

O caráter universalista da política externa brasileira revelou-se, também, na iniciativa de sediar a Cúpula entre a América do Sul e os Países Árabes, no ano passado, e no fortalecimento dos laços com entidades regionais, como a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo.

A Cúpula reuniu, pela primeira vez, duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em torno de uma agenda densa de cooperação. Foi uma demonstração concreta da harmonia tão necessária

entre culturas.

Essas e outras iniciativas diplomáticas com países em desenvolvimento, conduzidas pelo Governo do Presidente Lula, tiveram impacto direto no aumento das exportações brasileiras. Em 2002, nossas vendas para o mundo em desenvolvimento representavam menos de 43% do total. Hoje correspondem a mais de 53% do total exportado.

Procuramos também ampliar o diálogo político, a cooperação tecnológica e o intercâmbio comercial com grandes países emergentes. Para a China, nossas vendas cresceram cerca de 170% nos últimos três anos. Para a Rússia, as exportações brasileiras foram ampliadas em 140% no mesmo período.

A trajetória de aproximação com os países em desenvolvimento não se fez em detrimento do relacionamento com o mundo desenvolvido. Desde o início de seu mandato, quando esteve no Fórum Econômico de Davos, o Presidente Lula estabeleceu uma relação de respeito mútuo e colaboração com vários líderes dos países mais ricos, com os quais tem discutido os principais temas da realidade internacional e lançado iniciativas importantes, como a luta contra a fome e a pobreza no mundo.

No plano comercial, os negócios com os países desenvolvidos têm-se ampliado. Nossas exportações para os Estados Unidos e para a União Européia atingiram, no ano passado, valores recordes.

O fato de o Brasil ter hoje uma política externa universalista e afirmativa fortalece o país nos foros internacionais. A democratização desses organismos constitui um dos objetivos de nossa diplomacia. Articulamos, com outros importantes atores do cenário político internacional, a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o propósito de corrigir seu déficit de representatividade.

Senhor Presidente,

O Brasil tem credibilidade internacional porque não teme lutar por seus direitos e porque acredita que suas opções não estão pré-

determinadas. A política externa de um país vai além de sua circunstância; é precisamente um espaço de superação de condicionamentos. Ativos de valor intangível e elementos simbólicos não são fatores desprezíveis nas relações internacionais. Uma determinada atitude política pode fazer a diferença. Pode alterar percepções, reverter práticas longamente cristalizadas e apontar novos caminhos.

Senhor Presidente,

Como Tiradentes, o povo do Rio de Janeiro sabe que os sonhos não são negociáveis. O projeto de nação que Tiradentes tinha em mente continua vivo: um Brasil livre e soberano, que alça sua voz ao mundo e se faz presente na comunidade das nações.

Muito obrigado.

Discurso do Deputado Estadual Edmilson Valentim por ocasião da cerimônia de entrega da Medalha Tiradentes ao Ministro Celso Amorim, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no Rio de Janeiro, em 3 de abril de 2006

Senhoras e Senhores,

A entrega da Medalha Tiradentes conjuga a homenagem ao homem e principalmente às suas idéias e iniciativas. Neste sentido, temos tido o esmero em conceder essa colenda homenagem aos que de fato tenham dedicado o tempo de suas vidas ao desenvolvimento do país, do Rio de Janeiro e do nosso povo.

O Embaixador Celso Amorim receberá nesta solenidade a Medalha Tiradentes, pois sua vida tem sido movida pelo espírito público e pela busca de melhores condições de vida para os brasileiros. No seu caso, essa luta tem se espalhado pelos diversos países onde ainda existe sofrimento e pobreza. O leito da sua atuação – a política externa brasileira – requer vasto conhecimento da realidade mundial e, principalmente, da nossa história, das nossas vocações e aspirações enquanto nação que pretende ser tão grande, quanto o nosso território, a

diversidade e a coragem de nosso povo.

Compreendo a Política Externa como reflexo do que desejamos para o país e o destino que desejamos construir para ele. A eleição do Governo Lula representou o desejo do nosso povo de superar a miséria e o sofrimento a que estivemos submetidos nos quinhentos anos de vida do Brasil. Ou seja, naquele momento, os brasileiros expressaram de forma contundente que desejavam um destino diferente daquele que estava sendo delineado para nós.

Cabe ressaltar que a Política Externa é um fator basilar para a manutenção ou modificação das condições de vida de um povo e dos destinos de uma Nação. Trata-se de uma área do Poder Público, cuja compreensão dos seus meandros, muitas vezes, está longe de ser dominada pela maioria da população. No entanto, das relações internacionais de um país se depreende os rumos que seus governantes querem dar à nação. Isso tem implicação direta com a vida dos trabalhadores, dos empresários e da sociedade como um todo. Não existe, no mundo de hoje, decisões políticas que não tenham uma repercussão quase que imediata nos mais diferentes recantos do planeta e nas mais variadas áreas de atuação.

Com isso, um passo equivocado pode representar uma avalanche de problemas com repercussões e velocidade inimagináveis. O Corpo Diplomático de um país representa no exterior os interesses da nação e, numa democracia, isso expressa, em última análise, a vontade que o sufrágio das urnas revela. Quero dizer com isso que, em 2002, nosso povo manifestou seu desejo de mudança e a guinada almejada carecia de uma política externa que desse fôlego às intervenções necessárias. Esta vontade estava represada por tantos anos e colocava diante do novo governo e do Ministério das Relações Exteriores a missão de dar a sua parcela de contribuição para que as mudanças fossem alcançadas.

Para mudar o Brasil, com substância e segurança, paradoxalmente, havíamos de conciliar

cautela e ousadia, especialmente na política externa. Cautela para compreender a fragilidade econômica e política no cenário global de um país construído por sua elite econômica e financeira, que sempre capitulou diante do jogo pesado das disputas internacionais. Ousadia para romper com a lógica estabelecida, de que o Brasil não poderia desempenhar um papel de protagonismo no seu destino e no das nações emergentes do Planeta. Precisávamos, assim, romper com o projeto dependente e submisso que aquela elite traçara em nosso horizonte.

Para essa missão fazia-se necessária a presteza de um cirurgião que opera um paciente em estado grave e que chega às suas mãos numa sala de emergência. O mundo em 2002 atestava o fracasso da política neoliberal. A mão do mercado mostrou-se ágil e eficaz no enfraquecimento da soberania dos povos, mas ineficiente e inoperante na diminuição do abismo entre ricos e pobres. Cabia ao Brasil, por intermédio da política do Ministério das Relações Exteriores, tomar para si a iniciativa de enfrentar de forma responsável e conseqüente este cenário. Pois o paciente em estado grave era o Brasil, que havia sido atingido gravemente pelos reflexos nefastos da implantação do modelo neoliberal. Precisávamos mostrar ao mundo que queríamos mudar a nossa realidade e ajudar na busca de um mundo mais justo e próspero.

O que moveu esta Casa de Leis a homenagear o Embaixador Celso Amorim foi termos percebido nele e no seu Ministério a coragem para enfrentar esse desafio, ao implementarem uma agenda comprometida com a mudança aqui dentro e fora do país. Não me furto em reconhecer que a Diplomacia Brasileira sempre gozou de boa reputação internacional. Pois sempre demonstramos eficácia na defesa dos interesses nacionais e compromisso com os organismos internacionais, a defesa da Paz Mundial e do nosso planeta. No entanto, não obstante a esse passado digno de registro, com a assunção do Embaixador Celso Amorim houve considerável

modificação em nossa participação nas esferas políticas internacionais. Um comportamento sem precedentes na história brasileira, que nos levou a atuar com liderança entre as nações emergentes. Optamos, portanto, pela aproximação de parceiros que enfrentam as mesmas dificuldades nas negociações com os países mais ricos.

Estamos juntos na luta contra o protecionismo, que impede o ingresso de nossos produtos em mercados estrangeiros. E essa luta não tem sido nada fácil, pois as articulações multilaterais dos países mais pobres acirraram as contradições com nações mais ricas. O G-20 cumpre, hoje, um papel fundamental nas negociações internacionais com os Estados Unidos e a União Européia.

O Brasil deslocou o foco da sua articulação para somar-se aos que buscam enfrentar essas condições desfavoráveis. Reunimos nossas forças para que tivéssemos mais poder de negociação e influência nos organismos e encontros internacionais, especialmente, na Organização Mundial do Comércio. A inspiração dessa postura é tentar criar no Brasil melhores condições de geração de empregos, desenvolvimento e estímulo à produção. Não só na agricultura, mas também em setores produtivos de maior valor agregado, o que representa valorização da busca por tecnologia nacional e da maior amplitude da nossa capacidade produtiva e de negócios.

O multilateralismo tem sido a tônica da nossa atuação. Isso tem trazido resultados positivos nas negociações internacionais e também tem servido para trazer novos investimentos para o Brasil e novos negócios lá fora para os nossos produtos. Isso tem um nome: desenvolvimento! Essa política teve diversas manifestações: Nos anos que antecederam a posse do Ministro Celso Amorim, os setores produtivos nacionais temiam os rumos das negociações em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que poderiam nos levar a uma situação extremamente desfavorável.

Nesse sentido, consideramos que foi acertada

a decisão de conter o avanço das diretrizes que estavam postas para o ingresso do Brasil na ALCA. Pois mantidas as condições anteriores ao Governo Lula, as parcerias que se desenhavam eram muito mais vantajosas para nossos pretensos parceiros do que para os nossos interesses. Isso não seria parceria; seria prejuízo para o Brasil. É dentro desse contexto mais geral que também consideramos louvável e acertado o estreitamento das relações com os países Árabes, através da Cúpula América do Sul – Países Árabes, que poderá representar a abertura de um mercado de mais 250 milhões de pessoas, no maior centro de produção de petróleo do mundo, numa região que tem sido marcada pela guerra, dor e sofrimento. Da mesma forma, foram estabelecidas relações comerciais e acordos com a Venezuela que vão ao encontro do fortalecimento das nossas relações com os países latino-americanos.

Estamos vendo o Brasil ajustar as condições de relacionamento com a Argentina, com vistas a fortalecer os laços com esse país vizinho, e via de consequência, com todo o Mercosul – este sim um projeto que, felizmente, o atual governo tem colocado na ordem de prioridades da nossa política internacional. Durante a II Reunião de Presidentes da América do Sul, tivemos participação na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que é mais uma medida de fortalecimento dos países do nosso continente e que aproxima o Mercosul da Comunidade Andina (CAN) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Com relação a Cuba, que também integra a ALADI, o Brasil tem manifestado o seu compromisso com a auto-determinação dos povos, opondo-se ao embargo econômico que já dura décadas e penaliza o povo cubano. Além disso, diversos acordos bilaterais de cooperação tecnológica e comercial dão bases a essa parceria na área do esporte, da medicina, ciência e tecnologia. Na 4ª Cúpula das Américas, percebemos claramente o quanto o cenário da política no continente foi alterado com a significativa melhoria das condições de negociações

para o Brasil e os países latino-americanos.

Podemos lembrar também a postura conseqüente e firme do Itamaraty e do Governo Lula diante das pressões contra o Programa Nuclear Brasileiro. Mantivemos nossa posição contrária ao uso dessa tecnologia para fins de guerra, sem abrir mão da busca de sua utilização para fins pacíficos. Estabelecemos importante relacionamento com a China, um parceiro de cunho estratégico frente ao papel que os chineses desempenham na economia mundial. Com a Rússia temos avançado em diversos acordos comerciais e de cooperação tecnológica. Graças a um desses acordos, neste momento, pela primeira vez, um brasileiro integra uma missão espacial – o Tenente-Coronel Marcos Pontes, que faz parte da Missão Centenário, batizada em homenagem aos 100 anos do vôo de Santos Dumont no 14-Bis e que será um marco na história do nosso país.

No mesmo sentido, estamos ampliando as ações conjuntas com a Índia, uma nação que também precisava ser tratada de forma especial. Estamos resgatando no campo comercial, político, cultural e tecnológico os laços que nos unem às nações africanas. Destaco, especialmente, a atenção dispensada aos países africanos de língua oficial portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que possuem mais este elemento de identidade com o Brasil.

Com os Estados Unidos, além do papel de interlocutor dos países da América do Sul e dos blocos multilaterais que articulamos, estamos vendo ser criados diversos grupos de trabalho para pensarmos as melhores formas de relacionamento com os americanos do norte. Vale lembrar que, 420 das 500 maiores empresas dos Estados Unidos possuem atividade no Brasil. Esta é uma condição que não podemos desprezar e deve, portanto, ser tratada com o maior critério.

Felizmente, é isso que observamos no comportamento do Ministério das Relações Exteriores: firmeza na defesa do Brasil e compreensão do papel que essas empresas

desempenham em nossa economia. Com a União Européia, vemos o Brasil buscar as melhores condições de relacionamento, buscando oportunidades e acordos estratégicos que permitam romper com o protecionismo e fazer prevalecer, tal e qual com os EUA, a tese de que devemos buscar crescimento sustentável e condições justas para o ingresso de nossa produção no exterior.

Todo esse esforço brasileiro se materializa nas rodadas, reuniões de cúpulas e na Organização Mundial do Comércio. Nessas ocasiões, a diplomacia brasileira tem se esforçado para buscar regras mais justas para as nossas relações internacionais e comerciais. Podemos citar os contenciosos do algodão e do açúcar, em que o Brasil está tentando derrubar os subsídios agrícolas que tanto nos têm prejudicado. De cunho mais amplo e duradouro, o Brasil tem jogado papel decisivo na Rodada de Doha. Esperamos que saia das difíceis negociações que estão ocorrendo um mundo em condições de comércio internacional muito mais equitativo em termos de competição entre as nações.

Vários outros temas também têm sido objeto de preocupação e posicionamento correto do nosso Ministério. Assuntos como a Convenção sobre Diversidade Biológica, as questões de biopirataria, propriedade intelectual (principalmente na área da saúde) e acesso à informação estão sendo conduzidos dentro do mesmo princípio de defesa dos interesses nacionais. O Brasil vem apresentando suas opiniões, no sentido de garantir regras justas e exequíveis em todas essas áreas. Em tempos de guerras pelo mundo inteiro, o Brasil tem se posicionado claramente na defesa da soberania e da auto-determinação dos povos. Reiteramos nosso repúdio ao terrorismo e, ao mesmo tempo, nos somamos aos povos que defendem o seu legítimo direito de organização e exercício da política, administração, cultura e religião.

A Defesa das Resoluções da ONU tem sido o eixo da intervenção do Brasil nessa área, pois o fortalecimento dos organismos internacionais é o caminho para consolidarmos a democracia e a paz

no planeta. O comportamento do Brasil tem nos levado a desempenhar um papel destacado no Conselho de Segurança da ONU. O Governo Lula defende com propriedade e justiça a reforma do Conselho e reivindica a ampliação do número de membros que dele participam. Fazemos isso ao lado da Alemanha, Índia e Japão – o G4, num compromisso mútuo pela mudança do Conselho.

Um tema da maior relevância e delicadeza é a nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah. Quero registrar aqui a positiva ação do governo brasileiro, em particular de nossa diplomacia, de enfrentar a questão haitiana, mesmo com os riscos que ela representava. Essa decisão reaviva a possibilidade do Brasil voltar-se para os problemas das Américas, com responsabilidade e solidariedade.

O Brasil, integra a missão e também tem sido uma voz poderosa na defesa de ações dos países ricos no combate à miséria em países como o Haiti. O Ministério da Relações Exteriores tem sido advogado da proposta de que a ação no Haiti deva ser muito mais de caráter de apoio econômico, do que de ação militar. É isso que esperamos das ações internacionais: prioridade para a solidariedade no combate à miséria em detrimento do uso da força.

Com relação à miséria e à fome, o Brasil tem colocado esse tema na ordem do dia dos fóruns internacionais. O próprio programa “Fome Zero” tem sido considerado uma experiência possível em âmbito internacional para se combater essa mazela que persiste entre nós em pleno século XXI. É o Brasil dizendo não à fome, na América, na Ásia, na África e chamando os países ricos à responsabilidade quanto à miséria no planeta. Ao lado do combate à fome, nossa participação nos fóruns internacionais em defesa do desenvolvimento sustentável do planeta é outro aspecto marcante. O Brasil possui um dos mais ricos patrimônios naturais do mundo e somos signatários dos acordos internacionais de contenção da degradação ambiental. Fazer isso é olhar para o hoje com a preocupação do amanhã para as

gerações futuras. Pois não haverá vida na terra se dela não tratarmos com responsabilidade e cuidado. Esse conjunto de ações de extrema importância fazem do dia de hoje um momento importante para esta Casa de Leis.

Estamos homenageando o Ministro Celso Amorim que tem liderado essa política e tem sido o principal artífice destas ações. Nosso homenageado tem uma sólida e brilhante carreira diplomática. Antes de assumir o Ministério das Relações Exteriores, foi embaixador do Brasil em Londres e também Ministro durante o governo Itamar Franco. Formou-se em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, fez pós-graduação em Relações Internacionais na Academia Diplomática de Viena e Doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, na London School of Economics and Political Science. Foi Professor do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília e é membro permanente do Departamento de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Chefiou e representou o Brasil em inúmeras Missões Internacionais, nas mais variadas áreas de interesse para o país. Celso Amorim é detentor ainda do Prêmio Rio Branco, da Medalha de Vermeil, da Ordem do Rio Branco e da Ordem de Orange-Nassau como Grande Oficial, além de várias homenagens e condecorações no Brasil e no exterior.

Embaixador e Ministro Celso Amorim, temos a honra de recebê-lo nessa casa com a convicção de que estamos lhe prestando uma justa homenagem. Sua ação tem sido decisiva para os avanços sociais verificados no Brasil e mantém forte a tradição brasileira na política externa. Sua trajetória soma-se à de San Tiago Dantas, que teve a coragem de promover o reatamento das relações do Brasil com a União Soviética e discordar da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, no ápice da Guerra Fria, na década de 60.

Quero dizer-lhe que o meu partido, o PC do B, sente-se companheiro de Vossa Excelência na sua empreitada à frente do Ministério, pois muitas das suas ações foram objeto de luta política do nosso partido e de nossa militância. Sabemos que o Governo Lula tem conseguido fazer recuar os índices de miséria no Brasil e que diversos empregos foram gerados nos últimos anos. Temos a convicção de que a política corajosa que Vossa Excelência vem desenvolvendo tem ajudado e muito a manter e ampliar postos de trabalho no Brasil.

Mais do que isso, como os resultados no âmbito das relações exteriores também se fazem perceber a longo prazo, tenho o sentimento de podermos crer num futuro ainda melhor para o Brasil: com mais justiça social e um futuro próspero para nossos filhos.

Visita ao Brasil da Presidente do Chile, Michelle Bachelet

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita de Estado da Presidente do Chile, Michelle Bachelet, em Brasília, em 11 de abril de 2006

Excelentíssima senhora Michelle Bachelet,
Presidente da República do Chile,

Senhoras e senhores integrantes das comitivas
do Chile e do Brasil,

Jornalistas presentes,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero dar as boas-vindas à Presidente Michelle Bachelet e à sua delegação. É uma alegria recebê-los no Brasil no momento em que Vossa Excelência assume a direção dos destinos do Chile.

Segundo um conhecido chavão – que tem um grande fundo de verdade – Chile e Brasil não partilham fronteiras, mas têm uma amizade sem limites.

Hoje, essa frase resume o excepcional momento de nossas relações. Nunca nossos países conviveram de forma tão harmoniosa e inovadora. Nossas relações transpõem a Cordilheira dos Andes para unir o Atlântico ao Pacífico e confirmar a vocação de nossos países e de nosso Continente para a integração.

Antes mesmo de tomar posse, ainda em 2002, visitei o Chile para sinalizar o lugar que seu país iria ocupar na política externa de meu governo. Houve quem achasse que nossas relações não tinham futuro, por conta das diferenças de nossas políticas comerciais.

Nestes três anos e três meses de minha presidência, pude constatar o imenso potencial de

nossa parceria. Reforcei essa percepção na reunião que acabamos de manter.

A visita de Estado da Presidente Bachelet sinaliza nossa determinação de explorar novas possibilidades de cooperação. Em 2005, nosso comércio bilateral ultrapassou os 5,2 bilhões de dólares anuais e, o que é importante, segue crescendo. Os homens de negócio chilenos confiam no Brasil e investiram mais de 4 bilhões de dólares aqui. Empresas brasileiras também têm explorado as oportunidades do parque exportador altamente competitivo do Chile.

A pujança de nosso comércio se funda em economias em franca expansão, graças a políticas que abriram caminho para um crescimento saudável e duradouro. O aumento das frequências aéreas e dos fluxos turísticos entre Brasil e Chile é outro indício de que nossos países estão se descobrindo cada vez mais.

Por meio da Aliança Renovada que estamos lançando hoje, reafirmamos compromissos e adotamos novos instrumentos que sintetizam e consolidam esse elevado grau de cooperação e de integração.

Também na esfera regional estamos aprofundando nossa parceria. A negociação Mercosul-Chile sobre o tema de serviços abre caminho para agregarmos valor e competitividade a nossas exportações. O acordo para facilitar a

residência de cidadãos dos países do Mercosul reforça os laços do Chile com nosso bloco.

As viagens que Vossa Excelência está fazendo aos quatro membros fundadores sublinham esse seu compromisso.

O Chile e o Brasil acreditam numa América do Sul que tem forte vocação para a convivência democrática e harmoniosa entre povos unidos pela cultura e pela história. Queremos construir um espaço de estabilidade e prosperidade, capaz de moldar o destino de nossos países, de nossa região e de nossa presença no mundo. Estamos empenhados em avançar projetos de infra-estrutura que promovam a integração e sustentem o crescimento da região.

Queremos aproveitar o potencial produtivo e de complementaridade de uma região rica em recursos naturais e em fontes de energia. Estamos assinando um acordo para estabelecer uma comissão mista permanente em matéria energética, geológica e de mineração. Essa iniciativa faz parte de um projeto mais amplo para garantir o suprimento regional de energia necessário para continuarmos crescendo, em forma acelerada, para renovar nossos parques produtivos e enfrentar a grande dívida social que ainda possuímos.

Adotamos, também, instrumento de cooperação técnica na área do meio ambiente, no entendimento de que a preservação do patrimônio ecológico é uma responsabilidade que temos em relação ao futuro.

Por todas essas razões, estamos empenhados na consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. E o Chile deverá sediar a sua próxima reunião ministerial ainda este ano. O Chile vem dando uma contribuição inestimável para tornar realidade a nossa Comunidade Sul-Americana de Nações.

O diálogo que está desenvolvendo com a Bolívia para normalizar as relações bilaterais é simbólico de uma vontade coletiva regional de superar as divisões do passado e avançar na construção de um futuro solidário.

Esse futuro começa com a consolidação de

nossas conquistas democráticas por meio de políticas de justiça social e equidade econômica. Temos certeza de que as eleições deste ano no Continente reafirmarão o empenho maior na redução da desigualdade e no crescimento com distribuição de renda e geração de empregos. Esse é um desafio a mais que aproxima Chile e Brasil, países onde ainda persistem fortes desigualdades sociais.

Queremos transformar essas afinidades em atuação concreta no plano internacional, patrocinando iniciativas no âmbito da Ação contra a Fome e a Pobreza, em cuja origem o governo chileno esteve presente.

Já temos um resultado concreto: a proposta de contribuição solidária sobre passagens aéreas. Também estamos empenhados em favor de um sistema internacional mais solidário, fundado na legitimidade, na justiça entre povos e no diálogo entre nações.

Aceitamos o grande desafio da missão das Nações Unidas no Haiti, que é coordenada por um diplomata chileno e comandada, na parte militar, por um general brasileiro. Com o apoio do povo haitiano, estamos criando um novo paradigma de cooperação internacional para a solução de conflitos. A realização de eleições livres e transparentes, com participação maciça dos haitianos, é a prova de que estamos no caminho certo.

O país avança na constituição de um governo democrático, em ambiente de respeito aos direitos fundamentais. Não trabalhamos com prazos mas, sim, com objetivos: a responsabilidade da comunidade internacional não termina com a retirada das tropas. A reunião de países doadores para o Haiti, em 23 de maio próximo, em Brasília, reforçará nosso engajamento em projetos de cooperação técnica e de apoio institucional voltados para a reconciliação e reconstrução da nação haitiana.

Num mundo marcado por uma globalização desigual e por novas ameaças, Chile e Brasil apostam no fortalecimento do multilateralismo. Seu país falou por todos os latino-americanos e encheu-nos de

orgulho quando no início da crise iraquiana defendeu, nas Nações Unidas, soluções de paz e de respeito ao Direito Internacional. Queremos uma ONU mais representativa e, portanto, mais legítima e eficaz.

Agradeço, assim, o voto de confiança que significa o apoio, reiterado pela Presidente Bachelet, a que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança.

Juntamos esforços também em prol de maior equidade e democracia nas negociações comerciais internacionais. Por meio do G-20, estamos lutando para garantir aos países em desenvolvimento o direito de fazer do comércio uma ferramenta para o crescimento sustentado.

Podemos hoje olhar com confiança para nosso futuro comum, graças à dedicação daqueles que sempre acreditaram nesse projeto, como o meu amigo, Presidente Ricardo Lagos. Ele soube combinar a abertura do Chile para uma economia crescentemente globalizada e competitiva com um sólido compromisso sul-americano. Estou certo de que sua visão e liderança serão fonte de inspiração para a Presidente Bachelet e para todos nós.

Quero terminar reiterando minhas congratulações à Presidente Bachelet por sua eleição. Trata-se de um marco na história do Chile e da América do Sul. Reflete o amadurecimento da

sociedade chilena, que passou nestes últimos anos por significativas mudanças culturais e sociais.

Sua vitória é um símbolo e uma homenagem para todos aqueles que resistiram à tirania, como os muitos brasileiros que encontraram, em seu país, asilo contra a opressão. Minha amiga Bachelet superou grandes dificuldades pessoais e soube transformá-las em exemplo e lição de vida.

É certo que ela foi eleita por suas muitas qualidades: seu espírito de solidariedade, tolerância e diálogo, sua capacidade de liderança e empreendimento. Mas o fato de ser mulher dá à sua eleição uma dimensão humana e política ainda maior e sinaliza os novos tempos em que ingressa a nossa América do Sul. Estou realmente muito feliz com esta sua visita ao Brasil, Presidente Michelle Bachelet.

Temos um longo caminho pela frente, mas nos anima a certeza de que estamos trabalhando na mesma direção. Sei que o Brasil tem no Chile um parceiro permanente. Um aliado na busca de uma América do Sul integrada e unida pelos valores da democracia e da equidade. Uma região fortalecida na sua capacidade de se fazer ouvir e respeitar na comunidade de nações.

Muito obrigado.

Boas-vindas ao Brasil.



Cerimônia de Comemoração do Dia do Diplomata e Formatura do Mestrado em Diplomacia e do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata e formatura das turmas de 2003-2005 e 2004-2005 do mestrado em Diplomacia e do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, em Brasília, em 20 de abril de 2006

Meu caro Embaixador Celso Amorim,
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Senhores embaixadores estrangeiros
acreditados junto ao meu governo,
Senhores Ministros de Estado,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,
Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Fernando Reis, diretor do
Instituto Rio Branco,
Embaixador Everton Vieira Vargas, paraninfo
da turma Wladimir Murtinho,
Professor Antonio Cançado Trindade,
paraninfo da turma Afonso Arinos,
Meus caros oradores, Secretário Lauro
Beltrão, Secretária Patrícia Wagner Chiarello,
Senhores diplomatas,
Formandos,
Familiares,
Minha esposa,
Esposa do Celso, do Samuel,
Vocês estão percebendo o volume do
discurso aqui. Se eu estivesse numa solenidade no
Itamaraty, certamente a diplomacia me obrigaria a
tomar a decisão de não ler isto aqui. Eu vou deixar
para os anais do Itamaraty, mas eu sinto a
necessidade de dizer umas palavras para vocês.

Primeiro, meus parabéns. Ao escolherem a
carreira de diplomata, vocês escolheram uma carreira
para defender o nosso país num mundo cada vez
mais disputado, onde cada milímetro das coisas
discutidas no planeta, hoje, exige perseverança, exige
competência e, sobretudo, exige que acreditemos em
nós mesmos antes de partirmos para os embates.

Quero agradecer aos familiares de vocês.
Vocês devem saber do orgulho da mãe, do pai,
quando anunciaram que iam prestar concurso e se
transformar em diplomatas brasileiros.

Nesses quatro anos, eu aprendi a conhecer
um pouco a diplomacia brasileira. Não foram poucas
as mesas de negociações, não foram poucos os
momentos em que a gente pensava: não vai dar certo,
o jogo acabou. E depois a gente descobria que o
jogo não tinha acabado, era apenas um intervalo que
não estava previsto pelo juiz.

E hoje estamos aqui, pelo menos na última
data dos diplomatas brasileiros, no meu mandato
presidencial. Queria dizer para vocês algumas coisas
sobre o que foi feito nesses quatro anos.

Penso que vocês já perceberam que o
primeiro grande gesto (está tão grosso que a pasta
não fecha; não seria diplomático ler tudo isso quando
os familiares de vocês estão ali atrás, esperando o

almoço que vocês prometeram), a primeira decisão que tomei quando ganhei as eleições foi tentar fortalecer o Itamaraty, colocando como Ministro das Relações Exteriores alguém do quadro de carreira do Itamaraty. Tomei a decisão de ouvir três embaixadores, cada um por mais de uma hora, às vezes até uma hora e meia, muitas vezes o Marco Aurélio presente comigo. Tomei a decisão de escolher o companheiro Celso Amorim para ser Ministro das Relações Exteriores. Possivelmente fosse o que eu conhecesse menos, mas foi o que bateu uma química melhor. Falei: para fazer o que temos que fazer, acho que o Celso é o homem certo, porque para fazer política internacional com certa independência é preciso ousadia, é preciso coragem para não ceder diante do primeiro editorial, da primeira matéria de jornal ou da primeira crítica. Era preciso acreditar que o que íamos fazer poderia melhorar o patamar de participação do Brasil na chamada política internacional.

Eu me lembro de quando fomos, no dia 10 de dezembro de 2002 – já eleito presidente e não empossado – conversar com o presidente Bush. Chegamos à Casa Branca e encontramos um homem que, a cada duas palavras que ele falava, uma e três quartos era sobre a questão do Iraque, a questão do terrorismo. Era quase uma obsessão, e nós sabíamos o que significava o 11 de setembro na cabeça do povo americano e o que aquilo implicava na decisão do governo. Depois que o presidente Bush falou, tentando enfaticamente nos convencer da importância da guerra, eu disse: “Presidente, olhe, eu queria dizer a Vossa Excelência que a minha guerra no Brasil é outra. Estou muito distante do Iraque e a minha guerra é contra a miséria e a pobreza no Brasil. Então, vamos privilegiar essa guerra nossa, tentando criar as condições para o mundo acreditar que é possível acabar com a fome”. E eu senti uma certa frustração, porque havia uma necessidade de se estabelecer a luta contra o Iraque.

E dali surgiu a segunda coisa na minha cabeça: a necessidade de fazer a mudança nas Nações

Unidas, de criar um fórum internacional com a respeitabilidade das Nações Unidas, com mais poder de decidir coisas que os países precisam acatar, porque senão ficaremos órfãos e tudo será muito pior na política internacional. Não havia consenso para aquela guerra, não havia uma decisão das Nações Unidas. Ao acontecer, ela provou que o multilateralismo estava moribundo, não estava saudavelmente representado.

Começamos a discutir com outros países, e nem sei se vamos conseguir, mas o dado concreto é que não é pouca força a junção Brasil, Alemanha, Índia, mais África do Sul, mais Argélia, mais Nigéria. Não são poucos os compromissos assumidos pelos países de tentar forçar a abertura das Nações Unidas.

Um outro momento importante que me ensinou muito na diplomacia, Celso, foi a primeira reunião que eu tive com a FAO. O Celso falou de dever, aqui, vocês não levaram muito em conta, mas eu recebi o diretor geral da FAO, ele falou “bom dia” e começou cobrando o dinheiro que o Brasil devia para a FAO. Quer dizer, fui me dar conta de que há muito tempo o Brasil não pagava nenhum dos fóruns de que ele participava, sobretudo as Nações Unidas. Em 23 de setembro de 2003, quando eu fui falar grosso na ONU – vocês sabem que o presidente Bush fala depois de mim, o Brasil fala depois do Secretário-Geral – eu estava falando grosso com medo de o Secretário-Geral pegar o microfone e falar: “oh, baixinho, paga primeiro, para você falar grosso, para ficar propondo mudança, para ficar propondo novos países, para mudar o Conselho de Segurança, paga primeiro o que você deve”.

Vamos terminar o mandato sem dever absolutamente nada. Vocês, que estão iniciando a carreira profissional, vão poder transitar nos corredores de qualquer instituição multilateral de cabeça erguida, sem nariz empinado, mas muito orgulhosos e orgulhosas, de dizer: somos diplomatas brasileiros, cumprimos as nossas obrigações, gostamos de respeitar os outros, mas também exigimos que nos respeitem.

Outra coisa extremamente importante foram as críticas que recebemos quando resolvemos fortalecer a nossa relação com a América do Sul, depois com a América Latina, depois com a África, depois com o Oriente Médio, porque havia um certo vício de se pensar o mundo apenas olhando a potência americana ou a potência da União Européia, se esquecendo que o mundo é muito mais que isso. Ou seja, você tem a potência econômica, você tem a potência tecnológica, você tem a potência militar, mas você tem a potência política, o valor de cada nação, o valor cultural que precisa ser colocado na mesa toda vez que estamos discutindo qualquer assunto com qualquer país do mundo.

E aí eu me dei conta da pobreza do Itamaraty, eu me dei conta que este prédio maravilhoso, bonito... eu entrei pela primeira vez aqui em 1975, quando eu fui eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vim num congresso de Previdência Social, e abriram para uma visita. Eu nem sabia como entrar, de tão bonito que era isso aqui. Pois bem, mas havia um contraste entre a pujança do nosso Itamaraty, motivo de orgulho e elogios de todos os visitantes que vêm aqui, e a pobreza das nossas embaixadas em muitos países do mundo, sobretudo nos países mais pobres. A gente nunca tinha a quantidade de funcionários necessários, a gente nunca recebia a quantidade de informações necessárias, nunca tinha dinheiro, às vezes não tinha o dinheiro para pagar a mensalidade da escola, às vezes não tinha dinheiro para pagar aluguel.

Ninguém consegue fazer as coisas corretas se não tiver, pelo menos, a tranqüilidade de exercer a sua função, ninguém consegue, por mais herói que seja. E era preciso criar as condições para o Itamaraty voltar a ser o grande Itamaraty. O Itamaraty não poderia mais ser tratado como o Ministério em que o Presidente da República eleito quer agradecer um companheiro e convida um companheiro para ser Ministro das Relações Exteriores, tentando chegar aqui e impor a um dos melhores conjuntos de pessoas do Estado brasileiro orientações que, às vezes, nem se coadunam com aquilo que é a formação e o

acúmulo da história deste Ministério e do nosso Itamaraty.

Precisamos aprender a valorizar as coisas que criamos. Posso dizer a vocês, sem medo de errar, que tem poucos países do mundo que têm uma diplomacia igual à nossa, com a competência da nossa. E olha que eu conheço muitos diplomatas hoje. Eu, que não sou diplomata, já conheço mais do que vocês, muitos diplomatas.

Quando entramos aqui, vocês estão lembrados, vocês eram todos quatro anos mais jovens, havia uma guerra de que o mundo ia acabar se não fosse implantada a ALCA. Perpassamos vários anos, antes de ganhar as eleições, quem ia contra a ALCA era anti-americano, quem era favorável à ALCA era comunista, e vai daí para fora. O que nós fizemos? Não precisamos comprar nenhuma briga com os Estados Unidos. Apenas tivemos a ousadia de apresentar propostas diferentes para este país. E, hoje, nem os Estados Unidos falam mais em ALCA. E nem alguns setores conservadores da imprensa brasileira publicam mais editoriais defendendo a ALCA, como publicavam naquele tempo. “Ou faz como os Estados Unidos, ou acabou o mundo”. Não é verdade. Jamais deixaremos de reconhecer o papel que tem a relação dos Estados Unidos com o Brasil, do ponto de vista político, do ponto de vista militar, do ponto de vista tecnológico e científico, e do ponto de vista comercial. Mas sabemos que o mundo tem muitas outras oportunidades e não podemos ficar chorando o leite derramado. Perdemos uma coisa aqui, vamos buscar outra em outro lugar. E quanto mais plural for a nossa relação, mais independentes seremos.

Vocês estão acompanhando pela imprensa essa história da TV digital. Há três meses, parecia que estava resolvido. “Ah, já está resolvido, vai estar tudo isso aqui, vai ser assim que vai acontecer”. E nós descobrimos que através da TV digital nós poderemos abrir uma discussão mais importante no mundo, com os Estados Unidos, com a Europa e com o Japão. Era a hora de o Brasil dizer o que ele

queria para fazer parceria, para fazer negócios, para discutir modelos, era a hora de a gente dizer quem está disposto a jogar mais sério com o Brasil. Não queremos apenas ser compradores de produtos fabricados lá fora. Queremos ter, neste país, a capacidade de termos um parque de semicondutores para que possamos, através da microeletrônica, nos transformar numa nação tão importante quanto eles já são. E só iremos fazer isso se tivermos sabedoria de aproveitar o momento político para negociar, e estamos conversando. O Brasil está sendo procurado; todo dia alguém quer que o Brasil visite um país, uma fábrica, e com muita humildade, com muita tranquilidade, sem bravata, vamos ter que medir cada passo para que o que fazamos traga resultado benéfico para o Brasil daqui a cinco anos, dez anos, 15 anos ou 20 anos. Isso só se faz quando há força política, e a força política só se constrói com autoridade moral, se você se respeitar e, sem desprezar os outros, respeitar a si mesmo em primeiro lugar.

Acho que o momento que estamos vivendo, de política externa, é glorioso. Alguns saudosistas não gostam. Ah, porque tem gente que acha que precisamos pedir licença aos outros todo dia, não podemos fazer nada sozinhos, porque a nossa balança comercial está crescendo, porque a economia mundial está crescendo. Todo o resultado da nossa balança comercial, pega o mapa das nossas viagens e veja que a balança comercial brasileira cresce muito acima da média da balança comercial mundial, cresce junto aos países pobres, cresce para os Estados Unidos, e cresce com a União Européia, mas ela cresce para o Oriente Médio. Quando fomos ao Oriente Médio e fizemos uma Feira que custou 500 mil dólares, não faltaram críticas, neste país, de que estávamos gastando 500 mil dólares para fazer uma Feira. Ninguém perguntou quanto ganhamos depois daquela feira, porque não interessam os bons acontecimentos.

A dificuldade de fazer relação com a Argentina, a descrença na América do Sul, algumas

pessoas diziam: “ah, é tudo pobre, pobre com pobre só dá miséria, pobre com pobre não dá nada”. E as pessoas se esquecem de que cada país tem um potencial, cada país tem alguma coisa para vender ou para comprar, por menor que seja um país. E um país que quer ter liderança tem que exercer esse papel, sem hegemonia, mas esse papel de construir parcerias.

Daí porque era necessário melhorar as pessoas, a situação do Itamaraty. Era preciso contratar mais gente, era preciso abrir mais embaixadas, era preciso colocar mais funcionários. “Ah, isso custa caro!” Custa, é verdade que custa. Mas no Brasil, de vez em quando, temos que perguntar não o quanto custa fazer, mas o quanto custa não fazer as coisas neste país; quanto custou a este país não fazer a reforma agrária na década de 50; quanto custou a este país não acabar com o analfabetismo na década de 50. Tem gente que fala: “nossa, mas esse pessoal vai investir na embaixada, isso é gastar dinheiro; vai mandar um diplomata para tal lugar, vai gastar dinheiro”. É sempre assim que funcionam as coisas no Brasil. Estamos sempre nivelando por baixo, estamos sempre apostando na desgraça, estamos sempre apostando na miséria. É como se você preparasse toda a família para sair no domingo, ir para um lugar bonito, passar um domingo numa cachoeira, e chegasse um vizinho: “o carro vai quebrar”. No Brasil é assim, o cara não te dá o direito de ser feliz.

Então, quero dizer para vocês, que estão entrando hoje, eu estou gratificado com a política externa do nosso país. Nunca desprezamos nenhum Chefe de Estado. Às vezes, eu fico cansado e brigo muito com o Celso, com o Marco Aurélio e com o Samuel, porque todo Ministro que vem aqui, eles querem que eu tome um cafezinho. Às vezes, eu falo: eu vou virar diplomata, eu vou ficar só atendendo as pessoas. Aí eles não me querem, querem o Presidente, mas eu estou orgulhoso. Eu estou orgulhoso porque eu sinto na cara das pessoas, eu sinto na conversa com as pessoas o quanto o Brasil consolidou de respeitabilidade lá fora. E eles sabem

que vamos lá para dizer o que é preciso dizer.

Não ia fazer mais nenhuma viagem internacional até o final do ano. Não ia, eu ia ficar por aqui, porque tem coisa que vai acontecer por aqui, eu queria ficar por aqui. Mas, de qualquer forma, não vou resistir a duas viagens que tenho que fazer. Uma delas é a Viena, porque estou convencido de que esgotou o limite técnico para fazer a grande Rodada de Doha. Acabou, não tem mais debate técnico, agora tem que ser decisão política, e decisão política tem que ser tomada pelos presidentes dos países e pelos Primeiros-Ministros. Tenho provocado desde dezembro – tenho telefonado para o presidente Bush, para o Tony Blair, para a Alemanha, para a França – tenho provocado. Não vamos nos esconder atrás dos nossos Ministros de Relações Exteriores. Não vamos nos esconder atrás dos negociadores da União Européia. Vamos colocar a nossa cara, para saber quem é que quer fazer um mundo mais justo, sem terrorismo, o que não acontecerá se não diminuirmos a miséria que está estabelecida na maioria da Humanidade.

E vou a Viena para cobrar isso. E já fui convidado para o G-8, em julho. Também vou lá para o G-8 para cobrar isso. Eles têm que saber que a decisão agora é política, não é mais técnica. A França não abre mão do subsídio, não é por uma questão econômica, que não representa muito para a França, é por uma questão eminentemente política. E política eleitoral interna, ainda. Então, eu vou fazer mais essas duas viagens para que a gente possa ver se consegue mudar.

Quero dizer para vocês que esse orgulho será muito maior se, depois que formos embora, tiver valido a pena fazer o que fizemos, porque eu fui muito a embaixadas antes de ser Presidente. Como eu perdi muitas eleições e eu viajava muito o mundo... O Marco Aurélio era o viajante comigo, e o Itamaraty sempre nos tratou muito bem, viu, Celso? Sempre. Não tenho queixa de nenhum... de ninguém. A gente via a desmotivação nas embaixadas. Uma vez, fui perguntar a um Embaixador por que o Brasil tinha

aceitado a caída do Bustani. Ele representava o órgão lá, que o Brasil não dava dinheiro, não sei. Bom, mas ele tinha sido eleito. Eu fui perguntar para um colega dele porque o Brasil não tinha reagido. Ele falou assim para mim: “os Estados Unidos queriam, Presidente”. Ora, os Estados Unidos queriam, mas nós não queríamos. Ora, se um presidente da República ou Ministro das Relações Exteriores cede para um país tirar um cidadão nosso, eleito democraticamente pelo fórum, porque isso interessa àquele país... E o Bustani estava certo: não tinha arma química no Iraque. Ele estava certo.

Quero dizer para vocês apenas o seguinte, o único conselho que posso dar a vocês, e vou dar: ninguém na face da Terra, nem a mãe de vocês, nem o pai de vocês respeitarão vocês se vocês não se respeitarem. Toda vez que vocês estiverem em uma mesa de negociação, lembrem-se de que o interlocutor do outro lado só irá respeitá-los se ele perceber que vocês estão de cabeça erguida, que vocês não estão dispostos a ceder por ameaça, por grito ou por truculência. Se eles perceberem que vocês estão de cabeça erguida, se eles perceberem que vocês estão cheios de razão, que conhecem o que estão discutindo, que estão defendendo a Nação de vocês e que preferem não fazer acordo a ceder – como já cederam muitas vezes neste país – podem ficar certos de que o futuro de vocês será tão brilhante quanto o futuro dos diplomatas que vocês aqui homenagearam.

Muito obrigado, boa sorte a todos vocês.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia de Formatura das Turmas 2003 / 2004 e 2004 / 2005 do Instituto Rio Branco, em Brasília, em 20 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa,
Ana, minha mulher,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,

Embaixador Fernando Reis, Diretor do Instituto Rio Branco,

Embaixador Everton Vargas, Paraninfo da “Turma Wladimir Murinho”,

Senhor Antônio Augusto Cançado Trindade, Paraninfo da “Turma Afonso Arinos de Melo Franco”,

Secretário Lauro Beltrão, Orador da “Turma Wladimir Murinho”,

Secretária Patrícia Chiarello, Oradora da “Turma Afonso Arinos de Melo Franco”,

Caro amigo Marco Aurélio Garcia,

Demais Embaixadores, companheiros,

Formandos e formandas,

Familiares,

Membros da imprensa,

Presidente Lula, hoje é um dia muito especial para todos nós. É um dia consagrado ao Barão do Rio Branco e, portanto, Dia do Diplomata. É, também, um dia que tem duas significações especiais: primeiro, é a sua vinda ao Itamaraty, sua presença no Itamaraty, não por estar recebendo alguma autoridade estrangeira, mas sim para prestigiar a Casa de Rio Branco; e a segunda significação deste dia é a de ser o dia da formatura, do recebimento formal dos nossos novos colegas, alguns dos quais já estão provavelmente trabalhando, senão todos eles – porque hoje em dia, quando eles entram para o Rio Branco, já se tornam diplomatas. É o dia de recebê-los, formalmente, como membros da nossa instituição.

Presidente, não quero me alongar, primeiro porque hoje o dia é para escutar o Senhor e escutar os oradores que falarão em nome dos formandos e os paraninfos. É um dia deles e é um dia seu dentro desta casa. Mas não posso me furtar a umas duas ou três palavras, que espero não sejam muito mais do que isso mesmo, para fazer duas mensagens, basicamente. A primeira, de agradecimento a Vossa Excelência. Esse agradecimento se desdobra em dois aspectos: o aspecto político e o aspecto do seu apoio a nossa instituição. Os dois estão, naturalmente, combinados. O aspecto político é o do

agradecimento pessoal, mas creio que o faço também em nome de todos os colegas, como o Embaixador Samuel, o Embaixador Fernando Reis, Diretor do Rio Branco, e demais colegas, jovens, que entram agora, que é o orgulho de podermos participar de uma política externa verdadeiramente criadora.

A política externa, Presidente, se o senhor me permite, vai muito além das ações específicas, dos acordos firmados, de atitudes de cooperação – todas elas importantes. Acho que a política externa, mais do que qualquer outra política, eu me atreveria a dizer – não é que ela seja mais importante do que as outras políticas –, ajuda a compor o ideário nacional. Ela ajuda a nação brasileira, o povo brasileiro a fazer uma imagem de si mesmo e uma imagem do seu lugar no mundo. E o que o senhor nos ofereceu, Presidente, e nos tem oferecido nestes três anos e meio em que tenho trabalhado junto com Vossa Excelência – aliás, como todos sabem, eu o conheci apenas um mês antes da posse –, é algo que é difícil exprimir em palavras. É algo de um valor inestimável, porque justamente é uma capacidade que o povo brasileiro resgatou de encarar o seu país com orgulho, com a certeza de que as nossas atitudes internacionais são moderadas, prudentes, mas com uma prudência que não se confunde com ser timorato, com ser assustadiço. Acho que isso foi algo muito importante.

Inspirado já em nosso primeiro encontro, Senhor Presidente, eu tive ocasião de dizer, quando falei com a imprensa pela primeira vez, que a nossa política externa seria altiva e ativa. Não vai nisso nenhuma megalomania, porque a verdadeira prudência é uma prudência corajosa. Esta é uma mensagem que eu quero passar para os nossos novos colegas: a prudência não é sinônimo de covardia; a prudência não é sinônimo de sentir a necessidade de pedir licença a potências maiores para cada ação que temos de tomar; a prudência é, sim, avaliar cada situação, olhar para todos os fatores, não tomar atitudes precipitadas, negociar. Mas a verdadeira prudência também encerra coragem. Não sei se as

duas virtudes são teologais, mas as duas – talvez o Gilberto Carvalho, se estivesse aqui, pudesse nos explicar – são certamente duas virtudes diplomáticas: a coragem e a prudência. Acho que devemos saber combinar essas duas virtudes, que estiveram presentes em tantos homens públicos, estadistas que dirigiram esta casa, a começar pelo Barão do Rio Branco, e naqueles que não a dirigiram, mas que também se destacaram no cenário internacional, como Rui Barbosa e, mais recentemente, Afonso Arinos de Melo Franco, patrono de uma das turmas, San Tiago Dantas e outros que poderíamos citar. Creio que todos eles revelaram essa dupla qualidade.

Quando se vai apenas para um lado, só a coragem, sem a prudência, ela pode nos levar a atitudes impensadas, a não obter os objetivos que perseguimos, digamos, a uma atitude de bravata, que tem poucas conseqüências práticas. Mas quando também esquecemos a coragem e buscamos apenas uma prudência excessiva, que procura medir cada passo em relação ao que os outros podem pensar, ou como agradar a parcelas da opinião pública ou da opinião pública estrangeira, aí a prudência se confunde com medo, com covardia, com atitudes que não devem ser as atitudes dos diplomatas brasileiros.

Por isso, Presidente, o meu primeiro agradecimento é – se me permite chamá-lo senhor, e não Vossa Excelência, por estarmos em uma certa intimidade – porque o senhor nos deu o rumo para trabalharmos, nos inspirou permanentemente, nos deu o impulso e a orientação certa para que todos agíssemos dessa forma. Creio que isso é motivo de muito orgulho. Quero lhe contar um pequeno episódio, Presidente, e não quero fazer disto aqui um anedotário, pois seria muito longo. Já fui Ministro antes – portanto não estou me comparando a ninguém – e lembro-me de que raramente era reconhecido; quando o era, era por um presidente de federação, da FIESP ou da Federação do Comércio. Hoje em dia, minha mulher o sabe, freqüentemente – e isto deve acontecer com outros, como o Marco Aurélio – sou parado na rua. Alguns

vêm me dizer que têm um prato de comida cheio, e isso também é importante porque faz parte não só do combate a fome, mas da auto-estima. Mas outro dia foi um rapaz, negro, que devia ter uns dezoito anos, que me disse que, por causa da sua política externa, Presidente, ele, que queria ser arquiteto, estava pensando em ser diplomata. Acho que isso são as coisas que comovem, são as coisas que fazem parte verdadeiramente de uma política que é voltada para o país, para o povo brasileiro.

O povo brasileiro se compõe, naturalmente, de empresários, de banqueiros, mas se compõe também de operários, de pessoas que lutam para ganhar a sua vida, de pessoas maduras de jovens também que têm sonhos. A sua política externa nos permite pensar em um Brasil melhor. Digo sempre que a política externa não pode ser baseada no Brasil de hoje; ela tem de ser baseada no Brasil de amanhã e é isso que nós temos procurado fazer.

Presidente, o senhor me permita também agradecer o apoio que tem dado a esta casa, o apoio material. Com todas as dificuldades que sabemos que o Governo enfrenta, não nos tem faltado o essencial. Essa é a verdade; houve tempo em que se passava vergonha nas Embaixadas brasileiras que tinham que funcionar meio-expediente porque não tinham dinheiro para pagar a conta de luz se funcionassem o dia inteiro. Esses dias, felizmente, estão passados; espero que jamais voltem a ocorrer, porque eram um fator de vergonha para aqueles que prestavam serviço ao país. Também não nos têm faltado recursos para as necessidades básicas do nosso funcionamento e para o pagamento dos organismos internacionais. Podemos andar com orgulho, sem perder a humildade, pelos corredores das Nações Unidas, pelos corredores de outras organizações internacionais, sem termos que ouvir, de maneira direta ou indireta, alusões ao fato: “Mas como vocês querem ser membros permanentes? Mas como querem ser eleitos para tantos órgãos? Por que vocês não começam pagando a conta que devem?” Hoje não há mais isso. O Brasil, pela primeira vez em

muitos anos, mais de uma década, quinze anos, está em dia com as Nações Unidas, e isto é formidável.

Não entrarei nos aspectos da política externa, Presidente, tenho certeza que o Senhor abordará muito melhor do que eu. Mas gostaria, com a sua permissão, de fazer uma referência aos meus jovens colegas que entram para esta carreira num momento tão importante da vida nacional, da vida internacional e da vida sul-americana, essa América do Sul querida nossa, que as vezes é conturbada e difícil e, quanto mais cresce o nosso relacionamento com os nossos vizinhos, mais difíceis são os problemas. São os problemas da nossa intimidade, da nossa casa, sem trocadilho com a instituição que nós criamos. Mas o fato de termos esses problemas – o Presidente sabe disso melhor do que ninguém e por isso não estou procurando ser professoral, talvez apenas um pouquinho, com os meus colegas –, a existência desses problemas, que são difíceis, justamente porque os problemas de família são os mais difíceis, pois temos uma ponte com um, hidrelétrica com outro, comércio intenso com um terceiro, ou um gasoduto com um quarto, um potencial gasoduto com um quinto, é por termos esse problemas que poderemos, no mundo do século XXI, que vai ser dominado por países que são blocos, ou blocos que são países, que nós poderemos ter uma integração soberana, competitiva, ativa e ao mesmo tempo criativa. É muito importante ter presente esses fatos. O apoio material que Vossa Excelência nos deu foi muito importante.

Quero fazer rapidamente uma referência aos dois patronos escolhidos, já que os oradores eu não conheço pessoalmente. Espero que alguns familiares estejam aqui. Vejo a filha do Embaixador Murtinho entre nós, não sei se o Embaixador Arinos, filho do nosso saudoso Afonso Arinos, também está. São dois símbolos da nossa diplomacia, dois símbolos diferentes, mas expoentes, cada um a seu modo. O Embaixador Murtinho, diplomata por excelência, homem de convívio, homem de cultura, homem que soube dar a esse Distrito Federal, numa época em que não ocorria, uma riqueza de cultura que ainda

não existia, soube ter uma energia adolescente para o que a nossa querida e saudosa Tuni também sempre ajudou tanto. Parabéns a vocês que escolheram o Embaixador Murtinho como patrono, sem o qual não teríamos este Palácio. Houve um momento, Presidente, em que ele teve que escolher – sem o saber, o senhor está seguindo o exemplo dele e o fez com o Palácio da Alvorada. Quando este Palácio estava sendo construído, ele era o responsável pela construção e teve que optar pela decoração ou pelas comunicações. Ele pensou e fez a opção: para as comunicações, alguém vai encontrar dinheiro; se eu não cuidar bem da decoração, ninguém vai cuidar depois. E hoje temos um Palácio que é um orgulho, como atesta cada visitante estrangeiro, sem nenhum luxo exagerado, mas com aquilo que é adequado ter. Parabéns aos meus colegas jovens que escolheram o Embaixador Murtinho como patrono da turma.

Quero mencionar, também, Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, constitucionalista, democrata, homem que soube reciclar a si próprio e reciclar o Brasil às mudanças do tempo. Podemos dizer de Afonso Arinos aquilo que McMillan, então Primeiro-Ministro britânico, disse em determinado momento: “perceber os ventos de mudança”. Ele foi uma das pessoas que, juntamente com San Tiago Dantas e outros, construíram a política externa independente, a política externa de um Brasil que se via industrializado, que se via produtor de uma cultura importante, uma cultura com a Bossa Nova, com o Cinema Novo, com a democracia de Juscelino Kubitschek. Tudo isso, de certa maneira, refletiu-se nessa política externa independente, desassombrada, Presidente, como a que o senhor tem conduzido durante este Governo. Cada uma adaptada ao seu momento histórico, aquela era a época da Guerra Fria; hoje, felizmente, não temos a Guerra Fria, estamos tratando de construir a multipolaridade. Essa é uma palavra que eu não poderia deixar de dar, a escolha desses dois nomes para patronos das duas turmas já é, em si mesma, emblemática da visão que esses novos diplomatas têm.

Presidente, eu poderia me estender muito sobre o apoio, o aumento de quadros, apoios outros que temos recebido do senhor em todos os momentos, mas creio, como disse, que o dia hoje é seu, o dia é dos formandos, dos familiares dos

formandos e quero apenas dizer, mais uma vez, do meu grande orgulho, de ter servido e, espero, de continuar a servir ao seu Governo e à política externa brasileira.

Muito obrigado.



Sessão do Trade Negotiations Committee (TNC) em Genebra

Discurso do Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, em nome do G-20, durante sessão do Trade Negotiations Committee (TNC), em Genebra, em 1º de maio de 2006

G-20 STATEMENT TO THE TNC:

The April 30 deadline for modalities was missed. We have not been able to fulfill our Ministers' instructions and the expectations of the DDA are postponed again. This cannot be taken lightly.

However, for the G-20, this situation is not a source of discouragement. Quite the contrary, our Group is still determined to firmly engage in a concentrated collective effort to achieve full modalities well before the summer.

Concerning the negotiating process, we are comfortable with the different formats of meetings that have been undertaken so far. Chairman Falconer has been very helpful by conducting the negotiating process in a transparent and inclusive way, and respecting the bottom-up approach that confers legitimacy to the process.

He can count on the G-20 to continue working constructively on all issues and to revisit its own proposals which are a sound basis for agreement as well as other Members' proposals as may be necessary to contribute toward securing progress and acceptable convergence.

Mr. Chairman,

The G-20 would like to reaffirm its commitment to an outcome for the Round compatible with its main objective – development. This Round

will be successful only if it results in benefits for all members, in a fair and equitable manner.

As many developing countries including LDC's enjoy more, and in many cases, their only comparative advantage, in agriculture, substantial reductions in distortions in agriculture trade and substantial improvement in market access – while recognizing rural development and livelihood and food security needs of developing countries – are essential elements for the realization of the development mandate of this Round and the achievement of an ambitious and balanced outcome. It is for this very reason that agriculture is the engine of the Round.

Only through an ambitious outcome can we deliver on the development objectives of the Round. It is essential that the main subsidizers improve their proposals in domestic support. Their current offers in market access do not provide adequate the basis for achieving the results that we are all striving for. We appeal to the developed countries to make such a decision promptly.

On domestic support, reductions must lead to effective and substantial cuts in all forms and in the overall levels of trade-distorting domestic support, which must be complemented by disciplines on the Blue Box to ensure that such payments are truly less trade distorting than AMS, and on the Green Box to ensure that the fundamental criteria of minimal trade-

distortion are met.

On the market access pillar, the tariff reduction formula remains the main element to achieve substantial improvements in market access. The number and treatment of sensitive products must allow for substantial improvement in market access for all products. Discussions so far have indicated delegations' disposition to look for a hybrid approach that could provide a solution to the treatment of sensitive products. G-20 is prepared to discuss these proposals.

We would like to reiterate that special and differential treatment remains an integral part of all the three pillars of the agriculture negotiation. On the market access pillar we recall the G-20 proposal which is premised upon developing country commitments being less than 2/3rd of the cut to be undertaken by developed countries. We also welcome the G-33 contribution on Special Products and SSM.

The situation of large rural poor populations in developing countries must be a central concern in the discussion of market access modalities, based on the criteria of food, livelihood security and rural

development needs.

In export competition, as we agreed that all forms of export subsidies will be eliminated by 2013 with a substantial part by the end of the first half of the implementation period, the next step is to work on their elimination as scheduled and on disciplines which can meet the requirement of parallelism.

The G-20 remains committed to an outcome from the Round that includes substantial resources for aid for trade, free market access for LDC's, in accordance with the HK Declaration, effective action on commodities and tropical products of particular importance for developing countries, and specific flexibility provisions for Recently Acceded Members. Concerns of small, vulnerable economies must also be effectively addressed. Any outcome in agriculture must include a substantial result in cotton, in line with the aspirations of the African exporting countries.

The G-20 takes this opportunity to reaffirm its commitment to an ambitious, pro development outcome of the negotiations with a view to the attainment of the objectives of the Doha Round within the shortest possible timeframe.

XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho, em Brasília, em 3 de maio de 2006

Meu caro Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego e Presidente da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho,

Meu caro Juan Somavia, Diretor-Geral da OIT, em nome de quem eu cumprimento todos os demais membros que fazem parte da mesa,

Senhor Carlos Tomada, Ministro do Trabalho da Argentina e Presidente do Conselho de Administração da OIT,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado do Brasil e das delegações aqui presentes,

Senhores Embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Ministro Ronaldo Lopes Leal, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Ministro Fernando Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça,

Senhora Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho,

Senhor José Luiz Marchinea, Secretário-Executivo da Cepal,

Senhor Francisco Salazar, Presidente da Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho da OEA,

Senhoras e senhores representantes dos empresários, dos trabalhadores e dos governos presentes neste encontro,

Senhores delegados, observadores e participantes da XVI Reunião Regional Americana da OIT,

Meus amigos da América do Sul, da América Latina, do Caribe, do Caricon, dos Estados Unidos e do Canadá,

Meus amigos da imprensa,

Acredito que depois de ouvirmos o Ministro Marinho e o nosso amigo Somavia, eu teria que vir aqui na frente apenas para dizer algumas palavras de agradecimento pelo fato de este encontro estar se realizando no Brasil, desejar boa sorte a vocês e ir embora. Mas como nem cumprimentei os meus ministros que estão aqui presentes, quero cumprimentar a todos, dizer para vocês que o mundo do trabalho evoluirá na medida em que haja uma evolução da democracia, na medida em que haja uma evolução do crescimento econômico e na medida em que se tenha governantes que tenham o compromisso de garantir que as coisas sejam colocadas em prática no cumprimento da lei ou fazendo as leis que precisam ser feitas no Brasil.

É importante lembrar que eu não acredito que tenha no mundo, ou pelo menos entre nós, algum empresário, algum pai ou alguma mãe, que deseje que o seu filho trabalhe em situações desumanas. Muitas vezes não é só a economia, porque muitas vezes é a falta de informação, é a falta de preparo

para que a gente possa cuidar do mundo do trabalho com um pouco mais de dignidade. Eu acho que temos evoluído, não tanto quanto gostaríamos, mas eu acho que temos evoluído no mundo do trabalho.

Já faz muito tempo, quando eu comecei a minha vida profissional, esquentávamos marmitta no forno que esquentava os ferros para fazer os parafusos na fábrica de parafuso Marte. Eu me lembro que não tinha lugar para comer, a gente comia no meio do salão, no meio da fábrica. Cada um escolhia um lugarzinho e sentava. Alguns iam comer até sentados no vaso sanitário, que não eram tão confortáveis quanto os que nós temos hoje.

Eu me lembro de situações em que empresas tinham um buraco na porta para controlar se o trabalhador estava ficando muito tempo no banheiro ou não, e não eram indústrias pequenas, eram indústrias multinacionais, indústrias poderosíssimas. Eu me lembro do tempo em que uma mulher grávida para ir ao banheiro era obrigada a pegar uma ficha com a sua chefe, e muitas vezes ia uma vez e não podia ir a segunda vez, com medo de ser punida porque estava indo demais ao banheiro.

Isso não faz muito tempo, isso eu estou falando de 30 anos atrás, de 28 anos atrás, e certamente isso persiste em alguns lugares ainda. Muitas vezes, porque os sindicatos não denunciam como deveriam denunciar, muitas vezes porque a justiça não julga como deveria julgar, muitas vezes porque o empresário não tem a sensibilidade que deveria ter, ou seja, é um conjunto de fatores que faz com que uma sociedade não seja perfeita, sobretudo, no mundo do trabalho. Nós sabemos que quanto melhor for a condição de alguém no mundo do trabalho, mais produtivo esse trabalhador será, em qualquer ramo de atividade em que ele estiver presente.

Eu acho que no Brasil, por obrigação, não por mérito, até porque se não fizéssemos isso, não haveria nenhuma razão de termos disputado tantas vezes as eleições para Presidente da República, nós temos avançado, e avançado na medida das nossas

possibilidades. Se tem uma coisa em política que eu odeio fazer é dar um passo grande, ter uma distensão e não conseguir dar o segundo passo, ter que ficar um ano sem andar. Eu prefiro andar todo santo dia, porque eu sei que a muralha da China não seria construída se não tivesse sido colocado um tijolinho por vez, até porque não tinha indústria para fazer aqueles grandes blocos de concreto.

Penso que temos avançado porque nesses 39 meses de governo, os três ministros do Trabalho que eu tive foram companheiros oriundos do movimento sindical, lideranças importantes, primeiro o Jaques Wagner, que participou do primeiro encontro na Bahia, que era trabalhador do Pólo Petroquímico de Camaçari; depois o Ricardo Berzoini, que era um grande dirigente sindical dos bancários, e agora o nosso querido Marinho, que além de metalúrgico do ABC, era presidente da CUT. Então eles têm a obrigação, junto com a Secretaria dos Direitos Humanos, junto com a Secretaria da Mulher, com a Secretaria da Igualdade Racial, com o Ministério da Justiça, de tentar cuidar, da forma mais carinhosa, para que a gente consiga reparar erros que são seculares e que não resolvemos num curto espaço de tempo. A verdade é que se pudéssemos resolver todos os problemas que encontramos pela frente como num passe de mágica... Eu tentei procurar, esse tempo todo, uma fada que eu pudesse convocar como ministra, para que aquela varinha de condão resolvesse os problemas e não encontrei. O máximo que eu encontrei foram seres humanos capazes, muito bem preparados e com muita vontade política, mas que enfrentam os problemas das intempéries que enfrentamos não apenas por causa do tempo, mas por causa da política, por causa da legislação e por causa do nosso cotidiano. Portanto, não vou repetir... o Somavia ficou um pouco assustado quando viu o tamanho do meu discurso. Ele pensou que eu só ia terminar de falar amanhã. Mas é que eu já tenho mais de 40 e eu fujo um parágrafo por folha, mas não vou ler, até porque o Marinho disse parte das coisas que estão no meu discurso e, portanto, não vou repetir aqui.

Mas também estou vendo a fisionomia de vocês, eu estou percebendo que vocês são todos especialistas no mundo do trabalho, vocês vão brigar muito pelo trabalho decente e eu queria conversar um pouco com vocês sobre política.

Primeiro, para que atentássemos para o que aconteceu na América Latina nesses últimos meses e nesses últimos anos. Muitas vezes, discutimos política em função do nosso imediatismo e não discutimos política em função do tempo histórico em que temos que discutir a política. E se nós quisermos valorizar um pouco o que está acontecendo em toda a América Latina, nós temos que saber o que era a América Latina 20 anos atrás, para que a gente possa perceber a evolução política e democrática que houve no nosso continente.

Se pegarmos lá de Santiago do Chile, desde o Lagos até Michelle Bachelet, e formos perpassando todos os países da América Central, do Caribe, da América do Sul, vamos perceber que há um avanço sistematizado na conquista de espaços pelos trabalhadores, pela democracia, pelas mulheres, pelos índios e pelos negros. E muitas vezes não depende sequer do governo ser de esquerda ou de direita, depende muito mais de ele ser humano, com sensibilidade humanística ou não, depende muito mais de ele decidir que legado pretende deixar para aqueles que vierem depois de nós. E a evolução é, na minha opinião, extraordinária.

Isso, muitas vezes, não acompanha o crescimento econômico, até porque não é possível fazer o crescimento econômico acontecer também por mágica, é preciso que a gente crie as condições para que ele cresça de forma sustentável e que tenha um crescimento duradouro que possa fazer os países da América Latina, da América Central – já nem falo dos Estados Unidos e do Canadá porque são países mais resolvidos economicamente que os nossos, mas que a nossa economia cresça definitivamente por um longo tempo.

Somavia, quando você estiver fazendo uma palestra pelo mundo afora, analisando a economia

brasileira – não posso dizer por outros países da América do Sul – eu gostaria que você se lembrasse que nós tivemos 20 anos de estagnação. Tivemos primeiro a década perdida, de 1980 a 1990. Depois tivemos a década da estagnação. Em dez anos, nós não fizemos outra coisa a não ser desmontar todo o aparato industrial do Estado que tínhamos, privatizando e não colocando nada no lugar, onde nós tivemos alto índice de desemprego, como jamais foi visto na nossa história.

Digo isso para tentar lembrar a vocês que aconteceu o mesmo em outros países, não foi apenas no Brasil, em outros países aconteceu isso. Eu tive o privilégio de ser dirigente sindical de 1969 até 1980, e nos últimos cinco anos, entre 1975 e 1980, como presidente do Sindicato. Na época, até me considerava um bom dirigente sindical, atuante, combativo, e passei grande parte da minha vida no movimento sindical chorando o desemprego, indo na porta de fábrica chorar com os trabalhadores porque as empresas dispensavam três, quatro, cinco mil trabalhadores. Nós, dirigentes sindicais, não tínhamos como garantir que eles iam voltar a trabalhar e sabíamos antecipadamente que eles não voltariam a trabalhar, a não ser ao longo do tempo, em outras categorias, e isso perdurou mais de dez anos, não foram dez dias.

Tivemos um momento auspicioso quando os metalúrgicos do ABC propuseram a Câmara Setorial em 1992, em que teve um certo crescimento na indústria automobilística. Mesmo assim, nós tivemos muitos anos de desemprego consecutivos no Brasil, muitos e muitos anos. Os dirigentes sindicais que estão aqui, brasileiros, sabem do que eu estou falando. Foi um pouco pela modernização tecnológica das empresas, a gente não pode reclamar o avanço tecnológico, mas temos que reclamar o posto de trabalho perdido, porque não se acompanhou o avanço tecnológico com a formação adequada da sociedade brasileira.

Aqui no Brasil, em 1998, Somavia, se aprovou uma lei tirando das costas do governo

federal a responsabilidade pelo ensino técnico, então não tinha mais ensino técnico no Brasil. Você tinha o faxineiro e o engenheiro e você não tinha o intermediário ali, que muitas vezes é quem resolve o problema. Sem nenhuma ofensa ao engenheiro, muitas vezes um bom mestre-de-obras é quem toca a obra, e não o engenheiro. E nós, então, tínhamos uma defasagem entre a necessidade de crescimento econômico do país e a necessidade da formação da nossa gente. A qualificação profissional, sobretudo num público incomensurável de jovens de 17 a 24 anos, que estão perdendo perspectivas de futuro, e não tem nada mais desagradável para uma nação do que os seus jovens perderem a perspectiva de futuro.

Ele não tinha escola técnica para estudar. Ele terminava o segundo grau e não conseguia passar num vestibular numa escola pública federal porque eram poucas. Quando ele fazia vestibular numa escola privada e conseguia passar, no final do ano, em fevereiro, quando ele ia se matricular a mensalidade o afugentava da escola. Ele voltava para casa, então, pensando o quê? “Eu não tenho emprego, eu não tenho formação profissional, eu não posso entrar numa universidade, o que eu vou fazer da vida?” Recuperar esse tempo perdido, possivelmente, leve mais que um mandato de um Presidente da República ou, quem sabe, leve décadas para que a gente possa recuperar os malefícios causados pelo descaso no tratamento das gerações futuras. Pois bem, nesses 39 meses de governo, Somavia, nós tivemos 39 meses de crescimento consecutivo de geração de empregos neste país; 39 meses consecutivos, com uma média de empregos mensais dez vezes mais do que os outros anos que antecederam o nosso governo.

Segundo, temos, hoje, quase um milhão de jovens... Só nas Forças Armadas brasileira serão, este ano, 100 mil jovens recrutados a mais do que o número que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha precisam, serão 100 mil jovens a mais para que eles possam aprender algumas coisas, desde a disciplina até uma profissão. Eles sairão das Forças Armadas com o cumprimento do seu serviço militar, com todo

o aprendizado disciplinar que exigem as Forças Armadas, mas sairão das Forças Armadas com uma profissão: ou eletricitista, ou especialista em computador, ou soldador, em alguma coisa que ele possa adentrar o mercado de trabalho com um pouco mais de chance do que no dia de hoje.

Pelo trabalho do nosso companheiro Marinho, do Jaques Wagner, do Ricardo Berzoini, depois de muitos anos nós aprovamos a Lei do Aprendiz, uma lei que vai permitir que as empresas possam contratar trabalhadores para serem aprendizes, sem qualquer punição. Nós temos tomado como decisão que as empresas estatais têm que ser o primeiro exemplo de contratar o maior número. E a Petrobras, de uma vez só, contratou algo em torno de três mil jovens para serem aprendizes. Se a economia brasileira continuar crescendo 5% durante alguns anos, nós teremos dificuldade de ter mão-de-obra qualificada, portanto, precisamos fazer um grande investimento.

Fizemos o ProJovem, que é um incentivo que o governo dá a jovens de 18 a 24 anos que deixaram de estudar o segundo grau, para que eles voltem a estudar. Estamos dando uma ajuda de 100 reais para que eles voltem a estudar e possam ter um trabalho público, algum trabalho comunitário junto à comunidade em que eles moram. Temos o ProJovem do Ministério do Trabalho, que tem sido uma coisa extraordinária, porque tem colocado milhares de jovens com perspectiva de voltar a trabalhar. Temos o Escola de Fábrica, que são empresas. Já são 1.000 empresas que estão fazendo cursos de formação profissional dentro das próprias empresas, e isso vai possibilitar enormemente que esses jovens possam ter acesso ao mercado de trabalho.

Mais ainda, nós estamos tentando recuperar um tempo perdido, e seria importante que vocês analisassem o que tem acontecido na América Latina no que diz respeito a ensino, onde a maioria dos países está praticamente estagnada do ponto de vista da criação de universidades. É invejável quando a gente vê um país na situação sempre difícil que Cuba

tem e que, entretanto, tem a capacidade de fazer uma universidade e oferecer vagas para todos os países da América Latina, inclusive para o Brasil, onde dezenas de jovens estudam de graça o curso que querem fazer. E por que nós não podemos fazer? Nós nunca fizemos porque em muitos países não foi prioridade acreditar no seu próprio povo. Nunca fizemos porque a elite dirigente já estava formada. E se ela já estava formada, para que se preocupar com a formação dos outros? Parece ser duro dizer isso, mas é um pouco da verdade.

E, aí, é importante acompanhar que nós estamos fazendo no Brasil quatro universidades federais novas, estamos transformando seis faculdades em universidades, estamos fazendo 43 extensões das universidades federais por todo o território nacional e estamos construindo 32 escolas técnicas, além de acabar com um tipo de escola que tinha no Brasil, chamada Proep, que se começou e não se fez muita coisa. Mas agora vamos assumir enquanto escolas federais para que a gente possa dar à juventude a perspectiva de saber que vale a pena sentar num banco de uma escola, porque ela sabe que sairá de lá com uma profissão para o mercado de trabalho.

Eu digo sempre, Somavia, não é apenas a pobreza que leva a pessoa ao trabalho infantil o ao trabalho em condições que não sejam decentes. Eu fui criado num lugar muito pobre, oito irmãos, um mais pobre do que o outro, uma mãe que se separou do marido, e nós, muitas vezes trabalhávamos do jeito que podíamos trabalhar, um vendia “assadinho”, outro carregava carvão, porque era preciso ajudar a família. E aí, a gente não queria saber se o trabalho era bom ou não era, porque se a gente não tinha trabalho formal nós queríamos era levar, no final do mês, uma ajuda para dentro de casa, e isso ainda deve acontecer com dezenas de milhares de pessoas neste país.

Por isso temos que ter um olhar na existência legal de mecanismos que proibam qualquer atividade, mas temos que ter um olhar sensível às questões

sociais de cada região e saber, muitas vezes, por que as pessoas fazem coisas que não deveriam fazer. O nosso desejo é que nenhuma criança neste país deixe de estudar para trabalhar, esse é o nosso desejo. O nosso sonho é garantir que essas crianças, quando terminarem o ensino fundamental, estejam preparadas para dar um salto de qualidade na educação. É por isso que aumentamos o número de anos de escolaridade. Eram oito anos e nós passamos para nove anos. As crianças entravam na escola com sete e agora estão entrando com seis. É por isso que acabamos de aprovar na Câmara – vai aprovar no Congresso Nacional – um projeto de lei colocando mais 4 bilhões e 300 milhões de reais para o ensino fundamental, o ensino básico neste país, para garantir que a gente cuide, desde a creche até a pessoa terminar o segundo grau.

Penso que isso deve estar acontecendo em muitos países da América Latina. De vez em quando fico vendo as disputas políticas que temos, e é importante que a OIT saiba... a América Latina, se formos analisar corretamente, uma boa parte dela, do ponto de vista geológico, do ponto de vista físico, o solo... é um solo garantido, acho que nós não vamos ter tsunami aqui nunca, porque o solo está garantido. Mas, do ponto de vista político e democrático, somos um continente em formação e, muitas vezes, as divergências que aparecem não são para assustar ninguém, são divergências próprias de nações que estão vivendo um outro estágio na sua relação política interna e na sua relação política externa.

Durante muito tempo, vários países da América do Sul viam o Brasil com imperialismo. Digo sempre que, quando fomos construir Itaipu, a Argentina nos ameaçou com a bomba atômica, achando que Itaipu era para inundar Buenos Aires. Tivemos conflitos e mais conflitos em vários momentos da nossa história e eu, de vez em quando, chamo os meus companheiros presidentes à responsabilidade, porque muitas vezes eles ficam discutindo coisas que aconteceram no século XVIII, ou no século XIX, e eu falo: “pelo amor de Deus,

nós somos a geração de governantes que tem que pensar no século XXI e não no século XIX ou no século XVIII, no que aconteceu. O que aconteceu já está cicatrizado, a gente não pode ficar remoendo, mexendo, para arrumar uns conflitos que foram resolvidos há 200 anos”.

Fiz uma reunião, por exemplo, com o Kirchner e com o Chávez na semana passada, e amanhã tem outra reunião. A mim incomoda saber da discussão da “papeleira” – acho que temos que encontrar uma solução e quem vai encontrar a solução é a Argentina e o Uruguai. Estamos vendo a imprensa brasileira falar da crise Brasil/Bolívia. Não tem crise Brasil/Bolívia e não existirá crise; existirá um ajuste necessário de um povo sofrido e que tem o direito de reivindicar ter maior poder sobre a maior empresa que tem.

Não vamos descobrir uma arma qualquer na Bolívia para justificar uma briga com a Bolívia. Faço política, eu aprendi a negociar muito antes de ser político. E as nossas divergências serão tiradas em torno de uma mesa, conversando. O fato de os bolivianos terem direito não significa negar o direito do Brasil, o que não pode é uma nação tentar impor a sua soberania sobre as outras sem levar em conta que o resultado final da democracia é o equilíbrio entre as partes. E eu tenho certeza que todos nós iremos nos acertar... de vez em quando eu vejo conflito entre Venezuela e Colômbia... eu mesmo já viajei duas vezes para conversar com o Uribe, para conversar com o Chávez. Essas coisas são próprias da democracia. O que a gente não pode é maximizar isso, dar uma dimensão que não tem. O Brasil tem interesse na Bolívia e a Bolívia tem interesse no Brasil.

Eu me lembro que quando tomei posse, brasileiros e argentinos quase nem conversavam, era uma luta preconceituosa de brasileiros com argentinos. Eu não sei, mas duvido se em algum momento tivemos uma harmonia tão grande entre Argentina e Brasil como temos agora. Por quê? Porque não prevalece o interesse de um empresário que quer vender para a Argentina, mais do que comprar; porque não prevalece o interesse de um diplomata,

porque não gosta da diplomacia da Argentina. Não é política de diplomata e nem política de empresário, nem política de sindicato – é política de Estado. E, na política de Estado, precisamos estar bem com todos os países do nosso continente, e vamos estar.

E fizemos tudo isso, Somavia, sem brigar com ninguém. A nossa relação com os Estados Unidos é extraordinária, a nossa relação com a Europa é extraordinária, com a China, com a Índia, por quê? Porque não é necessário, ao fazer uma amizade nova, uma relação nova, ter que romper com a velha. Temos clareza da importância dos Estados Unidos para o Brasil, para a Argentina e para a América Latina. E temos a importância também do que representamos para eles, vemos a importância da Europa. É com esse jogo de cintura, eu diria, que vamos consolidar um processo democrático na América do Sul sem mentiras, sem mágicas, mas enfrentando os problemas como se fôssemos companheiros. Se tiver problema, ligamos um para o outro, colocamos na mesa de negociação e negociamos. Todos nós temos direitos e todos nós temos deveres. Isso vale no mundo do trabalho, vale no mundo político.

E eu quero dizer para vocês que nesses 39 meses, 36 deles eu dediquei para viajar para a América do Sul e América Latina. Foram 29 países que eu visitei e recebi 19 chefes de Estado aqui. E ainda não está completo, porque não depende só da minha vontade ou do Kirchner, ou do Chávez, ou do Fidel, depende de um conjunto de forças políticas, de um conjunto de interesses. E a evolução desses governos e a consolidação da democracia é que vai permitir que a gente possa consolidar um mundo do trabalho decente, em que a gente não tenha a prostituição infantil, em que a gente não tenha o trabalho escravo, em que a gente não tenha crianças tendo que pedir dinheiro na rua para sobreviver.

Nós, companheiro Somavia, queremos deixar como legado quando terminar o nosso mandato, não o discurso, mas os números, e certamente a OIT já tem parte deles e terá muito mais, porque é isso que interessa, no fundo, no fundo. Cada um de nós,

quando deixar o governo, vai deixar os números que estão registrados pelo próprio governo, pela sociedade e pelos adversários.

Posso lhe dizer que estou completando 39 meses de governo, não realizado como ser humano porque eu sonho tão alto que, quem sabe, eu morra e não consiga realizar os meus sonhos. Estou casado com a Marisa há 32 anos e ainda não realizei todos os sonhos que eu tenho com ela; você imagine em quatro, o que eu posso fazer...

E porque estamos juntos há 32 anos? É porque ela tem certeza que alguns sonhos não estão nos limites da força. Muitas vezes, passamos pelo governo e não realizamos tudo que precisamos porque também não está no limite, não depende só de nós.

Agora, uma coisa, meus companheiros, os brasileiros que estão aqui vão poder discutir com vocês, uma coisa vocês podem ter certeza: o que nós fizemos em 39 meses foi muito mais do que jamais imaginei que a gente poderia fazer, porque era muito fácil aqui, na América Latina, culpamos os outros pela nossa desgraça, era muito fácil. Era a Argentina que culpava o Brasil, o Brasil que culpava a Argentina, a Bolívia que culpava o Brasil, o Brasil que culpava a Bolívia, o Uruguai que culpava o Brasil, o Paraguai que culpava não sei quem. Todos culpavam o imperialismo americano, todos culpavam o imperialismo europeu, todos culpavam. E estamos percebendo que um pouco do que vivemos é resultado da mediocridade de muita gente que foi governante no nosso continente e que não olhou a parte pobre deste continente. A culpa não é apenas dos outros, a culpa também é nossa.

E se assumirmos isso, teremos condição de ter o segundo passo. Se assumirmos isso, a sociedade vai descobrir que não são os outros que são tão culpados, que somos nós. E aí eu não quero que o povo perca a esperança de consolidar a democracia, que é um regime realmente complicado, mas é o melhor que eu conheço até agora.

Boa sorte para vocês, e muito obrigado.

Discurso do Presidente da República em exercício, Renan Calheiros, na cerimônia de apresentação do relatório da OIT sobre trabalho infantil, em Brasília, em 4 de maio de 2006

Senador Tião Viana, Presidente, interino, do Senado Federal,

Senhor Juan Somavia, Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado, Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego; Márcia Lopes, interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Paulo Vanucci, Secretário Especial de Direitos Humanos,

Senhoras e senhores Ministros de Estado das delegações estrangeiras,

Senhores Senadores,

Líder Fernando Bezerra,

Senhores Deputados,

Senhoras Senadoras,

Senhoras Deputadas,

Senhor Ronaldo José Lopes Leal, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Senhora Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho,

Senhora Nanci Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça,

Senhoras e senhores delegados,

Observadores e participantes da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho,

Autoridades presentes,

Nossa geração, se não pode criar inteiramente o futuro para a outra que vem a seguir, tem a capacidade e a obrigação de possibilitar às crianças e aos adolescentes a preparação necessária para que, quando adultos, possam continuar a construir uma sociedade melhor e mais justa.

Essa preparação, essa vivência da cidadania, é incompatível com o trabalho infantil. Erradicá-lo, portanto, é mais do que um compromisso prioritário

que o Brasil, felizmente, vem cumprindo. É a condição fundamental para a transformação da sociedade.

O Brasil tem orgulho de ter possibilitado a mais de meio milhão de crianças e adolescentes com idade de 5 a 15 anos terem abandonado o trabalho infantil entre 2002 e 2004.

Estou falando de meninos e meninas que substituíram o cotidiano das enxadas, da venda de chicletes em semáforos e da labuta em carvoarias por uma infância verdadeira – aquela que é compartilhada com o aconchego da família e com os bancos escolares.

Estes dados, extraídos da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, revelam estatisticamente o grande esforço que vem sendo feito pelo nosso governo e por toda a sociedade brasileira.

Este esforço, iniciado como alguns disseram aqui, em 1992 com a adesão do país ao Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, ganhou forma e eficiência ao longo dos anos. E se consolidou com a implantação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 2004.

Este plano conta com a importante participação de empresas, de sindicatos e de outras organizações da sociedade civil, demonstrando a todos que só uma luta conjunta, com a presença ativa de todos os segmentos sociais, é que pode vencer o desafio de devolver a infância às nossas crianças.

Senhoras e senhores,

O combate ao trabalho infantil, nestes últimos três anos, tem sido realizado nas mais diversas frentes. Por um lado, foi reforçada a fiscalização pelas equipes do Ministério do Trabalho e ampliado o leque de parcerias com a sociedade civil para conscientizar a população sobre a necessidade de manter as crianças na escola. Por outro lado, foi modernizado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – o PETI.

Atualmente, o PETI atende a um milhão e

cinco mil crianças e adolescentes em 3.317 municípios, por meio de bolsas às famílias que mantiverem suas crianças em salas de aula e repasses de recursos para municípios realizarem atividades sócio-educativas.

Até o final deste ano, o programa será integrado ao principal instrumento de transferência de renda, o Bolsa Família, que já beneficia mais de 8 milhões e 900 mil lares em todo o Brasil. Com isso, as famílias continuarão a receber os mesmos repasses, mas as atividades sócio-educativas também serão oferecidas às mais de dois milhões de crianças que já fazem parte do Bolsa Família.

O orçamento foi ampliado para este ano de 2006, chegando a 1 bilhão e 200 milhões de reais em transferência de renda e verbas para ações sócio-educativas, contra cerca de 540 milhões gastos no programa em 2005.

O fator que mais contribui para a redução do trabalho infantil, porém, é a redução da miséria e da pobreza, é a queda da desigualdade social que está sendo promovida também no nosso país.

O crescimento de nossa economia, com geração de empregos formais e aumento da massa salarial está sendo acompanhado pela expansão das políticas sociais. E isso possibilitou, em 2004, que mais de 2 milhões e 600 mil brasileiros saíssem da linha da pobreza.

Sem os riscos da fome e da miséria, e com opções de renda, os pais podem dar aos seus filhos aquilo que um dia lhes faltou: o acesso a uma educação de qualidade.

Minhas senhoras e senhores,

Vocês sabem que uma das principais portas de saída da exclusão é o portão de entrada da escola. Com o objetivo de fortalecer, ampliar e melhorar a qualidade do ensino básico, está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei que cria o FUNDEB, que vai adicionar mais 4,3 bilhões de reais à escola pública. Este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Federal. Esperamos, tão logo tenhamos a nossa pauta desbloqueada – porque temos a bloqueá-la quatro ou cinco medidas provisórias – vamos, sim, priorizar a sua votação.

Também foi ampliado de oito para nove anos o ciclo básico de ensino e aumentados os valores de repasses para a alimentação escolar, que estavam congelados há mais de dez anos.

E tudo isso vem sendo feito para romper com a herança de injustiça social que se propaga de pai para filho através da criança pobre. É a criança pobre que é usada como canal para transmitir um passado que inviabiliza o futuro, degrada o ambiente, amortece a esperança e desacredita a utopia.

Portanto, no Brasil, está sendo pavimentando o caminho e construídos novos horizontes de cidadania para as crianças e jovens brasileiros. Onde antes só havia um fosso a separar o mundo da pobreza e o mundo da riqueza, agora estão se multiplicando as chances de estudo e de profissionalização para a infância e a juventude brasileiras.

Minhas senhoras e senhores,

A luta para erradicar o trabalho infantil tem contado com uma ampla atuação da sociedade civil organizada, não apenas propondo medidas ao governo, mas também ajudando com iniciativas

próprias e por meio de importantes parcerias.

Também tenho consciência de como foi importante a participação dos sindicatos brasileiros e também da Organização Internacional do Trabalho para que o Brasil lograsse esses resultados.

Como brasileiros sentimos orgulho de o nosso país – ao lado da Índia, da Indonésia, do Quênia, da Tailândia e da Turquia – ter integrado o grupo inicial de signatários do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Desde então, o suporte da Organização Internacional do Trabalho tem sido fundamental na elaboração das políticas públicas que estão sendo implementadas aqui e em outros 85 países de todo o mundo, buscando propiciar uma vida digna a milhões de crianças.

Quero, portanto, nesta rapidíssima interinidade que exerço, com muito orgulho mas com absoluta discricção, agradecer em nome de todo o povo brasileiro a contribuição decisiva da Organização Internacional do Trabalho para essa causa, e a escolha de nosso país, não só para a realização da Conferência Internacional, mas também para a apresentação deste relatório sobre o Trabalho Infantil.

Muito obrigado a todos pela presença.



XXXVI Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da XXXVI Assembléia-Geral da OEA, em São Domingos, República Dominicana, em 5 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Queria, em primeiro lugar, dizer que é sempre um prazer estar aqui no seu país, em tantos aspectos tão parecido com o meu, inclusive nessas tempestades e nesse calor que não é apenas o calor da atmosfera, mas também é um calor humano. Queria agradecer a sua capacidade de organização e cumprimentá-lo pela condução do diálogo franco que mantivemos ontem aqui na sua Chancelaria. Queria renovar ao Secretário-Geral Insulza o apreço e a confiança do Brasil. Gostaria de dizer, também, que é um prazer muito grande ver um representante do Suriname, país vizinho do Brasil e amazônico, em um posto tão alto do nosso sistema.

Queria, inicialmente, inspirado pelas palavras do meu colega Ministro chileno, enfatizar a importância dos aspectos sociais das desigualdades da nossa região. Eu me lembro de ter lido, quinze anos atrás, um artigo de um compatriota dele da Cepal, em que ele se referia à expressão, em espanhol, “casillero vacío de América Latina”. E o que era o “casillero vacío de América Latina”? Ele comparava vários modelos de crescimento econômico, inclusive alguns que foram citados aqui ontem, como o da Coréia: muita inversão em ciência e tecnologia. Ele chamava a atenção para um ponto: o de que havia três tipos de países, numa pequena

matriz, num quadrilátero na América Latina. Aqueles que haviam tido rápido crescimento, e baixa equidade, como era o caso do Brasil, por exemplo; aqueles que tinham tido razoável equidade, mas baixo crescimento, como era o caso do Uruguai, naquela época; e outros, como era o caso da maioria, que haviam tido baixo crescimento e baixa equidade. Mas na matriz, havia um quadrado vazio, que era o quadrado do crescimento com equidade.

Creio, talvez, que quando olhamos para outros continentes e procuramos saber quais as razões de porque estamos atrasados em alguns aspectos, talvez a principal razão tenha sido não termos sido até hoje capazes de vencer esse desafio do crescimento com equidade. Tivemos momentos de crescimento sem equidade, tivemos períodos de equidade sem crescimento. O nosso grande desafio é o crescimento com equidade. E é o crescimento com equidade que vai tornar possível, também, o desenvolvimento científico e tecnológico, a compreensão maior de que é preciso poupar para investir naquelas coisas que podem trazer benefícios no futuro, em que as pessoas – os mais pobres – não verão o seu sacrifício como parte de um processo, parte de um sistema em que alguns ganham muito e outros não ganham nada.

Creio que esse é o grande desafio na nossa região. Por isso, gostaria de elogiar muito

especialmente as palavras de meu colega chileno e procurar seguir os seus passos.

Quero também aproveitar, ainda na esteira do que ele mencionou, para dizer que a justiça social não se realiza só no plano nacional, mas também no plano internacional. Acredito que a referência ao G-20 é mais do que apropriada, porque o que o G-20 procura, dentro das negociações comerciais que estão se realizando em Doha, juntar a liberalização comercial – que é importante – com a justiça social. A força que o G-20 possui, sobretudo com outros grupos, também de países em desenvolvimento, foi juntar esses dois aspectos tão importantes e que, normalmente, estiveram dissociados nas negociações internacionais: a liberalização e a justiça.

Obviamente, o tema desta Conferência é a brecha digital. E a brecha digital não é senão um aspecto dessa brecha social enorme. As pessoas não têm acesso a computadores, não têm acesso à internet, porque não tem renda. E, como não têm renda e não têm acesso aos computadores e não têm acesso ao conhecimento, a brecha aumenta. Temos que trabalhar justamente aproveitando aquilo que já pudermos reunir. Trocar experiências entre nós para fazermos com que a inclusão digital passe também a ser fator de inclusão social. A inclusão social é importante não só porque dá acesso ao conhecimento: ela dá maior transparência às ações governamentais, permite ao cidadão fiscalizar diretamente o que fazem os governos, permite a sociedade saber com precisão como se dão os resultados das eleições.

O Brasil está profundamente empenhado nesse processo internamente, mas estamos também empenhados em difundir o nosso conhecimento, seja bilateralmente, seja com o concurso da OEA. Foram aqui mencionadas situações diversas e dificuldades, países que estão passando por processos de grande transformação – é o caso do Haiti – onde vários dos nossos países estão profundamente envolvidos, buscando fazer com que aquele país tenha realmente uma possibilidade de se libertar dos problemas do

seu passado e enfrentar o futuro.

O aspecto da governança, da governabilidade, é um aspecto essencial. Estamos prontos a ajudar o Haiti. Como manifestamos ao Chanceler da Bolívia, estamos prontos a ajudar a Bolívia também e outros países nas questões de governabilidade, que são talvez as questões centrais, sem as quais não conseguiremos avançar o suficiente.

Queria, Senhor Presidente, para finalizar, dizer uma palavra sobre a democracia no nosso continente. Queria, primeiramente, cumprimentar o Peru pelas eleições que se realizaram em clima de total liberdade, mas, ao cumprimentar o Peru, quero cumprimentar todos aqueles que também tiveram eleições recentemente, sobretudo eleições gerais, algumas vezes com continuidade ou com mudança na continuidade como é o caso na Colômbia, aprofundando mudanças sociais que o Presidente Uribe começou, e, em outros casos, com mudanças de natureza mais profunda, como é o caso da Bolívia. Creio que em todos esses exemplos, e em outros que se seguirão, o importante é que cada país escolha o seu sistema, escolha o seu caminho, respeitando esses valores que são comuns a todos nós – que são os valores da democracia, da transparência e da não intervenção.

Gostaria, com essas palavras, fazer uma última referência à questão da intervenção e da não-intervenção e encerrar a minha fala hoje. A nossa Organização é, como dizia no diálogo que mantivemos ontem, “sui generis”, porque possui grande heterogeneidade. Tem dois países super-desenvolvidos, alguns em desenvolvimento médio e outros muito pouco desenvolvidos. Mas tem conseguido, ao longo dos anos do quase século em que ela existe, contando com a sua predecessora e os seus predecessores, manter uma unidade. Na nossa sub-região dentro desse hemisfério, que é América Latina e Caribe, temos procurado manter a unidade na diversidade. Isso é um exercício que nem sempre é fácil, Senhor Presidente. Como se diz, “ver o cisco no olho vizinho é mais fácil do que ver a trave

no seu próprio olho”.

É muito importante que nós todos sejamos capazes de praticar a não-indiferença, isto é, um engajamento no auxílio, sempre que solicitado, para a consolidação democrática dos países. Mas, ao mesmo tempo, também, é importante nos abstermos

de interferir em processos internos. É isso que tem guiado a política do Presidente Lula, baseada na integração, baseada na amizade, baseada na não-indiferença, mas também na não-intervenção.

Muito obrigado.



Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações Brasil-Bolívia

Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações Brasil-Bolívia, em Brasília, em 9 de maio de 2006

Senhores Senadores,

Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de estar aqui no Senado para discutir tema de tão alta relevância. Em muitos outros momentos tenho vindo a esta Comissão. Ainda comentando com seu predecessor, o Senador Suplicy, ele mesmo lembrava que eu talvez fosse o Ministro que mais vezes tivesse vindo à Comissão de Relações Exteriores e Comissões Temáticas. É sempre um prazer ter essa discussão de forma elevada, de um tema que é muito importante para o relacionamento internacional do Brasil, para nossa integração do Brasil na América do Sul e na América Latina – que é um objetivo constitucional –, como sempre tem sido todas as discussões que tenho mantido, com concordâncias e eventuais discordâncias, sobre os temas mais variados, como a ALCA, como a OMC, como aspectos do Mercosul. Portanto, é uma grande satisfação estar presente.

Evidentemente que é uma honra contar com a presença de todos os Senadores amigos, mas muito especialmente com a do Presidente Sarney, de cuja pena nasceu a assinatura do ato da minha promoção a Embaixador. Então é, entre outras razões, um motivo de grande satisfação tê-lo aqui.

Eu queria, se me permitem, fazer dois ou três comentários introdutórios e depois gostaria de falar um pouco da própria Bolívia. Eu temo, talvez, “chover no molhado” para muitos dos Senadores, mas acho difícil conversar sobre a situação atual sem mencionar um pouco a própria evolução da Bolívia, falar um pouco sobre a relação Brasil-Bolívia durante o Governo Lula, muito especialmente, e depois, então, me referir à questão do gás e às reações do Governo brasileiro, e como esses temas estão sendo encaminhados e daí, talvez, algum outro ponto possa surgir.

Mas, alguns comentários introdutórios eu creio que são importantes. O primeiro deles se refere à própria integração sul-americana, porque nós freqüentemente lemos críticas à política externa que vem sendo praticada pelo Presidente Lula e que, na realidade, em muitos aspectos, é um aprofundamento de outras políticas que foram seguidas antes e que se inspiram, como eu dizia, em um preceito constitucional da integração latino-americana. Muitas vezes há um debate entre o que seria ideológico e o que seria pragmático. Aliás a palavra “ideologia” tornou-se uma palavra muito desgastada porque ela recebeu uma conotação sempre pejorativa, quando

na realidade, ideologia, como um conjunto de idéias, é algo que todos, naturalmente, temos que ter mesmo, de uma forma ou de outra, e, digamos, a própria integração latino-americana não deixa de fazer parte de uma ideologia nacional, de um ideário nacional no sentido mais amplo. Mas, para mostrar que há também um aspecto pragmático, eu não vou cansar os Senhores Senadores com isso porque naturalmente o objeto central é outro, mas acho importante salientar, com alguns números muito breves, como caminhou a integração sul-americana nos últimos anos.

Eu não vou falar, por exemplo, das questões de investimento porque elas são mais difíceis de mensurar. Vou me referir ao comércio. Eu sei que é uma referência superficial, naturalmente incompleta, mas ela é importante. Então, vejamos os dados do comércio com quatro países importantes. Haveria outros, a Argentina que, provavelmente, é mais importante do que qualquer outro desses no nosso relacionamento, mas, justamente, estou tomando outros que são menos tradicionais para demonstrar como a integração tem tido objetivos práticos, pragmáticos, e tem trazido resultados concretos para o Brasil. Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de pouco menos de US\$ 800 milhões – as nossas exportações apenas. Estou sempre me referindo às nossas exportações. Era de cerca de US\$ 800 milhões em 2002, e chega em 2005 a US\$ 2,2 bilhões. É um aumento absolutamente espetacular. Mas não foi só com a Venezuela. Houve com a Colômbia também. Isso demonstra a pluralidade ideológica do comércio, como, aliás, tem que ser. Com a Colômbia, nossas exportações eram de US\$ 630 milhões e são hoje de US\$ 1,4 bilhões, mais do que o dobro, portanto. Com o Peru, eram US\$430 milhões e hoje são US\$932 milhões. E Chile, eram US\$1,4 bilhão, e hoje são US\$ 3,6 bilhões. Isso é apenas para ilustrar. Com a Argentina, era menos de US\$ 2,5 bilhões e hoje estamos

exportando perto de US\$10 bilhões (naturalmente, em 2002 era em plena crise, de modo que a comparação pode não ser exata).

O que interessa é que, como conjunto, e vou com isso parar com as estatísticas, porque reconheço que são um pouco cansativas, mas como conjunto a América Latina e o Caribe são, hoje, quer dizer América Latina porque o conceito de Caribe está incluído no de América Latina, é hoje o nosso principal parceiro comercial, principal mercado para as exportações brasileiras. Quer dizer, em um contexto em que nossas exportações crescem para o mundo inteiro e que batem recordes para os Estados Unidos e União Européia, a América Latina se tornou o nosso principal parceiro comercial. Então, acho que esse é um fato a destacar. Não quero defender que a integração tenha objetivos puramente comerciais, mas como muitos estão acostumados a ver as coisas por um ângulo mais mercantil, é muito comum sobretudo nos artigos de imprensa. Então, aqui há um exemplo mais do que claro de como a integração com a América Latina, e com a América do Sul em particular, tem dado frutos espetaculares. É curioso que a nossa própria maneira de colocar os dados às vezes funcione contra nós, porque se nós pegarmos os dados oficiais de comércio exterior, não aparece América Latina e Caribe, aparece ALADI, e a ALADI não inclui a América Central e o Caribe, como sabem, mas o conjunto da América Latina e Caribe já supera a União Européia. E a América do Sul, apenas a América do Sul, isto é, os países da Comunidade Andina, mais os do Mercosul e Chile equivalem, hoje, aos da América, também em um contexto crescente. Então, não estamos falando de nada que seja puramente doutrinário ou sentimental, embora eu não veja nada de errado no doutrinário e no sentimental. Estamos falando de coisas que têm repercussões concretas, que geram empregos no Brasil.

A mesma coisa eu poderia dizer sobre investimentos. O Presidente Sarney sabe disso, mas não quero aqui, desculpe, invocar o seu testemunho.

Mas quando eu mesmo, já depois do Governo Sarney, ia à Argentina, tínhamos lá investimentos de três ou quatro empresas brasileiras, Banco do Brasil, Varig, pouca coisa a mais. Hoje em dia, há mais de duzentas empresas. Os investimentos da Petrobras hoje lá, a Petrobras se tornou hoje uma das principais, senão a principal investidora estrangeira na Argentina. E temos também investimentos na Venezuela de empresas construtoras, mas temos também na Colômbia, onde, por exemplo, temos pela primeira vez uma siderúrgica. Era um velho sonho abrir uma siderúrgica na Colômbia e agora temos uma siderúrgica na Colômbia. Não quero continuar a citar, mas a integração na América do Sul, e da América Latina mais amplamente, é não apenas um projeto político, que é natural, importante; é uma obrigação constitucional, faz parte, portanto, daqueles princípios básicos do relacionamento internacional do Brasil. Mas, além disso, ela está dando resultados concretos. Ela está sendo aprofundada. Nós não inventamos a integração da América do Sul, mas acho que podemos dizer com, creio eu, justa vaidade, que aprofundamos a integração da América do Sul. Essa é uma das questões que eu queria ressaltar.

Outro aspecto que gostaria de salientar é que os problemas que enfrentamos hoje não derivam da política sul-americana ou da política para a América do Sul que o Governo vem desenvolvendo. Os problemas da América do Sul derivam de questões internas, muitas delas, e externas, outras, dos vários países que compõem a América do Sul. Vou deter-me um pouco mais sobre a Bolívia – é natural. Não preciso evocar aqui Eduardo Galeano, autor de “As Veias abertas da América Latina”, mas sabemos que as desigualdades sociais na região, especialmente no caso da Bolívia, têm componentes raciais e étnicos fortíssimos. O sentimento de espoliação internacional que existe – certo ou errado, em muitos casos certo –, essa percepção de espoliação dos recursos naturais por potências estrangeiras, é algo muito forte na América Latina e isso tudo está gerando reações que vêm vindo, aos poucos. Elas geraram movimentos

na década de 60, geraram contramovimentos na década de 70. Houve o processo de redemocratização. O processo de redemocratização veio seguido por um processo chamado hoje de neoliberal. Vou me deter nisso também no caso da Bolívia, e hoje há outros movimentos, movimentos de cunho marcadamente social e nacional.

Finalmente, gostaria de fazer uma referência que, creio, o resto da exposição vai ilustrar, sobre o nosso relacionamento com a Bolívia. O nosso relacionamento com a Bolívia é de uma política de Estado. Independentemente de simpatias, que é normal que haja e que existe no mundo inteiro. Imagino, por exemplo, que o Primeiro Ministro Jospin tivesse simpatia pelo Primeiro Ministro D’Alema, porque eles pertencem ao mesmo movimento. Existe um Partido Socialista ou Social Democrata no Parlamento Europeu. Agora, o relacionamento da França com a Itália é um relacionamento de Estado e o relacionamento do Brasil com a Bolívia é um relacionamento de Estado. Há muitas coisas que podem ilustrar isso, mas eu vou logo mencionar uma, talvez me antecipando, que uma das primeiras visitas de trabalho efetivas que o Presidente Lula recebeu em Brasília foi a do Presidente Sánchez de Losada, que é, certa ou erradamente, apontado como, digamos, o arauto do neoliberalismo na Bolívia. Aliás, pessoa que depois passou a ser muito atacada e teve que praticamente sair fugido da Bolívia. Então, não há, nem houve, em nenhum momento, a idéia de que nós vamos nos relacionar com Governos que são de esquerda, ou Governos populistas, ou Governos mais nacionalistas. Nós nos relacionamos com todos os Governos. As cifras de comércio que mencionei deixam isso claro, mas também o relacionamento pessoal. O Presidente Lula tem sim um bom relacionamento com o Presidente Chávez, mas o Presidente Lula tem sim também um excelente relacionamento com o Presidente Uribe, da Colômbia, que veio aqui pedir conselhos e apoio. Se não houvesse esse relacionamento, se esse relacionamento não fosse um relacionamento de

Estado, isso não ocorreria. Se nosso relacionamento fosse pautado por preferências ideológicas, isso não teria ocorrido. E eu diria, estou citando dois exemplos, que o Presidente Toledo, do Peru, que sai agora, com quem nós mantivemos uma relação intensa. Eu pessoalmente viajei muito mais para o Peru do que para a Venezuela e nós fizemos coisas concretas, muito importantes com o Peru. A estrada inter-oceânica, por exemplo. O primeiro acordo que permitiu, posteriormente, o acordo entre a Comunidade Andina e o Mercosul foi assinado com o Peru. Foi o primeiro acordo do Mercosul com outro país sul-americano, que abriu as portas para uma área de livre comércio de toda a América do Sul, que era um sonho antigo nosso que parecia impossível de ser alcançado. Então acho que isso é outra coisa importante.

A outra coisa que, naturalmente, eu gostaria de mencionar é que não foi o Presidente Lula que elegeu o Presidente Evo Morales. Independentemente de simpatias ou não simpatias, quem elegeu o Presidente Evo Morales foi o povo da Bolívia e nós temos que respeitar esse fato, como respeitaríamos e como respeitamos o povo da Colômbia. Eu não sei o que vai ocorrer na eleição da Colômbia, mas se as pesquisas de opinião estão corretas e o Presidente Uribe for eleito, nós respeitaremos e acataremos e a relação de amizade, inclusive pessoal, que existe entre o Presidente Lula e o Presidente Uribe continuará. Então, é necessário colocar essas coisas nesse contexto. Eu dizia antes, Presidente, que nós recebemos críticas injustas e justas. As injustas irritam, mas as justas preocupam. Eu não quero, absolutamente, dizer que nós estamos imunes a erros, equívocos, a enganos, mas é preciso também desbastar um pouco o campo das premissas para se entender bem onde estamos.

Bem, gostaria de falar um pouco sobre a Bolívia, embora eu não queira também chover no molhado, mas é importante entender que o Brasil tem com a Bolívia – e essa percepção não é desse Governo, é uma percepção que vem de todos os

Governos e que, certamente, esteve presente no Governo imediatamente anterior: a Bolívia é um parceiro estratégico para o Brasil. É a maior fronteira do Brasil. É o único país, creio eu, que tem fronteiras com quatro Estados brasileiros. Então, é um país com o qual nós teremos que nos integrar de uma forma ou de outra.

Quer dizer, ou nos integramos bem – pelo comércio, pela tecnologia, pela cooperação, pela cultura – ou nos integramos mal, pelo narcotráfico, pela guerrilha, pelo contrabando. Isso, aliás, vale para muitos outros países. Mas vale para a Bolívia, que é o país que tem a maior fronteira com o Brasil. Também é um país – temos que levar em conta – de uma instabilidade crônica. Não preciso entrar em detalhes quanto a isso, nem creio que seja deselegante pois os próprios governantes bolivianos freqüentemente dizem isso em seus estudos. O ex-Presidente Mesa, por exemplo, que é um importante estudioso, um escritor, um jornalista, um homem de grande cultura, ele fala desses fatos e essa instabilidade de governos bolivianos: ela é estrutural, ela provém de uma dificuldade de relacionamento, talvez ímpar, que existe em outros lugares, mas que talvez tenha sido mais aguda do que em qualquer outro lugar, entre a sociedade colonial, ou a que emanou da sociedade colonial, e a população indígena. Em nenhum outro país talvez o fosso seja tão grande. A tal ponto, os Senhores sabem disso, que até 1944 os índios não podiam entrar nos centros das grandes cidades. Precisavam de permissão especial e as terras quando eram vendidas incluíam o número de famílias que estavam nelas. Quer dizer, implicitamente eram como se fossem servos de gleba.

Então, esse é o país de que estamos falando, um país onde o fosso era enorme, não só de desigualdades materiais, mas um fosso de visões do mundo, porque justamente esse isolamento propiciou que, enquanto se desenvolvia uma ideologia capitalista em um setor, no outro havia uma ideologia comunitária, milenarista, que procurava sempre recriar e reproduzir o mito das sociedades primitivas.

Era um fosso enorme que, naturalmente, a partir da revolução de 1952 começou a ser matizado, de uma forma ou de outra, mas que não foi eliminado. Então, a profundidade dessa brecha social e racial na Bolívia é algo muito importante que temos que ter em conta.

Quando vejo alguns comentaristas, pessoas que até respeito, usarem expressões pouco adequadas para definir um presidente que tem origem indígena, fico realmente chocado e, devo dizer, até envergonhado como brasileiro porque, independentemente do que achamos das idéias políticas dele ou de sua prática política, deveria ser motivo de orgulho para a América do Sul que um índio tenha sido eleito presidente em um país em que a grande maioria é indígena. Se ele está fazendo bem ou mal, é outra coisa – vamos chegar lá.

Além de todos esses problemas, a Bolívia é um país que tem ressentimentos históricos também porque foi perdendo território. Trata-se de um país complexo por esse aspecto, que perdeu território na Guerra do Chaco, perdeu território antes na Guerra do Pacífico, e cedeu território ao Brasil, porque nesse caso foi negociado pelo Barão do Rio Branco. De qualquer maneira, houve uma percepção, certa ou errada, que se formou em um país com esse grau de complexidade e, junta-se a isso tudo a sensação de espúrio dos recursos naturais: a prata que foi embora, o estanho que foi embora, a sensação de que o gás vai embora e, juntando isso tudo, a coca, que era um cultivo tradicional e se torna um problema internacional.

Bem, todas essas situações sempre existiram. Houve um certo interlúdio de aparente estabilidade, em um momento que poderia ser caracterizado como neoliberal. Aliás, é interessante perceber que usamos muito a expressão neoliberal no Brasil, crítica ou pejorativamente, mas na Bolívia trata-se de um anátema. Tanto que o Presidente Sanchez de Losada, que encarnava essa política, teve que praticamente sair fugido. Mas essa instabilidade se refletiu nos primeiros três anos e dois meses do Governo Lula, quando houve quatro presidentes na Bolívia. Então,

essa instabilidade histórica é real ainda hoje. Quando nós entramos, era o Presidente Sanchez de Losada, depois foi o Presidente Mesa, houve o interinato do Presidente Eduardo Rodriguez, que era Presidente do Senado, e agora o Presidente Evo Morales. Então, não estamos tratando com uma realidade na qual um governo estável vinha negociando bem com o Brasil, e de repente foi eleito um Presidente que pôs tudo a perder. Não é bem assim. Era uma situação de muita instabilidade, e essa questão do gás, entre outras, sempre esteve presente dentro desse contexto tumultuado. Aliás, a própria eleição do Presidente Evo Morales, pode-se analisar de várias maneiras, mas os que acompanharam de perto se lembrarão que até poucos meses ou semanas antes do pleito, tinha cerca de 25% ou 26% das intenções de voto, talvez uma maioria. Como eles têm um sistema complexo de confirmação, com o segundo turno realizado no Congresso, havia a expectativa de que ele, sim, pudesse ser eleito, mas ninguém esperava que ele teria a maioria absoluta, o que, a meu ver, denota que uma boa parte da população, boa parte do eleitorado boliviano que não era necessariamente de pessoas que apoiavam Evo Morales, preferiu Evo Morales por apostar em uma instabilidade, até para evitar aquela constante agitação que houve permanentemente de piqueteiros, revoltas camponesas etc.

Como foi a relação Brasil Bolívia nesse período? Já me referi aos acordos assinados quando o Presidente Sanchez de Losada veio ao Brasil, um dos primeiros a ser recebidos em abril de 2003, e a relação foi constante com o Presidente Mesa, outros acordos foram assinados. Eu diria também que o Brasil procurou sempre, nesse período, trabalhar pela estabilidade da Bolívia, dentro daquilo que nos é possível, sem nenhuma paranóia, sem nenhuma pretensão de que nós é que vamos determinar qual é a realidade em um outro país; isso não é possível. Ninguém pode determinar a realidade nem do seu próprio país, quanto mais de outro país. Mas na medida do possível, até porque éramos

freqüentemente chamados pelos bolivianos, nós tivemos aí alguma atuação. Nos dias que antecederam a queda do Sanchez de Losada e que havia uma ameaça muito forte de sublevação popular, com risco real de confrontação entre as forças armadas e os manifestantes camponeses, ligaram para mim o Secretário-Geral da OEA, que era o César Gaviria, me ligaram políticos bolivianos como Paez Samora, me pedindo que o Brasil ajudasse no diálogo, e nós procuramos, e houve uma transição relativamente pacífica para o Presidente Mesa. Depois, todos se lembram, a situação conturbada em que o Presidente Mesa foi obrigado a governar, tanto assim que ele renunciou duas vezes, a primeira renúncia não foi aceita, a segunda foi aceita mas demorou a se materializar por questões constitucionais. E aí, novamente, o Brasil continuou sempre procurando ter, na medida do possível, uma posição construtiva. Eu diria que fui o primeiro Chanceler de qualquer país a visitar o Governo do Presidente Mesa e fui também o primeiro Chanceler de qualquer país a visitar a Bolívia depois da posse do Presidente interino, que era o Eduardo Rodriguez. E, nessa ocasião, apenas para ilustrar, como se tratava de uma política de Estado, tive a ocasião de encontrar com os dois principais candidatos. O candidato Evo Morales e o candidato Tuto Queroga. E com os dois tive o mesmo diálogo. Era importante garantir que se acatasse o resultado da eleição, cujo resultado, naquela época, não se podia prever, a disputa estava muito emparelhada. Só foi nas últimas semanas que se manifestou a vantagem de Evo Morales. O próprio Presidente da Bolívia queria que nossa atuação fosse nesse sentido, de garantir que qualquer que fosse o resultado ele seria respeitado, e ambos candidatos naquelas conversas privadas me garantiram que seria nessa linha.

A situação de instabilidade na Bolívia, mesmo com a eleição do Presidente Evo Morales, com a grande maioria que teve de 54%, não vai se resolver com facilidade. O Presidente Sarney sabe muito bem o que é uma assembléia constituinte, agora o Senhor

imagina, Senhor Presidente, uma assembléia constituinte exclusiva, uma assembléia constituinte em que ninguém vai ter responsabilidade de participar do governo depois. Essa Assembléia vai ser eleita agora no dia 2 de julho. O período que antecede essa Assembléia, e eu diria mesmo que o período de vigência da Assembléia, é um período de natural agitação. Assim é em qualquer país do mundo. Não é uma coisa que é particular da Bolívia.

Há todos os outros fatores que já mencionei. Quero, nesse contexto, falar do gás, e sem muitos detalhes também porque não quero “chover no molhado”. Imagino que os Senhores Senadores conheçam muito bem essa problemática, mas sabemos que os primeiros tratados de gás e petróleo vêm de 1938 na época ainda do Getúlio, temendo o abastecimento do Brasil na época da guerra. Foram depois ampliados no tratado de Roboré, os que se lembram bem, participaram de campanhas – eu era jovem, mas acompanhei as campanhas nacionalistas. Havia uma grande preocupação de que, através da Bolívia, desnacionalizássemos a Petrobras, porque os tratados de Roboré, como na época a Bolívia estava sobre forte influência norte-americana, excluía possibilidade de uma companhia estatal explorar. Então tinha que ser criada uma companhia privada, a Petrobol se eu não me engano, que falaram na época. Enfim, os tratados Roboré acabaram não se materializando por falta de oportunidade prática.

O assunto foi levantado de novo no governo Geisel em 1974. Então não é uma coisa nova, mas ele veio se concretizar nos acordos mais importantes em relação ao gasoduto entre 1992 e 1996. Eu mesmo, como Ministro do Presidente Itamar Franco, participei de várias negociações desse tipo. Os atos mais importantes foram, por coincidência, assinados um pouco antes e outros um pouco depois, mas eu participei dessa negociação e – creio que devo dizer isso – quando digo que essas decisões antecedem o Governo Lula eu não estou de maneira alguma querendo criticá-las. Eu acho que o Brasil fez bem em ter o acordo do gás com a Bolívia. Acho que é

bom para a Bolívia e é bom para o Brasil. Agora, há que operá-lo da maneira certa e isso nós temos que ver. E mais para o final nós veremos.

Enfim, o acordo mais importante, fundacional, vamos dizer, se deixarmos de lado a pré-história, é o acordo de 1992, que teve alcance parcial da ALADI – eu nem sei se o Embaixador Jerônimo era o Embaixador na ALADI nesse momento – mas é o acordo fundacional porque é o acordo de governo a governo, como complemento do acordo à ALADI, que estipula que não haverá restrições à importação e à exportação e que dá margem, então, aos acordos de venda de gás. Há um acordo de venda de gás também de governo a governo, que no fundo dá legitimidade às negociações entre empresas em 1993. Houve um momento muito conturbado dessa negociação que participei, em 1993, porque o Banco Mundial que iria financiar uma parte do gasoduto não queria que a Petrobras participasse, porque, na época, havia a teoria do “crowding out”, segundo a qual a presença de uma empresa estatal afugentaria a iniciativa privada. Pelo contrário, a companhia mais cotada na época, e que ficou lá algum tempo com a Petrobras, depois teve que negociar e se impor, foi a Enron. Para ver como é que as ideologias jogam: a Enron era a companhia fidedigna, a Petrobras não era. A Enron era a companhia preferida na época pela burocracia internacional. Isso foi negociado e, como se sabe, em 1996, é que há o acordo de fornecimento do gás. Há um outro acordo também importante, aprovado pelos Congressos Nacionais, a respeito da isenção de impostos sobre o gasoduto lá e cá. Então esse não era um acordo complementar da ALADI. A matéria tributária teve que vir ao Congresso. Foi aprovado. Em 1998, a Petrobras comprou as refinarias e aí, digamos, se inicia o processo. Eu queria fazer, novamente, uma pequena nota que historicamente é importante. Repito o que disse: sou a favor do gasoduto, não estou fazendo nenhuma crítica a decisões tomadas antes do atual Governo nesse aspecto, com relação ao gasoduto. Se crítica pode se fazer é de não se ter mantido

alternativas. Mas isso não é uma questão do Ministério das Relações Exteriores, é de política energética. Mas eu sou a favor. Mas vamos também deixar claro: não foi este Governo que criou essa interdependência. Ela já vinha. Pelo contrário, acho que neste Governo houve até grande prudência.

A Petrobras investiu ao todo cerca de um bilhão na Bolívia. Mais ou menos um bilhão. Os números, – é difícil porque eu também não fui ver os números nos livros da Petrobras – mais ou menos um bilhão de dólares, sendo que os ativos são da ordem de 390 milhões. Desse um bilhão, 920 milhões de dólares, portanto 92%, foram investidos entre 1996 e 2002. E apenas 100 milhões foram investidos entre 2003 e 2005. Eu acho que isso é muito importante para mostrar como a Petrobras, neste Governo, agiu com prudência. Apesar de toda a nossa aproximação com a América do Sul, apesar de todo o nosso esforço... e há várias obras ocorrendo na Bolívia, algumas ainda ocorrendo com financiamentos do BNDES ou do PROEX, outras até sem financiamento do BNDES ou do PROEX, mas com o envolvimento de empresas nacionais. Mas a Petrobras agiu com muita prudência. Por quê? Porque o problema do gás não é de agora. O Decreto Supremo dramatizou uma situação e deu uma visibilidade indiscutível, também não vou negar, mas é um problema que já existia. Ele foi um problema que esteve implícito na queda do Sanchez de Losada, porque havia uma revolta inclusive contra o gasoduto para o Pacífico, por outras razões.

Em julho de 2004, foi feito um referendo, que revogava a lei dos hidrocarbonetos antiga, do Sánchez de Losada, que tinha permitido o gasoduto e todas as demais explorações de gás na Bolívia. Esse referendo fazia que a Bolívia recuperasse a propriedade para o Estado boliviano na boca do poço. Então essa idéia de que a propriedade na boca do poço surgiu agora, não é verdade, pois isso vem do referendo de 2004. Tal instrumento já desfazia o processo de privatização da estatal YPFB. Bom, aí foge um pouco da nossa linha, mas até autorizava o

presidente a usar o gás como ferramenta política para obter saída para o Pacífico. Então, o referendo de 2004 já continha isso. Baseado no referendo de 2004, há a lei de maio de 2005, que foi aprovada pelo Congresso da Bolívia. Com a qual, aliás, o Presidente Mesa não concordou, e é uma das coisas que está na raiz de sua renúncia. Ele mesmo fez o referendo e não concordou com os termos precisos da lei e saiu.

O fato é que essa crise do gás vem vindo. E é por isso que Petrobras foi prudente. Por isso que a Petrobras investiu menos de 10%. As estimativas para que a Bolívia continue a fornecer gás ao Brasil nas quantidades atuais – que são cerca de 26 milhões de BTUS por dia –, são de investimentos mínimos de 600 milhões ou 700 milhões. Por quê? Porque alguns poços ou bacias, não sei como chamam no caso do gás, já secaram, e como novas reservas não foram descobertas, há uma diminuição natural. Mas a Petrobras, cautelosamente, evitou fazer esses investimentos. Foram feitos investimentos de manutenção, de complementação daquilo em que a empresa já estava envolvida. Não se podia deixar de fazer esses investimentos. Os Senhores terão lido no jornal que há poucas semanas houve um problema grave em um lugar onde há a separação entre o gás e os líquidos e esse, quase sim, leva à interrupção de fornecimento de gás para o Brasil. Então, queria dizer isso e fazer um comentário a mais antes de passar para o Decreto Supremo e para a situação atual.

Apesar de toda essa instabilidade, a Bolívia tem sido um fornecedor confiável de gás ao Brasil. Nunca faltou o gás da Bolívia ao Brasil. No momento em que quase faltou, foi por um desastre natural, mas eles foram, inclusive já nesse governo, cooperativos. Porque a Petrobras teve que fazer algumas obras de emergência, teve que retirar algumas das... bem, não entendo tecnicamente dos produtos, mas algumas coisas tiveram que ser retiradas de caminhão e eles ofereceram todas as facilidades. Não houve nenhuma dificuldade. Isso ocorreu cinco, seis semanas atrás, creio eu.

Com relação ao Decreto Supremo, quero falar duas ou três coisas importantes. Esse documento tem vários aspectos, e não sou, digamos, a melhor pessoa para falar dele em detalhes. Acho que isso é uma exegese em que, claro, nós como Ministério das Relações Exteriores temos de estar envolvidos, mas também há o departamento legal da Petrobras e outros. Eu queria mencionar o seguinte: há ali duas ou três coisas que são distintas. Uma é sobre a nacionalização das empresas. Quando se fala que a Bolívia vai readquirir 51%, o Decreto não é, na minha opinião, totalmente claro, mas a minha leitura vai nessa linha, de que a nacionalização se refere, ou pelo menos está focalizada, nas refinarias. A outra parte se refere à nacionalização, digamos assim, dos proventos, da produção. Pela lei anterior, 50% já ficava com a Bolívia, agora é acrescentado mais 32% por um período de transição e 18% com as companhias exploratórias. Isso por um período de 180 dias em que as questões serão discutidas.

É importante dizer que o Decreto Supremo não incide diretamente – ele pode ter uma incidência indireta, e eu vou comentar isso – sobre o contrato de fornecimento de gás, que é regido por um instrumento de 1996. Ele pode incidir indiretamente porque o artigo segundo, quando diz que a YPFB retomará o controle da comercialização, pode ter a ver com os preços, mas até o momento em que não exige unilateralmente um preço superior ao que está no contrato não há incidência. Então há uma incidência potencial, mas não há, digamos assim, ainda uma incidência no contrato. Digo isso porque o contrato de 1996 é válido. O contrato de 1996 tem um foro próprio para exame, que é a Associação de Arbitragem Comercial de Nova York e ele será utilizado se não houver acordo.

O contrato de 1996 não só estipula esse foro para a solução de controvérsias, mas também estipula que o preço, para cuja definição há uma fórmula complexa, que é uma média dos preços dos substitutos do gás, seja revisto de cinco em cinco anos, a partir do funcionamento do gasoduto, que

começou em 1999. Que eu saiba, até hoje, não houve revisão. Na realidade, em 2004 a Petrobras queria uma revisão porque desejava baixar o preço do gás e não foi possível pela própria instabilidade da Bolívia. Então, digamos, há no próprio acordo do gás uma possibilidade de revisão de preços e será julgada, e se não houver acordo isso vai para a corte arbitral de Nova York.

Eu queria dizer duas coisas: é importante, portanto, manter a diferença entre o que é a nacionalização do gás – seja do gás, seja das empresas – e a questão do contrato de fornecimento. São duas coisas distintas e, até do ponto de vista jurídico, têm instrumentos de proteção distintos. O contrato de fornecimento, o contrato de venda de gás, é esse acordo de 1996. Com relação à nacionalização, afora as gestões diplomáticas e outras coisas que podem ser feitas, do ponto de vista jurídico, a Petrobras, que está presente na Bolívia, na exploração principalmente, é a Petrobras Holanda. Por quê? Porque ela se vale de um acordo de investimentos que existe entre a Holanda e a Bolívia, já que o Brasil não tem acordos de investimento com nenhum país do mundo. Então, é uma curiosidade e um paradoxo que nós, na realidade, tenhamos que recorrer a um instrumento de que, internamente, não gostamos. Nós, coletivamente... não estou falando a opinião de quem quer que seja, mas nós. Eu mesmo assinei dois acordos de investimentos no passado que depois não foram ratificados. Assim, são instrumentos distintos.

Então qual é a questão que se coloca hoje e o que é que aconteceu? Como reagiu o Governo? O Governo reagiu, ao meu ver, como deveria ser. Com equilíbrio entre abertura para o diálogo e firmeza na negociação. Reconhecimento da soberania da Bolívia – isso não é favor nenhum, isso é reconhecimento. O problema que se pode colocar para o Brasil não é saber se a Bolívia tem ou não tem direito de nacionalizar o gás. Aliás, o gás, repito, não foi nacionalizado. O gás na boca do poço não foi nacionalizado pelo Decreto Supremo, foi

nacionalizado pela Lei de Hidrocarburos que tinha mais ou menos um ano e já estava previsto no referendo aprovado pela amplíssima maioria da população boliviana. A questão não é essa. A questão está em saber se, no processo de nacionalização, os nossos interesses vão ter um tratamento justo. E é para isso que hoje, entre outros motivos, está indo para a Bolívia o Presidente da Petrobras e o Ministro de Minas e Energia. Hoje ou amanhã estarão lá. Essa é uma das questões.

A outra é a questão do fornecimento. Essa questão do fornecimento e do preço, obviamente, é muito importante para o Brasil; não há a menor dúvida. E daí a preocupação do Presidente Lula de manter esse encontro de Puerto Iguazú. Tenho certeza de que todos leram, mas me permito chamar a atenção para dois parágrafos do Comunicado Conjunto. Permito-me lê-los aqui porque são parágrafos importantes. O parágrafo que fala do abastecimento e o parágrafo que fala do preço. O parágrafo do abastecimento diz: “...nesse contexto (quer dizer, o contexto de cooperação em benefício de todos os povos, etc...) os Presidentes coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás, favorecendo um desenvolvimento equilibrado nos países produtores e consumidores”. O parágrafo seguinte, que fala dos preços: “...da mesma forma destacaram que a discussão sobre os preços do gás deve dar-se num marco racional e equitativo que viabilize os empreendimentos”. Então, duas coisas fundamentais para nós. Primeiro: que o fornecimento de gás seja mantido. Acho que a própria lógica já diria que o fornecimento seja mantido, porque não há alternativa de venda, pelo menos a curto prazo, para a Bolívia; mas, pelo menos, há uma garantia contra qualquer ação de outra natureza. E segundo: que a discussão sobre o preço tem que ser uma discussão racional, quer dizer, baseada em fatos. Ela não é uma discussão que pode ser baseada em elementos emocionais, ainda que eles fossem justificáveis. Ela tem que ser uma discussão racional e o preço tem que ser equitativo, mas tem que ser

compatível. Tem que ser um preço que viabilize os empreendimentos. Em outras palavras, esse preço não pode ser elevado além de um patamar que torne inviável o funcionamento das indústrias de São Paulo ou das termoelétricas que existam no caminho, ou aquilo que seja possível pagar pelo consumidor brasileiro – porque o produtor teria a opção de buscar uma alternativa no óleo combustível, ou em outra fonte de energia. Então é como tenho dito, não é o Brasil, por uma atitude autoritária, que está dizendo: “não, nós queremos impor esse preço porque o Brasil tem aqui um porrete na mão e se não fizerem isso, nós vamos retaliar”. Não é isso. É o mercado. É preciso entender que o projeto do gás da Bolívia não é, digamos assim, uma situação em que havia muito gás disponível para ser vendido e uma enorme demanda aqui para ser suprida de qualquer forma. Não, não. Havia uma capacidade potencial e havia uma demanda potencial. E o gasoduto foi feito, repito, em governos anteriores. Em uma decisão que eu, pessoalmente, como Ministro das Relações Exteriores, como diplomata de carreira, com visão de Estado, aprovo e concordo. Ele foi feito para, digamos, transformar em ato aquilo que só existia em potência, que era, digamos, essa ligação da produção gasífera com o consumo no Brasil. Não havia nem uma demanda aguardando fornecimento, nem uma oferta aguardando uma demanda. Havia duas coisas potenciais que se realizaram com o gasoduto.

Acho que podemos discutir com os bolivianos o que é equitativo e o que é razoável. Essa é uma negociação, uma conversa. Por que o Governo brasileiro reagiu dessa maneira, e preferiu o diálogo a manifestações estridentes? Por quê? Porque o pior que pode acontecer para o Brasil é uma radicalização da situação, pois na radicalização, qualquer atitude da Bolívia de impedir ou dificultar o abastecimento de gás ao Brasil seria “irracional”, do ponto de vista da Bolívia. Hoje, esse país vizinho exporta para o Brasil um bilhão de dólares, sendo o Brasil hoje responsável por 36% das exportações da Bolívia. O

Brasil tem hoje uma relação íntima com a Bolívia. Os Estados Unidos importam hoje 14%, com todo o acordo preferencial que eles têm. O Brasil importa 36%. É uma relação importantíssima.

Agora, se radicalizarmos e assumirmos atitudes estridentes, ameaçadoras, a racionalidade pode desaparecer do outro lado. Sempre comento que não vai acontecer nada de mal. Tenho a célebre fábula do escorpião e da rã, que todo mundo conhece, a qual mostra que as vezes o irracional ocorre. Como você previne o irracional? Você previne o irracional agindo racionalmente, agindo moderadamente, buscando diálogo, defendendo nosso interesse, mas defendendo o interesse de maneira dialogada, negociada, com fraternidade, num espírito de integração, que é o espírito que nos tem inspirado.

As negociações serão longas, serão difíceis; não será uma coisa que será resolvida imediatamente, tanto sobre preço, como sobre indenização, mas tomo como elementos positivos esses três fatos: primeiro, que todos os pronunciamentos bolivianos, sobretudo depois da reunião de Iguazú, são no sentido de, sim, garantir o fornecimento; segundo que mesmo os pronunciamentos sobre o preço, e não vou entrar em detalhes sobre valores porque não tenho competência, mas todos os pronunciamentos sobre preço têm admitido uma certa negociação, admitido uma certa flexibilidade; e terceiro, há uma admissão, inclusive que está nos jornais de hoje, não me lembro qual, do Ministro de Hidrocarburos da Bolívia, de indenização. Como será a indenização, se irão procurar auditorias, isso nós veremos. Para isso a Petrobras tem bons advogados, o Itamaraty estará dando a cobertura necessária – isso é um processo que ainda vai se desenrolar.

Mas passamos de um clima de confrontação, que é muito ligado a um clima pré-eleitoral lá, para um clima de diálogo, um diálogo onde ainda surgem umas dissonâncias, mas é um diálogo. Sobre, especificamente, a questão do gás esses eram os comentários que eu gostaria de fazer.

Gostaria de fazer um último comentário, pois esses assuntos estão muito presentes em jornais nos últimos dias, sobre a questão de terras de brasileiros na Bolívia. A realidade tem que ser um pouco melhor conhecida, mas os elementos que eu tenho são mais ou menos os seguintes: há duas coisas que precisam ser separadas, podem até se misturar um pouco, mas elas são distintas, que são os sojicultores brasileiros que adquiriram terras na Bolívia, que são hoje responsáveis por 40% da produção e 60% da exportação de soja da Bolívia, que vão enfrentar problemas por causa da soja subsidiada norte-americana na Colômbia, que é uma situação que não envolve um grande número de pessoas, mas interesses econômicos importantes. Ao que me consta, a maior parte dos empregados desses brasileiros são bolivianos, mas haverá brasileiros também. E há também a situação de um número que eu tenho visto oscilar muito, até porque é meio sazonal, que varia entre dois mil e cinco mil, que é o número de brasileiros na província de Pando, próximos à fronteira, em relação aos quais recentemente houve até incidentes. O que tem ocorrido e o que nós temos feito? De um modo mais amplo, tem sido colocado que a reforma agrária é um dos objetivos do Governo boliviano. Tem sido colocado, também, tanto publicamente quanto privadamente, nas gestões que temos feito – não estamos deixando de advogar, embora não necessariamente o tempo todo de público – que a ênfase será em propriedades improdutivas ou que não estejam de acordo com a lei boliviana. Improdutivas certamente as brasileiras não são, pois se são responsáveis por 60% da exportação são muito produtivas. De acordo com a lei boliviana, a maioria, pelo que nós sabemos, tem títulos legais de propriedade e nós daremos assistência necessária aos brasileiros para que essas questões se clarifiquem.

Com relação aos outros, que são de Pando, onde há uma mistura, pois há trabalhadores que vão colher castanhas ou explorar madeira e ficam, e alguns se transformam em posseiros e acabam tendo alguma

presença mais permanente, essa situação é mais indefinida. O que nós temos feito? Isso foi colocado pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quando esteve lá em uma missão de cooperação técnica – uma missão, aliás, importante, porque envolveu Secretários Executivos de vários ministérios, à luz do nosso acordo recíproco para tratar de migração. Há sessenta ou setenta mil bolivianos em estado que não seria legal a não ser por esse acordo. Então, estamos esperando que se aplique a reciprocidade, que não haja uma exigência de documentos dos brasileiros discrepante da exigência que fazemos aqui aos bolivianos que estamos, aos poucos, tentando integrar ao mercado de trabalho formal.

Gostaria, também, de fazer duas reflexões finais. Uma é a questão da dependência ou não do Brasil, e diria que aí há dois caminhos. Primeiro, não é uma dependência, é uma interdependência. Sim, é uma vulnerabilidade, que não é tanto nem política pelo que o Evo Morales possa fazer, ou outro presidente da Bolívia possa fazer, mas é também até em função de desastres naturais. Enfrentamos, há pouco tempo, uma situação de preocupação em função da destruição, da avaria, provocada por tempestades, numa planta que separa o gás de outros elementos. As tempestades podem ser naturais, sociais ou políticas e, durante governos imediatamente anteriores, nós enfrentamos constantemente situações de piqueteiros, grevistas, pessoas que barravam a saída de caminhões, e sem a saída de caminhões com os elementos líquidos não poderia vir o gás para o Brasil. Então, há uma situação que é obrigação nossa tratar e que o Presidente Lula está tratando, que é aumentar a nossa própria capacidade no Brasil de suprimentos alternativos. Temos que investir nisso, certamente, e também diversificar as nossas fontes supridoras. Nisso, a atuação diplomática do Brasil já criou uma ponte e pode fortalecê-la. Como? Outro dia, conversando, o nosso Ministro de Minas e Energia ligando para o Ministro da Nigéria, ligando para o Ministro da Argélia, diretamente, porque há

hoje uma relação de intimidade com esses países que permite essa relação e temos também um outro grande produtor, não posso aqui falar pela Petrobras, não sei qual é o gás mais barato, qual é o melhor, isso eu não posso dizer. Mas, por exemplo, na compra de gás natural liquefeito, que implica naturalmente investimentos, inclusive em plantas de regaseificação no Brasil, que devem ser feitos. Por exemplo, o Catar, um país árabe em que acabamos de abrir uma Embaixada, é um país que é um grande produtor. Se a Petrobras terá um interesse lá eu não sei, ou se ficar mais interessada na Argélia ou Nigéria eu também não sei, aí são decisões técnicas. Porém, o quadro diplomático está criado para isso.

Temos intenção de fortalecer isso. O Itamaraty já teve uma Divisão de Energia, em um nível de Conselheiro, e eu estou querendo criar – preciso contar com o apoio dos Senhores Senadores para os pouquíssimos DAS que o Itamaraty está pedindo, e se não tiver o apoio terei de encontrar outra forma, mas vai ser dolorosa. Mas estou

querendo criar um Departamento de Energia. Acho que é algo muito importante. Não é só para tratar de gás, é para tratar de gás mas também de etanol, biodiesel. A energia está na pauta internacional, está na pauta do presidente Bush, está na pauta do gasoduto da Rússia que atravessa a Ucrânia, está na pauta ambiental. Então o Departamento de Energia é algo que se impõe, sendo minha intenção criar um Departamento de Energia no Itamaraty, uma Divisão de Energias Renováveis, outra de Energias Fósseis, etc. Acredito que temos esses papel, o Itamaraty pode ajudar, não na definição, mas na execução da política energética, contribuindo para a diversificação de fontes, sem abandonar a integração sul-americana, que continuará a ser um objetivo, um objetivo de muitos governos – o Presidente Sarney está aqui e não me deixa mentir –, sendo enfatizado no atual, mas certamente continuará a inspirar as nossas políticas. Se me permitirem citar os dois Roosevelts, a política brasileira nunca será a do porrete, será sempre a da boa vizinhança.

IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como expositor na II Sessão de Trabalho da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Viena, Áustria, em 12 de maio de 2006

Senhoras e senhores,

São muitos os valores e os projetos que vinculam a Europa, a América Latina e o Caribe.

Nossas regiões vêm aprofundando seus processos de integração. É um objetivo maior não apenas dos governos mas, sobretudo, de nossas sociedades.

Estamos empenhados nas negociações do acordo entre o Mercosul e a União Européia. Deve prevalecer uma visão política dessa aproximação, de seu sentido estratégico e de seus resultados positivos de longo prazo.

Senhoras e senhores,

Desde que assumi a Presidência do Brasil, defini que a prioridade máxima de meu governo deveria ser a promoção do desenvolvimento com justiça social. Decidimos combater de frente o flagelo da fome e da pobreza.

Garantimos, em primeiro lugar, um ambiente econômico propício ao crescimento. Temos uma política econômica responsável. Hoje, a inflação está definitivamente controlada.

A disponibilidade de crédito é maior. O poder de compra do consumidor mais pobre aumentou significativamente. Criaram-se cerca de 4 milhões de empregos formais.

Houve substancial redução do trabalho

infantil. Nossos indicadores sociais mostram uma evolução notável. A concentração de renda diminuiu, caiu a taxa de analfabetismo, aumentou o nível de escolaridade da população brasileira. O número de pobres e extremamente pobres também tem caído. Isso contribui para a inclusão social e a universalização de direitos.

O Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda já executado no país, está presente em todos os municípios brasileiros. As políticas de proteção e promoção das famílias pobres no Brasil beneficiam mais de 9 milhões de famílias. Esperamos, até o final deste ano, atingir o total de famílias abaixo da linha da pobreza.

Senhoras e senhores,

A luta contra a miséria não pode ficar restrita a ações internas de nossos países. A comunidade internacional precisa se mobilizar.

Com o apoio de meus companheiros da França, do Chile e da Espanha, além do Secretário-Geral das Nações Unidas, lançamos, em 2004, a Ação contra a Fome e a Pobreza. Estimulamos discussões sobre mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento. Vários países, como o Brasil, já estão colocando em prática contribuição sobre passagens aéreas ou medidas equivalentes.

Mas estas ações não são suficientes. Para atacar de frente a fome e a pobreza precisamos, também, do comércio internacional. O comércio deve contribuir para o desenvolvimento ao invés de obstruí-lo. Somente com um comércio verdadeiramente livre de entraves e subsídios é que poderemos integrar milhões de seres humanos à economia mundial. Para isso, devemos corrigir os profundos desequilíbrios que hoje permeiam as trocas comerciais, penalizando os mais pobres.

A Rodada da OMC é a melhor chance que temos para reduzir ou eliminar subsídios, abrir mercados, aumentar a riqueza e gerar empregos. Cresce na comunidade internacional o sentimento de que os subsídios agrícolas, que já sabíamos serem imorais, são também ilegais. Os países que mantêm esses privilégios estão, na verdade, produzindo pobreza nos países em desenvolvimento. Viciam os agricultores ineficientes dos países mais ricos e penalizam os consumidores mais pobres em todo mundo.

O protecionismo agrícola dos países ricos é uma das formas mais injustas de depressão das condições de vida do mundo em desenvolvimento. Os que mais sofrem são os pequenos agricultores, grande parte deles na África, que não podem competir com os subsídios. Seus produtos nunca chegam ao mercado. Até quando vamos tolerar essa situação perversa?

Dependem de nós as decisões que podem reverter esse quadro. Com a eliminação efetiva dos subsídios e a abertura de mercados do mundo rico, os países em desenvolvimento vão exportar mais. Aqueles que ainda não exportam produtos agrícolas vão finalmente conseguir fazê-lo, diversificando suas estruturas produtivas. O efeito será multiplicador.

Sabemos das dificuldades políticas de alguns países em fazer as reformas necessárias. Mas a fome e a pobreza não podem ser o preço a pagar.

Na Conferência de Hong Kong ocorreram avanços importantes, mas não suficientes. As negociações em Genebra não estão produzindo os

resultados esperados. Prazos acordados não foram cumpridos. Os riscos são evidentes. Os negociadores, por si mesmos, não estão em condições de fechar um acordo final.

Contornar esse impasse com um acordo pouco ambicioso seria ainda pior. Perderíamos a oportunidade de tornar mais eqüitativas as regras do comércio internacional. Esse não é um cenário aceitável. Para obter um resultado equilibrado e satisfatório, será fundamental que cada um faça a sua parte.

O acordo final que desejamos para a Rodada Doha deve ter presente um cenário no qual as concessões devem ser diretamente proporcionais ao nível de riqueza. Os países ricos deverão fazer os maiores gestos. Os países em desenvolvimento darão passos significativos, segundo suas possibilidades. E os países mais pobres, dentre os pobres, não terão custo algum. Ao contrário, receberão benefícios concretos e inversamente proporcionais ao seu nível de riqueza. Afinal, esta é uma Rodada para o Desenvolvimento.

Estamos dispostos a fazer movimentos na área industrial e de serviços, desde que haja avanços realmente significativos na liberalização do comércio em agricultura. Não podemos ter a ilusão de que concessões dos países em desenvolvimento terão o efeito de desbloquear as negociações.

A principal responsabilidade recai sobre os países ricos. Não se pode mais aceitar pretextos para o imobilismo. Estou convencido de que chegou a hora de envolver diretamente os líderes para desbloquear as negociações. Somos nós, os mandatários, que podemos dar impulso político ao processo.

Sugeri a realização de uma Cúpula especial para tratar da Rodada. Venho conversando com diversos líderes. Em fevereiro, discutimos o assunto em Pretória, na Cúpula da Governança Progressista. O mesmo tenho feito aqui em Viena. Na reunião do G-8, em São Petersburgo, em julho, poderemos ser porta-vozes desse sentimento.

Temos que manter elevado nosso nível de

ambição. O êxito da Rodada vai fortalecer a governança global. O que está em jogo é o futuro do multilateralismo. Se não formos capazes de tornar o comércio internacional mais livre e mais justo, como poderemos resolver, de forma coletiva e eficaz, desafios mais complexos como o combate ao

terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa e o armamentismo?

Não há tempo a perder. Convoco todos os líderes a se juntarem nesse esforço.

Muito obrigado.



Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, em Brasília, em 23 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Roland Pierre,
Ministro do Planejamento e Cooperação
Internacional do Haiti,

Embaixador José Miguel Insulza, Secretário-
Geral da OEA,

Embaixador Juan Gabriel Valdés,
Representante Especial do Secretário-Geral da ONU
para o Haiti,

Embaixador Edmond Mulet-Lesieur,
Representante indicado pelo Secretário-Geral da
ONU para o Haiti,

Senhores Representantes de governos
amigos,

Senhores Diretores de Organismos e Bancos
internacionais,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que o Brasil acolhe
esta primeira reunião de representantes de países e
organismos internacionais doadores depois da posse
do Presidente Préval.

O Brasil foi dos primeiros países a responder
ao chamado das Nações Unidas para a estruturação
de uma presença internacional no Haiti. Naquele
momento, há cerca de dois anos, o Haiti enfrentava,
uma vez mais, uma situação de profunda instabilidade,
com grandes custos econômicos, sociais, e,
principalmente, humanos. Era imperativo retomar o
processo democrático, com a realização de eleições

livres, gerais e transparentes.

Ao responder ao chamado da ONU, o Brasil
entendeu que a situação do Haiti não se resumia a
um problema de restauração da segurança pública.
Na origem da crise de segurança existia, a nosso ver,
um problema mais sério de pobreza, injustiça social
e debilitação das estruturas do Estado.

Diferentemente de ocasiões anteriores, desta
vez procuramos trabalhar simultaneamente em três
vertentes interdependentes e igualmente importantes:
a manutenção da ordem e da segurança; o diálogo
político, com vistas à reconciliação nacional; e a
promoção do desenvolvimento econômico e social.
Creio que estamos no caminho certo.

O Brasil aceitou enviar tropas e assumir o
comando militar da Minustah (Mission des Nations
Unies pour la stabilization en Haïti) em primeiro lugar
por tratar-se de uma operação decidida pelo Conselho
de Segurança, único órgão com legitimidade para
determinar a presença de tropas estrangeiras em um
país soberano.

Também nos animou o natural sentimento de
solidariedade regional, e afinidades de natureza
cultural e étnica que justificam um maior envolvimento
de países da América Latina e do Caribe no Haiti.

O Brasil sempre buscou estabelecer pontes
para a retomada do diálogo entre o Haiti e os países
da região, muito especialmente os países do Caribe.

Por isso, saúdo a decisão da CARICOM de reintegrar o Haiti à Comunidade, já na sua próxima reunião de Cúpula, no mês de julho.

Por isso também defendemos a presença da ONU no Haiti, e defendemos que essa presença se caracterizasse por um forte componente latino-americano e caribenho. Creio que esse mesmo sentimento animou países como a Argentina, o Chile, o Peru, o Uruguai, a Guatemala, o Equador, Paraguai e El Salvador a enviarem tropas para o Haiti.

Quero aproveitar esse momento para transmitir nosso reconhecimento pelo valioso trabalho do Embaixador Valdés à frente da Minustah ao longo dos últimos dois anos. Gostaria de saudar, também, a indicação do Embaixador Edmundo Mulet, da Guatemala, para sucedê-lo. A escolha de um ilustre guatemalteco reforça nossa convicção sobre a importância do apoio de nossa região para a reconstrução do Haiti.

Paralelamente à nossa participação na Minustah, começamos a trabalhar em projetos de cooperação e nos engajamos em uma intensa campanha internacional pela obtenção dos fundos necessários e a liberação dos fundos já existentes, mas ainda bloqueados, à retomada do desenvolvimento no Haiti.

De nossa parte, além de contribuir com fundos para a organização das eleições, realizadas sob a eficiente supervisão da OEA, estamos implementando treze projetos setoriais de cooperação em áreas de imediato impacto social, como o desenvolvimento da produção agrícola, a distribuição de merenda escolar, o combate à discriminação de gênero, e o treinamento de bombeiros, entre outros.

Gostaria de destacar, por um aspecto pioneiro que tem como cooperação Sul-Sul, o projeto financiado pelo Fundo IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul, de combate à fome e à pobreza, na área de manejo de dejetos urbanos. Esse projeto já começa a dar seus primeiros passos.

Outra ação inédita que tomamos foi com o Banco Mundial, que, pela primeira vez, está co-

financiando um projeto de cooperação envolvendo dois países em desenvolvimento.

Nossa cooperação com o Haiti não se deu sem alguma resistência interna. Afinal, o Brasil é também um país com enormes carências sociais. Com grandes dificuldades, inclusive na área de segurança. Mas essa é uma lição que aprendi com os próprios brasileiros de origem mais humilde. Não é preciso ser rico para ser solidário.

Creio que a contribuição do Brasil foi importante para que, hoje, o Haiti tenha uma perspectiva de futuro.

Nada mais natural, portanto, do que o Brasil acolher esta reunião, que buscará avaliar a cooperação internacional no Haiti nos últimos dois anos, e definir rumos a serem seguidos, a partir das prioridades definidas pelo novo governo haitiano.

Esta reunião também deverá preparar a Conferência de Doadores, a ser realizada em julho, em Porto Príncipe. É fundamental manter essa dinâmica e demonstrar que a comunidade internacional continuará ao lado do Haiti.

A presença da Minustah no Haiti continuará sendo necessária. O próprio Presidente Préval afirmou desejar que as tropas da ONU permaneçam no país. Mas o Presidente Préval também deixou claro que os termos do mandato da Minustah devem ser reformulados, tendo em mente a nova situação. Nas palavras do presidente, “bulldozers e betoneiras devem ocupar o lugar dos carros de combate”.

O Haiti precisa de um novo paradigma de cooperação internacional, com ênfase em projetos que produzam resultados focalizados no combate à pobreza e fortaleçam a capacidade do Estado de prestar serviços à população. Ao mesmo tempo, a comunidade financeira internacional deve compreender a especificidade da situação haitiana, e adaptar certos requisitos burocráticos, talvez em si mesmo válidos, mas que no passado freqüentemente sacrificaram as possibilidades de uma real cooperação com este que é o único país de menor desenvolvimento relativo do nosso continente.

Acreditamos que um bom caminho para o aperfeiçoamento do Quadro de Cooperação Interina seja o Programa de Parceria Sustentável proposto pelo novo governo haitiano. Também é bem vindo o documento sobre a Estratégia Interina para a Redução da Pobreza preparado pelas novas autoridades haitianas.

Queria dizer também que nós no sul do continente – em breve estará se juntando a nós o Ministro argentino, como está aqui também o Vice-Ministro chileno –, um grupo de três países, Brasil, Argentina e Chile, estamos muito empenhados em contribuir. Há outros ainda, vejo aqui a Vice-Ministra do Uruguai, o Paraguai também – mas Brasil, Argentina e Chile recentemente enviaram uma missão ao Haiti com o objetivo de ajudar na própria organização administrativa, a pedido do Presidente Préval. Creio que este é um exemplo daquilo que dissemos em muitas ocasiões, inclusive nos momentos mais difíceis dessa operação, que é preciso latino-americanizar o Haiti. Naturalmente quando digo latino-americanizar isso inclui o Caribe. O Haiti não pode, não deve e não é mais visto como o filho enjeitado da América Latina e do Caribe.

Senhoras e Senhores,

O povo e as forças políticas haitianas deram uma demonstração exemplar de que estão dispostos a enfrentar os desafios para a renovação de sua sociedade. Cumpriram amplamente sua parte, por meio da realização de eleições presidenciais e legislativas justas e livres. O comparecimento às urnas, principalmente nas eleições presidenciais,

demonstrou o compromisso dos haitianos com um futuro de paz e democracia. Recebemos, também, com satisfação a abertura que o Presidente Préval tem dado às diversas lideranças do país, essencial para um verdadeiro processo de reconciliação nacional com espírito pluralista.

O Haiti pode contar com o Brasil. O Presidente Lula assegurou pessoalmente ao Presidente Préval, em sua recente visita ao Brasil, na condição, então, de Presidente eleito, que o compromisso do Brasil com o Haiti é duradouro. Estaremos ao lado do Haiti enquanto for o desejo do seu governo, do seu povo.

Não há tempo a perder. Existe, hoje, talvez, uma chance única de reconstrução e reconciliação nacional desse país irmão. Esse é um teste para o povo e o governo haitianos, mas é também um teste para a comunidade internacional.

O mais famoso romance haitiano, “Gouverneurs de la Rosée”, de Jacques Roumain, termina com uma frase de um extraordinário otimismo, quase que um hino à vida, que eu gostaria que nos inspirasse neste esforço conjunto pelo desenvolvimento do Haiti. Depois de grandes sofrimentos e da morte do herói, sua viúva consegue realizar os sonhos pelos quais ele lutou e, respondendo aos lamentos da mãe do marido morto, diz “Não, ele não morreu. E pega na mão da velha senhora e a pressiona levemente contra seu próprio ventre, onde se agitava a vida nova”. A comunidade internacional está aqui, como a heroína de Jacques Roumain, sentindo agitar-se a vida do novo Haiti.

Muito obrigado.



Visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem ao Presidente da França, Jacques Chirac, durante jantar no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 25 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Jacques Chirac,
Presidente da República Francesa,

Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal,

Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados,

Meus companheiros Ministros Celso Amorim e sua esposa Ana; Furlan e sua esposa Ana,

Demais ministros,

Governador do Estado do Amapá,

Ministros da França,

Ministros do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Combinei com o meu amigo Jacques – ele não quer que eu o chame de presidente Chirac – que não iríamos fazer discursos, porque já conversamos muito sobre negócios. Mas eu não poderia deixar de dizer ao Presidente Chirac e ao meu amigo Jacques, o carinho que nós, brasileiros, temos pela França. Muitos companheiros do meu governo já viveram na França, já estudaram na França. A Revolução Francesa é um marco na história da humanidade, é o símbolo da conquista da democracia nesses tempos de sociedade moderna e, sobretudo, a deferência e o carinho com que fomos recebidos na França no ano passado, quando participamos das comemorações da Independência e do Ano do Brasil na França.

Naquela oportunidade, fiz um discurso na Casa do Governo Francês, quando participávamos de uma atividade que tinha muita gente. Naquele dia, descobri que a relação de governo para governo e de Estado para Estado não tem compromisso ideológico. E que quando um Estado se relaciona com outro Estado, o que vale, na verdade, é o tratamento entre as duas Nações, os compromissos entre as duas Nações. Eu, que visito a França há muito tempo, desde 1980, quando era dirigente sindical, tive, no tratamento do Presidente Chirac, o tratamento de uma pessoa diferenciada, de uma pessoa que sabia, antes de tudo, exercer o papel de chefe de Estado e dar um tratamento a uma pessoa que ele nem conhecia, que certamente ele sabia que era sindicalista, portanto, de uma origem diferenciada, como poucas vezes eu recebi esse tratamento em qualquer momento da minha vida na Presidência da República.

Fiz questão de receber o Presidente Chirac na minha casa. Não no Palácio de Governo, mas na morada do Presidente da República, para dizer ao presidente Chirac que a relação do Brasil com a França é uma relação muito forte, não apenas na questão comercial, mas na questão política e na questão cultural, onde a França tem muito a ensinar ao Brasil, o Brasil tem muito a aprender com a França e também ensinar um pouco dos nossos 500 anos

de história. Eu quis, sobretudo, demonstrar ao Presidente Chirac o respeito, o carinho e a amizade pessoal que tenho por ele e que tenho pela França.

França e Brasil podem fazer muito mais; nós somos gratos por toda a compreensão que a França tem do papel do Brasil no mundo, e essa amizade só tende a crescer. O Brasil deseja ter uma participação na política mundial mais exitosa. Temos consciência da nossa importância na América do Sul, temos consciência do papel que podemos exercer no mundo com muita humildade, mas, ao mesmo tempo, com muita altivez.

Eu digo sempre, aqui no Brasil, que sou filho de uma mãe analfabeta, de pai analfabeto, que nasceram e morreram analfabetos. Meu pai se dava o luxo de comprar jornal todo dia e ir trabalhar fingindo que estava lendo o jornal; não sabia diferenciar uma única letra do jornal, mas comprava o jornal todo dia. Foi desse casal e, sobretudo da minha mãe, que eu aprendi a grande lição: andar de cabeça erguida, respeitar-se para ser respeitado. E durante muito tempo, essa imensa Nação chamada Brasil não se respeitou. Muitas vezes já íamos para uma reunião como se fôssemos cidadãos de segunda classe, e foi o presidente Chirac que me deu a primeira chance.

Eu tinha alguns dias de governo quando fui convidado para ir a Evian. Foi o meu primeiro encontro com os mitos da política mundial. Estavam lá o Koizumi, Jacques, Bush, Tony Blair, Hu Jintao, o presidente Fox, o presidente da Índia da época. E eu me perguntava o que um metalúrgico fazia no meio de tanta gente importante. Aí, eu me dei conta de que eu era tão importante quanto aqueles mitos, de que eu também era presidente de um país não menor do que nenhum que estava lá. E comecei a me sentir

mais igual, venci mais preconceitos e passei a perceber que o Brasil poderia ser mais respeitado no mundo, que o Presidente do Brasil poderia ser mais respeitado no mundo, e que os funcionários do Brasil que viajassem o mundo deveriam se fazer respeitar.

Ainda recentemente eu participei do Dia do Diplomata. E disse aos jovens diplomatas brasileiros: se vocês querem ser respeitados, respeitem-se, porque nenhum interlocutor respeita quem não se respeita. Andar de cabeça erguida é uma conquista que eu aprendi de uma mãe analfabeta, que é o maior legado que o ser humano pode receber. E foi numa reunião em Evian que eu aprendi que o Brasil não era menor do que ninguém – mas também não era melhor –; éramos iguais, cada um representando a sua Nação, cada um representando o seu povo, cada um vivendo os seus problemas.

Por isso, a vinda do Presidente Chirac ao Brasil é muito importante. É uma visita que marca as visitas de tantos chefes de Estado que recebemos aqui, nesses 43 meses de governo. Portanto, sou muito grato à relação da França com o Brasil, ao tratamento especial que os franceses dão ao Brasil, ao tratamento carinhoso e generoso do Presidente Chirac. Só não gostei do beijo que ele deu na mão da Marisa, porque não trouxe a sua esposa aqui para que eu retribuísse o beijo.

Mas, de qualquer forma, Presidente Chirac, fique certo de que o respeito e o carinho que nós, brasileiros, temos pela França, e o respeito e o carinho pessoal que eu tenho por Vossa Excelência merecem que eu possa convidá-los, de pé, a fazer um brinde ao Presidente Chirac e ao povo francês.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, em Brasília, em 31 de maio de 2006

Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia,

Senhores integrantes das delegações da Comissão Europeia e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas.

É uma satisfação muito especial poder receber novamente no Brasil o meu amigo, presidente Durão Barroso, agora como Presidente da Comissão Europeia.

Nos últimos anos, o Brasil e a União Europeia vêm aprofundando o diálogo e a cooperação nos campos político, econômico e da ciência e tecnologia. Temos sólida base de valores comuns: o compromisso com a democracia, o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento com justiça social e a primazia do multilateralismo.

Na reunião de trabalho com o presidente Durão Barroso, passamos em revista a cooperação bilateral e discutimos a criação de mecanismos de diálogo. Estamos decididos a reforçar nossa parceria em matéria social, em ciência e tecnologia, turismo, segurança energética, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Coincidimos que as energias renováveis, por sua importância econômica e ambiental, devem

merecer nossa especial atenção. O Brasil recebeu com entusiasmo a proposta europeia de um diálogo reforçado sobre biocombustíveis. Estamos prontos para intercambiar experiências, cooperar no desenvolvimento de tecnologias e promover a utilização mundial dos combustíveis renováveis. Queremos, também, avançar em programas de cooperação triangular, em benefício dos países da África e do Caribe.

Recebemos com satisfação o convite europeu para participar do Programa Galileo, de navegação por satélite, e do ITER, para a construção de um reator a fusão nuclear na produção de energia.

O Brasil acompanha com grande interesse o Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia para o período de 2007 a 2013. Queremos desenvolver um trabalho conjunto nas áreas de saúde, alimentação, biotecnologia e nanotecnologia, entre outras.

Meu caro Presidente,

A União Europeia é um dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil. Em 2005, exportamos 27 bilhões de dólares para o mercado europeu. Isso representa 22% de todas as nossas exportações. E importamos cerca de 18 bilhões de dólares, cerca

de 25% das compras externas brasileiras.

Contamos com um estoque de investimentos europeus no Brasil da ordem de 150 bilhões de dólares. O Brasil reúne hoje todas as condições para atrair uma nova leva de inversões produtivas. Os esforços de ampliação e modernização de nossa indústria e da infra-estrutura abrem grandes e novas oportunidades de negócios.

Trocamos idéias sobre o processo de integração da América do Sul e da Europa. Disse ao meu amigo Durão Barroso que, apesar das vicissitudes e assimetrias, e a despeito do ceticismo de alguns, estamos construindo um espaço econômico integrado, que oferece um horizonte ampliado para o comércio e a cooperação.

Nossa região tem acompanhado com interesse a evolução da Europa no caminho da integração, seus avanços e também ocasionais recuos. A persistência e a visão de futuro que têm tido os seus líderes, em todos os momentos, mesmo os mais difíceis, servem de inspiração ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações.

O Brasil segue empenhado na conclusão exitosa das negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Européia. Tenho certeza de que, com pragmatismo e realismo, chegaremos a um acordo ambicioso e equilibrado até o final deste ano.

Como indiquei ao Presidente Durão Barroso, este acordo tem significado econômico e estratégico para o futuro do Mercosul e para as relações entre os dois dos maiores blocos econômicos do mundo.

Mas agora nossas atenções têm que se concentrar prioritariamente na OMC. A Rodada de Doha constitui oportunidade ímpar para tornar o comércio internacional um instrumento eficaz para o

desenvolvimento. Somente com um comércio verdadeiramente livre de barreiras e subsídios distorcivos poderemos integrar milhões de seres humanos à economia mundial.

É fundamental que cada um faça a sua parte, proporcionalmente às suas capacidades. O Brasil está fazendo a sua. Mas os maiores gestos têm que vir sempre dos países ricos. O acesso aos mercados agrícolas é muito importante, mas ainda mais fundamental é a eliminação das distorções causadas pelos subsídios agrícolas.

Sabemos que o sucesso das negociações comerciais é crucial para o fortalecimento da governança global e para o desenvolvimento dos países mais pobres. O que está em jogo, em última análise, é o futuro do multilateralismo. Por isso, tenho insistido que os líderes políticos assumam plenamente suas responsabilidades neste processo. Disse ao meu amigo Durão Barroso que a reunião do G-8 é, possivelmente, a última chance de acordarmos as linhas gerais de um pacote ambicioso e equilibrado. O envolvimento dos líderes tem que dar impulso às negociações.

Meu caro amigo Presidente Durão Barroso,

As relações entre o Brasil e a União Européia demonstram um nível excepcional de maturidade e dinamismo. Estamos agora trabalhando para que elas venham a atingir a condição de “parceria estratégica”. Certamente, esta visita é a melhor expressão do interesse mútuo em alcançar um patamar superior de interação e coordenação entre a União Européia, Brasil, Mercosul e América do Sul.

Muito obrigado.

Sessão Plenária de abertura da Reunião do Grupo de Supridores Nucleares

Discurso do Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para Desarmamento e Não Proliferação, durante a sessão plenária de abertura da Reunião do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), em Brasília, em 1º de junho de 2006

Distinguished delegates, members of the Nuclear Suppliers Group,

First of all, I want to extend to you a warm welcome to Brasília. The Brazilian Government is proud to receive this year's NSG Plenary meeting in the headquarters of our Ministry of Foreign Affairs. We want to thank our predecessor in the chair, Norway, in the person of Ambassador Roald Naess, as well as the chairman of the Consultative Group, Mr. Richard Goorevich, for the work done in the last year. They have both set a high standard for your task.

The first years of this new millenium confirmed a trend of the impressive spread of nuclear technologies and the increase in the use of nuclear energy in civilian activities.

Besides being a safe, reliable and cost effective source for electric energy generation, with almost no greenhouse gas emissions – a central concern in the post-Kyoto world –, nuclear applications are widespread in medicine, industry, agriculture, environmental protection and water resources management. No society can afford not to make use, to a certain extent, of nuclear technologies.

At the same time, the spread of nuclear technology and know-how and of uses of nuclear

energy raised a legitimate concern by the international community with the risks of nuclear proliferation and brought out the need for more effective assurances that these technologies will be used only for peaceful purposes.

These risks have been heightened by the possibility that non-state actors may gain access to radiological or even nuclear technology, equipment or materials. The acknowledgment by some States that they have conducted or developed nuclear programs, non declared to the International Agency of Atomic Energy (IAAE), and the unveiling of a clandestine network for the illicit traffic of nuclear technologies, equipment and material highlighted the need for a collective effort to strengthen the international disarmament and non proliferation regime.

It is true that the development and use of nuclear technologies, essential for the development of our societies, imply an inherent risk of proliferation. That is why the essential foundation that made the NPT possible – which remains to this day the cornerstone of the disarmament and non proliferation regime – are the twin shared goals of “development” and “security”. Therefore, our collective efforts to strengthen the regime must strive to reach a balance

between these intertwined goals – development and security.

Attaining this balance, however, should not mean imposing a limitation on the inalienable right of all members of the NPT to develop and use nuclear technologies or energy for peaceful purposes.

Distinguished delegates,

The response by the international community to these new challenges and threats has taken mostly an ad hoc character. Rather than a systematic collective effort, these actions by both States and multilateral institutions have tended to be uneven and uncoordinated.

We have undeniably made a considerable effort to strengthen the safety and security of nuclear and radiological sources, adopted new and broader international instruments to deal with nuclear terrorism, and heightened export controls standards. Those were, no doubt, important steps. And, maybe more importantly, all of them have been decided upon by consensus: an unequivocal sign of the common concern of the international community.

However, further efforts are needed to control the systems of transactions of nuclear and radiological material, equipment and technologies, including the monitoring and verification of atypical financial flows. United Nations Security Council Resolution 1540 must be viewed, in this context, as a positive step, having launched a process that may lead to the perfecting of national control systems.

The NSG has, in this regard, an essential role to play. All of us, members of this Group, gathering States possessing advanced technology in this field, have a shared responsibility. And the NSG is responding accordingly. Efforts to tighten our Guidelines, increased coordination through the information sharing process, and systematic “outreach” activities are clear indications of our commitment to improve efficient exports controls and non proliferation principles.

But this is clearly not enough. At another, more general level, collective and systematic efforts are

needed to adapt the disarmament and non proliferation regime to emerging challenges and threats. Disarmament and non-proliferation are mutually reinforcing processes. It is not reasonable to expect to enforce a sustainable and long term non-proliferation strategy if simultaneously concrete measures in the field of nuclear disarmament are not taken. This was, and continue to be, in our view, the understanding that paved the road for the successful outcome of the 2000 Review Conference of the NPT.

Distinguished delegates,

Brazil is honored to take over the Chair of the NSG. We accepted this responsibility quite conscious of the fact that this is a moment when the NSG is called to adapt, and strengthen, its collective action in a changing international context.

Brazil has been an active member of this Group since joining it in 1996. Brazil has a consistent and long standing record in support of nuclear disarmament and non-proliferation. We have a sound, complex and broad nuclear program, which encompasses the whole process from uranium mining to the production of fuel for our two nuclear power plants and several research reactors.

We signed and ratified the Tlatelolco Treaty, which created the first inhabited nuclear weapon free zone in the world, the NPT and the CTBT. Besides our full scope safeguards agreement with the IAEA, we have created with Argentina the Brazil-Argentine Agency of Accountability and Control (ABACC), which increases transparency in both our nuclear programs.

Brazil has developed an efficient export control system, whose guidelines have been reported to the 1540 UNSC Resolution committee, its focal point is an agency of the Brazilian Ministry of Science and Technology. Besides this specific mechanism of control, other governmental participants come into play, according to their competence, in each transaction of nuclear material made in Brazil.

It is also important to highlight that beyond

law enforcement and exports control, the Brazilian government has developed the National Program of Sensitive Goods (PRONABENS). The Program allows the government to better explain the functioning of our system as well as to raise awareness on the dreadful implications of proliferation.

Distinguished delegates,
Brazil will do to its utmost to discharge the duties of the NSG Chair for 2006/2007. We count on your support and guidance to reach our common objectives.

I wish you all a very successful meeting.



Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre o HIV/AIDS da Organização das Nações Unidas

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim nas Nações Unidas na Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre o HIV/AIDS, em Nova York, em 2 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Desejo expressar meu apoio ao pronunciamento do Ministro da Saúde da Guiana, em nome do Grupo do Rio.

A Declaração de Compromisso de 2001 foi um marco na luta contra o HIV/AIDS. Contrariamente ao que se pensava naquela época, a comunidade internacional percebeu que uma estratégia efetiva para combater essa pandemia tinha de incluir o acesso universal ao tratamento – juntamente com prevenção, assistência e apoio.

Também se tornou claro que o custo do tratamento não pode ser um impedimento ao acesso por parte das pessoas pobres, especialmente nos países em desenvolvimento, aos medicamentos que podem salvar vidas. Eu quero agradecer o Secretário-Geral por sua visão e liderança nesse campo.

Esses dois pressupostos sempre foram evidentes no Brasil. Desde que os primeiros anti-retrovirais apareceram, adotamos uma política de tratamento universal. Os medicamentos são oferecidos de graça para todos aqueles que necessitam.

Segundo estimativas do Banco Mundial, 1,2 milhão de pessoas teriam sido infectadas no Brasil

até o ano 2000. A adoção de uma política baseada em acesso gratuito e universal levou a uma redução significativa nessas estimativas, e o número de pessoas efetivamente infectadas é de 600 mil. O número de mortes relacionadas à AIDS foi reduzido em 50%.

Senhor Presidente,

Desde 2001, a reação à pandemia no mundo tornou-se mais consistente.

Contudo, a questão do tratamento continua sendo um grande desafio. A promoção da iniciativa “3 por 5” guiou-nos na direção de um objetivo mais ambicioso: Acesso Universal ao Tratamento, Prevenção, Assistência e Apoio até 2010.

Eu gostaria de parabenizar o UNAIDS e seu Diretor Geral por seu trabalho nesse processo.

Para assegurar o sucesso dessa iniciativa, precisamos estimular a produção de anti-retrovirais e de princípios ativos nos países em desenvolvimento. Devemos utilizar as flexibilidades previstas pela Declaração Ministerial de Doha e pelos acordos subsequentes sobre propriedade intelectual e saúde pública.

A questão do acesso a baixo custo é crucial. Reconhecemos a importância dos direitos de propriedade intelectual. Mas nenhum direito de

natureza comercial pode ser invocado em detrimento ao direito à vida e à saúde.

Devemos estimular os esforços bilaterais, regionais e internacionais na promoção de licitações em larga escala, negociações de preços e licenciamentos para reduzir os custos de prevenção e tratamento do HIV.

Em parceria com a França, o Chile, a Noruega e outros países interessados, o Brasil engajou-se na iniciativa de estabelecer uma Central Internacional para a Compra de Medicamentos. Seu principal objetivo é fornecer medicamentos em bases regulares e contínuas, a preços mais baixos, para tratamentos contra o HIV/AIDS, malária e tuberculose nos países em desenvolvimento.

Essa iniciativa foi concebida como um projeto piloto no âmbito da “Ação contra a Fome e a Pobreza”, lançada pelo Presidente Lula em setembro de 2004. Convidamos todos os países interessados a unirem-se a nós nessa iniciativa.

Senhor Presidente,

A prevenção é um elemento-chave em uma estratégia integrada. O uso de preservativos permanece sendo uma forma cientificamente comprovada de se evitar a transmissão do HIV/AIDS. Valores morais de cada indivíduo, embora respeitáveis, não podem ser a base para políticas de saúde pública.

A prevenção deve alcançar grupos vulneráveis – homossexuais, usuários de drogas e trabalhadores do sexo – os quais são frequentemente estigmatizados e discriminados em muitas sociedades. Esses grupos devem ser respeitados. Seu acesso pleno aos serviços de saúde deve ser assegurado. A prevenção do HIV/AIDS deve ser parte integrante

dos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Atenção especial deve ser dada às mulheres. Atualmente, a incidência do HIV/AIDS em mulheres tem aumentado.

Senhor Presidente,

O financiamento continua sendo uma questão central. Os doadores devem aumentar o montante de recursos disponíveis, de forma que os sistemas de saúde possam ser fortalecidos e o Acesso Universal ao Tratamento, à prevenção e à assistência ser alcançado até 2010.

As fontes inovadoras têm um papel importante a desempenhar. A Central Internacional para a Compra de Medicamentos é um exemplo do que se pode fazer para transformar intenções em ações nesse domínio.

A África é a região que mais tem sido afetada. Ela deve continuar a merecer atenção prioritária. Os recursos adicionais permitirão à comunidade internacional atender outras regiões também, incluindo países pobres na América Latina e Caribe.

Senhor Presidente,

Ainda há muito o que ser feito, particularmente no apoio à cooperação Sul-Sul.

O Brasil vem implementando projetos de cooperação em mais de 25 países na América Latina e na África. Tais projetos envolvem o fortalecimento das capacidades nacionais, treinamento de recursos humanos e doação de medicamentos anti-retrovirais genéricos.

Compartilhamos a mesma responsabilidade. As vidas de milhões de pessoas dependem das decisões e compromissos que adotarmos hoje.

Obrigado.

Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Segmento de Alto Nível da Primeira Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, Suíça, em 19 de junho de 2006

Mr. President,
Excellencies,
Ladies and Gentlemen,

I come here with a message from President Lula: a message of commitment to human rights in Brazil and in the world at large. Brazil has received with a profound sense of responsibility its election to the Human Rights Council.

The creation of this Council is one of the great achievements of UN reform. We expect that similar progress can be made in other areas, in particular as regards the revitalization of the General Assembly and the representativeness of the Security Council.

Mr. President,

I am particularly pleased to see you, Ambassador de Alba, at the helm of this first Council Session. Apart from being a recognition of your outstanding skills as a diplomat, your election as the first President of the Council pays a well-deserved tribute to the commitment of the Group of Latin American and Caribbean nations to the cause of human rights.

A very concrete example of this commitment has been the dedicated efforts that many countries of our Group have deployed in Haiti. We have been supportive of the struggle of the Haitian people to ensure not only security but development and social welfare, within a democratic framework.

The Human Rights Council must persevere in the pursuit of full respect for human dignity, without preconceived attitudes or political biases. Here, the true voices of the victims of discrimination and human rights violations must be heard.

Six decades of Commission work have provided abundant examples of how counterproductive a purely confrontational strategy may prove. Singling out countries, while leaving aside others for political reasons, leads to isolation and radicalization, as well as a sense of lack of fairness, with no benefit to the victims of abuse.

In human rights, there are neither masters, with nothing to learn, nor pupils, with nothing to teach. We can all learn from each other.

The Human Rights Council should be the place for the encounter of civilizations. Inclusive national societies, capable of dealing with diversity, are those in the best position to grow and prosper. The same applies to the international community.

Human rights and democratic practices imply respect for the will of the citizens: ours as well as our neighbours'. They must contribute to development with social justice. The right to life is paramount. No right of a commercial nature should be invoked against the right to life and health.

Among the several forms of violation of human rights, torture is a particularly abominable one.

Tolerance – it is often said – is one of the virtues of democracy. But even tolerance has its limits. No one, anywhere in the world, can be tolerant in relation to practices of physical or mental ill treatment, which can lead to permanent injury or death, often self-inflicted.

On 26 June, the International Day in Support of Victims of Torture, Brazil will deposit the optional declaration contemplated in the Convention against Torture, allowing the consideration of petitions submitted by individuals.

Hunger and disease can also in their effects be seen as forms of anonymous torture, imposed by unjust societies – or even by the international society itself – on individuals. Those affected by such scourges are in no position to enjoy other civil and political rights. Combating poverty and illness is also a way of promoting human rights and of reinforcing democracy.

This is why Brazil, under President Lula's leadership, has been committed to the design of innovative mechanisms for development financing and to the elimination of historical distortions that affect the international trading system.

This is also the thought behind domestic programmes designed to mitigate and eventually eliminate the effects of poverty and unfair income distribution in our own country. The “bolsa família”, the “electricity for all”, the programmes of support for small farmers, the projects on the elimination of child labour are all part of the effort to alleviate the burden of the poor in Brazil. By fostering education and greater self-reliance, they shall have a structural impact on the possibilities of actual enjoyment of human rights by millions of people.

Human rights must be safeguarded from all forms of discrimination based on race, colour, religion, gender, age, political opinion, social origin, physical capacity or sexual orientation.

I want to agree with my French colleague about the importance of concentrated work on the question of violence against women. Here, as in other

aspects of human rights, impunity remains a major problem.

We are particularly engaged in efforts to combat racism and promote social equality to the Afro-descendant majority in our country. Brazil will be hosting next July the Regional Conference of the Americas against Racism. Also, at the regional level, we have been in the forefront to establish a new and stronger Convention on Racism.

We will conclude Brazil's accession to the main international human rights instruments. We are now in the process of obtaining congressional approval to the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers.

Mr. President,

To meet so many expectations, we need the Human Rights Council to be both effective and proactive. The task of building upon the legacy of the Commission on Human Rights rests on us.

I bear in mind, for instance, the Special Mechanisms system and the wide-ranging, fruitful dialogue between the Commission and non-governmental organizations.

As highlighted by the Secretary General Kofi Annan, it is essential that the Council adopts as soon as possible the International Convention on the Protection of All Persons from Forced Disappearance and a Universal Declaration on the Rights of Indigenous Peoples.

Similarly, the Council should stimulate discussions about an Optional Protocol on the right of petition in cases of violation of cultural, social and economic rights.

The significant participation of civil society representatives in debates and working groups of the former Commission was a very positive aspect. We should strive to ensure an even greater participation by those organizations in the activities of the Council.

Mr. President,

One of the greatest challenges to be faced by

the Council members will be the implementation of the Universal Periodic Review Mechanism. It signals a healthy change of course in relation to the politicized, over-selective focus on the human rights situation in specific countries.

For years Brazil has advocated a truly universal, balanced and unbiased approach to human rights worldwide, by means of a global report to be prepared by an impartial team of UN experts – men and women of undisputed reputation –, based on multilaterally defined criteria and parameters.

All 191 members of the General Assembly should be subject to review on equal footing. This review should not only identify the difficulties, but also point out the good practices which deserve support and dissemination.

Country resolutions would only occur in exceptional cases of gross violations, in situations which are both grave and urgent.

Mr. President,

The creation of the Human Rights Council offers us a unique opportunity to instil new life into the consideration of human rights in the UN system. Our objective must be not so much to condemn, but to promote; not to run after political victories of one sort or another, but to ensure that every individual – man and woman, old and young – can enjoy life free from fear, hunger or disrespect. Cooperation has to take the upper hand over victimization. And ideals – precisely those that were inscribed in the Universal Declaration – must prevail over political expediency.

Thank you.

(Texto em português)

Senhor Presidente,
Senhor Secretário-Geral,
Senhora Alta Comissária,
Senhoras e Senhores,

Venho aqui com uma mensagem do Presidente Lula: uma mensagem de compromisso

com os direitos humanos no Brasil e no mundo em geral. O Brasil recebeu com profundo sentido de responsabilidade sua eleição para o Conselho de Direitos Humanos.

A criação deste Conselho constitui uma das grandes realizações da reforma das Nações Unidas. Mas não pode ser o fim do processo. Esperamos que progressos semelhantes sejam atingidos em outras áreas, em particular em relação à revitalização da Assembléia Geral e à representatividade do Conselho de Segurança.

Senhor Presidente,

Estou particularmente satisfeito em vê-lo na Presidência desta Primeira Sessão do Conselho. Além de representar um reconhecimento de suas excepcionais habilidades como diplomata, a eleição de Vossa Excelência, como primeiro Presidente do Conselho, presta merecido tributo ao compromisso do Grupo das nações latino-americanas e do Caribe com a causa dos direitos humanos.

Exemplo concreto desse engajamento têm sido os dedicados esforços que vários países de nosso Grupo têm feito no Haiti. Temos apoiado a luta do povo haitiano em garantir não apenas segurança, mas também desenvolvimento e bem estar social, em um quadro democrático.

O Conselho de Direitos Humanos deve construir-se sobre as realizações da Comissão. Ele deve perseverar na busca do respeito total da dignidade humana, sem atitudes pré-concebidas ou politicamente tendenciosas. Aqui, as verdadeiras vozes das vítimas de discriminação e de violações dos direitos humanos devem ser ouvidas.

Seis décadas de trabalho da Comissão forneceram exemplos abundantes de como uma estratégia puramente confrontacionista pode provar-se contraproducente. Singularizar países, enquanto outros são deixados de lado por razões políticas, leva ao isolamento e à radicalização, bem como a um sentido de falta de justiça, sem benefícios para as vítimas de abusos.

No campo dos direitos humanos, não há mestres que não tenham o que aprender nem alunos que não tenham nada a ensinar. Todos nós podemos aprender uns com os outros.

O Conselho de Direitos Humanos deve ser o local para o encontro de civilizações. Sociedades nacionais inclusivas, capazes de lidar com a diversidade, são aquelas em melhor posição de crescer e de prosperar. O mesmo se aplica à comunidade internacional.

Direitos humanos e práticas democráticas envolvem respeito à vontade dos cidadãos: à nossa e à de nossos vizinhos. Eles devem contribuir para o desenvolvimento com justiça social. O direito à vida está acima de tudo. Nenhum direito de natureza comercial deve ser invocado contra o direito à vida e à saúde.

Dentre as diversas formas de violação de direitos humanos, a tortura é particularmente abominável. A tolerância – diz-se freqüentemente – é uma das virtudes da democracia. Mas mesmo a tolerância tem seus limites. Ninguém, em nenhum lugar do mundo, pode ser tolerante em relação a práticas de maus tratos físicos ou mentais, que podem levar a danos permanentes ou à morte, freqüentemente auto-inflingida.

Em 26 de junho, Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, o Brasil irá depositar a declaração opcional contemplada na Convenção contra a Tortura, permitindo-se a consideração de demandas submetidas por indivíduos.

A fome e a doença podem também, em seus efeitos, ser vistas como formas anônimas de tortura, impostas por sociedades injustas – ou mesmo pela própria sociedade internacional – aos indivíduos. Aqueles afetados por tais males não estão em posição de usufruir outros direitos civis ou políticos. Combater a pobreza e a doença é também uma forma de promover os direitos humanos e reforçar a democracia.

Essa é a razão pela qual o Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, tem se comprometido

com a elaboração de mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento e para a eliminação das distorções históricas que afetam o sistema internacional de comércio.

Esse é também o pensamento por detrás dos programas domésticos criados para mitigar e futuramente eliminar os efeitos da pobreza e da distribuição injusta da renda em nosso próprio país. Os programas “Bolsa Família” e “Eletricidade para Todos”, os programas de apoio a pequenos produtores rurais, os projetos de eliminação do trabalho infantil são todos parte do esforço para aliviar o peso dos pobres no Brasil. Ao promover a educação e maior auto-estima, esses programas terão impacto estrutural nas possibilidades de real usufruto dos direitos humanos por milhões de pessoas.

Os direitos humanos precisam ser salvaguardados de todas as formas de discriminação por raça, cor, religião, gênero, idade, opinião política, origem social, capacidade física ou orientação sexual.

Estamos particularmente engajados em esforços para combater o racismo e promover a igualdade social para a maioria afro-descendente no nosso país. O Brasil será sede, no próximo mês de julho, da Conferência Regional das Américas contra o Racismo. No plano regional, também temos estado à frente no estabelecimento de uma nova e mais forte Convenção sobre Racismo.

Vamos concluir o processo de acessão do Brasil aos principais instrumentos internacionais de direitos humanos. Estamos em vias de obter a aprovação legislativa da Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias.

Senhor Presidente,

Para atender a tantas expectativas, precisamos que o Conselho de Direitos Humanos seja tanto eficaz quanto pró-ativo. Temos sobre nós a tarefa de construir a partir do legado da Comissão de Direitos Humanos.

Tenho presente, por exemplo, o sistema de

Mecanismos Especiais e o diálogo amplo e frutífero entre a Comissão e organizações não-governamentais.

É essencial que o Conselho adote, o mais breve possível, a Convenção Internacional sobre Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, bem como a Declaração Universal sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

De modo similar, o Conselho deveria estimular discussões sobre o Protocolo Opcional sobre o direito de petição em casos de violação de direitos culturais, sociais e econômicos

A participação significativa de representantes da sociedade civil em debates e grupos de trabalho da antiga Comissão constituiu aspecto muito positivo. Deveríamos nos esforçar para assegurar uma participação ainda maior dessas organizações nas atividades do Conselho.

Senhor Presidente,

Um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos membros do Conselho será a implementação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, que sinaliza mudança de curso salutar em relação ao foco politizado e excessivamente seletivo na situação de direitos humanos em países específicos.

Há anos, o Brasil tem defendido um enfoque verdadeiramente universal, equilibrado e imparcial dos direitos humanos em nível mundial, por meio de um

relatório global a ser preparado por uma equipe imparcial de especialistas das Nações Unidas – homens e mulheres de reputação inquestionável – com base em critérios e parâmetros multilateralmente definidos.

Todos os 191 membros da Assembléia-Geral deveriam estar sujeitos a revisão em bases iguais. Esta revisão não deveria identificar apenas as dificuldades, mas também assinalar as boas práticas que mereçam apoio e disseminação.

Resoluções sobre países ocorreriam apenas em casos excepcionais de flagrantes violações, em situações que sejam graves e urgentes.

Senhor Presidente,

A criação do Conselho de Direitos Humanos nos oferece oportunidade única para injetar vida nova na consideração dos direitos humanos no sistema das Nações Unidas. É preciso que o nosso objetivo não seja tanto de condenação, mas de promoção; de não correr atrás de vitórias políticas de um tipo ou de outro, mas de assegurar que cada indivíduo – homem e mulher, velho e jovem – possa desfrutar a vida livre do medo, da fome e do desrespeito. A cooperação precisa prevalecer sobre a vitimização. E os ideais – precisamente aqueles que foram consagrados na Declaração Universal – precisam prevalecer sobre a conveniência política.

Muito obrigado.



Cerimônia de Assinatura de Decreto sobre Implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de decreto sobre implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em Brasília, em 29 de junho de 2006

Meu caro Renan Calheiros, Senador e Presidente do Senado,

Meu caro Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados,

Minha querida Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil,

Senhor Heizo Takenaka, Ministro do Interior e das Comunicações do Japão,

Meus caros Ministros Samuel Pinheiro Guimarães, interino, das Relações Exteriores; Hélio Costa, das Comunicações; Sérgio Machado Rezende, de Ciência e Tecnologia; Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Embaixador Takahiko, Embaixador do Japão no Brasil,

Senador Romero Jucá,

Deputados Federais,

Senhor Roberto Franco, presidente da SET, Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão,

Senhora Elizabeth Carmona, presidente da TVE Brasil,

Senhor Eugênio Staub,

Professor Marcelo Zuffo,

Professor Luiz Fernando Gomes Soares,

Senhoras e senhores representantes dos

radiodifusores privados, das emissoras públicas de televisão, da indústria de eletroeletrônicos e das universidades públicas e privadas,

Jornalistas presentes aqui,

Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, um agradecimento às universidades brasileiras. O que nós presenciamos hoje, aqui, com o resultado desse trabalho, Hélio, Dilma, Sérgio Rezende, Furlan, é que habitualmente a gente fica dizendo que o que falta para as pessoas são oportunidades.

As universidades brasileiras, quando chamadas, a pública e a privada, mostraram do que são capazes. Portanto, meu reconhecimento, meus parabéns às universidades brasileiras. Meus parabéns aos empresários da microeletrônica, sobretudo aqui na presença do Staub, que tem sido um parceiro, pelo discurso de hoje, com a esperança renovada, acreditando que agora vai acontecer, definitivamente, e teve uma dedicação extraordinária nesse processo. E todos os empresários, sem nenhuma distinção – só não vieram aqueles que não quiseram – que quando foram convidados, participaram ativamente.

Quero cumprimentar também os empresários da radiodifusão no Brasil, porque não foram poucas as reuniões. Vocês viram que o Hélio terminou

dizendo que nós marcamos um gol. Vocês estão lembrados que faz quatro meses que ele colocou a bola na marca do pênalti, e nós demoramos para bater o pênalti porque era preciso construir mais fortemente essa relação democrática com a sociedade brasileira, para concluir esse projeto que estamos concluindo agora.

Quero agradecer aos diretores da nossa Agência Nacional de Telecomunicações, e quero agradecer, sobretudo, ao companheiro Miro Teixeira, que teve um papel crucial, na verdade foi, no início, o maior entusiasta para que pudéssemos chegar até aqui. Depois o ministro Eunício Oliveira continuou o trabalho e, realmente, o Hélio Costa pôde concluir.

Quereria enaltecer aqui o trabalho da Ministra Dilma Rousseff. Não sei se por ser mulher e ter uma ascendência muito grande sobre os homens, a Dilma, ao trazer para a Presidência da República a coordenação desse processo, eu penso que a Dilma está virando especialista em TV Digital, porque em todas as reuniões... eu me lembro que um dia eu estava numa manifestação não sei onde e vi um cidadão com uma placa: “queremos discutir TV Digital.” Eu falei para a Dilma: temos que procurá-lo. Nós temos que encontrar aqueles que não estão no meio de nós, que querem discutir, porque isso não é uma coisa de um governo, isso não é uma coisa de um Presidente, isso é uma política de Estado, e se é de Estado, temos que procurar quem na sociedade brasileira queira discutir, porque nós somos passageiros, mas o sistema ficará para todo o sempre, até que apareça um outro melhor.

Quero agradecer aos ministros que foram para o Japão, o Hélio, o Furlan e o Celso Amorim, porque foi uma decisão pensada, repensada, porque tinha muito trabalho para que nós não fôssemos ao Japão, e nós resolvemos ir porque entendíamos que o Brasil precisava ter uma indústria de semicondutores e precisaríamos procurar parceiros.

Acho que a viagem foi exitosa, o resultado disso está aqui e quero cumprimentar o governo japonês. Recebi uma carta, hoje, do Ministro Koizumi

e quero cumprimentar o Ministro Takenaka por estar aqui neste dia memorável para as relações Brasil e Japão, que não é nova mas se fortalece extremamente. Quem sabe, já com TV Digital instalada na casa de todo mundo, nós vamos assistir um dia o Japão ser campeão do mundo ou disputar uma final com o Brasil numa Copa do Mundo.

Portanto quero reconhecer, com muito carinho, a dedicação de todo mundo, foi muita gente envolvida no processo, e se a gente pudesse fazer uma tomografia de todo o processo, a palavra que iria aparecer seria “democracia tecnológica”, porque não tivemos preocupação de ouvir apenas parceiros, tivemos o compromisso de ouvir todos, sem distinção, que tinham um palpite ou um conhecimento a dar. Acho que produzimos um material e um resultado extraordinário, portanto, estamos realizando hoje um ato de grande transcendência, o início da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital que, nos próximos 10 anos, vai revolucionar não apenas a TV brasileira, mas a relação da sociedade com a informação no seu sentido mais amplo.

A TV Digital não é apenas um sistema que melhora a transmissão e a captação do sinal de TV. Ela é, ao mesmo tempo, uma fabulosa síntese tecnológica, um poderoso fenômeno econômico e um forte avanço democrático. Da maneira que decidimos implantá-la no Brasil, será também um grande vetor de desenvolvimento, geração de empregos e ampliação de renda, com benefícios para todos os setores da sociedade.

Transformamos a TV Digital em prioridade porque ela está plenamente afinada com a meta do nosso governo, de conciliar avanço social com avanço tecnológico. Foi por isso que nos últimos três anos começamos a torná-la realidade, buscando o padrão tecnológico mais avançado e a equação política e financeira que melhor atendesse aos interesses nacionais e melhor protegesse os direitos da população. A decisão final pelo padrão japonês foi tomada de acordo com esses princípios, da maneira mais transparente possível, e com a

participação de amplos setores da sociedade brasileira.

Meus amigos e minhas amigas,

Quando assumimos o governo, encontramos a discussão sobre a TV Digital em um beco sem saída. Apenas se discutia, de maneira vaga e superficial, qual dos três padrões existentes no mundo o Brasil deveria adotar. Não se cogitava a hipótese de aproveitar essa oportunidade única para se fortalecer uma política industrial e tecnológica voltada para a ampliação de conhecimento, a produção de bens inovadores e a transformação de novos investimentos.

Mudamos essa realidade porque uma das principais metas do governo sempre foi a implantação de uma nova política industrial e tecnológica, e não abrimos mão de encaminhar o processo de implantação da TV Digital de forma participativa, com envolvimento da sociedade, como é normal neste nosso mandato.

Houve, em todo esse período, um diálogo intenso com as emissoras de televisão, com a indústria eletroeletrônica, com as empresas de telecomunicações, com a universidade brasileira, com produtores culturais e com o Congresso Nacional. E os pesquisadores brasileiros foram mobilizados de uma forma inédita, para levar a bom termo a estruturação desse projeto de interesse estratégico do país.

Era fundamental que isso ocorresse, afinal, a TV Digital vai moldar em boa medida o futuro das comunicações, da produção, difusão e absorção de cultura em nosso país. Vai permitir um amplo acesso a serviços e bens culturais, especialmente para a população mais pobre, que muitas vezes tem na televisão seu único meio de informação e diversão gratuita. Fará, entre outras coisas, com que o televisor deixe de ser um mero receptor de programas para se transformar em uma fonte de acesso a um mundo cheio de possibilidades. Não está longe o dia em que as famílias poderão marcar uma consulta médica

pelo SUS usando a TV; não está tão longe o dia em que as pessoas também poderão ter acesso às suas contas de Previdência Social pela Internet, via digital; não está longe o dia em que a sala de aula poderá ter uma extensão dentro da sala de visita de todos os lares brasileiros, de todas as classes de renda.

O contribuinte poderá ter melhor acesso e controle das informações e dos serviços prestados pelo Poder Público, bem como de seus impostos e taxas. Com mais informação disponível de forma digital e organizada com custos menores, o Estado também tenderá a ser mais eficiente na oferta de serviços. Mais oportunidades vão surgir para a juventude em termos de produção de cinema, de programas esportivos, educacionais, de novela e outros bens culturais e de lazer.

Trata-se, na verdade, de uma poderosa ferramenta de interação do usuário com o mundo, do indivíduo com a sua comunidade e com os centros de formação do saber, e do cidadão com as instituições que o representam e o protegem. Em suma, é um fato de grande magnitude política, social e cultural. E tinha que ser tratado com a importância e a responsabilidade necessárias.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital é mais uma prova da capacidade criativa dos brasileiros, da afirmação da nossa capacidade de escolher e da nossa soberania de decidir, do nosso talento de firmar parcerias e trocas intelectuais saudáveis e vantajosas.

A implantação da TV Digital enseja uma oportunidade de desenvolvimento de tecnologias brasileiras que serão adotadas no Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em parceria com os nossos irmãos japoneses. Possibilita uma efetiva política industrial que contemple a associação de empresas brasileiras e japonesas. Ela é uma vitória de toda a sociedade, mas não ocorreria sem o esforço individual e a visão de algumas pessoas.

Meu primeiro Ministro das Comunicações,

Miro Teixeira, teve o mérito de colocar o problema para a sociedade, de convocar o debate e mostrar que havia, sim, como vencer o ceticismo sobre a capacidade brasileira de trazer avanço nessa área. Propôs um sistema brasileiro para TV Digital que não significasse a compra de um pacote fechado, mas estimulasse a constituição de uma rede nacional de pesquisas capaz de produzir o conhecimento necessário à opção estratégica do país.

O Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, intensificou o debate, formou os consórcios e organizou o encaminhamento das ações. Meu atual ministro, Hélio Costa, deu celeridade aos trabalhos de pesquisa, organizou a alocação de 60 milhões do Fundo Nacional de Telecomunicações e batalhou incansavelmente pela realização deste projeto grandioso.

Desde o começo deste ano, tivemos um trabalho notável do Ministro Furlan e do Ministro Sérgio Rezende, bem como dos Ministros Gilberto Gil, da Cultura, e Fernando Haddad, da Educação.

A Ministra Dilma e o Chanceler Celso Amorim exerceram a coordenação dos esforços do governo, inclusive nos contatos e reuniões com autoridades de outros países, interessados no Sistema Brasileiro de TV Digital.

No final, não apenas chegamos a um excelente resultado, como aperfeiçoamos um estilo de formular políticas públicas para setores altamente estratégicos. Não cedemos a soluções fáceis e prontas, mas buscamos caminhos corretos e inovadores que nos façam recuperar perdas do passado e nos projetem, com mais dinamismo, para o futuro.

Além dos benefícios que nos trará no futuro imediato, a política de implantação da TV Digital vai nos permitir também recuperar uma grave lacuna do passado. No início da década de 90, mais de duas dezenas de fábricas de componentes semicondutores fecharam as suas portas no Brasil e foram para a Ásia. Aqui, ficamos com a montagem de kits importados já prontos, apenas agregando o custo

da mão-de-obra barata. Nos colocamos fora do mercado global. Isso aconteceu quando a indústria de semicondutores tornava-se uma das indústrias mais decisivas do nosso tempo, pois o chip começava a disseminar-se pelo mundo e ia ser um componente imprescindível em centenas de produtos de ponta.

O acordo que hoje assinamos com o Japão, e que me leva a exaltar a grande visão do governo japonês, representado pelo Ministro Heizo Takenaka, aqui presente, nos ajudará a recuperar esse tempo perdido na indústria de semicondutores, e de avançar ainda mais na área de software em geral.

Isso, através da elaboração de um plano estratégico para a implantação no Brasil da indústria de semicondutores e a reestruturação da indústria de microeletrônica nacional. De uma coisa tenha certeza, Ministro Takenaka: o Brasil será um grande e valioso parceiro na construção do Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital. Registro aqui, aliás, que foi seu o mérito de chamar assim – Nipo-Brasileiro – o sistema de TV Digital que nossos países decidiram desenvolver juntos.

Na verdade, inauguramos hoje um capítulo novo e extremamente promissor no relacionamento bilateral entre Brasil e Japão. Estou certo de que se inicia uma etapa que vai se caracterizar pelo compartilhamento crescente de conhecimentos, sobretudo nas áreas de ponta da ciência e da tecnologia, voltadas para a produção de inovações.

O Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital, bem como a parceria que estamos inaugurando na área de microeletrônica são mais uma ponte para a plena inserção do Brasil na sociedade do conhecimento. Não vamos apenas absorver o conhecimento e tecnologia japoneses, mas contribuir criativamente para o aperfeiçoamento tecnológico do Sistema, fazendo com que essa parceria se afirme aqui e além das nossas fronteiras.

Estamos, portanto, dando início a um empreendimento conjunto, de longo alcance. Vamos produzir um sistema flexível, que dialogue com os demais padrões de TV Digital existentes no mundo

hoje. Nossa intenção é abri-lo à participação de nossos vizinhos do Mercosul e do continente. Para isso, temos mantido contatos frequentes com nossos sócios na região e vamos, de agora em diante, aprofundá-los. Esta é uma área onde tal cooperação é mais que bem-vinda.

Várias inovações no Sistema de TV Digital já foram produzidas por 22 consórcios brasileiros, entre 106 universidades e centros de pesquisa, entre elas o Middleware, Ginga, os sistemas corretores de erros e o sistema de compressão de vídeo H-264. Alguns dos autores dessas inovações estão aqui presentes e já falaram, inclusive. Aproveito para mais uma vez parabenizá-los pelos resultados já conseguidos que, tenho certeza, só vão fazer com que vocês se aperfeiçoem daqui para a frente.

O Brasil, aliás, revela hoje uma extraordinária capacidade de pesquisa e inovação tecnológica. Estão aí para comprová-la nossas conquistas de vanguarda na produção do etanol, na exploração de águas profundas, nas ousadas e originais soluções técnicas da Embrapa e, principalmente, na descoberta do H-Bio pela Petrobras, que vai revolucionar a produção de combustível nas próximas décadas.

Queria, por fim, fazer um agradecimento especial à equipe técnica que trabalhou intensamente nos últimos meses, especialmente Roberto Pinto Martins, secretário do Ministério das Comunicações; Augusto César Gadelha, secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia; Jairo Klepacz, secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; André Barbosa Filho, assessor da ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff; Embaixador Antonino Marques Porto, Diretor do Departamento

de Temas Científicos e Tecnológicos do Itamaraty, e Edmundo Machado de Oliveira, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, assim como outros técnicos da Casa Civil e do BNDES.

Meu agradecimento é ainda maior porque vocês estão ajudando não apenas a implantar um novo sistema mas, também, a consolidar uma política de Estado fundamental para o novo modelo de desenvolvimento que estamos construindo no nosso país.

Um modelo que está possibilitando abrir novos caminhos de futuro que ajudarão a conciliar, de forma ainda mais vigorosa, uma política de alto desenvolvimento tecnológico com eficiente ação social. É assim que avançamos a cada dia, passo a passo, na construção do Brasil moderno e justo que tanto nós precisamos.

Meus parabéns a todos vocês, empresários, cientistas, políticos aqui presentes.

Quero dizer para vocês que hoje está consagrado, definitivamente, e que o dia em que nós acreditarmos na sociedade brasileira, na nossa inteligência, nos nossos empresários, nos políticos brasileiros, juntos, poderemos construir coisas que até então pareceriam impossíveis. Quero dizer para vocês que na semana passada eu já tive um dia de alegria imensa porque levantei um pote de H-Bio, que será uma revolução na área de combustível. Hoje não me deram nada para levantar, nem ganhei nada até agora, mas quero dizer que é um dia memorável para mim, para a minha geração, para vocês e, sobretudo, para quem vier depois de nós.

Meus parabéns a todos vocês, muito obrigado e só poderia dizer: viva o Brasil e viva o Japão!



Reunião Informal do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em reunião informal do Comitê de Negociações Comerciais (TNC) da OMC, em Genebra, Suíça, em 30 de junho de 2006

Thank you, Mr Chairman and Mr Director-General.

This is indeed an important occasion because this TNC (Trade Negotiating Committee) allows all countries, every country, small, big, landlocked, vulnerable, LDC (least developed countries), developing or super-developed, all of them, to express their opinion in a way that can be heard by everyone. And I think it is indeed an important occasion, because we are in a very difficult situation.

When you started consultations earlier today you asked some of us whether we came here to negotiate or to talk, and that reminded me of the famous rhetoric phrase in Julius Caesar, when he said to Marc Antonio, “We came here to bury Caesar, not to praise him”. And, of course, it would not be enough to invert the sense of the words and say that we came here to praise the Round and not to bury it, because you can bury the Round by several actions, you can bury the Round by deliberately doing so, you can bury the Round by not paying attention to the interests of the small and weak and the vulnerable, you can bury the Round by disunity where unity was presumed and you can bury the Round just by procrastination, so you don’t really have the sensation that you are burying the Round, but you indeed are burying the Round. And this is probably the main

problem that we have today.

As you know, Brazil has the privilege to coordinate the G20. I won’t read for you the whole G20 note, but you will see, if you look at it attentively, not only many of the issues that were raised here, like domestic support and market access, of course export competition. And I claimed that the G20 had a small part in having real progress in export competition in Hong Kong. I really regret that we did not have more up to now, because this would have been one deliverable if we had been able to do away, once and for all, with this question of parallelism, by resolving it. But anyway, you will see that in the G20 paper many other concerns are also reflected. You see concerns of the G33 with special products and special safeguards, and it is very important to remind everyone that we will have to make compromises in order to attain our objectives, both the defensive ones and offensive ones. You will see the concerns of LDCs reflected there; you will see the concerns of the cotton countries; you will see the concerns of the small and vulnerable economies; and you see the concerns among others of the recently acceded developing countries. All this is part of the G20. Not for those who sometimes think that the G20 is a group of large developing countries interested only in their access to markets; that is not, so it is not the case. It is a

group about compromise, it is a group about conciliation and a group really devoted to attain the objectives of the Round.

Let us say that we see this meeting today with mixed feelings. We see some progress in some areas, at least verbally expressed. We haven't seen it on paper yet, but, verbally expressed, we see the intention of one of the major partners to get nearer to the G20 proposal in relation to market access and we see the same group of countries as well as other countries agreeing that the G20 is a sort of – to use your expression – a sort of landing zone, for where compromise can be reached in agriculture. We welcome this movement. Of course, it comes mixed with some threats, when we hear, for instance, that G20 is G20, but G20 minus has to be corresponded by G20 minus, which would be, of course, a lose-lose situation for the developing countries. I hope that doesn't materialise as we are still hoping for G20 plus and G20 plus. But coming back to that we welcome that movement, I think it is important – even if it is belated, even if it is a late recognition – that we might have offered six months ago a good platform that would also have encouraged others to make movement, but it is positive movement and we want to recognise that, the same way we recognised, about seven months ago, the positive movement by the United States when, for the first time, it made a concrete proposal on domestic support. We only say that it was not sufficient, it didn't meet our needs, but it was a start of movement in terms of reducing and constraining some of the most distortive practices. Of course, from that time on, we have stressed that it had, among others, two major flaws: it didn't address the question of the overall trade distorting support and it did not address adequately the question of disciplines. We always heard that these were not a take-it-or-leave-it proposal and that we could get more provided other things went the right way. Well, we see some things going the right way (maybe not the full way, but going the right way), and we don't see movement in our direction in relation to domestic

support. So it is disturbing, because the gap is still too big, and the gap is also too big on the demands that are being put on developing countries.

I don't want to repeat what my colleague from South Africa already said about NAMA 11 (non-agricultural market access), but let us for a moment think of the asymmetries that exist between agriculture and industry, and the asymmetries that exist between developed and developing countries. They are huge, compared to the maximum tariff of Brazil, for instance, which is often quoted as an example of a protectionist developing country. Compare our maximum tariff in industry to the maximum tariff of several of the G10 countries for instance, or the United States or the European Union. So that is also a starting point if you are looking for a harmonisation which was implicit in the Swiss Formula reasoning. But where is the harmonisation between agriculture and industry? And where is the harmonisation between developed and developing? I see the concerns and I can understand the concerns of developed countries when I say "Well, I have big political problem in selling this at home", and you are speaking of what? You are speaking of one, two per cent of the population very often. They could all be put for matter in the Caesar Park Hotel, or something like that, and be kept by some sort of green box compendium and not much would happen. But of course I hear too, and I heard from one Minister of a European Community country (whom I won't mention) who came to Brazil and said "Well, you have to understand we all have our second homes and we have to have a beautiful landscape in order to go from our first home to a second home". Very nicely said in a country where more than 70 per cent of the population doesn't have the first home.

So I think all this has to be put into perspective and all this is about development round. So when we really think of finding a balance and finding a landing zone or a landing ground you have to take all these things into account. And I think the distances are still very big. I hear, for instance, the European Union

saying “We are in NAMA with 50 rather than 20”. What does he mean by that? Who said 20? Nobody said 20. So what is it? Maybe you said 20, Mr Chairman, but we did not say 20. So what is he referring to? We are only increasing the gap, and I am really afraid that if we have this situation after this weekend we will be in a very very serious situation, a very, very serious condition. Very dramatic actions will have to be taken. I don’t know whether it will be by you, if it will be by the leaders of the most important (or at least the richest) countries, but if we don’t have a real movement in that direction – in the direction of development – it is not only here that we will fail, we will fail in our combating against poverty.

I agree, by the way, with my American colleague and friend when she says that trade is more important than aid. Actually we’ve been saying that for 50 years, when UNCTAD was formed it was precisely on the basis of trade instead, or at least on top of aid, or rather than aid. But the fact is that it has to be trade that really represents gains for developing countries. It cannot be trade that represents poverty, exploitation and misery in developing countries. Let me just quote another thing. When we mention the comparison between NAMA and agriculture, as I have already said, in agriculture it is one, two percent,

maybe in some countries three per cent of the population, in our case in industry we have 35 percent, and in some countries more. So if one percentage point which may mean some prejudice maybe to 0.1 per cent of the population in Europe or in the United States or in Japan, for us it means tens of millions of people. So that has to be borne in mind, and so I am worried. I saw a positive movement on the part of the European Union when they talked about the G20 proposal in market access. I saw, maybe because I am too optimistic, but I even think I heard something positive by Japan when they say they were flexible. I don’t know exactly on what they were flexible, but I surmised that it was in NAMA. However, I am worried when I see nothing coming nearer – actually getting further away – in terms of domestic support, and demands on industrial goods increasing and increasing and that is because we have not come to services yet.

So I am to finish. I am sorry, Mr Chairman, but, now, in order to finish, very dramatic decisions will be needed. I don’t know if we will be able to take some of them now, if we will be able to prepare the ground now, but let us not delude ourselves that we can just let things go and that a miracle will happen.

Thank you.



ATOS INTERNACIONAIS

Os textos integrais dos atos abaixo relacionados encontram-se disponíveis na página eletrônica da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (<http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm>).

Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia (16.1.2006)

Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia (2006-2009) (17.1.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para a Criação de Comissão Conjunta de Alto Nível (19.1.2006)

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países (19.1.2006)

Declaração dos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente (21.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Costa Rica para Implementação do Projeto “Implantação do Controle Metrológico de Instrumentos de Medição Utilizados

no Âmbito da Saúde e do Meio Ambiente” (30.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Aprimoramento de Técnicas de Produção de Hortaliças sob Ambientes Protegidos na Costa Rica” (30.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Sistemas de Controle Distribuídos – U.E.N. Produção” (30.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Desenvolvimento e Acompanhamento de Análise de Risco em Saúde, Ambiente e Segurança nas Instalações da RECOPE” (30.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Mercado Atacadista de Eletricidade”. (30.1.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Capacitação e Treinamento sobre Derrames de Hidrocarbonetos e outros Materiais Perigosos nas Instalações Petroleiras, Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos (Água Interior)” (30.1.2006)

Programa de Intercâmbio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia de Cooperação no Campo da Educação (1º.2.2006)

Protocolo Adicional ao ACE 14 de Adaptação Competitiva, Integração Produtiva e Expansão Equilibrada e Dinâmica do Comércio, celebrado entre os Governos da República Argentina e da República Federativa de Brasil (1º.2.2006)

Programa Executivo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para os Anos 2006-2007 (2.2.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular (2.2.2006)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua (2.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão (2.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua na Área de Produção de Gestão de Recursos Hídricos (2.2.2006)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia de Cooperação Relativo ao Projeto “Inclusão Social Urbana” (3.2.2006)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana (6.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Gestão de Recursos Hídricos (6.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão (6.2.2006)

Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular (8.2.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima (8.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Cooperação Técnica na Área da Agricultura (8.2.2006)

Protocolo de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular em

Matéria de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal e outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo (8.2.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais Ênfase em Manga (9.2.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin na Área de Esporte (10.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre Cooperação Técnica para Prevenção e Tratamento da Malária (10.2.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre Cooperação Técnica na Área da Cotonicultura (10.2.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana sobre Esporte (11.2.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana sobre Cooperação Técnica na Área de HIV/AIDS (11.2.2006)

Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda (17.2.2006)

Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo a República do Peru (17.2.2006)

Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (17.2.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República do Peru para Implementação do Projeto “Transferências de Métodos e Instrumentos de Gestão de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário” (17.2.2006)

Emenda, por troca de Notas, ao Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, de 21 de julho de 1999 (17.2.2006)

Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Peru (17.2.2006)

Primeira Emenda ao Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique na Área do Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial, firmado em 31 de agosto de 2004 (23.2.2006)

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Moldova para Isenção Parcial de Vistos (23.2.2006)

Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano para o Período de 2006 a 2009 (27.2.2006)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Fundado na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e no Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com a Interveniência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, para Implementar ações no âmbito de Programa de Inovação Tecnológica e novas formas de gestão na pesquisa agropecuária – Agrofuturo (2.3.2006)

Declaração Conjunta do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Diálogo de Alto Nível Brasil-Reino Unido sobre Desenvolvimento Sustentável (7.3.2006)

Carta de Intenções. Programa de Intercâmbio Institucional entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da República Federativa do Brasil e a Comissão para a Igualdade Racial da Grã-Bretanha (7.3.2006)

Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (7.3.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação na Área de HIV/AIDS (7.3.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Colaboração no Campo de Saúde entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Ministério da Saúde da Inglaterra (7.3.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte na Área de Educação (7.3.2006)

Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (13.3.2006)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia (14.3.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Escola de Todos” (15.3.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do Projeto “Apoio à Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior” (15.3.2006)

Acordo, por troca de Notas, para a Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (16.3.2006)

Acordo Quadro de Interconexão Energética entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai (16.3.2006)

Emenda nº 1 ao Ajuste Complementar Brasil/OIT, fundado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil/ONU, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29.12.1964, para a Implementação do Projeto “Fórum Nacional do Trabalho: Reforma Sindical e Trabalhista e Afirmação do Diálogo Social no Brasil” – BRA.4.M01.BRA (21.3.2006)

Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008 (23.3.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia sobre Cooperação no Domínio da Defesa (31.3.2006)

Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão (4.4.2006)

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Azerbaijão sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (4.4.2006)

Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial da República Federativa do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Técnica e Metrologia da Federação Russa (4.4.2006)

Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa (4.4.2006)

Declaração Conjunta – IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (4.4.2006)

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento de Negócios Estrangeiros da Irlanda sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas (7.4.2006)

Acordo, por troca de Notas, para Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile (11.4.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente (11.4.2006)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Mineração e Energia da República do Chile (11.4.2006)

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço (19.4.2006)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada (24.4.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para Instalação do Escritório Regional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na África, em Acra, Gana (26.4.2006)

Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe sobre Cooperação no Combate ao HIV/AIDS (27.4.2006)

Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria (5.5.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica na Área de Competência dos Ministérios do Trabalho de ambos os Países (5.5.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho para a Realização da XVI Reunião Regional Americana em Brasília, no período de 2 a 5 de maio de 2006 (5.5.2006)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão (9.5.2006)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru (11.5.2006)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia (15.5.2006)

Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia (15.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para Implementação do Projeto “Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname” (19.5.2006)

Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha (22.5.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em prol do Haiti (23.5.2006)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (23.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Implementar o Projeto “Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações” (23.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementar o Projeto “Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações” (23.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementar o Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva” (23.5.2006)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível (23.5.2006)

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento para Implementação da Fase II do Programa Nacional de Merenda Escolar no Haiti (23.5.2006)

Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular Democrática da Coréia (23.5.2006)

Acordo Relativo do Intercâmbio de Diplomatas Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa (25.5.2006)

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa (25.5.2006)

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino (25.5.2006)

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Promoção da Inovação Tecnológica (25.5.2006)

Protocolo de Intenções e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (25.5.2006)

Declaração Conjunta sobre Biocombustíveis entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (25.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola” (26.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para Produção de Biocombustíveis” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio ao Plano Meriss Inka ” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Recuperação Ambiental da Região de Huaypetuhe” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Controle de Raiva Silvestre” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Sistema Eletrônico de Contratações Estatais” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do projeto “Capacitação em Técnicas e Métodos Modernos de Manejo de Espécies Ícticas Amazônicas” (31.5.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Peru” (31.5.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru na Área de Capacitação em Gerenciamento de Riscos Químicos: Prevenção da Exposição de Metais Pesados e Solventes (31.5.2006)

Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (5.6.2006)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado da República Popular da China (5.6.2006)

Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau (6.6.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Conservação da Arquitetura Tradicional de Centros e Conjuntos e Históricos e sua Paisagem Cultural” (9.6.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Desenvolvimento do Processo Agro-Produtivo da Mamona” (9.6.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Manejo Agronômico e Processamento do Coco Anão, Alto e Híbrido” (9.6.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Manejo Agronômico e Processamento da Castanha e Pedúnculo do Caju” (9.6.2006)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia de HIV/AIDS em El Salvador” (9.6.2006)

Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana (10.6.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para a Instalação da Sede do Escritório Regional Africano da EMBRAPA (10.6.2006)

Acordo de Assistência Mútua administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras (19.6.2006)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos (19.6.2006)

Termo de Implementação do Memorando entre os

Governos da República Federativa do Brasil e do Japão Referente à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital, baseado no padrão ISDB-T, e a à Cooperação para o Desenvolvimento da respectiva Indústria Eletroeletrônica Brasileira (29.6.2006)



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Quitação da dívida do Brasil com as Nações Unidas (2 de janeiro de 2006)

A soma de recursos empenhados pelo Brasil para pagamento às Nações Unidas, no ano de 2005, ascendeu a US\$ 135.109.498, o que equivale a mais de três anos de contribuições para o orçamento regular da ONU, para o orçamento das operações de paz e para os orçamentos dos tribunais penais para ex-Iugoslávia e Ruanda.

Com isso, o Brasil encontra-se, atualmente, em dia com as Nações Unidas, eliminando situação de inadimplência crônica que vinha de mais de 10 anos.

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália (3 de janeiro de 2006)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Alexander Downer, visitará o Brasil nos dias 4 e 5 de janeiro. Em sua passagem por Brasília, no dia 4, será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e participará de reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, seguida de almoço no Palácio Itamaraty. No dia 5, o Chanceler australiano deverá reunir-se com empresários em São Paulo.

A visita do Chanceler Alexander Downer ocorre em momento de crescente dinamismo do relacionamento bilateral, nos planos político e econômico. Brasil e Austrália compartilham pontos de vista em diversos temas da agenda internacional. No âmbito das negociações comerciais da OMC, a Austrália é importante interlocutor do G-20, coordenado pelo Brasil. Assim como o Brasil, a Austrália apóia a reforma do Conselho de Segurança

das Nações Unidas, com o propósito de conferir maior legitimidade, representatividade e eficácia àquele órgão.

Em 2005, o comércio bilateral alcançou volume recorde, superior a US\$ 1 bilhão. Têm também crescido os fluxos de investimentos australianos no Brasil, especialmente no setor mineral, os quais alcançam o montante acumulado de cerca de US\$ 1,7 bilhão. Mencione-se, ainda, o incremento da cooperação educacional, refletido na presença de cerca de 5000 estudantes brasileiros na Austrália.

Presença do Brasil no Conselho de Segurança – Mandato 2004-2005 (4 de janeiro de 2006)

O Brasil encerrou, em 31 de dezembro de 2005, seu nono mandato eletivo no Conselho de Segurança. Juntamente com o Japão, o Brasil é o país que mais vezes ocupou assento não-permanente no Conselho.

A participação do Brasil em todos os debates e consultas realizadas pelo Conselho de Segurança no biênio 2004/2005 ocorreu em consonância com a tradição brasileira de defesa do multilateralismo e do direito internacional. O Brasil trouxe para o Conselho de Segurança uma perspectiva coerente com os interesses dos países em desenvolvimento e da região latino-americana e caribenha. Defendeu o reforço da capacidade das Nações Unidas para a prevenção de conflitos, mediação, construção da paz e enfrentamento das causas econômicas e sociais dos conflitos, dentro do respeito à soberania dos países afetados.

Brasil participou das missões do Conselho

de Segurança enviadas ao Haiti e à África Central. A missão ao Haiti, realizada em conjunção com missão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), foi chefiada pelo Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

A presidência rotativa do Conselho foi exercida pelo Brasil em março de 2005, mês em que a agenda esteve particularmente carregada, com 26 sessões, 19 reuniões de consulta, 9 resoluções e 5 declarações presidenciais. O país tomou a iniciativa de realizar sessão dedicada à discussão dos conflitos na África, os quais ocupam grande parte da agenda do órgão. No decorrer do biênio, o Brasil ocupou a presidência do Comitê de Sanções sobre Serra Leoa. Em 2004-2005, o Conselho de Segurança adotou, no total, 130 resoluções e 115 declarações presidenciais.

A atuação do Brasil foi especialmente relevante na coordenação das consultas do Conselho a respeito do mandato da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e para o estabelecimento do Escritório da ONU em Timor Leste (UNOTIL) em substituição à operação de paz naquele país, a UNMISSET, cujo mandato se encerrou, de forma bem sucedida, em maio de 2005. O Brasil atuou diretamente, também, na coordenação da atuação do Conselho de Segurança em apoio ao processo político de Guiné-Bissau, com a renovação do mandato do Escritório das Nações Unidas em Guiné-Bissau (UNOGBIS). Além do Haiti, no biênio 2004-2005 foram criadas novas operações de paz em Burundi, Côte d'Ivoire e Sudão, esta última durante a presidência brasileira.

Em cumprimento a decisão do Presidente da República, a delegação brasileira junto ao Conselho de Segurança contou com a presença de diplomata argentino durante o ano de 2004. Em reciprocidade, diplomata brasileiro está participando da delegação argentina no Conselho no ano de 2006.

Envio de Missão de Observadores Brasileiros às Eleições Parlamentares Palestinas (4 de janeiro de 2006)

Em atendimento a convite recebido da Autoridade Nacional Palestina (ANP), o Governo brasileiro decidiu enviar missão de observadores às eleições parlamentares previstas para o próximo dia 25 de janeiro, destinadas à renovação do Conselho Legislativo Palestino (CLP).

A delegação de observadores brasileiros deverá ser integrada por representantes da justiça eleitoral, do Congresso Nacional, do Ministério das Relações Exteriores e da comunidade árabe-brasileira.

As eleições parlamentares deverão constituir marco significativo no processo de consolidação das instituições palestinas. O Governo brasileiro reitera sua expectativa de que o pleito para o CLP contribua para a pronta retomada das negociações de paz, com base nos parâmetros fixados pelo Mapa do Caminho.

O envio de delegação observadora ao próximo pleito legislativo, que se segue à ida de expressiva missão de observadores brasileiros às eleições presidenciais palestinas de janeiro de 2005, evidencia a disposição do Brasil de oferecer auxílio e cooperação à Autoridade Nacional Palestina e de participar, de forma mais ativa, dos esforços de paz em curso no Oriente Médio.

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata - 2006 (4 de janeiro de 2006)

Encontram-se abertas, até 22 de janeiro corrente, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O Edital do Concurso, que inclui as datas e os programas das provas, encontra-se disponível nos endereços eletrônicos do Instituto Rio Branco (<http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm>) e do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>).

A aprovação para uma das 105 vagas oferecidas permitirá ao candidato ingressar na

Carreira de Diplomata no cargo de Terceiro Secretário, de acordo com a ordem de classificação obtida, habilitando-o igualmente a matricular-se no Curso de Formação do Instituto Rio Branco.

Os requisitos para o Concurso incluem: a) ser brasileiro nato, com idade mínima de dezoito anos; b) comprovar a conclusão de curso superior; c) estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo dos direitos políticos; d) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

O Concurso será realizado em três Fases. Na Primeira, de caráter eliminatório, será aplicado Teste de Pré-Seleção, com questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês. A Segunda Fase consistirá de prova de Português, com caráter eliminatório e classificatório. Na Terceira Fase, serão realizadas provas escritas de Inglês, de Francês ou Espanhol (a segunda língua estrangeira depende de opção a ser feita pelo candidato), de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia. Será exigida a nota mínima de 390 pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas da Terceira Fase, o que equivale a 60% do total máximo possível de 650 pontos (seis provas com valor de 100 pontos e uma - Francês ou Espanhol – com valor de 50 pontos).

Em 2006, o Concurso será realizado integral e simultaneamente em 18 capitais, a saber: Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

Consulado Temporário em Punta Del Este (4 de janeiro de 2006)

Em função do grande número de turistas brasileiros em Punta del Este nos meses de verão, o Ministério das Relações Exteriores colocará à

disposição, em caráter experimental, de 12 a 29 de janeiro de 2006, Posto de Atendimento Consular para emergências, assim como para emissão de passaportes.

O Posto de Atendimento Consular funcionará diariamente das 11h às 18h. Do dia 12 ao dia 17, no apartamento 401 do Apart Hotel Punta del Este, Av. Gorlero 860, Punta del Este, Uruguai, telefones (00 xx 59842) 442760/61. A partir do dia 18, no Conrad Punta del Este, Rambla C. Williman P. 4 Sala Caribe – Centro de Convenções, telefone (00xx59842)472-326, fax (00xx59842) 472-325.

O telefone celular para contato é (00 xx 598 99) 808601, que estará disponível 24h por dia.

O Posto de Atendimento Consular estará subordinado ao Consulado-Geral do Brasil em Montevideú, cujo endereço é o seguinte:

Consulado General del Brasil

CALLE CONVENCION NR 1343 – 6° PISO EDIFICIO “LA TORRE” MONTEVIDEO - URUGUAY

TEL.: (00xx5982) 900-6282

E-MAIL: conbras@consbras.org.uy

Em caso de necessidade, a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, pode ser contatada pelo telefone (61) 3411-6999, fax (61) 3322-0864, dac@mre.gov.br.

Comunicado Conjunto Brasil-Austrália (04 de janeiro de 2006)

Em 4 de janeiro de 2006, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e o Chanceler australiano, Alexander Downer, mantiveram encontro de trabalho em Brasília, durante o qual reiteraram o compromisso mútuo em intensificar o relacionamento bilateral. O Ministro Downer está em visita oficial ao Brasil de 4 a 5 de janeiro de 2006.

Na reunião de trabalho, os dois ministros analisaram possíveis iniciativas conjuntas com o objetivo de aprofundar as relações entre Brasil e

Austrália, que celebraram 60 anos de relações diplomáticas em 2005. Os dois Chanceleres trocaram avaliações sobre a conjuntura regional e internacional e analisaram os principais temas da agenda bilateral, em clima de grande cordialidade.

Na audiência que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu ao Chanceler Alexander Downer na tarde de 4 de janeiro, foi ressaltada a relação econômica bilateral, baseada no crescimento do fluxo de comércio e de investimentos. Especial atenção foi dedicada à intensificação dos contatos entre cidadãos, que se têm expandido fortemente nos últimos anos, particularmente em áreas como a educação. Reafirmaram igualmente compromissos que apontam para o crescente adensamento do relacionamento entre os dois países.

Os dois Chanceleres acordaram o seguinte:

1. Reafirmaram o entendimento de que a reforma do Conselho de Segurança da ONU é necessária para torná-lo mais compatível com a realidade geopolítica do mundo de hoje e assegurar maior legitimidade, representatividade e eficiência a seu funcionamento. O Ministro Amorim, em nome do Governo brasileiro, agradeceu o apoio público da Austrália à candidatura brasileira à vaga de membro permanente do Conselho de Segurança.

2. Reiteraram os termos da Declaração Conjunta do Grupo de Cairns e G-20, no âmbito das negociações da Rodada de Doha da OMC, por ocasião da VI Reunião Ministerial da OMC, em Hong Kong. A Declaração afirmou que o progresso nas negociações sobre agricultura é crucial para o êxito da Rodada e que os dois Grupos estão unidos em seus esforços para garantir a remoção das distorções no comércio agrícola internacional. Acesso ampliado aos mercados agrícolas mundiais tem sido há muito uma das mais altas prioridades comerciais do Brasil e da Austrália. Os dois Ministros expressaram satisfação com o acordo alcançado em Hong Kong sobre o ano de 2013 como data limite para a eliminação total dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, bem como sobre metas

intermediárias.

3. Reafirmaram o interesse de ambos os países em levar adiante as negociações do Acordo Aéreo entre o Brasil e a Austrália. Esse acordo terá o efeito de intensificar o comércio, o turismo, o intercâmbio acadêmico e as relações culturais entre os dois países.

4. Expressaram satisfação com o forte crescimento do volume do intercâmbio comercial e com as perspectivas de maiores fluxos de investimento. Notaram que a participação australiana na indústria mineral brasileira é significativa e crescente, e que também aumenta o interesse australiano no agrobusiness brasileiro. Louvaram a iniciativa de criação, no âmbito do Acordo Comercial Brasil-Austrália de 1978, da Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos.

5. Os Chanceleres reconheceram a conveniência do envio de missão técnica da “Biosecurity Australia” ao Brasil, para verificar o controle sanitário e medidas preventivas aplicadas pelo Governo brasileiro, de forma a examinar as condições em que poderiam ser suspensas as restrições impostas à importação de carne e derivados e produtos lácteos.

6. Saudaram, ainda, os esforços na área de cooperação e capacitação educacional que se vêm empreendendo desde a assinatura do Memorando de Entendimento, em abril de 2005, entre os Ministros da Educação dos dois países. Particular atenção foi dada às perspectivas de colaboração no campo da educação profissionalizante, onde a experiência australiana poderá ser benéfica aos propósitos brasileiros. O Ministro Amorim lembrou o oferecimento brasileiro de estabelecer um leitorado de língua portuguesa e civilização brasileira na Universidade Nacional da Austrália. O Ministro Downer manifestou satisfação com a possível visita do Ministro da Educação, Fernando Haddad, à Austrália em abril de 2006.

7. Concordaram em que a área de ciência e tecnologia é uma esfera promissora para a

cooperação bilateral, incluindo áreas como ciências agropecuárias, nanotecnologia, biotecnologia, aquicultura e oceanografia.

8. Manifestaram satisfação com os resultados decorrentes do trabalho da “Biofuels Taskforce” australiana, criada em maio de 2005, que concretizou medidas de apoio à introdução do etanol e do biodiesel na matriz energética australiana. Reconheceram as perspectivas de benefício que Brasil e Austrália poderão auferir da eventual adição do uso do etanol à gasolina em terceiros países. Consideraram, assim, conveniente fomentar novas visitas e o intercâmbio entre especialistas para efetuar estudos sobre a cooperação bilateral no campo dos biocombustíveis.

9. Expressaram apoio aos esforços que vêm empreendendo MERCOSUL e CER (Closer Economic Relations between Australia and New Zealand), em diálogo construtivo, para crescente aproximação dos dois blocos regionais.

10. O Ministro Amorim anunciou a intenção de visitar a Austrália no segundo semestre de 2006 e aprofundar a discussão da agenda bilateral.

(versão em inglês)

Joint Statement Brazil-Australia

On 4 January, the Minister of External Relations of Brazil, Ambassador Celso Amorim, and the Australian Foreign Minister, the Hon. Alexander Downer MP, had a working meeting in Brasilia, during which they reiterated a shared commitment to intensify the bilateral relationship. Minister Downer is visiting Brazil from 4 to 5 January 2006.

During their meeting, the two ministers discussed prospective joint initiatives, with a view to deepening the bilateral relationship between Australia and Brazil, which celebrated 60 years of diplomatic relations in 2005. The two Foreign Ministers exchanged views on regional and international developments and analysed the main themes of the bilateral agenda, in a spirit of friendly relations between the two countries.

President Luiz Inacio Lula da Silva received Minister /Alexander Downer in Brasilia in the afternoon. During this meeting the bilateral and economic relationship, based on growing trade and investment links, was highlighted. Special attention was drawn to the intensification of people-to-people links, which had been expanding in recent years, particularly in areas such as education. They reaffirmed their commitment to the strengthening of the bilateral relationship.

The two Ministers agreed the following:

1. They reaffirmed their shared view that reform of the UN Security Council is needed in order to make it more compatible with today’s geopolitical realities and to ensure it can function efficiently, with representativeness and legitimacy. Minister Amorim, in the name of the Brazilian Government, expressed appreciation for Australia’s public support for Brazil’s candidature for a permanent seat on the Security Council.

2. They reiterated the terms of the joint declaration of the Cairns Group and G20 in the context of the WTO Doha Round negotiations, on the occasion of the VI WTO Ministerial meeting in Hong Kong. This declaration affirmed that progress in the agriculture negotiations is crucial to the success of the Round and that the two groups are united in their efforts to secure the removal of distortions in international agricultural trade. Improved access to the world’s markets for agricultural products has long been one of the highest trade priorities for Brazil and Australia. Both Ministers also welcomed the agreement reached in Hong Kong on 2013 as an end date for the total elimination of agricultural export subsidies, noting the agreement on a mid-term target.

3. They reaffirmed interest in taking forward negotiations for an Air Services Agreement between Brazil and Australia. This agreement will have the effect of intensifying trade, tourism, education exchange and cultural relations between the two countries.

4. They welcomed strong growth in the

volume of bilateral trade and the prospects for increased investment flows. They noted Australian participation in the Brazilian mining industry was significant and increasing, and that Australian interest in the Brazilian agribusiness sector was also growing. They praised the initiative to create, under the auspices of the Brazil-Australia Commercial Agreement of 1978, a Bilateral Trade and Investment Commission.

5. They recognised the desirability of sending a technical mission from Biosecurity Australia to Brazil to verify the conditions of sanitary control and preventive measures applied by the Brazilian Government in order to examine conditions under which the suspension of beef products and derivatives and dairy products might be lifted.

6. They welcomed the efforts that have been made in the area of education cooperation and capacity building since the signature of a Memorandum of Understanding in April 2005 by the education ministers of the two countries. They highlighted prospects for collaboration in the field of Vocational and Technical Education, where Australian expertise could benefit Brazil. Minister Amorim highlighted a Brazilian offer to establish a Chair of Portuguese language and Brazilian civilisation at the Australian National University. Minister Downer noted that Australia would welcome a possible visit by the Brazilian Education Minister, Fernando Haddad, and education delegation in April 2006.

7. They agreed that science and technology is a promising sphere of bilateral cooperation, including areas such as livestock science, nanotechnology, biotechnology, aquaculture and oceanography.

8. They expressed satisfaction with the results of the work of the Australian Biofuels Taskforce, created in May 2005, which established measures to support the introduction of ethanol and biodiesel as energy sources in Australia. They recognised potential benefits that may accrue to Australia and Brazil from the addition of ethanol to gasoline in third countries. The Ministers agreed on the desirability of further visits

and exchanges between experts to study bilateral cooperation on biofuels.

9. They expressed support for efforts being made by Mercosul and CER (Closer Economic Relations between Australia and New Zealand) countries to continue constructive dialogue that will bring the countries involved closer together.

10. Minister Amorim announced his intention to visit Australia in the second half of 2006 to deepen discussions on the bilateral relationship.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 (5 de janeiro de 2006)

No dia 18 de janeiro de 2006, o Presidente da República Argentina, Néstor Kirchner, realizará visita de Estado ao Brasil, em retribuição à visita de igual categoria realizada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 16 e 17 de outubro de 2003.

O Presidente Kirchner será acompanhado por importante comitiva ministerial, o que possibilitará a realização de reuniões setoriais entre autoridades dos dois países com vistas a aprofundar a integração entre as duas sociedades, para além dos avanços já produzidos no encontro presidencial de 30 de novembro de 2005, em Puerto Iguazú.

Com o objetivo de preparar o encontro presidencial e avançar no exercício habitual de concertação política entre ambas as Chancelarias, o novo Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Embaixador Jorge Taiana, virá ao Brasil em 11 de janeiro, para encontro com o Ministro Celso Amorim, em sua primeira visita oficial após a nomeação para o cargo. O Chanceler argentino se fará acompanhar do Secretário de Relações Exteriores (Vice-Chanceler), Embaixador Roberto García Moritán, do Secretário de Relações Econômicas Internacionais, Embaixador Alfredo Chiaradía, do Subsecretário de Integração Econômica Americana e Mercosul, Embaixador Eduardo Sigal, e do Subsecretário de Política Latino-Americana, Embaixador Leonardo

Franco, possibilitando, assim, intensa coordenação entre as cúpulas das duas Chancelarias.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro Interino de Israel (5 de janeiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert:

“Senhor Primeiro-Ministro interino,

Recebi, com preocupação, a notícia do agravamento do estado de saúde do Primeiro-Ministro Ariel Sharon. Em nome do Governo e do povo brasileiros, e em meu próprio nome, transmito a Vossa Excelência meus melhores votos para a recuperação do Primeiro-Ministro, cuja atuação pessoal tem desempenhado papel de fundamental importância nos esforços de paz em curso no Oriente Médio.

Guardo forte lembrança do encontro com Vossa Excelência em Brasília em março passado e formulo votos de pleno êxito em suas elevadas funções na chefia interina do Governo do Estado de Israel.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

Projeto de resolução para reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (5 de janeiro de 2006)

Brasil, Alemanha e Índia reapresentaram, na 60ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 5 de janeiro de 2006, projeto de resolução (A/60/L.46) sobre a reforma do Conselho de Segurança. De teor idêntico ao projeto A/59/L.64, que havia sido apresentado à 59ª Sessão da Assembleia Geral, em julho de 2005, o projeto prevê a criação de dez novos assentos no Conselho de Segurança, dos quais seis permanentes e quatro não-permanentes. Prevê,

ainda, a reforma dos métodos de trabalho do Conselho, de modo a torná-los mais transparentes e eficientes.

Por ocasião da tabulação do projeto, Brasil, Alemanha e Índia emitiram a seguinte nota explicativa:

“O projeto de resolução do G-4 de 6 de julho de 2005 (L.64), que angariou apoio bastante amplo entre os membros das Nações Unidas na 59ª Sessão da Assembleia Geral, foi tabulado novamente hoje por Brasil, Alemanha e Índia. É amplamente reconhecido que nenhum outro modelo de reforma e expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas obteve grau tão alto de endosso. Uma reforma abrangente do Conselho de Segurança vai atualizá-lo em conformidade com a realidade contemporânea e fortalecerá as Nações Unidas como um todo. O objetivo de reapresentar a resolução é suscitar uma dinâmica positiva no processo de reforma do Conselho de Segurança, como foi enfatizado no Documento Final da Cúpula Mundial realizada em setembro de 2005.

Brasil, Alemanha e Índia manterão o quadro de cooperação no G-4 com o Japão. Nós permanecemos dispostos a debater o projeto de resolução com todos os Estados membros genuinamente interessados na reforma e a considerar possíveis emendas com vistas a ampliar a base de apoio. Não almejamos levar o projeto a voto no futuro imediato, mas pretendemos explorar a possibilidade de nos aliarmos a todos os Estados membros que apoiem a reforma estrutural do Conselho de Segurança. Nesse contexto, sentimo-nos encorajados pelos esforços da União Africana e tomamos nota do projeto de Grupo de Países “S5” (Cingapura, Costa Rica, Jordânia, Liechtenstein e Suíça), os quais compartilham em alto grau os objetivos de reforma deste projeto de resolução.

Também é encorajador que o Presidente da Assembleia Geral tenha recentemente tomado nota da necessidade de modernizar o Conselho de Segurança, bem como ressaltado a continuada disposição dos membros das Nações Unidas de

concretizar esse objetivo.

Esperamos que a tabulação do projeto de resolução do G-4 gere novo ímpeto para a reforma do Conselho de Segurança, sem a qual a reforma geral das Nações Unidas ficará incompleta, como foi afirmado em diversas ocasiões, inclusive pelo Secretário-Geral da ONU.”

Mensagem do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalom (6 de janeiro de 2006)

O Ministro Celso Amorim enviou hoje a seguinte mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalom:

“Senhor Ministro,

Estou acompanhando, com apreensão, as notícias sobre o estado de saúde do Primeiro-Ministro Ariel Sharon.

Em nome do Governo e do povo brasileiros, transmito a Vossa Excelência meus melhores votos para um pronto restabelecimento do Primeiro-Ministro, personalidade que ocupa papel central no cenário político israelense e cuja atuação pessoal tem sido decisiva para a obtenção de avanços no processo de paz.

Guardo viva recordação da excelente acolhida que recebi do Primeiro-Ministro Sharon por ocasião da visita que efetuei a Israel em maio último. Ficou-me, daquele encontro, a convicção de que o Chefe de Governo israelense está genuína e sinceramente empenhado em lograr, com a valiosa colaboração de Vossa Excelência, um efetivo estreitamento dos vínculos de amizade e cooperação entre nossos países.

Atenciosamente,

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil”

Declaração da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) sobre eleições no Haiti (6 de janeiro de 2006)

A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) reitera seu apoio ao esforço de países da região e da comunidade internacional para o fortalecimento da segurança, a revitalização das instituições e o desenvolvimento do Haiti. Esse esforço, entretanto, apenas terá sentido se direcionado para o processo de normalização do país, no qual é fundamental a pronta realização de eleições livres, transparentes e amplas.

A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) condena todas as ações que pretendam obstar ao bom encaminhamento daquele processo eleitoral. Nesse sentido, apela às autoridades haitianas, em especial ao Governo de Transição e ao Conselho Eleitoral Provisório, para que prestem todo o apoio necessário aos esforços da comunidade internacional, conduzidos pela ONU e OEA, para a realização das eleições.

A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) considera essencial que o Governo de Transição e o Conselho Eleitoral Provisório fixem, no mais breve prazo possível, uma data para a realização daquele pleito.

Falecimento do General-de-Divisão Urano Teixeira da Matta Bacellar (7 de janeiro de 2006)

A Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República divulgou hoje a seguinte Nota:

“O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, manifesta seu profundo pesar pelo falecimento do General Urano Teixeira da Matta Bacellar. O General Urano Bacellar, conhecido por seu preparo e competência, vinha conduzindo com excelência e grande responsabilidade a difícil tarefa de comandar o Componente Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). O Presidente Lula estende os seus

sentimentos aos familiares do General Urano Bacellar, neste momento de dor e tristeza.

O Presidente da República orientou o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a manifestar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, a expectativa do Governo brasileiro de que a ONU conduza imediata e ampla investigação sobre o assunto. Orientou, também, os ministérios da Defesa, Relações Exteriores e Gabinete de Segurança Institucional a coordenarem o acompanhamento pelo Brasil destas investigações e determinou que equipe dos órgãos brasileiros envolvidos se desloque imediatamente ao Haiti.

Por fim, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reitera sua plena confiança no trabalho desenvolvido pelas tropas brasileiras no Haiti e reafirma a determinação do governo brasileiro de continuar apoiando o povo haitiano na construção da paz e normalização política daquele País.”

Visita ao Brasil do Chanceler da Argentina - 11 de janeiro de 2006 (9 de janeiro de 2006)

O Chanceler da Argentina, Embaixador Jorge Taiana, realizará visita oficial ao Brasil no dia 11 de janeiro corrente. Estará acompanhado do Vice-Chanceler, Embaixador Roberto García Moritán, do Secretário de Relações Econômicas Internacionais, do Subsecretário de Integração Econômica Americana e Mercosul, e do Subsecretário de Política Latino-Americana. O Chanceler argentino manterá reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, seguida de almoço no Palácio Itamaraty. Está prevista visita de cortesia ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A visita será a primeira ao exterior realizada pelo Embaixador Taiana na sua condição de Chanceler e servirá para preparar a visita de Estado do Presidente Néstor Kirchner ao Brasil, prevista para o dia 18. Serão repassados os principais temas de interesse bilateral, dentre os quais a implementação da agenda de trabalho resultante dos acordos firmados no último dia 30 de novembro (Dia da

Amizade Brasil-Argentina) nas áreas de energia, transportes, comércio e outras. Serão discutidos, também, assuntos da agenda global e regional.

Visita ao Brasil do Presidente eleito da Bolívia (10 de janeiro de 2006)

O Presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, realizará visita ao Brasil no dia 13 de janeiro e será recebido em audiência pelo Presidente da Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil é parceiro importante da Bolívia e deverá reforçar ainda mais os laços de cooperação a partir da posse do novo Governo, em 22 de janeiro.

A visita de Evo Morales oferece oportunidade para abordar as perspectivas de cooperação futura nas áreas de comércio, expansão dos investimentos e desenvolvimento de programas sociais. O encontro presidencial deverá sublinhar o papel fundamental da Bolívia no esforço de consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. A Bolívia, juntamente com o Brasil e o Peru, forma a Tróica da Comunidade e deverá ser anfitriã da II Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da Comunidade, a realizar-se em 2006.

Determinação final de dumping do Departamento de Comércio dos EUA para as importações brasileiras de suco de laranja (10 de janeiro de 2006)

O Governo brasileiro recebeu com desagrado a determinação final do Departamento de Comércio dos EUA que concluiu haver prática de dumping nas importações de suco de laranja do Brasil. O suco de laranja brasileiro é amplamente reconhecido no mercado internacional como muito competitivo em razão dos seus baixos custos de produção.

O Governo brasileiro reafirma sua preocupação com a possibilidade de que as exportações brasileiras venham a sofrer a imposição de medida restritiva de comércio, adicional ao já elevado imposto de importação vigente de US\$ 418 por tonelada, frustrando as justas expectativas dos

produtores brasileiros de acesso desimpedido ao mercado norte-americano.

O Governo brasileiro espera que a determinação de dano da Comissão Internacional de Comércio recomende o encerramento da investigação sem a imposição de medidas antidumping, reconhecendo que as exportações brasileiras tem desempenhado papel importante para evitar crises de abastecimento no mercado norte-americano.

O Governo brasileiro e o setor privado estão realizando cuidadosa avaliação dos procedimentos e condições adotados na investigação sobre o suco de laranja brasileiro, tanto na determinação de dumping quanto na de dano, com vistas a verificar se as disciplinas da OMC estão sendo plenamente observadas e a tomar as medidas apropriadas.

Visita ao Brasil do Chanceler da Argentina – Comunicado de Imprensa (11 de janeiro de 2006)

Brasília, 11 de janeiro de 2006

A convite do Chanceler Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Embaixador Jorge Taiana, que assumiu o cargo em 12/12/05, fez visita oficial ao Brasil no dia 11 de janeiro. É a primeira visita ao exterior realizada pelo Embaixador Taiana na sua condição de Chanceler.

A visita teve por objetivo preparar a próxima visita de Estado do Presidente Kirchner ao Brasil, a realizar-se no próximo dia 18, e repassar os principais temas de interesse bilateral, dentre os quais a implementação do amplo programa de trabalho resultante dos acordos firmados no último dia 30 de novembro (Dia da Amizade Brasil-Argentina). Nesse contexto, trataram também de temas da agenda econômico-comercial.

O Chanceler Jorge Taiana e o Chanceler Celso Amorim examinaram questões relativas à integração da América do Sul e à consolidação do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Foram discutidos temas da agenda global e

regional e, mais uma vez, ficou marcada a ampla convergência de valores entre os dois países. Os Chanceleres ressaltaram a excepcional cooperação entre a Argentina e o Brasil no âmbito do G-20. Comprometeram-se a redobrar esforços para concluir com êxito a Rodada Doha, tendo presente a perspectiva positiva de avanço nos trabalhos.

Os Chanceleres referiram-se ao fato de que a delegação argentina junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas conta com a participação de diplomata brasileiro, em reciprocidade à participação de diplomata argentino na delegação brasileira junto ao Conselho no biênio 2004-2005.

Discutiram, igualmente, aprofundar o mecanismo de consultas entre as duas Chancelarias, em formato a ser definido pelos Presidentes dos dois países na visita da próxima semana.

O Chanceler Taiana fez-se acompanhar de importante comitiva que incluiu toda a Cúpula da Chancelaria argentina, a saber: o Embaixador Roberto García Moritán, Vice-Chanceler; o Secretário de Relações Econômicas Internacionais; o Subsecretário de Integração Econômica Americana e Mercosul; e o Subsecretário de Política Latino-Americana.

Reeleição do Embaixador Lindgren Alves para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (13 de janeiro de 2006)

O Embaixador José Augusto Lindgren Alves foi reeleito para o cargo de perito membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), em eleições realizadas na sede das Nações Unidas, em Nova York. O candidato brasileiro foi o mais votado entre os 13 concorrentes ao Comitê, havendo obtido os votos de 150 dos 168 Estados presentes e votantes. Trata-se de uma das maiores votações já obtidas para um órgão internacional de direitos humanos.

O Embaixador Lindgren Alves possui extensa experiência na proteção internacional dos direitos

humanos, tanto por sua atuação como diplomata como por sua atividade acadêmica na área dos direitos humanos. Atualmente Embaixador do Brasil junto à Bulgária, assumirá em breve a Embaixada junto à Hungria.

O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial é o órgão encarregado de supervisionar o cumprimento pelos Estados da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966. A participação do Embaixador Lindgren Alves no CERD se enquadra na política brasileira de estimular a presença de peritos nacionais de elevado perfil nos órgãos internacionais de supervisão de tratados de direitos humanos. O Brasil conta atualmente com representantes na Corte Interamericana de Direitos Humanos, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na Subcomissão de Promoção e Proteção de Direitos Humanos das Nações Unidas, no Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e no Grupo de Peritos Eminentemente Independentes sobre a Implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban.

A reeleição do Embaixador Lindgren Alves reflete ainda o reconhecimento internacional da atuação do Brasil no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. O Brasil é um dos poucos países a dispor de um órgão estatal de nível ministerial encarregado da promoção da igualdade racial, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. A Secretaria, em conjunto com o Itamaraty e organizações da sociedade civil, está organizando a Conferência Regional das Américas, a realizar-se em abril próximo, destinada a revisar a implementação no continente dos compromissos assumidos nas Conferências contra o Racismo em Santiago (2000) e em Durban (2001). Além disso, o Brasil atualmente preside, no âmbito da OEA, Grupo de Trabalho encarregado de elaborar projeto de convenção interamericana contra o racismo e todas as formas de discriminação.

Encerramento de investigação dos EUA contra o Brasil no âmbito do SGP (13 de janeiro de 2006)

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão do Governo norte-americano de encerrar a investigação contra o Brasil no âmbito das revisões periódicas do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA, divulgada hoje, dia 13 de janeiro. O Representante Comercial dos EUA, Rob Portman, telefonou ao Ministro Celso Amorim para informá-lo da decisão.

O assunto foi tratado pelo Presidente Lula com o Presidente Bush quando de sua visita ao Brasil no final do ano passado. O encerramento da investigação representa importante vitória para o Brasil e para os exportadores brasileiros, uma vez que assegura a preservação do atual regime do SGP.

A investigação teve início em 2000, mediante petição dos setores ligados à proteção dos direitos autorais (audiovisual, fonográfico, software e editorial) nos EUA, com o objetivo de reavaliar os benefícios atribuídos ao Brasil no quadro do SGP, sob alegações de “inadequada e ineficaz” proteção aos direitos autorais. Com a decisão dos EUA, ficam, assim, preservadas as preferências tarifárias estendidas a produtos brasileiros no mercado norte-americano ao amparo do SGP.

Em contatos bilaterais, em 2004 e 2005, no âmbito do Mecanismo de Cooperação e Consultas Brasil-EUA, o Governo brasileiro, ademais de recordar a dimensão internacional do fenômeno da pirataria (isto é, a violação de direitos autorais, conforme definição do Acordo TRIPS da OMC), ressaltou, ao lado norte-americano, os esforços sistemáticos do Poder Público para combater o ilícito no Brasil. Tais esforços adquiriram impulso renovado com o estabelecimento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, criado à luz de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria. Por meio de um Plano de 99 Ações, o Conselho tem implementado iniciativas concretas de cunho educacional, institucional, legislativo e repressivo,

como se tem visto nas inúmeras operações rotineiramente efetuadas, em todo o território nacional, pelas autoridades policiais e fazendárias. Foro de coordenação entre órgãos públicos e privados, o Conselho tem características praticamente sem precedentes no mundo.

A decisão do Governo norte-americano reflete o nível positivo do diálogo e o grau de cooperação alcançado entre os dois países, bem como o reconhecimento do notório respeito e proteção da propriedade intelectual no Brasil.

Declaração sobre o Haiti (“Core Group”) - 10 de janeiro de 2006 (13 de janeiro de 2006)

Após a realização de sessões especiais tanto do Conselho de Segurança das Nações Unidas quanto do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, no dia 6 de janeiro, Ministros das Relações Exteriores representando os Estados Membros do “Core Group” realizaram uma série de consultas para considerar cuidadosamente os fatos ocorridos recentemente no Haiti e concordaram com a seguinte declaração:

Apoiamos fortemente a decisão tomada pelo Governo de Transição do Haiti e pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) de promover o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas em 7 de fevereiro, com o segundo turno em 19 de março de 2006, em caso de necessidade. Estamos seguros de que estas datas são realistas e tecnicamente exequíveis, e acreditamos que devem ser mantidas.

Continuamos a apoiar integralmente os esforços realizados pelos parceiros internacionais, especialmente a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e a Missão Especial da OEA para o Haiti, para prover ao CEP a assistência técnica, administrativa e logística necessária. Todas as medidas necessárias devem ser tomadas para assegurar que as dificuldades operacionais remanescentes sejam superadas no futuro imediato.

Um ambiente seguro e estável é ingrediente

essencial para eleições legítimas. Neste sentido, recebemos com satisfação a determinação renovada e o compromisso da MINUSTAH de trabalhar junto com o Governo de Transição do Haiti para melhorar a segurança pública em Porto Príncipe. Recebemos, com satisfação, as mais recentes operações policiais e militares voltadas ao combate de todas as formas de violência, incluindo seqüestros, respeitando os direitos humanos e a legislação humanitária internacional. Condenamos o uso da violência como forma de intimidação política e conclamamos todos os haitianos para que trabalhem por uma democracia mais pacífica e unida.

Lamentamos o falecimento prematuro do General Urano Bacellar e continuamos a apoiar o comando militar do Brasil na MINUSTAH. Recebemos com satisfação a apresentação pelo Governo brasileiro de candidatos para a posição de Comandante Militar da MINUSTAH. Instamos fortemente todos os haitianos a apoiar e cooperar com a MINUSTAH, com o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e com a Missão Especial da OEA. Estamos presentemente considerando o envio de missão de alto nível ao Haiti, a ser efetivada em futuro próximo.

A comunidade internacional está comprometida em assegurar ao povo haitiano o direito de eleger seu novo Governo.

Também acreditamos que os esforços para evitar um retorno ao passado devem ser estendidos para além das próximas eleições. Neste sentido, fazemos um chamamento a todos os líderes políticos, empresariais e da sociedade civil para que se mantenham unidos – no espírito do Código de Conduta e do Pacto para a Governabilidade assinados pela maioria de seus representantes - de forma a criar as condições para a estabilidade pós-eleitoral, que permitirá que o Governo eleito possa assumir suas responsabilidades e que a oposição política democrática possa cumprir o seu papel.

Congratulamo-nos com o povo haitiano que, respondendo de forma positiva ao processo de

registro de eleitores e participando nas atividades relacionadas com a campanha eleitoral, está confirmando, novamente, seu desejo de viver em paz e com democracia. Instamos todos os cidadãos haitianos a cumprir suas responsabilidades cívicas, retirando suas Carteiras Nacionais de Identidade e participando integralmente no processo eleitoral.

Reafirmamos nosso compromisso de continuar acompanhando o povo haitiano e suas autoridades legítimas em seu caminho em direção a uma democracia sustentável.

Emitido por:

A Secretária de Estado dos Estados Unidos da América

O Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil

O Ministro das Relações Exteriores do Canadá

O Ministro das Relações Exteriores do Chile

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia 16-20 de janeiro de 2006 (13 de janeiro de 2006)

Visitará o Brasil, de 16 a 20 de janeiro corrente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah. No dia 17, o Ministro Celso Amorim receberá o visitante em audiência e encerrará com seu homólogo os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Tunísia. Em seguida, será oferecido almoço oficial no Itamaraty. O Chanceler tunisiano será também recebido pelo Vice-Presidente da República e pelo Presidente da Câmara dos Deputados, entre outras autoridades.

A visita do Chanceler Abdallah representa oportunidade para desenvolver a aproximação entre os dois países, na seqüência da viagem do Ministro Celso Amorim a Túnis, em fevereiro de 2005.

As relações comerciais do Brasil com a Tunísia têm experimentado apreciável aumento nos

últimos anos. O comércio bilateral cresceu 89% entre 2003 e 2004, passando de US\$ 98 milhões para US\$ 186 milhões. O programa do Ministro Abdallah terá importante componente empresarial, estando previstas visitas à EMBRAER e à sede da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), em São Paulo, para a abertura de seminário sobre oportunidades de negócios e investimentos na Tunísia. Existem, ademais, possibilidades de ampliação do intercâmbio no setor pecuário, como a importação de carne e de espécies vivas do Brasil.

Participação do Brasil na Missão das Nações Unidas no Haiti (16 de janeiro de 2006)

A propósito de matérias veiculadas sobre a participação do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, cabe salientar que a decisão de enviar tropas para a MINUSTAH originou-se de iniciativa das Nações Unidas que resultou na aprovação da Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança. Além do Brasil, outros 20 países contribuem com pessoal militar e 32 com pessoal policial para a MINUSTAH. A Missão é, hoje, composta por 7.265 militares (1.222 do Brasil) e 1.741 policiais, além de cerca de 1.100 funcionários civis das Nações Unidas.

O Governo brasileiro, ao aceitar o convite das Nações Unidas para designar o Comandante da Força Militar e ceder tropa, atendeu aos preceitos constitucionais enunciados no artigo 4º da Constituição Federal – entre os quais a prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Ademais, o Brasil cumpriu sua obrigação como membro fundador das Nações Unidas, cuja Carta traz como propósitos fundamentais a ação coletiva para prevenir ameaças à paz e a promoção dos direitos humanos. Somou-se a esses pilares da política externa brasileira a necessidade de demonstrar solidariedade com uma nação das Américas que passava por terrível provação e que, sem ajuda internacional, experimentaria agravamento de seus

conflitos, com maior perda de vidas inocentes. A finalidade mesma da Missão é a retomada, pelo povo haitiano, da plena soberania sobre seu país, pela realização de eleições democráticas, em conformidade com a Constituição do Haiti.

Não se pode colocar preço para o cumprimento das obrigações mais fundamentais de solidariedade do Brasil. Mas, ainda que se ponha de lado a impossibilidade de se abandonar o Haiti à própria sorte, alguns reparos devem ser feitos. Montantes divulgados em matérias de imprensa incluem gastos com a manutenção da tropa, que teriam de ser feitos mesmo que as forças tivessem permanecido no Brasil. As Nações Unidas, pelo sistema de reembolso aplicado a todos os países contribuintes de tropas e equipamentos para operações de paz, já ressarciram o Brasil em mais de R\$ 80 milhões, sem contar os pedidos de reembolso em tramitação, que cobrem meses de 2005. Ao final do processo de tramitação desses pedidos, deverá ser reembolsada parcela ainda maior dos gastos do Brasil com a MINUSTAH. Ademais, os equipamentos adquiridos ou reformados para a Missão reverterão, ao término da mesma, para o uso das Forças Armadas brasileiras. Acrescente-se a isso a experiência obtida pelos militares brasileiros na operação de paz no Haiti.

Apesar das dificuldades estruturais do Haiti, o período desde o início das atividades da MINUSTAH testemunhou progressos consideráveis. O caos que se instalara no país foi contido e as atividades violentas de grupos armados ilegais estão praticamente restritas a um bairro de Porto Príncipe : Cité Soleil . O Haiti se encaminha para a realização, em fevereiro e março do corrente ano, de um processo eleitoral sem precedentes em sua história, do ponto de vista da transparência e inclusividade. Cerca de 4 milhões de eleitores estão inscritos, graças aos esforços da MINUSTAH e da OEA, para comparecer às urnas e escolherão para Presidente o candidato que considerarem o mais adequado, cumprindo preceito básico da democracia. Em muitos

casos, o título eleitoral fornecido com apoio da MINUSTAH é a primeira prova formal de cidadania.

O Brasil vem auxiliando o Haiti com cooperação bilateral em áreas como segurança alimentar, administração pública, treinamento técnico e meio ambiente, entre outras. Além disso, mobiliza esforços de organismos regionais e internacionais para que o Haiti obtenha os recursos e apoio necessários para retomar o desenvolvimento. O Governo brasileiro tem também insistido junto aos demais Estados para que ampliem sua cooperação com o Haiti, em especial com recursos para o desenvolvimento que beneficiem direta e imediatamente a população haitiana mais pobre. A comunidade internacional, em particular os países da América Latina e do Caribe, tem reiteradamente demonstrado reconhecimento e apreço pela contribuição brasileira à MINUSTAH. O desempenho da tropa brasileira é unanimemente elogiado, a exemplo do que aconteceu em operações de paz anteriores, em Angola, Moçambique, Timor Leste e outros países.

Mensagem de congratulações do Ministro Celso Amorim à Presidente - eleita do Chile (16 de janeiro de 2006)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, enviou hoje a seguinte mensagem à Presidente – eleita do Chile, Michelle Bachelet:

“Desejo juntar-me aos cumprimentos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para felicitá-la calorosamente por sua eleição à Presidência do Chile. A vitória de Vossa Excelência representa um reforço para a estabilidade política e a democracia na América do Sul.

Estou seguro de que as relações entre o Brasil e o Chile, na gestão de Vossa Excelência, continuarão a desenvolver-se de maneira positiva, graças à fluidez do diálogo político bilateral e ao apego de nossas sociedades, ambas abertas e pluralistas, aos valores e princípios democráticos.

Estou igualmente convencido de que continuaremos a avançar na definição de soluções construtivas para a grande variedade de questões que conformam as agendas de nossas diplomacias, nos planos bilateral, regional e global.

Receba os melhores votos de felicidade para Vossa Excelência e família.

Mais alta consideração,

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores”

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 (16 de janeiro de 2006)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, fará visita de Estado ao Brasil no próximo dia 18 de janeiro, acompanhado de importante comitiva ministerial. Além de encontrar-se com o Presidente Lula, o Presidente Kirchner será recebido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, e será homenageado em sessão solene no Congresso Nacional.

A visita do Presidente Kirchner dará seguimento ao encontro presidencial em Puerto Iguazú, no dia 30 de novembro de 2005, por ocasião da comemoração dos 20 anos da assinatura da Declaração do Iguazu, e ao encontro dos Chanceleres Celso Amorim e Jorge Taiana, em Brasília, no dia 11 de janeiro corrente.

O objetivo do encontro é aprofundar o diálogo de alto nível entre os dois países. No plano bilateral, serão avaliadas as principais iniciativas em curso para aprofundar a integração política, econômica e social, bem como a implementação dos compromissos assumidos em Puerto Iguazú. Os Presidentes repassarão, também, temas da agenda regional e internacional, como a ampliação do Mercosul, a consolidação da Comunidade Sul-americana de Nações e o processo de estabilização do Haiti.

Encontro Presidencial Trilateral Brasil – Argentina – Venezuela - Brasília, 19 de janeiro de 2006 (16 de janeiro de 2006)

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner e Hugo Chávez deverão manter reunião de trabalho, em 19 de janeiro corrente, na Granja do Torto. O encontro trilateral dará seguimento ao processo de diálogo iniciado em 1º de março de 2005, em Montevideu, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Tabaré Vázquez. Posteriormente, os três Presidentes reuniram-se à margem da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em maio de 2005, em Brasília, e durante a Cúpula do Mercosul, em dezembro último, em Montevideu.

O diálogo de alto nível entre os três países tem impulsionado iniciativas de integração e cooperação nas áreas econômica, comercial, social e de energia. Em cumprimento às decisões dos Presidentes, foram realizadas reuniões de Ministros da área social (Brasília, 29/4/2005), de Ministros de Energia (9/5/2005), de Ministros da Economia (Buenos Aires, 13/6/2005) e de Presidentes de Bancos Centrais (28/4/2005). Como resultado concreto dos encontros, criou-se a Petrosul - instância política de coordenação de ações nas áreas energética e petrolífera – e foi firmado o Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera entre os três países, dentre outras iniciativas.

Na reunião do próximo dia 19, os Presidentes deverão avaliar propostas de cooperação nas áreas de educação, cultura, energia e economia. Terão, também, oportunidade de passar em revista temas da agenda regional e mundial.

Seqüestro do Engenheiro João José Vasconcellos Júnior no Iraque (17 de janeiro de 2006)

O cidadão brasileiro João José Vasconcellos Júnior foi seqüestrado no Iraque, em 19 de janeiro de 2005, quando o comboio que o transportava a Bagdá foi emboscado em estrada vicinal próxima à cidade de Baiji, no chamado Triângulo Sunita. Ao

tomar conhecimento desse lamentável episódio, o Ministério das Relações Exteriores determinou a suas unidades em Brasília e no exterior que procedessem de imediato ao levantamento e análise de todas as informações disponíveis sobre o caso.

A questão do seqüestro do cidadão brasileiro no Iraque foi tratada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro Celso Amorim com interlocutores do mais alto nível. Ouviram de todos a disposição de cooperar com o Governo brasileiro. Essas gestões propiciaram a abertura de novos canais de comunicação, sempre na busca de um desfecho favorável para o caso.

Foi criado grupo para monitorar e avaliar a evolução dos acontecimentos, integrado por funcionários do Itamaraty, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e da Agência Brasileira de Inteligência. As ações desse grupo vêm sendo desenvolvidas em contato permanente com a empresa Norberto Odebrecht, empregadora do Senhor João José Vasconcellos Júnior, e com a família do engenheiro brasileiro.

O Itamaraty adotou uma série de providências com vistas a ampliar a rede de informações sobre o caso e realizar gestões em prol do engenheiro brasileiro. Dentre as iniciativas, cabe destacar o envio à região do Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, para contatos em vários países árabes; o envio a Bagdá do Embaixador do Brasil na Tunísia, Sergio Barcellos Telles, e do Chefe do Núcleo Iraque da Embaixada do Brasil em Amã; a realização de missões a diferentes países, ao longo de 2005; a ampliação dos esforços e gestões conduzidos pelas Embaixadas e Representações brasileiras na região; e a formulação de apelos humanitários, no Brasil e no exterior, em favor da libertação do cidadão brasileiro, com o apoio de personalidades políticas, esportivas e religiosas. Membros das comunidades árabe e islâmica no Brasil também cooperaram na busca de informações sobre o paradeiro do engenheiro brasileiro.

As iniciativas do Governo brasileiro foram –

e continuam a ser – tomadas com a cautela e a discrição necessárias, tendo em conta a natureza sensível e dramática do problema. O seqüestro ocorreu em região conflagrada, foco de intensos bombardeios aéreos e combates. A difícil situação prevalecente no Triângulo Sunita, durante grande parte dos últimos 12 meses, dificultou sobremaneira a realização de investigações.

O Governo brasileiro continua empenhado em obter informações que levem ao esclarecimento do seqüestro e ao desfecho do caso. As Embaixadas brasileiras na região estão mobilizadas e o Núcleo Iraque da Embaixada na Jordânia acompanha todos os desdobramentos e mantém contatos com Governos estrangeiros. Caso necessário, poderão ser organizadas novas missões à região.

Informações de apoio

Tão logo se confirmou o seqüestro do Senhor Vasconcellos Júnior – mediante divulgação, em 22 de janeiro de 2005, pela rede de televisão Al Jazeera, de vídeo contendo imagens de documentos pessoais e pertences do engenheiro brasileiro, assim como de nota de reivindicação da autoria do atentado pelas Brigadas Al Mujaheddin e pelo Exército de Ansar al-Sunna, grupos insurgentes que atuam no território iraquiano –, o Itamaraty determinou a adoção das seguintes providências:

- a) ampliação da rede de contatos para levantamento de informações sobre o caso;
- b) envio imediato à região do Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, para contatos na Jordânia, Síria, Líbano e Palestina, entre outros;
- c) ampliação dos esforços e gestões conduzidos pelas Embaixadas e Representações brasileiras no Oriente Médio e junto a países que passaram por situações semelhantes, como China, França e Itália, ou que estivessem em posição de colaborar, como Espanha, Estados Unidos da América e Reino Unido;
- d) realização de contatos de alto nível com

interlocutores da região, dentre os quais se destaca conversa por telefone do Presidente Lula com o Presidente da Síria, em 25 de janeiro de 2005;

e) formulação de apelos humanitários, no Brasil e no exterior, em prol do cidadão brasileiro;

f) apoio a manifestações da população em favor da libertação do Senhor Vasconcellos Júnior, entre as quais aquelas protagonizadas pela família e por amigos do cidadão brasileiro, bem como as de personalidades políticas, esportivas e religiosas.

Desde o início do caso, o Ministério das Relações Exteriores recebeu valiosa colaboração das comunidades árabe e islâmica no Brasil, cujos representantes, ademais de formularem apelos diretos pela libertação do refém brasileiro, deslocaram-se ao Oriente Médio, onde tiveram oportunidade de acompanhar o Embaixador Ouro-Preto em diversas gestões. Nesse processo, foram acatados e verificados todos os indícios e sugestões considerados pertinentes ou capazes de levar ao desenlace do caso.

Na segunda quinzena de fevereiro de 2005, no contexto da preparação da Cúpula América do Sul-Países Árabes, o Ministro Celso Amorim visitou Jordânia, Palestina, Síria, Arábia Saudita, Omã, Catar, Kuaite, Líbano, Tunísia e Argélia. O tema do seqüestro foi abordado em diversas ocasiões, com interlocutores do mais alto nível (Presidentes, Primeiros-Ministros e Ministros de Estado). O Ministro ouviu de todos a disposição de continuar a cooperar com o Governo brasileiro, inclusive por meio de contatos no Iraque, e de fornecer todas as informações que pudessem ser apuradas.

Na mesma ocasião, o Ministro Amorim renovou, com ampla divulgação, apelo público em prol da libertação do Senhor Vasconcellos Júnior durante participação no Foro Econômico de Jeddah, na Arábia Saudita, e em entrevista concedida aos jornais Al Rayah e Al Ahram, no Catar. As gestões e contatos mantidos na viagem à região possibilitaram o agendamento de encontros adicionais entre o Embaixador Ouro-Preto e autoridades responsáveis

pela área de segurança de países com presença diplomática em Bagdá, para discussão aprofundada do caso.

Ao ser veiculada pela agência italiana ANSA, no dia 5 de março de 2005, notícia de que o Senhor Vasconcellos Júnior teria sido morto – notícia que continua, até o momento, sem confirmação –, o Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio buscou informações adicionais para verificar a sua veracidade. No mesmo sentido, as Representações brasileiras no Oriente Médio e a Embaixada do Brasil em Roma foram orientadas a pesquisar todos os dados disponíveis.

Encontrando-se naquele momento em missão ao exterior, o Ministro Celso Amorim renovou o apelo a que os seqüestradores tornassem pública a real situação do cidadão brasileiro. Tomou, igualmente, a decisão de enviar mais um emissário ao Oriente Médio, em reforço ao trabalho do Embaixador Ouro-Preto. Nesse sentido, missão integrada pelo Embaixador do Brasil na Tunísia, Sergio Barcellos Telles – funcionário de alta competência e profundo conhecedor da realidade regional – e pelo Chefe do Núcleo Iraque da Embaixada do Brasil em Amã, Ministro Paulo Joppert Crissiuma, deslocou-se a Bagdá, na segunda quinzena de março, com vistas a manter contatos e aprofundar gestões em prol do engenheiro brasileiro. A missão reuniu-se na Associação dos Clérigos Muçulmanos e contactou entidades religiosas e civis, Embaixadas e membros do Governo do Iraque, mesmo diante de situações de extremo risco.

Como resultado concreto desse esforço, foi entregue ao Ministro Celso Amorim, no dia 30 de março de 2005, original de documento pertencente ao engenheiro brasileiro, cujos familiares foram imediatamente notificados do fato. Trata-se, aparentemente, do mesmo documento mostrado, no dia 22 de janeiro, pela rede de televisão Al Jazeera.

Por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em maio de 2005, foram realizadas novas gestões pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso

Amorim sobre o seqüestro do Senhor Vasconcellos Júnior junto a Chefes de Estado e de Governo presentes ao encontro. O Embaixador Ouro-Preto retornou ao Oriente Médio, onde se realizavam esforços adicionais a respeito do assunto. Em junho, o Ministro Amorim reiterou apelo em favor do engenheiro brasileiro, por ocasião da Conferência Internacional sobre o Iraque, realizada em Bruxelas.

Diante da continuada incerteza quanto ao paradeiro do engenheiro desaparecido, foram planejadas novas missões ao exterior, conduzidas no segundo semestre de 2005, para contatos com autoridades dos países que haviam tido experiências semelhantes com cidadãos seqüestrados no Iraque. Paralelamente, a família do engenheiro João José Vasconcellos Júnior gravou mensagem com novos apelos pela obtenção de informações, a qual foi enviada a redes de televisão do Oriente Médio para divulgação.

Funcionários do Itamaraty, da ABIN e da empresa Norberto Odebrecht visitaram países europeus e retornaram diversas vezes a países do Oriente Médio, entre julho e novembro de 2005, mas não foi possível concluir as investigações, apesar dos indícios fornecidos e da boa vontade demonstrada pelas autoridades estrangeiras contactadas.

Os contatos sobre o caso têm incluído interlocutores governamentais, autoridades de inteligência, organizações não-governamentais, grupos religiosos e de assistência humanitária, e personalidades do Oriente Médio e de outras regiões. O Governo brasileiro tem agido com firmeza e determinação na busca de um desfecho para o caso, sempre em contato com a empresa Norberto Odebrecht e com a família do Senhor Vasconcellos Júnior.

Novo Comandante da Minustah (17 de janeiro de 2006)

(Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa)

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi

Annan, recebeu, hoje, em Nova York, o General-de-Divisão José Elito Carvalho Siqueira, e o convidou para exercer a função de Comandante da Força Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

O General-de-Divisão José Elito Carvalho Siqueira nasceu em Aracaju (SE), em 26 de novembro de 1946 e ingressou nas Forças Armadas em 1966. É, desde 2004, Comandante da 6ª Região Militar, em Salvador. Foi, anteriormente, Diretor de Recursos Humanos do Exército (2002-2004), Comandante da Aviação do Exército (2000-2002) e da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (1999-2000), entre outros postos importantes. O General Elito tem mestrado e doutorado em Ciências Militares.

A decisão do Secretário-Geral Kofi Annan de convidar o General Elito para exercer o comando da Força da MINUSTAH confirma o apreço das Nações Unidas pela contribuição brasileira à Missão.

O Brasil reitera seu compromisso de solidariedade com o Haiti e com a retomada, pelo povo haitiano, da plenitude das instituições democráticas e do desenvolvimento econômico e social.

Encontro Presidencial para Inauguração da Ponte Assis Brasil - Iñapari (18 de janeiro de 2006)

Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Peru, Alejandro Toledo, manterão encontro na fronteira, em 21 de janeiro de 2006, para a cerimônia de inauguração da ponte sobre o rio Acre, que ligará as cidades de Assis Brasil, no Estado do Acre, e Iñapari, no Peru.

A ponte sobre o rio Acre faz parte do trecho inicial da Rodovia Interoceânica, que ligará o Brasil aos portos marítimos do sul do Peru. Trata-se de obra-símbolo da integração física entre os dois países. Com a inauguração, serão estimuladas as trocas comerciais na região, os investimentos bilaterais e os fluxos turísticos, com efeitos positivos para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Visita de Estado do Presidente Kirchner - Brasília, 18 de janeiro de 2006 - Declaração Conjunta (18 de janeiro de 2006)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Argentina, Néstor Carlos Kirchner, realizou visita de Estado à República Federativa do Brasil no dia 18 de janeiro de 2006.

O Presidente Néstor Kirchner esteve acompanhado de importante comitiva integrada por Ministros de Estado, autoridades provinciais e representantes do Poder Legislativo argentino.

O visitante foi recebido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Os Presidentes recordaram os acordos firmados e os importantes resultados concretos da reunião de cúpula que mantiveram no dia 30 de novembro de 2005, na cidade argentina de Puerto Iguazú, que marcou a celebração do vigésimo aniversário da Declaração de Iguazú.

Reiteraram a vigência, a solidez e o caráter imprescindível da Aliança Estratégica entre o Brasil e a Argentina, pedra de toque da integração sul-americana e fator de progresso, desenvolvimento e estabilidade regional, e reafirmaram a disposição de continuar reforçando as bases para a construção de um futuro comum.

Nesse sentido, decidiram estabelecer novo sistema de consulta e coordenação bilateral, com encontros presidenciais a cada seis meses, precedidos de reuniões dos Chanceleres, e determinar que os Vice-Chanceleres se reúnam a cada três meses.

Passaram em revista a situação regional, marcada por uma ampla convergência de valores que abre perspectivas excepcionais para o aprofundamento da integração. Nesse sentido, destacaram o valor essencial que cabe ao Mercosul nesse processo, e a necessidade de continuar trabalhando para a sua consolidação e ampliação, garantindo benefício adequado a todos os seus membros. Reiteraram, da mesma forma, a plena coincidência no objetivo de avançar em direção da

consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Discutiram a fundo temas de interesse comum da agenda global, entre os quais a processo de reforma das Nações Unidas, cujo êxito é essencial para o desejável e necessário fortalecimento do multilateralismo.

Os dois Presidentes vêem com satisfação os avanços logrados pelos Ministros de Saúde do Brasil e da Argentina desde a assinatura do Protocolo de Intenção relativo ao trabalho conjunto de pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos e vacinas, em especial de retrovirais e reagentes para HIV-AIDS, assim como a decisão de instalar uma fábrica binacional para sua produção. A produção conjunta de medicamentos e de tecnologia avançada ratifica o espírito de maior autonomia sanitária das duas Nações.

Comprometeram-se a manter sempre abertos canais de consulta e concertação sobre esses temas, e renovaram sua disposição permanente de contribuir de maneira ativa e solidária para a solução de situações que possam afetar a paz e a estabilidade regional.

O Presidente Néstor Kirchner agradeceu a amável hospitalidade recebida do povo e do Governo do Brasil.

Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Abdullah Gül (18 de janeiro de 2006)

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Abdullah Gül, realizará visita oficial ao Brasil no período de 18 a 21 de janeiro corrente. A comitiva será integrada por cerca de 50 pessoas, entre representantes de diferentes setores do Governo turco, empresários e parlamentares.

A vinda ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro reflete o elevado grau de interesse mútuo na dinamização das relações políticas e comerciais. São exemplos dessa dinamização a visita do Ministro

Celso Amorim à Turquia, em março de 2004 – a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país – e a realização, em Brasília, em outubro daquele mesmo ano, da I Reunião da Comissão de Cooperação Econômica Comercial e Industrial.

O Presidente da República concederá audiência na tarde do dia 19 ao Vice-Primeiro-Ministro Gül, que será recebido igualmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Ministro da Relações Exteriores e por outras autoridades. Na noite do dia 19, o Vice-Primeiro-Ministro Gül e sua comitiva serão homenageados em jantar no Itamaraty.

Durante a visita, será firmado Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, a ser presidida pelos Chanceleres de ambos os países, com o objetivo de ampliar o diálogo em áreas como comércio, finanças e investimentos, ciência e tecnologia, indústria de defesa, turismo e cultura. Será assinado, também, Memorando de Entendimento para Estabelecer Cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e da Turquia.

De Brasília, o Vice-Primeiro-Ministro Gül e delegação seguirão, no dia 20, para São Paulo, onde participarão, na sede da FIESP, de cerimônia de criação do Conselho Empresarial Brasil-Turquia. Ainda na capital paulista, comparecerão à cerimônia de inauguração da sede de Consulado-Honorário da Turquia. Está prevista, igualmente, visita às instalações da EMBRAER, em São José dos Campos.

Lançamento da Campanha Internacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres (18 de janeiro de 2006)

Será realizada, no próximo dia 20 (sexta-feira), às 16:00hs, na Sala dos Tratados do Palácio Itamaraty, cerimônia de lançamento da Campanha Internacional contra o Tráfico de Animais Silvestres. A iniciativa, realizada em parceria com a RENCITAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres -, busca mobilizar a comunidade internacional no combate a essa atividade ilícita, que

provoca danos irreparáveis à biodiversidade, particularmente dos países em desenvolvimento.

Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior estarão atuando na divulgação e promoção da Campanha. Representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e da RENCITAS viajarão ao exterior, a países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Espanha, para buscar a adesão de governos e da sociedade civil internacional a essa importante iniciativa brasileira.

Segundo o I Relatório Nacional sobre o tráfico de animais silvestres no Brasil, produzido pela RENCITAS em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, cerca de 38 milhões de animais são retirados ilegalmente dos ecossistemas brasileiros todos os anos. De cada 10 animais, apenas 1 consegue chegar às mãos do comprador final, ao passo que 9 acabam morrendo durante a captura ou transporte.

Aproximadamente 40% dos animais traficados no Brasil têm como destino os mercados internacionais. O tráfico da biodiversidade é considerado a terceira maior atividade ilegal do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas e drogas.

Para maiores informações:

MRE: (61) 3411-6674 / E-mail: misi@mre.gov.br

Encontro dos Presidentes Lula, Kirchner e Chávez - Declaração Conjunta - Brasília, 19 de janeiro de 2006 (19 de janeiro de 2006)

Para aprofundar o diálogo político trilateral, os Presidentes da Nação Argentina, Néstor Kirchner, da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, e da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram novo encontro presidencial, em Brasília, no dia 19 de janeiro de 2006.

2. Os Presidentes Chávez, Kirchner e Lula saudaram a eleição de Evo Morales como Presidente da Bolívia em 18 de dezembro passado. As eleições representaram um fortalecimento da democracia e autodeterminação dos bolivianos. Os Presidentes

manifestaram interesse em desenvolver ações conjuntas com vistas a apoiar o processo de estabilização política, econômica e social da Bolívia, inclusive através da intensificação do comércio e investimentos que fomentem a complementação produtiva, e do reforço dos laços de integração física e econômica.

3. Os Presidentes renovaram compromisso com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Congratularam-se com os avanços logrados no sentido do fortalecimento institucional da CASA. Recordaram que a essência da CASA é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul. Destacaram a realização na Bolívia, em 2006, da próxima reunião de Cúpula da CASA, assim como o oferecimento, por parte do Chile, para sediar a próxima reunião de Chanceleres.

4. Os Presidentes registraram também que o ano de 2006 será particularmente importante para o fortalecimento da democracia na região, com a realização de eleições presidenciais no Chile, Peru, Colômbia, Equador, Brasil e Venezuela, e também no México e na Nicarágua, além das eleições parlamentares na Guiana que resultarão na composição de um novo Governo.

5. Os Presidentes manifestaram sua satisfação diante da adesão plena da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, nos termos da decisão adotada na última Cúpula Presidencial realizada em dezembro de 2005, em Montevideu.

6. Os Presidentes reconheceram a existência de assimetrias entre os países da região e manifestaram sua vontade de buscar os mecanismos e soluções que permitam fortalecer a integração com base na complementação das economias e na integração de cadeias produtivas.

7. Os Presidentes expressaram satisfação com a assinatura, em 9 de dezembro de 2005, em Montevideu, do Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera, que representa passo concreto na consolidação da integração energética

entre os três países. Manifestaram satisfação com o pronto início das atividades dos mecanismos de coordenação estabelecidos no Memorando de Entendimento com vistas a definir o cronograma de trabalho para concretização da interconexão gasífera.

8. Os Presidentes reiteraram os termos de sua Declaração sobre Integração Gasífera Sul-americana, emitida em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005, na qual convidaram todos os países da região a unir-se à iniciativa de interconexão gasífera sul-americana.

9. Reafirmaram os princípios da Declaração de Caracas dos Ministros de Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações, de 26 de setembro de 2005.

10. Coincidiram na necessidade de desenvolver uma agenda comum em matéria de mineração, tendo presente os princípios de solidariedade, cooperação, complementaridade, equidade e sustentabilidade, a fim de desenvolver programas para o aproveitamento racional e soberano dos recursos minerais, propiciando a formação e capacitação de recursos humanos, intercâmbio de informações, investimentos, transferência de tecnologia de baixo impacto ambiental e intercâmbio de experiências.

11. Reafirmaram a necessidade de apoiar a articulação de redes de atores sociais como mecanismo de integração, através de processos de complementação horizontal para uma verdadeira transformação econômica.

12. Conscientes da importância da economia social como via para a erradicação da pobreza e da exclusão social, reconheceram a necessidade de fomentar políticas públicas de apoio a iniciativas locais, através de projetos sócio-produtivos para a melhoria das condições de vida das comunidades.

13. Os Presidentes endossaram os resultados das reuniões setoriais realizadas em cumprimento ao disposto na Declaração Conjunta de 2 de março, a saber: a) Reunião de Ministros da Área Social; b) Reunião de Ministros de Energia; c) Reunião de Ministros da Economia ou da Fazenda; e d) Reunião

de Presidentes de Bancos Centrais.

14. Com vistas a dar seguimento ao processo de cooperação trilateral, os Presidentes encomendaram a seus Ministros a implementação das seguintes ações em suas respectivas áreas de atuação:

Energia e Petróleo

Convocar a I Reunião do Conselho Ministerial da Petrosul, com vistas a definir um plano de trabalho e avaliar o estágio de execução dos projetos previstos no seu memorando constitutivo.

Encomendar aos Ministros da área de Energia prioridade na realização dos estudos relativos à interconexão gasífera sul-americana, incluindo a participação de outros países interessados da região.

Área Social

Convocar nova reunião, no primeiro trimestre deste ano, para avaliar as iniciativas de cooperação na área social. A erradicação do analfabetismo na região deverá merecer atenção prioritária.

Universidade do Sul

Encomendar aos Ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia a elaboração de um programa de cooperação na área educacional, científica e tecnológica, assim como o exame de formas para estimular a mobilidade de estudantes universitários e pesquisadores entre os três países. Coincidiram que a Universidade do Sul deve entrelaçar as universidades dos três países no conceito de uma grande cidade universitária comum.

Telesul

Determinar estreita cooperação entre a Telesul e a TVBrasil com vistas ao intercâmbio de conteúdos para melhor conhecimento e divulgação da realidade política, econômica e social da América do Sul entre os povos da região.

Economia e Fazenda

Convocar nova reunião para avançar na consideração de questões relativas à cooperação

financeira, participação nos foros financeiros regionais e internacionais, e financiamento de projetos de integração da infra-estrutura física da América do Sul, inclusive a proposta de um Banco do Sul.

Reunião de Presidentes dos Bancos Centrais

Solicitar aos Presidentes dos Bancos Centrais que passem a realizar reuniões semestrais para aprofundar a discussão de temas relativos à política monetária, operações de mercado aberto e desenvolvimento de mercados de crédito domésticos que favoreçam especialmente pequenas e médias empresas.

15. Os Presidentes decidiram realizar sua próxima reunião para examinar os avanços na implementação deste programa de trabalho no dia 10 de março, na cidade de Mendoza, República Argentina.

Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Bolívia para a posse do Presidente Evo Morales - La Paz, 22 de janeiro de 2006 (19 de janeiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no dia 22 de janeiro, em La Paz, da cerimônia de posse do novo Governo boliviano.

A presença do Presidente Lula reflete o irrestrito apoio brasileiro à democracia e à estabilidade política e social na Bolívia, assim como a disposição de cooperar para que aquele país possa participar crescentemente dos esforços voltados para a integração da América do Sul. O Brasil espera aprofundar a cooperação com o novo Governo boliviano, sobretudo nas áreas de integração física e econômica, gestão de governo, saúde, educação e combate à pobreza.

Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa. (19 de janeiro de 2006)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da

Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa, visitará o Brasil em 20 de janeiro corrente. Portador de carta do Rei Mohamed VI ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Chanceler marroquino será recebido pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, e pelo Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem.

As relações entre o Brasil e o Marrocos são marcadas pelo bom entendimento político. O Brasil possui Embaixada residente em Rabat desde 1963. A Embaixada do Marrocos no Brasil foi estabelecida em 1967. Em 2004, o Rei do Marrocos e o Chanceler Benaïssa visitaram o Brasil, tendo o Chanceler Celso Amorim visitado a capital marroquina em março de 2005. A troca de visitas reflete a disposição marroquina de buscar maior aproximação com a América do Sul, bem como a prioridade que o Brasil vem conferido à África nos últimos anos.

As posições dos dois países são convergentes em diversas questões internacionais. O Marrocos apoiou, desde o princípio, a iniciativa da Cúpula América do Sul – Países Árabes (Brasília, maio de 2005) e, além de ter promovido reunião preparatória do primeiro evento, em Marraqueche, ofereceu-se para sediar a segunda reunião de Cúpula do foro em 2008.

O comércio bilateral atingiu, em 2005, US\$ 725,4 milhões. As exportações brasileiras, no valor de US\$ 414 milhões, aumentaram 76% em comparação com US\$ 234,9 milhões em 2002. Já as importações passaram de US\$ 146,4 milhões, em 2002, para US\$ 311,3 milhões, em 2005 (aumento de 113 %). Em 2005, o saldo comercial esteve em torno de US\$ 102,7 milhões, favorável ao Brasil.

Caso Jean Charles de Menezes: Relatório da Comissão Independente (19 de janeiro de 2006)

A Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC) entregou hoje, 19 de janeiro, ao “Crown Prosecution Service”, órgão equivalente à Procuradoria-Geral da República, o relatório final da

investigação sobre a morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, em 22 de julho passado, no metrô de Londres. O relatório deverá determinar se houve negligência na atuação dos policiais e apurar as respectivas responsabilidades.

Segundo a IPCC, o relatório foi também entregue, entre outros órgãos, ao Ministério do Interior e à própria Polícia Metropolitana de Londres. A família de Jean Charles e o Governo brasileiro não tiveram, até o momento, acesso ao documento, ainda que o Governo brasileiro tenha sido hoje informalmente comunicado da disposição do Inspetor-Chefe e de advogado da Procuradoria de deslocarem-se ao Brasil para informar a família e as autoridades competentes dos resultados da investigação.

O Governo brasileiro manifesta sua preocupação com o fato de que os acusados possam ter conhecimento das conclusões da IPCC antes da família da vítima. Seria preferível que todas as partes envolvidas tivessem acesso ao relatório de forma simultânea.

O Consulado-Geral do Brasil em Londres está sendo instruído a examinar em conjunto com a família medidas apropriadas sobre o assunto.

Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa - Brasília, 20 de janeiro de 2006 (20 de janeiro de 2006)

No quadro das consultas políticas periódicas entre o Reino do Marrocos e a República Federativa do Brasil, o Senhor Mohamed Benaïssa, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, realizou Visita Oficial a Brasília, em 20 de janeiro de 2006.

Durante a visita, o Senhor Mohamed Benaïssa foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

O Senhor Benaïssa também se entrevistou

com o Senhor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial do Presidente da República, encarregado dos assuntos internacionais e diplomáticos.

O Senhor Mohamed Benaïssa foi, igualmente, recebido pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Os dois Ministros destacaram os sentimentos de estima e consideração mútua que partilham Sua Majestade o Rei Mohamed VI e Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e saudaram os resultados altamente positivos da Visita de Estado realizada pelo Soberano ao Brasil, em 2004, os quais deram forte impulso às relações bilaterais.

A esse respeito, reafirmando sua determinação de utilizar todos os meios para reforçar e diversificar, ainda mais, as relações de cooperação bilateral em todos os domínios, os dois Ministros sublinharam a importância de celebrar-se a Primeira Sessão da Comissão Mista Marrocos-Brasil, prevista pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 13 de julho de 1990, no contexto da dinamização dessa cooperação. Tal reunião deverá realizar-se no Marrocos, ainda no primeiro semestre de 2005, em data a ser acordada pela via diplomática.

As duas partes tomaram nota, igualmente, com satisfação, do desenvolvimento da cooperação entre os dois países, notadamente nos domínios da habitação, justiça, pesca e da formação profissional, como resultado das recomendações, durante a visita ao Marrocos, de Missão Multissetorial brasileira e da realização de visitas ao Brasil de Missões marroquinas desses setores. Além disso, convieram em conferir prioridade à cooperação nos domínios da pesquisa tecnológica e científica, por intermédio do intercâmbio de informações, particularmente no domínio das novas tecnologias.

Nesse sentido, os dois Ministros convidaram os operadores econômicos brasileiros e marroquinos a explorar as oportunidades de negócios existentes entre os dois países, criando, assim, as condições necessárias à multiplicação e à diversificação do intercâmbio. A esse respeito, congratularam-se pela

disposição dos organismos patronais marroquinos para reforçar o quadro jurídico de suas relações, o qual será enriquecido durante um próximo encontro, pela assinatura de um acordo de cooperação entre a Confederação Geral de Empresas do Marrocos e a Confederação Nacional da Indústria brasileira.

No que concerne à Cúpula América do Sul-Países Árabes, de Brasília, as duas partes exprimiram satisfação pelo andamento das reuniões subseqüentes dessa Cúpula. Nessa ótica, o Ministro Amorim elogiou a contribuição do Marrocos ao renovado processo de aproximação entre os países árabes e da América do Sul, bem como a decisão de estabelecer, em seu território, o Instituto de Pesquisas sobre a América do Sul e a disposição de abrigar a II edição da referida Cúpula.

Os Ministros recordaram o Acordo-Quadro de Comércio, assinado entre o Mercosul e o Marrocos, em novembro de 2004, e expressaram o desejo de dar prosseguimento, no mais breve prazo possível, às negociações para a conclusão de um Acordo de Comércio Preferencial.

Ademais, os chefes da diplomacia brasileira e marroquina se cumprimentaram pela convergência de pontos-de-vista sobre as principais questões regionais e internacionais e pela cooperação bilateral no nível das instâncias internacionais. O Senhor Benaïssa agradeceu ao Embaixador Amorim pelo apoio que Brasília prestou à candidatura do Senhor Mohamed Bennouna à Corte Internacional de Justiça.

Os dois Ministros se felicitaram pela participação de seus países nas missões da ONU de manutenção da paz no mundo, notadamente no Haiti, bem como pela convicção de que o diálogo representa o meio privilegiado da solução de conflitos.

O Senhor Benaïssa informou seu homólogo brasileiro dos recentes desdobramentos da questão do Saara. Ele reiterou a vontade sincera do Marrocos de encontrar uma solução política, duradoura e mutuamente aceitável pelas partes, no quadro do respeito à soberania e à integridade territorial do Marrocos, que permitiria aos países da região viverem

em paz, e de favorecer sua integração no quadro de um Magrebe Árabe Unido.

Os dois Ministros reiteraram seu apoio aos esforços desenvolvidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e seu Enviado pessoal para superar o impasse atual e avançar rumo a uma solução política mutuamente aceitável para a questão do Saara Ocidental.

No tocante à reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, os dois Ministros reafirmaram que essa reforma é imprescindível para assegurar a representatividade dos países em desenvolvimento no âmbito do sistema. A propósito, o Senhor Benaïssa reiterou o apoio do Marrocos à legítima aspiração do Brasil a ocupar um assento de membro permanente do Conselho de Segurança.

Ao abordar a situação do Oriente Próximo, os dois Ministros acentuaram a necessidade de reativar o processo de paz nas bases do Mapa do Caminho e da iniciativa árabe de paz, com a criação de um Estado palestino independente, vivendo lado a lado com o Estado de Israel, e da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados.

No que concerne à situação no Iraque, o Marrocos e o Brasil expressaram o desejo de ver o povo iraquiano viver em paz e superar o sofrimento doloroso que enfrenta, bem como concluir suas reformas institucionais no quadro de sua soberania, unidade nacional e integridade territorial.

Adicionalmente, reiteraram sua condenação ao terrorismo em todas as suas formas e convidaram a comunidade internacional a redobrar esforços para fazer face a esse flagelo.

Ao final de sua visita, o Ministro Mohamed Benaïssa exprimiu seu vivo agradecimento pela acolhida calorosa e pela hospitalidade que lhe foram reservadas, bem como à sua delegação, durante sua estada no Brasil.

Reunião de Instalação da Comissão Nacional Preparatória da Oitava Conferência das Partes (COP 8) na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Terceira Reunião das Partes (MOP 3) no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (20 de janeiro de 2006)

Realizou-se, em 20 de janeiro de 2006, no Palácio Itamaraty, Reunião de Instalação da Comissão Nacional Preparatória da Oitava Conferência das Partes (COP 8) na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Terceira Reunião das Partes (MOP 3) no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

A MOP 3 e a COP 8 ocorrerão em Curitiba, de 13 a 17 e de 20 a 31 de março próximo. Sua organização está a cargo da Comissão Nacional Preparatória, composta por representantes do Governo e da sociedade civil – ONGs, entidades de classe, comunidade científica, entidades indígenas e de comunidades locais.

A COP 8 será a maior conferência ambiental a ser realizada no Brasil desde a Rio 92. Em Curitiba, serão debatidos temas relevantes para a conservação da biodiversidade, como áreas protegidas; regime internacional de repartição de benefícios; acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais; combate a biopirataria; biossegurança, entre outros. Deverão participar do Segmento de Alto Nível da COP 8 cerca de 100 Ministros, que tratarão, ao longo de três dias (27-29/03), das principais questões relativas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

O Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92. Foi também pioneiro na defesa de conceitos e princípios fundamentais, consagrados na Convenção, tais como o direito soberano dos Estados sobre seus recursos biológicos e o reconhecimento dos direitos de comunidades indígenas e locais à repartição de benefícios decorrentes do acesso a recursos genéticos e a

conhecimentos tradicionais associados.

A realização da COP 8 e da MOP 3 no Brasil constituirá oportunidade para realçar o sentido estratégico da biodiversidade para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Servirá, também, para reafirmar a convicção do Governo brasileiro de que o multilateralismo representa o melhor caminho para a busca de soluções às questões que afetam a comunidade internacional.

Reunião de Altos Funcionários do Grupo de Apoio ao Haiti - Declaração Final (23 de janeiro de 2006)

(versão em português do original em inglês)

Vice-Ministros e Altos Funcionários de Relações Exteriores da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas;

Conscientes de que a responsabilidade pela construção da democracia e pelo estabelecimento da paz é do povo do Haiti e de sua liderança política, por intermédio do exercício soberano da vontade popular, e de que o papel da comunidade internacional é o de apoiá-los nessas tarefas, realizaram reunião em Porto Príncipe no dia 20 de janeiro de 2006, conforme acordado por seus Ministros de Relações Exteriores, com vistas a:

Examinar a atual situação no Haiti, a evolução do processo político e as condições de segurança;

Expressar o apoio da Comunidade Internacional e de seus respectivos Governos ao calendário eleitoral, recentemente estabelecido pelo Governo de Transição do Haiti, com o primeiro turno a ter lugar no dia 7 de fevereiro de 2006;

Conclamar o Governo de Transição, bem como todas as correntes e lideranças políticas a respeitarem o calendário eleitoral estabelecido;

Considerar que apenas a eleição de um Governo legítimo pode prover as condições para a definitiva erradicação da violência;

Enfatizar que a Comunidade Internacional compreende que a instalação de um Governo eleito é o necessário primeiro passo que levará à paz, boa governabilidade, desenvolvimento sustentado e ao predomínio da lei, que são as principais aspirações do povo haitiano;

Expressar confiança em que a integral cooperação entre a MINUSTAH e a Organização dos Estados Americanos com o Conselho Eleitoral Provisório assegurará que todas as medidas necessárias serão tomadas para garantir eleições justas, transparentes e confiáveis, com início no dia 7 de fevereiro;

Reconhecer os esforços demonstrados pelo povo haitiano para mostrar seu compromisso com as eleições ao registrar-se e depois retornar para retirar seu Cartão Nacional de Identificação;

Conclamar o Governo de Transição, a população haitiana em geral e os líderes políticos em particular a assegurarem ambiente pacífico e seguro durante o processo eleitoral;

Conclamar os ganhadores das eleições a criarem um Governo que sirva à unidade nacional, baseado em um entendimento que permitirá que todos os haitianos de boa vontade participem do urgente restabelecimento de suas instituições e da redução sustentada da pobreza extrema na qual a maioria do povo haitiano atualmente vive;

Expressar seu apoio integral à MINUSTAH, cujo propósito é auxiliar o Governo de Transição e o povo haitiano a reconquistar o controle de seu país, revitalizar suas instituições e recuperar a infra-estrutura do país;

Sublinhar que a Comunidade Internacional e seus respectivos Governos estão preparados para continuar oferecendo apoio para a revitalização, recuperação e desenvolvimento do Haiti, pelo tempo que o novo Governo e o Conselho de Segurança das Nações Unidas julguem necessário; e

Instam fortemente o novo Governo eleito a respeitar integralmente os padrões internacionais de governança democrática a fim de:

- Assegurar tratamento respeitoso àqueles que percam as eleições, evitar qualquer forma de perseguição e garantir a observação dos direitos humanos; e

- Assegurar a inclusão de todas as correntes políticas do país em um diálogo nacional para obter consenso político para a promoção do desenvolvimento e da reconstrução.

(Versão em inglês)

Final Declaration

Deputy Ministers and High Ranking Foreign Affairs officials from Argentina, Brazil, Canada, Chile, Dominican Republic, France, Germany, Guatemala, Mexico, Peru, Spain, Uruguay, the United States of America and the Organization of American States and the United Nations;

Recognizing that the responsibility for the construction of democracy and the establishment of peace belongs to the people of Haiti and its political leadership through the sovereign exercise of the will of the people, and that the role of the international community is to support them in these tasks, held a meeting in Port-au-Prince on 20 January 2006, as agreed by their Ministers of External Relations, in order to:

Examine the current situation in Haiti, the evolution of the political process and the security environment;

Express the support of the International Community and their respective Governments, for the electoral calendar, recently established by the Provisional Electoral Council, with the first round to take place on 7 February 2006;

Call upon the Transitional Government as well as upon all political currents and leaders to respect the established electoral calendar;

Consider that only the election of a legitimate government can provide the conditions for a definitive eradication of violence;

Stress that the international community understands that the establishment of an elected

government is the necessary first step that will lead to peace, good governance, sustainable development and the rule of law which are the principal aspirations of the Haitian people;

Express confidence that the full cooperation of MINUSTAH and the Organisation of American States with the Provisional Electoral Council will ensure that all the necessary measures will be taken to guarantee fair, transparent and credible elections starting on 7 February;

Recognize the efforts demonstrated by the Haitian people to show their commitment to the elections by first registering and then returning to collect their National Identification Card;

Call upon the Transitional Government, the Haitian population at large, and the political leaders in particular, to ensure a peaceful and safe environment throughout the electoral process;

Call upon the winners of the elections to create a government serving national unity, based on an understanding that will allow all Haitians of goodwill to participate in the urgent re-establishment of its institutions and in the sustainable reduction of the extreme poverty in which the majority of the Haitian people currently live;

Express their full support for MINUSTAH, whose purpose is to help the Transitional Government and the Haitian people to regain control of their country, to revitalize their institutions and repair the infrastructure of the country;

Stress that the International Community and their respective Governments stand ready for continued support for the revitalization, recovery and development of Haiti for as long as the new government and the United Nations deem necessary; and

Strongly urge that, the newly elected government fully respect international standards of democratic governance in order to;

- Ensure respectful treatment of those who lose the elections, the avoidance of any form of persecution and the full observation of human rights; and

- Ensure the inclusion of all political currents in the country in a national dialogue to reach a political consensus for the promotion of development and reconstruction.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente-eleito de Portugal (23 de janeiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigiu a seguinte mensagem ao Presidente-eleito de Portugal, Professor Aníbal António Cavaco Silva:

“A Sua Excelência o Senhor
Professor Aníbal António Cavaco Silva
Senhor Presidente-eleito,

Ao parabenizá-lo pela vitória nas eleições de 22 de janeiro, formulo a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro e em meu próprio, votos de felicidade pessoal e pleno êxito à frente da Presidência portuguesa.

Tenho convicção de que Brasil e Portugal seguirão aprofundando a amizade e cooperação que têm caracterizado tradicionalmente as relações bilaterais, buscando novas formas de promoção da paz, do diálogo e do desenvolvimento em âmbito mundial.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

Acidente no Peru com ônibus de estudantes brasileiros (24 de janeiro de 2006)

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento do acidente ocorrido na madrugada desta terça-feira, 24 de janeiro, nas proximidades de Arequipa, Peru, envolvendo ônibus que transportava estudantes brasileiros da Universidade Federal de Minas Gerais, em viagem para Caracas.

A Embaixada do Brasil em Lima foi imediatamente instruída a deslocar funcionário para a área do acidente, a fim de acompanhar os trabalhos das autoridades peruanas e prestar toda a assistência

consular e humanitária às vítimas.

O Governo brasileiro deverá enviar proximamente avião da FAB a Arequipa para trazer de volta ao Brasil as vítimas do acidente.

Familiares poderão solicitar informações adicionais pelos telefones (61) 3411 6999 ou (61) 9976 8205, da Divisão de Assistência Consular (DAC), ou pelo endereço eletrônico dac@mre.gov.br.

Viagem do Ministro Celso Amorim a Davos e Londres (24 de janeiro de 2006)

O Ministro Celso Amorim viajará a Davos, Suíça, por ocasião da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, de 26 a 29 de janeiro de 2006. O Ministro Amorim manterá, à margem daquele evento, diversas reuniões sobre o estado atual das negociações da Rodada Doha, à luz dos resultados da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em dezembro de 2005, em Hong Kong.

Na sexta-feira, dia 27, haverá reunião do G-20, coordenada pelo Brasil, para avaliar as perspectivas das negociações sobre agricultura em 2006. Estão também previstos encontros do Chanceler brasileiro com outros Ministros presentes.

No sábado, dia 28, pela manhã, terá lugar Reunião Mini-Ministerial sobre a Rodada Doha, organizada pelas autoridades suíças. À tarde, o Ministro Amorim participará de Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial sobre as negociações comerciais multilaterais.

O Ministro Amorim viajará da Suíça para o Reino Unido, onde participará, em Londres, no dia 31, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão, organizada conjuntamente pelos Governos britânico e afegão e co-presidida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. O evento tem por objetivo dar apoio à nova fase de reconstrução daquele país.

Declaração dos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente (25 de janeiro de 2006)

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, na cidade de Assis Brasil, Estado do Acre, em 21 de janeiro de 2006, por ocasião da cerimônia de inauguração da Ponte Binacional Brasil – Peru na BR-317 sobre o rio Acre;

CONSIDERANDO:

que a Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações (08/12/04) expressa a convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e a promoção do desenvolvimento econômico deve compreender estratégias que assegurem a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;

que a Declaração Presidencial e Agenda Prioritária firmada por ocasião da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (29/09/05) considera a integração dos setores de infra-estrutura e meio ambiente áreas de ação prioritária;

que a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) define como um de seus princípios orientadores a sustentabilidade ambiental, que implica o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação do patrimônio ambiental para as gerações futuras, e incentiva a aplicação dos princípios de Avaliação Ambiental Estratégica nos projetos de infra-estrutura em seus Eixos de Integração e Desenvolvimento;

que a integração física é um dos pilares da Aliança Estratégica entre Brasil e Peru idealizada pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo em 2003, e que o Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru reconhece o caráter fundamental que tem a integração da infra-

estrutura física para o desenvolvimento econômico, a expansão e a diversificação do comércio, o turismo e os investimentos empresariais conjuntos dos setores públicos e privados, bem como para obter melhora na posição competitiva de suas economias nacionais no novo cenário econômico mundial;

que obras de infra-estrutura regional sul-americana podem facilitar a presença do Estado em suas áreas de influência, a segurança das populações tradicionais e indígenas locais e a proteção do meio ambiente, fiscalizando a ocupação e o uso do solo e coibindo, sobretudo, a exploração ilegal de madeiras e o acesso ilícito aos recursos da biodiversidade e ao conhecimento tradicional associado,

Declararam:

1. A integração dos setores de infra-estrutura do Brasil e do Peru, inclusive as obras na Rodovia Interoceânica, ligando Assis Brasil, no Brasil, aos portos de Ilo e Matarani, no Peru, será conduzida com respeito ao meio ambiente e às populações tradicionais, através da implementação de um Programa de Desenvolvimento Sustentável na área de influência dos investimentos. Para elaboração e implantação do Programa, os Governos do Brasil e do Peru poderão solicitar a colaboração das autoridades locais e regionais, universidades da região, sociedade civil, Comitês de Fronteira e comunidades indígenas. Os Governos buscarão também estimular a importante cooperação já existente em matéria ambiental, em particular o Grupo de Cooperação Sócio-Ambiental Fronteiriça MAP – Madre de Dios, Acre e Pando.

2. Os dois países, decididos a superar o contraste entre a riqueza natural da região amazônica e os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico encontrados na região, buscarão cooperar, na região da fronteira compartilhada, de mais de 3.000 quilômetros de extensão, para a integração regional dos seus mercados energéticos e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Feito em Assis Brasil, aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2006

Dia internacional em memória das vítimas do Holocausto (26 de janeiro de 2006)

O Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, na qualidade de Presidente em exercício da 60ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, conduzirá as cerimônias do dia internacional dedicado à memória das vítimas do Holocausto, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2006, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Comparecerão às cerimônias centenas de sobreviventes do Holocausto, delegações dos Estados Membros, funcionários das Nações Unidas e representantes de organizações não-governamentais, da imprensa e da academia. Haverá uma vigília no dia 26, das 18h00 às 19h00, e uma sessão no plenário da Assembleia Geral no dia 27, das 10h30 às 12h00, entre outros eventos. As cerimônias serão realizadas sob o tema “Além de Recordar”.

Trata-se da primeira vez que as Nações Unidas observarão o dia internacional dedicado à memória das vítimas do Holocausto, que se repetirá anualmente em 27 de janeiro, data da libertação de Auschwitz. No ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas reuniu-se em sessão especial para marcar o 60º aniversário da libertação dos campos de concentração nazistas e, mais à frente, adotou por consenso a resolução 60/7 intitulada “Recordação do Holocausto”.

Segundo a resolução, co-patrocinada pelo Brasil, “o Holocausto, que resultou no assassinato de um terço do povo judeu, juntamente com inúmeros membros de outras minorias, será sempre uma advertência para todo o mundo dos perigos do ódio, fanatismo, racismo e preconceitos”. A resolução também fala na necessidade de que sejam absorvidas as lições do Holocausto com o objetivo de ajudar a prevenir atos futuros de genocídio.

Telefonemas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da África do Sul e à Chanceler da Alemanha (26 de janeiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou hoje, 26 de janeiro, para o Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, e para a Chanceler Angela Merkel, da Alemanha, para tratar das negociações no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

O Presidente Lula reiterou à Chanceler alemã a importância de convocar-se reunião entre líderes de países desenvolvidos e em desenvolvimento para superar os entraves ao avanço das negociações comerciais multilaterais da Organização Mundial do Comércio.

A Chanceler Merkel concordou ser importante não perder o ímpeto das negociações e indicou que faria consultas internas e aos demais membros da União Européia sobre o assunto.

Na conversa com o Presidente Thabo Mbeki, o Presidente Lula sugeriu que, no contexto da Cúpula da Governança Progressista, a realizar-se nos dias 11 e 12 de fevereiro próximo, na África do Sul, seja organizada uma sessão com a participação dos Chefes de Estado e de Governo presentes para discutir a Rodada de Doha.

O Presidente Mbeki concordou que a Cúpula da Governança Progressista seria ocasião propícia para discutir o assunto.

Eleições Legislativas Palestinas (26 de janeiro de 2006)

O Governo brasileiro expressa sua satisfação com o transcurso, em clima de completa tranquilidade, das eleições legislativas palestinas de 25 de janeiro. Congratula a Autoridade Nacional Palestina, o Comitê Eleitoral Central e, sobretudo, o povo palestino, que compareceu em número expressivo ao pleito. O exitoso processo eleitoral constitui marco decisivo para a consolidação da democracia.

O Brasil acompanha com grande interesse a situação na região, apóia os esforços em prol da

construção de um futuro de justiça e prosperidade para todos os povos do Oriente Médio e espera que o processo democrático conduza ao estabelecimento do Estado palestino independente e soberano, em coexistência pacífica com Israel.

Missão de observadores brasileiros, composta de representantes diplomáticos e parlamentares, acompanhou as eleições legislativas palestinas de 25 de janeiro.

Morte do Cidadão Brasileiro Jean Charles de Menezes - Missão a Londres (27 de janeiro de 2006)

O Governo brasileiro enviará a Londres, Reino Unido, entre os dias 30 de janeiro e 2 de fevereiro, missão composta pelo Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, pelo Dr. Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República, e pelo Dr. Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça com os seguintes objetivos, em relação à morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, naquela capital, em 22 de julho de 2005:

1 - dar seqüência aos contatos formulados na primeira missão (22 a 26 de agosto de 2005), que cuidou do assunto;

2 - contatar familiares da vítima residentes em Londres e os advogados contratados pela família;

3 - compreender as razões de a família ainda não ter tido acesso ao relatório produzido pela Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC);

4 - entrevistar-se com o Chefe do “Ministério Público” britânico (Crown Prosecution Service - CPS);

5 - buscar informar-se sobre os próximos passos do processo com ênfase na fase judiciária.

A realização da missão reflete a contínua preocupação do Governo brasileiro com a solução

da questão provocada pela morte de Jean Charles de Menezes.

Falecimento do ex-Presidente Federal da Alemanha Johannes Rau - Mensagens de Condolências do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim (27 de janeiro de 2006)

Por ocasião do falecimento do ex-Presidente Federal da Alemanha Johannes Rau, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje, 27 de janeiro, a seguinte mensagem ao atual Presidente Federal da Alemanha Horst Köhler:

“Ao Excelentíssimo Senhor Presidente Federal Prof. Dr. Horst Köhler

Foi com muito pesar que soube do falecimento de Sua Excelência o ex-Presidente Federal Johannes Rau. Em nome do povo brasileiro e em meu próprio nome, desejo transmitir à família Rau, ao povo alemão e a Vossa Excelência as mais sinceras condolências.

Desejaria registrar a profunda admiração e respeito do Governo e povo brasileiros pelo legado político do Presidente Rau. Seu compromisso constante com a paz, direitos humanos e tolerância permanecerão no tempo.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

De sua parte, o Ministro Celso Amorim enviou a seguinte mensagem ao Ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier:

“Excelentíssimo Senhor Ministro do Exterior Dr. Frank-Walter Steinmeier

Consternado com a notícia do falecimento do ex-Presidente Federal Johannes Rau, desejo expressar aos familiares e à nação alemã as condolências do Governo e do povo brasileiro neste momento de tristeza.

O compromisso inabalável do Presidente Rau com os princípios democráticos será referência

constante no relacionamento entre nossos povos e Governos.

Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro das Relações Exteriores do Brasil”

Falecimento de Cidadão Brasileiro no Iraque (30 de janeiro de 2006)

O Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira, telefonou na tarde de hoje ao Senhor Robson de Lima Barbosa, pai do cidadão brasileiro Felipe Carvalho Barbosa, integrante das Forças Armadas dos EUA, falecido no Iraque no último dia 29.

Na ocasião, o Embaixador Ruy Nogueira colocou à disposição do Senhor Barbosa e de sua família o serviço consular brasileiro nos EUA para o apoio e as providências que se fizerem necessárias.

O Embaixador Ruy Nogueira informou também ao Senhor Barbosa que o Itamaraty estará fazendo os contatos com o Setor Consular da Embaixada dos EUA em Brasília com vistas à rápida concessão de visto, assim como com a Assessoria Internacional do Governo do Estado de Goiás, que vem auxiliando o Senhor Barbosa na obtenção de documento de viagem.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente da Finlândia, Tarja Kaarina Halonen (30 de janeiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje a seguinte mensagem à Presidente da Finlândia, Tarja Kaarina Halonen, por ocasião de sua reeleição ao cargo.

“Senhora Presidente,

Ao ensejo da reeleição de Vossa Excelência para o cargo de Presidente da Finlândia, gostaria de, em nome do povo brasileiro e em meu próprio, cumprimentá-la e formular votos de felicidade pessoal e êxito no novo mandato.

Espero que possamos continuar a trabalhar

juntos para aprofundar e diversificar os laços de amizade, cooperação e comércio que unem nossos países. Recebi, nesse sentido, com particular satisfação, a menção de Vossa Excelência ao Brasil por ocasião da mensagem de Ano Novo ao povo finlandês.

Não obstante os compromissos já assumidos para este ano, gostaria muito de poder atender ao convite de Vossa Excelência para visita à Finlândia, em data que seja de mútua conveniência, ocasião em que poderemos dar seguimento às proveitosas conversações que mantivemos durante a visita de Vossa Excelência ao Brasil em 2003.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”.

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (31 de janeiro de 2006)

Realizar-se-á, nos dias 1º e 2 de fevereiro, em Brasília, a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Índia de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural. A Comissão Mista busca incrementar a cooperação bilateral em áreas como agricultura, assistência social, saúde, ciência e tecnologia, educação, energia, cultura, turismo, economia, comércio e defesa. Durante a reunião, deverão ser assinados o “Programa Executivo Cultural para o Biênio 2006-2007” e o “Programa de Intercâmbio e Cooperação no Campo da Educação”.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Índia em janeiro de 2004, como convidado especial do Governo indiano para o “Dia da República”. As relações comerciais ganharam ímpeto nos últimos anos. Em 2005, o intercâmbio comercial ultrapassou a barreira de US\$ 2 bilhões; a Índia foi naquele ano o quarto maior mercado para as exportações brasileiras na Ásia, atrás apenas da China, Japão e República da Coreia.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefona ao Primeiro-Ministro Tony Blair (31 de janeiro de 2006)

Na seqüência dos contatos telefônicos com o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e com a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou, na tarde desta terça-feira (31/01), para o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, reiterando sua proposta de reunir alguns Chefes de Estado e de Governo para discutir as negociações no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Presidente sugeriu que a organização do encontro seja discutida durante a Cúpula da Governança Progressista, marcada para os próximos dias 11 e 12 de fevereiro, na África do Sul.

Na conversa, o Presidente Lula lembrou que os resultados da reunião de Hong Kong foram modestos, o que reforçaria a idéia de uma reunião do G8 com alguns representantes do G20. O Presidente afirmou estar preocupado com o andamento do tema, uma vez que os negociadores haviam chegado ao limite da argumentação, exigindo, agora, a intervenção política dos líderes.

O Presidente Lula mencionou, ainda, que a reunião da África do Sul poderia ser um ponto de partida para maiores aproximações entre os países, e colocou-se à disposição para contatar os Presidentes George Bush e Jacques Chirac e consultá-los sobre a proposta da reunião entre o G8 e membros do G20.

Tony Blair concordou com a proposta do Presidente Lula e disse ser importante começar a organizar o encontro para discussão dos rumos do comércio internacional. O Primeiro-Ministro considerou positiva a iniciativa do Presidente em falar com Bush e Chirac e o autorizou a mencionar o seu apoio à proposta durante o contato com os dois presidentes.

Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argélia (1º de fevereiro de 2006)

Atendendo a um convite do Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, feito por ocasião de sua visita de Estado ao Brasil em maio de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará uma visita de Estado a Argel no período de 8 a 9 de fevereiro de 2006. A visita, primeira de um Presidente brasileiro à Argélia desde 1983, inscreve-se no quadro da intensificação e ampliação das relações políticas, econômico-comerciais e de cooperação entre os dois países.

Visita de Trabalho ao Brasil do Chanceler do Uruguai (1º de fevereiro de 2006)

No dia 2 de fevereiro, o Chanceler do Uruguai, Reinaldo Gargano, fará visita de trabalho a Brasília, acompanhado do Embaixador José Luis Cancela, Secretário-Geral da Chancelaria, e do Embaixador Carlos Amorin, Diretor-Geral para Assuntos de Integração, Mercosul e Assuntos Econômicos Internacionais.

Os dois Chanceleres passarão em revista os temas da agenda bilateral e discutirão o processo de integração do MERCOSUL. No plano regional, examinarão assuntos relativos à Comunidade Sul-Americana de Nações, criada em dezembro de 2005, especialmente o início das atividades da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração na América do Sul.

O encontro entre os Chanceleres do Brasil e do Uruguai segue-se à visita oficial do Ministro Celso Amorim a Montevideú, em 29 de julho de 2005, ocasião em que foi lançado amplo Programa de Trabalho bilateral.

Posteriormente, houve encontro dos Vice-Chanceleres, em 9 de agosto, também em Montevideú, quando foi inaugurado o Mecanismo de Consultas e Concertação Política Brasil-Uruguai.

Na área comercial, foi estabelecido Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Uruguai, que se reuniu duas vezes, em 20 de

setembro e 18 de novembro de 2005. A próxima reunião está marcada para o mês de fevereiro corrente.

Telefonema do Presidente Kirchner ao Presidente Lula sobre o Mecanismo de Adaptação Competitiva (1º de fevereiro de 2006)

A Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República divulgou hoje a seguinte nota:

“O Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, telefonou hoje (1/02) para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para congratular-se pelo êxito das negociações sobre o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) entre Brasil e Argentina, visto que foi honrado plenamente o compromisso de se chegar a um acordo sobre o tema até o dia 31 de janeiro. O Presidente Kirchner elogiou as duas delegações, que demonstraram capacidade de trabalhar juntas em prol de objetivos comuns. O Presidente argentino afirmou ao Presidente Lula que o acordo representa uma mensagem de otimismo para o futuro do Mercosul.

O Presidente Lula manifestou satisfação com a notícia da conclusão do acordo que institui o MAC. Agradeceu o telefonema e pediu ao Presidente Kirchner que transmitisse seus cumprimentos às delegações dos dois países. Disse estar satisfeito com a demonstração dada, pela Argentina e pelo Brasil, de como o Mercosul vem-se fortalecendo sob os ângulos político, econômico e comercial. O Presidente Lula concluiu, afirmando que esse resultado reforça sua convicção de que o fortalecimento das relações entre o Brasil e a Argentina contribui para a integração da América do Sul.

Ambos os Presidentes manifestaram a expectativa de voltarem a se encontrar na Reunião Triparte, prevista para março, em Mendoza (Argentina).”

Visita de trabalho do Chanceler Reinaldo Gargano (2 de fevereiro de 2006)

A convite do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Chanceler do Uruguai, Reinaldo Gargano, realizou visita de trabalho ao Brasil no dia 2 de fevereiro. O Chanceler Reinaldo Gargano foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Chanceleres analisaram os mecanismos proporcionados pelo Mercosul para estimular as economias de seus membros, como o Fundo de Convergência Estrutural.

Reiteraram a importância de avançar no objetivo da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), prevista na Decisão 54/04 do Conselho do Mercado Comum.

Os dois Chanceleres decidiram colocar em vigor imediatamente, por troca de notas, acordo para bilateralização do Acordo sobre Residência para nacionais do Mercosul.

Os Chanceleres examinaram questões relativas à integração da América do Sul e as perspectivas decorrentes dos processos eleitorais em curso na região. Observou-se a oportunidade de incentivar a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, cujo calendário de reuniões para 2006 foi discutido, especialmente a convocação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano.

Os Chanceleres constataram a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai para promover as exportações daquele país e gerar empregos e manifestaram o compromisso de adotar as ações necessárias para a integração de cadeias produtivas em setores a serem selecionados, a fim de fomentar a complementaridade industrial.

Verificou-se o estado de projetos de integração na área de energia e de transportes, como o projeto de interligação de redes elétricas e a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão. O Brasil ofereceu ainda ajuda para que o Uruguai possa constituir uma agência de cooperação

técnica. Estudou-se a possibilidade de revitalizar o acordo comercial entre as Zonas Francas de Colonia e Manaus, com o objetivo de obter benefícios equilibrados para ambas as partes.

Durante a visita, os Chanceleres do Uruguai e do Brasil avaliaram o andamento das principais iniciativas em curso entre os dois países, como o Mecanismo de Consulta e Concertação Política Brasil-Uruguai e o Mecanismo de Monitoramento de Comércio Brasil-Uruguai, que deverá reunir-se pela terceira vez em fevereiro corrente. Nessa oportunidade, será dado seguimento a temas de comércio e promoção de investimentos no Uruguai, que foram discutidos pelos dois Chanceleres durante a visita.

Os Chanceleres realçaram a importância de obterem-se avanços nas negociações Mercosul-União Européia e reafirmaram seu empenho em contribuir para uma conclusão exitosa desse exercício.

O Chanceler Gargano e o Chanceler Amorim conversaram sobre a reforma das Nações Unidas. O Chanceler Celso Amorim manifestou, uma vez mais, o reconhecimento do Governo brasileiro pelo apoio uruguaio à aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

Acompanharam o Chanceler Gargano em sua visita ao Brasil o Embaixador José Luis Cancela, Diretor-Geral da Chancelaria uruguaia, e o Embaixador Carlos Amorín, Diretor-Geral para Assuntos de Integração, Mercosul e Assuntos Econômicos Internacionais.

Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Fim do subsídio “step 2” (2 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro tomou nota, com satisfação, da aprovação pelo Congresso norte-americano, em 1º de fevereiro, de legislação que extingue um dos principais subsídios questionados pelo Brasil no contencioso do algodão contra os

Estados Unidos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC): o programa “Step 2”. A proposta aprovada será ainda submetida a sanção presidencial e produzirá efeitos a partir de 1º de agosto do corrente ano.

O “Step 2” consiste em pagamentos feitos a exportadores e a consumidores norte-americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços do algodão norte-americano, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano.

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC considerou que o programa, tanto em sua vertente exportadora, quanto de utilização doméstica, constituía subsídio proibido nos termos do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias. O “Step 2” foi igualmente identificado pelo OSC como subsídio que causa “prejuízo grave” ao Brasil, em decorrência de seu efeito supressivo sobre o preço internacional do algodão.

O Governo brasileiro reconhece que a medida anunciada constitui passo positivo na solução do contencioso. Com a efetiva eliminação do “Step 2”, estarão atendidas as determinações do OSC no que se refere àquele programa.

O Governo brasileiro observa, no entanto, que a extinção do “Step 2” não esgota as obrigações norte-americanas emanadas das decisões do OSC no caso em tela. Nesse sentido, o Governo brasileiro continuará acompanhando o tema com atenção e seguirá mantendo contato com as autoridades norte-americanas no sentido de buscar o pleno cumprimento, por parte dos Estados Unidos, das determinações do OSC no que se refere às demais medidas consideradas incompatíveis com as disciplinas multilaterais.

Visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (3 de fevereiro de 2006)

O novo Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM),

Carlos Álvarez, visitará o Brasil de 5 a 7 de fevereiro para examinar com as autoridades brasileiras o aprofundamento do Mercosul e da integração regional.

O Presidente da CRPM será recebido pelo Chanceler Celso Amorim em reunião de trabalho no dia 6 de fevereiro, seguida de almoço. O encontro permitirá tratar da CRPM e discutir formas de coordenar os esforços do Mercosul para acelerar a aproximação com a Comunidade Andina, tendo em vista os objetivos da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

O Senhor Carlos Álvarez realizará visita de cortesia ao Presidente da República e manterá encontros com diversos Ministros de Estado e parlamentares.

O Senhor Carlos Álvarez, ex-Vice-Presidente da Argentina, foi nomeado em dezembro de 2005 para suceder ao Senhor Eduardo Duhalde no cargo de Presidente da CRPM. A Comissão, criada em 2003, congrega os Representantes Permanentes dos países membros junto ao Mercosul e à ALADI.

Sessão extraordinária da Junta de Governadores da AIEA para tratar da implementação dos acordos de salvaguardas nucleares pelo Irã (4 de fevereiro de 2006)

A Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aprovou, hoje, em Viena, Resolução sobre a Implementação pela República Islâmica do Irã do Acordo de Salvaguardas decorrente de suas obrigações sob o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). A Resolução foi aprovada por 27 votos favoráveis, inclusive do Brasil, 3 contrários e 5 abstenções.

Ao votar favoravelmente, a delegação brasileira baseou-se no entendimento dos próprios proponentes de que a Resolução apenas informa o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) das medidas que são requeridas para que o Irã possa contar com a confiança da comunidade internacional sobre a finalidade pacífica de seu programa nuclear.

Assim, o CSNU não deverá tomar qualquer tipo de ação sobre o dossiê iraniano até a próxima sessão regular da Junta, em março, ocasião em que o Diretor-Geral da AIEA apresentará relatório abrangente sobre a implementação das medidas de fomento da confiança mencionadas na Resolução.

O Brasil confia em que o Irã esclarecerá as questões formuladas pela AIEA no mais breve prazo possível. Confia, igualmente, em que os passos que venha a adotar o Irã nessa matéria sejam devidamente reconhecidos pela comunidade internacional. Nesse sentido, exorta o Irã e todas as partes envolvidas, particularmente os membros do CSNU, a que se abstenham de medidas e gestos que possam levar a um agravamento da situação.

Ainda na intervenção hoje proferida, o Brasil reiterou que todas as questões relativas à paz e segurança internacionais devem ser preferencialmente resolvidas pelo diálogo e pela cooperação, condição para que se alcancem soluções pacíficas e duradouras. Salientou que as modificações introduzidas no projeto original de Resolução, inclusive com base em propostas formuladas pelo Brasil e outros países em desenvolvimento, reforçam a autoridade da AIEA no encaminhamento da questão. O Brasil continuará a avaliar a situação em seus próprios méritos, com apego estrito ao cumprimento das obrigações decorrentes do TNP, inclusive o respeito ao direito de todos os países membros - sem discriminação - de desenvolver, pesquisar e produzir energia nuclear para fins pacíficos.

Ao abordar essa questão, o Brasil tem sempre presente as obrigações interdependentes previstas no TNP, relativas à não-proliferação e à eliminação completa de todas as armas nucleares.

Foi o seguinte o quadro de votação da Resolução hoje aprovada:

(a) votos favoráveis: Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Equador, Egito, Eslováquia, Eslovênia, Estados Unidos, França, Gana, Grécia,

Iêmen, Índia, Japão, Noruega, Portugal, Reino Unido, Rússia, Sri Lanka e Suécia;

(b) votos contrários: Cuba, Síria e Venezuela;

(c) abstenções: África do Sul, Argélia, Belarus, Indonésia e Líbia.

Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África (7 de fevereiro de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul, de 8 a 12 de fevereiro corrente. Trata-se da quinta viagem que o Presidente Lula fará ao continente africano.

A visita a Argel ocorrerá nos dias 8 e 9, em retribuição à visita que o Presidente Abdelaziz Bouteflika realizou ao Brasil, em maio de 2005, na condição de co-Presidente da Cúpula América do Sul-Países Árabes. O Presidente Lula tratará de temas como cooperação em energia, compras governamentais e acesso da carne brasileira ao mercado argelino. Serão assinados acordos referentes a transportes marítimos e a comércio.

A Argélia é o maior parceiro do Brasil no mundo árabe, o segundo maior parceiro africano e o sétimo entre os países em desenvolvimento. O principal produto da pauta de exportação argelina para o Brasil é o petróleo, o que torna o comércio superavitário para a Argélia. A visita presidencial tem entre seus objetivos identificar novas possibilidades de negócios com aquele país.

No dia 10, o Presidente Lula visitará o Benin, a convite do Presidente Matthieu Kérékou, eleito em 1996, iniciando período de estabilidade democrática, e reeleito em 2001. Será a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao país. O Presidente Lula assinará acordos de cooperação em cultura de algodão, saúde (malária) e esporte (futebol). O Brasil e o Benin estão unidos por fortes laços culturais e afetivos. O Obá do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer a independência brasileira, em 1824. Vivem hoje, naquele país, numerosas famílias de origem brasileira, descendentes de ex-escravos que

retornaram ao Benin e fixaram raízes principalmente na localidade de Ouidá. O Brasil deverá abrir proximamente Embaixada em Cotonou.

No dia 11, o Presidente seguirá para Gaborone, em Botsuana, em retribuição à visita oficial do Presidente Festus Mogae ao Brasil, em julho de 2005. O país vive em regime democrático desde sua independência, há 40 anos, e é importante parceiro do Brasil na África. No contexto africano, Botsuana ocupa posição de destaque, por sua histórica estabilidade política e econômica, bons indicadores sociais e pela riqueza gerada por seus recursos minerais, principalmente diamantes. A visita será uma oportunidade para a assinatura de protocolos de intenção em HIV/AIDS e de cooperação em esportes.

Botsuana é membro fundador da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e da SACU (União Aduaneira da África Austral). A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) apresenta características semelhantes às da SADC e deseja estreitar relações com o bloco. O Mercosul concluiu recentemente acordo de preferências tarifárias com a SACU e estará proximamente negociando o aumento de sua abrangência e conteúdo.

Na África do Sul, o Presidente Lula participará da Cúpula da Governança Progressista, nos dias 11 e 12 de fevereiro. Será a primeira vez que a Cúpula se realizará em um país em desenvolvimento. Durante o evento serão tratados temas relativos ao desenvolvimento, à situação da África, aos desafios políticos no século XXI e aos novos rumos da política mundial.

O Presidente Lula sugeriu ao Presidente Mbeki a realização, durante a Cúpula, de sessão específica sobre as negociações da Rodada de Doha da OMC. O objetivo será buscar, por meio do diálogo de líderes do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, a superação dos entraves das negociações.

Eleições no Haiti (8 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro congratula-se com o povo haitiano pelo transcurso do primeiro turno das eleições gerais no Haiti, com afluência maciça e inédita dos eleitores em todo o território. Tal fato demonstra a vontade popular haitiana em retornar ao livre exercício da democracia, por meio da escolha de seus representantes legítimos no Parlamento e na Presidência da República.

O Governo brasileiro, ao lamentar a perda de vidas, manifesta satisfação pelo encaminhamento do processo eleitoral no Haiti, que entende ter sido o resultado da boa cooperação entre os eleitores e as forças políticas haitianas, as instâncias eleitorais e a comunidade internacional, especialmente por intermédio da OEA e da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). A MINUSTAH, cujo componente militar é liderado pelo Brasil, desempenhou papel fundamental na garantia da necessária segurança para a realização de eleições democráticas, com vistas à plena retomada, pelo povo haitiano, dos destinos de seu país.

Estima-se que cerca de dois milhões de eleitores tenham comparecido às urnas, para eleger o Presidente da República e parlamentares. Tal comparecimento, em país onde o voto não é obrigatório, comprova o compromisso do povo haitiano com a normalização administrativa do país e a revitalização de suas instituições. Atesta, também, sua confiança no processo conduzido pela cooperação entre o Governo de Transição e a comunidade internacional.

O resultado oficial do primeiro turno das eleições deverá ser anunciado em prazo de três dias. O segundo turno tem sua realização prevista para o dia 19 de março.

Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argélia - Comunicado Conjunto (9 de fevereiro de 2006)

1. A convite de Sua Excelência o Senhor

Abdelaziz Bouteflika, Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou visita de Estado à Argélia, nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2006, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro desde 1983.

2. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acompanhado de importante delegação, composta de membros do Governo e de representantes de vários setores de atividade.

3. Essa visita, que se insere no quadro do fortalecimento dos laços tradicionais de amizade e de cooperação entre o Brasil e a Argélia, dá seqüência à visita de Estado que fez o Presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil em maio de 2005. Ela também representa importante etapa no prosseguimento da concertação política e do intercâmbio de opiniões sobre as questões regionais e internacionais de interesse comum.

4. Os dois Presidentes mantiveram encontros privados, ampliados em seguida aos membros das delegações dos dois países. As discussões envolveram, principalmente, o estado das relações bilaterais, bem como os modos e meios de conferir-lhes nova dinâmica.

5. A visita permitiu a assinatura, pelos representantes dos dois Governos, de quatro acordos bilaterais: Acordo Comercial, Acordo sobre Transporte Marítimo, Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura, e Protocolo de Entendimento na Área de Segurança Animal e Vegetal. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação pela conclusão de tais acordos, que contribuem para fortalecer, ainda mais, o quadro jurídico do relacionamento bilateral.

6. Os dois Presidentes sublinharam a relevância das relações entre seus países no quadro da cooperação Sul-Sul. Reafirmaram que o reforço mutuamente benéfico dessas relações será concretizado mediante trabalho consistente de conhecimento recíproco das capacidades e

potencialidades de cada parceiro.

7. Os dois Chefes de Estado informaram-se sobre as realizações e desenvolvimentos ocorridos em seus respectivos países. Nesse contexto, o Presidente Abdelaziz Bouteflika realçou os avanços registrados no Brasil em matéria política e econômica. Felicitou o Presidente Lula da Silva por suas iniciativas conducentes à modernização de seu país, especialmente no campo social, ao fortalecimento do estado de direito e do respeito aos direitos humanos, bem como ao processo de integração na América do Sul e ao reforço da cooperação no mundo em desenvolvimento.

8. Por sua vez, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou os avanços qualitativos alcançados pela Argélia em termos da reconciliação entre todos os argelinos, permitindo-lhes retomar o processo de reconstrução de seu país. Acentuou que o ambicioso programa de consolidação do crescimento e as reformas que o acompanham sustentarão as conquistas obtidas e permitirão contribuir ativamente a superar os desafios que se colocam ante a sociedade argelina.

9. Os dois Presidentes sublinharam igualmente que a densificação e a diversificação das relações bilaterais requerem a promoção qualitativa dos intercâmbios, por meio da mobilização das capacidades de ambos os países. Para esse fim, destacaram que oportunidades reais de cooperação e de intercâmbios existem nos domínios da energia, saúde, agricultura e cooperação técnica, notadamente no tocante a privatizações, financiamento de exportações, apoio à micro e à pequena empresa, governo eletrônico, tecnologias avançadas e formação de mão-de-obra especializada.

10. Os dois Presidentes congratularam-se pelos resultados da missão econômico-comercial que esteve na Argélia em novembro de 2005, conduzida pelos Ministros brasileiros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Minas e Energia. Convieram na oportunidade e na necessidade de que as áreas de interesse comum, resultantes de tal missão,

sejam tratadas no quadro da Comissão Mista brasileiro-argelina, que desejam venha a reunir-se no mais breve prazo possível.

11. Os dois Presidentes assinalaram, igualmente, as amplas possibilidades de fortalecimento dos elos comerciais entre os dois países, tendo-se em conta o potencial que oferecem os mercados do Brasil e da Argélia, bem como a posição privilegiada em suas respectivas regiões. Para esse fim, encorajaram os agentes econômicos brasileiros e argelinos a explorar as oportunidades de cooperação e de intercâmbio no âmbito de encontros, sobretudo do Conselho Empresarial bilateral, criado em 2004, e de troca de missões nos setores público e privado.

12. Os dois Presidentes acentuaram o relevante papel desempenhado pelo setor de energia no desenvolvimento nacional de seus respectivos países. Deram ênfase à importância do intercâmbio de experiências, no âmbito da Conferência dos Ministros de Energia da África, América Latina e Caribe (AFROLAC), cuja primeira reunião ocorreu em Argel em 2004, e, no plano bilateral, a iniciativas concretas de cooperação e troca de experiências, tanto no domínio da energia quanto no da atividade de mineração.

13. Os Presidentes felicitaram-se pela decisão dos seus Governos de promover, regularmente, consultas políticas no quadro do Memorandum de Entendimento firmado pelos dois Ministros das Relações Exteriores em 2005, o que permitirá dar continuidade ao trabalho, mutuamente benéfico, de consultas mantido pelos dois países quando membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU no biênio 2004-2005.

TEMAS INTERNACIONAIS

Reforma das Nações Unidas

14. Os dois Presidentes concordaram quanto à importância de um sistema multilateral eficaz, fundado no direito internacional, para melhor enfrentar as ameaças e desafios multiformes e interdependentes

com os quais o mundo se confronta, e sublinharam, a propósito, o papel central que compete à ONU, bem como a necessidade do fortalecimento da cooperação entre este organismo e as organizações regionais e sub-regionais.

Reiteraram o desejo manifestado pelos Chefes de Estado e de Governo na Declaração da Cúpula Mundial realizada em Nova York, de 14 a 16 de setembro de 2005, de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) seja reformado sem tardar, a fim de torná-lo mais amplamente representativo, atuante, democrático e transparente, o que aumentará, ainda mais, sua eficácia, a legitimidade de suas decisões e a qualidade de sua execução.

Comprometeram-se a continuar a trabalhar, com os outros membros da comunidade internacional, em favor de um acordo geral sobre esse elemento essencial da reforma global da Organização. Assinalaram a necessidade de que o CSNU continue a melhorar seus métodos de trabalho, de forma que os Estados que dele não são membros participem de seus trabalhos ainda mais, que o Conselho responda melhor por sua ação perante o conjunto dos Estados membros e que ele funcione com maior transparência.

Comissão para a Construção da Paz

15. Os Presidentes acolheram, com satisfação, o estabelecimento pelas Nações Unidas de uma Comissão para a Construção da Paz. Concordaram em que o novo organismo preenche um vazio no âmbito da Organização, voltando-se particularmente para os países em transição entre o final de um conflito e a retomada plena da estabilidade e do desenvolvimento. Sublinharam que a Comissão trará grande contribuição para que a estabilidade alcançada no final de um conflito armado se torne sustentável e de longa duração. Os dois países decidiram conceder apoio recíproco a suas respectivas candidaturas ao Bureau da Organização da Comissão para a Construção da Paz.

Cúpula América do Sul-Países Árabes

16. Os dois Presidentes acentuaram a importância da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), ocorrida nos dias 10 e 11 de maio de 2005, em Brasília, no que constitui o primeiro encontro que consagrou a aproximação de duas regiões do mundo em desenvolvimento e abriu perspectivas novas e concretas para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul. A esse respeito, reiteraram sua completa disposição de conjugar esforços para a implementação dos objetivos da Cúpula ASPA, com vistas ao desenvolvimento de uma cooperação econômica e social de base durável entre as duas regiões.

17. Nesse contexto, os dois Presidentes exprimiram sua satisfação com os resultados a que chegaram os Ministros da Cultura dos países árabes e da América do Sul, que se reuniram em Argel em 2 e 3 de fevereiro de 2006. Os dois Chefes de Estado felicitaram-se pela criação do Instituto de Pesquisa sobre a América do Sul e da Biblioteca árabe-sul-americana, os quais constituem, desde a Cúpula de Brasília, as primeiras pontes entre as regiões do mundo árabe e da América do Sul.

18. Durante sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou a exposição fotográfica AMRIK, organizada pelo Governo brasileiro no Palácio da Cultura, a qual evoca a imigração árabe na América do Sul e a contribuição cultural e civilizatória do mundo árabe ao mundo sul-americano.

19. Os dois Presidentes informaram-se dos processos de integração em curso em suas respectivas regiões. Apreciaram o papel que o Brasil e a Argélia desempenham como pontes entre as duas regiões e nas iniciativas de integração e diálogo no Mediterrâneo, na África, no mundo árabe, na América Latina e na América do Sul. O Presidente Bouteflika acolheu, com satisfação, o interesse do Brasil em reforçar suas relações com a Liga dos Estados Árabes e com a União Africana.

20. Os dois Presidentes recordaram, com satisfação, que o Brasil e a Argélia participam

ativamente dos esforços internacionais com vistas ao aumento dos recursos disponíveis para a assistência ao desenvolvimento dos países mais pobres do mundo e que ambos fazem parte do Grupo de países promotores da iniciativa intitulada Ação contra a Fome e a Pobreza, no âmbito da qual procuram mobilizar a comunidade internacional e aperfeiçoar os trabalhos técnicos em torno de propostas relativas a mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento e do combate contra a fome e a pobreza. Concordaram em que a iniciativa começa a produzir resultados, uma vez que a sexagésima AGNU aprovou projeto de resolução sobre a facilitação e a redução do custo das remessas bancárias dos emigrantes a seus países de origem. Reafirmaram o caráter central da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e exortaram seus parceiros do Norte a honrar seus compromissos.

21. Os Presidentes Abdelaziz Bouteflika e Luiz Inácio Lula da Silva reiteraram seu apoio aos esforços desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas para uma solução da questão do Saara Ocidental conforme as normas internacionais e com base nas resoluções pertinentes da Assembléia Geral e do CSNU.

22. Reafirmaram o apoio do Brasil e da Argélia à execução do plano de paz adotado pelo CSNU em sua Resolução 1495.

23. No que toca à questão palestina, os dois Chefes de Estado, lembraram a necessidade da concretização dos direitos legítimos do povo palestino, especialmente seu direito ao estabelecimento de um Estado independente e soberano. Reafirmaram a necessidade da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados.

24. Quanto ao Iraque, reiteraram a importância do término da violência e a necessidade do respeito à soberania total do povo iraquiano, inclusive sobre seus recursos naturais, e da integridade territorial do país.

25. Além disso, os dois Presidentes condenaram, mais uma vez, o terrorismo em todas

as suas formas e manifestações, por representar uma das mais graves ameaças à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento dos povos; recordaram a necessidade de encorajar a criação de mecanismos adequados e igualmente uma cooperação internacional maior, com vistas a analisar as causas do terrorismo e de impedir sua ação.

26. Os dois Presidentes apoiaram a iniciativa Aliança das Civilizações e exprimiram, a propósito, a necessidade da promoção de um diálogo entre as religiões, as culturas e as civilizações.

27. Os dois Presidentes expressaram sua plena satisfação com os resultados desta visita de Estado, que marca uma etapa nova e importante nas relações entre o Brasil e a Argélia e que contribui para dar impulso suplementar à solidariedade e à cooperação bilaterais.

28. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou seus agradecimentos vivos e sinceros ao Presidente Abdelaziz Bouteflika pela acolhida fraterna e a hospitalidade calorosa com que ele e a delegação que o acompanhou foram cercados durante sua estada na Argélia.

29. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva formulou convite ao Presidente Abdelaziz Bouteflika para efetuar visita de Estado ao Brasil. O convite foi aceito com prazer. A data será fixada pelos canais diplomáticos.

Feito em Argel, em 9 de fevereiro de 2006.

Decisão dos EUA sobre importações brasileiras de suco de laranja (10 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro recebeu com desagrado a decisão da Comissão de Comércio Internacional (CCI) dos EUA, adotada em 8 de fevereiro corrente, por meio da qual a entidade se manifestou definitivamente sobre existência de dano à indústria norte-americana por suposta prática de dumping nas importações de suco de laranja brasileiro. Na tomada de decisão, o painel de seis investigadores dividiu-se em três votos a favor e três votos contrários. Pelas regras do CCI, o empate favorece o pleito da

indústria doméstica. Esse resultado evidencia a fragilidade da argumentação sobre existência de dano causado pelas exportações brasileiras.

O Governo brasileiro reafirma sua preocupação com a possibilidade de que as exportações brasileiras sofram com a imposição de mais uma medida restritiva de comércio adotada pelos EUA (margens de dumping que variam de 9,73% a 60,29%), as quais se somarão ao já elevado imposto de importação vigente de US\$ 441 por tonelada.

O suco de laranja brasileiro é amplamente reconhecido no mercado internacional como muito competitivo em razão dos seus baixos custos de produção. As exportações brasileiras têm historicamente desempenhado importante papel de complementar o abastecimento do mercado nos EUA. Essa nova medida frustra as justas expectativas dos produtores brasileiros de acesso desimpedido ao mercado norte-americano.

O Governo brasileiro e o setor privado estão realizando cuidadosa avaliação das decisões e dos procedimentos que foram adotados na investigação sobre o suco de laranja brasileiro, com vistas a verificar se as disciplinas da OMC foram plenamente observadas e a tomar as medidas apropriadas.

Comunidade Sul-Americana de Nações - Comunicado Conjunto sobre as Eleições no Haiti (10 de fevereiro de 2006)

Os países da Comunidade Sul-Americana de Nações felicitam o povo haitiano, que, em um ambiente de serenidade e confiança, acorreu maciçamente às urnas no dia 7 de fevereiro corrente para eleger um novo Presidente e um novo Parlamento.

A grande afluência de eleitores ao primeiro turno das eleições gerais demonstrou que o povo do Haiti valoriza o processo democrático e tem esperança na capacidade de um futuro Governo constitucional para, com o apoio da comunidade internacional, reconciliar o país e conduzi-lo à normalidade institucional.

Os países da Comunidade ressaltam que a colaboração da comunidade internacional, representada em especial pela ONU e pela OEA, bem como a firmeza da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), têm sido determinantes para o êxito com que se vem desenrolando o processo eleitoral haitiano, para o qual muito tem contribuído a determinação do Governo de Transição e do Conselho Eleitoral Provisório.

Situação do Senhor Marco Archer Cardoso Moreira (10 de fevereiro de 2006)

O pedido de clemência feito pelo cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira ao Presidente da Indonésia, contra a pena de morte a que foi condenado por narcotráfico, foi rejeitado pelas autoridades competentes daquele país.

Desde que o Senhor Marco Archer Cardoso Moreira foi preso, em agosto de 2003, o Governo brasileiro tem acompanhado de perto o andamento do processo e prestado assistência à família e, por meio da Embaixada do Brasil em Jacarta, ao Senhor Archer.

Em março de 2005 e em janeiro último, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu clemência, com comutação da pena, ao Presidente Susilo Yudhoyono. Solicitação semelhante foi feita no âmbito do Judiciário. Todas as comunicações enfatizaram que, embora fosse reconhecida a gravidade do crime pelo qual o Senhor Marco Archer está sendo processado, a pena de morte não existe no Direito brasileiro. Sua aplicação a um compatriota causaria enorme consternação na opinião pública nacional.

O Presidente Lula continua a acompanhar atentamente o assunto e determinou que se examine a viabilidade da adoção de medidas adicionais. Nesse sentido, a Embaixada em Jacarta está em contato com a advogada do Senhor Archer, tendo em vista a possibilidade de apresentação de novo pedido de clemência. Tão logo a sentença seja comunicada oficialmente ao Senhor Marco Archer, o que, segundo

se prevê, ocorrerá durante a próxima semana, tal pedido deverá ser apresentado.

Comunicado Conjunto - Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Benin - 10 de fevereiro de 2006 (11 de fevereiro de 2006)

A convite de Sua Excelência o General Mathieu Kérékou, Presidente da República do Benin, Chefe de Estado e Chefe do Governo, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da SILVA, Presidente da Republica Federativa do Brasil, efetuou visita oficial ao Benin, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2006, chefiando importante delegação brasileira.

O Presidente do Brasil e sua delegação foram calorosamente acolhidos no Aeroporto Internacional de Cotonou pelo Presidente do Benin, acompanhado ds membros do Governo, Representantes parlamentares, membros do Corpo Diplomático e Consular e Representantes das Organizações Internacionais acreditados no Benin.

Durante sua estada, o Presidente Lula da Silva reuniu-se com o Presidente Mathieu Kérékou, seguido de reunião ampliada da qual participaram membros das delegações brasileira e beninense.

O Presidente brasileiro visitou, ademais, a cidade de Uidá, onde se encontra grande parte da comunidade beninense de origem brasileira. Percorreu a Rota dos Escravos e fez deposição floral na Porta do Não-Retorno, em homenagem àqueles que partiram para o Brasil. No Museu Histórico da cidade, o Presidente brasileiro inaugurou exposição fotográfica sobre aquela comunidade, produzida pelos antropólogos e fotógrafos brasileiros Milton Guran e Dirce Carrion.

Em seus encontros, os Presidentes Kérékou e Lula da Silva trocaram opiniões sobre temas relativos às relações bilaterais e às questões internacionais de interesse dos dois países.

No plano bilateral, os Chefes de Estado congratularam-se pelo nível e a qualidade das relações de cooperação entre os dois países, que, nos últimos dois anos, foram marcadas pela troca de

delegações de alto nível e pela assinatura de instrumentos de cooperação que contemplam diversos áreas de interesse comum aos dois países e seus povos.

Os dois Chefes de Estado assinalaram a necessidade de consolidar os laços entre os dois países e de aproximar os dois povos, unidos por fortes laços culturais, históricos e de sangue. Os Presidentes Lula da Silva e Kérékou concordaram em intensificar as relações de cooperação entre o Brasil e o Benin em particular nos campos da agricultura, da saúde, dos esportes, da cultura, do turismo, da energia da formação profissional e do comércio.

Para tanto, foram assinados, durante a visita, os seguintes instrumentos de cooperação:

- Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin na área de Esportes.

- Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin na área da cotonicultura.

- Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre cooperação técnica para prevenção e tratamento da malária.

As modalidades técnicas para a implementação da cooperação bilateral brasileiro-beninense nas áreas acima mencionadas e a execução dos instrumentos supramencionados serão definidos pela Comissão Mista de Cooperação Brasil-Benin, cuja primeira sessão deverá ocorrer no segundo trimestre de 2006, em Brasília. As datas precisas da referida reunião serão acordadas por via diplomática.

Ainda com o propósito de reforçar as relações entre os dois países, unidos pela História e a Cultura, os dois Chefes de Estado anunciaram a decisão de abrir Embaixadas residentes respectivamente em Brasília e em Cotonou, no curso de 2006.

No que diz respeito aos temas internacionais, os Presidentes Lula da Silva e Kérékou examinaram as conjunturas africana e mundial, os temas relativos

ao comércio internacional e a luta contra a fome e pobreza

Quanto à situação na Côte d'Ivoire, os dois Chefes de Estado expressaram o desejo de que os atores da cena política marfinense trabalhem, inspirados pela concórdia, na reconciliação nacional e se dediquem à implementação dos diferentes Acordos assinados e da Resolução 1633 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas ao retorno da paz e à organização da eleição presidencial, até outubro de 2006.

Ao abordar a situação na República Democrática do Congo, os Presidentes Kérékou e Lula da Silva saudaram a adoção, pelo povo congolês, de uma Constituição. Apelaram a todas as partes envolvidas, a que dediquem-se, de maneira construtiva, à implementação dos Acordos de Lusaka e de Pretória, de modo construtivo, com vistas a lograr, no período acordado, a concretização do processo eleitoral.

No que concerne a Darfur, os Chefes de Estado registraram, com viva preocupação, a situação humanitária que ainda permanece naquela região do Sudão. Nesse sentido, renovaram sua adesão aos esforços em curso, em Abuja, com vistas a alcançar uma solução política rápida para a crise.

No plano internacional, os Presidentes Kérékou e Lula da Silva expressaram sua inquietude diante da persistência das tensões no Oriente Médio. No que diz respeito à questão palestina, convidaram os protagonistas a implementar o Mapa do Caminho e saudaram os esforços empreendidos pelo quarteto constituído pela Organização das Nações Unidas, a União Européia, os Estados Unidos e a Rússia a fim de alcançar um acordo duradouro para a crise no Oriente Médio.

A propósito do Iraque, reiteraram a importância de que cesse a violência e a necessidade de respeitar a soberania total do povo iraquiano, inclusive de seus recursos naturais, e da integridade territorial do país.

Congratularam-se pela participação, de

ambos os países, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e sublinharam a intenção de continuar o trabalho para a construção de uma paz duradoura nesse país. Registraram, com interesse, a organização, no dia 7 de fevereiro de 2006, das eleições presidenciais e legislativas e desejaram a conclusão do processo de transição e a posse das novas autoridades eleitas para a reconstrução do Haiti.

Deploraram o fato de que os conflitos constituem os maiores obstáculos à paz e ao desenvolvimento sustentável.

Os dois Chefes de Estado congratularam-se pela colaboração frutífera entre seus países durante os respectivos mandatos como membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2005, bem como pelas respectivas contribuições substantivas para a promoção da paz no mundo. Ademais, os dois Chefes de Estado concordaram que seus respectivos países continuarão a trabalhar em conjunto, especialmente por meio da colaboração no âmbito da Resolução 1612 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a encontrar uma solução adequada à situação das crianças soldado no mundo.

Reafirmaram a necessidade de uma reforma da Organização das Nações Unidas, a fim de torná-la mais democrática e representativa da configuração política e econômica mundial e torná-la mais aparelhada para a gestão das questões de desenvolvimento que desafiam a maioria de seus membros.

O Chefe de Estado beninense reafirmou o apoio do Benin à aspiração do Brasil a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Chefe de Estado brasileiro, por sua vez, renovou o apoio de seu país à demanda de dois assentos permanentes para a África no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reafirmou a disponibilidade do Brasil em prosseguir o diálogo com

os países africanos para com vistas a chegar a uma decisão sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas dentro do mais breve prazo possível no marco da 60ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

Os dois Chefes de Estado tomaram nota, ademais, das conclusões da sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong, de 13 a 18 de dezembro de 2005, e convidaram os países industrializados a implementar os compromissos relativos à supressão, em 2006, dos subsídios à exportação do algodão, e à eliminação, até 2013, de todas as formas de subsídios aos produtos agrícolas e à abertura de seus mercados aos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento. Tomaram nota, igualmente, da recente aprovação, pelo Congresso norte-americano, da supressão dos subsídios agrícolas sobre o algodão.

Os dois Chefes de Estado registraram, com satisfação, a convergência de opiniões sobre os principais desafios que se confrontam aos países em desenvolvimento. Assinalaram a necessidade de promover a cooperação Sul-Sul como modo de enfrentar aqueles desafios entre os quais os principais são a persistência da fome e da pobreza, dois flagelos injustificáveis em um mundo capaz de produzir abundantes riquezas e recursos científicos e tecnológicos que poderiam aliviar o sofrimento de grande parte da população do mundo.

O Chefe de Estado beninense reafirmu o apoio aos esforços de seu homólogo brasileiro no sentido a engajar a comunidade internacional em uma nova aliança para lutar contra a fome, a pobreza e a exclusão social.

Nesse sentido, saudaram as medidas de cancelamento da dívida de dezoito (18) países em desenvolvimento, tomadas pelo Grupo dos países mais industrializados (G 8), durante a Cúpula de Gleneagles (Escócia) em julho de 2005. Os dois Chefes de Estado conclamaram os países desenvolvidos a tomar medidas no sentido do

cancelamento total das dívidas de todos os países pobres, medidas necessárias para dotá-los de melhores possibilidades de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Ao reconhecer os laços históricos e culturais que existem entre a África e a América Latina, os dois Chefes de Estado assinalaram a necessidade da organização de uma Cúpula entre os países da África e da América Latina e do Caribe, no contexto do diálogo Sul-Sul e com vistas a uma aproximação econômica e política entre os dois países. Também afirmaram o interesse dos dois países na celebração de reuniões ministeriais entre iniciativas e organismos das respectivas regiões, tais como a CASA, a CEDEAO e a ZOPACAS.

Ao término de sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da SILVA exprimiu seus sinceros agradecimentos ao Presidente Mathieu Kérékou, ao Governo e ao Povo beninenses, pelo acolhimento e hospitalidade que foram reservadas a ele e à sua delegação.

O Presidente brasileiro convidou seu homólogo beninense a fazer uma visita de amizade e de trabalho ao Brasil. O Presidente Kérékou aceitou o convite. As datas da visita serão acordadas pela via diplomática.

Feito em Cotonou, em 10 de fevereiro de 2006.

Comunicado Conjunto - Visita de Estado a Botsuana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - 11 de fevereiro de 2006 (11 de fevereiro de 2006)

1. A convite de Sua Excelência o Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae, Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma visita de Estado a Botsuana no dia 11 de fevereiro de 2006, acompanhado por autoridades ministeriais de seu Governo e representantes de diferentes setores brasileiros.

2. Durante a visita, os dois Presidentes

mantiveram conversações oficiais sobre ampla gama de temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum.

3. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou sua satisfação por retribuir a visita oficial do Presidente Mogae ao Brasil, em 26 de julho de 2005. O Presidente Lula afirmou que aquela memorável ocasião representou o início de nova etapa das relações entre o Brasil e Botsuana. O Presidente Mogae, em resposta, salientou que as duas visitas presidenciais constituem inestimável impulso para a parceria entre os dois países.

4. Os Presidentes comprometeram-se a apoiar a consolidação de um relacionamento duradouro, denso e mutuamente benéfico. Para tanto, deram ênfase à necessidade de um intenso intercâmbio entre órgãos governamentais e instituições privadas de ambos os países, em diferentes níveis e em torno dos mais diversos temas de interesse comum.

5. Destacaram as vastas possibilidades de negócios a serem exploradas pelo empresariado dos dois países. Congratularam-se, nesse particular, com o bem-sucedido encontro empresarial bilateral ocorrido em Gaborone, um dia antes da visita de Estado do Presidente Lula. Recomendaram que as entidades empresariais do Brasil e de Botsuana organizem novos eventos do gênero, com vista a estimular contatos entre o setor privado de ambos os países.

6. Na visão dos Presidentes, os entendimentos correntes entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), que já resultaram na assinatura de Acordo de Comércio Preferencial entre os países-membros de ambos os blocos, deverão criar as condições adequadas para o aumento significativo do comércio entre as duas regiões.

7. O Presidente Mogae, na qualidade de Presidente pro tempore da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), discutiu com o Presidente Lula a possibilidade de

estabelecimento de uma relação institucional entre a referida organização e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), com vista a promover a cooperação Sul-Sul. Destacaram, de modo particular, a identidade de propósitos dos dois organismos.

8. Os dois Presidentes felicitaram-se pela assinatura, durante a visita do Presidente Lula, de instrumentos jurídicos bilaterais que impulsionarão a cooperação na área da saúde, com vista ao combate da pandemia de HIV/AIDS em Botsuana, e na área dos esportes.

9. O Presidente Lula expressou sua satisfação e gratidão pelo apoio de Botsuana, reiterado durante a presente visita pelo Presidente Mogae, ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

10. Os dois líderes coincidiram quanto à necessidade de tornar mais justas e equitativas as relações entre os países ricos e pobres, no âmbito das discussões correntes na Organização Mundial de Comércio. Nesse sentido, instaram a comunidade internacional a atribuir toda prioridade às preocupações e aos interesses dos países em desenvolvimento, no espírito dos compromissos assumidos na Rodada de Doha.

11. Reiteraram a firme determinação de trabalhar em conjunto para mobilizar o apoio internacional em favor de esforços destinados a combater a fome e a pobreza. Nesse contexto, o Presidente Mogae saudou a Ação contra a Fome e a Pobreza, proposta pelo Presidente Lula, que é destinada a ajudar os países mais pobres, muitos dos quais na África, a alcançarem as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

12. Ao final de sua visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Governo e ao Povo de Botsuana a generosa hospitalidade dispensadas a ele e à Delegação brasileira durante a visita de Estado. Gaborone, em 11 de fevereiro de 2006.

Missão da Sica e do Caribe na área de Etanol (11 de fevereiro de 2006)

Representantes de países do Sistema de Integração Centro-Americano e do Caribe realizarão missão a Brasília e ao Rio de Janeiro nos dias 13 a 16 de fevereiro a fim de conhecer os aspectos normativos referentes à produção, ao transporte e à comercialização do etanol como combustível. A missão constitui iniciativa pioneira de cooperação do Brasil com os países da região, em seguimento aos Protocolos de Intenções assinados pelo Presidente Lula com os países membros do SICA em setembro passado na Guatemala. Sua realização volta-se ao fomento de programas para a utilização de biocombustíveis em transportes e para a produção de energia, em consonância com os esforços internacionais para reduzir a emissão de gases poluentes.

Participarão representantes da Costa Rica, de El Salvador, da Guatemala, da Guiana, de Honduras, da Jamaica, da Nicarágua, do Panamá, da República Dominicana, do Suriname e de Trinidad e Tobago. Entre as autoridades presentes, estará o Ministro de Energia e Minas da Guatemala, Luis Ortiz.

O programa da missão envolve a participação em seminário em Brasília, no Palácio do Itamaraty, sobre a normatização da produção, do transporte e da comercialização do etanol como combustível, bem como reuniões de trabalho no Rio de Janeiro com representantes da Agência Nacional de Petróleo, da Petrobras, do INMETRO e do BNDES.

O consumo do etanol no Brasil recebeu um novo impulso com a introdução da tecnologia dos motores “flex fuel”. As vendas de automóveis bicombustíveis ultrapassaram hoje as dos movidos a gasolina no mercado brasileiro.

Situação no Haiti (13 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro acompanha atentamente os últimos acontecimentos no Haiti. O Ministro Celso Amorim conversou hoje com a

Secretária de Estado dos EUA e com os Ministros das Relações Exteriores da França e do Canadá, bem como o Bispo Desmond Tutu. Conversou também com o candidato René Préval, a quem transmitiu a expectativa de que se encontre uma solução capaz de contribuir para a união nacional.

Ao reiterar a confiança em que a vontade popular será plenamente respeitada, o Governo brasileiro conclama a classe política haitiana a buscar o entendimento dentro do respeito à lei e em um espírito de conciliação. O Governo brasileiro faz votos de que o comparecimento maciço e inédito do eleitorado às urnas se traduza em um efetivo fortalecimento da democracia no Haiti, em um ambiente de paz e serenidade.

Visita ao Brasil do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos (14 de fevereiro de 2006)

O Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, fará visita a Brasília no dia 15 de fevereiro.

O Chanceler Moratinos será recebido pelo Ministro Celso Amorim em jantar de trabalho, durante o qual se repassarão temas das agendas bilateral, regional e multilateral. Merecerá especial atenção a situação no Haiti. Também deverão ser discutidas a Rodada de Doha e a questão dos mecanismos inovadores de financiamento do combate à fome e à pobreza, entre outros assuntos.

Renovação do Mandato da MINUSTAH – Haiti (14 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão do Conselho de Segurança de estender, por meio da Resolução 1658 (2006), de 14 de fevereiro corrente, o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de agosto de 2006.

As Nações Unidas reafirmam, desse modo, seu compromisso com a normalização da vida político-institucional e o estabelecimento dos

alicerces para a retomada do desenvolvimento e para o fortalecimento da democracia no Haiti.

O Governo brasileiro continua a acompanhar atentamente o processo eleitoral no Haiti. Entre outras iniciativas, o Ministro Celso Amorim conversou hoje com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Trocaram impressões sobre os vários contatos que haviam mantido a respeito do assunto e analisaram a situação naquele país. Ficou claro que ambos consideraram importante encontrar solução que respeite a vontade do povo haitiano e favoreça a reconciliação nacional, em ambiente de paz e serenidade.

Expulsão de cidadãos brasileiros da Zâmbia (15 de fevereiro de 2006)

No dia 11 de fevereiro corrente, o Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento de que dois cidadãos brasileiros, Carlos Barcelos e Jamil Craveiros, haviam sido detidos pela polícia de imigração em Lusaca, Zâmbia, e levados para local desconhecido. Os dois compatriotas são pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e realizavam, com suas famílias, trabalho missionário naquele país.

Imediatamente, a Embaixada do Brasil no Zimbábue, que tem jurisdição sobre a Zâmbia, foi acionada para obter informação sobre o paradeiro dos dois brasileiros e, eventualmente, prestar assistência consular a suas famílias.

No dia 12, o Ministério das Relações Exteriores foi informado de que os senhores Barcelos e Craveiros haviam sido deportados para a África do Sul, de onde retornaram ao Brasil na mesma data. Suas famílias receberam ordem para deixar o país no prazo de uma semana.

O Ministério das Relações Exteriores lamenta este grave incidente, que afetou um grupo de cidadãos brasileiros que vivia em Lusaca, dedicado a seus afazeres como missionários - trabalho que não interfere com a lei e a ordem pública da Zâmbia, cuja Constituição, em seu artigo 19, garante plenamente

a liberdade de culto. Nesse espírito, a Suprema Corte daquele país decidiu, em janeiro último, em processo intentado contra a IURD, que a presença e o trabalho missionário no país daquela denominação religiosa eram perfeitamente legais. A expulsão dos cidadãos brasileiros não se coaduna com tal decisão judicial.

Ao manifestar sua preocupação com o ocorrido, o Ministério das Relações Exteriores reitera seu propósito de continuar a prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros, sob qualquer circunstância e onde quer que estejam.

Visita Oficial do Ministro Celso Amorim a Lima, Peru (16 de fevereiro de 2006)

O Ministro Celso Amorim fará visita oficial a Lima em 17 de fevereiro do corrente, atendendo a convite do Chanceler Oscar Maúrtua. O Ministro Celso Amorim será recebido pelo Presidente peruano Alejandro Toledo e terá encontros com o Chanceler Maúrtua e com o Secretário-Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN), Allan Wagner. Presidirá, ainda, a II Reunião do Mecanismo de Coordenação e Seguimento Brasil-Peru.

Os Chanceleres Celso Amorim e Oscar Maúrtua passarão em revista a ampla pauta de assuntos bilaterais e os projetos de integração física. Serão assinados acordos nas áreas tributária, de pesquisa agropecuária e cooperação entre academias diplomáticas, dentre outras. No plano regional, os dois Chanceleres trocarão impressões sobre a implementação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Também será discutida a recente entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica entre o Peru e o Mercosul (ACE 58).

Durante a visita, o Chanceler Maúrtua será condecorado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz.

Situação no Haiti (16 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro manifesta satisfação pelo bem sucedido encaminhamento do processo político no Haiti, com elevado comparecimento dos

eleitores às urnas, o qual culminou com a decisão do Conselho Eleitoral Provisório de declarar vitorioso o candidato René Préval. Registra, com agrado, que essa decisão, atribuição soberana do Haiti, constitui etapa essencial para a normalização institucional do país.

O Governo e o povo brasileiros cumprimentam o Presidente eleito e congratulam-se uma vez mais com o povo, o Governo de Transição e as lideranças políticas do Haiti por sua condução do processo, traduzido em manifestação genuína de esperança nas instituições e real exemplo de democracia.

O Governo brasileiro destaca a atuação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), em especial do contingente brasileiro, na garantia da segurança da população haitiana e a da Missão da OEA na organização das eleições, como exemplos do compromisso da comunidade internacional de apoiar o Haiti nesse importante momento da vida política do país.

O Governo brasileiro entende que a eleição presidencial haitiana constituiu passo fundamental. Uma vez consolidada esta etapa na vida política do país, a comunidade internacional deverá continuar a prestar todo o apoio necessário à reconstrução das instituições, à retomada do desenvolvimento e ao fortalecimento da democracia no Haiti.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - que foi informado pelo Ministro Celso Amorim, desde as primeiras horas de hoje, da decisão do Conselho Eleitoral Provisório - estará enviando mensagens ao Presidente eleito, bem como ao Presidente e ao Primeiro-Ministro do Governo de Transição do Haiti.

Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Peru - Lima, 17 de fevereiro de 2006 (20 de fevereiro de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial ao Peru no curso da qual se reuniu com o Ministro de Relações Exteriores do Peru, Embaixador Oscar Maúrtua de Romaña, em 17 de fevereiro de 2006. Nessa ocasião, realizou-se a segunda reunião do

Mecanismo de Coordenação e Consulta de Chanceleres, estabelecido pelos Presidentes do Brasil e do Peru em agosto de 2003 e cuja primeira reunião ocorreu em 10 de fevereiro de 2004, em Lima.

Durante sua permanência em Lima, o Chanceler Amorim foi recebido em audiência especial pelo Presidente Alejandro Toledo, a quem apresentou as cordiais saudações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Chanceleres destacaram a estreita concertação política, bem como os avanços substantivos que o Brasil e o Peru vêm realizando nos âmbitos da integração física e econômica. Sublinharam, além disso, a prioridade do desenvolvimento regional e fronteiriço na agenda bilateral.

No âmbito regional, os Chanceleres examinaram os progressos da Comunidade Sul-Americana de Nações à luz da Declaração de Cusco de dezembro de 2004, da Declaração de Brasília e do Programa de Ação acordados na Cúpula de setembro de 2005.

Ao término de suas reuniões, os Chanceleres firmaram o seguinte:

Declaração Conjunta

Expressaram sua satisfação pela consolidação dos elementos centrais da aliança estratégica acordada pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo em agosto de 2003. Nesse sentido:

Saudaram a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica N° 58, assinado entre o Peru e os Estados Membros do Mercosul, e de seu segundo Protocolo Adicional, que estimularão o comércio e os investimentos no futuro imediato.

Verificaram com satisfação o início da construção dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) que interconectam fisicamente o Brasil e o Peru, tais como o Eixo do Amazonas, que unirá o norte e leste peruanos com Manaus, através de Iquitos, e a

Rodovia Interoceânica, de importância para dez regiões do sul e leste peruanos e para os Estados brasileiros do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Ressaltaram, igualmente, a inauguração pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo, em 21 de janeiro último, da “Ponte da Integração” sobre o rio Acre, entre as localidades de Iñapari, no Peru, e Assis Brasil.

Reconheceram as amplas possibilidades de cooperação que se concretizarão com a entrada em vigor do Memorando de Entendimento em Matéria de Vigilância e Proteção da Amazônia, firmado em 25 de agosto de 2003, aprovado pelos Congressos de ambos os países.

Manifestaram sua satisfação com a formalização, nesta visita oficial, dos seguintes instrumentos:

I) Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal;

II) Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimentos;

III) Acordo de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia na Área Espacial;

IV) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Transferência de Métodos e Instrumentos de Gestão de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário”;

V) Troca de Notas Diplomáticas que atualiza o Acordo sobre cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e do Peru;

VI) Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o “Instituto Nacional de Investigación y Extensión Agraria” (INIEA) do Peru, e

VII) Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o “Instituto de Desarrollo Agrario de Lambayeque”.

Ao dar continuidade à revisão da agenda bilateral, os Chanceleres destacaram as seguintes áreas substantivas:

Navegação Fluvial

O Chanceler Oscar Maúrtua referiu-se à posição formalmente manifestada pelo Governo do Peru ao Governo do Brasil sobre os aspectos jurídicos e econômicos da livre navegação fluvial no contexto das relações bilaterais. O Chanceler Celso Amorim sublinhou a proposta da Chancelaria brasileira no sentido de estabelecer Grupo de Trabalho de Alto Nível, no âmbito do Governo brasileiro, para examinar esse tema.

Apoiaram a convocação, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, de uma reunião técnica que permita avançar na formulação de projeto de “Regulamento Geral de Navegação Comercial nos Rios Amazônicos”, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região e de suas populações.

Cooperação Técnica

Reconheceram a ampla agenda da cooperação técnica bilateral e instruíram respectivamente a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Peruana de Cooperação Internacional a conferir especial atenção ao tema da superação da pobreza como um de seus objetivos básicos, e a contemplar, além dos projetos já existentes, novos campos de cooperação em temas relevantes como meio ambiente, saneamento básico, pesca, pequenas empresas, saúde e agricultura.

Decidiram, nesse contexto, que a V Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru de Cooperação Técnica se realize na cidade de Lima em maio de 2006.

Sistema de Controle Integrado Fronteiriço

Instaram as autoridades competentes a realizar reunião técnica, o mais brevemente possível, para iniciar conversações com vistas à implementação de um sistema de controle integrado na fronteira entre Iñapari e Assis Brasil, incluindo a possibilidade de que o Governo peruano venha a aderir ao Acordo para a Aplicação de Controles Integrados na Fronteira entre os Países do MERCOSUL,

denominado “Acordo de Recife”.

Temática Fronteiriça

Saudaram o significativo avanço das instituições de saúde em matéria de vigilância epidemiológica e propuseram elevar às autoridades de saúde de ambos os países a consideração de um esquema de prestação de serviços de saúde em caso de emergências. Expressaram, nesse contexto, seu reconhecimento ao trabalho de ação cívico-social que realizam as Marinhas do Brasil e do Peru junto às populações ribeirinhas e fronteiriças.

Em atenção à decisão anunciada pelos Presidentes do Brasil e do Peru na “Declaração sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente”, de 21 de janeiro de 2006, de cooperar para o desenvolvimento sustentável da fronteira, os Chanceleres acordaram instruir suas Chancelarias a coordenar um processo de formulação e implementação de projetos de desenvolvimento social e uso sustentável dos recursos nas regiões fronteiriças.

Destacaram, ademais, a importância da iniciativa MAP (Madre de Díos, Acre e Pando) como foro de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Peru, Brasil e Bolívia, e acordaram que suas Chancelarias realizem adequado seguimento da iniciativa.

Facilidades para o Trânsito de Nacionais do Brasil e do Peru

Ambos os Chanceleres destacaram a vigência do Acordo que permite o uso de documentos nacionais de identidade de cada país para viagens de turismo e negócios, desde 15 de setembro de 2005.

Temática Ambiental

Constataram os avanços realizados na IV Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça e de sua recente Reunião de Seguimento, e decidiram ampliar o alcance do trabalho bilateral, incluindo o combate

ao conjunto de ilícitos ambientais e a conservação de recursos naturais localizados na zona da fronteira comum, mediante a adoção de mecanismos mais estritos dirigidos a esse fim. Concordaram, nesse sentido, em convocar a V Reunião do Grupo de Trabalho para o mês de abril de 2006 no Brasil.

Em atenção ao vasto conjunto de iniciativas bilaterais relacionadas com o território amazônico dos dois países, os Chanceleres decidiram avaliar a criação de uma Comissão Mista Multi-setorial encarregada da temática de meio ambiente e destinada a orientar devidamente o desenvolvimento sustentável dos respectivos territórios amazônicos.

Decidiram coordenar-se para enfrentar de maneira efetiva o fenômeno da seca que acomete os Estados do Amazonas e do Acre, e as Regiões de Loreto e Ucayali, para o que, entre outras ações, aplicarão o Convênio Brasil-Peru sobre Controle de Incêndios Florestais.

Os Chanceleres referiram-se aos estudos que vêm realizando o Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica (CONCYTEC) do Peru e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o objetivo de concretizar a cooperação técnica nas áreas de biotecnologia e biocombustíveis entre ambos os países.

Segurança e Defesa

Sublinharam que ambos os países procurem ampliar a cooperação em matéria de segurança e defesa mediante mecanismos interinstitucionais e ações conjuntas conformadoras de uma nova etapa de sua Aliança Estratégica. Manifestaram, nesse sentido, a intenção de que ambos os países dêem seguimento, com a possível brevidade, às negociações para concretizar acordos específicos nas áreas de segurança e defesa e cooperação policial. Destacaram que a cooperação no contexto do Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia constitui um importante instrumento dessa Aliança.

Concordaram em intensificar a cooperação no âmbito da iniciativa Peru-Brasil (PEBRA) de

monitoramento fronteiro bilateral e das operações coordenadas de controle e vigilância fronteira. Destacaram, além disso, a intenção dos dois países de iniciar a implementação, com a possível brevidade, do Memorando de Entendimento para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiros e/ou Comuns, do qual também participa a República da Colômbia.

Saudaram a recente instalação do Grupo de Trabalho de Cooperação Policial Fronteira, que permitirá uma melhor coordenação dos aspectos de segurança, particularmente o controle de ilícitos e a vigilância da fronteira comum.

Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia

Destacaram a recente aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, firmado pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo, que permitirá o acesso progressivo do Peru aos Sistemas de Vigilância e Proteção da Amazônia (SIVAM-SIPAM).

O Chanceler Oscar Maúrtua comunicou ao Chanceler Celso Amorim a intenção de estabelecer, na Chancelaria peruana, um escritório executivo que coordenará a temática relativa ao importante projeto SIVAM-SIPAM.

Comissão Mista Peruana–Brasileira sobre Drogas

Decidiram convocar a V Reunião da Comissão Mista Peruano–Brasileira sobre Drogas, a realizar-se em Brasília, de 27 a 29 de março de 2006, para adotar medidas bilaterais orientadas a fortalecer políticas e mecanismos de cooperação que permitam enfrentar o tráfico ilícito de drogas e seus delitos conexos.

Iniciativa IIRSA

Decidiram examinar a adoção de mecanismos financeiros inovadores que permitam aos países da

América Latina executar um maior volume de projetos de investimento público em infra-estrutura, tanto produtiva como social, destinados à promoção do desenvolvimento.

Ratificaram o compromisso de seus Governos com a imediata implementação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA e acordaram que suas Chancelarias e demais órgãos nacionais competentes envolvidos em tal Iniciativa dêem atenção prioritária à Agenda de Implementação Consensual (AIC) de projetos que incluam a cooperação entre os setores público e privado para os investimentos necessários.

Encontros de Trabalho Ministeriais e de Autoridades

Expressaram seu interesse em promover a realização de encontros de altos funcionários dos dois países, alternadamente no Brasil e no Peru, a partir do terceiro trimestre de 2006, para estimular a cooperação bilateral em áreas como meio ambiente, temas sociais, energia e produção.

Integração Física e Transportes

Registraram com satisfação as conversações mantidas em Brasília, nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2006, entre a Comissão Interministerial de Alto Nível do Peru e o Governo brasileiro, para identificar oportunidades e promover medidas com vistas ao desenvolvimento socio-econômico sustentável das áreas de influência das ligações interoceânicas entre ambos os países. Decidiram, portanto, manter entendimentos para transformar o Grupo de Trabalho de Integração Física e Transportes, instituído pela Comissão de Vizinhança Brasil-Peru em fevereiro de 1996, em uma “Comissão Binacional de Promoção e Coordenação para a Implementação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento Bioceânicos entre o Brasil e o Peru”. A Comissão será coordenada pelas duas Chancelarias e integrada pelas autoridades competentes dos dois países nas áreas de transportes, comércio exterior, turismo, meio

ambiente, agricultura e cooperação técnica. Poderá ainda contar com a participação de representantes de Estados e Departamentos, municípios, da sociedade civil e do setor privado de ambos os países.

O Chanceler Maúrtua manifestou ao Chanceler Amorim sua satisfação pelo convite para que o Peru se incorpore a Brasil e Bolívia no projeto de aproveitamento hidro-elétrico e fluvial do rio Madeira, o que possibilitará a constituição de um novo eixo de integração energética e de transportes no cenário sul-americano.

Turismo

Ambos os Chanceleres reconheceram o potencial de desenvolvimento turístico binacional através da promoção de iniciativas conjuntas e concordaram em iniciar coordenações bilaterais na área de turismo e, em particular, para a implantação de linhas aéreas transfronteiriças e transamazônicas que conectarão Regiões e Estados de ambos os países, fomentando o turismo, facilidades para as conexões aéreas e para os negócios.

Comissão Mista de Inspeção de Marcos Fronteiriços

Manifestaram sua satisfação pelo trabalho que vem realizando a Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasil-Peru, e saudaram a conclusão dos trabalhos, efetuados entre 5 de junho e 7 de julho de 2005, na zona fronteiriça da Serra do Divisor Ucayali-Juruá.

Ressaltaram o apoio continuado das Forças Armadas do Brasil, que permitiu a bem sucedida realização das sucessivas campanhas de inspeção de marcos fronteiriços.

Cooperação Judicial

Destacaram a expectativa de que entrem em vigor o Tratado sobre Transferência de Presos e o Tratado de Extradicação, atualmente em apreciação do Congresso brasileiro.

Formação Diplomática e Cooperação Interinstitucional

Ambos os Chanceleres comprometeram-se a explorar possibilidades de cooperação interinstitucional trocando sugestões sobre o tema no curso deste ano.

O Chanceler Oscar Maúrtua reiterou o oferecimento de bolsa a um estudante do Instituto Rio Branco ou Terceiro Secretário da Chancelaria brasileira, para que realize estudos na Academia Diplomática do Peru. De sua parte, o Chanceler Celso Amorim reiterou oferta de bolsa a aluno da Academia Diplomática peruana para que realize estudos no Instituto Rio Branco.

O Chanceler Maúrtua anunciou que a Academia Diplomática do Peru instituirá ensino do Português durante o ciclo de preparação de aspirantes ao serviço diplomático.

Agenda Educativa e Cultural

Congratularam-se pelo bom nível alcançado nas relações culturais bilaterais no marco do Programa Executivo Cultural e Educativo vigente, e estimularam os organismos responsáveis de ambos os países a aprofundar essa modalidade de cooperação.

O Chanceler do Brasil expressou seu interesse ao Governo Peruano em fazer parte do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que se estabelecerá na cidade de Cusco, sob os auspícios da UNESCO. Ambos os Chanceleres manifestaram sua satisfação pela criação do Centro Regional na 33ª Conferência Geral da UNESCO e registraram a próxima realização, em Brasília, em abril de 2006, da reunião de seguimento sobre o tema.

Saudaram a recente aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais na 33ª Conferência Geral da UNESCO, e comprometeram-se a efetuar as gestões necessárias para sua ratificação no mais breve prazo possível.

Os Chanceleres Amorim e Maúrtua destacaram a disposição de seus Governos em colaborar com o ensino e difusão do espanhol no Brasil e do português no Peru.

Como estímulo ao aprofundamento do conhecimento recíproco dos povos peruano e brasileiro, o Chanceler Maúrtua informou que a Embaixada do Peru no Brasil, juntamente com o Consulado-Geral do Peru em São Paulo, a Casa de Cultura dessa cidade e o Museu das “Tumbas Reais do Senhor de Sipán” prevêem realizar a exposição “Los Mochicas” na Pinacoteca do Estado de São Paulo, entre novembro e dezembro de 2006.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Ao passar em revista a temática regional e internacional, destacaram o vigésimo quinto aniversário da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e decidiram realizar esforços conjuntos para consolidar o desenvolvimento institucional da organização, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de cooperação e coordenação política relativos a uma área geográfica de importância estratégica mundial. Ao reiterar o apoio de seus Governos à intensificação do diálogo político entre as partes do Tratado sobre os assuntos de interesse amazônico, acordaram impulsionar a análise da Carta Amazônica durante a Reunião Extraordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, em Lima, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2006.

Comunidade Sul-Americana de Nações

O Chanceler Maúrtua expressou o decidido apoio do governo peruano à Presidência Pro-Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações, que o Brasil exerce no período 2005 – 2006. Ambos os Chanceleres confirmaram que a consolidação da Comunidade é um processo de longo prazo, dinâmico e com visão de futuro, e ratificaram sua convicção de que a institucionalidade democrática é o fundamento central para a integração dos países

sul-americanos. Reafirmaram, portanto, seu pleno compromisso com o teor da Declaração de Cusco de 2004, da Declaração de Brasília de 2005 e de seu Programa de Ação.

Ressaltaram que o fortalecimento do diálogo político é um objetivo fundamental da Comunidade Sul-Americana de Nações e, nesse sentido, destacaram que a concertação política entre seus membros é o mecanismo adequado para identificar linhas de ação que permitam enfrentar situações de interesse para os países da região.

O Chanceler Amorim recebeu com satisfação o oferecimento do Chanceler Oscar Maúrtua para que o Peru sedie a Reunião de alto nível da Comunidade Sul-Americana de Nações na área de infra-estrutura de transporte terrestre e aéreo.

Nações Unidas

Reafirmaram o pleno respeito de seus respectivos países aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e renovaram seu compromisso com uma reforma integral que promova uma Organização mais eficiente e democrática e que revalorize o multilateralismo. O Chanceler peruano agradeceu o apoio do Brasil à candidatura do Peru a um assento não permanente no Conselho de Segurança para o período 2006-2007. O Chanceler do Brasil agradeceu também o apoio do Peru à aspiração de seu país a se tornar membro permanente do Conselho de Segurança. Ambos acordaram manter o diálogo sobre esses e outros assuntos multilaterais.

Sublinharam a importância dos tratados e mecanismos multilaterais de desarmamento, que têm por objetivo eliminar e prevenir a proliferação de armas de destruição em massa, inclusive as nucleares, químicas ou biológicas. Reconheceram o relevante papel que cumprem as Nações Unidas com relação ao regime de desarmamento e não-proliferação, assim como em questões relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

Expressaram sua satisfação com a destacada participação do Brasil e do Peru no processo de

estabilização política e redemocratização do Haiti, num contexto de paz e segurança.

Saudaram o caráter democrático e pacífico do recente processo eleitoral do Haiti, que demonstrou uma sólida vontade do povo haitiano de retomar a livre prática democrática e promover a reconstrução institucional do país.

Ao término de sua visita, o Chanceler Celso Amorim expressou sua satisfação com os avanços realizados e agradeceu a cordial atenção a ele dispensada durante sua estada no Peru.

CELSO AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

OSCAR MAÚRTUA DE ROMAÑA

Ministro de Relações Exteriores

Contencioso com a União Européia sobre classificação de cortes de frango salgado: definição de prazo de implementação (20 de fevereiro de 2006)

Hoje, 20 de fevereiro de 2006, o Brasil recebeu, com satisfação, laudo de arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC) para definição do período de implementação por parte da União Européia (UE) no contencioso sobre a classificação aduaneira de cortes de frango salgado. O documento estabeleceu que a UE terá nove meses para implementar as recomendações do painel e do Órgão de Apelação (OA) a contar da data de adoção dos seus relatórios (27 de setembro de 2005).

Com esta decisão, a UE terá até 27 de junho de 2006 para compatibilizar as normas referentes à classificação do produto com suas obrigações sob o GATT '94. Até a referida data, os cortes de frango salgado e congelado devem ser classificados na posição correspondente a carne salgada (0210), e estar sujeitos à tarifa de importação de 15,4%, conforme compromissos assumidos pela UE na OMC, e não mais à tarifa específica de 102,4 euros por 100 kg, questionada pelo Brasil.

O Governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias dentro do prazo estipulado e reitera que a plena observância das disciplinas comerciais já existentes é essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha.

Informações de Apoio

A) A medida comunitária

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias editaram a Resolução nº 1223/02, que alterou a definição do produto corte de frango desossado e congelado do código 0207.14.10 da Nomenclatura comunitária (Combined Nomenclature – CN). A nova classificação aduaneira afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgado e congelada, que antes da medida eram classificadas sob o código CN 0210.99.39 (outras carnes salgadas, em salmoura, secas ou defumadas) e estavam sujeitas ao pagamento de tarifa de 15,4% em termos “ad valorem”. A tarifa de importação européia para produtos do código CN 0207.14.10 é de 1.024 euros/tonelada, o que equivale a tarifa de importação de 75% ad valorem aproximadamente.

B) As etapas na OMC

O Brasil buscou, em repetidas ocasiões, solução mutuamente satisfatória para o contencioso, inclusive em consultas formais ao amparo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) da OMC, realizadas em dezembro de 2002 e março de 2003. A Tailândia, outro importante fornecedor de carne de frango salgado para o mercado europeu, também realizou consultas com as CE sobre o mesmo tema em maio de 2003.

Apesar dos esforços de Brasil e Tailândia, não foi possível chegar a solução mutuamente satisfatória, e os dois países decidiram solicitar ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de painel, o que ocorreu em novembro de 2003.

A partir dessa data foram realizadas várias

reuniões entre as Partes com o objetivo de selecionar nomes para compor o painel. Não foi possível, no entanto, chegar a um consenso sobre a seleção dos painelistas, motivo pelo qual os co-demandantes recorreram ao Diretor-Geral da OMC para a indicação dos nomes, o que ocorreu em 28 de junho de 2004. Após o processo de composição, o painel realizou duas audiências com as Partes nos meses de setembro e novembro de 2004.

Em 17 de fevereiro de 2005, o painel divulgou às Partes seu relatório preliminar e confidencial. O relatório final do painel foi entregue às Partes em 24 de março de 2005. A circulação do documento para os demais Membros da OMC e para o público ocorreu em 30 de maio de 2005. No dia 12 de setembro de 2005, o Órgão de Apelação divulgou seu relatório, que foi adotado pela Órgão de Solução de Controvérsias no dia 27 de setembro.

C) O pleito do Brasil:

O Brasil entende que, como consequência da Resolução nº 1223/02, o comércio de carne de frango salgado para as CE passou a receber tratamento menos favorável que aquele estabelecido pelos compromissos tarifários comunitários perante a OMC (Schedule LXXX), o que está em desacordo com o Artigo II:1(a) e (b) do GATT 1994.

D) Os prejuízos sofridos

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) estima que, por força da medida de 2002 da Comissão, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofreram redução em 80%, o que representaria US\$ 300 milhões em exportações não realizadas por ano, aproximadamente, desde então.

Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Fiji (21 de fevereiro de 2006)

Em cerimônia realizada na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em 16 de fevereiro, em

Nova York, os Representantes Permanentes do Brasil e de Fiji trocaram notas e assinaram ato pelo qual foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países.

Pagamento pelo Brasil de contribuições devidas à FAO (21 de fevereiro de 2006)

O Brasil deixou de ser um dos maiores devedores da FAO e está finalmente quite com aquele importante organismo internacional especializado do sistema das Nações Unidas, que tem como objetivo central o combate à fome.

Entre 2003 e 2005, foram pagos US\$ 18.760.594,58 referentes a contribuições em atraso do período de 2000 a 2002. Mais recentemente, o Governo brasileiro pagou US\$ 27.291.738,66 para a liquidação das contribuições do período de 2003 a 2005, bem como para a antecipação de parcela da contribuição relativa ao ano em curso.

O Brasil tem desempenhado papel proeminente na FAO nos últimos três anos. Entre outros temas, liderou as negociações para a criação das Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação, a Aliança Internacional contra a Fome e a Cooperação Técnica entre Países Sul-Sul em Alimentação Escolar. De 6 a 10 de março de 2006, o Brasil sediará a Conferência Internacional da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre, maior evento já realizado por aquela Organização no país.

Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP3 (13 a 17 de março de 2006) e Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP8 (20 a 31 de março de 2006) (21 de fevereiro de 2006)

O Governo brasileiro sediará, na cidade de Curitiba, de 13 a 17 de março de 2006, a Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena Sobre Biossegurança (MOP3) e, entre os dias 20 e 31 de março de 2006, a Oitava Conferência das

Partes da Convenção Sobre Diversidade Biológica (COP8). As duas reuniões terão lugar no Expo Trade Convention & Exhibition Center.

Paralelamente à COP8, será realizado Segmento de Alto Nível, a ter início no dia 26 de março de 2006. Este evento, que contará com a participação de expressivo número de Ministros, será realizado no Estação Embratel Convention Center.

Desastre ocorrido na Ilha de Leyte, Filipinas - Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente Gloria Macapagal Arroyo (21 de fevereiro de 2006)

Transcreve-se, a seguir, teor de mensagem encaminhada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidente das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo:

“Excelência,

Permita-me transmitir as sinceras condolências do povo e do Governo do Brasil pelo trágico desastre ocorrido na Ilha de Leyte, que tirou a vida de tantas pessoas, entre as quais crianças inocentes.

Nessa triste circunstância, peço-lhe estender às famílias das vítimas a mais profunda solidariedade do povo e do Governo do Brasil.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil.”

Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento (23 de fevereiro de 2006)

O Ministro Celso Amorim participará da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras de Financiamento do Desenvolvimento, a realizar-se em Paris, nos dias 28 de fevereiro e 1º de março. O evento, que será aberto pelo Presidente Jacques Chirac e contará com a presença do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, além de outras personalidades internacionais, insere-se no âmbito da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza,

iniciativa promovida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em parceria com os Chefes de Estado e de Governo da França, Chile, Espanha, Alemanha e Argélia.

Os debates estarão centrados na proposta de criar projeto-piloto baseado em uma pequena contribuição sobre bilhetes aéreos internacionais. A idéia é estabelecer uma contribuição pequena, que não afete os mercados da aviação e do turismo, mas possa gerar rendimentos expressivos para ações internacionais de assistência aos países menos desenvolvidos. Espera-se que o mecanismo demonstre a viabilidade de taxas aplicadas nacionalmente e coordenadas internacionalmente para a luta contra a fome e a pobreza.

Deverá ser criado, como resultado da Conferência, “Grupo Piloto” de países interessados em implementar o mecanismo. Estuda-se a possibilidade de destinar parte dos recursos a serem angariados para a criação de uma central internacional de compras de medicamentos contra a AIDS e outras enfermidades, como a malária e a tuberculose, visando a assegurar o fornecimento de remédios a preços reduzidos aos países mais pobres.

Outros mecanismos financeiros inovadores, como a aplicação de taxas sobre fluxos financeiros globais e o combate aos paraísos fiscais, também serão analisados na Conferência Ministerial.

O Ministro Celso Amorim deverá presidir a 1ª sessão plenária da Conferência (“Os Mecanismos Inovadores de Financiamento: Novos Recursos para uma Globalização Solidária”), e o Chanceler da França, Philippe Douste-Blazy, a 2ª sessão plenária (“Financiamentos Inovadores para a Saúde Pública: o Projeto-Piloto de uma Contribuição Solidária Internacional sobre os Bilhetes Aéreos e a Central Internacional de Compra de Medicamentos”).

A Conferência de Paris dará seguimento ao processo de mobilização política que se iniciou a partir do encontro entre os Presidentes do Brasil, França e Chile, e o Secretário-Geral Kofi Annan, em Genebra, em janeiro de 2004, e que ganhou notável impulso

com a Reunião de Líderes promovida pelo Presidente Lula, em Nova York, em setembro daquele mesmo ano, com a participação de mais 50 Chefes de Estado e de Governo.

Ajuda humanitária à Bolívia (24 de fevereiro de 2006)

Por motivo das recentes enchentes que atingiram mais de 13.000 famílias na Bolívia e por determinação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil enviou hoje, 24 de fevereiro, 14 toneladas de alimentos em ajuda humanitária àquele país. As cestas básicas são suficientes para alimentar 1.000 famílias durante três semanas e foram cedidas pela Defesa Civil brasileira. A carga está sendo transportada pela Força Aérea Brasileira.

A aeronave da FAB deverá aterrissar no aeroporto de El Trompillo em Santa Cruz de la Sierra, onde a carga será recebida por representantes do Governo boliviano e do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), que, sob a égide da ONU, está auxiliando o Governo boliviano na recepção e distribuição da ajuda humanitária internacional.

Legislação do Rio Grande do Sul sobre barreiras fitossanitárias (24 de fevereiro de 2006)

O Ministério das Relações Exteriores manifesta sua preocupação diante da decisão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, tomada em 21 de fevereiro corrente, de rejeitar o veto do Governador daquele Estado ao Projeto de Lei nº 102/2005, afeta a comercialização e o trânsito naquele Estado de arroz, trigo, cebola e outros produtos agrícolas importados.

Os dispositivos da lei determinam a retenção prévia de produtos agrícolas importados, em trânsito pelo Estado do Rio Grande do Sul, para controle laboratorial da eventual presença de resíduos químicos de agrotóxicos não registrados no Brasil.

Esse controle é normalmente exercido, nos pontos de fronteira, pelas autoridades federais, por meio de amostragem. Os produtos de origem nacional estão igualmente sujeitos a controle similar por parte do Governo Federal.

Os dispositivos da nova lei afetam as exportações de nossos parceiros do Mercosul, e têm o efeito de criar entraves, em especial, às exportações de arroz do Uruguai para o Brasil. O Uruguai é o principal fornecedor externo de arroz para o mercado brasileiro, embora o arroz uruguaio corresponda a apenas 4% do consumo nacional.

O Ministério das Relações Exteriores é sensível aos problemas enfrentados pelos produtores de arroz no Rio Grande do Sul, questão que vem sendo tratada no âmbito da Comissão Brasil-Uruguai de Monitoramento do Comércio Bilateral.

O Itamaraty favorece a busca de soluções concertadas para atender de forma equilibrada aos interesses dos produtores de arroz.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento (28 de fevereiro de 2006)

Reproduz-se, a seguir, mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos participantes da Conferência de Paris sobre Fontes Inovadoras de Financiamento, lida pelo Chanceler Celso Amorim:

(versão em português do original em francês)

“Gostaria de poder participar pessoalmente da abertura desta Conferência muito importante, ao lado do Presidente Chirac, de outros colegas e do Secretário-Geral Kofi Annan. Este evento permite fazer avançar a iniciativa que os Presidentes Chirac e Lagos, o Secretário-Geral e eu próprio lançamos em Genebra. Ela dá seguimento aos compromissos assumidos por 110 países por ocasião da Cúpula de setembro de 2004, em Nova York.

Naquela ocasião, concordamos em buscar

novos mecanismos – eficazes e imediatos – para combater a fome, esse flagelo que afeta centenas de milhões de seres humanos.

A realização desta Conferência é prova de que a persistência pode vencer a inércia e o ceticismo. Demonstra também que nossos esforços conjuntos podem levar-nos além das palavras e das boas intenções.

No Brasil, comprometemo-nos a implementar a contribuição solidária sobre as passagens aéreas. Meu Governo já tomou medidas visando a sua adoção definitiva. Até que essas medidas estejam em vigor, contribuiremos por meio de fundos orçamentários, correspondentes à receita que se espera obter com tal mecanismo. Nesse sentido, um projeto de lei será submetido muito proximamente ao Congresso Nacional.

Apoiamos com entusiasmo a criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos. Trata-se de projeto que representa uma resposta concreta ao desafio da fome e da pobreza. Como se sabe, o acesso à saúde é elemento indispensável do desenvolvimento humano, da educação e do trabalho digno. A luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento passa pela luta contra enfermidades como a AIDS, a malária e a tuberculose. Nesse mesmo espírito, estamos dispostos a apoiar outras iniciativas, como o Mecanismo Internacional de Financiamento da Imunização.

No Brasil, estamos engajados na superação de uma pesada herança de desigualdade e injustiça, e na criação das condições para promover a inclusão social. Isso não é uma utopia. O êxito dos programas que implementamos no Brasil, de que já podemos ver resultados tangíveis, nos permite acreditar que progressos semelhantes são possíveis no plano internacional.

O Brasil está pronto a sediar uma próxima reunião, em seguimento às discussões que se realizarão nestes dois dias em Paris, com o objetivo de aprofundar os aspectos técnicos das propostas e

de encorajar outros países a se unirem a nós.

Os que têm fome não podem esperar. Eles precisam de respostas urgentes. Nossa tarefa é fazer com que tais respostas se materializem“.

Muito obrigado.

(original em francês)

“J’aurais souhaité participer en personne à l’ouverture de cette très importante Conférence, aux côtés du Président Chirac, d’autres collègues et du Secrétaire Général Kofi Annan. Cet événement fait avancer l’initiative que les Présidents Chirac et Lagos, comme le Secrétaire Général et moi-même, avons lancée à Genève. Elle donne suite aux engagements pris par 110 pays lors du Sommet de septembre 2004, à New York.

À cette occasion, nous nous sommes mis d’accord pour trouver de nouveaux mécanismes – efficaces et immédiats – pour combattre la faim, ce fléau qui touche des centaines de millions d’êtres humains.

La tenue de cette Conférence est la preuve que la persistance peut vaincre l’inertie et le scepticisme. Elle démontre aussi que nos efforts communs peuvent nous conduire au-delà des paroles et des bonnes intentions.

Au Brésil, nous nous sommes attachés à mettre en œuvre la contribution solidaire sur les billets d’avion. Mon gouvernement a déjà pris des mesures visant son adoption permanente et définitive. D’ici que ces mesures soient effectivement en place, nous contribuerons par des fonds budgétaires correspondants au produit que l’on estime pouvoir tirer de ce mécanisme. Un projet de loi sera très prochainement transmis au Congrès National, à cet effet.

Nous soutenons avec enthousiasme la création d’une Facilité Internationale d’Achat de Médicaments. C’est un projet qui constitue une réponse concrète au défi lancé par la faim et la pauvreté. Nous le savons bien, l’accès à la santé est

un élément indispensable au développement humain, à l'éducation et au travail digne. La lutte contre la pauvreté, dans les pays en voie de développement, passe par la lutte contre les maladies comme le SIDA, le paludisme et la tuberculose. Dans le même esprit, nous sommes prêts à soutenir d'autres initiatives, telle la Facilité Internationale de Financement de l'Immunisation.

Au Brésil, nous nous sommes engagés à vaincre un lourd héritage d'inégalités et d'injustice, et à créer les conditions permettant davantage d'inclusion sociale. Cela n'est pas une utopie. La réussite des programmes que nous avons mis en place au Brésil, et dont on peut déjà voir des résultats tangibles, nous laisse croire que des progrès similaires sont possibles au niveau international.

Le Brésil est prêt à accueillir une prochaine réunion, à la suite des discussions qui se tiendront ces deux jours à Paris, dans le but d'approfondir les aspects techniques des propositions et d'encourager d'autres pays à nous rejoindre.

Ceux qui ont faim ne peuvent pas attendre. Ils ont besoin de réponses urgentes. Notre tâche est de faire que ces réponses se matérialisent. »

Fin de citation.

Je vous remercie”.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek - 3 e 4 de março de 2006 (2 de março de 2006)

O Primeiro-Ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek, visita o Brasil em 3 e 4 de março corrente, acompanhado de comitiva que inclui os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Indústria e Comércio, e da Educação, Juventude e Cultura Física - bem como de expressiva missão empresarial, que participará de seminário em Brasília.

O Brasil é o maior parceiro comercial da República Tcheca na América Latina e destino de 38% das exportações do país para a região. A corrente de comércio entre os dois países triplicou

nos últimos três anos e atingiu, em 2005, cerca de 300 milhões de dólares.

Em Brasília, no dia 3, o Primeiro-Ministro Paroubek manterá encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

O Primeiro-Ministro tcheco visitará também o Memorial JK – ocasião que se reveste de significado especial, tendo em vista a ascendência do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, expoente da imigração tcheca no Brasil.

O Primeiro-Ministro Paroubek e comitiva cumprirão, no dia 4 de março, programação no Rio de Janeiro, etapa final de sua visita ao Brasil.

Assinatura de acordos com o Reino Unido(3 de março de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, assina, hoje, em Londres, três acordos nas áreas do meio ambiente, saúde e HIV/AIDS, no contexto da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Reino Unido. Pelo lado britânico, assinarão os acordos a Secretária de Estado de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais, Margaret Beckett, e a Secretária de Estado de Saúde, Patricia Hewitt.

Serão assinados:

a) Declaração Conjunta relativa ao Diálogo de Alto Nível Brasil-Reino Unido sobre Desenvolvimento Sustentável. A Declaração tem como objetivo fortalecer o intercâmbio entre os dois países em temas como mudança do clima; pobreza e desigualdade; proteção e manejo sustentável dos recursos naturais. É criado Grupo de Trabalho sobre Mudança do Clima, que visa a aprimorar o entendimento sobre as principais questões relacionadas à mudança do clima e a empreender atividades conjuntas, com destaque para a promoção de tecnologias de baixa emissão de carbono, a colaboração científica e o papel do Brasil no mercado

de carbono regional.

b) Memorando de Entendimento para Colaboração no Campo de Saúde. O Memorando de Entendimento visa a aprofundar a cooperação nas áreas de produtos hemoderivados; sistemas de saúde e tecnologias correlatas; promoção de visitas e intercâmbio de profissionais da saúde; e atividades de pesquisa e desenvolvimento.

c) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de HIV/AIDS. Por meio desse acordo, o Governo britânico realizará contribuição de £ 1.100.000 (um milhão e cem mil libras esterlinas, equivalentes a cerca de R\$ 4 milhões) para o fortalecimento das atividades do Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT-AIDS). A contribuição facilitará o intercâmbio de conhecimento técnico com países interessados da América Latina, Caribe e África. O CICT-AIDS, que se insere no âmbito do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, funciona desde janeiro de 2005 e é fruto de parceria, estabelecida em 2004, do Governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

Na mesma ocasião, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, assinará o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Plano de Ação visa a intensificar a cooperação bilateral em áreas como tecnologias agrícolas e biotecnologia.

Visita de Estado ao Reino Unido do Presidente da República Federativa do Brasil - Declaração do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro Tony Blair sobre Comércio - Rodada Doha para o Desenvolvimento (9 de março de 2006)

Durante as conversações que mantivemos hoje, discutimos a Rodada Doha para o Desenvolvimento. É nossa opinião que há poucas divergências no âmbito da OMC em relação ao muito que podemos alcançar. Acreditamos que a conclusão exitosa da Rodada poderia tirar milhões de pessoas

da pobreza, produzir ganhos econômicos da ordem de US\$ 600 bilhões ao ano e demonstrar que a globalização pode beneficiar tanto pobres quanto ricos. Contudo, não houve, até o momento, acordo sobre o que é necessário para alcançar esses objetivos.

2. A despeito dos progressos sobre temas de desenvolvimento e da definição de uma data limite para o fim dos subsídios à exportação, Hong Kong não produziu acordo quanto às modalidades para agricultura e NAMA como esperávamos. Novos prazos foram estabelecidos. Esses prazos estão se esgotando. Reuniões cruciais serão realizadas nas próximas semanas, nas quais esperamos avançar. Para tanto, há necessidade de mais liderança de todas as partes.

3. Concordamos hoje em que compartilhamos a mesma visão quanto aos principais elementos necessários para uma conclusão ambiciosa e pró-desenvolvimento da Rodada. As atuais ofertas sobre a mesa de negociações estão muito aquém do acordo que desejamos. Acreditamos que todas as principais partes dessas conversações devem dar passos corajosos para ir além de suas conhecidas posições negociadoras, de forma a melhorar suas ofertas de acesso a mercados e apoio doméstico em agricultura, assim como as de NAMA e serviços. Essas ofertas devem também levar em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento, ao prover acesso ampliado e comparativamente alto aos mercados de produtos agrícolas e não-agrícolas, porém de maneira equilibrada e proporcional, em consonância com o princípio do tratamento especial e diferenciado.

4. Também concordamos quanto à importância de um audacioso pacote para o desenvolvimento, que inclua substancial ajuda ao comércio, cronograma para se chegar a 100% de livre acesso para países de menor desenvolvimento relativo, mudanças nas regras de origem, produtos especiais e ação para produtos específicos, tais como

algodão e açúcar.

5. Isso requer coragem e envolve riscos. Poderemos falhar. Mas o custo da inação será ainda mais alto, não somente para os pobres e para o crescimento global, mas também para o sistema multilateral e para a nossa visão de um mundo mais aberto e democrático.

6. Estamos convictos de que uma reunião de líderes será crucial para orquestrar a superação desse impasse. Gleneagles mostrou ao mundo que os líderes políticos não só se preocupam com a pobreza no mundo, mas também são capazes de ação concertada para eliminá-la. Agora temos que demonstrar a mesma visão e a mesma coragem na área de comércio.

7. Concordamos em realizar intensas consultas com colegas em nossos respectivos grupos e instá-los a se juntar a nós nessa luta, fazendo as ofertas necessárias para alcançar um pacote ambicioso pró-desenvolvimento. Também concordamos em trabalhar conjuntamente para criar as condições necessárias à realização de uma reunião de líderes com vistas a desbloquear as negociações.

(Versão em inglês)

Joint statement on trade by President Lula and Tony Blair

During our talks today we discussed the Doha Development Round. Our view is that there is little disagreement within the WTO on the scale of the prize within our grasp. We believe that a successful round could lift millions out of poverty, deliver economic gains of as much as \$600bn a year and show that globalisation can work for the benefit of the poor as well as the rich. But there has, to date, been no agreement on what's needed to achieve it.

Despite some progress on development and agreement on an end date for export subsidies, Hong Kong did not agree modalities on agriculture and NAMA as we had hoped. But new deadlines were

set for achieving these. Time is now running out. There are crucial meetings in the coming weeks at which we hope progress will be made. But we need more leadership from all sides.

We agreed today that we share a common view of the main elements of an ambitious, pro-development, outcome from the round. Current offers on the table fall far short of the deal we want. We believe that all the main parties in the talks need to take bold steps to go beyond established negotiating positions to improve their offers on agricultural market access and domestic support, NAMA and services. Those offers must also take account of the needs of developing countries by delivering improved market access in both agricultural and non-agricultural goods that is comparably high, but in a balanced and proportionate manner, consistent with the principle of special and differential treatment.

We also agreed on the importance of a bold development package that includes substantial aid for trade, a timetable for 100% free access for LDCs, changes to rules of origin, special products and action on specific commodities such as cotton and sugar.

This will take courage and involve risks. We could fail. But the cost of inaction is even more stark, not just for the poor and global growth but also for multilateral system and our vision of a more open democratic world.

Our view is that a meeting of leaders will be crucial to orchestrate this breakthrough. Gleneagles showed the world that political leaders not only care about world poverty but are capable of acting together to help eliminate it. We now have to show the same vision and courage on trade.

We agreed to consult intensively with colleagues in our respective groups and urge them to join us in this quest by making the necessary offers to achieve an ambitious pro-development package. We also agreed to work together to create the necessary conditions for a leaders meeting to unblock the negotiations.

Visita de Estado ao Reino Unido do Presidente da República Federativa do Brasil - Declaração Conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro-Ministro Tony Blair - Londres, 9 de março de 2006 (9 de março de 2006)

A Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva evidencia os estreitos e crescentes laços de amizade entre o Brasil e o Reino Unido. A nossa relação é baseada em valores comuns: a importância crucial da democracia e do estado de direito; a promoção do crescimento econômico baseado na liberalização comercial; a determinação de combater a pobreza, a injustiça e a exclusão; e o reconhecimento dos vínculos entre desenvolvimento e paz, segurança, direitos humanos e justiça social.

2. Buscamos uma parceria mais ampla e profunda entre o Brasil e o Reino Unido em temas bilaterais, regionais e internacionais. A Visita de Estado constitui oportunidade preciosa para intensificar essa cooperação em um conjunto de áreas essenciais:

Fortalecimento do sistema internacional

3. Precisamos tornar as instituições multilaterais mais representativas e eficientes. Tony Blair considera o Brasil uma potência emergente fundamental. Reafirma, assim, o apoio do Reino Unido ao pleito do Brasil a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, o que representaria passo significativo no sentido de integrar progressivamente o Brasil e outros países importantes nas estruturas da governança global. A presença do Presidente Lula na Cúpula do G8 em Gleneagles foi importante nesse contexto. Estamos comprometidos a continuar o diálogo e a cooperação estabelecidos naquela ocasião, inclusive no que se refere à mudança do clima, ao desenvolvimento e à África. O Presidente Lula expressa seu reconhecimento pelo papel desempenhado pelo Reino Unido no apoio ao aperfeiçoamento da governança global.

4. A Rodada Doha da OMC para o Desenvolvimento é uma oportunidade crucial para

impulsionar a prosperidade global e tirar muitas pessoas da pobreza. Essa oportunidade não pode ser desperdiçada. Continuaremos a trabalhar juntos por uma conclusão exitosa das negociações em 2006 e decidimos emitir hoje, em texto à parte, uma Declaração Conjunta sobre Comércio.

5. Os processos de integração regional na América do Sul tais como o Mercosul e a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA) são relevantes para a promoção da estabilidade e da prosperidade. Esperamos poder assinar oportunamente Acordo de Associação Mercosul-UE.

Combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão

6. Compartilhamos a prioridade urgente de melhorar a situação dos pobres e excluídos em todo o mundo. Reconhecemos a importância das Metas de Desenvolvimento do Milênio e trabalharemos juntos para alcançá-las. Tony Blair admira a liderança pessoal do Presidente Lula nos esforços em nível internacional na luta contra a pobreza e a desigualdade em escala global.

7. Queremos aperfeiçoar a eficácia do sistema multilateral no que tange ao financiamento do desenvolvimento, incluindo o aumento dos recursos disponíveis para os países pobres por meio do Mecanismo Inovador de Financiamento (MIF). O MIF para imunização (MIFI) prestará contribuição importante para a implementação de novos mecanismos de financiamento para atender a demanda global na área de imunização. O Reino Unido provê 35% dos recursos necessários para financiar o fundo de US\$ 4 bilhões do MIFI, que visa a apoiar os esforços na luta contra doenças passíveis de prevenção nos países mais pobres no mundo. Estima-se que os recursos do MIFI salvarão, antes de 2015, um total de 10 milhões de seres humanos, dos quais 5 milhões são crianças. Tony Blair saúda a oferta do Presidente Lula de destinar ao MIFI a soma de US\$ 20 milhões e reitera seu apoio à constituição de novos mecanismos de financiamento para o desenvolvimento.

8. A luta contra a HIV/AIDS é fundamental para a redução da pobreza. O Presidente Lula saúda o apoio técnico e financeiro do Reino Unido, por meio da alocação do montante de £1.1 milhão para as atividades do Centro Internacional de Cooperação Técnica para o combate a HIV/AIDS estabelecido no Brasil.

9. Com o intuito de incrementar a cooperação no combate à discriminação e à exclusão, temos o prazer de anunciar a criação de um programa de intercâmbio entre a Comissão de Promoção da Igualdade Racial do Reino Unido e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil.

Trabalho conjunto em matéria de desenvolvimento sustentável e mudança do clima

10. O desenvolvimento sustentável é um dos maiores desafios do século 21. Estamos comprometidos com a Convenção-Quadro da Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto. Cooperaremos de forma estreita nas áreas de mudança do clima e de energia, inclusive no contexto do Diálogo de Gleneagles sobre Mudança do Clima, Energia Limpa e Desenvolvimento Sustentável. Estamos intensificando a cooperação bilateral por meio da criação de um Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e de um Grupo de Trabalho sobre Mudança do Clima.

11. Tony Blair congratula o Presidente Lula pela realização, no Brasil, em março deste ano, da Oitava Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – COP8, e da Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Reiteramos nosso compromisso de cooperar de acordo com as leis nacionais e a legislação internacional para garantir que patentes e outros direitos de propriedade intelectual apóiem e não se oponham ao uso sustentável da biodiversidade e aos princípios da Convenção sobre Diversidade

Biológica. Enfatizamos os vínculos entre a biodiversidade e a redução da pobreza; reafirmamos nosso comprometimento na luta contra o tráfico ou apropriação ilegal da flora e da fauna ou dos recursos genéticos e biológicos; e nos comprometemos a trabalhar conjuntamente para promover a cooperação e o apoio a ações com vistas ao manejo sustentável de florestas e ao cumprimento da legislação que regula a matéria.

12. O Acordo de Montreal sobre o fortalecimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foi um passo importante na direção certa. Queremos reforçar os vínculos entre investidores britânicos, empreendedores brasileiros e instituições financeiras nessa área. A Missão Comercial do Reino Unido no Brasil sobre Projetos de Mudança do Clima constitui iniciativa positiva no contexto dos esforços conjuntos para promover o mercado emergente de carbono.

Cooperação em ciência e tecnologia

13. Nossos dois países têm muito a lucrar com a ampliação da cooperação nos campos da ciência, tecnologia e inovação. É crescente a parceria entre o Brasil e o Reino Unido nessa área: decidimos encorajar e facilitar a participação de cientistas brasileiros nas atividades de pesquisa conduzidas pelo laboratório “Joint European Torus (JET)”, no contexto do projeto “International Thermonuclear Experimental Reactor (ITER)”.

14. Reconhecemos o papel fundamental desempenhado pela ciência, tecnologia e inovação na promoção do desenvolvimento sustentável, na erradicação da pobreza, na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, saudamos o Plano de Ação assinado durante a Visita de Estado, que permitirá a pesquisa conjunta em áreas como biotecnologia, nanotecnologia e pesquisa e produção de medicamentos. Em maio de 2006, será organizado o “Dia do Brasil”, pela “Royal Society”, com o intuito de reunir cientistas dos dois países, e 2007 será o

“Ano da Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência”.

15. Registramos a importância dos estudos conjuntos em andamento sobre o potencial global da produção de etanol extraído da cana da açúcar. O Brasil é líder mundial na produção e consumo de etanol. Concordamos em que a disseminação dessas tecnologias em países em desenvolvimento, em particular da África e do Caribe, poderá contribuir de forma significativa para reduzir a pobreza, atenuar os efeitos da mudança do clima e desenvolver um mercado global para o etanol.

Estreitamento das relações econômicas e comerciais

16. Tony Blair congratula o Presidente Lula pelo contínuo sucesso das políticas macroeconômicas no Brasil e pelo pagamento antecipado do restante da dívida com o FMI. Reconhecemos a importância da relação entre estabilidade econômica, desenvolvimento e investimento, bem como a necessidade de contínuas reformas econômicas com vistas a assegurar o crescimento sustentável num mundo globalizado.

17. Importantes investimentos britânicos no Brasil nas áreas de produção inovadora de vacinas e de mineração estão em discussão. Está sendo igualmente promovida parceria relevante entre os nossos Ministérios da Saúde na área de hemoderivados.

18. Saudamos o acordo para estreitar a cooperação entre as nossas principais organizações industriais, bem como as reuniões mantidas entre os líderes empresariais dos dois países durante a Visita de Estado. A fim de ampliar o potencial de aprofundamento dos vínculos econômicos e comerciais, decidimos estabelecer um Comitê Conjunto Econômico e Comercial entre os nossos Governos.

Colaboração em educação

19. Queremos ampliar as relações na área de educação entre o Brasil e o Reino Unido.

Saudamos a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Educação. Estamos comprometidos com um programa de colaboração bilateral e internacional por intermédio de planos de ação acordados em bases anuais.

20. Registramos com satisfação os primeiros elementos dessa parceria: o apoio contínuo do Brasil ao Centro de Estudos Brasileiros em Oxford; o estabelecimento das Cátedras Rio Branco em Relações Internacionais e Novas Tecnologias de Educação nas Universidades de Oxford e Londres, respectivamente; o novo Centro de Pesquisa Educacional Brasil-Reino Unido no Instituto de Educação da Universidade de Londres; a nova parceria entre as Universidades Abertas (“Open Universities”) de cada país; a promoção de três Seminários Brasil/Reino Unido/África do Sul sobre Inclusão Social por meio da Educação; e a disposição de apoiar o financiamento da educação em países de renda baixa.

Diálogo renovado em matéria de defesa

21. Concordamos em organizar, em bases anuais, renovadas consultas do grupo de defesa, de acordo com o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa em vigor, a fim de complementar as nossas consultas de alto nível nos campos político e econômico.

Aproximação entre nossos povos

22. Atribuimos importância especial aos crescentes contatos entre os nossos povos nas áreas de educação, turismo e negócios. O recente acordo para duplicar a frequência dos serviços aéreos entre os nossos países contribuirá para ampliar os laços entre o Brasil e o Reino Unido. Tony Blair saúda, particularmente, a crescente comunidade brasileira residente no Reino Unido, que tem aportado contribuição significativa para uma vibrante sociedade multicultural.

23. Registramos com satisfação a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação

no Campo da Saúde, bem como a organização do seminário e assinatura de acordo no campo de economias criativas, que resultarão em um maior engajamento nessas áreas.

24. Expressamos nosso contentamento com os resultados positivos da Visita de Estado. Acreditamos que esses resultados contribuirão para aprofundar e diversificar a parceria entre o Brasil e o Reino Unido. Reafirmamos nossos laços de amizade e nosso compromisso de trabalhar juntos em prol de um mundo mais seguro, próspero e justo.

25. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reitera sua gratidão pelo amável convite formulado por Sua Alteza Real a Rainha Elizabeth II e pela hospitalidade do Governo e do povo britânicos durante sua estada no Reino Unido.

(Versão em inglês)

Joint Statement By President Luiz Inácio Lula da Silva And Prime Minister Tony Blair

The State Visit of President Luiz Inácio Lula da Silva highlights the increasingly close friendship between Brazil and the United Kingdom. Our relationship is based on shared values: the crucial importance of democracy and the rule of law; the promotion of economic growth through trade liberalisation; determination to tackle poverty, injustice and exclusion; and recognition of the link between development and peace, security, human rights and social justice.

We want to see a deeper and more comprehensive partnership between Brazil and the UK on bilateral, regional and global issues. The State Visit is a valuable opportunity to intensify our co-operation across a range of key areas:

Strengthening the international system

We need to make multilateral institutions more representative and efficient. Tony Blair sees Brazil as a key Emerging Power and re-affirms UK support

for Brazil's bid for Permanent Membership on an enlarged United Nations Security Council; this would be a significant step in the progressive integration of Brazil and other relevant states into the structures of global governance. President Lula's presence at the G8 Summit at Gleneagles was important in this respect. We commit ourselves to pursuing the dialogue and co-operation established there, including on climate change, development and Africa. President Lula expresses Brazil's appreciation for the UK role in support of improved global governance.

The WTO Doha Development Round is a crucial opportunity to boost global prosperity and lift many out of poverty. It must not be wasted. We will continue to work together for a successful conclusion to negotiations in 2006 and have issued a separate Joint Statement today on Trade.

Efforts towards regional integration in South America, such as Mercosul and the South American Community of Nations (CASA), are important for promoting prosperity and stability. We also look forward to the signing of an EU-Mercosul Association Agreement.

Fighting global poverty, inequality and exclusion

Addressing the plight of the world's poor and excluded is an urgent priority that we both share. We recognise the importance of the Millennium Development Goals and will work together to achieve them. Tony Blair admires President Lula's personal leadership of international efforts to tackle global poverty and inequality.

We want to improve the effectiveness of the multilateral system in financing development, including by increasing the funds available to poor countries through the International Finance Facility (IFF). The International Finance Facility for Immunisation (IFFIm) will make a valuable contribution by applying new financing mechanisms to meet the global demand for immunisation. The UK is providing 35% of the resources required to fund a \$4 billion IFFIm, which will support efforts to tackle preventable diseases in

the poorest countries in the world. It is estimated that the IFFIm resources will save a total of 10 million lives, including 5 million children, before 2015. Tony Blair welcomes President Lula's pledge of US\$ 20m to IFFIm and reiterates his support for further innovative mechanisms to finance development.

The fight against HIV/AIDS is crucial to poverty reduction. President Lula welcomes the UK's financial and technical support amounting to £1.1m for the International Centre for Technical Co-operation on HIV/AIDS in Brazil.

To increase co-operation on tackling discrimination and exclusion, we are pleased to announce an exchange programme between the UK's Commission for Racial Equality and Brazil's Special Secretariat for Racial Equality.

Working together on sustainable development and climate change

Sustainable development is one of the 21st Century's greatest challenges. We are committed to the UN Framework Convention on Climate Change and its Kyoto Protocol. We will co-operate closely on climate change and energy issues, including in the context of the Gleneagles Dialogue on Climate Change, Clean Energy and Sustainable Development. We are intensifying our co-operation by the establishment of a High Level Dialogue on Sustainable Development and a Working Group on Climate Change.

Tony Blair congratulates President Lula for hosting the Eighth Meeting of the Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity and the Third Meeting of the Parties of the Cartagena Protocol on Biosafety in March this year. We emphasise our commitment to co-operate, in accordance with national and international law, to ensure that patents and other intellectual property rights are supportive of, and do not run counter to, the sustainable use of biodiversity and the principles of the Convention on Biological Diversity. We stress the links between biodiversity and poverty alleviation;

reaffirm our commitment to combat the illegal trafficking or appropriation of wild fauna and flora or biological and genetic resources; and pledge to work together to promote co-operation and support measures on sustainable forest management and law enforcement.

The Montreal agreement to strengthen the Clean Development Mechanism was an important step forward. We want to enhance links between UK investors, Brazilian project developers and financial institutions in this field. The UK Climate Change Projects Office Trade Mission to Brazil is a welcome initiative in our joint efforts to promote the emerging carbon market.

Co-operating on science & technology

Our two countries have much to gain from expanding co-operation in the fields of science, technology and innovation. The partnership is growing: for example we are working to encourage and facilitate the involvement of Brazilian scientists in research being undertaken by the Joint European Torus (JET) laboratory in the context of the International Thermonuclear Experimental Reactor (ITER) project.

We acknowledge the fundamental role of Science, Technology and Innovation in shaping sustainable development, eradicating poverty, promoting social inclusion and improving quality of life. We welcome the Plan of Action signed during the State Visit, which will enable joint research in areas such as biotechnology, nanotechnology and medicine research and production. A "Brazil Day" for scientists from both countries will be hosted by the Royal Society in May 2006, and 2007 will be the 'Year of UK-Brazil Partnership in Science'.

We note the importance of the current joint study of the global potential of bioethanol production from sugar cane. Brazil is a world leader in bioethanol production and use. We agree that spreading these technologies to developing countries, in particular in Africa and the Caribbean, could significantly

contribute to poverty alleviation; assist in slowing climate change; and help to develop a global market for bioethanol.

Working for closer economic & trade links

Tony Blair congratulates President Lula on the continuing success of Brazil's macro-economic policies, and on the early re-payment of Brazil's remaining debt to the IMF. We recognise the importance of links between economic stability, development and investment, and the need for continual economic reform to achieve sustained growth in a globalised world.

Important British investments in Brazil in the fields of innovative vaccine production and iron ore mining are being discussed. A valuable partnership is also being developed between our Health Ministries in the area of blood products. We welcome the agreement on closer co-operation between our leading industry organisations, and the meetings between business leaders from both countries during the State Visit. To maximise the potential for closer economic and commercial links, we will establish a Joint Economic and Trade Committee between our Governments.

Collaborating on education

We want to see a further expansion of the educational links between Brazil and the UK. We welcome the signing of an MOU on Education. We are committed to a programme of bilateral and international collaboration, through annually agreed action plans.

We note with satisfaction the first elements of this collaboration: continuing Brazilian support for the Centre for Brazilian Studies in Oxford; the establishment of Rio Branco Professorships in International Relations and New Educational Technologies at the Universities of Oxford and London respectively; the new UK-Brazil Educational Research Centre at London University's Institute of Education; a new partnership between the Open

Universities in each country; three UK/Brazil/South Africa Seminars on Social Inclusion through Education; and agreement to work more closely in supporting the financing of education in low income countries.

Renewed Dialogue on Defence

We have agreed to hold renewed annual Defence Staff talks, under the existing MOU on Defence Co-operation, to complement our existing high-level political and economic consultations.

Bringing our peoples together

We value the increase in contacts between our peoples for business, education and tourism. The recent agreement to double the frequency of air services between our countries will help to improve links between our countries. In particular, Tony Blair welcomes the UK's expanding Brazilian community, which contributes significantly to a vibrant multicultural society.

We note with satisfaction the signing of an MOU on Healthcare and the organisation of a Creative Industries Seminar and signing of a Creative Industries agreement, which will lead to increased engagement in these areas.

We are pleased with the positive results of the State Visit. We believe that they will help to deepen and diversify the partnership between Brazil and the UK. We reaffirm our friendship, and our commitment to work together for a more secure, prosperous and just world.

President Luiz Inácio Lula da Silva repeats his gratitude for the kind invitation of Her Majesty Queen Elizabeth II and for the hospitality of the British Government and the British people during his stay in the United Kingdom.

Visita do Presidente-eleito do Haiti, René Préval, ao Brasil (9 de março de 2006)

O Presidente-eleito do Haiti, René Préval, realizará visita ao Brasil no dia 10 de março corrente,

acompanhado de delegação de assessores. Esta é a segunda viagem internacional de Préval na condição de Presidente-eleito, após visitar a República Dominicana no último dia 3.

A visita do futuro Chefe de Estado haitiano ocorre em momento histórico para as relações entre o Brasil e o Haiti. As forças de paz da ONU, cuja vertente militar está sob o comando brasileiro, contribuíram para a realização de eleições democráticas, inclusivas e transparentes, e vêm apoiando a reestruturação econômica e a revitalização das instituições do Estado haitiano.

O Presidente Préval manterá encontros com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Ministro interino das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Participará também de encontros com outras autoridades do Governo brasileiro, em especial com parlamentares integrantes do Grupo de Solidariedade ao Haiti.

No dia 11 de março, o Presidente Préval viajará ao Chile, na companhia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para participar das cerimônias de posse da Presidente Michelle Bachelet. Em seguida, partirá para Buenos Aires, onde se encontrará com o Presidente Néstor Kirchner.

O Governo brasileiro reiterará, por ocasião da visita do Presidente Préval, seu compromisso com a estabilidade, o respeito aos direitos humanos e a retomada do desenvolvimento no Haiti, e sua disponibilidade para cooperar amplamente com o futuro governo democrático haitiano.

Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago para a posse da Presidente Michelle Bachelet (10 de março de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no dia 11 de março, das cerimônias de posse do novo Governo chileno. A presença do Presidente Lula reflete o excelente estado das relações bilaterais e os tradicionais laços de amizade entre o Brasil e o Chile que se manifestam na cooperação e parceria nos foros regionais e globais.

O Presidente Lula manterá encontro com a Presidente Michelle Bachelet. A viagem será ocasião, também, para participar das homenagens ao Presidente Lagos na conclusão de seu mandato.

3ª Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3) e 8ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8) (10 de março de 2006)

Serão realizadas, em Curitiba, de 13 a 17 e de 20 a 31 de março de 2006, a 3ª Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP-MOP-3) e a 8ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8). A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo e decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. As reuniões da COP, que ocorrem a cada dois anos, são intergovernamentais e contam com a participação de delegações oficiais dos 187 países membros e de um bloco regional, bem como de observadores.

Dentre os principais temas a serem tratados durante a COP-8, um dos pontos centrais é a negociação de um regime internacional para promover e salvaguardar a repartição justa e equitativa de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos, bem como dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

Quanto à MOP 3, continuarão as negociações, à luz do Protocolo de Cartagena, sobre a regulamentação de movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados (transgênicos) que possam provocar efeitos negativos na conservação e utilização sustentável da biodiversidade, levando em conta também riscos à saúde humana.

Com vistas a preparar a COP-8 e a MOP3 no Brasil, foi instituída, por Decreto Presidencial de 16 de novembro de 2005, a Comissão Nacional Preparatória para a COP 8/COP-MOP 3, presidida pelo Chanceler Celso Amorim e pela Ministra Marina Silva e integrada por representantes do Governo e

da sociedade civil. Esta Comissão, que se reuniu de janeiro até março corrente, tem como mandato planejar, coordenar e articular o processo preparatório com os demais órgãos governamentais e organizações da sociedade civil envolvidos nos eventos.

No âmbito da Comissão Nacional, foi criado Grupo de Trabalho de Preparação da Posição Brasileira, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e da Casa Civil da Presidência da República, que preparou subsídios para as instruções à Delegação do Brasil nas citadas conferências.

Pedidos de maiores informações sobre os temas a serem discutidos tanto na MOP3 quanto na COP 8 poderão ser encaminhados ao e-mail gtil-imprensa@mre.gov.br ou ao telefone (41) 2101-9682.

Visita do Presidente da Guatemala ao Brasil (10 de março de 2006)

O Presidente da Guatemala, Oscar Berger, realizará visita de trabalho ao Brasil no dia 13 de março de 2006.

Integrarão sua comitiva a Presidenta da Corte Suprema de Justiça, Beatriz De León Reyes, o Ministro das Relações Exteriores, Jorge Briz, o Ministro da Economia, Marcio Cuevas, o Ministro das Minas e Energia, Luiz Romeo Ortiz, o Secretário de Segurança Alimentar da Presidência da República, Andrés Botrán, a Vice-Ministra de Relações Exteriores, Anamaría Diéguez, a Prêmio Nobel da Paz guatemalteca Rigoberta Menchú, na condição de Embaixadora da Boa Vontade dos Acordos de Paz, e o Embaixador da Guatemala no Brasil, Manuel Estuardo Roldán.

O Presidente Berger se encontrará com o Presidente Lula e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. A visita se inscreve no contexto da intensificação do relacionamento do Brasil com os países da América Central e do Caribe.

Em setembro de 2005, o Presidente Lula

visitou a Guatemala e manteve encontro, na capital guatemalteca, com os Presidentes dos demais países centro-americanos (Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador), bem como do Panamá, Belize e República Dominicana, no contexto de reunião do Sistema de Integração Centro-Americana-SICA. Na ocasião, foram assinados Protocolos sobre Cooperação na Produção e Uso do Etanol Combustível, o que motivou a vinda de missão dos países do SICA e do Caribe ao Brasil no período de 13 a 16 de fevereiro. A Delegação da Guatemala àquele encontro foi chefiada pelo Ministro da Energia e Minas, Luiz Ortiz.

Por ocasião da visita do Presidente Berger, os Governos do Brasil e da Guatemala darão seguimento às conversações com vistas à transferência da tecnologia brasileira na utilização de biocombustíveis em transportes e para a produção de energia, em particular do etanol, e à implementação de uma agenda comum latino-americana para erradicar a fome e a pobreza extrema na região. Da agenda de conversações constará, ademais, uma troca de impressões sobre os temas de maior interesse da atualidade regional e internacional. Serão assinados, na ocasião, Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, bem como Comunicado Conjunto sobre a Visita.

Visita ao Brasil do Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã (10 de março de 2006)

Visitou o Brasil, no período de 5 a 9 de março, delegação vietnamita chefiada pelo Presidente da Assembléia Nacional, Deputado Nguyen Van An. A programação incluiu encontros em Brasília e em São Paulo. A comitiva contou com vários parlamentares e funcionários do Governo, além de mais de 50 representantes do setor empresarial vietnamita.

Em Brasília, o Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã foi recebido pelo Presidente da República em exercício, José Alencar, e pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado

Aldo Rebelo e do Senado, Senador Renan Calheiros.

Manteve, também, reunião na EMBRAPA, onde a delegação vietnamita ouviu apresentação de técnicos brasileiros, a respeito do manejo florestal da Amazônia; transgênicos; e técnicas de cultivo de café.

O Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã anunciou, durante os encontros oficiais que manteve em Brasília, o apoio do seu País à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Agradeceu também o apoio brasileiro à eleição do Vietnã, como membro não-permanente do CSNU, no período 2008-2009.

Em conversações mantidas no Itamaraty, funcionários dos dois Governos passaram em revista os principais temas da agenda bilateral. Na ocasião, a Parte brasileira informou que apresentará brevemente propostas de instrumentos bilaterais nas áreas de cooperação técnica; etanol; e saúde e ciências biomédicas.

Durante a estada da comitiva em São Paulo, o Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã foi recebido pelo Vice-Governador do Estado, Professor Claudio Lembo, e participou de encontros na FIESP e na BOVESPA, para discutir oportunidades de negócios entre os dois países.

Com uma população de aproximadamente 83 milhões de habitantes, o Vietnã apresenta taxas de crescimento econômico elevadas (superiores, em média, a 8% nos últimos anos). Tem registrado, também, trajetória expansiva nas correntes de comércio, as quais alcançaram, em 2005, 32 milhões de dólares.

Falecimento do Embaixador César de Faria Domingues Moreira (11 de março de 2006)

O Ministério das Relações Exteriores lamenta profundamente o falecimento do Embaixador César de Faria Domingues Moreira, ocorrido hoje, 11 de março, na cidade de Oslo, Noruega, e expressa as condolências à família.

Diplomata de carreira, o Embaixador César Moreira ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1969. Seu primeiro posto foi a Embaixada em Paris (1976/1979). Foi Ministro-Conselheiro em Madri (1988/92) e no Vaticano (1992/96). Desde 2003 chefiava a Embaixada em Oslo.

Na Secretaria de Estado, ocupou, entre outras, as funções de Chefe da Divisão do Oriente Próximo-II, Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, Introdutor Diplomático e Subchefe da Assessoria de Relações com o Congresso.

Comunicado Conjunto da Visita de trabalho do Excelentíssimo Senhor Oscar Berger Perdomo, Presidente da República da Guatemala à República Federativa do Brasil (13 de março de 2006)

O Excelentíssimo Senhor Oscar Berger Perdomo, Presidente da República da Guatemala, realizou visita de trabalho à República Federativa do Brasil no dia 13 de março de 2006, em atenção a convite formulado pelo Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da visita que fez à Guatemala em setembro de 2005.

Ambos os Presidentes tiveram a oportunidade de manter frutífero intercâmbio de opiniões sobre diversos temas da agenda bilateral, bem como a respeito da conjuntura internacional.

Ao final de suas conversações, os Mandatários houveram por bem adotar o seguinte:

Comunicado Conjunto

1. Os Presidentes expressaram satisfação com o estado das relações bilaterais e celebraram o fato de que este ano se celebrará o centenário do estabelecimento de vínculos diplomáticos entre ambos os países.

2. Congratularam-se pela entrada em vigor, em janeiro passado, do “Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala”, instrumento que apoiará

significativamente a promoção do turismo e do intercâmbio comercial entre ambos os países.

3. O Presidente Oscar Berger reiterou o interesse do Governo da Guatemala no sentido de tornar efetivo o intercâmbio de experiências e informação em matéria de turismo, no marco do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guatemala, para o que as instituições guatemaltecas envolvidas com o assunto estão trabalhando de maneira coordenada para elaborar as respectivas demandas de cooperação no que concerne aos temas específicos de ecoturismo, turismo rural, comunitário e cultural.

4. Tomaram nota, com satisfação, da conclusão das negociações entre seus Ministérios da Defesa, o que permitiu que o “Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guatemala” tenha sido assinado no dia de hoje. Este acordo promoverá e fortalecerá o intercâmbio de experiências, bem como a visita de especialistas, que resultarão em cooperação técnica em diversas áreas de interesse comum.

5. Salientaram que, na área de energia, seus Ministros iniciaram um diálogo com vistas a incrementar os laços comerciais e intercambiar experiências no campo da geração de eletricidade a partir de pequenas centrais hidroelétricas e na prospecção e exploração de recursos petrolíferos na Guatemala. Nesse sentido, ambos os Mandatários se congratularam pela plena entrada em vigor do “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível”, assinado na Cidade da Guatemala em 12 de setembro de 2005, instrumento que permitiu a realização de diversos encontros de altos funcionários dos Ministérios correspondentes. Nesse contexto instruíram as instituições respectivas a iniciarem as ações de cooperação técnica que permitam à

Guatemala desenvolver um programa de uso de etanol combustível, tomando em consideração a bem sucedida experiência brasileira.

6. Conversaram sobre o tema do desarmamento como instrumento de combate à violência e o crime organizado. Por sua vez, o Mandatário guatemalteco fez referência à bem sucedida campanha de desarmamento levada a efeito pelo Governo brasileiro e manifestou interesse em contar com a assistência de especialistas brasileiros nesse tema, dada a sua importância para a agenda de seu Governo.

7. Salientaram que a busca do desenvolvimento e a melhoria do nível de vida das populações são dois temas de fundamental importância que podem ser favorecidos ao se propiciarem as condições para que exista o livre intercâmbio de mercadorias e de serviço em escala internacional. Nesse sentido, reiteraram a convicção de que os investimentos e o comércio são fontes para a criação de mais e melhores empregos, razão pela qual manifestaram o compromisso de continuar a promover encontros empresariais, missões comerciais e de aproximação, com o objetivo precípuo de fomentar um clima favorável para os negócios entre os setores produtivos e empresariais de ambos os países. Nesse sentido, o Programa de Incentivos pode ser uma ferramenta para facilitar investimentos brasileiros na República da Guatemala.

8. Reconheceram que um dos pilares do desenvolvimento econômico e social é a capacitação dos recursos humanos, nos campos científico, tecnológico e da inovação. A esse respeito, instruíram as autoridades responsáveis pelo tema de Ciência, Tecnologia e Inovação no sentido de intercambiar experiências e conhecimentos que viabilizem, em um futuro próximo, entendimentos de cooperação a respeito desse importante setor da atividade humana.

9. Manifestaram a importância que tem a luta contra o HIV/AIDS como um desafio comum para ambos os países e, nesse contexto, o Mandatário guatemalteco expressou o interesse de seu Governo

em ampliar o programa de cooperação existente a respeito deste tema, mediante o apoio do Governo brasileiro no que concerne ao fortalecimento do setor da saúde, a capacitação, a aquisição de retrovirais, programas de prevenção e ampliação de cobertura.

10. Expressaram sua satisfação pelas ações de cooperação que se vêm realizando no marco do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, assinado entre ambos os países em 1976, enfocadas de forma especial para as áreas agrícola, energética, de inovação social, educação e saúde, e manifestaram interesse em estendê-las a outras como administração, planejamento, investimento público e parcerias público-privadas.

11. Ainda no domínio da cooperação, manifestaram o interesse na reativação e maior aproveitamento da cooperação técnica entre os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, enfatizando a importância de que alcance novos patamares, que se traduzam na realização de atividades concretas como capacitação para funcionários, consultas e intercâmbio de experiências.

12. Coincidiram ao assinalar a importância que para ambos tem a questão do meio ambiente. Nesse contexto, o Presidente guatemalteco mencionou o interesse de seu Governo no sentido de que se iniciem intercâmbios entre as autoridades encarregadas desse tema em ambos os Governos para levar a efeito projetos concretos de cooperação nas áreas de biodiversidade, biotecnologia, manejo de resíduos sólidos e esgotos, mudança climática e organização do território.

13. Tomaram nota com satisfação dos avanços registrados no desenvolvimento da “Iniciativa para uma América Latina sem Fome 2025”, lançada durante a Cúpula Latino-Americana sobre Fome Crônica, realizada em setembro de 2005 na Guatemala, e apresentada em Nova York, Roma e Córdoba, cujo objetivo central é promover a erradicação da fome nos diferentes países da América Latina, desenvolvendo ações e iniciativas regionais e promovendo políticas públicas sustentáveis que

mantenham o combate à fome como uma prioridade nas agendas políticas nacionais e continentais.

14. A esse respeito, reafirmaram seu total apoio a essa iniciativa, razão pela qual decidiram promover a formação de um Comitê de Direção que lhe dê impulso, e convidam a FAO, em estreita coordenação com o PMA (Programa Mundial de Alimentos), o FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas) e o SCN (“Standing Committee on Nutrition”) e as instituições financeiras multilaterais a vincular-se com a mesma, proporcionando assistência para executá-la e difundi-la.

15. Ambos os Presidentes reiteraram seu compromisso e solidariedade para com o povo haitiano e se congratularam pela celebração de eleições presidenciais amplas, livres e democráticas no Haiti. Manifestaram sua convicção de que este processo eleitoral contribuirá positivamente para a estabilização da democracia naquele país e expressaram sua vontade política de continuar a contribuir com os esforços da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

16. Ao referir-se ao cenário multilateral, reafirmaram o compromisso de seus governos com o fortalecimento do Sistema das Nações Unidas, e reconheceram o papel fundamental que desempenha no contexto da manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como em relação à promoção do desenvolvimento econômico e social em forma sustentável. Reafirmaram sua convicção na necessidade de reforma das Nações Unidas e reconheceram os avanços obtidos no ano corrente, como a criação da Comissão de Consolidação da Paz. Coincidiram em reconhecer que nenhuma reforma das Nações Unidas será completa sem a reforma do Conselho de Segurança. Nesse sentido, o Presidente Berger reiterou o apoio de seu país para que o Brasil integre o Conselho de Segurança reformado como membro permanente. O Presidente Lula, por sua vez, reconheceu a legítima aspiração

do governo da Guatemala, de ser pela primeira vez membro não permanente do Conselho de Segurança em futuro próximo.

17. Os Presidentes reiteraram sua convicção de que o G-20 é uma ferramenta de importância fundamental nas negociações agrícolas no contexto do sistema multilateral de comércio, e tomaram nota dos resultados da VI Conferência Ministerial realizada em Hong Kong em dezembro de 2005. Expressaram, nesse sentido, seu desejo de que as citadas negociações encerrem-se satisfatoriamente em dezembro de 2006, levando em consideração a necessária proporcionalidade entre avanços em acesso a mercados para agricultura e para bens não agrícolas.

18. O Presidente Oscar Berger expressou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seu mais sincero agradecimento ao nobre povo e ao ilustre Governo brasileiros por sua solidariedade e inestimável apoio brindado ante a emergência nacional ocasionada pela tormenta tropical Stan. Nesse sentido, agradeceu as cálidas mostras de hospitalidade de que ele e sua comitiva foram objeto durante sua estada em Brasília.

Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Reverendo Ronnie Shikapwasha (13 de março de 2006)

Encontra-se em visita oficial ao Brasil, entre os dias 12 e 19 deste mês, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Reverendo Ronnie Shikapwasha.

No dia 14, o Ministro Celso Amorim receberá seu homólogo para um encontro de trabalho, seguido de almoço no Palácio Itamaraty. O Ministro Shikapwasha viajará no dia 17 para o Rio de Janeiro, onde terá encontros com diferentes personalidades - entre as quais, o Reitor Cândido Mendes, que chefiou recente missão brasileira à Zâmbia, a fim de colher informações para possível início de cooperação bilateral no combate ao HIV/AIDS.

As relações do Brasil com a Zâmbia são tradicionais e apresentam grande potencial de

crescimento, devido à importância econômica do país africano, quarto maior produtor mundial de cobre e primeiro de cobalto.

Os dois Chanceleres anunciarão a abertura de Embaixadas nas respectivas capitais. A Representação diplomática em Brasília será a primeira Embaixada residente da Zâmbia na América Latina. Quanto ao Brasil, trata-se de reabrir a Embaixada em Lusaca, desativada em 1996.

Os dois países estão na expectativa de multiplicar as iniciativas de cooperação, para o que estarão assinando um acordo bilateral de cooperação técnica. Várias áreas podem ser beneficiadas, com destaque para o controle da pandemia do HIV/AIDS, a educação e a agricultura.

Joint Communiqué on the visit of Honorable Lieutenant General Reverend Ronnie Shikapwasha, Minister of Foreign Affairs of Zambia, to Brazil (14 de março de 2006)

1. At the invitation of Honorable Ambassador Celso Amorim, Minister of External Relations of Brazil, Honorable Lieutenant General Reverend Ronnie Shikapwasha, MP, Minister of Foreign Affairs of Zambia, paid an official visit to Brazil on March 14, 2006. Zambia's Foreign Minister, who arrived in Brazil on March 12, has met with Brazilian Ministers and representatives of different sectors, in Brasilia and Rio de Janeiro.

2. Honorable Ministers Amorim and Shikapwasha reviewed the themes of mutual interest, with a focus on those related to bilateral cooperation.

3. The Foreign Ministers agreed upon the fact that Honorable Minister Shikapwasha's visit is a landmark in the political dialogue between the two countries. They further expressed their will to foster bilateral contacts on all levels, so that all opportunities of cooperation are covered to the benefit of both sides.

4. They celebrated their Governments' decisions to open Embassies at each other's capital. Honorable Minister Shikapwasha commented that the

future Embassy of Zambia in Brasilia will be the first resident diplomatic Mission of his country ever to be established in Latin America. Minister Amorim responded by thanking the Zambian Government on its consent regarding the reopening of the Brazilian Embassy in Lusaka.

5. The two Ministers expressed happiness that a bilateral Joint Commission shall be established immediately, in the spirit of the Treaty of Friendship, Cooperation and Trade signed between the two countries in 1980. They decided that the Commission will assemble at least once every two years on ministerial level, in each capital alternatively.

6. The Foreign Minister of Zambia underscored his country's economic potential, as well as the opportunities opened to foreign investors in the Zambian marketplace, mainly in the mining sector – especially copper and cobalt – tourism, agriculture and sports, among other fields. In response, Minister Amorim expressed his confidence that the businesspeople from both countries will shortly be intensifying their dialogue around reciprocal interests in the fields of economy, trade and commerce.

7. Honorable Minister Shikapwasha took good note of his Brazilian colleague's comments on the similar objectives pursued by both the Southern African Development Community (SADC) and the South American Community of Nations (CASA). They agreed on the opinion that both agencies are oriented around integration programs as well as economic and social initiatives to the benefit of the respective regions. As a result, Zambia, as a member of SADC, and Brazil, as a member of CASA, will join efforts to foster the possible establishment of formal ties between the two Communities.

8. In that regard, the two Ministers discussed problems regarding the relationship between rich and poor countries, with a focus on issues related to the World Trade Organization. In this regard, they urged the international community to give priority to the concerns and interests of the developing countries, in the spirit of the commitments that were agreed upon

at the Doha Round.

9. They reaffirmed their firm determination to work together in order to mobilize international support to the fight against hunger and poverty. In this respect, the Foreign Minister of Zambia welcomed the Action Against Hunger and Poverty as proposed by Honorable President Luiz Inácio Lula da Silva, aimed at helping poorer countries fulfill the Millennium Development Goals.

10. The Foreign Ministers congratulated each other upon the signing, during Honorable Minister Shikapwasha's visit, of the Basic Agreement on Technical Cooperation, under which a variety of bilateral cooperation projects will be conceived, with a focus on Health, Tourism, Education, Agriculture, and Sport.

11. They congratulated the Brazilian mission sent to Lusaka in November 2005, in charge of surveying the opportunities for bilateral cooperation initiatives, with an emphasis put on the HIV/AIDS pandemic in Zambia. They stressed, in this respect, that the two countries, through the respective Ministries of Health, should be firmly engaged in coordinating actions towards the control of that disease.

12. The Ministers reaffirmed the need to strengthen multilateralism and to reform the United Nations, including the Security Council, in order to enhance its representativeness, by ensuring the participation of developing countries. In this context, they recognized the historical aspiration of developing countries including Brazil and the legitimacy of its claim to be part of the Council as a permanent member.

13. The Ministers expressed hope that the current exchange of visits would eventually be undertaken at Presidential level.

14. At the end of his visit, Honorable Minister Ronnie Shikapwasha expressed his gratitude for the warm welcome and the generous hospitality extended to him and his delegation by the Brazilian Government, and extended an invitation to his counterpart to visit Zambia on a date to be agreed upon through

diplomatic channels. Honorable Minister Celso Amorim thanked and promptly accepted the invitation.

Brasilia, March 14, 2006.

Visita ao Brasil do Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez (15 de março de 2006)

O Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez, visitará o Brasil no dia 16 de março de 2006, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir temas bilaterais e questões de interesse comum nos planos regional e internacional. O Presidente uruguaio estará acompanhado de membros de seu Gabinete e de outras autoridades.

Os dois Presidentes tratarão do fortalecimento do Mercosul e da consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Passarão em revista, ainda, assuntos relacionados à cooperação e ao comércio bilateral. O Uruguai e o Brasil desenvolvem importante parceria no setor de energia elétrica. É crescente a presença de investimentos brasileiros no Uruguai, sobretudo nas áreas de energia, derivados de petróleo, distribuição de gás, bebidas, tecidos, frigoríficos e metalurgia.

Durante a visita, deverão ser assinados acordos nas áreas consular e de energia. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva oferecerá almoço ao Presidente Tabaré Vázquez na Granja do Torto.

Recrudescimento da violência nos Territórios Palestinos (15 de março de 2006)

O Governo brasileiro acompanha com apreensão a escalada de violência nos Territórios Palestinos Ocupados, desencadeada por ataque contra presídio em Jericó, ao qual se seguiram atos hostis contra civis, cidadãos estrangeiros e representações de entidades internacionais.

O Governo brasileiro conclama as partes a tomarem medidas que contribuam para sustar a espiral de violência, inclusive a libertação de pessoas

seqüestradas, em momento tão decisivo para o futuro do processo de paz israelo-palestino, com a proximidade das eleições legislativas israelenses e a formação, em curso, do novo Governo palestino.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (16 de março de 2006)

O Brasil sediará a VII Reunião de busca de consensos do Grupo de Trabalho da OEA encarregado da redação do Projeto de Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas.

A realização de reunião do Grupo de Trabalho no país contribuirá para maior projeção, nos âmbitos interno e externo, dos avanços da política indigenista do Brasil e demonstrará a posição brasileira de abertura ao diálogo construtivo e à cooperação nessa matéria nos foros internacionais. Representará, ainda, o compromisso do Governo com os povos indígenas e a reafirmação do esforço continuado de promoção de suas condições de vida.

O Brasil vem assumindo importante papel nas negociações do Projeto de Declaração, em estreita coordenação com os demais países latino-americanos e com o Conclave indígena. Esse papel é respaldado no reconhecimento de que o Brasil possui avançada legislação sobre políticas indigenistas e já tem homologadas terras indígenas correspondentes a 12,5% do território nacional.

A Reunião será aberta às 10 horas do dia 21 de março de 2006, no Auditório Embaixador Wladimir Murtinho, no Palácio Itamaraty.

Situação da cidadã libanesa Rana Koleilat (16 de março de 2006)

Foi presa em 12 de março corrente, em São Paulo, pelo crime de corrupção ativa, a nacional libanesa Rana Abdel Rahim Koleilat, acusada de crimes financeiros no Líbano.

Em 14 de março, o Embaixador do Brasil em Beirute recebeu telefonema do Primeiro-Ministro Fuad Siniora, para informar do interesse do Governo

do Líbano em que Rana Koleilat fosse extraditada para aquele país.

O Itamaraty comunicou, no mesmo dia 14, à Embaixada do Brasil em Beirute o procedimento necessário para a mencionada extradição: o envio ao Ministério pela Embaixada do Líbano em Brasília de pedido de prisão preventiva, para fins de extradição. Tal informação foi também transmitida à Embaixada do Líbano em Brasília.

Na manhã do dia 15 de março, o Ministro das Relações Exteriores do Líbano comunicou ao Embaixador do Brasil em Beirute o interesse da parte libanesa na extradição de Rana Koleilat e salientou que estavam sendo tomadas as providências necessárias para o encaminhamento formal do pedido de prisão preventiva, para fins de extradição. No início da tarde, a Embaixada do Líbano formalizou ao Itamaraty tal pedido de prisão preventiva, imediatamente expedido ao Ministério da Justiça, para retransmissão ao Supremo Tribunal Federal, que o deferiu.

O Governo do Líbano tem o prazo de 60 dias para apresentar ao Governo brasileiro o pedido de extradição, acompanhado dos documentos que o justificam. O pedido será apreciado pelo STF.

Visita do Vice-Presidente José Alencar à China (16 de março de 2006)

O Vice-Presidente José Alencar visitará a China no período de 20 a 24 de março corrente, para instalar oficialmente a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Coordenação e Cooperação – COSBAN, mecanismo criado durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2004.

A I Reunião da COSBAN terá lugar em Pequim, em 24 de março, e será co-presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar e, do lado chinês, pela Vice-Primeira-Ministra Wu Yi. A COSBAN deverá promover, a cada 2 anos, contatos regulares entre altos representantes dos dois países, com o objetivo de avançar o relacionamento bilateral.

O Vice-Presidente José Alencar visitará Xangai entre os dias 20 e 22 de março, ocasião em que manterá encontros com o Prefeito e com a comunidade empresarial brasileira daquela cidade. Em Pequim, além de co-presidir a instalação da I COSBAN, o Vice-Presidente deverá avistar-se com as principais autoridades chinesas.

Durante a visita, deverão ser assinados acordos nas áreas consular e de energia, recursos minerais, cultura, informação e comunicação, entre outras.

Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai - Comunicado Conjunto (16 de março de 2006)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez, realizou visita oficial ao Brasil no dia 16 de março de 2006.

2. O Presidente Tabaré Vázquez esteve acompanhado pelo Ministro das Relações Exteriores, Reinaldo Gargano, e pelo Ministro de Indústria, Energia e Mineração, Jorge Lepra.

3. A visita marcou, no mais elevado nível político, a continuidade dos esforços dos dois Governos pelo estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre duas nações irmãs.

4. Os Presidentes reafirmaram a prioridade dada por seus Governos à luta pelo desenvolvimento econômico e social, com ênfase no combate à fome e à pobreza, bem como seu compromisso com os valores democráticos e com a integração.

5. Ambos os mandatários coincidiram quanto ao papel prioritário que o MERCOSUL deve ter na estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico da região, bem como quanto à necessidade de o MERCOSUL constituir-se em instrumento efetivo para inserção competitiva no comércio internacional dos países do bloco, em especial das economias menores.

6. Nesse sentido, reafirmaram que o MERCOSUL, como processo de integração regional profundo e completo, está fundamentado na igualdade

de direitos e obrigações entre os Estados Partes. Esse princípio deve traduzir-se na tomada de decisões consensuais e na busca do necessário equilíbrio nos benefícios econômicos da integração.

7. As assimetrias entre os diferentes países do bloco devem resolver-se fundamentalmente no marco do aprofundamento da integração regional. Para tanto, é imperativo acelerar os passos previstos para o aperfeiçoamento da União Aduaneira, assegurando previsibilidade jurídica para o comércio e investimentos.

8. O Presidente Vázquez informou ao Presidente Lula sobre a situação entre o Uruguai e a Argentina relacionada com a instalação de fábricas de produção de celulose. Salientou que esse diferendo afeta a livre circulação de bens e pessoas entre ambos os países, com graves prejuízos econômicos. O Presidente Lula reafirmou sua convicção sobre a necessidade de encontrar caminhos que permitam superar o diferendo pelo diálogo, no espírito de integração e amizade do MERCOSUL.

9. No marco latino-americano, renovaram seu compromisso com a consolidação de um espaço econômico integrado e com profundo conteúdo democrático e a vigência dos direitos humanos.

10. Os Presidentes reiteraram o compromisso de seus Governos com os princípios e objetivos da Comunidade Sul-Americana de Nações.

11. Tomaram nota do resultado alcançado no diálogo político bilateral, assim como da reativação da Comissão Geral de Coordenação, em nível de Ministros das Relações Exteriores, e nos trabalhos do Mecanismo de Consultas e Concertação Política, em nível de Vice-Chanceleres.

12. O Presidente Vázquez reafirmou que uma das grandes prioridades de seu Governo é atrair novos investimentos produtivos, dando ímpeto renovado a esse processo, e ambos os Presidentes coincidiram quanto às oportunidades que apresenta o Uruguai para os investidores brasileiros. Esses investimentos devem ser estimulados pela oportunidade de acesso ampliado ao mercado regional e extra-regional.

13. Nesse contexto, ambos os Presidentes concordaram com a necessidade de estabelecer mecanismos de financiamento para os investimentos e empreendimentos nos dois países, assinalando o papel que o BNDES pode cumprir nessa tarefa.

14. Ressaltaram a importância essencial dos trabalhos do Mecanismo de Monitoramento do Intercâmbio Comercial, que serão reforçados não apenas para alcançar uma expansão equilibrada do comércio bilateral, mas também para desenvolver projetos na área produtiva. Nesse sentido, sublinharam a importância da participação dos Vice-Ministros de Indústria, a fim de realizar um acompanhamento direto e periódico dos diversos projetos de interesse comum.

15. Igualmente, enfatizaram o interesse em que empresas uruguaias participem nos sistemas de compras governamentais no Brasil.

16. Os dois Presidentes ressaltaram a importância dos entendimentos em curso na área de integração energética, em nível bilateral e regional.

17. Saudaram o acordo-quadro alcançado para o fornecimento de energia elétrica brasileira ao Uruguai e apontaram para a continuidade das negociações no sentido de que seja construída nova linha de transmissão de energia elétrica entre o Brasil e o Uruguai, uma vez acordadas as condições para tanto.

18. Manifestaram sua satisfação com os investimentos realizados pela Petrobrás na área de distribuição de gás no Uruguai e coincidiram sobre a conveniência do estreitamento dos laços entre a Petrobrás e a ANCAP.

19. Em vista da importância que as fontes alternativas de energia adquirirão na composição da matriz energética mundial, decidiram instrumentalizar imediatamente projetos de cooperação bilateral nessa área, em especial no que se refere aos biocombustíveis, em particular etanol e biodiesel.

20. Os Presidentes analisaram as perspectivas de cooperação entre os dois países na área de infraestrutura e receberam, com satisfação, a notícia do

início dos estudos técnicos de viabilidade por parte da “Comissão Mista Brasil-Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão e Reforma da Ponte Barão de Mauá”, sob o sistema de concessão de obra pública. O financiamento que não seja coberto pelo concessionário estará a cargo dos dois países, que para tanto buscarão alternativas.

21. Na área dos transportes, instruíram os grupos técnicos dos respectivos Governos a aprofundar os estudos para a reativação da ferrovia Montevideu-Rivera e sua conexão com a malha ferroviária brasileira.

22. Por sua vez, os dois Presidentes manifestaram satisfação pela modernização do terminal de grãos em Nova Palmira para a dinamização da Hidrovia Paraguai-Paraná e pela retomada dos trabalhos das Comissões Binacionais para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí e para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa.

23. Na área da cooperação fronteiriça, ressaltaram o interesse na negociação de Acordo Bilateral de Saúde na Fronteira, que beneficie as populações da fronteira Brasil-Uruguai. Da mesma forma, assinalaram a importância da V Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, a realizar-se este ano em Montevideu.

24. Os dois Presidentes testemunharam a troca de Notas Reversais entre os dois Chanceleres confirmando a decisão dos dois Governos para a imediata entrada em vigor, no âmbito bilateral, dos benefícios previstos no Acordo de Residência do MERCOSUL, assinado em 6 de dezembro de 2002 e ratificado pelos Parlamentos de ambos os países. O Acordo facilitará os trâmites para residência dos nacionais de um Estado no território do outro, implementando, na prática, a livre circulação de pessoas entre o Brasil e o Uruguai.

25. Ambos os Presidentes coincidiram na necessidade de reforçar o multilateralismo. O Presidente Lula manifestou o reconhecimento do

Governo brasileiro pelo apoio uruguaio à aspiração do Brasil de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

26. O Presidente Tabaré Vázquez agradeceu a hospitalidade do povo e do Governo brasileiro e estendeu convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para efetuar visita oficial ao Uruguai, em data a ser determinada por via diplomática.

Brasília, 16 de março de 2006.

Visita ao Brasil do Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia (16 de março de 2006)

Encontra-se em visita ao Brasil, entre os dias 13 e 22 deste mês, o Príncipe Hassan bin Talal, da Jordânia. A visita tem caráter preponderantemente cultural e acadêmico.

O Príncipe Hassan recebeu, no Rio de Janeiro, o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Cândido Mendes.

No dia 17, o Príncipe Hassan manterá reunião com o Ministro Celso Amorim, seguida de almoço no Palácio Itamaraty, e proferirá palestra no Instituto Rio Branco.

De 19 a 22 de março, deverá cumprir programação em São Paulo, estando previstas, entre outras atividades, visitas à Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, à FIESP e a instituições de ensino e de pesquisa.

O Príncipe Hassan preside o Clube de Roma, grupo que reúne personalidades em diferentes áreas e se dedica a refletir sobre os principais problemas mundiais.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (16 de março de 2006)

A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, no dia 15 de março corrente, resolução que cria o Conselho de Direitos Humanos. 170 países votaram a favor, 4 contra (Estados Unidos, Ilhas Marshall, Israel e Palau) e 3 se abstiveram (Belarus, Irã e Venezuela).

O Brasil apoiou, desde o primeiro momento,

a proposta de criação do Conselho de Direitos Humanos. Teve participação de relevo nas negociações para sua constituição e contribuiu para que o apoio à resolução aprovada fosse o mais amplo possível. O Brasil confia em que o Conselho contribuirá para a efetiva promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo.

O Conselho de Direitos Humanos, que substituirá a Comissão de Direitos Humanos (órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC), terá sede em Genebra e será composto por 47 países. A frequência das reuniões será maior do que a da Comissão, o que possibilitará respostas mais tempestivas às ocorrências de violações graves e/ou sistemáticas de direitos humanos. A instituição do sistema de escrutínio, a que todos os países deverão se submeter, representará significativo avanço. O Conselho também promoverá o diálogo e a cooperação como instrumentos importantes para tratar de questões de direitos humanos.

Na intervenção que fez em 15 de março, na Assembléia Geral, em nome do Brasil, Colômbia, Guatemala, Panamá, Paraguai e Uruguai, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, salientou que a criação do Conselho é passo importante e abre caminho para que sejam considerados outros temas fundamentais para a ONU, como a reforma do Conselho de Segurança, a revitalização da Assembléia Geral e as reformas administrativa e do ECOSOC.

Reunião do Comitê Internacional da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (17 de março de 2006)

Será realizada em Brasília, nos dias 20 e 21 de março, no Palácio Itamaraty, reunião do Comitê Internacional da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD). O Comitê será copresidido pelo Ministro Gilberto Gil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Cheikh

Tidiane Gadio.

Caberá ao Comitê Internacional preparar a conferência, que será realizada na cidade de Salvador, de 12 a 14 de julho de 2006. A II CIAD será um evento de grande envergadura, que reunirá 700 a 1000 intelectuais, e para o qual estão sendo convidados 15 Chefes de Estado, além do Secretário-Geral da ONU e personalidades laureadas com o Prêmio Nobel. Será a maior reunião de intelectuais internacionais já realizada no Brasil e o primeiro encontro de intelectuais africanos realizado fora da África. A I CIAD ocorreu no Senegal em 2004. A escolha do Brasil para sediar a Conferência é uma demonstração de reconhecimento do continente africano pela prioridade atribuída durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva às relações com a África.

Corte Interamericana de Direitos Humanos - Reunião no Brasil (17 de março de 2006)

Será realizado, de 28 a 31 de março corrente, o XXVII Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

A realização de sessão da Corte Interamericana no Brasil atende a convite do Estado brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, do Superior Tribunal de Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Trata-se da primeira vez que um tribunal internacional funcionará no Brasil.

Durante a sessão extraordinária, a Corte Interamericana realizará, nos dias 29 e 30 de março, no Auditório Externo do STJ, audiências abertas ao público sobre dois casos e uma medida provisória em tramitação naquele tribunal internacional. No dia 31 de março, será realizado seminário sobre o papel e as funções da Corte na Sala de Conferências do STJ. A Corte deverá emitir uma sentença de mérito sobre caso anterior.

A realização de sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no país reforça

o compromisso brasileiro com o sistema interamericano de direitos humanos e constitui instrumento inovador para ampliar o conhecimento sobre o sistema entre operadores do Direito, agentes do Estado e organizações não-governamentais.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos foi criada pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) para julgar casos de violações de direitos humanos atribuídas aos Estados da OEA que hajam reconhecido sua competência contenciosa, bem como para determinar medidas provisórias para prevenir possíveis violações em situações graves e urgentes. A Corte pode ainda emitir opiniões consultivas sobre a interpretação e aplicação dos tratados de direitos humanos do sistema interamericano. O Brasil reconhece a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana desde dezembro de 1998.

Compõem a Corte sete juízes eleitos pela Assembléia-Geral da OEA entre juristas de notável saber em direitos humanos. Entre os atuais membros da Corte Interamericana está o Professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, que a presidiu no período de 1999 a 2004.

Durante a sessão extraordinária, a Corte não considerará casos ou medidas provisórias referentes ao país. Tampouco receberá ou se manifestará sobre denúncias, que só lhe podem ser encaminhadas por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Terceira Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP 3 (18 de março de 2006)

A Terceira Reunião das Partes no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP-3 - realizou-se, em Curitiba, de 13 a 17 de março. A MOP-3 teve um comparecimento sem precedentes, com mais de três mil participantes – delegados de cerca de cem países e representantes de organizações internacionais, ONGs, associações de classe,

academia e mídia internacional. A Delegação brasileira, composta por cerca de 130 membros, contou com a ativa participação de representantes de vários órgãos do Governo e da sociedade civil, que assessoraram os negociadores do Itamaraty.

A reunião de Curitiba constituiu marco histórico, pois finalmente chegou-se a acordo sobre questão fundamental: as regras detalhadas de documentação e identificação de carregamentos de organismos vivos modificados - OVM (sigla usada no Protocolo para os OGMs) - para uso na alimentação humana ou animal, ou para processamento, objeto do Artigo 18.2(a) daquele acordo internacional. Esse tema complexo estava sem solução desde a época da negociação do Protocolo.

Internamente, o Governo coordenou intenso processo para construir uma posição para o tratamento do tema na MOP-3. Esse processo contou com a participação de todos os ministérios envolvidos com o tema e com consulta a diversos segmentos da sociedade, culminando com decisão do Presidente da República.

O Brasil inovou ao propor um processo para superar as divergências existentes. Numa fase de transição de quatro anos, utilizar-se-ia a identificação clara e precisa “contém OVMs”, seguida do nome dos OVMs presentes no carregamento, sempre que houver preservação de identidade ou outro sistema que permita a identificação daqueles organismos destinados à exportação. Nos casos onde a identificação não seja possível ou feita, utilizar-se-ia a expressão “pode conter OVMs”, seguida da lista daqueles organismos que possam constar no carregamento e de outras informações. Após 2010, utilizar-se-ia apenas a expressão “contém OVMs”.

Essa posição firme e corajosa na defesa de regras claras que fortaleçam a biossegurança permitiu excelentes condições para a obtenção de um consenso em Curitiba e refletiu os múltiplos interesses de um país em desenvolvimento, megadiverso, grande exportador agrícola e com setor de biotecnologia em rápida evolução.

O Brasil teve papel de liderança nas negociações, tendo co-presidido, ao lado da Suíça, o Grupo de Contato que tratou do tema na MOP-3. Foi de autoria brasileira, ainda, o documento que serviu como base para as negociações sobre o Artigo 18.2(a) ao longo da semana e que permitiu o acordo alcançado nos momentos finais da reunião. A última sessão negociadora durou 36 horas, até atingir-se o consenso.

As regras finalmente acordadas, e que valerão desde já, derivam diretamente da posição brasileira. Na fase de transição, serão aplicados os critérios propostos pelo Brasil. Na MOP-5 (2010), será feita revisão e avaliação da experiência adquirida com a implementação na fase de transição, para considerar a tomada de decisão na MOP-6 (2012) que assegure a utilização da expressão “contém OVMs” na documentação que acompanhar todos os carregamentos de OVMs. Assim, a partir de 2012, somente esse sistema estaria em vigor.

A partir da Decisão de Curitiba – como foi batizado o acordo alcançado - os países que recebam carregamentos de OVMs terão elementos de informação mais completos e precisos para tomar as providências que julguem necessárias para garantir a biossegurança. Trata-se de importante conquista, sobretudo para os países em desenvolvimento. As novas regras reforçam a implementação da legislação em vigor no país e também favorecem a co-existência de sistemas agrícolas produtores de OVMs, não-OVMs e orgânicos.

Com base nas instruções recebidas do Presidente da República, a atuação da Delegação brasileira esforçou-se para acomodar os interesses das demais Partes no Protocolo, com atenção especial para parceiros latino-americanos preocupados com os esforços adicionais que as novas regras poderão impor em termos de desenvolvimento de infra-estrutura, capacidade técnica e treinamento de pessoal. Para atender essas preocupações, e, mais uma vez, por iniciativa brasileira, a decisão adotada inclui dispositivo

específico sobre cooperação internacional e capacitação técnica para países em desenvolvimento, bem como autoriza o Secretário Executivo da Convenção de Diversidade Biológica a buscar recursos com este fim.

A Decisão de Curitiba traz uma visão de futuro, inspirada na posição de vanguarda definida pelo Governo brasileiro. Essa visão aponta para a definição, em 2012, de regras mais precisas de identificação do conteúdo de todos os carregamentos. Trata-se de um compromisso político de mais alta relevância assumido pelas Partes no Protocolo de Cartagena, que sai, assim, fortalecido de Curitiba.

Na MOP-3, foram tomadas, ainda, decisões sobre outros temas importantes para o Protocolo, como análise e gerenciamento de risco, capacitação e sobre o mecanismo de disseminação de informações (“Biosafety Clearing House”). A Sessão Plenária de encerramento, que adotou as 19 decisões acordadas no encontro (um recorde para a MOP), contou com a participação da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O Brasil ampliou sua participação no âmbito do Protocolo não apenas por ter sediado este encontro de grande importância para a comunidade internacional, mas também pelo papel de liderança na definição das decisões aqui tomadas. Os êxitos obtidos na MOP-3 criam condições propícias para a realização da Oitava Conferência das Partes na Convenção da Diversidade Biológica, a realizar-se em Curitiba de 20 a 31 de março.

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau (21 de março de 2006)

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau, Senhor António Isaac Monteiro, fará visita de trabalho a Brasília na próxima quarta-feira, 22 de março. No dia 20, o Ministro Monteiro participou, como convidado de honra, da inauguração do Museu

da Língua Portuguesa, em São Paulo.

A agenda do Ministro Monteiro em Brasília compreenderá almoço de trabalho oferecido pelo Ministro Amorim e reuniões no Palácio Itamaraty.

O tema central da visita será a realização da VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que a Guiné-Bissau sediará no próximo mês de julho. O Brasil está cooperando com a Guiné-Bissau na organização desse evento, o mais importante do calendário da CPLP em 2006.

Os dois Ministros também tratarão de programas de cooperação bilateral em andamento, com destaque para as iniciativas nas áreas da formação profissional (instalação de centro de treinamento em Bissau com apoio do SENAI), saúde (tratamento de pacientes portadores de HIV/AIDS) e agricultura (projeto financiado pelo Fundo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul), entre outras.

Reunião de trabalho Brasil-Paraguai - Brasília, 21 e 22 de março de 2006 (22 de março de 2006)

Realizou-se em Brasília, em 21 e 22 de março corrente, reunião de trabalho Brasil-Paraguai, copresidida pelo Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador José Eduardo M. Felício, e pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Emilio Giménez Franco. Os resultados da reunião se encontram registrados em documento de consenso, reproduzido a seguir:

“Os Governos do Brasil e do Paraguai reiteram o compromisso de implementar as medidas de contingência na área de integração fronteiriça Foz do Iguaçu – Ciudad del Este, contidas em documento assinado em 1º de abril de 2005. Os dois Governos examinarão eventuais ajustes às referidas medidas, conforme a realidade turístico-comercial.

Os dois Governos comprometem-se a assegurar a utilização permanente da Ponte da Amizade, conforme as respectivas obrigações internacionais de garantir a livre circulação de veículos,

bens, pessoas e mercadorias.

Os Governos aplicarão controles na fronteira, nos limites de suas respectivas legislações, com o melhor critério, e tendo presente a obrigação de combater os ilícitos.

Fica estabelecido um Grupo de Trabalho coordenado pelas duas Chancelarias e integrado por funcionários encarregados da fiscalização aduaneira, migratória e de transportes. A primeira reunião do Grupo será realizada em 28 de março de 2006, em Foz do Iguaçu.

O Grupo de Trabalho deverá examinar medidas adicionais de cooperação no que se refere a:

- controle, pelas autoridades aduaneiras dos dois países, da emissão de notas fiscais;
- implementação de um plano de reforma da cabeceira da ponte no lado paraguaio;
- estabelecimento de critérios coordenados para o fluxo de pessoas e de veículos com passageiros ou carga, nas cabeceiras da Ponte da Amizade, a fim de facilitar a passagem pela mesma;
- cooperação das autoridades para impedir o arremesso de mercadorias de cima da Ponte da Amizade;
- elaboração de folhetos explicativos e outros instrumentos para esclarecimento das pessoas quanto ao tratamento legal das mercadorias que transitam pela Ponte da Amizade; e
- avaliação, com o devido critério, da questão da apreensão de veículos e esclarecimento das situações e condições em que a mesma poderá efetuar-se, segundo as normas vigentes.”

Comunicado Conjunto da Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau, Doutor António Isaac Monteiro (22 de março de 2006)

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau, Doutor António Isaac

Monteiro, visitou o Brasil oficialmente no dia 22 de março de 2006, a convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim.

2. O Ministro Monteiro, durante sua estada no Brasil, atendeu convite do Governo do Estado de São Paulo para participar, no dia 20 do corrente, da inauguração do Museu da Língua Portuguesa, instalado na capital paulista, na Estação da Luz.

3. O principal ponto da agenda de seu encontro com o Ministro Amorim foi o tema relacionado à organização da VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se celebrará na cidade de Bissau no dia 17 de julho do corrente ano.

4. O Ministro Monteiro discorreu sobre as providências tomadas até o momento pela Comissão Preparatória da VI Cimeira da CPLP, órgão criado pelo Governo guineense com a incumbência de coordenar os trabalhos de organização do evento. O Ministro Amorim reconheceu os esforços que têm sido empreendidos pelas autoridades guineenses, nesse sentido.

5. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil reiterou a oferta de apoio brasileiro para a organização daquele importante evento. Dentre as iniciativas já em andamento, destacou, em particular, o envio à Guiné-Bissau de missão técnica brasileira integrada por diplomatas especializados na organização de eventos e atividades de protocolo. Referiu-se, igualmente, à presença, no Brasil, de funcionários guineenses que recebem treinamento para o desempenho das tarefas de organização da Cimeira da CPLP.

6. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau agradeceu o auxílio que vem sendo prestado pelo Governo brasileiro, com vistas à VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

7. Em seguida, os Ministros passaram a outros temas da agenda bilateral. O Ministro Monteiro registrou, com satisfação, as doações efetuadas pelo Governo brasileiro com vistas à

reestruturação das Forças Armadas guineenses. O Ministro Amorim recordou que tais doações foram transferidas para o Fundo Especial da CPLP, e deste para o fundo especial criado em consonância com a Resolução 1580 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o financiamento de projetos de reforma do setor de segurança da Guiné-Bissau.

8. O Ministro Monteiro agradeceu, por outro lado, o depósito efetuado pelo Brasil, em dezembro de 2005, via Fundo Especial da CPLP, no “Emergency Economic Management Fund”, criado por recomendação do Grupo Consultivo “Ad Hoc” do ECOSOC para a Guiné-Bissau.

9. Os Ministros congratularam-se pelos avanços no projeto de apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário da Guiné-Bissau, financiado pelo Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

10. Em seguida, passaram em revista os avanços do Programa de Cooperação Internacional em HIV/SIDA – Fase II, objeto de Ajuste Complementar entre os dois Governos. O programa, que incide principalmente nas áreas de assistência, tratamento e controle da transmissão materno-infantil, prevê o provimento gratuito de medicamentos anti-retrovirais de primeira linha, além de ações de prevenção e controle do HIV/AIDS.

11. As duas autoridades decidiram pelo envio regular de missões técnicas, diplomáticas e militares brasileiras à Guiné-Bissau, para procederem ao levantamento exaustivo de novas oportunidades de cooperação bilateral, particularmente nas áreas da governança, da promoção do desenvolvimento econômico e social e de reforma das forças de segurança.

12. Coincidiram quanto à necessidade de institucionalizar e promover reuniões periódicas com vistas à avaliação e à reorientação das ações de cooperação bilateral, inclusive em nível ministerial.

13. Felicitaram-se pelo desenvolvimento positivo das relações bilaterais no domínio da educação superior. Nesse sentido, registraram com

agrado a concessão de 215 bolsas a estudantes da Guiné-Bissau em instituições de ensino no Brasil, no quadro do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), coordenado pelo Ministério da Educação do Brasil.

14. No domínio da educação profissional, congratularam-se pelo bom andamento do projeto de instalação, em Bissau, de um Centro de Formação Profissional e Promoção Social, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil.

15. Celebraram os entendimentos entre os dois países, com vistas ao desenvolvimento, na Guiné-Bissau, de programa de alfabetização de jovens e adultos, a cargo da entidade brasileira Alfabetização Solidária.

16. O Ministro Monteiro reiterou o apoio da Guiné-Bissau a que o Brasil integre o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. O Ministro Amorim expressou seu vivo reconhecimento por tão importante apoio.

17. Ao fim de sua visita, o Ministro António Isaac Monteiro agradeceu o acolhimento fraterno e as atenções que lhe foram dispensadas pelo Governo brasileiro.

Brasília, 22 de março de 2006.

Iniciativas da Fundação Alexandre de Gusmão (23 de março de 2006)

Biblioteca Digital de Política Externa - A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) acaba de implantar em sua página na internet (www.funag.gov.br) a Biblioteca Digital de Política Externa. Trata-se de iniciativa que tem o propósito de ampliar o acesso do público interessado aos livros editados pela FUNAG sobre temas da Política Externa. O acervo inicial conta com duas coleções de obras: 1) 31 livros dos seminários do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da FUNAG; 2) 36 teses, já publicadas pela FUNAG, do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr).

A Biblioteca Digital de Política Externa oferece acesso, sem ônus, ao texto integral das obras constantes de seu acervo, em formato PDF.

Centros de Estudos - A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) assinaram, no dia 13 de março, Termo de Cooperação Técnica, que criou o Centro de Estudos Brasil-Cabo Verde. No dia 16 de março, a FUNAG firmou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que implantou o Centro de Estudos Brasil-Venezuela. Em 2005 e 2006, a FUNAG firmou idêntico documento com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que originou o Centro de Estudos Brasil-África do Sul, e com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que criou o Centro de Estudos Brasil-Argentina.

Essas iniciativas integram o programa da FUNAG de estímulo à implantação, em universidades brasileiras, de Centros de Estudos sobre Países do Hemisfério Sul (CESUL), no qual a FUNAG contribui com a doação de livros especializados, apoio a pesquisadores e edição de teses de Doutorado e Mestrado.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Chile (23 de março de 2006)

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial ao Chile nos dias 23 e 24 de março. O Chanceler será recebido pela Presidente Michelle Bachelet e terá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Alejandro Foxley. Trata-se de ocasião para reforçar o compromisso político do Brasil com o fortalecimento das relações bilaterais.

São grandes as afinidades dos dois países na avaliação da conjuntura regional e na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. A presença no Haiti, a participação chilena no G-20 e a Iniciativa contra a Fome e a Pobreza no mundo são símbolos de uma aproximação significativa no plano multilateral.

O Ministro Celso Amorim tratará, também,

dos aspectos relativos à visita que a Presidente Bachelet fará ao Brasil em abril próximo.

Ata final da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (24 de março de 2006)

Em conformidade com o Memorando de Entendimento entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil Sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada COSBAN), realizou-se, no dia 24/03/06, em Pequim, a Primeira Sessão da COSBAN.

A Sessão decorreu num clima de entendimento, cooperação e cordialidade, característico das relações amistosas entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil.

As delegações chinesa e brasileira foram presididas, respectivamente, pela Vice-Primeira-Ministra Wu Yi e pelo Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva. A composição das duas delegações encontra-se nos Anexos I e II da presente Ata.

Antes da Sessão Plenária, a Vice-Primeira-Ministra Wu Yi e o Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva realizaram reunião privada.

Durante a Sessão Plenária, os dois lados registraram a evolução e os bons resultados colhidos por suas respectivas economias e reafirmaram a vitalidade da atual relação bilateral, que vem sendo construída sobre a base da Parceria Estratégica existente entre os dois países e da bem sucedida troca de visitas presidenciais em maio e novembro de 2004, salientando a forte complementaridade entre as economias chinesa e brasileira, o potencial para ampliação da cooperação e a boa dinâmica das relações bilaterais.

As duas partes frisaram que o estabelecimento da COSBAN representa um passo novo da Parceria Estratégica entre os dois países e contribui positivamente para o fortalecimento e aprofundamento da cooperação entre os dois países

em todas as áreas, com o intuito de promover o desenvolvimento conjunto, o progresso social e impulsionar a cooperação “sul-sul”.

Sob a égide dos “Quatro Princípios”, acordados pelos Presidentes Lula da Silva e Hu Jintao em maio de 2004, as duas partes concordaram em cooperar nas áreas política, econômica, comercial, científica e tecnológica, espacial, agrícola e cultural-educacional, de forma a intensificar as relações sino-brasileiras.

Em virtude dessa decisão, as duas partes definiram a estrutura e o mecanismo de funcionamento a ser adotado pela COSBAN, que se encontra no Anexo III.

As duas partes decidiram incorporar como subcomissões à COSBAN as seis instâncias de diálogo e mecanismos de cooperação setorial já existentes, qual sejam, Mecanismo de Consultas Políticas, a Comissão Mista Econômica e Comercial, a Comissão Mista Científica e Tecnológica, a Comissão de Concertação de Projetos de Cooperação de Tecnologia Espacial, a Comissão Mista Cultural e o Comitê Agrícola.

Nesse sentido, ouviram os relatórios de trabalho das Subcomissões recém-reunidas, expressando satisfação com os trabalhos efetuados e as atividades programadas para o biênio 2006-2007.

Três das Subcomissões da COSBAN - a Subcomissão Política, a Subcomissão Cultural e a Subcomissão Agrícola - reuniram-se anteriormente à instalação da COSBAN. As Atas dos encontros da Subcomissões Cultural e Agrícola figuram como Anexo IV e Anexo V desta Ata. As duas partes decidiram convocar, ainda em 2006, as reuniões da Subcomissão Econômica e Comercial, da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica e da Subcomissão de Cooperação Espacial, como atividades de seguimento da I COSBAN. As seis Subcomissões da COSBAN apresentaram à Sessão Plenária relatos de atividades bilaterais conduzidas sob seus mandatos, que figuram

como Anexos VI, VII, VIII, IX, X e XI desta Ata.

O Vice-Presidente do Brasil participou, a convite, da Sessão de Encerramento do Fórum de Cooperação e Desenvolvimento Econômico Sino-Brasileiro, realizado em Xangai pelo Conselho Empresarial Sino-Brasileiro.

1. Sobre as Consultas Políticas

As duas partes expressaram seu apreço pelo intercâmbio de opiniões e pela coordenação de posições em questões chave nos planos bilateral e internacional propiciadas pela Subcomissão Política.

Na qualidade de países em desenvolvimento de grande porte num mundo crescentemente globalizado, Brasil e China coincidiram quanto à necessidade de desenvolverem a Parceria Estratégica Sino-Brasileira, tornando-a um exemplo para a cooperação “sul-sul”. No âmbito multilateral, esta Parceria Estratégica está refletida nos esforços mútuos em favor dos objetivos da paz e segurança internacionais, bem como do desenvolvimento econômico e social sustentado para todos os países.

Ambas as partes enfatizaram os benefícios mútuos resultantes do fortalecimento da cooperação multidimensional entre Brasil e China e expressaram sua convicção na perspectiva de um aprofundamento adicional da Parceria Estratégica, no plano bilateral, por meio da implementação de programas de cooperação já existentes e do lançamento de novas iniciativas.

No contexto do adensamento do diálogo político bilateral, expressaram seu compromisso com o fortalecimento das consultas políticas, enriquecendo constantemente seu conteúdo. Indicaram, também, seu interesse em sistematizar e regularizar as consultas anuais entre os departamentos de planejamento político-diplomático das duas Chancelarias.

No decorrer das presentes consultas políticas, houve ampla troca de pontos de vista sobre temas internacionais e regionais de interesse comum. Dentre outros, foram tratados a ação global contra a fome e a pobreza e a reforma da ONU e do seu

Conselho de Segurança.

Tendo em vista o grande número de percepções comuns no tocante aos temas discutidos, ambos os lados enfatizaram seu interesse no reforço da coordenação bilateral em foros multilaterais, comprometendo-se a trabalhar conjuntamente para fortalecer a participação de países em desenvolvimento no processo decisório de organizações internacionais, de modo a assegurar o tratamento mais equilibrado dos principais desafios enfrentados pela comunidade internacional.

O Brasil reiterou o seu apoio ao princípio de “uma única China”. A parte chinesa manifestou seu apreço pela posição brasileira.

2. Sobre a Cooperação em Matéria Econômica e Comercial

As duas partes expressaram grande satisfação pelo considerável incremento do comércio bilateral nos últimos anos, tendência que demonstra a vitalidade e complementaridade das economias brasileira e chinesa. Indicaram que ainda existe significativo potencial de cooperação econômica a ser explorada em operações comerciais e de investimento, em pé de igualdade e benefício mútuo.

Os dois lados concordaram em intensificar a ampla cooperação bilateral nas áreas de agricultura, energia, mineração, tecnologia da informação, infraestrutura, inspeção de qualidade e alta tecnologia, entre outros, e em apoiar as empresas dos dois países no estabelecimento de “joint ventures” e na cooperação econômica em diversas formas. Ressaltaram a importância de temas correlatos como transferência de tecnologias, promoção do intercâmbio entre governos, empresas e associações empresariais, facilitação do comércio e do investimento entre os dois países. Comprometeram-se a aperfeiçoar o mecanismo de consulta e coordenação, solucionar de forma positiva as fricções e problemas surgidos no âmbito das relações econômico-comerciais bilaterais e a salvaguardar o interesse comum no quadro da OMC.

Enfatizando que a via do diálogo e consultas constitui sempre a melhor maneira para resolver, de forma adequada, eventuais questões econômicas e comerciais entre os dois lados, ambas as Partes recordaram o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento”, de 2004, e expressaram satisfação com a negociação do “Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimento”, assinado em 3 de março de 2006 pelo Ministro do Comércio da China e pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

As duas partes indicaram seu interesse na implementação exitosa dos projetos em curso nas áreas de siderurgia, alumina, gasoduto para gás natural, central termelétrica, escaneamento de contêineres, petróleo e de aviação regional. Concordaram em programar, neste ano, atividades de intercâmbio do Grupo de Trabalho Sino-Brasileiro de Etanol e missões nas áreas de “software” e automação bancária, e incentivar a cooperação para o desenvolvimento destas indústrias.

As duas partes coincidiram no interesse de fomentar o comércio bilateral de produtos agrícolas e na importância de eliminar as barreiras sanitárias e fitossanitárias injustificadas no setor, ao amparo das normas da Organização Mundial do Comércio e dos padrões internacionais vigentes reconhecidos por ambas as partes.

A parte chinesa indicou interesse em operações diretas de comércio de soja e sugeriu cooperação para a identificação de oportunidades nessa área.

Os dois lados reafirmaram os benefícios recíprocos decorrentes de maior coordenação em foros econômicos e comerciais multilaterais. Insistiram na importância da conclusão exitosa da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e expressaram seu compromisso de continuar a trabalhar juntos, no “G-20” sobre as negociações

agrícolas e em outros mecanismos formais e informais de coordenação, com vistas a alcançar, até o final de 2006, um acordo que dê prioridade a resultados expressivos em áreas de interesse para países em desenvolvimento.

As duas partes decidiram realizar, ainda este ano, no Brasil, a primeira reunião da Subcomissão Econômica e Comercial da COSBAN, como atividade de seguimento da I Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível.

As duas partes indicaram apoiar o estabelecimento de vôos diretos Brasil-China pelas companhias de transporte aéreo dos dois países, promovendo e facilitando a cooperação turística bilateral e o intercâmbio empresarial. Os dois lados incentivaram as instituições competentes dos dois governos a envidar esforços para concluir, com a brevidade possível, as negociações para a assinatura do Acordo sobre Assuntos Aduaneiros entre os Governos da China e do Brasil, impulsionando a cooperação nessa área.

De forma a promover maior conhecimento mútuo entre as empresas dos dois países, a parte chinesa convidou a parte brasileira a participar da 10ª Feira Internacional de Investimento e Comércio (CIFIT) e da 100ª Feira de Mercadorias de Exportação da China (Feira de Cantão).

3. Sobre a Cooperação Científica e Tecnológica

As duas partes reiteraram a forte complementaridade de suas respectivas áreas científica e tecnológica e o extenso potencial para incremento da cooperação bilateral. Identificaram como prioridades de cooperação as áreas de biotecnologia, biodiversidade, biocombustíveis, combustíveis sólidos fósseis, metrologia científica e industrial, acreditação de laboratórios e intercâmbio de experiências sobre políticas de inovação e de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico.

As duas partes registraram com satisfação os avanços na cooperação em tecnologias de informação e comunicação e decidiram impulsionar

dita cooperação, com o objetivo de consolidar parcerias entre empresas e institutos de pesquisa e desenvolvimento, em particular em matéria de “software” e serviços, aproveitando plenamente as bases da cooperação existente.

As partes incentivarão empresas, entidades de classe e setores governamentais a promover o intercâmbio de técnicos e especialistas nas áreas de interesse comum e a participar em feiras de alta tecnologia realizadas nos dois países.

4. Sobre a Cooperação Espacial

As duas partes reiteraram que os lançamentos, com êxito, dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres 01 e 02, respectivamente em 1999 e 2003, demonstraram a importância estratégica da cooperação bilateral na tecnologia espacial, estabelecendo um exemplo bem sucedido de cooperação “sul-sul”.

As partes concordam em continuar a intensificar a cooperação entre os dois países na utilização pacífica da tecnologia espacial e em impulsionar o desenvolvimento sustentável das economias nacionais dos dois países. Concordaram ainda em assegurar o lançamento do CBERS 02B na data prevista e o início, no prazo, do desenvolvimento do CBERS 03 e CBERS 04, a exemplo da bem sucedida execução dos CBERS 01 e 02. As partes reiteraram ainda seu interesse na promoção da utilização de dados dos satélites CBERS em outros países e regiões.

As partes coincidiram na necessidade de estudar a expansão da cooperação bilateral em matéria espacial, particularmente na área de ciências do espaço exterior.

5. Sobre a Cooperação Agrícola

As duas partes salientaram a importância da agricultura para as economias de ambos os países, lembrando sua contribuição ao crescimento econômico e emprego. Os dois lados enfatizaram seu desejo de estimular a cooperação científica e

tecnológica em agricultura, impulsionar, em benefício mútuo e segundo os termos já acordados, os programas de intercâmbio de recursos genéticos, bem como trocar missões de estudo no setor agrícola. Nesse contexto, concordaram em promover a cooperação entre os dois países na área da tecnologia agro-biológica e da biossegurança das plantas e animais transgênicos.

As duas partes decidiram intensificar a coordenação bilateral para impulsionar as negociações agrícolas da Rodada de Doha da OMC, de forma a eliminar as flagrantes distorções do comércio agrícola mundial, reiterando que medidas de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento são parte integral de todos os aspectos da negociação. Manifestaram interesse em ampliar a coordenação em outros foros internacionais de agricultura, identificando como interesse comum a promoção do amplo reconhecimento internacional do princípio da regionalização no âmbito da Organização Internacional de Epizootias.

O Brasil informou que deseja explorar com a parte chinesa a realização de seminário sobre oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro, dirigido a órgãos governamentais, entidades setoriais, associações e empresas privadas e companhias de comércio internacional da China.

6. Sobre a Cooperação Cultural

As duas partes indicaram que devem continuar a encorajar e implementar ativamente projetos governamentais e não governamentais de intercâmbio e cooperação cultural, sob variadas formas, com vistas a promover a amizade e o conhecimento mútuo entre as sociedades chinesa e brasileira. Coincidiram também no interesse de intensificar a coordenação e cooperação entre os dois países na área cultural multilateral. As duas partes concordaram em intensificar a cooperação entre os governos dos dois países na preservação de suas culturas nacionais e na promoção e proteção da diversidade cultural do planeta, incentivando suas

indústrias culturais a fortalecer intercâmbio e cooperação na área da economia criativa. As duas partes expressaram interesse de intensificar a cooperação nas áreas esportiva, de cinema e de televisão.

As duas partes concordaram em que as áreas concretas acima referidas serão deliberadas, uma a uma, pelas instituições competentes das duas partes no quadro do Programa Executivo Sino-Brasileiro de Cooperação Cultural para o Período 2006-2008, ao Amparo do Acordo de Cooperação Cultural e Educativa entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado durante a visita do Vice-Presidente do Brasil à China.

7. Sobre a Cooperação em Outras Áreas

As duas partes expressaram necessidade de intensificar a cooperação na área sanitária, fitossanitária e de quarentena entre os dois países.

As duas partes assinalaram a boa relação de trabalho estabelecida entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. As duas partes coincidiram no estabelecimento da Subcomissão de Quarentena da COSBAN, para a implementação do “Memorando Instaurador de Mecanismo Consultivo e de Cooperação entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil”, assinado durante a visita do Vice-Presidente do Brasil à China.

A parte brasileira espera que a autoridade competente chinesa aprove mais pedidos de registro de estabelecimentos exportadores de carne bovina e de aves. As duas partes expressaram a expectativa de que a missão do Departamento da Administração da Acreditação e Supervisão da Qualidade da China, que no momento realiza inspeção no Brasil, possa propiciar avanços positivos. A parte chinesa sugere que as duas partes fortaleçam a cooperação em

matéria de importação e exportação de carne suína, tripas e produtos aquáticos. As duas partes coincidiram na importância de continuar a fortalecer a cooperação em matéria sanitária, fitossanitária e de quarentena.

As duas partes expressaram satisfação com a assinatura do Programa Executivo Sino-Brasileiro de Cooperação Educacional para o período 2006-2008, base da intensificação da cooperação educacional bilateral, sobretudo em matéria do ensino dos idiomas português e mandarim, reconhecimento mútuo de diplomas de educação de alto nível, estabelecimento de Institutos Confúcio e de leitorados brasileiros em universidades brasileiras e chinesas, respectivamente, e organização do Exame de Língua Chinesa (HSK) e do Exame de Língua Portuguesa (CelpeBras).

Ambas as delegações expressaram satisfação com a decisão de estabelecer um mecanismo de diálogo financeiro entre o Ministério de Finanças da China e o Ministério da Fazenda do Brasil, ressaltando que a iniciativa facilitará o intercâmbio de informações sobre a situação macroeconômica doméstica e internacional e sobre políticas financeiras, além de impulsionar e fortalecer a coordenação e cooperação bilateral em instituições financeiras multilaterais.

Os dois lados concordaram em estreitar a cooperação em matéria de propriedade intelectual.

Para ampliar e impulsionar conjuntamente a cooperação bilateral em outras áreas identificadas nesta primeira reunião da COSBAN, as duas partes concordaram em estabelecer quatro novas Subcomissões da COSBAN: Subcomissão de Assuntos Sanitários, Fitossanitários e Quarentena, Subcomissão de Energia e Mineração, Subcomissão de Indústria Informática, Subcomissão Educacional.

As duas partes aplaudiram o estabelecimento, pelas companhias aéreas AirChina e VARIG, da rota aérea, sob a forma de “Code-Share”, entre Pequim, Xangai, São Paulo e Rio de Janeiro, com escala em Frankfurt.

As duas partes concordaram em intensificar a cooperação no “Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” - Fórum de Macau. Os dois lados expressaram apoio aos mecanismos de diálogo e cooperação estabelecidos pelas comunidades empresariais dos dois países, encorajando o Conselho Empresarial Sino-Brasileiro a intensificar suas atividades.

As duas partes manifestam satisfação pela assinatura, durante a visita do Vice-Presidente do Brasil à China, dos seguintes instrumentos:

- Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Federativa do Brasil para os Anos de 2006 a 2008;

- Memorando de Entendimento de Cooperação em Informações e Telecomunicações entre o Ministério da Indústria Informática da República Popular da China e a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil;

- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério de Finanças da China para o Lançamento do Diálogo Financeiro Brasil-China;

- Memorando Instaurador de Mecanismo Consultivo e de Cooperação entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil;

- Carta de Intenções entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil sobre a Cooperação em Inspeção e Quarentena para Importação e Exportação de Carne Suína;

- Protocolo entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil sobre Quarentena e

Requisitos Sanitários para Exportação de Couros e Peles Wet Blue, Curtidos ou Encalados do Brasil para a China

As duas partes acordaram que a Segunda Sessão da COSBAN será realizada no Brasil, em 2008. Data e local serão definidos por via diplomática.

Assinada no dia 24 de Março de 2006 em Pequim, a presente Ata está redigida em duas versões, português e chinês, ambas igualmente autênticas.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
Vice-Presidente

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA
WU YI
Vice-Primeira-Ministra do Conselho de Estado

Anexo I

Delegação da China à I COSBAN
Chefe da Delegação da China:

Vice-Primeira-Ministra do Conselho de Estado Senhora Wu Yi

Secretária-Geral da Secretaria Executiva do Lado Chinês

Vice-Ministra do Ministério do Comércio Senhora Ma Xiuhong

Membros da Delegação:

* Ministro da Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena Senhor Li Changjiang

* Vice-Secretário-Geral do Conselho de Estado Senhor Xu Shaoshi

* Vice-Ministro do Ministério das Relações Exteriores Senhor Yang Jiechi

- * Subdiretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento e Reforma Senhor Zhang Xiaoqiang
- * Vice-Ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia Senhor Li Xueyong
- * Subdiretor-Geral da Comissão da Ciência, Tecnologia e Indústria da Defesa Nacional Senhor Sun Laiyan
- * Vice-Ministro do Ministério das Finanças Senhor Li Yong
- * Vice-Ministro do Ministério da Indústria Informática Senhor Lou Qinjian
- * Vice-Ministro do Ministério da Agricultura Senhor Niu Dun
- * Vice-Ministra do Ministério da Cultura Senhora Meng Xiaosi
- * Subdiretor-Geral da Administração Geral de Aduanas Senhor Sun Songpu
- * Subdiretor-Geral da Administração Geral de Aviação Civil Senhor Yang Guoqing
- * Diretor-Geral do Exim Bank Senhor Li Ruogu
- * Diretor-Geral da SINOSURE Senhor Tang Ruoxin
- * Subdiretor-Geral da Administração Nacional de Turismo Senhor Zhang Xiqin

Membros do Staff:

- * Secretária da Vice-Primeira-Ministra Senhora Qiu Hong
- * Diretor-Geral do Departamento de Cooperação do Ministério do Comércio Senhor Wu Xilin
- * Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Internacional da Administração Geral de Aduanas Senhor Zhu Gaozhang
- * Diretor-Geral do Departamento dos Assuntos Internacionais da Administração Geral de Aviação Civil Senhor Wang Ronghua
- * Diretora-Geral do Departamento dos Assuntos Internacionais da Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena Senhora Qi Xiuqin
- * Diretor-Geral do Departamento dos

Assuntos Exteriores da Administração Nacional de Espaço Senhor Zhang Wei

- * Subdiretor-Geral do Segundo Departamento de Secretariado do Conselho de Estado Senhor Wu Xiangchen
- * Subdiretor-Geral do Departamento de América Latina Senhor Gao Kexiang
- * Subdiretor-Geral do Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacionais do Ministério de Educação Senhor Cen Jianjun
- * Subdiretor-Geral do Departamento de Cooperação Internacional do Ministério da Ciência e Tecnologia Senhor Ma Linying
- * Subdiretor-Geral do Departamento dos Assuntos Internacionais do Ministério das Finanças Senhor Yang Shaolin
- * Subdiretor-Geral dos Assuntos Exteriores do Ministério da Indústria Informática Senhor Chen Yin
- * Subdiretor-Geral dos Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura Senhor Lu Xiaoping
- * Subdiretora-Geral do Departamento de América e Oceania do Ministério do Comércio Senhora Xu Yingzhen
- * Subdiretor-Geral do Departamento de Investimento Estrangeiro da Comissão de Desenvolvimento e Reforma Senhor Liu Hongkuan
- * Subdiretor-Geral do Departamento de Promoção Turística e Relações Internacionais da Administração Nacional de Turismo Senhor Yu Kaifa
- * Ministro Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da China em Brasília Senhor Jin Xiangchen
- * Cônsul Econômico e Comercial do Consulado-Geral da China em São Paulo Senhor Jiang Hui
- * Subdiretora-Geral do Departamento das Relações Exteriores do Ministério da Cultura Senhora Sun Xiaohong
- * Diretor-Geral da Administração de Crédito da Exim Bank da China Senhor Li Jichen
- * Subdiretor-Geral do Departamento de Seguro a Médio e Longo Prazo da SINOSURE Senhor Tan Jian

Anexo II

Delegação Brasileira à ICOSBAN
Chefe da Delegação do Brasil
José Alencar Gomes da Silva, Vice-
Presidente da República Federativa do Brasil
Secretário-Geral da Secretaria Executiva do
lado brasileiro
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores

Membros da Delegação

* Deputado Federal Paulo Delgado
* Deputado Federal José Francisco Paes
Landim
* Embaixador Luiz Augusto de Castro
Neves, Embaixador do Brasil em Pequim
* Luiz Carlos Guedes Pinto, Secretário-
Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
* João Luiz Silva Ferreira, Secretário-
Executivo do Ministério da Cultura
* Nelson José Hubner Moreira, Secretário-
Executivo do Ministério de Minas e Energia
* Luís Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-
Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia
* Armando de Mello Meziat, Secretário de
Comércio Exterior do Ministério de
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
* Luiz Awazu Pereira, Secretário de Assuntos
Internacionais do Ministério da Fazenda
* Antonio Adriano da Silva, Chefe de
Gabinete da Vice-Presidência da República
* Ministro Rubem Antônio Correa Barbosa,
Assessor do Ministro das Minas e Energia
* Ministro José Mauro da Fonseca Costa
Couto, Assessor Especial do Gabinete, Ministério
de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
* Ministra Regina Maria Cordeiro Dunlop,

Diretora-Geral do Departamento de Ásia e Oceania
do Ministério das Relações Exteriores

* Ministro Carlos Alberto Michaelsen den
Hartog, Ministro-Conselheiro da Embaixada do
Brasil em Pequim
* Conselheiro Plínio de Aguiar Júnior,
Presidente da ANATEL
* Gilberto Câmara, Diretor do Instituto
Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
* Benício Schmidt, Coordenador
Internacional da CAPES
* Conselheiro Silvio Rhomedes Bandeira
Assumpção, Assessor Diplomático da Vice-
Presidência da República
* Conselheira Maria Teresa Mesquita
Pessoa, Chefe da Divisão do Mar, Antártida e
Espaço do Ministério das Relações Exteriores
* Conselheiro Oswaldo Biato Junior,
Embaixada do Brasil em Pequim
* Conselheiro Luiz Antônio Borda Silos,
Embaixada do Brasil em Pequim
* Conselheiro Norton Rapesta, Chefe da
Divisão de Operações Comerciais do Ministério das
Relações Exteriores
* Conselheiro José Mário Ferreira Filho,
Chefe da Divisão de Operações de Divulgação
Cultural do Ministério das Relações Exteriores
* Conselheira Márcia Donner Abreu,
Embaixada do Brasil em Pequim
* Pedro Wengler, Diretor de Relações
Internacionais do Ministério do Turismo
* Himilcon de Castro Carvalho, Diretor de
Política Espacial e Investimentos Estratégicos da
Agência Espacial Brasileira
* Primeiro-Secretário Mauricio Carvalho
Lyrio, Embaixada do Brasil em Pequim
* Primeiro Secretário Byron Amaral dos
Santos, da Divisão de Atos Internacionais do
Ministério das Relações Exteriores
* Ramiro Laterça, Assessor Internacional da
Secretaria de Educação Superior do Ministério de
Educação

* Mathias Gonzalez Souza, gestor de planejamento educacional da Secretaria de Educação à Distância e coordenador da Rádio Escola;

* Ivo Almeida Costa, Assessor do Ministro das Minas e Energia

* Vanessa Costa, Assessoria Internacional do Ministério da Educação;

* Secretário José Solla Vázquez, Embaixada do Brasil em Pequim

* Secretário Luciano Pereira de Souza, Embaixada do Brasil em Pequim

* Secretário Pablo Braga Costa Pereira, da Divisão de Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores

Anexo III

ESTRUTURA E MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

I) Funções da COSBAN:

- Orientar e coordenar o desenvolvimento das relações bilaterais;

- Definir a estratégia geral para a cooperação bilateral;

- Promover a cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações;

- Fomentar o intercâmbio entre as sociedades civis brasileira e chinesa, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

II) Estrutura da COSBAN:

- A Comissão será presidida pelo Vice-Presidente da República, do lado brasileiro, e por um Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, do lado chinês;

- As reuniões da Comissão serão realizadas a cada dois anos, em alternância, no Brasil e na China;

- À Secretaria-Executiva, chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, pelo lado

brasileiro, e por um Vice-Ministro do Comércio, pelo lado chinês, auxiliados pelos dois pontos focais, o Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, no caso brasileiro e o Departamento de América e Oceania do Ministério do Comércio pelo lado chinês, compete:

- Coordenar os trabalhos da Comissão;

- Acompanhar a implementação dos atos celebrados pela Presidência da Comissão e promover a implementação dos resultados de visitas bilaterais de alto nível;

- A Secretaria-Executiva se reunirá anualmente, no Brasil e na China, em alternância.

III) Mecanismo de Trabalho:

- Sessão Plenária: co-presidida pelo Vice-Presidente do Brasil e por um Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da China. Seus objetivos principais são:

- Avaliar a situação presente das relações bilaterais;

- Definir os objetivos concretos do desenvolvimento dessas relações;

- Ouvir os relatórios de trabalho das subcomissões;

- Fomentar a implementação dos resultados das visitas de alto nível e dos consensos da Comissão;

- Dispor sobre os trabalhos para a próxima etapa;

- Trocar impressões sobre questões de interesse mútuo.

- Reuniões das Subcomissões: as Comissões Mistas, o Comitê Agrícola e o Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais passam a constituir as primeiras Subcomissões no âmbito da Comissão. Assim, já ficam instituídas seis Subcomissões: Política, Economia e Comércio, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Cultura e Cooperação Espacial. As funções e responsabilidades das Subcomissões seguem o disposto nos instrumentos que as originaram.

- As reuniões das Subcomissões serão

presididas, sempre que possível, por dirigentes de nível ministerial. Os trabalhos de cada uma se iniciarão com a revisão do estado das respectivas ações de cooperação. Compete às Subcomissões:

- Promover a implementação dos documentos firmados entre os dois países;
- Executar as solicitações recebidas da Comissão;
- Identificar novos campos e modalidades de cooperação;
- Definir o programa geral de trabalho para a próxima etapa;

Novas Subcomissões poderão ser criadas, de modo a atender às necessidades ditadas pelo desenvolvimento das relações Brasil-China.

IV) Convidados:

O Conselho Empresarial Brasil-China; a Secretaria-Executiva do Forum para Cooperação Econômica e Comercial entre os Países de Língua Portuguesa e a China - Forum de Macau; governos locais chineses e brasileiros que tenham estabelecido relações entre os respectivos estados e/ou municípios poderão ser convidados a participar da Sessão Plenária da Comissão e/ou de reuniões das Subcomissões.

Anexo V

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO SINO - BRASILEIRA DE AGRICULTURA E DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ CONJUNTO SINO - BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) e o Ministério da Agricultura da China reuniram-se em Pequim, no dia 6 de março de 2006 e concluíram o primeiro encontro da Subcomissão Brasileira-Sino de Agricultura e o segundo encontro do Comitê Conjunto Sino - Brasileiro de Cooperação Agrícola. O Secretário de

Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA, senhor Célio Porto, e o Vice-Ministro chinês, senhor Niu Dun, chefiaram as respectivas delegações. As partes discutiram, em ambiente construtivo e amistoso, as matérias de interesse mútuo e alcançaram resultados positivos.

Ambas as partes relataram os últimos desdobramentos na área agrícola nos dois países. As partes mencionaram que os Governos do Brasil e da China atribuem grande importância ao desenvolvimento agrícola e têm adotado diversas políticas para promover a agricultura e o desenvolvimento rural. Expressaram ainda sua vontade de reforçar a cooperação bilateral e de intercambiar informações sobre as experiências e iniciativas de cada país, a fim de fomentar o desenvolvimento da agricultura.

O tema da cooperação sino-brasileira foi examinado durante o encontro. Em anos recentes, tem havido cooperação ativa entre os dois países, em muitos aspectos e atividades: foram realizadas visitas recíprocas de altas autoridades; o volume de comércio cresceu substancialmente no setor; canais regulares de diálogo e intercâmbio foram estabelecidos. Como seguimento da primeira reunião do Comitê Conjunto de Cooperação Agrícola, os dois países avançaram na cooperação em áreas importantes, como intercâmbio de recursos de germoplasma, ciência agrícola, certificação permanente da biossegurança da soja transgênica, medidas sanitárias e fitossanitárias e outros assuntos. Em todos estes campos, foram alcançados resultados concretos. Durante a reunião, o lado chinês apresentou esclarecimentos e respondeu a perguntas que o lado brasileiro fez sobre a certificação de biossegurança de longo prazo para a soja transgênica, e exportações brasileiras de carne bovina, de frangos e suínos para a China.

O lado brasileiro solicitou a aprovação pelo Governo chinês da certificação para a soja transgênica brasileira pelo período máximo de 5 anos estabelecido pela lei chinesa, e o lado chinês

respondeu positivamente. A fim de garantir a bio-segurança e a normalidade do comércio, o Governo chinês trata a todos os países igualmente com relação à emissão de certificação de bio-segurança de transgênicos agrícolas.

Os dois lados concordaram em aprofundar a cooperação bilateral. Ambos acordaram intensificar as visitas recíprocas de altas autoridades, fortalecer os intercâmbios na área de ciência agrícola e de germoplasmas, aumentar a cooperação na área comercial e intercâmbio de informações, reforçar a cooperação em atividades conjuntas no campo animal e veterinário, inclusive na questão do estabelecimento de áreas livres de enfermidades e de certificação com respeito à aftosa. As partes manterão diálogo constante e coordenarão posições em âmbito internacional sobre assuntos de agricultura e conexos.

Pequim, 24 de Março de 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A N E X O

LISTA DOS PARTICIPANTES

Delegação brasileira

• Célio Porto, Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA);

• Nelmon Oliveira da Costa, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA;

• Denise Euclides Mariano da Costa, Coordenadora de Acordos Bilaterais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA;

• Luiz Felipe Ramos de Carvalho, do

Departamento de Saúde Animal do MAPA;

• Mauricio Carvalho Lyrio, Chefe do Setor de Política Comercial, Embaixada do Brasil;

• Luciano C. P. Souza, Chefe do Setor de Promoção Comercial, Embaixada do Brasil.

Delegação chinesa

• Niu Dun, Vice-Ministro, Ministério da Agricultura (MOA);

• Li Zhengdong, Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Internacional do MOA;

• Yang Xiongnian, Vice-Diretor-Geral do Departamento de Ciência, Tecnologia e Educação do MOA;

• Li Jinxiang, Vice-Diretor-Geral do Escritório de Saúde Animal do MOA;

• Ma Shuping, Vice-Diretor-Geral do Departamento de Produção e Colheita do MOA;

• Zhang Lubiao, Diretor do Escritório de Cooperação Internacional da Academia chinesa de Ciência Agrícola;

• Chen Zhixin, Diretor de Divisão do Departamento de Cooperação Internacional do MOA;

• Wang Jing, Funcionário de Divisão do Departamento de Cooperação Internacional do MOA.

Anexo VI

RELATÓRIO DE TRABALHO DA
SUBCOMISSÃO POLÍTICA APRESENTADO
PELO VICE-MINISTRO YANG JIECHI À
PRIMEIRA REUNIÃO DE PRESIDENTES DA
COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO
NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

Presidentes da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice Presidente, e Excelentíssima Senhora Wu Yi, Vice Primeira

Ministra,

Em primeiro lugar, permitam-me expressar, em nome da Subcomissão Política, minhas sinceras congratulações pela realização da I Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação.

Informo que no último dia 21 de março, como parte dos trabalhos preparativos para a I Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, reuni-me com o Sr. Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em Shanghai, e realizamos o encontro da Subcomissão Política da COSBAN, sobre a qual apresento o seguinte relatório:

A Reunião da Subcomissão Política ocorreu num ambiente franco, amistoso e pragmático. As partes fizeram um balanço das relações bilaterais e avaliaram como positivos os enormes avanços obtidos. Os dois lados compartilham a visão de que, depois do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1974, e sobretudo após o desenvolvimento da parceria estratégica entre o Brasil e a China, a partir de 1993, o relacionamento bilateral tem passado por processo contínuo de aprofundamento e intensificação. Nesse contexto, as relações políticas têm sido densas e profícuas, as áreas de cooperação têm-se ampliado continuamente, e a cooperação relativa a assuntos internacionais e regionais tem sido fluída.

A partir dessa constatação favorável, as duas partes decidiram aproveitar as oportunidades históricas criadas pelo multilateralismo e pelo avanço da globalização para aprofundar a cooperação e ampliar ainda mais a parceria estratégica sino-brasileira, de modo a tornar, com base nos consensos estratégicos já existentes, o relacionamento mais abrangente.

Os dois lados concordam com a importância de patrocinar maior número de visitas de alto nível, aprofundando ainda mais a confiança política mútua e impulsionando a cooperação bilateral em todas as

áreas através da intensificação de consultas e concertações. No espírito da parceria estratégica bilateral, Brasil e China se comprometem a resolver, por meio de negociações amistosas, eventuais divergências surgidas em áreas específicas e pontuais do relacionamento, favorecendo o desenvolvimento estável e integrado das relações bilaterais.

As duas partes trocaram opiniões sobre uma série de questões internacionais e regionais de interesse comum, inclusive a ação mundial contra a fome e a pobreza e a reforma da ONU e seu Conselho de Segurança. Os dois lados enfatizaram a importância de intensificar sua coordenação e cooperação nos foros multilaterais como um esforço conjunto para garantir uma voz maior aos países em desenvolvimento nas questões internacionais; os dois lados apoiam a reforma da ONU visando conferir maior legitimidade ao órgão e torná-lo mais eficaz. As duas partes defendem que a reforma do Conselho de Segurança deve considerar, com prioridade, o aumento da representação dos países em desenvolvimento. A parte chinesa reitera seu apoio ao esforço brasileiro de desempenhar um papel de maior relevo na ONU. As duas partes concordaram em intensificar contatos entre seus representantes em organizações internacionais e regionais, e continuar a intercambiar visitas das autoridades competentes na área de direitos humanos.

A parte brasileira reiterou o seu compromisso com o princípio de Uma Só China, opondo-se a qualquer atividade que tenha como objetivo a secessão e o aumento das tensões no Estreito de Taiwan. A parte brasileira afirmou ser contrária ao ingresso de Taiwan em organizações internacionais nas quais admitem-se apenas estados soberanos. A parte brasileira reiterou também a sua posição de que o Tibet é parte inalienável do território chinês. A parte chinesa agradeceu as posições brasileiras acima referidas.

Ao final, os dois países consideraram muito positivo o papel desempenhado pelo Mecanismo de Consultas Políticas ao longo dos anos no sentido de

fortalecer a confiança mútua e propiciar o necessário aumento da cooperação em assuntos internacionais. Nesse sentido, o Brasil e China acordaram que as reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas ocorrerão, alternadamente, em cada um dos países, e constituirão a Subcomissão Política da Comissão de Alto Nível nos anos em que esta for realizada.

Os dois lados decidiram que a próxima reunião de Consultas Políticas entre as duas chancelarias será realizada no Brasil, em data a ser definida pelos canais diplomáticos.

Anexo VII

RELATO DA SUBCOMISSÃO ECONÔMICA E COMERCIAL À I PLENÁRIA DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

Excelentíssima Presidente da Parte Chinesa da Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira, Senhora Vice-Primeira-Ministra Wu Yi, Excelentíssimo Presidente da Parte Brasileira da Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira, Senhor Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva,

Caros colegas,

Muito bom dia a todos!

Hoje sinto-me muito privilegiada por fazer este relato na Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, para apresentar os principais trabalhos concretizados e bons resultados obtidos na área econômica e comercial no ano passado, assim como o Plano de Trabalho para a próxima etapa, tal como acordado por ambas as partes.

1. Os Principais Trabalhos Concretizados e bons resultados obtidos na área econômica e comercial em 2005.

A fim de consolidar e aprofundar as relações de parceria estratégica sino-brasileira, de acordo com os quatro princípios estabelecidos pelo Presidente Hu Jintao com o Presidente Lula da Silva sobre o

desenvolvimento das relações bilaterais, os governos e empresas chineses e brasileiros têm-se esforçado conjuntamente, em base de igualdade e benefício mútuo, para fortalecer o intercâmbio e a cooperação bilaterais em todas as dimensões e em áreas diversificadas, implementar e promover ativamente os intercâmbios empresariais e resultados econômicos e comerciais das visitas dos Chefes de Estado da China e do Brasil, ocorridas em 2004. Ambas as partes manifestaram satisfação com os resultados obtidos na esfera da cooperação econômica e comercial entre os dois países em 2005.

Sobre o Comércio Bilateral. Conforme as estatísticas chinesas, o comércio bilateral sino-brasileiro de 2005 totalizou 14,82 bilhões de dólares norte-americanos, aumentando 20,0%, com a exportação da parte chinesa atingindo 4,83 bilhões de dólares norte-americanos e a importação da parte chinesa 9.99 bilhões de dólares norte-americanos, representando respectivamente aumentos de 31,4% e 15,2%. Para a China, o Brasil é o 13º parceiro comercial, o 11º mercado de importação e o maior parceiro comercial na América Latina. De acordo com as estatísticas brasileiras, no ano 2005, o comércio sino-brasileiro perfaz 12,1 bilhões de dólares norte-americanos, aumentando 33,19%, com a exportação da parte brasileira montando a 6,833 bilhões de dólares norte-americanos e a importação da parte brasileira a 5,353 bilhões de dólares norte-americanos, representando respectivamente aumentos de 25,63% e 44,28%. A China é o 3º maior parceiro comercial, o 3º maior mercado de exportação e o 4º maior mercado de importação do Brasil. Esses resultados são bons para o Brasil, para a China, para os empresários e a sociedade dos dois países. E podemos fazer ainda melhor.

Sobre os Investimentos Mútuos. Desde a troca de visitas realizadas pelos Chefes de Estado da China e do Brasil, aumentou o interesse das empresas das duas partes em projetos de investimento, e foram obtidos progressos positivos. Empresas chinesas investem no Brasil em projetos

de extração mineral, aparelhos de ar condicionado, aparelhos de DVD, processamento de madeira, isqueiros, entre outros. Empresas brasileiras estão presentes na China nas áreas de carvão, motores elétricos, compressores, calçados e na parceria para montagem de aviões regionais. Outros projetos em andamento ou em negociação entre empresas dos dois países incluem uma central termelétrica, um gasoduto, uma fábrica de alumina e equipamentos de alto-forno da siderurgia, bem como a construção de uma siderúrgica.

Segundo dados do MOFCOM, ao final de 2005 a China havia estabelecido 89 joint ventures no Brasil, com estoque total efetivamente investido de 151,5 milhões de dólares. Já o Brasil computava 384 joint ventures na China, com investimentos totais de 144,3 milhões de dólares. As duas partes coincidem em grande potencial para aumentar os investimentos mútuos.

Sobre missões econômico-comerciais. No ano de 2005, foram freqüentes os contatos na área econômico-comercial, nas esferas bilateral e multilateral. No mês de julho, o Ministro do Comércio da China, Bo Xilai, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, encontraram-se à margem da Reunião de Dalian no âmbito das negociações na OMC. Em setembro, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan, visitou a China e encontrou-se, de forma franca e amistosa, com o Ministro Bo Xilai para tratamento de questões econômicas e comerciais de interesse de ambas as partes. Na mesma ocasião, o Ministro Furlan e o Ministro Ma Kai, da Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado, acordaram a criação de Grupo de Trabalho sobre tecnologias da informação aos amparo do “Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial” de 2004. No final de novembro, o Vice-Ministro do Comércio da China, Gao Hucheng, foi ao Brasil para a segunda rodada de consultas comerciais sino-brasileiras com o Secretário do Comércio Exterior do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Armando Meziat; no mês de dezembro, o Ministro Bo Xilai e o Ministro Furlan mantiveram reunião bilateral durante a Reunião Ministerial da OMC de Hongkong. No seguimento desses encontros, os dois lados concluíram, em 10 de fevereiro de 2006, um importante “Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimento”, assinado pelos Ministros Bo Xilai e Furlan em 3 de março de 2006, e já em vigor.

Ademais, os intercâmbios efetuados no âmbito do Conselho Empresarial Sino-Brasileiro também foram bastante ativos.

2. Sobre a Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial: Tanto o Brasil como a China têm grande interesse em que a Subcomissão Econômica e Comercial da COSBAN possa reunir-se no mais breve prazo, ainda no corrente ano.

3. O Plano de Trabalho para a Próxima Etapa

A fim de assegurar a realização da meta de fazer o comércio bilateral sino-brasileiro alcançar US\$ 20 bilhões de dólares norte-americanos até 2007, tal como estabelecido pelos Presidentes Hu Jintao e Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2004, os governos e empresas chineses e brasileiros deverão esforçar-se, em conjunto, para promover plenamente a complementaridade das economias dos dois países, explorar ativamente as grandes potencialidades da cooperação econômica e comercial bilateral, continuar a encorajar as empresas dos dois países a realizar parcerias comerciais e de investimentos, buscando um aumento de 20% do comércio bilateral sino-brasileiro em relação ao ano 2005, assim como obter progressos nos grandes projetos de cooperação e de investimento. Ambas as partes buscarão identificar áreas e mecanismos novos de cooperação econômica e comercial, persistirão na busca de soluções negociadas para eventuais problemas existentes e continuarão a fortalecer a coordenação entre os dois países no âmbito das negociações da OMC, com vistas a

defender conjuntamente os interesses dos países em desenvolvimento.

A parte chinesa acolherá com satisfação a vinda de missões brasileiras para participar da 10. Edição da Feira Internacional de Investimentos e Comércio da China, a ter lugar em setembro de 2006, na cidade de Xiamen, da Segunda Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, bem como da 100ª Edição da Feira de Mercadorias de Exportação da China (Feira de Cantão) que ocorrerá em outubro de 2006, na cidade de Guangzhou. O Brasil tem interesse em enviar missões técnicas à China no decorrer de 2006, para projetos conjuntos em etanol, software e automação bancária. Esperamos impulsionar ainda mais a cooperação econômica e comercial sino-brasileira por meio de todas as plataformas de intercâmbio.

Anexo VIII

RELATO SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA À I REUNIÃO DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

As instituições e os órgãos gestores de ciência e tecnologia dos dois países reconhecem o grande potencial existente para avançar na cooperação sino-brasileira em áreas de interesse comum, a qual poderá constituir-se em modelo de cooperação entre países em desenvolvimento, a exemplo da bem-sucedida cooperação espacial. As atividades conjuntas na área de ciência e tecnologia têm por base o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 1982 e em vigor desde 1984, complementado por instrumentos específicos em cada setor.

Entre as diversas iniciativas conjuntas relevantes para o conhecimento recíproco e o aprofundamento dos laços de cooperação existentes, cabe registrar a realização da “I Expo Brasil-China:

Um Salto Necessário”, no período de 31 de agosto a 03 de setembro de 2004, em Pequim. As áreas de tecnologia da informação e comunicações, biotecnologia, espacial e nuclear estiveram representadas no estande institucional do Ministério da Ciência e Tecnologia brasileiro (MCT), que deverá participar da segunda edição do evento, em maio de 2006.

Na área de tecnologias de informação e comunicações, o programa de cooperação bilateral, em andamento desde 2001, registra avanços significativos. Foram estabelecidos dois centros de internacionalização de produtos e serviços de software, um no Brasil, na cidade de Campina Grande, Paraíba, e outro na China, em Zhaoqing. O programa é executado em coordenação entre a Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – SOFTEX, pelo lado brasileiro e o Instituto de Tecnologia de Computação – ICT, pelo lado chinês. As atividades conjuntas têm por objetivo o desenvolvimento do mercado de software; o reforço ao desenvolvimento de software de fonte livre e aberta; e ações conjuntas de pesquisa e desenvolvimento no setor, conforme os entendimentos constantes do Memorando de Entendimento assinado em Brasília, em 10 de dezembro de 2003.

Nos últimos anos, os dois países beneficiaram-se de contatos técnicos e troca de missões exploratórias em diversas áreas do conhecimento, entre as quais vale registrar:

Missão técnica do MCT, EMBRAPA e LNCC à China, em outubro de 2002, para contatos nas áreas identificadas no Programa de Trabalho de maio de 2002, quais sejam: genoma funcional do arroz, bioinformática e genética do algodão colorido; Missão do INMETRO na área de novos materiais, instrumentação e metrologia científica, em 2002; Missão chefiada pelo Vice-Presidente da Academia Chinesa de Ciências (CAS), com o objetivo de avaliar e discutir possibilidades de cooperação em Biologia, Zoologia e Proteção Ambiental em Áreas

Tropicais, foi recebida no MCT em dezembro de 2003. Contatos entre o MCT e o MOST no Rio de Janeiro, em março de 2005, com vistas a explorar possíveis modalidades de cooperação em célula-combustível; Missões brasileiras na área de software, em janeiro e junho de 2005, visando a dar continuidade às atividades do programa de cooperação nessa área, em andamento desde 2001; Missão do Ministério da Ciência e Tecnologia, chefiada pelo Vice-Ministro, Sr. Wu Zhongze, em julho de 2005, e missão chinesa da área de tecnologias de informação e comunicações, em dezembro de 2005, com o mesmo objetivo; Missão chinesa do município de Xiamen, Província de Fujian, visitou a sede do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, em 19 de setembro de 2005, tendo sido expresso interesse em desenvolver possível cooperação na troca de plantas subtropicais e suas sementes; Missão chinesa chefiada pelo Vice-Diretor da Academia de Ciências Naturais foi recebida no MCT, em janeiro de 2006, tendo demonstrado interesse em conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis e biotecnologia; Missão da Comissão de Reforma e Desenvolvimento visitou o MCT, em dezembro de 2005, com o objetivo de conhecer a política brasileira de inovação tecnológica.

A extensa troca de missões e visitas recíprocas indica a necessidade de estruturar a cooperação científico-tecnológica em torno de áreas selecionadas pelo interesse comum e de promover o acompanhamento institucional das diversas iniciativas, em torno de um Plano de Trabalho conjunto, a ser elaborado pela Comissão Mista prevista no Acordo de 1982. A Comissão Mista, doravante renomeada Subcomissão deste foro de alto nível, deverá reunir-se no mais breve prazo, e ainda em 2006, a fim de preparar o mencionado Plano, em torno das seguintes áreas selecionadas de interesse comum:

- biotecnologia, em particular bioinformática, pesquisa do genoma funcional do arroz, controle genético de características do arroz tais como

tolerância à seca, ao frio, resistência a doenças;

- biodiversidade, em particular o intercâmbio de plantas subtropicais e suas sementes, com transferência de tecnologias e fortalecimento do conhecimento tradicional dos dois países, observadas as legislações ambientais em vigor;

- biomassa, em particular a produção de combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica;

- tecnologias relacionadas a combustíveis sólidos fósseis;

- tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de consolidar parcerias entre empresas e institutos de pesquisa e desenvolvimento em matéria de software;

- metrologia legal e qualidade, metrologia científica e industrial e acreditação de laboratórios;

- políticas de inovação e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, mediante o intercâmbio de experiências dos dois países.

Os órgãos responsáveis por pesquisa e desenvolvimento nas áreas acima indicadas, nos dois países, prosseguirão mantendo os contatos bilaterais necessários para a adequada preparação e posterior execução do Plano de Trabalho conjunto.

ATA DA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE CULTURA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E CONCERTAÇÃO DE ALTO NÍVEL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Com vistas à primeira reunião da Comissão de Coordenação e Concertação de Alto Nível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominada “Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível”), a Subcomissão Cultural da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível se reuniu em Brasília no período de 21 a 22 de fevereiro de 2006.

O Sr. Jiang Yuande, Embaixador da República Popular da China no Brasil, incumbido de representar a Parte Chinesa por Sua Excelência, Sra. Meng Xiaosi, Vice-Ministra da Cultura da República Popular da China e Presidente da Sessão chinesa da Subcomissão Cultural, presidiu, juntamente com o Ministro Paulo César Meira Vasconcellos, Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações exteriores do Brasil e representante da Sessão brasileira, a reunião da Subcomissão Cultural.

Durante a reunião, ambas as Partes salientaram a importância das relações culturais bilaterais, bem como passaram em revista o intercâmbio cultural nos últimos anos entre os dois países e avaliaram a execução do “Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2001-2004”. Ambas as partes manifestaram satisfação com o resultado obtido na área do intercâmbio e cooperação cultural entre os dois países; sublinharam a importância das visitas dos Chefes de Estado brasileiro e chinês, à China e ao Brasil, em 2004, que muito contribuíram para o estreitamento das relações de parceria estratégica entre os dois países; congratularam-se com a continuidade dos contatos entre os responsáveis pelas áreas culturais, que vem impulsionando as relações culturais Brasil-China a novos patamares de excelência.

As duas Partes discutiram, de forma amistosa, tópicos do Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008, chegando a um consenso sobre o texto. Ambas as Partes concordaram em assinar o Programa por ocasião da primeira reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, a ser realizada em Beijing, na última quinzena de março de 2006.

As duas Partes concordaram com a

avaliação de que o Brasil e a China são dois países ricos em recursos culturais, bem como de que os dois povos têm grande interesse em aprofundar o conhecimento mútuo e reforçar os laços de amizade. Os dois Governos atribuem grande importância à promoção das relações culturais bilaterais.

Ambas as Partes manifestaram que o Brasil e a China, na perspectiva da globalização da economia mundial, desempenham importante papel na preservação de suas culturas nacionais e proteção e promoção da diversidade cultural do planeta.

Ambas as Partes manifestaram o desejo de promover a cooperação e intercâmbio na área da economia criativa, tanto no nível governamental como entre as indústrias culturais dos dois países. As duas Partes manifestaram a disposição de trocar informações sobre as políticas e o desenvolvimento da economia criativa de seus respectivos países, bem como em resolver amistosamente os eventuais óbices que possam surgir na cooperação entre os dois lados, nessa área.

As duas Partes concordaram em intensificar a troca de informações e a coordenação no âmbito cultural multilateral.

Ambas as Partes manifestaram interesse em promover a cooperação na área esportiva.

Com o intuito de manter o intercâmbio e cooperação em constante desenvolvimento, as duas Partes concordaram que as reuniões da Subcomissão Cultural se realizem a cada dois anos, de forma a coincidir com as reuniões da Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira, em Beijing e Brasília, alternadamente, e que os programas executivos de cooperação cultural entre os dois países continuarão a ser estabelecidos por prazos determinados, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a China, assinado em primeiro de novembro de 1985 e em vigor desde 8 de março de 1988.

As duas Partes concordaram em que a Sra. Meng Xiaosi apresente relatório das atividades da reunião da Subcomissão Cultural durante a primeira

reunião da Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira.

A presente ata foi feita em Beijing, em de março de 2006, em dois exemplares, em português e chinês, sendo os dois igualmente válidos.

Anexo IX

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO DE COOPERAÇÃO ESPACIAL À COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL

1. As bases para a cooperação espacial entre o Brasil e a China foram estabelecidas em maio de 1984, quando os países assinaram o Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

2. Brasil e China assinaram o Protocolo estabelecendo a pesquisa e produção conjunta dos Satélites Sino-brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) em julho de 1988.

3. Com o apoio dos dois governos e os incansáveis esforços dos cientistas, engenheiros e técnicos dos dois países, dois satélites CBERS - CBERS-01 & 02 - foram postos em órbita por veículos lançadores chineses. O CBERS-01 foi integrado na China ao passo que o CBERS-02 foi integrado no Brasil. Brasil e China foram responsáveis por 30% e 70% dos custos totais, respectivamente.

4. A cooperação no programa CBERS é um modelo de cooperação Sul-Sul em alta tecnologia conduzida entre países em desenvolvimento.

5. Atualmente, o CBERS é o único programa de sensoriamento remoto operacional que cobre todos os continentes da Terra, que tem uma política de dados fundamentada no bem público e que tem assegurada a continuidade de dados até 2015.

6. Os dados fornecidos pelos satélites CBERS são essenciais ao gerenciamento dos territórios brasileiro e chinês. Hoje, existem nos dois países comunidades consolidadas de usuários CBERS. Esses usuários estão muito satisfeitos com a qualidade dos produtos CBERS.

7. Para assegurar a cooperação de longo prazo e a continuidade do Programa CBERS, Brasil e China assinaram, em Setembro de 2000, um acordo de cooperação que definiu os satélites subsequentes CBERS-03 & 04. Esses satélites estão sendo desenvolvidos por ambas as partes, que compartilham 50% dos custos totais.

8 Para assegurar a continuidade de dados CBERS, as Partes concordaram em construir e lançar o satélite CBERS-02B antes do CBERS-03. O compartilhamento de responsabilidades do CBERS-02B será o mesmo do CBERS-01 e CBERS-02.

9. Para promover o avanço do Programa, foram assinados o protocolo complementar sobre o desenvolvimento conjunto do CBERS-02B, assim como o protocolo complementar para cooperação no sistema de aplicações CBERS, durante a visita oficial do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em novembro de 2004.

10. Os dois países estabeleceram mecanismos para coordenar sua cooperação espacial. O Comitê Conjunto do Programa CBERS (JPC) é responsável por conduzir o Programa CBERS e o gerenciamento de engenharia. O Comitê de Coordenação do Programa (PCC), estabelecido em 2003, é presidido pelos Ministros dos dois países e provê orientação e coordenação.

11. Com base nos citados acordos, os dois países estabeleceram uma política de dados completa, não apenas para atender seus usuários domésticos, mas também para promover o uso dos dados CBERS em outros países.

12. Países como Argentina, Austrália, Canadá, EUA e Venezuela, bem como a Agência Espacial Européia, solicitaram a recepção de dados CBERS. Esse é o reconhecimento da qualidade do trabalho conjunto dos engenheiros brasileiros e chineses. Nos próximos anos, o CBERS se tornará uma das principais iniciativas internacionais no uso pacífico do espaço exterior.

13. Brasil e China adotaram iniciativas para aumentar o uso de dados CBERS em outros países.

As Partes concordam que os dados do CBERS-02 recebidos na estação terrestre de Cuiabá sejam disponibilizados para os países vizinhos do Brasil que são por ela cobertos. Essa iniciativa poderá ser seguida de ações similares da China voltadas para seus países vizinhos.

14. Nos dias 20 e 21 de março de 2006, realizou-se em Pequim a reunião do JPC do CBERS. O encontro discutiu a operação do satélite CBERS-02 e os cronogramas do CBERS-02B e CBERS-03. A ata do JPC foi assinada.

15. Atualmente, o CBERS-02 está operando além de sua vida útil projetada. Por isso, Brasil e China têm o firme objetivo de lançar o satélite CBERS-02B em maio de 2007, para assegurar a continuidade de dados CBERS aos usuários. Brasil e China concordaram igualmente em lançar o CBERS-03 em maio de 2009, a fim de assegurar a continuidade do bem-sucedido Programa CBERS.

16. A reunião entre os presidentes da Subcomissão da Cooperação Espacial foi realizada antes da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, para tomar conhecimento e discutir o relatório do JPC CBERS e para discutir outras futuras áreas da cooperação espacial.

Pequim, 24 de março de 2006.

Anexo X

RELATO DA SUBCOMISSÃO DE CULTURA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E CONCERTAÇÃO DE ALTO NÍVEL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Excelentíssimo Sr. José Alencar
Vice-Presidente do Brasil
Excelentíssima Sra. Wu Yi,
Vice-Primeira Ministra da China

Autoridades, Senhoras e Senhores,

Por ocasião da abertura solene da primeira reunião da Comissão de Coordenação e Concertação de Alto Nível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China gostaria de expressar, em nome dos duas Sessões da Subcomissão Cultural, as mais calorosas congratulações pelos resultados já alcançados.

Com vistas à essa primeira reunião da Comissão de Coordenação e Concertação de Alto Nível, a Subcomissão de Cultura reuniu-se em Brasília nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2006.

Durante a reunião, ambas as Partes salientaram a importância das relações culturais bilaterais, bem como passaram em revista o intercâmbio cultural nos últimos anos entre os dois países e avaliaram a execução do “Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2001-2004”. Ambas as partes manifestaram satisfação com o resultado obtido na área do intercâmbio e cooperação cultural entre os dois países; sublinharam a importância das visitas dos Chefes de Estado brasileiro e chinês, à China e ao Brasil, em 2004, que muito contribuíram para o estreitamento das relações de parceria estratégica entre os dois países; congratularam-se com a continuidade dos contatos entre os responsáveis pelas áreas culturais, que vem impulsionando as relações culturais Brasil-China a novos patamares de excelência.

As duas Partes discutiram, de forma amistosa, tópicos do Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008, chegando a um consenso sobre o texto. Ambas as Partes concordaram em assinar o Programa por ocasião desta primeira reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível.

As duas Partes concordaram com a avaliação de que o Brasil e a China são dois países ricos em recursos culturais, bem como de que os dois povos têm grande interesse em aprofundar o conhecimento mútuo e reforçar os laços de amizade. Os dois Governos atribuem grande importância à promoção das relações culturais bilaterais.

Ambas as Partes manifestaram que o Brasil e a China, na perspectiva da globalização da economia mundial, desempenham importante papel na preservação de suas culturas nacionais e proteção e promoção da diversidade cultural do planeta.

Ambas as Partes manifestaram o desejo de promover a cooperação e intercâmbio na área da economia criativa, tanto no nível governamental como entre as indústrias culturais dos dois países. As duas Partes manifestaram a disposição de trocar informações sobre as políticas e o desenvolvimento da economia criativa de seus respectivos países, bem como em resolver amistosamente os eventuais óbices que possam surgir na cooperação entre os dois lados, nessa área.

As duas Partes concordaram em intensificar a troca de informações e a coordenação no âmbito cultural multilateral.

Ambas as Partes manifestaram interesse em promover a cooperação na área esportiva.

Com o intuito de manter o intercâmbio e cooperação em constante desenvolvimento, as duas Partes concordaram que a reunião da Subcomissão Cultural se realize, de forma a coincidir com as reuniões da Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira, em Brasília e Beijing, alternadamente, e que o programa executivo da cooperação cultural entre os dois países continuará a ser estabelecido por prazos determinados, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a China, assinado em primeiro de novembro de 1985 e em vigor desde 8 de março de 1988.

Para finalizar, faço votos pelo sucesso desta reunião.

Muito Obrigada.

Situação no País Basco (24 de março de 2006)

O Governo brasileiro expressa satisfação com a recente evolução da conjuntura política no País Basco em busca da paz, que demonstra uma reação positiva ao empenho com que o Governo da Espanha tem almejado resolver a questão.

O Governo brasileiro expressa, ademais, sua esperança de que o processo que ora se inicia tenha o desfecho desejado por todo o povo espanhol e por todos os amigos da Espanha.

Falecimento do Embaixador do Haiti (26 de março de 2006)

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento do Embaixador do Haiti em Brasília. O Representante Extraordinário e Plenipotenciário da República do Haiti no Brasil, Embaixador Emmanuel Antonio E. Fénelon, faleceu na madrugada de hoje, 26 de março, aos 65 anos de idade.

O Embaixador Fénelon foi atendido no Pronto Socorro do Hospital Brasília, onde veio a falecer às 4:30 horas de insuficiência respiratória, edema pulmonar agudo e cardiopatia hipertensiva. Ele sofria de diabete e hipertensão arterial.

O Governo brasileiro expressa suas sentidas condolências ao Governo do Haiti, aos familiares do Embaixador Antonio Fénelon e à Embaixada da República do Haiti em Brasília.

O Embaixador Fénelon representou seu país junto aos Governos da Bolívia, do Equador, da Grécia e de Israel, bem como junto às Nações Unidas em Nova York. Desempenhou também as funções de Cônsul em Miami, Ministro Conselheiro na Missão do Haiti junto às Nações Unidas e Adido Comercial na Embaixada em Washington.

III Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) Rio de Janeiro, 28 a 30 de março (28 de março de 2006)

Realiza-se no Rio de Janeiro, de 28 a 30 de

março corrente, a III Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Criado em junho de 2003, o Fórum busca aproximar três grandes democracias do Hemisfério Sul. Um de seus objetivos básicos é promover a concertação político-diplomática sobre os principais temas da agenda internacional, entre os quais o fortalecimento do multilateralismo, a promoção da paz e da segurança, o desenvolvimento sustentável e o combate à fome e à pobreza.

O IBAS também tem contribuído para o desenvolvimento da cooperação em áreas prioritárias e com maior potencial para estreitar os vínculos entre os países do grupo: comércio e investimentos, ciência e tecnologia, energia, transportes e sociedade da informação, entre outros.

O Fórum possui, ainda, uma vertente econômico-comercial, voltada para a promoção das negociações de liberalização comercial envolvendo os países do IBAS (Mercosul-SACU, SACU-Índia e Índia-Mercosul) e também para o estímulo à maior interação entre empresários dos três países. Na tarde do dia 29 de março, terá lugar o Fórum de Comércio e Investimentos do IBAS, no Hotel Glória.

Fórum de Comércio e Investimentos do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) Rio de Janeiro, 29 de março - Cobertura de Imprensa na Sessão de Encerramento (28 de março de 2006)

Será realizado em 29 de março, quarta-feira, no Rio de Janeiro (Hotel Glória, Sala E, Rua do Russel, 632, Glória), o Fórum de Comércio e Investimento, iniciativa de caráter empresarial no contexto da III Reunião da Comissão Mista Ministerial do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

O encontro empresarial contará com a participação de operadores de comércio e investimentos de associações, federações e empresas indianas, brasileiras e sul-africanas. Na ocasião, serão discutidos assuntos de interesse comum para o

desenvolvimento do intercâmbio trilateral, tais como barreiras ao comércio, logística e financiamento. Serão também abordados os modos e meios de aprofundar os Acordos de Comércio Preferencial Mercosul-Índia e Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral).

A sessão de encerramento do Fórum será realizada às 18h00 do dia 29 de março e contará com a participação do Ministro Celso Amorim.

A sessão será aberta à cobertura da imprensa credenciada para a III Reunião da Comissão Mista Ministerial do IBAS (objeto da Nota à Imprensa nº 197, de 21 de março corrente).

Assistência humanitária ao Equador (29 de março de 2006)

O Governo brasileiro enviou, hoje, 29 de março, 14 toneladas de alimentos ao Equador, para ajudar as famílias afetadas pelas fortes enchentes que assolaram a região costeira equatoriana nos últimos meses. As províncias de Guayas, Manabí e Azuay foram as mais afetadas pelas enchentes.

O avião C-130 da Força Aérea Brasileira pousou no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, na cidade de Guayaquil, hoje pela manhã, transportando 9 tipos de produtos que compõem uma cesta básica familiar de 14 kg, suficientes para alimentar 1.000 famílias por aproximadamente três semanas. Os alimentos são provenientes dos estoques que a Secretaria Nacional de Defesa Civil mantém junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de Pernambuco.

A operação se realiza por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Bem-Estar Social e a Defesa Civil do Equador. As autoridades provinciais daquele país e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) encarregar-se-ão da recepção, repartição e distribuição da ajuda humanitária nas três principais províncias afetadas.

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert (29 de março de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert, por ocasião das eleições legislativas israelenses realizadas ontem, dia 28:

“Senhor Primeiro-Ministro,

Ao ensejo da vitória do partido Kadima nas eleições legislativas israelenses, realizadas no dia 28 corrente, desejo, em nome do povo brasileiro e em meu próprio, cumprimentá-lo e formular votos de êxito na gestão do novo Governo Israelense.

Estou certo de que o novo Governo continuará a contribuir para o diálogo com o Governo da Autoridade Nacional Palestina e para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”.

Novo Governo da Autoridade Nacional Palestina (30 de março de 2006)

O Governo brasileiro cumprimenta a Autoridade Nacional Palestina pela posse do novo Gabinete Ministerial, em 29 de março. O Governo brasileiro espera que o Governo palestino possa lograr avanços efetivos no processo de paz israelo-palestino, com a retomada do diálogo entre as partes e dos esforços para a criação de Estado palestino, em conformidade com os parâmetros fixados pelos Acordos de Oslo e pelo “Mapa do Caminho para a Paz”.

Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert (30 de março de 2006)

O Ministro Celso Amorim enviou hoje a seguinte mensagem ao Primeiro-Ministro interino de Israel, Ehud Olmert, por ocasião das eleições legislativas israelenses, realizadas no dia 28:

“Senhor Primeiro-Ministro,

Recebi com satisfação a notícia da vitória do partido Kadima nas eleições legislativas israelenses, realizadas no dia 28 do corrente. Congratulo-o pela confirmação do apoio da sociedade israelense ao seu Governo. Desejo ressaltar o significado do resultado das eleições para a continuidade do processo de paz na região.

Guardamos boas recordações de sua visita a Brasília em março de 2005 e de nosso encontro em Jerusalém em maio daquele mesmo ano. Espero ter a oportunidade de continuar a manter contato com Vossa Excelência a respeito de assuntos de interesse para as nossas regiões.

Mais alta consideração,

Celso Amorim

“Ministro das Relações Exteriores”

Comunicado Conjunto da III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) (30 de março de 2006)

(Texto original em inglês)

Rio de Janeiro Ministerial Communiqué
India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue
Forum

30 March 2006

1. The Minister of State for External Affairs of India, H. E. Mr Anand Sharma, the Minister of External Relations of Brazil, H. E. Mr. Celso Amorim, and the Minister of Foreign Affairs of South Africa, H. E. Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma, met in Rio de Janeiro on 30 March 2006 for the Third Meeting of the Trilateral Commission of the IBSA Dialogue Forum.

2. The Ministers discussed a wide range of critical global issues and reconfirmed their shared vision and determination to play a constructive role in international affairs and to maintain friendly relations with all countries. They reaffirmed the IBSA Dialogue Forum as an important mechanism for political consultation and

co-ordination as well as for strengthening cooperation in sectoral areas and to improve economic relations among India, Brazil and South Africa.

3. They confirmed their support for a strong multilateral system as a means towards addressing issues of global concern, in particular the pre-eminent role of the United Nations in the maintenance of international peace and security and the promotion of sustainable development.

Millennium Review Summit

4. The Ministers recognized the successful conclusion of the Millennium Review Summit, which took place in September 2005. The Ministers expressed their hope that the UN reform processes continue to reflect a balance between development and security concerns and, in this regard, reiterated their perception that development matters remain an indispensable foundation for a new collective security system.

5. They reaffirmed their commitment to the goal of developing countries successfully achieving, at the minimum, the Millennium Development Goals (MDGs) as a core strategy in the international fight against underdevelopment, hunger and poverty. They reiterated their support for the Action against Hunger and Poverty initiative and, in particular, the Declaration issued by the promoters of the initiative on the occasion of the UN Millennium Review Summit. They reconfirmed the importance of obtaining new and additional financial and other resources for fighting poverty and financing development.

6. Within the framework of the Monterrey consensus, the Ministers acknowledged that the MDGs will not be achieved without also resorting to additional and innovative sources of financing for development. The Ministers confirmed their willingness to support and promote innovative financing mechanisms and in this regard reiterated their intention to take active part in the work by the Leading Group on Solidarity Levies, created at the Ministerial Conference on Innovative Financing, held

in Paris in February/March 2006.

United Nations Institutional Reform

7. The Ministers reiterated their continued support for the reform of the United Nations to make it more democratic and responsive to the priorities of its Member States, particularly those of developing countries that constitute the vast majority of its membership. In that regard, they welcomed the decisions taken in the September Summit in New York in 2005 and expressed their full support for the implementation of those decisions as contained in the "Summit Outcome Document".

8. The Ministers emphasised that the Security Council must, in its composition, represent contemporary realities and not those of 1945. Keeping in view that the decisions of the Security Council should serve the interests of the larger United Nations Membership, they emphasised the need for the urgent reform of the Security Council that would include its expansion in both categories of membership, permanent and non-permanent, in order to render it more democratic, legitimate, representative and responsive. Towards this end, the representation of developing countries from Africa, Asia and Latin America, as permanent members of the Security Council, is essential. The IBSA countries agreed to continue to exchange views on this issue, which they feel is central to the process of the reform of the United Nations, and work towards this common purpose in the coming months, with the view to achieving concrete results by the end of the 60th General Assembly.

9. They welcomed the creation of the Peacebuilding Commission as an important intergovernmental advisory body through which international community could provide long term support to countries emerging from conflict, including capacity-building efforts. IBSA countries reiterated their commitment towards working for an early operationalisation of the Peacebuilding Commission.

10. They welcomed the creation of the Human

Rights Council and expressed their commitment to ensuring that it fulfils the expectation of the international community. Now that the Peace Building Commission and the Human Rights Council have been created, the UN reform process must concentrate on the Security Council reform.

11. They voiced their full support for the capable manner in which the United Nations Secretary-General, Mr. Kofi Annan, has been conducting the work of the organisation, and expressed confidence in his efforts to enhance the UN's role in international relations.

12. They recommitted their respective delegations to the UN and its specialised agencies, as well as other multilateral bodies, to remain in close contact with each other and to consult on all issues of significance.

South-South Cooperation

13. The Ministers reaffirmed that South-South cooperation is an essential and fundamental component of international cooperation for development, and stressed their support for mainstreaming of South-South cooperation and of the pursuit of the development of Technical Cooperation amongst Developing Countries (TCDC) to its full potential. In this regard, they recommitted themselves to work together for the enhancement of South-South cooperation and emphasized the establishment of the IBSA Fund as an example of cooperation among three developing countries for the benefit of the neediest nations of the South.

14. They noted with satisfaction the adoption of the Doha Plan of Action at the South Summit, held in Doha, between 12 and 16 June 2005. They emphasized the importance of strengthening South-South cooperation in order to promote growth and development.

The New Partnership for Africa's Development (NEPAD)

15. The Ministers reaffirmed their support for

the socio-economic development programme of the African Union and committed the IBSA partnership to seeking practical and concrete measures to be pursued in support of the implementation of NEPAD. The three countries share a common experience in the struggle against poverty and underdevelopment, as well as complementary levels of development. There was therefore much to gain from sharing information and best practices in dealing with common challenges and in identifying areas of common concern, need and benefit.

South American Integration

16. The Ministers welcomed the consolidation of the South American Community of Nations, which held its first Presidential Meeting in Brasilia, on 30 September, 2005, and recognized it as a major achievement in the process of strengthening the political coordination and economic, commercial and infrastructural integration among South American countries.

Terrorism

17. The Ministers reaffirmed that international terrorism constitutes one of the most serious threats to peace and security and that acts of terrorism were criminal and unjustifiable whatever the considerations or factors that might be invoked to justify them. The Ministers emphasised the need for concerted and coordinated action by the international community, with the ultimate objective of eradicating terrorism in all its forms and manifestations.

18. They reaffirmed their full support for the implementation of all the measures to combat terrorism outlined in relevant UN Security Council Resolutions. They welcomed the Council's efforts to increase cooperation and coordination in the fight against terrorism and called on the international community to work together in a spirit of cooperation and tolerance to eliminate terrorism. Recalling that the Outcome Document of the World Summit 2005 had called upon the member states to conclude a

comprehensive convention on international terrorism during the current Session of the UN General Assembly, the Ministers stressed the importance of finalising the convention on international terrorism and called upon all States to cooperate in resolving the outstanding issues with the objective of an expeditious conclusion of negotiations and the adoption of this Convention.

19. They emphasised that international cooperation to combat terrorism should be conducted in conformity with the principles of the United Nations Charter, international law and relevant international conventions, including international human rights, humanitarian and refugee instruments.

Disarmament, Non-Proliferation and Arms Control

20. The Ministers reaffirmed the view that the primary focus on human development, the fight against poverty, and measures to promote a better quality of life, should underpin and provide for greater guarantees for international peace and stability. The three Ministers took stock of the global security situation concerning disarmament and non-proliferation, and expressed their concern over the lack of progress in multilateral fora related to the field, and voiced their hope that the international community will show the necessary resolve and political will to reinforce the international disarmament and non-proliferation regime by means of multilaterally-negotiated, transparent, balanced and effective measures.

21. The Ministers expressed their conviction that multilateral institutions set up under multilateral disarmament agreements should remain the primary institutions and mechanisms, in the international community's endeavour to achieve common objectives in the area of disarmament and non-proliferation.

22. They took note of the positive continuing cooperation among their countries at the IAEA and other fora, with a view to ensuring the unimpeded growth and development of the peaceful use of atomic

energy, through the supply of technology, equipment and material, under appropriate safeguards, and reaffirmed their will to intensify such cooperation. In this regard, the Ministers called for a peaceful resolution of the Iranian nuclear programme within the context of the IAEA.

23. They highlighted that nuclear energy can play an important role in meeting growing global energy requirements while at the same time addressing concerns related to global warming. In this regard they agreed to consider further enhancing international civilian nuclear cooperation, with countries who share the objectives of non-proliferation and have contributed to them, as well as having concluded appropriate safeguard agreements with IAEA.

24. The Ministers expressed concern over the continuing impasse in the Conference on Disarmament and called upon member states to intensify efforts to reach an agreement on a programme of work. In this context, they reiterated that the Five Ambassadors proposal as revised in 2003 still remained a viable basis for a programme of work.

25. They also expressed their commitment to the universalization of the Convention for the Prohibition of Chemical Weapons and Biological Weapons Convention (BWC), as well as to the goal of ensuring its balanced, transparent and effective implementation.

26. They also agreed on the pressing need to adopt measures aimed at strengthening the Convention for the Prohibition of Biological and Toxin Weapons, in order to consolidate its role as a key disarmament instrument of the international disarmament and non-proliferation regime, and expressed their will to intensify the cooperation and consultations in relation to the Convention, in particular in the context of its 6th Review Conference, scheduled for November-December 2006.

27. They recalled the importance of cooperative and effective international action against the illicit trade in small arms, light weapons and ammunition, and the need for the 2006 Review

Conference of the United Nations Programme of Action to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects (UN-PoA), adopted at the Conference on the Illicit Trade of Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects.

Situation in the Middle East

28. The Ministers welcomed the holding of transparent and free parliamentary elections in the Palestinian territories on 25 January 2006 and of general elections in Israel this very week. They welcomed the strengthening of the democratic process in Palestine and the peaceful nature of the polling. They expressed the hope that the newly formed government in Palestine and the newly formed government in Israel will continue to pursue peaceful negotiations as laid down by the Road Map for Peace and to abstain from taking any action or measure which might put in jeopardy the peace process in the region leading to the establishment of a viable, sovereign, independent State of Palestine living side by side in peaceful co-existence with the State of Israel.

International Trade

29. Considering the results of the 6th WTO Ministerial Conference, held in Hong Kong, in December 2005, the Ministers emphasized the necessity of renewed political commitment to advance negotiations so that the Hong Kong deadlines are met.

30. As agriculture is central to development and the Doha Round, the Ministers expressed their conviction that Hong Kong consolidated the G-20 as an element of systemic relevance in WTO Agriculture negotiations.

31. The Ministers emphasised the need to consolidate unity on the development content of the Round. This is supported by increased activity, in the form of consultations, held in Geneva by Indian, Brazilian and South African delegations, in order to co-ordinate positions and strengthen Non-Agricultural

Market Access (NAMA), as well as the establishment of the NAMA -11 whose two main principles are supporting flexibilities for developing countries and balance between NAMA and other areas under negotiation.

32. They recognized the importance of incorporating the development dimension in international discussions concerning intellectual property, as a means to preserve the policy space that countries enjoy in ensuring access to knowledge, health, culture and a sustainable environment. In this context, they welcomed the launching of a "Development Agenda in the World Intellectual Property Organization" and reaffirmed their hope that the aforementioned Organization incorporates effectively the development dimension in all its bodies.

33. The Ministers took note of the broader objectives of the European Union proposed Registration, Evaluation and Authorization of Chemicals (REACH) Legislation, in respect of the protection of human health and the environment. The Ministers reiterated their support for the commitments made on chemical safety at the World Summit on Sustainable Development (WSSD) in 2002.

34. The ministers expressed their concern for the unintended consequences that REACH will have on developing economies exporting to the EU. Such consequences will negatively affect the attainment of development goals in the South, including the MDGs. The Ministers recognised the efforts, commitments and determination of leaders of developing economies to effectively address the challenges of poverty, underdevelopment, marginalisation social exclusion and economic disparities.

35. The Ministers urged the EU to give due consideration to the grave consequences for developing economies should REACH be adopted in its current form. The Ministers urged the EU to ensure that REACH will not become a Technical Barrier to Trade (TBT). The high costs for compliance, the possibilities for substituting commodities and the lack of technological and human

resource capacity to comply may render the EU markets inaccessible for exports from developing countries. The Ministers expressed their desire that REACH should be consistent with the WTO laws and provide for adequate flexibility to developing countries.

36. The Ministers undertook to work together and jointly to address the challenges posed by REACH. The Ministers resolved to make all efforts to cooperate in coordinated manner regarding REACH.

International Financial System

37. The Ministers underlined the convergence of views regarding the need for enhancing the governance of the international financial system and, in this respect, reiterated their commitment to coordinate efforts on this issue. They further stressed that progress in this field will lead to improvements in crisis prevention and the increase of resources to finance development.

Sustainable Development

38. The Ministers reaffirmed the validity of the principles contained in the Rio Declaration, particularly on common but differentiated responsibilities, the Programme of Action contained in Agenda 21, and the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (WSSD) held in Johannesburg. IBSA would continue its efforts to mobilise new and additional financial resources and the transfer of environmentally-sound technologies within an agreed time-frame in order to implement the outcomes of these conferences.

39. They stressed that an international environment supportive of development would be critical to this process. They also called for a specific focus on capacity-building as well as on the transfer of financial resources and technology to developing countries.

40. They noted with appreciation the stage of the TRIPS Council negotiations on the relationship

between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity and reaffirmed the urgent need that Members reach a prompt solution for the problem raised by the granting of intellectual property rights concerning or making use of genetic resources and/or associated traditional knowledge without compliance of relevant provisions of the Convention on Biological Diversity. In this respect, they underscored the wide support for the proposal of amending TRIPS with a view to require intellectual property applications to disclose the country of origin of the subject matter as well as the compliance with the requirements of fair and equitable benefit-sharing and prior informed consent, in accordance with the legislation of the country of origin.

41. They expressed, in this context, their positive expectations about the results of the VIII Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity (COP-8/CBD), which is being held in Curitiba, Brazil (March, 20th-31st). They concurred on that COP-8 constitutes an opportunity to advance the effective implementation of CBD.

42. They also called for expediting negotiation and conclusion of the international regime on access and benefit sharing, as an instrument for protecting intellectual property rights concerning traditional and indigenous knowledge. India, Brazil and South Africa, as the founding members of the Group of Like-Minded Megadiverse Countries, agreed to strengthen cooperation and co-ordination, with an emphasis on multilateral negotiations and in fostering activities related to South-South Cooperation.

43. They recalled that Brazil, India and South Africa will jointly participate in the Capacity Building Committee of the Group on Earth Observation (GEO), an intergovernmental partnership entrusted with implementing the Global Earth Observation System of Systems (GEOSS). The participation in the Capacity Building Committee provides a unique opportunity for the three countries to cooperate in enhancing the capabilities of developing countries, especially less developed ones, in the use, analysis,

interpretation and modelling of Earth Observation data, for applications in the nine societal benefit areas of GEOSS, which comprise Agriculture, Health, Disasters, Water, Ecosystems, Climate, Meteorology, Energy and Biodiversity.

Climate Change

44. The Ministers expressed their satisfaction with the results of the Montreal meetings (COP-11, COP/MOP-1), particularly with the adoption of the Marrakech Accords and the establishment of the Ad-hoc Working Group on Further Commitments for Annex 1 Parties under the Kyoto Protocol to consider such commitments for the period beyond 2012. They further urged developed countries to meet their own commitments and undertakings under the Protocol not only in terms of complying with current targets for Greenhouse Gases (GHG) emission reduction, but also in terms of their commitment in respect of technology transfer, capacity building and financial support to developing countries. They also welcomed the dialogue on long term co-operative action to address climate change by enhancing implementation of the Convention.

45. They also agreed on the need for continued consultations within IBSA Forum on the environment and climate change issues.

IBSA Facility Fund for Alleviation of Poverty And Hunger

46. The Ministers reiterated the fundamental character of the IBSA Fund as a means to disseminate the best practices in the alleviation of poverty and hunger. They emphasized the importance of the participation of institutions of IBSA countries (Governmental and Non-Governmental) in the projects financed by the Fund and recommended that the UNDP, as administrator of the Fund, find means to make that participation possible.

47. The Ministers received the report of the visit of the Technical Monitoring Committee (TMC) to Guinea Bissau and accepted the recommendations

made by the TMC, especially concerning the management of the project, and urged the UNDP Office in Bissau to work more closely with the UNDP Special Unit for South-South Cooperation in New York, the Coordinator of the project and the Guinean Bissau national authorities. They accepted the Committee's recommendation that an additional agreement be signed with UNDP in order to clarify rights and obligations of both parties.

48. The Ministers reiterated their commitment to move forward with other projects in the scope of the Fund. They welcomed the finalisation of the concept paper of the project on waste collection in Haiti (Carrefour Feuille) and called upon speedy appointment of a project coordinator so that the project can be implemented as soon as possible. They underlined the importance of making progresses in the drawing up of the projects benefiting Palestine and Laos.

49. The IBSA countries recommitted themselves to allocate at least US\$ 1 million a year to the Fund.

IBSA Sectoral Cooperation

50. The Ministers reviewed the work of the sectoral working groups and adopted their reports.

51. Reference was made to the two Workshops on Information Society and E-Government, held in South Africa and India, and to the commitment of the three delegations to actively participate in the last event of the series, to take place in Brazil, in June 2006.

52. The Ministers welcomed the agreement reached by the Working Group on the Information Society, on the content of the "IBSA Framework for Cooperation on Information Society", setting up the basis and defining modes of cooperation in the fields of Information Society and Communication Technologies, and took note with satisfaction of the Joint Action Program for 2006-2007, prescribing specific initiatives in all fields of cooperation covered by the Framework. The Ministers also welcomed the

development of the IBSA website (www.ibsa-trilateral.org), maintained by South Africa, and invite the various working groups of the IBSA Forum to provide content and make full use of this channel of communication.

53. The Ministers recognized with pleasure the high level of coordination between the three delegations during the second phase of the World Summit on the Information Society (WSIS), held in Tunis, in November 2005, and its preparatory works. In this regard, the three countries reiterated their commitment to keep working together during the WSIS follow-up process, as well as in other international fora related to the issue, to promote the use of Information and Communication Technologies as a tool for development and to build multilateral, democratic and transparent global Internet governance mechanisms.

54. The Ministers decided to formalise the establishment of an additional sectoral working group on Social Issues, as a follow-up to the International Seminar on Economic Development and Social Equity, held in Rio de Janeiro, on 3rd and 4th August, 2005. They also expressed their intention of establishing as soon as possible a working group on Public Administration.

55. The member countries reiterated their commitment to further promote the production and use of Biofuels as environmentally friendly and sustainable fuels which promote socio - economic development, taking into consideration their global importance. Progress is being made, on exchange of information on Renewable Energy and the Biofuels value chain.

More emphasis will be placed on exchange of information into the areas of energy efficiency and conservation, and hydrogen energy. India will host the second technical meeting of the Energy Working Group, to which other stakeholders including private sector players may be invited for the enhancement of implementation of IBSA initiatives.

57. The Ministers agreed on the importance

of new initiatives aimed at strengthening economic and trade relations among developing countries, as a means to generate business opportunities and contribute to an international trade scenario more suitable to their development projects. In that regard, they took note with great satisfaction that Mercosul will be proposing to SACU and India the creation of a Working Group to explore the modalities of a Trilateral Free Trade Agreement (T-FTA) among them. They underlined the significance of this exercise and expressed their full support to the initiative.

58. Further the Ministers supported the initiative of a renewable source of energy seminar and the proposals to assist Small, Medium and Micro Enterprises through the proposed study on how to make business in the IBSA countries, and the proposals on sharing of experiences and training opportunities.

The Ministers also laid emphasis on the need to conclude the bilateral customs cooperation agreements expeditiously.

60. The member countries decided that, in taking forward the renewed approach to IBSA deliverables, South Africa should host a meeting on civil aviation and maritime transport in April 2006. This meeting will focus on the finalization of the trilateral on maritime transport agreement and also review implementation of air transport agreement. It should be noted, in addition, that during the present meeting of the working group in Rio, which also included the presence of representatives of Air India, VARIG and SAA, tremendous progress has been made and concrete projects have been identified for cooperation. To this end cooperation will be fostered in areas of airlink expansions, training and knowledge sharing in airports and airspace management, port management, operational and infrastructural systems, including capacity building in shipbuilding, environmental management and navigational systems.

61. The development of transshipment facilities will also be made a priority in order to support

the IBSA trade strategy which advocates for the creation of South-South shipping highway that integrate subregional connection between MERCOSUL, SACU and Indian regions.

62. The Ministers noted progress on the establishment of a framework to strengthen cooperation in the field of agriculture. Specific areas of cooperation that have been identified are: research and capacity building, agricultural trade, rural development and poverty alleviation, and other allied areas as may be agreed.

63. Following the successful meeting of the health working group held in Brazil from 6th to 10th February 2006 in which broad areas of cooperation were discussed, the South African Minister of Health invited her counterparts for a meeting in March 2006. However, this meeting will now take place on the margins of the WHO meeting in Geneva, in May 2006.

IBSA Trade and Investment Forum

64. The Ministers noted with satisfaction the results of the Trade and Investment Forum. The forum was divided into four panels: a) Trilateral trade analysis; b) implementation of the preferential trade agreements between Mercosul, India and Southern African Customs Union (SACU); c) challenges to the growth of the trilateral trade (barriers, logistics and financing); and d) organization of the trilateral business meeting on the occasion of the IBSA Meeting of Heads of Government and State in September 2006. The delegations of India, Brazil and South Africa presented data and facts concerning trade issues that thrusted fruitful discussions among the businessmen attending the meeting.

65. It was presented an evaluation of the current aspects of the negotiations involving Mercosul, Sacu and India. All delegations concluded that there must be an expansion on acting positions to fit the ever growing market of the three countries. The importance of solid links between the three countries was mentioned several times and also the necessity

of a stronger South-South union. The possible substitution of imports from northern countries by imports from southern countries was considered a possible solution to enforce this new commercial agreement.

66. Brazilian businessmen pointed out that among the main barriers to be eliminated to foster trilateral trade are: a) logistics, b) customs procedures, c) lack of information and d) distances. The logistic problem was tackled by the suggestion of a study (previously discussed in the IBSA work group for trade and investment (on march 28th) to further address the issue. The private sector also emphasized the necessity of creating flights uniting Brazil-South Africa-India. The measure would help to narrow the distances both physical and cultural between IBSA partners.

67. In what concerns customs procedures, it was suggested more cooperation in the area by the specific government institutions, in order to simplify many of the regulations and turn the customs process into a more unified process.

68. The study suggested in the work group of trade and investment, as well as the magazine "Brazil Brand of Excellence", the Brazilian website "Brazil Trade Net" and the creation of the IBSA site, were solutions proposed to help ease the gap of information, and bring businessmen from the three countries closer.

69. A great deal of possible solutions were suggested to help strengthen the IBSA economic area: more aggressive free trade agreements, closer relations between businesses and industries from the three countries, enhancing contact between the automobile industries of IBSA.

70. Some sectors were also given special attention: the renewable energy sector and ethanol industry. The WG on trade and investment decided to create a seminar that will happen in South Africa before the Summit in September.

71. The meeting was praised and considered by the attendants as highly productive. It is expected

new steps towards a more united and stronger IBSA by all.

72. The Ministers of India and South Africa confirmed the participation of Prime Minister Singh and President Mbeki in the IBSA Summit to be convened by Brazil on 13th September 2006.

73. The Ministers welcomed the announcement by Brazil of the II Conference of Intellectuals from the Africa and the Diaspora, which will take place in Salvador, on 12th-14th July 2006. Representatives from India will also be extended an invitation to attend this meeting as observers.

74. The Ministers of India and South Africa expressed their deep gratitude to the Minister of Foreign Affairs of Brazil for convening the Third Meeting of the Trilateral Commission.

75. The Ministers agreed that the next meeting will be hosted by India in the first quarter of 2007.

(Versão em português)

COMUNICADO MINISTERIAL DO RIO DE JANEIRO

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)

30 DE MARÇO DE 2006

1. O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Sua Excelência o Sr. Anand Sharma, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência o Sr. Celso Amorim, e a Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Sua Excelência a Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, reuniram-se no Rio de Janeiro em 30 de março de 2006 na Terceira Reunião da Comissão Trilateral do Fórum de Diálogo IBAS.

2. Os Ministros debateram uma ampla gama de temas globais cruciais e reconfirmaram seus pontos de vista comuns e sua determinação de exercer um papel construtivo em assuntos internacionais e de manter relações amistosas com todos os países. Reafirmaram o Fórum de Diálogo IBAS como um

importante mecanismo para consultas políticas e coordenação, bem como para o fortalecimento da cooperação em áreas setoriais e a intensificação das relações econômicas entre a Índia, o Brasil e a África do Sul.

3. Confirmaram seu apoio a um sistema multilateral robusto como um meio para tratar de temas de interesse global, e em particular ao papel preeminente das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento sustentável.

CÚPULA DE REVISÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

4. Os Ministros constataram a bem-sucedida conclusão da Cúpula de Revisão dos Objetivos do Milênio, em setembro de 2005. Os Ministros expressaram sua esperança de que os processos de reforma da ONU continuem a refletir um equilíbrio entre questões de desenvolvimento e de segurança e, a esse respeito, reiteraram sua visão de que os temas ligados ao desenvolvimento continuam a ser um alicerce indispensável para um novo sistema coletivo de segurança.

5. Reafirmaram seu compromisso com o objetivo do alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelos países em desenvolvimento, minimamente, como uma estratégia central na luta internacional contra o subdesenvolvimento, a fome e a pobreza. Reiteraram seu apoio à iniciativa Ação contra a Fome e a Pobreza e, em particular, à Declaração dos promotores da iniciativa por ocasião da Cúpula de Revisão dos objetivos do Milênio das Nações Unidas. Reconfirmaram a importância de obter maiores e novos recursos, financeiros e de outros tipos, para lutar contra a pobreza e financiar o desenvolvimento.

6. No marco do consenso de Monterrey, os Ministros reconheceram que as MDGs não serão alcançadas sem que também se recorra a fontes adicionais e inovadoras de financiamento para o desenvolvimento. Os Ministros confirmaram sua

disposição de apoiar e promover mecanismos inovadores de financiamento e, a esse respeito, reiteraram sua intenção de participar ativamente nos trabalhos do Grupo Piloto sobre as Contribuições de Solidariedade, criado na Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras para Financiamento, realizada em Paris em fevereiro/março de 2006.

REFORMA INSTITUCIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS

7. Os Ministros reiteraram seu apoio continuado à reforma das Nações Unidas a fim de torná-la mais democrática e sensível às prioridades de seus Estados Membros, particularmente àquelas de países em desenvolvimento, que constituem sua vasta maioria. A esse respeito, viram com satisfação as decisões tomadas na Cúpula de setembro de 2005, em Nova York, e expressaram seu total apoio à implementação dessas decisões, publicadas no Documento Final de Resultados da Cúpula.

8. Os Ministros enfatizaram que a composição do Conselho de Segurança deve representar realidades contemporâneas, e não as de 1945. Tendo em mente que as decisões do Conselho de Segurança devem atender aos interesses de todos os membros das Nações Unidas, enfatizaram a necessidade da reforma urgente do Conselho de Segurança, incluindo sua expansão nas duas categorias de membros permanentes e não-permanentes, a fim de torná-lo mais democrático, legítimo, representativo e com capacidade de resposta. Para esse fim, é essencial a representação de países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina como membros permanentes do Conselho de Segurança. Os países do IBAS concordaram em continuar a troca de opiniões sobre esse tema, que consideram central para o processo da reforma das Nações Unidas, e em trabalhar em direção a esse propósito comum nos próximos meses, com vistas a obter resultados concretos ao término da 60ª Assembléia Geral.

9. Acolheram com satisfação a criação da

Comissão para a Construção da Paz como um importante órgão consultor intergovernamental, por meio do qual a comunidade internacional poderia fornecer apoio em longo prazo a países que emergem de conflitos, incluindo atividades de aumento de capacidades. Os países do IBAS reiteraram seu compromisso de trabalhar para uma rápida operacionalização da Comissão para a Construção da Paz.

10. Saudaram a criação do Conselho de Direitos Humanos e expressaram seu compromisso de garantir que o mesmo corresponda às expectativas da comunidade internacional. Agora, após a criação da Comissão para a Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, o processo de reforma da ONU deve concentrar-se na reforma do Conselho de Segurança.

11. Manifestaram seu total apoio ao modo capaz com que o Secretário Geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, vem conduzindo o trabalho da organização, e expressaram confiança em seus esforços para intensificar o papel da ONU nas relações internacionais.

12. Renovaram seu compromisso para que suas respectivas delegações junto à ONU e suas agências especializadas, bem como junto a outros órgãos multilaterais, permaneçam em contato próximo entre si e realizem consultas em relação a todos os temas significativos.

COOPERAÇÃO SUL-SUL

13. Os Ministros reafirmaram que a cooperação Sul-Sul é um componente essencial e fundamental da cooperação internacional para o desenvolvimento, e ressaltaram seu apoio à promoção destacada da cooperação Sul-Sul e à procura dos máximos resultados possíveis da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (TCDC). A esse respeito, comprometeram-se mais uma vez a trabalhar juntos para intensificar a cooperação Sul-Sul e enfatizaram o estabelecimento do Fundo IBAS como um

exemplo de cooperação entre três países em desenvolvimento em benefício das nações mais carentes do Sul.

14. Notaram com satisfação a adoção do Plano de Ação de Doha durante a Cúpula do Sul, em Doha, entre 12 e 16 de junho de 2005. Enfatizaram a importância de fortalecer a cooperação Sul-Sul a fim de promover o crescimento e o desenvolvimento.

A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (NEPAD)

15. Os Ministros reafirmaram seu apoio ao programa de desenvolvimento econômico da União Africana e assumiram o compromisso, em nome da parceria IBAS, de explorar medidas práticas e concretas a serem desenvolvidas em apoio à implementação da NEPAD. Os três países compartilham uma experiência comum no combate contra a pobreza e o subdesenvolvimento, e possuem níveis complementares de desenvolvimento. Portanto, haveria muito a ganhar com a troca de informações e de melhores práticas para lidar com desafios comuns e para identificar áreas de interesse, necessidade e benefício comuns.

INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

16. Os Ministros constataram com satisfação a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que realizou sua primeira Reunião Presidencial em Brasília, em 30 de setembro de 2005, e reconheceram-na como uma importante conquista no processo de fortalecimento da coordenação política e da integração econômica, comercial e de infra-estrutura entre países da América do Sul.

TERRORISMO

17. Os Ministros reafirmaram que o terrorismo internacional constitui uma das ameaças mais sérias à paz e à segurança e que atos de terrorismo foram criminosos e injustificáveis, quaisquer que sejam considerações ou fatores que

possam ter sido invocados para justificá-los. Os Ministros enfatizaram a necessidade de ações concertadas e coordenadas por parte da comunidade internacional, com o objetivo último de erradicar o terrorismo em todas as suas formas e manifestações.

18. Reafirmaram seu total apoio à implementação de todas as medidas de combate ao terrorismo indicadas nas resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU. Constataram com satisfação os esforços do Conselho para aumentar a cooperação e a coordenação no combate ao terrorismo e exortaram a comunidade internacional para que trabalhe unida, num espírito de cooperação e tolerância, a fim de eliminar o terrorismo. Lembrando que o Documento Final de Resultados da Cúpula Mundial de 2005 conclamou os estados membros a celebrarem uma convenção abrangente sobre terrorismo internacional durante a presente Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, os Ministros ressaltaram a importância de finalizar a convenção sobre terrorismo internacional e conclamaram todos os Estados a cooperar para a resolução das questões pendentes, com vistas à rápida conclusão das negociações e à adoção desta Convenção.

19. Enfatizaram que a cooperação internacional no combate ao terrorismo deve ser conduzida em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, do direito internacional e das convenções internacionais relevantes, incluindo instrumentos internacionais humanitários, para os refugiados e de direitos humanos.

DESARMAMENTO, NÃO-PROLIFERAÇÃO E CONTROLE DE ARMAS

20. Os Ministros reafirmaram a opinião de que o enfoque primário no desenvolvimento humano, o combate à pobreza, e as medidas para garantir uma melhor qualidade de vida devem ser o arcabouço da paz e da estabilidade internacionais, dando maiores garantias às mesmas. Os três Ministros examinaram com interesse a situação mundial de segurança no

que se refere ao desarmamento e à não-proliferação, e expressaram sua preocupação com a falta de progressos em fóruns multilaterais relacionados a esse tema, manifestando sua esperança de que a comunidade internacional venha a demonstrar a determinação e vontade política necessárias para reforçar o regime internacional de desarmamento e não-proliferação, por meio de medidas efetivas, equilibradas e transparentes, negociadas de forma multilateral.

21. Os Ministros expressaram sua convicção de que instituições multilaterais criadas no âmbito de acordos multilaterais de desarmamento devem continuar a ser as instituições e mecanismos primários nos esforços da comunidade internacional para alcançar objetivos comuns na área de desarmamento e não-proliferação.

22. Tomaram nota da cooperação positiva continuada entre seus países no âmbito da AIEA e outros fóruns, com vistas a garantir o livre crescimento e desenvolvimento do uso pacífico da energia atômica, por meio do fornecimento de tecnologia, equipamentos e materiais, com as salvaguardas adequadas, e reafirmaram sua vontade de intensificar essa cooperação. A esse respeito, os Ministros lançaram um apelo em favor da resolução pacífica do programa nuclear iraniano, no contexto da AIEA.

23. Ressaltaram que a energia nuclear pode exercer um papel importante na resposta às crescentes necessidades energéticas mundiais, ao mesmo tempo em que vai ao encontro das preocupações referentes ao aquecimento global. Neste ponto, concordaram em considerar a intensificação ainda maior da cooperação nuclear civil internacional, com países que compartilhem os objetivos de não-proliferação e tenham contribuído para os mesmos, bem como tenham celebrado acordos de salvaguardas apropriadas com a AIEA.

24. Os Ministros expressaram preocupação quanto ao impasse continuado na Conferência sobre o Desarmamento, e exortaram os estados membros a intensificar esforços para chegar a um acordo

quanto a um programa de trabalho. Neste contexto, reiteraram que a proposta dos Cinco Embaixadores, em sua revisão de 2003, continua a ser uma base viável para um programa de trabalho.

25. Também expressaram seu compromisso para com a universalização da Convenção para a Proibição de Armas Químicas e a Convenção sobre Armas Biológicas (BWC), bem como para com o objetivo de garantir sua implementação efetiva, equilibrada e transparente.

26. Também concordaram quanto à necessidade premente de adotar medidas direcionadas ao fortalecimento da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas, a fim de consolidar seu papel como um instrumento chave de desarmamento do regime internacional de desarmamento e não-proliferação, e expressaram sua vontade de intensificar a cooperação e as consultas em relação à Convenção, em particular no contexto de sua 6ª Conferência de Revisão, prevista para novembro-dezembro de 2006.

27. Lembraram a importância de ações internacionais cooperativas e eficazes contra o comércio ilícito de armas de pequeno porte, armamento leve e munições, e a necessidade da Conferência de Revisão de 2006 do Programa de Ação das Nações Unidas para a Prevenção, o Combate e a Erradicação do Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos (UN-PoA), adotado na Conferência sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos.

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

28. Os Ministros saudaram a realização de eleições parlamentares livres e transparentes nos territórios palestinos em 25 de janeiro de 2006 e de eleições gerais em Israel na semana em curso. Acolheram com satisfação o fortalecimento do processo democrático na Palestina e o caráter pacífico da votação. Expressaram a esperança que o recém-

formado governo da Palestina e o novo governo de Israel continuem a manter negociações pacíficas, conforme estabelecido no Mapa do Caminho para a Paz, e a se abster de qualquer ação ou medida que possa ameaçar o processo de paz na região, levando ao estabelecimento de um Estado Palestino independente, soberano e viável, vivendo lado a lado, em coexistência pacífica, com o Estado de Israel.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

29. Considerando os resultados da 6ª Reunião Ministerial da OMC, ocorrida em Hong Kong em dezembro de 2005, os Ministros enfatizaram a necessidade de um compromisso político renovado para avançar as negociações, de modo a cumprir os prazos de Hong Kong.

30. Como a agricultura é central para o desenvolvimento e para a Rodada de Doha, os Ministros expressaram sua convicção de que Hong Kong consolidou o G-20 como um elemento de relevância sistêmica nas negociações agrícolas da OMC.

31. Os Ministros enfatizaram a necessidade de consolidar a unidade no que se refere ao conteúdo de desenvolvimento da Rodada, o que é apoiado pelo aumento das atividades, na forma de consultas, realizadas em Genebra pelas delegações da Índia, Brasil e África do Sul, a fim de coordenar posições e fortalecer o Acesso a Mercados Não-Agrícolas (NAMA), bem como a criação do NAMA-11, cujos dois principais princípios são o apoio a flexibilidades para países em desenvolvimento e o equilíbrio entre o NAMA e outras áreas em negociação.

32. Reconheceram a importância de incorporar a dimensão desenvolvimento em discussões internacionais referentes à propriedade intelectual, como uma maneira de preservar o espaço de políticas de que os países desfrutam ao garantir acesso ao conhecimento, saúde, cultura e a um meio-ambiente sustentável. Nesse contexto, acolheram com satisfação o lançamento de uma “Agenda do Desenvolvimento na Organização Mundial de

Propriedade Intelectual” e reafirmaram sua esperança de que essa Organização efetivamente incorpore a dimensão desenvolvimento em todos os seus órgãos.

33. Os Ministros tomaram nota dos objetivos mais amplos da legislação proposta pela União Européia sobre Registro, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos (REACH), no que se refere à proteção da saúde humana e do ambiente. Os ministros reiteraram seu apoio aos compromissos sobre segurança química assumidos por ocasião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD) em 2002.

34. Os Ministros expressaram sua preocupação com as conseqüências não-intencionais que a REACH terá sobre exportações de economias em desenvolvimento para a UE. Tais conseqüências afetarão negativamente a obtenção de metas de desenvolvimento no Sul, incluindo as MDGs. Os Ministros reconheceram os esforços, compromissos e determinação dos líderes de economias em desenvolvimento no enfrentamento efetivo dos desafios da pobreza, subdesenvolvimento, marginalização, exclusão social e disparidades econômicas.

35. Os Ministros instaram a UE a considerar devidamente as graves conseqüências para as economias em desenvolvimento caso a REACH seja adotada em sua forma atual. Os Ministros instaram a UE a garantir que a REACH não se torne uma Barreira Técnica ao Comércio (TBT). Os altos custos envolvidos no cumprimento da legislação, as possibilidades de substituição de produtos e a falta de capacidade tecnológica e de recursos humanos para esse cumprimento podem tornar os mercados da EU inacessíveis a exportações de países em desenvolvimento. Os Ministros expressaram seu desejo de que a REACH seja coerente com as leis da OMC e garanta uma flexibilidade adequada para países em desenvolvimento.

36. Os Ministros comprometeram-se a trabalharem juntos e a dedicar-se conjuntamente aos desafios criados pela REACH. Os Ministros

decidiram envidar todos os esforços para cooperar, de modo coordenado, em relação à REACH.

SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

37. Os Ministros sublinharam a convergência de opiniões sobre a necessidade de intensificar a governança do sistema financeiro internacional e, a esse respeito, reiteraram seu compromisso de coordenar esforços nesse tema. Ressaltaram ainda que o progresso nessa área levará a melhorias na prevenção de crises e ao aumento de recursos para financiar o desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

38. Os Ministros reafirmaram a validade dos princípios contidos na Declaração do Rio, particularmente no que se refere a responsabilidades comuns mas diferenciadas, no Programa de Ação contido na Agenda 21, e no Plano de Implementação da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD), ocorrida em Joanesburgo. O IBAS continuará seus esforços para mobilizar recursos financeiros novos e adicionais e para a transferência de eco-tecnologias dentro de um cronograma acordado, a fim de implementar os resultados dessas conferências.

39. Salientaram que um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento seria crucial para tal processo. Também conclamaram uma atenção específica para o desenvolvimento de capacidades, bem como o repasse de recursos financeiros e de tecnologia a países em desenvolvimento.

40. Notaram com satisfação o estágio das negociações do Conselho de TRIPS sobre a relação entre o Acordo de TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica e reafirmaram a necessidade urgente de os Membros chegarem a uma pronta solução para o problema criado pela concessão de direitos de propriedade intelectual referentes a ou utilizando recursos genéticos e/ou conhecimentos tradicionais associados, sem o cumprimento das disposições relevantes da Convenção sobre

Diversidade Biológica. A esse respeito, sublinharam o amplo apoio à proposta de emendas ao TRIPS, com vistas a exigir que solicitações de propriedade intelectual revelem o país de origem da matéria, bem como o respeito às exigências de divisão justa e equitativa dos benefícios e de consentimento prévio informado, em conformidade com a legislação do país de origem.

41. Neste contexto, expressaram suas expectativas positivas quanto aos resultados da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8/CBD), então ocorrendo em Curitiba, Brasil (20-31 de março). Concordaram que a COP-8 constitui uma oportunidade para avançar na implementação efetiva da CBD.

42. Também conclamaram os países a agilizarem a negociação e conclusão do regime internacional de acesso e divisão de benefícios, como um instrumento para a proteção de direitos de propriedade intelectual referente a conhecimentos indígenas e tradicionais. A Índia, o Brasil e a África do Sul, como os membros fundadores do Grupo de Países Megadiversos Afins, concordam em fortalecer a cooperação e a coordenação, com ênfase em negociações multilaterais e em estimular atividades relacionadas à Cooperação Sul-Sul.

43. Lembraram que o Brasil, a Índia e a África do Sul irão participar conjuntamente do Comitê de Desenvolvimento de Capacidades do Grupo de Observação da Terra (GEO), uma parceria intergovernamental encarregada de implementar o Sistema de Sistemas Mundiais de Observação da Terra (GEOSS). A participação no Comitê de Desenvolvimento de Capacidades fornece aos três países uma oportunidade única de cooperarem para intensificar as capacidades de países em desenvolvimento, especialmente os menos desenvolvidos, no uso, análise, interpretação e modelagem de dados de Observação da Terra, com aplicações nas nove áreas do GEOSS de benefício para a sociedade, compostas por Agricultura, Saúde, Desastres, Água, Ecossistemas, Clima, Meteorologia, Energia e Biodiversidade.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

44. Os Ministros expressaram sua satisfação com os resultados das reuniões de Montreal (COP-11, COP/MOP-1), particularmente com a adoção dos Acordos de Marrakech e a criação do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Maiores Compromissos das Partes do Anexo 1 ao Protocolo de Kioto, para que considerem tais compromissos para além de 2012. Instaram ainda os países desenvolvidos a cumprir seus próprios compromissos e promessas nos termos do Protocolo, não apenas em termos do respeito às metas atuais para a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GHG), como também em termos de seu compromisso em relação a transferência de tecnologia, desenvolvimento de capacidades e apoio financeiro a países em desenvolvimento. Também viram com satisfação o diálogo sobre ação cooperativa em longo prazo para tratar das mudanças climáticas, intensificando a implementação da Convenção.

45. Também concordaram quanto à necessidade de consultas continuadas no âmbito do Fórum IBAS sobre temas ambientais e de mudanças climáticas.

FUNDO DO IBAS PARA ALÍVIO DA POBREZA E FOME

46. Os Ministros reiteraram o caráter fundamental do Fundo IBAS como um meio de disseminar as melhores práticas para o alívio da pobreza e da fome. Enfatizaram a importância da participação de instituições dos países do IBAS (governamentais e não-governamentais) nos projetos financiados pelo Fundo e recomendaram que o PNUD, na qualidade de administrador do Fundo, encontre maneiras para possibilitar tal participação.

47. Os Ministros receberam o relatório da visita do Comitê Técnico de Monitoramento (TMC) à Guiné-Bissau. Aceitaram as recomendações feitas pelo TMC, especialmente referentes ao gerenciamento do projeto, e conclamaram o

escritório do PNUD em Bissau a trabalhar mais intimamente com a Unidade Especial do PNUD para a Cooperação Sul-Sul, em Nova York, com o Coordenador do projeto, e com as autoridades de Guiné-Bissau. Aceitaram a recomendação do Comitê para a assinatura de um acordo adicional com o PNUD, a fim de esclarecer os direitos e as obrigações de ambas as partes.

48. Os Ministros reiteraram seu compromisso de avançar com outros projetos dentro do campo de abrangência do Fundo. Viram com satisfação a finalização do documento conceitual do projeto sobre coleta de lixo no Haiti (Carrefour Feuille) e instaram a rápida nomeação de um coordenador de projeto, a fim de que esse possa ser implementado o mais brevemente possível. Sublinharam a importância de progressos no preparo dos projetos beneficiando a Palestina e o Laos.

49. Os países do IBAS renovaram seu compromisso de alocar pelo menos 1 milhão de dólares por ano para o Fundo.

COOPERAÇÃO SETORIAL DO IBAS

50. Os Ministros examinaram o trabalho dos grupos de trabalho setoriais e adotaram seus relatórios.

51. Fez-se referência às duas Oficinas sobre a Sociedade de Informação e o E-Governo, realizadas na África do Sul e na Índia, e ao compromisso das três delegações em participar ativamente no último evento da série, a realizar-se no Brasil em junho de 2006.

52. Os Ministros acolheram com satisfação o acordo alcançado pelo Grupo de Trabalho do IBAS sobre a Sociedade da Informação, referente ao conteúdo do “Memorando Trilateral do IBAS de Cooperação sobre a Sociedade da Informação”, estabelecendo as bases e definindo modos de cooperação nas áreas de Sociedade da Informação e Tecnologias de Comunicação, e tomaram nota com satisfação do Programa de Ação Conjunto para

2006-2007, que determina iniciativas específicas em todos os campos de cooperação abrangidos pelo Memorando. Os Ministros também acolheram com satisfação a criação da página do IBAS (www.IBAS-trilateral.org), mantida pela África do Sul, e convidam os diferentes grupos de trabalho do Fórum IBAS a fornecer conteúdos e a utilizar ao máximo esse canal de comunicação.

53. Os Ministros reconheceram com satisfação o alto nível de coordenação entre as três delegações durante a segunda fase da Cúpula Mundial sobre Sociedade de Informação (CMSI), ocorrida em Túnis, em novembro de 2005, e suas fases preparatórias. A esse respeito, os três países reiteraram seu compromisso de continuar a trabalhar juntos durante o processo de seguimento da CMSI, assim como em outros fóruns internacionais correlatos, de promover o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação como um instrumento para o desenvolvimento, e de construir mecanismos multilaterais, democráticos e transparentes de governança global pela Internet.

54. Os Ministros decidiram formalizar a criação de mais um grupo de trabalho setorial sobre Temas Sociais, em seguimento ao Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, ocorrido no Rio de Janeiro, em 3 e 4 de agosto de 2005. Também expressaram sua intenção de estabelecer, assim que possível, um grupo de trabalho sobre Administração Pública.

55. Os países membros reiteraram seu compromisso de promover ainda mais a produção e o uso de Biocombustíveis como combustíveis sustentáveis e que preservam o meio-ambiente, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento socioeconômico, levando em conta sua importância mundial. Há progressos na troca de informações sobre energia renovável e a cadeia de valor de biocombustíveis.

56. Será dada maior ênfase ao intercâmbio de informações nas áreas de eficiência e conservação

energética e de energia do hidrogênio. A Índia sediará a segunda reunião técnica do Grupo de Trabalho sobre Energia, para a qual poderão ser convidados outros interessados, incluindo atores do setor privado, a fim de intensificar a implementação das iniciativas do IBAS.

57. Os Ministros concordaram sobre a importância de novas iniciativas voltadas ao fortalecimento de relações econômicas e comerciais entre países em desenvolvimento, como um meio de gerar oportunidades de negócios e contribuir para um cenário comercial internacional mais adequado a seus projetos de desenvolvimento. A esse respeito, tomaram nota com grande satisfação de que o Mercosul irá propor à SACU e à Índia a criação de um Grupo de Trabalho para explorar as modalidades de um Acordo Trilateral de Livre Comércio (T-FTA) entre eles. Sublinharam a significância deste exercício e expressaram seu total apoio à iniciativa.

58. Os Ministros apoiaram também a iniciativa de um seminário sobre fontes renováveis de energia e as propostas de assistência a pequenas, médias e micro empresas, por meio do estudo proposto sobre como realizar negócios nos países do IBAS e das propostas de intercâmbio de experiências e oportunidades de treinamento.

59. Os Ministros também deram ênfase à necessidade de celebrar rapidamente os acordos bilaterais de cooperação aduaneira.

60. Os países membros decidiram que, levando adiante a abordagem renovada de produtos concretos do IBAS, a África do Sul deverá sediar uma reunião sobre aviação civil e transporte marítimo, em abril de 2006. Essa reunião enfocará a finalização do acordo trilateral sobre transporte marítimo, e também examinará a implementação do acordo de transporte aéreo. Além disso, deve-se notar que, durante a atual reunião do grupo de trabalho no Rio, que também contou com a presença de representantes da Air India, VARIG e SAA, foram feitos tremendos progressos e identificados projetos concretos para

cooperação. Para esse fim, será estimulada a cooperação nas áreas de expansão de ligações aéreas, treinamento e compartilhamento de conhecimentos na gestão de aeroportos e espaços aéreos, gestão portuária, sistemas operacionais e de infra-estrutura, incluindo o aumento de capacidades de construção naval, gestão ambiental e sistemas de navegação.

61. O desenvolvimento de terminais de transbordo também será prioritário, a fim de apoiar a estratégia comercial do IBAS que advoga a criação de uma via expressa de navegação Sul-Sul integrando a conexão sub-regional entre o Mercosul, a SACU e a Índia.

62. Os Ministros notaram progressos na criação de um marco para fortalecer a cooperação na área agrícola. As áreas específicas de cooperação identificadas são: pesquisa e desenvolvimento de capacidades, comércio agrícola, desenvolvimento rural e alívio da pobreza, e outras áreas afins que possam ser objeto de acordo.

63. Após a bem sucedida reunião do grupo de trabalho sobre saúde ocorrida no Brasil de 6 a 10 de fevereiro de 2006, onde se discutiram grandes áreas de cooperação, a Ministra da Saúde da África do Sul convidou seus homólogos para uma reunião em março de 2006. Entretanto, essa reunião agora terá lugar à margem da Assembléia Mundial da Saúde da OMS, em Genebra, em maio de 2006.

FÓRUM DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS DO IBAS

64. Os Ministros tomaram nota com satisfação dos resultados do Fórum de Comércio e Investimentos. O fórum foi dividido em quatro painéis: a) análise do comércio trilateral; b) implementação dos acordos preferenciais de comércio entre o Mercosul, a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU); c) desafios ao crescimento do comércio trilateral (barreiras, logística e financiamento); e d) organização da reunião empresarial trilateral por ocasião da Reunião de Chefes de Estado e de Governo do IBAS em setembro de 2006. As delegações da Índia, Brasil e

África do Sul apresentaram dados e fatos referentes a temas comerciais que estimularam frutíferas discussões entre os empresários participando da reunião.

65. Foi apresentada uma avaliação dos aspectos atuais das negociações envolvendo o Mercosul, a SACU e a Índia. Todas as delegações concluíram que é preciso haver uma expansão de posições ativas para suprir o mercado em contínuo crescimento dos três países. A importância de sólidos vínculos entre os três países foi mencionada várias vezes, assim como a necessidade de uma união Sul-Sul mais forte. A possível substituição de importações de países do norte por importações de países do sul foi considerada uma possível solução para executar esse novo acordo comercial.

66. Empresários brasileiros apontaram, entre as principais barreiras a serem eliminadas para estimular o comércio trilateral, as seguintes: a) logística, b) procedimentos aduaneiros, c) falta de informações, e d) distâncias. O problema logístico foi enfrentado pela sugestão de um estudo para aprofundar o tema (discutido anteriormente no grupo de trabalho do IBAS para comércio e investimentos, em 28 de março). O setor privado também enfatizou a necessidade de criar vôos unindo o Brasil, a África do Sul e a Índia, medida que contribuiria para reduzir as distâncias, tanto físicas quanto culturais, entre os parceiros do IBAS.

67. No que concerne os procedimentos aduaneiros, sugeriu-se maior cooperação neste campo entre as instituições governamentais específicas, a fim de simplificar muitas das regras e aumentar a unidade do processo aduaneiro.

68. O estudo sugerido no grupo de trabalho sobre comércio e investimentos, bem como a revista "Brasil - Marca de Excelência", a página brasileira "Brazil Trade Net" e a criação da página do IBAS, foram soluções propostas para ajudar a diminuir a falta de informações e aproximar empresários dos três países.

69. Muitas possíveis soluções foram sugeridas para ajudar a fortalecer a área econômica IBAS:

acordos de livre comércio mais agressivos, relações mais próximas entre empresas e indústrias dos três países, intensificação de contatos entre as empresas automobilísticas do IBAS.

70. Alguns setores também receberam atenção especial: o setor de energia renovável e a indústria do etanol. O GT sobre comércio e investimentos decidiu criar um seminário que terá lugar na África do Sul antes da Cúpula em setembro.

71. A reunião foi elogiada, sendo considerada pelos participantes como altamente produtiva. Todos esperam novos passos em direção a um IBAS mais unido e mais forte.

72. Os Ministros da Índia e da África do Sul confirmaram a participação do Primeiro Ministro Singh e do Presidente Mbeki na Cúpula do IBAS a ser convocada pelo Brasil em 13 de setembro de 2006.

73. Os Ministros acolheram com satisfação o anúncio do Brasil sobre a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, a ter lugar em Salvador, de 12 a 14 de julho de 2006. Representantes da Índia também serão convidados a participar da reunião, na qualidade de observadores.

74. Os Ministros da Índia e da África do Sul expressaram sua profunda gratidão ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil por organizar a Terceira Reunião da Comissão Trilateral.

75. Os Ministros acordaram que a próxima reunião será sediada pela Índia, no primeiro trimestre de 2007.

Morte da cidadã brasileira Helena Levy (31 de março de 2006)

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia do atentado que vitimou, próximo ao assentamento judeu de Kedumin, na Cisjordânia, quatro civis israelenses, entre eles a cidadã brasileira-israelense Helena Levy.

O Brasil condena com veemência esse injustificável ato de violência e exorta as partes em

conflito a evitar toda ação que contribua para estimular escalada de hostilidades e enfrentamentos na região.

A Embaixada do Brasil em Tel-Aviv está em contato com a família da Sra. Levy e vem prestando toda a assistência necessária.

O Governo brasileiro transmite suas mais sinceras condolências aos familiares da Sra. Levy, bem como às famílias das demais vítimas do mencionado atentado.

Terremotos no Irã (31 de março de 2006)

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia dos terremotos ocorridos no dia de hoje, 31 de março, no Irã, os quais vitimaram centenas de pessoas.

O Governo brasileiro manifesta solidariedade ao Governo e ao povo iranianos e expressa condolências aos familiares das vítimas.

Visita do Presidente de Honduras ao Brasil (31 de março de 2006)

O Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, comparecerá à 47ª Assembléia Geral de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a realizar-se em Belo Horizonte, de 3 a 5 de abril próximo.

No dia 3, o Presidente Zelaya virá a Brasília para encontrar-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre outros temas, será discutido o incremento da cooperação técnica nas áreas de produção e uso de etanol combustível.

A visita do Presidente de Honduras marca o aprofundamento das relações do Brasil com a América Central e o Caribe. Em setembro de 2005, o Presidente Lula reuniu-se com os Presidentes dos países-membros do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), na cidade da Guatemala. Em fevereiro de 2006, a convite do Brasil, os membros do SICA enviaram ao país missão para tratar da cooperação na área de etanol.

Visita do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (3 de abril de 2006)

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, comparecerá à 47ª Assembléia Geral de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Belo Horizonte (3 a 5 de abril).

No dia 4, o Secretário-Geral da OEA virá a Brasília para encontro com o Ministro Celso Amorim. Deverão trocar impressões sobre temas dos cenários regional e internacional, em particular a realização da próxima Assembléia Geral da OEA na República Dominicana (3 a 6 de junho), cujo tema será “Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento”.

Visita oficial do Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv - 4 a 6 de abril de 2006 (3 de abril de 2006)

O Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv, visita o Brasil no período de 4 a 6 de abril corrente. O Senhor Fradkóv vem acompanhado de numerosa comitiva, integrada por altos funcionários e missão empresarial.

No dia 4 de abril, em Brasília, o Presidente de Governo da Federação da Rússia e o Vice-Presidente da República, José Alencar, presidirão a IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), a mais alta instância de coordenação política entre os dois países.

Durante sua visita, Mikhaíl Fradkóv irá também ao Rio de Janeiro e São Paulo, onde manterá encontros com lideranças políticas estaduais e visitará instituições e empresas dos setores de energia (Petrobras, Transpetro, Gaspetro, Eletrobras, Furnas e Eletronuclear), aeronáutica (Embraer) e espacial (Centro Técnico Aeroespacial – CTA e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE).

O dinamismo da parceria estratégica entre o Brasil e a Rússia é evidenciado pelo intercâmbio de visitas de alto nível, dentre as quais se destacam as do Presidente Pútín ao Brasil, em novembro de 2004,

e do Presidente Lula à Rússia, em outubro de 2005, ocasiões em que foram firmados diversos acordos e projetos de cooperação nos campos econômico, científico e tecnológico, militar, energético, espacial, cultural e educacional.

A corrente de comércio entre os dois países mais do que duplicou nos últimos três anos, atingindo o volume recorde de US\$ 3,63 bilhões em 2005 e fazendo do Brasil o maior parceiro comercial da Rússia na América Latina.

Um dos aspectos que realçam, simbolicamente, a aliança tecnológica brasileiro-russa é a pioneira missão, em curso, do cosmonauta brasileiro, Tenente-Coronel Marcos Pontes, no segmento russo da Estação Espacial Internacional.

Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Embaixador Elmar Mammadyarov - 4 e 5 de abril de 2006 (3 de abril de 2006)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 4 e 5 de abril de 2006. Trata-se da primeira visita de um Chanceler azeri ao Brasil. Deverão ser iniciados contatos de mais alto nível, com o objetivo de promover o conhecimento recíproco, a concertação política e o adensamento das relações econômicas e comerciais.

Em Brasília, no dia 4, o Ministro Mammadyarov manterá encontros de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e com os Ministros das Minas e Energia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No Rio de Janeiro, no dia 5 de abril, o Chanceler azeri será recebido pelo Presidente da Petrobras. O Azerbaijão é um dos maiores receptores mundiais de investimentos estrangeiros diretos, em função do grande potencial de sua indústria petrolífera e de seu acesso privilegiado às jazidas do Mar Cáspio. O país possui papel central no transporte de petróleo e gás natural pelo Cáucaso.

Comunicado à Imprensa sobre o encontro dos Presidentes do Brasil e de Honduras (4 de abril de 2006)

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República de Honduras, José Manuel Zelaya Rosales, se reuniram no dia 3 de abril de 2006 no Palácio do Planalto, em Brasília.

O Presidente Lula da Silva manifestou a satisfação do Brasil com a visita de trabalho do Presidente Zelaya e sua comitiva. Assinalou a determinação brasileira de dinamizar as relações com os países do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e recordou, nesse sentido, os entendimentos alcançados durante o encontro que manteve com Presidentes e representantes dos Governos centro-americanos na Guatemala, em setembro de 2005.

Ambos os Presidentes concordaram em que a visita do Presidente Zelaya é representativa da nova etapa que atravessam as relações bilaterais, caracterizada pelo interesse na intensificação dos laços nos diferentes campos.

Durante a reunião, tratou-se, entre outros, dos seguintes temas:

BID - Com relação ao interesse manifestado por Honduras no sentido de que se dê à dívida hondurenha, no âmbito do BID, tratamento semelhante ao acordado por outros credores e organismos internacionais, a parte brasileira indicou que vê com simpatia essa idéia, desde que tecnicamente possível.

Cooperação em matéria de biocombustíveis - Foram recordadas, entre outras iniciativas, a assinatura, no mês de setembro passado, na Guatemala, do “Protocolo entre o Governo da República de Honduras e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível”, e a recente participação hondurenha em missão ao Brasil de países do SICA interessados na experiência brasileira com o etanol. No que se

refere ao Protocolo assinado, acordou-se que, tão logo a parte hondurenha adote as medidas necessárias para sua entrada em vigor, ambos os países desenvolverão projetos específicos de cooperação ao amparo desse instrumento. O Presidente Lula reiterou a total disposição do Brasil de cooperar com Honduras nessa matéria, seja com relação ao etanol, seja com relação ao biodiesel.

Outras iniciativas de cooperação - O Governo brasileiro comprometeu-se a considerar com atenção os pedidos de cooperação formulados pela parte hondurenha em diversos campos, entre os quais o esporte, a luta contra o HIV/SIDA e o combate ao crime organizado. Ressaltou-se a importância do programa de cooperação acordado durante a missão da Agência Brasileira de Cooperação a Tegucigalpa, em fevereiro último.

Cooperação empresarial - As duas partes examinaram as possibilidades que se abrem para a intensificação do intercâmbio comercial em temas como a participação brasileira em licitações para a construção de hidrelétricas em Honduras, a associação de empresas dos dois países com vistas a terceiros mercados e a organização de missões comerciais. A parte hondurenha manifestou interesse em que a Petrobrás participe de prospecções no Caribe hondurenho.

MERCOSUL/SICA - Recordou-se a proposta existente de se iniciarem negociações entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), com vistas à celebração de um acordo de livre comércio. A parte brasileira observou que tal acordo contribuiria significativamente para estimular as relações comerciais e instou Honduras a avançar no tratamento desse tema no âmbito do SICA.

Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) - O lado brasileiro indicou que o tema da participação do Brasil no BCIE está sendo analisado pelos setores competentes do Governo. O lado hondurenho reiterou seu interesse naquela participação, salientando os benefícios que poderia trazer para a intensificação dos laços comerciais entre

os dois países.

Nações Unidas e Conselho de Segurança - As duas partes reafirmaram sua determinação em contribuir para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas e impulsionar a reforma da Organização, em particular a ampliação do Conselho de Segurança. A parte hondurenha assinalou que continuará a co-patrocinar a reforma do Conselho e manifestou seu apoio à idéia de que o Brasil venha a integrar, como membro permanente, um Conselho de Segurança ampliado. A parte brasileira agradeceu o valioso apoio de Honduras.

Os dois Presidentes celebraram o fato de que em 2006 se comemora o centenário do estabelecimento de vínculos diplomáticos entre o Brasil e Honduras.

O Presidente Zelaya Rosales agradeceu a acolhida recebida no Brasil e convidou o Presidente Lula da Silva a visitar Honduras.

Brasília, 3 de abril de 2006.

Reunião do Ministro Celso Amorim com o Secretário-Geral da OEA (4 de abril de 2006)

O Ministro Celso Amorim reuniu-se com o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, em 4 de abril. Foram discutidos temas regionais e internacionais, inclusive a realização da próxima Assembléia Geral da OEA na República Dominicana (3 a 6 de junho).

O Ministro Celso Amorim felicitou o Secretário-Geral José Miguel Insulza pelo papel desempenhado pela OEA nas eleições haitianas. Ficou clara a expectativa de ambos de que o povo haitiano volte a manifestar sua vontade, em ambiente pacífico e ordeiro, por ocasião do segundo turno das eleições parlamentares, previsto para 21 de abril. O Chanceler brasileiro ressaltou a necessidade de que seja prestado apoio ao Haiti no período pós-eleitoral, sobretudo por meio da implementação de projetos de desenvolvimento, capacitação técnica e fortalecimento institucional.

O Ministro Celso Amorim reiterou convite ao

Secretário-Geral da OEA para participar da reunião de países doadores, a realizar-se em 23 de maio, em Brasília, com o objetivo de intensificar a cooperação internacional com o Haiti.

A OEA tem desempenhado papel importante no Haiti, especialmente em matéria eleitoral e de monitoramento da situação dos direitos humanos.

Reunião do G-8 - Convite do Presidente Putin ao Presidente Lula (4 de abril de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu hoje, 4 de abril, o Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv. Na oportunidade, o Presidente do Governo russo entregou carta do Presidente Vladimir Putin dirigida ao Presidente Lula para convidá-lo a participar da reunião ampliada do G-8, a realizar-se no contexto do encontro de Chefes de Estado e de Governo daquele Grupo, em São Petersburgo, Rússia, de 15 a 17 de julho de 2006.

Na carta, o Presidente Putin indicou que a agenda da reunião de São Petersburgo incluirá a segurança energética internacional, a luta contra doenças infecciosas e o desenvolvimento da educação. Na qualidade de presidente em exercício do G-8, ressaltou o interesse de seu país em promover a participação, juntamente com os países membros do Grupo, “dos outros grandes Estados do mundo no discussão dos problemas globais”. Nesse contexto, o Presidente Putin afirmou estar convencido de que o Brasil “pode contribuir muito na elaboração das iniciativas que o G-8 lançará em 2006”.

O Presidente Lula agradeceu a iniciativa e indicou que considerará o convite com atenção e interesse.

Declaração Conjunta - IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação - Brasília, 4 de abril de 2006 (4 de abril de 2006)

O Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José Alencar Gomes da Silva, e o

Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhaíl Fradkóv, expressaram satisfação com a realização da visita oficial do Chefe de Governo russo ao Brasil e sublinharam a importância da ocasião para a consolidação da parceria estratégica entre os dois países.

2. O Vice-Presidente brasileiro e o Presidente do Governo russo co-presidiram a IV Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, a mais elevada instância formal de colaboração bilateral, realizada no dia 4 de abril corrente, em Brasília.

3. Durante a reunião, avaliaram positivamente os resultados da IV Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia para Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, que teve lugar em Moscou, nos dias 3 e 4 de outubro de 2005. Foram destacados os avanços alcançados durante aquele encontro nas variadas vertentes de cooperação bilateral, bem como seu papel no adensamento do relacionamento entre Brasil e Rússia.

4. Nesse contexto, reiteram a relevância da visita à Rússia, em outubro de 2005, do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a visita ao Brasil, em novembro de 2004, do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin, ocasiões em que os dois mandatários examinaram os mais importantes temas do relacionamento bilateral e constataram com satisfação a convergência de posições dos dois países com relação a ampla gama de temas da agenda internacional.

5. As Partes registraram, com satisfação, a perspectiva de novo encontro entre os mandatários dos dois países, conforme convite dirigido pelo Presidente Vladimir Putin ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar do segmento de alto nível da Cúpula de São Petersburgo no âmbito da atual presidência do G-8 pela Federação da Rússia.

6. O Vice-Presidente brasileiro mais uma vez agradeceu à parte russa pelo apoio ao Brasil na qualidade de um dos fortes candidatos a vaga de

membro permanente de um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado, no entendimento de que seja tomada decisão sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU em ambas as categorias. Ao mesmo tempo, as Partes assinalaram a necessidade de obtenção do mais amplo acordo na tomada de decisões relativas a todos os processos de reforma da ONU.

7. O Vice-Presidente do Brasil e o Presidente do Governo da Rússia constataram o crescente dinamismo do intercâmbio comercial entre os dois países, que superou a cifra de três bilhões de dólares no ano de 2005, e manifestaram disposição de ampliar e diversificar a pauta bilateral, com vistas à maior participação de produtos de alto valor agregado. Atribuíram, ainda, elevada importância às recém-concluídas negociações entre os dois países sobre a adesão da Federação da Rússia à Organização Mundial do Comércio. Elogiaram a atuação do Conselho Empresarial Brasil-Rússia na intensificação dos contatos diretos entre empresários dos dois países para o incremento do comércio bilateral e coincidiram quanto à necessidade de dar continuidade ao diálogo técnico e político com vistas à ampliação da corrente de comércio Brasil-Rússia, inclusive em produtos agropecuários.

8. As Partes salientaram o caráter múltiplo da cooperação empreendida por Brasil e Rússia e registraram os avanços constatados nas áreas econômico-comercial, agrícola, científica e tecnológica, cultural e esportiva. Saudaram, especialmente os significativos progressos registrados nos setores aeronáutico, espacial, bancário e energético. Manifestaram a disposição de intensificar a cooperação nas áreas técnico-militar e de defesa.

9. Dedicaram, ainda, particular atenção ao campo da ciência e tecnologia, reiterando a importância de elevar o relacionamento bilateral nessa área ao patamar da “aliança tecnológica”, conforme determinação nesse sentido dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia. Ressaltaram os progressos alcançados na

cooperação bilateral para o uso pacífico do espaço exterior, área em que se destaca a realização do programa brasileiro-russo na área espacial e enfatizaram a importância da pronta conclusão das negociações de acordo bilateral de salvaguardas tecnológicas espaciais.

10. Destacaram a participação de cosmonauta brasileiro em missão no segmento russo da Estação Espacial Internacional. Caracterizaram o evento como marco da concretização do compromisso assumido pelos dois países na área espacial e símbolo da determinação mútua de desenvolver cooperação sólida e frutífera no campo da pesquisa e utilização do espaço exterior para fins pacíficos.

11. As Partes saudaram o anúncio do Presidente do Governo da Federação da Rússia, Mikhail Fradkov, de suspensão das restrições à importação pela Rússia de carnes bovinas provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a liberação da importação de carnes de aves. A Parte russa anunciou o próximo envio de missão técnica ao Brasil para examinar a situação.

12. Ao avaliar a cooperação bancária bilateral, as Partes destacaram a visita, em maio próximo, do Presidente do Banco Central do Brasil a Moscou, ocasião em que deverá ser assinado memorando de entendimento entre o Banco Central do Brasil e o Banco da Rússia.

13. O Vice-Presidente do Brasil e o Presidente do Governo da Rússia expressaram sua satisfação com a assinatura, no decorrer da visita, dos seguintes instrumentos:

- Memorando de Entendimento e Cooperação na Área de Metrologia entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial da República Federativa do Brasil e a Agência Federal de Regulamentação Tecnológica e Metrologia da Federação da Rússia;

- Programa de Cooperação entre o Conselho Administrativo de Segurança Econômica do Ministério da Justiça da República Federativa do

Brasil e o Serviço Federal de Política Antimonopólio da Federação da Rússia;

- Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia.

14. No âmbito da sua visita ao Brasil, o Presidente do Governo da Federação da Rússia encontrou-se com dirigentes de empresas brasileiras do setor de energia e com membros do Conselho Empresarial Brasil-Rússia. Visitou também as instalações da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

15. O Vice-Presidente José de Alencar Gomes da Silva e o Presidente do Governo Mikhail Fradkov congratularam-se pelo adensamento das relações bilaterais e reafirmaram o relevante papel da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação nesse processo, sugerindo que sua próxima reunião seja realizada, de acordo com o princípio da alternância, na cidade de Moscou, em 2007.

Assinado em Brasília, no dia 4 de abril de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e russo.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Vice-Presidente da
República Federativa do Brasil

MIKHAÍL FRADKÓV

Presidente do Governo da
Federação da Rússia

Visita de Estado ao Brasil da Presidente do Chile (7 de abril de 2006)

A Presidente do Chile, Michelle Bachelet, fará visita de Estado ao Brasil no dia 11 de abril.

A visita da Presidente do Chile, um mês após sua posse, reflete o excelente estado das relações

bilaterais e os tradicionais laços de amizade entre o Brasil e o Chile. Os dois países mantêm estreita cooperação no Haiti, na iniciativa contra a Fome e a Pobreza, na conformação da Comunidade Sul Americana de Nações e no âmbito do G-20. O comércio bilateral alcançou, em 2005, a cifra de US\$ 5,25 bilhões, volume considerável no contexto regional.

A visita constituirá oportunidade para o intercâmbio de impressões sobre os principais temas da agenda regional e internacional. Deverão ser assinados acordos sobre meio ambiente; mineração e energia, e concessão de residência temporária.

O Presidente Lula manterá com a Presidente Bachelet reunião no Palácio do Planalto, seguida de almoço no Palácio Itamaraty. A Presidente do Chile será também homenageada em sessão conjunta do Congresso Nacional e recebida no Supremo Tribunal Federal pela Presidente e Ministros daquela Corte.

Vôo da Força Aérea Brasileira a países africanos (7 de abril de 2006)

Partirá domingo, dia 9 de abril, aeronave C-130 da Força Aérea Brasileira com destino a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal e Costa do Marfim. Trata-se de iniciativa que poderá levar ao estabelecimento de linha regular da FAB para capitais africanas, em proveito de programas e projetos de cooperação entre o Brasil e países daquele continente.

Neste primeiro vôo, a FAB transportará medicamentos anti-retrovirais genéricos para os programas de combate ao HIV/AIDS desenvolvidos pelo Governo brasileiro em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, fardamentos para o Exército da Guiné-Bissau, equipamentos e material para os Centros de Formação Profissional instalados pelo SENAI nas cidades de Praia e Bissau, material educativo para o projeto “Escola para Todos” implantado pelo Ministério da Educação do Brasil em Cabo Verde, computadores destinados à Guiné-Bissau e estojos de farmácia básica, entre outros itens.

Embarcarão, na mesma aeronave, militares

brasileiros que farão missão exploratória na Guiné-Bissau, com vistas a avaliar as ações de cooperação a serem executadas pelas Forças Armadas do Brasil naquele país. Seguirão, também, para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Senegal funcionários do Itamaraty, em missão de apoio consular às comunidades brasileiras, além de estudantes da Guiné-Bissau que retornam a seu país, após concluírem estudos universitários no Brasil. Em Abidjan, será realizada missão de apoio ao contingente militar brasileiro que presta proteção à Embaixada do Brasil.

A realização de vôos regulares da FAB para a África justifica-se pela baixa frequência dos vôos comerciais entre cidades brasileiras e africanas, circunstância que não favorece a desejável intensificação das relações entre o Brasil e seus parceiros daquele continente. Uma vez consolidada, a linha regular da FAB permitirá o incremento das atividades brasileiras de cooperação.

Apresentação de credenciais do primeiro Embaixador Residente do Brasil em Belize (7 de abril de 2006)

O Embaixador do Brasil em Belize, Roberto Pires Coutinho, apresentou credenciais ao Governador-Geral, Sir Colville Young, em Belmopan, em 4 de abril corrente. Trata-se do primeiro titular da Embaixada brasileira recentemente criada naquele país, medida que se inscreve no contexto do aprofundamento das relações com a América Central e o Caribe. Com o estabelecimento da Missão diplomática em Belmopan, o Brasil passou a contar com Embaixadas residentes em todos os países centro-americanos.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belize foram estabelecidas em março de 1983. Em junho de 2005, o Primeiro-Ministro Said Musa realizou a primeira visita de um Chefe de Governo de Belize ao Brasil, ocasião em que foram assinados acordo de cooperação técnica bilateral, memorando de entendimento para tratamento de HIV/AIDS e acordo para supressão de vistos em passaportes

diplomáticos, oficiais e de serviço.

Durante sua visita à Guatemala, em setembro de 2005, o Presidente Lula manteve novo encontro com o Primeiro- Ministro de Belize, no contexto de reunião com os Chefes de Governo dos países membros do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Naquela oportunidade, foi assinado Protocolo de Intenções sobre transferência de tecnologia para a utilização do etanol combustível, tema que constitui a principal área de interesse para cooperação entre os dois países.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Japão (8 de abril de 2006)

O Ministro Celso Amorim foi designado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter conversações no Japão, relacionadas com a escolha pelo Brasil de um padrão para a TV digital. Participarão também da missão o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, além de outros funcionários do Governo.

Estão agendados encontros, entre os dias 11 e 13 de abril, com o Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Taro Aso, com o Ministro do Interior e Comunicações, Heizo Takenaka, com o Ministro da Economia, Comércio e Indústria, Toshihiro Nikai, e com o Vice-Presidente da Associação de Indústrias e Negócios de Rádio, Genichi Hashimoto, entre outros.

Visita de Estado da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil. Brasília, 11 de abril de 2006 - Comunicado Conjunto “Uma Aliança Renovada” (11 de abril de 2006)

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, realizou visita de Estado ao Brasil nos dias 10 e 11 de abril de 2006.

1. Os Presidentes do Brasil e do Chile expressaram sua satisfação pelo excelente nível das

relações bilaterais, que se fundamenta nos valores compartilhados da paz, democracia, respeito pelos direitos humanos, diversidade cultural e desenvolvimento com justiça social.

2. Essas amplas coincidências refletem-se no diálogo fluido e na cooperação entre os dois países tanto em temas regionais quanto globais, em particular na participação nos mecanismos de concertação política e integração regional, bem como nos foros multilaterais.

3. Os Presidentes manifestaram sua vontade de estabelecer uma aliança renovada entre Brasil e Chile e para tanto estão dispostos a fortalecer as linhas de diálogo e cooperação existentes e buscar novas formas para fazer ainda mais consistente e produtiva a agenda dos dois países e implementar suas coincidências internacionais.

4. Nesse contexto, reafirmaram o compromisso do Brasil e do Chile de promover conjuntamente a integração da América do Sul por meio de iniciativas que contribuam para a paz, a estabilidade democrática, a convergência econômica, a coesão social e o desenvolvimento sustentável.

5. Ao reiterarem a importância que atribuem à crescente vinculação entre os países da região para fazer face aos desafios do desenvolvimento e da globalização, expressaram o compromisso mútuo de continuar a promover a construção e o fortalecimento da institucionalização da Comunidade Sul-Americana das Nações por meio do diálogo político, do estreitamento dos laços comerciais e da integração física e energética. O Presidente Lula agradeceu o oferecimento do Chile para ser sede da próxima Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações.

6. Convieram buscar formas de viabilizar o financiamento da integração energética e dos corredores bioceânicos, cuja concretização contribuirá significativamente para a expansão econômica e o desenvolvimento de todos os países sul-americanos.

7. Salientaram que a Comunidade Sul-Americana de Nações fortalece a coordenação

política entre os países da região em benefício da estabilidade democrática, da participação cidadã e da inclusão social. Manifestaram sua satisfação pela criação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-americano e neste sentido a Presidente do Chile informou a nomeação do Embaixador Luis Maira como seu representante pessoal na Comissão.

8. Expressaram a necessidade de fortalecer a cultura como área prioritária para a integração da América do Sul. A esse respeito, mencionaram, entre outros objetivos a preservação e proteção do patrimônio cultural; a cultura e o melhoramento da dignidade e identidade; a cultura e a criação de emprego digno e a superação da pobreza; e o papel dos povos indígenas.

9. Tomaram nota da importância do intercâmbio cultural como instrumento de cooperação e integração entre os povos de ambos os países. A Presidente do Chile convidou o Presidente do Brasil a considerar a possibilidade de fazer uso do Centro Cultural Palácio La Moneda para uma exposição de arte brasileira.

10. Reconheceram a importância da Cúpula América do Sul – Países Árabes e da plena implementação do programa de trabalho acordado em Brasília. Afirmaram a relevância de se avançar na iniciativa de uma reunião de Chefes de Estado da América do Sul e dos países da OUA. Sugeriram a importância de também iniciar diálogo dirigido à aproximação com os países asiáticos.

11. Os Presidentes do Brasil e do Chile ressaltaram a necessidade de impulsionar ações que permitam levar adiante projetos de desenvolvimento da infra-estrutura que melhorem a interconectividade entre o Pacífico e Atlântico. Neste sentido, encomendaram aos ministros das áreas competentes a formulação de um plano de cooperação específico sobre a matéria, considerando o marco da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana e o eixos de integração e desenvolvimento nela identificados.

12. Destacaram as iniciativas que se desenvolvem em matéria de integração energética regional no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações, no MERCOSUL com a subscrição do Acordo Marco de Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, e entre os países de maneira direta. Reafirmaram sua vontade de avançar e aprofundar esse processo de integração energética promovendo o mais amplo benefício possível para os países sul-americanos.

13. No âmbito bilateral, enfatizaram o mútuo interesse de explorar e desenvolver as potencialidades da complementação dos recursos energéticos entre ambos os países, impulsionando a integração e a cooperação nesta matéria, neste sentido manifestaram a sua grande satisfação pela assinatura do Memorando de entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente, em matéria Energética e de Mineração, que permitirá, entre outras, promover atividades de cooperação, associação e ação comum nos campos da geologia, mineração, dos hidrocarbonetos e afins, e de energia elétrica, bem como apoiar a participação de empresas dos dois países em atividades comerciais conjuntas em seus territórios e em terceiros países nas áreas mencionadas. Ademais, permitirá definir ações de apoio, intercâmbio de informações e cooperação no desenvolvimento de instrumentos legais e regulatórios e estudos que permitam facilitar o desenvolvimento de projetos privados, públicos ou conjuntos, nas áreas de hidrocarbonetos, geologia, mineração e de energia elétrica, em seus territórios e em terceiros países. Os Presidentes instaram a seus organismos competentes a estabelecer com a possível brevidade, uma data para realizar a primeira reunião do mecanismo, o que contribuirá para fortalecer seus vínculos econômicos e políticos e incrementar o desenvolvimento social e produtivo.

14. Comprometeram-se a continuar a trabalhar para o fortalecimento da dimensão política do Mercosul e destacaram o processo de ampliação

do bloco. A inclusão do capítulo sobre serviços nas negociações no âmbito do ACE-35 foi também destacada como um passo positivo para o aprofundamento da integração sub-regional.

15. Manifestaram especial satisfação com o crescimento do intercâmbio comercial entre o Chile e o Brasil assim como o significativo incremento do turismo e dos investimentos entre os dois países. Ressaltaram a necessidade de encaminhar satisfatoriamente os respectivos interesses em matéria comercial, decidindo, para tanto, promover encontros bilaterais. Para esse fim, decidiram criar um Grupo de Expansão Dinâmica do Comércio, coordenado pelas respectivas Chancelarias, que se reunirá pela primeira vez durante o primeiro semestre de 2006.

16. Reafirmaram a relevância do Grupo do Rio como mecanismo permanente de consulta e concertação política e de interlocução com outros blocos e países. Do mesmo modo, manifestaram sua vontade de seguir apoiando os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Guiana, em sua qualidade de Secretaria Pro Tempore 2006 deste importante foro regional.

17. Os Presidentes do Brasil e do Chile ressaltaram a importância do Direito Internacional e a necessidade de fortalecer o multilateralismo como instrumento para a preservação da paz e da segurança internacional, bem como para a promoção do desenvolvimento econômico e social de todas as nações.

18. Os Presidentes destacaram que as profundas transformações no cenário internacional dos últimos sessenta anos tornam imperativo fazer avançar a reforma das Nações Unidas em seus diferentes aspectos. O Presidente Lula reiterou à Presidente Bachelet o agradecimento pelo firme apoio do Chile à incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. Nesse sentido, ambos os países enfatizaram a importância de aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento no Conselho, com o fim de dar-lhe maior legitimidade. Este é um elemento central da reforma das Nações Unidas.

19. Presidente Lula manifestou ainda sua satisfação com a designação do ex-Presidente Ricardo Lagos para integrar o Painel de Alto Nível sobre Segurança Internacional e Reforma das Nações Unidas. Ambos os países concordaram com a necessidade de impulsionar propostas que permitam implementar os acordos alcançados na Cúpula de setembro de 2005.

20. Salientaram os avanços logrados na Rodada de Doha, em Hong Kong, com o compromisso dos países desenvolvidos de eliminar qualquer forma de subsídio à exportação agrícola, e comprometeram-se a continuar a envidar esforços para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Sublinharam o trabalho conjunto e o destacado papel que o G-20 tem exercido em prol da liberalização do comércio de produtos agrícolas e da busca de soluções negociadas que permitam o avanço da Rodada, atendendo aos objetivos dos países em desenvolvimento.

21. Os dois Chefes de Estado ressaltaram a participação da América Latina na Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH), e valorizaram o papel desempenhado pelo contingente brasileiro e chileno destacado na ilha, cuja ação e presença têm contribuído, junto a outras nações, para alcançar um ambiente mais seguro nesse país irmão. Reconheceram o trabalho e a liderança do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Juan Gabriel Valdés, como Chefe dessa Missão de Paz, cuja gestão permitiu gerar condições para a realização das eleições do dia 7 de fevereiro. Do mesmo modo, além de felicitar ao povo haitiano por sua maciça participação nos comícios, os Presidentes manifestaram sua expectativa de que o segundo turno eleitoral parlamentar do dia 21 de abril se realize em um marco de segurança, participação e transparência, de maneira que o Presidente Eleito, Senhor René Preval, tome posse no dia 14 de maio de 2006 ante uma Assembléia Nacional representativa e democrática.

22. Ambos Mandatários reafirmaram a disposição de continuar promovendo a relevância política da Organização dos Estados Americanos, implementado uma agenda com base em três eixos fundamentais — democracia e direitos humanos, segurança multidimensional e desenvolvimento integral — que possa também contribuir para a estabilidade hemisférica. Destacaram a contribuição da OEA nas eleições do Haiti e a liderança construtiva que vem sendo exercida por José Miguel Insulza como Secretário-Geral daquela Organização.

23. O Presidente Lula e a Presidente Bachelet ressaltaram a participação dos dois países na “Ação contra a Fome e a Pobreza” e no Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores, reiterando a necessidade de continuar trabalhando na concretização do conjunto do elenco de opções propostas. Congratularam-se pela decisão dos dois governos, junto com a França e outros dez países, de instituir uma contribuição solidária sobre passagens aéreas destinada à criação de um fundo global de apoio à redução da pobreza e indigência nos países mais necessitados. Instaram as demais nações a também fazê-lo, contribuindo assim para tornar realidade os esforços que permitam construir uma globalização da mais solidária.

24. Os mandatários lembraram o Plano de Ação Conjunta firmado entre os dois Governos em agosto de 2004, durante a visita de Estado do Presidente Lula ao Chile, e reiteraram o compromisso em fomentar e acompanhar a execução das medidas e iniciativas bilaterais contempladas nas diferentes áreas. Manifestaram particular interesse no intercâmbio regular de experiências na área social, no que tange às políticas públicas para o combate à pobreza e a inclusão social.

25. Os Presidentes destacaram a importância da cooperação na área de Seguridade Social e neste sentido instruíram as autoridades competentes a reunir-se com a possível brevidade para avaliar a situação bilateral na matéria.

26. Da mesma forma, destacaram o grande

potencial que oferece a área de ciência e tecnologia para o reforço do vínculo bilateral, instruindo aos Ministros competentes a colocar em andamento o Grupo de Trabalho criado para esse fim.

27. Os Presidentes se felicitaram pela assinatura dos seguintes documentos:

Notas reversais que permitirão implementar de forma bilateral o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 6 de dezembro de 2002;

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Meio-Ambiente;

Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em matéria Energética e de Mineração.

28. O Presidente Lula manifestou sua satisfação em receber a Presidente Michelle Bachelet, cuja presença simboliza a força da aliança Brasil-Chile e a perspectiva de que uma renovada etapa de profícua cooperação se inaugure com o novo Governo chileno.

29. A Presidente Bachelet estendeu um cordial convite ao Presidente Lula da Silva para visitar o Chile em data a ser determinada pelos canais diplomáticos.

30. A Presidente do Chile, Michelle Bachelet, agradeceu, em nome próprio e de sua comitiva, as atenções e as mostras de afeto recebidas do povo e Governo brasileiros durante sua Visita de Estado.

Brasília, em 11 de abril de 2006.

Memorando entre os Governos do Brasil e do Japão sobre a implementação do sistema brasileiro de TV digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira (13 de abril de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Taro Aso, assinaram hoje, dia 13 de abril, em Tóquio, “Memorando entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão, referente à

implementação do sistema brasileiro de TV digital, baseado no padrão ISDB-T, e à cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira”, cujo texto segue abaixo:

“O Brasil vem estudando favoravelmente a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital com base no padrão ISDB-T. Caso esta opção venha a ser adotada, este Memorando terá como objetivo essa implementação e a construção das bases para a viabilização e o desenvolvimento conjunto da respectiva plataforma industrial eletroeletrônica brasileira, pelo Governo da República Federativa do Brasil, representado neste ato por Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, e pelo Governo do Japão, representado neste ato por Taro Aso, Ministro dos Negócios Estrangeiros, doravante denominados “as duas Partes”.

CONSIDERANDO o interesse do Governo brasileiro no desenvolvimento da transmissão de TV Digital e no desenvolvimento e na transferência de tecnologia na área de componentes semicondutores, componentes eletroeletrônicos, soluções inovadoras para a televisão digital e outros campos correlatos da indústria eletroeletrônica; bem como o interesse dos setores industriais brasileiros na parceria entre empresas brasileiras e empresas japonesas no processo de introdução da televisão digital;

CONSIDERANDO o interesse do Governo japonês, da ARIB (Association of Radio Industries and Businesses) e do setor industrial japonês no desenvolvimento da indústria eletroeletrônica brasileira a partir da difusão dos televisores digitais, mediante adoção do padrão de televisão digital com base no ISDB-T no Brasil; e considerando que os investimentos de empresas japonesas no Brasil, incluída a produção de semicondutores, televisores de plasma e de cristal líquido, podem contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira e a revitalização das relações econômicas entre os dois países; e que o Governo japonês deseja este progresso;

CONSIDERANDO o potencial aumento da

demanda, nos mercados nacional e internacional, de semicondutores empregados pelo avanço da digitalização dos produtos industriais advindo da difusão dos televisores digitais; bem como a necessidade de suporte adequado para a elaboração de estratégia para a criação, pelo Governo brasileiro, de um ambiente favorável que comporte o investimento direto na indústria eletroeletrônica, especialmente a dos produtos mais avançados;

CONSIDERANDO que as empresas japonesas atuantes no Brasil já vêm dedicando esforços para a expansão dos negócios no País, como o início da produção dos televisores de tela plana; que demonstram grande interesse em contribuir para o desenvolvimento econômico do País hoje e no futuro; e que estão prontas para contribuir no projeto do Governo brasileiro com todos os recursos ao seu alcance para fortalecer a competitividade da indústria eletroeletrônica brasileira;

AS DUAS PARTES COMPARTILHAM OS SEGUINTE PONTOS NO CASO DE O GOVERNO BRASILEIRO DECIDIR IMPLEMENTAR O SBTVD BASEADO NO PADRÃO ISDB-T:

O Brasil e o Japão cooperarão para criar um sistema nipo-brasileiro de televisão digital que expresse o desejo de ambos os países de estabelecer uma parceria sólida e duradoura. Para este fim, o Governo brasileiro manifesta seu forte desejo de implementar o SBTVD, com base no ISDB-T.

Com vistas à implementação do SBTVD, baseado no padrão ISDB-T, o Governo brasileiro organizará um comitê com seus setores industriais para elaborar propostas com o intuito de favorecer o investimento internacional visando a criar indústrias de ponta, como a de semicondutores.

O Governo japonês cooperará ao máximo com o comitê, por meio da recepção de missões de pesquisa, fornecimento de informações necessárias, se houver pedido do Governo brasileiro.

O Governo japonês colaborará com o Governo brasileiro na elaboração, pelo Governo brasileiro, de

um plano estratégico com o objetivo de desenvolver a indústria de semicondutores no Brasil.

Além disso, o Governo japonês valoriza as empresas japonesas que cooperem nos vários estudos para a modernização das indústrias relacionadas a serem feitos pelo Brasil e estudem a possibilidade de investimentos futuros na indústria eletroeletrônica, incluindo a indústria de semicondutores e correlatos e a cooperação na capacitação de recursos humanos.

O Governo japonês colaborará, se necessário, com as empresas japonesas que investem no Brasil e contribuem para a capacitação de recursos humanos.

O Governo japonês apoiará, ao máximo possível, os seguintes pontos expressos pela ARIB e pelo setor industrial japonês:

(1) a participação de instituições brasileiras correlatas no trabalho de padronização relativa à diversificação de conteúdo do padrão ISDB-T, inclusive com a participação de representante brasileiro como membro do Comitê de Padronização do Consórcio ARIB,

(2) a cooperação para a introdução de tecnologia inovadora desenvolvida pelo Brasil no padrão ISDB-T,

(3) a organização de fóruns de especialistas dos dois países e o estabelecimento de interlocutor de serviços de cooperação na transferência de tecnologia do padrão ISDB-T,

(4) além disso, o Governo japonês recebe de bom grado a dispensa de pagamento, pelo Brasil, de royalties relativos a patentes das próprias tecnologias ISDB-T.

O Governo japonês, a fim de promover a transferência de tecnologia relacionada ao padrão ISDB-T, apoiará a atividade de um centro de desenvolvimento a ser formado no Brasil pela Parte brasileira. Com este objetivo, o Governo japonês receberá engenheiros brasileiros para treinamento com a colaboração de emissoras japonesas e fabricantes no Japão, bem como apoiará os esforços

na capacitação de engenheiros brasileiros no Brasil, enviando peritos e técnicos japoneses ao Brasil para fornecer orientação e treinamento.

No que tange à experiência e à política para implementação de transmissão digital, apoiará a política de digitalização do Governo brasileiro, organizando-se para oferecer informações oportunas e responder a consultas na medida do possível.

O Governo Japonês recebe de bom grado a posição do JBIC de estudar positivamente a concessão de créditos neste contexto.

Os dois países constituirão grupo de trabalho conjunto para detalhar os procedimentos indicados neste memorando em 4 semanas após a decisão do Governo brasileiro sobre a implementação do SBTVD, com base no padrão ISDB-T.

Certas de que existe uma parceria estratégica entre o Governo brasileiro e o Governo japonês, como tem sido a tradição de colaboração ao longo das últimas quatro décadas, as duas Partes subscrevem, no dia 13 de abril de 2006, o presente memorando, que foi feito nas línguas portuguesa e japonesa, tendo ambos os textos o mesmo valor.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Taro Aso

Ministro dos Negócios Estrangeiros
do Japão”

Atentado em Israel (17 de abril de 2006)

O Governo brasileiro condena com veemência o bárbaro atentado que vitimou em Tel Aviv, Israel, durante os feriados da Páscoa judaica, pelo menos oito pessoas, além de deixar dezenas de feridos.

O Brasil reitera sua absoluta oposição ao recurso a atos de violência, independentemente dos motivos alegados, e exorta as partes em conflito a evitar qualquer iniciativa que possa contribuir para nova espiral de violência e enfrentamentos na região.

O Governo brasileiro transmite suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas do mencionado atentado.

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia (17 de abril de 2006)

Encontra-se em visita oficial ao Brasil, de 17 a 19 de abril corrente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Mohammed Bedjaoui. No dia 18, o Ministro Bedjaoui será recebido pelo Ministro Celso Amorim, que lhe oferecerá também almoço oficial no Itamaraty. Os dois Ministros encerrarão os trabalhos da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia e co-presidirão a abertura da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais.

O Ministro Bedjaoui terá audiências com outras autoridades brasileiras, entre as quais o Presidente da Câmara dos Deputados, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Ministro da Defesa. O Ministro argelino visitará, também, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, em Brasília.

A visita traduz a importância e o dinamismo atuais da parceria brasileiro-argelina. Em fevereiro de 2005, o Ministro Celso Amorim visitou Argel; em maio do mesmo ano, o Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, realizou Visita de Estado ao Brasil; e em fevereiro passado, o Presidente Lula fez Visita de Estado àquele país.

A Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na África e o primeiro no mundo árabe; o Brasil é o primeiro parceiro em desenvolvimento da Argélia e o sétimo em âmbito global. O comércio bilateral atingiu US\$ 3,222 bilhões em 2005, tendo apresentado aumento de 196% nos últimos três anos. Há espaço para expansão das exportações brasileiras, em particular nas áreas de bens, serviços e tecnologia.

Comemoração do Dia do Diplomata (18 de abril de 2006)

No âmbito da comemoração do Dia do Diplomata, será realizada em 20 de abril corrente, quinta-feira, às 11h00, no Palácio Itamaraty, a Cerimônia de Imposição de Insígnias e Medalhas da Ordem de Rio Branco, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Às 12h00, terá início, no Auditório do Palácio Itamaraty, a Cerimônia de formatura das Turmas de 2003-2005 e de 2004-2005 do Instituto Rio Branco. A cerimônia será presidida pelo Presidente da República e contará com a presença do Ministro das Relações Exteriores e de outras autoridades.

O acesso às Cerimônias de Imposição de Insígnias e de Formatura será permitido aos jornalistas credenciados pelo Itamaraty ou pela Presidência da República, de acordo com o seguinte critério: uma equipe por meio (repórter e fotógrafo ou cinegrafista).

Os demais jornalistas interessados na cobertura das cerimônias do Dia do Diplomata poderão ser credenciados mediante carta do meio dirigida ao Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, Embaixador Ricardo Neiva Tavares, até as 18 horas do dia 19 de maio, quarta-feira, indicando nome e função do(a) profissional.

Comunidade Sul-Americana de Nações - Reunião para a Negociação de Acordo de Isenção de Vistos de Turista - Rio de Janeiro, 11 e 12 de abril de 2006 (19 de abril de 2006)

Realizou-se nos dias 11 e 12 de abril, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, Reunião para a Negociação de Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Dispensa da Exigência de Visto de Turista e Habilitação de Documentos de Identidade para Ingresso e Trânsito em seus Territórios.

Durante a Reunião, foi possível avançar em texto que deverá ser assinado pelos Chanceleres da Comunidade, em reunião prevista para o início de

junho de 2006, em Santiago, Chile.

Trata-se do primeiro acordo negociado no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações, o qual facilitará o ingresso e o livre trânsito de cidadãos da região, com resultados positivos para o desenvolvimento do turismo e o aprofundamento das relações entre as respectivas sociedades.

Visita do Ministro Celso Amorim a Granada (21 de abril de 2006)

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Granada no dia 24 de abril, por ocasião da reunião de Ministros das Relações Exteriores do Conselho de Relações Exteriores da Comunidade do Caribe (CARICOM).

A programação bilateral incluirá encontros com o Primeiro-Ministro Keith Mitchell e com o Ministro das Relações Exteriores, Elvin Nimrod. Na ocasião, serão assinados Acordo de Cooperação Técnica e Acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e oficiais. Serão, ainda, examinadas possibilidades de cooperação nas áreas de prevenção de desastres naturais, saúde e agricultura.

O Ministro Celso Amorim será também recebido pelos Ministros das Relações Exteriores da CARICOM, com quem examinará a situação no Haiti. O Brasil vê com satisfação a normalização das relações entre aquele país e a Comunidade do Caribe, esperada para breve.

Deverão ser também discutidas oportunidades de cooperação entre o Brasil e a CARICOM nas áreas de saúde, agricultura, pecuária, biocombustíveis e transporte aéreo.

Encontro dos Presidentes do Brasil e da Argentina / Reunião Trilateral Brasil, Argentina e Venezuela (21 de abril de 2006)

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner se reunirão no próximo dia 25 de abril, na cidade de São Paulo, para tratar de temas de interesse comum da agenda bilateral.

Esse encontro se realiza na sequência da

reunião de Puerto Iguazú em novembro de 2005 e da visita de Estado do Presidente Kirchner ao Brasil em janeiro deste ano.

No dia 26 de abril, os Presidentes Lula e Kirchner encontram-se com o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, também na cidade de São Paulo, oportunidade em que manterão reunião trilateral.

Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe - Brasília, 25 de abril de 2005 (24 de abril de 2006)

O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, visitará o Brasil, no dia 25 de abril, acompanhado da Chanceler Carolina Barco, dos Ministros da Defesa e das Minas e Energia e do Diretor Nacional de Planejamento.

Serão discutidos temas da agenda bilateral, regional e internacional, incluindo questões relativas à Comunidade Sul-Americana de Nações; assuntos de defesa e proteção da Amazônia; projetos de infraestrutura, transporte, comércio e investimentos; e cooperação na área de energia, biodiesel e etanol.

Nos últimos anos, tem-se verificado considerável estreitamento das relações com a Colômbia. Merece atenção o incremento no fluxo de bens e serviços. O intercâmbio comercial em 2004 foi 39,4% maior do que o de 2003. Em 2005, registrou-se novo crescimento de 30,7%, atingindo-se a marca de US\$ 1,405 bilhão. Ainda na área comercial, devem ser assinaladas as vendas de aeronaves civis e militares de última geração da EMBRAER à Colômbia.

No tocante a investimentos, destaca-se a presença da Petrobras na Colômbia desde 1986. Atualmente, a empresa extrai cerca de 45.000 barris/dia de seus campos no país vizinho e seus investimentos alcançam o valor aproximado de US\$ 400 milhões. No ano passado, foi assinado acordo entre a Petrobras, a EXXON e a empresa colombiana ECOPETROL para a exploração de petróleo e gás em plataformas “offshore” no Caribe colombiano.

Trata-se do maior contrato de exploração da história da Colômbia.

Eleições legislativas no Haiti (24 de abril de 2006)

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia de que o segundo turno das eleições legislativas do Haiti, realizado em 21 de abril, ocorreu dentro da normalidade.

Segundo informações recebidas da Embaixada do Brasil no Haiti, o Conselho Eleitoral Provisório do Haiti (CEP), com o apoio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), procurou evitar atrasos e quaisquer incidentes nos centros de votação, que foram abertos desde as seis horas da manhã. O Presidente do CEP declarou, após o fechamento das urnas, considerar que as eleições tinham sido bem realizadas. Espera-se que os resultados possam ser publicados até o final da próxima semana.

O Governo brasileiro congratula-se com o Governo e o povo do Haiti pela realização do segundo turno das eleições em clima de normalidade, o que contribuirá para a consolidação da democracia naquele país.

Visita do Presidente da Colômbia ao Brasil (25 de abril de 2006)

O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, realizou visita de trabalho ao Brasil em 25 de abril de 2006.

Em reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi dado prosseguimento às conversações mantidas por ocasião da visita do Presidente do Brasil a Bogotá, em 14 de dezembro de 2005.

Foi prestada aos Presidentes informação sobre os resultados da VIII Reunião da Comissão de Vizinhança Colômbia-Brasil, levada a cabo em 19 e 20 de dezembro de 2005, em Brasília. Ficou registro de que a Comissão terá as suas atividades intensificadas a partir deste ano, com a realização de duas reuniões por ano. A próxima reunião ocorrerá

na segunda quinzena de julho de 2006.

Foram ressaltados os seguintes resultados desde o último encontro presidencial e da reunião da Comissão de Vizinhança:

- * o encaminhamento positivo da solicitação da Colômbia quanto ao aumento dos custos de praticagem no rio Amazonas: ficarão isentos de contratação de praticagem os navios dos países da Amazônia com menos de duas mil toneladas que naveguem nos rios da bacia amazônica;

- * a cooperação na área da saúde;

- * o aumento expressivo do comércio e dos investimentos recíprocos;

- * a perspectiva de cooperação no agronegócio, havendo interesse da Colômbia em desenvolver biodiesel;

- * o Protocolo em matéria de fiscalização sanitária, que permitirá intercâmbio de sêmen bovino e embriões;

- * o contrato para fornecimento de carvão e coque siderúrgico ao Brasil;

- * a conclusão de estudos de mercado que permitam identificar produtos colombianos de possível exportação para o Brasil, no esforço de reduzir o desequilíbrio na balança comercial;

- * a duplicação das frequências aéreas nos últimos dois meses, existindo agora vôos diários entre os dois países; há interesse de empresas em aumentar ainda mais as frequências;

Para aprofundar o intercâmbio, serão examinadas formas de financiamento dos eixos de integração para permitir a navegação nos rios Meta e Orinoco e para a rodovia Pasto-Mocoa.

Em prosseguimento à estreita cooperação na área de segurança e defesa, a Colômbia organizará em Bogotá, em 13 e 14 de julho de 2006, Reunião sobre Segurança e Defesa Integral da Amazônia, no contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A Colômbia poderá também convidar para reunião os Ministros da Defesa e Segurança dos países da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Houve franco intercâmbio de pontos de vista sobre os processos de integração regional. Nesse sentido, o diálogo político no mais alto nível é o cenário apropriado para a análise abrangente da situação, assim como para coordenar uma agenda construtiva. Tal exercício permitiria fortalecer os laços comunitários e promover iniciativas no sentido de aprofundar os processos de integração na América do Sul.

Atentado em Dahab, Egito (25 de abril de 2006)

O Governo brasileiro deplora o atentado ocorrido no início da noite do dia 24 de abril de 2006 no balneário turístico de Dahab, no Egito, em que se registraram diversas perdas de vidas inocentes e dezenas de pessoas feridas.

O Brasil expressa seu veemente repúdio a mais essa ação terrorista que, em menos de um ano após o atentado de Sharm El-Sheik, em julho de 2005, volta a ser deflagrada contra o Egito. O Brasil reitera sua absoluta oposição ao recurso a atos de violência, independentemente dos motivos alegados.

O Governo brasileiro transmite suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas do mencionado atentado.

Instalação de Escritório Regional da Embrapa na África (26 de abril de 2006)

Por ocasião da cerimônia de comemoração do trigésimo-terceiro aniversário da Embrapa, o Ministro Celso Amorim assinará Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e o Governo de Gana para a instalação, em Acra, do escritório regional da Embrapa na África.

A “Embrapa África” abre novas perspectivas nos esforços para ampliação dos laços de cooperação e solidariedade entre o Brasil e a África, uma das prioridades da política externa do Presidente Lula.

A escolha de Gana para a sede dessa inovadora experiência foi determinada pela posição estratégica do país, que permite a recepção de demandas de cooperação de toda a África Ocidental

e Central e a rápida irradiação dos resultados das atividades empreendidas.

Viagem do Ministro Celso Amorim a Genebra (27 de abril de 2006)

O Ministro Celso Amorim viajará a Genebra, de 29 de abril a 3 de maio de 2006, para manter reuniões relacionadas com as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

No sábado, dia 29 de abril, o Ministro Amorim terá reunião com o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath. Na segunda-feira, dia 1º de maio, manterá encontro com o Coordenador do Grupo de Cairns e Ministro do Comércio da Austrália, Mark Vaile. À noite, terá jantar de trabalho com o Representante Comercial dos EUA, Rob Portman, e com a Representante Comercial designada, Susan Schwab.

No dia 2 de maio, participará de reunião do G-20 e terá almoço de trabalho com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy. Deverá manter, no mesmo dia, encontros também com Ministros e outros interlocutores, entre os quais o Ministro da Agricultura do Japão, Soichi Nakagawa, e os Coordenadores em Genebra do Grupo Africano (Benin), dos Países ACP (Maurício) e dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo/LDCs (Zâmbia).

No dia 3, o Ministro Amorim manterá encontro com organizações não-governamentais ligadas ao comércio.

Propriedade Intelectual - Manutenção do Brasil na lista de observação prioritária dos EUA (28 de abril de 2006)

O Governo brasileiro recebeu, com desagrado, o anúncio da decisão do Governo norte-americano, em 28 de abril de 2006, de manter o Brasil na “lista de observação prioritária” (“priority watch list”) da seção “Special 301” da legislação de comércio dos EUA.

O Brasil tem sido incluído na “lista de países em observação prioritária” desde 2002. No entender do

Governo brasileiro, tal situação não reflete a realidade da proteção à propriedade intelectual no País.

Há menos de quatro meses, em 13 de janeiro de 2006, o Governo norte-americano encerrou o processo administrativo que ameaçava retirar os benefícios tarifários concedidos ao Brasil, no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP), justamente em virtude do reconhecimento dos notórios esforços que têm sido empreendidos pelo Governo e sociedade brasileiros no combate à pirataria de direitos autorais e demais delitos contra a propriedade intelectual, com a criação, no Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e com a adoção de medidas repressivas, educacionais e econômicas.

A decisão de manter o Brasil na “lista de observação prioritária” da “Special 301” não guarda correspondência com os padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação brasileira, plenamente compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos foros multilaterais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio, em especial o Acordo TRIPS da OMC.

O Governo brasileiro deplora, assim, a decisão norte-americana de manter o Brasil na “lista de países em observação prioritária”, que não se coaduna com o diálogo bilateral positivo entre os dois países em matéria de propriedade intelectual, em nível político e técnico, no âmbito do qual o Governo brasileiro sempre demonstrou inequívoco espírito construtivo.

Informações adicionais

POSIÇÃO DO BRASIL NAS LISTAS DA SPECIAL 301 NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Ano

1996 Watch list

1997 Watch list

1998 Não constou de nenhuma lista

1999 Watch list

2000 Watch list

2001 Watch list

2002 Priority watch list

2003 Priority watch list

2004 Priority watch list

2005 Priority watch list

2006 Priority watch list

No âmbito da “Special 301”, a partir de informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústrias farmacêutica, de software, cinematográfica, editorial, fonográfica, entre outras), o Representante de Comércio dos Estados Unidos - USTR publica, anualmente, três listas de países que, na visão do Governo dos EUA, alegadamente não oferecem adequada e efetiva proteção à propriedade intelectual:

lista de países estrangeiros prioritários (“priority foreign countries”)

lista de países em observação prioritária (“priority watch list”)

lista de países em observação (“watch list”)

2. A manutenção do Brasil na “lista de países em observação prioritária” é incompatível com os elevados padrões da legislação brasileira de propriedade intelectual. O Brasil não apenas abriu mão do uso integral dos prazos de transição do Acordo TRIPS previstos para os países em desenvolvimento (ano 2000, em geral, e 2005 para patentes farmacêuticas), como, em alguns casos, estabeleceu na legislação nacional regulamentação mais rígida que aquela estabelecida na OMC. As leis brasileiras de implementação do TRIPS foram todas publicadas antes de 2000: propriedade industrial em 1996 (Lei nº 9.279/96), variedades vegetais/cultivares em 1997 (Lei nº 9.456/97), direitos de autor em 1998 (Lei nº 9.610/98) e software também em 1998 (Lei 9.609/98). No que se refere especificamente às patentes farmacêuticas, o prazo para sua concessão no Brasil poderia ter sido o ano de 2005, estando, no entanto, a matéria contemplada na Lei de Propriedade Industrial – LPI, de 1996.

3. Em termos substantivos, a LPI brasileira

outorgou a chamada proteção patentária “pipeline”, não prevista no Acordo TRIPS, pelo prazo remanescente de patentes em matérias anteriormente excluídas da patenteabilidade (fármacos, químicos e alimentícios), que a rigor já se encontravam em domínio público no Brasil. Em direito autoral, cabe mencionar os seguintes dispositivos de caráter TRIPS-plus adotados no ordenamento jurídico brasileiro: (a) o prazo de proteção dos direitos patrimoniais (arts. 41 e 44, Lei 9.610/98), é de 70 anos, quando no TRIPS o prazo é de 50 anos (art. 12); (b) enquanto pelo TRIPS o direito de autorizar o aluguel deverá ser concedido, pelo menos, para programas de computador e obras cinematográficas (art.11, Lei 9.610/98), a lei brasileira concede o direito de aluguel a todos os bens protegidos por direitos autorais, inclusive obras fonográficas (art.29); (c) a Lei 9.610/98 confere aos produtores de fonogramas direitos exclusivos para autorizar, ou proibir, não apenas a reprodução direta ou indireta dos fonogramas, mas também a distribuição por meio da venda ou locação; a comunicação ao público por meio da execução pública; e por quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas - TRIPS, por sua vez, dispõe apenas que “os produtores de fonogramas gozarão do direito de autorizar ou proibir a reprodução direta ou indireta de seus fonogramas”.

4. Em 2004, após a conclusão da CPI da Pirataria, da Câmara dos Deputados, o Presidente da República determinou a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria - CNCP. O CNCP representa um salto qualitativo sem precedentes na coordenação entre órgãos públicos e privados no Brasil. Foram realizadas diversas operações de repressão à pirataria e à contrafação, sob a coordenação do CNCP, ao longo de 2004 e 2005. Segundo dados da Receita Federal, em 2005 houve um aumento de 32,8% no total de mercadorias apreendidas em relação a 2004, perfazendo a cifra recorde de R\$ 601 milhões, R\$ 149 milhões a mais que no ano de 2004. A apreensão de mídias ilegais

pela Polícia Rodoviária Federal nos 4 primeiros meses de 2006 (2,2 milhões) praticamente equivalem às apreensões do somatório dos anos de 2005 (2 milhões) e 2004 (450.000). A Polícia Federal deteve 1.200 contrabandistas em 2005, 30 vezes mais do que em 2004 (39). Entre as ações de caráter educacional, foi lançada a campanha “Pirata tô fora; só uso original” (parceria entre o CNCP e o SINDIRECEITA), além de programa de educação voltado às escolas, faculdades e universidades. Diversas iniciativas regionais também foram postas em prática, nos diferentes Estados da Federação.

5. Cumpre ressaltar, por sua vez, que as recorrentes alegações norte-americanas sobre perdas no mercado brasileiro, em razão da violação de direitos de propriedade intelectual, são no mínimo relativas. Ao longo de 10 anos, a remessa de divisas do Brasil aos Estados Unidos, oriunda de direitos de propriedade intelectual, cresceu de US\$ 161.31 milhões em 1994 para US\$ 1.04 bilhões em 2004, um aumento de 550%.

6. A decisão, anunciada pelo USTR em 13/1/06, de encerrar a investigação sob a Seção 502 da lei de comércio dos EUA, a respeito de alegações de proteção inadequada aos direitos autorais no Brasil, e de manter integralmente as preferências outorgadas ao País sob o SGP, representaria, por si só, o reconhecimento dos avanços do Brasil em matéria de “enforcement”. Seria de esperar, portanto, que o Governo norte-americano guardasse coerência com a decisão relativa ao SGP, retirando o Brasil de qualquer lista na revisão de 2006 da “Special 301”.

7. Há em outras matérias, ainda, elementos que reforçam a percepção de que a inclusão do Brasil nas listas da “Special 301” é inoportuna e inadequada:

PROCESSAMENTO DOS PEDIDOS DE PATENTE: O aumento exponencial dos pedidos de patentes no mundo, aliado ao fato de que o Brasil incorporou, já na LPI de 1996, as patentes “pipeline” e áreas antes excluídas da patenteabilidade, levaram à situação de relativo atraso no processamento das patentes, que o INPI começou a sanar a partir da

contratação de 440 novos funcionários, cujas vagas já foram criadas pelo Governo federal, estando em andamento o concurso respectivo, sendo que 60 funcionários novos já estão em treinamento. Além disso, o art. 40 da LPI prevê extensão do prazo das patentes nos casos de demora prolongada na sua concessão. Até o presente, porém, não se verificou atraso na concessão de patentes que levasse à aplicação do citado artigo.

ANUÊNCIA PRÉVIA DA ANVISA: A Lei 10.196/01, em seu artigo 229-C, estabeleceu que os processos e produtos farmacêuticos terão sua carta-patente concedida após a anuência prévia da ANVISA. A concessão de patentes farmacêuticas com a interveniência da ANVISA constitui ato complexo do Poder Executivo, que não pode prescindir da “expertise” daquela Agência em matéria de medicamentos, que até a LPI de 1996 não eram patenteáveis no Brasil.

REGISTRO DE COMERCIALIZAÇÃO. DADOS DE PROVA. PROTEÇÃO À INFORMAÇÃO NÃO DIVULGADA: O artigo 39.3 do Acordo TRIPS da OMC estabeleceu a obrigação de proteção da confidencialidade das informações que devem ser apresentadas às autoridades sanitárias em pedidos de registro de comercialização, desde que sua elaboração envolva esforço considerável. A proteção é devida contra todo uso comercial desleal. Entretanto, o mesmo artigo menciona que sempre que seja necessário para a proteção ao público essas informações podem ser divulgadas. O Acordo TRIPS trata a questão da proteção à informação não divulgada sob o enfoque da concorrência desleal, e não com base em direitos de propriedade. A partir da obrigatoriedade imposta pelo Acordo TRIPS, a Lei de Propriedade Industrial brasileira (Lei nº 9.279/96) estabeleceu tipo penal específico para essa modalidade de crime de concorrência desleal (art. 195, inciso XIV, parágrafo 2º). A ANVISA respeita plenamente esses diplomas legais, uma vez que zela pela confidencialidade das informações que são apresentadas pelas empresas

no momento do pedido do registro, garantindo a observância das práticas anti-concorrenciais.

LICENCIAMENTO VOLUNTÁRIO DE MEDICAMENTOS ANTI-RETROVIRAIS (ARV): Dada a necessidade de dar sustentabilidade ao Programa DST/AIDS, com acesso universal e gratuito ao tratamento, conforme estabelecido na Lei 9313/96, o Ministério da Saúde iniciou, em 2005, processo de negociação para o licenciamento voluntário de medicamentos ARV com três laboratórios estadunidenses. As negociações com um laboratório foram concluídas satisfatoriamente em 11/10/2005, mediante entendimento entre as partes. O processo negociador prossegue com outros dois laboratórios. Ainda que o instrumento da licença compulsória esteja estabelecido e disponível nos acordos internacionais e na legislação brasileira de propriedade industrial, o Brasil, ao contrário da percepção da opinião pública norte-americana, nunca efetivou a chamada “quebra de patentes”, dando prioridade a entendimentos em bases voluntárias.

SOJA TRANSGÊNICA: No passado, a “American Soybean Association (ASA)” apresentou ao comitê da Special 301 requerimento para “identify Brazil for denying adequate and effective protection of patent protection laws applicable to the use of genetically modified herbicide-resistant soybean seed developed by Monsanto Company (RoundUp Ready soybeans) by Brazilian farmers”. Não obstante as alegações daquela associação, a Justiça brasileira não deixou de garantir aos titulares da patente sobre a tecnologia “RoundUp” o direito de indenização pelo uso não autorizado da tecnologia.

8. Informações complementares sobre os esforços empreendidos pelo Governo brasileiro no combate à violação de direitos de propriedade intelectual, especialmente no que diz respeito aos direitos autorais, encontram-se nos relatórios de atividades do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, disponíveis na página da Internet: <http://www.mj.gov.br/combatepirataria/relatorio.asp>.

Situação no Timor Leste (28 de abril de 2006)

Há registro de incidentes em Dili no dia de hoje, os quais não colocaram em risco a segurança da comunidade brasileira, segundo informações recebidas da Embaixada do Brasil naquela capital.

O Ministério das Relações Exteriores acompanha com atenção a evolução do quadro político interno no Timor Leste e seu impacto sobre a segurança da comunidade brasileira, de modo a prestar-lhe toda a assistência que se faça necessária.

O Brasil valoriza a trajetória democrática seguida pelo Timor Leste desde seu nascimento como Estado independente e continuará a colaborar em favor de sua prosperidade e estabilidade institucional.

O Brasil nutre forte sentimento de solidariedade em relação ao Timor Leste e tem procurado colaborar para a elevação do bem-estar da população e para o fortalecimento do Estado timorense. Com esse objetivo, tem prestado cooperação técnica bilateral nas áreas da agricultura, educação, formação profissional, assistência judiciária e saúde.

Caso haja interesse em obter informação sobre a situação dos brasileiros no Timor Leste, poderão ser contactados:

a) Divisão de Assistência Consular, nos dias úteis, entre 9h00 e 19h00, pelo telefone 61-3411-6999 ou pelo endereço eletrônico dac@mre.gov.br;

b) plantão consular, telefone 61-9976-8205, fora do horário de expediente, bem como nos finais de semana e feriados;

c) Embaixada do Brasil em Dili, telefone (00xx 670-332-1728); e-mail: brasdili@mail.timortelecom.tp

Recorda-se que o Timor Leste está 12 (doze) horas à frente do fuso horário de Brasília.

Comunicado de Imprensa do G - 20 (1º de maio de 2006)

Genebra, 1 de maio de 2006

O prazo de 30 de abril para modalidades foi perdido. Essa é a primeira decisão de Hong Kong não cumprida, e as expectativas em torno da Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA) foram mais uma

vez adiadas. O fato não é sem importância. Não podemos deixar de cumprir o prazo central de conclusão da Rodada este ano, e o tempo é curto.

Esse objetivo requer um renovado compromisso com uma Rodada bem-sucedida e ambiciosa, que cumpra os objetivos de desenvolvimento da DDA. O G-20 está determinado a se engajar firmemente em um esforço coletivo concentrado para alcançar modalidades completas bem antes do verão (no hemisfério Norte), de forma transparente e inclusiva, respeitando a abordagem “bottom-up” que confere legitimidade ao processo.

O G-20 está disposto a seguir trabalhando construtivamente em todos os temas. As propostas do G-20 permanecem como uma base sólida para acordo. O Grupo reverá suas propostas e as de outros Membros de forma a contribuir para avanços e convergências.

A DDA é a Rodada do Desenvolvimento. Ela só será bem-sucedida se resultar em benefícios para todos os Membros, de forma justa e equilibrada.

Para tanto, é essencial que os principais subsidiadores melhorem suas propostas em apoio doméstico e as ofertas atuais em acesso a mercados, para construção de uma base adequada que permita alcançar os resultados que todos nós buscamos. Convidamos os países desenvolvidos a tomarem as decisões necessárias prontamente.

Relembramos que o tratamento especial e diferenciado permanece como parte integral dos três pilares da negociação de agricultura. A situação de grandes populações rurais pobres em países em desenvolvimento deve ser uma preocupação central na discussão das modalidades em acesso a mercados, tendo como base os critérios de segurança alimentar e de subsistência e desenvolvimento rural. Resultados ambiciosos em algodão são uma prioridade neste contexto.

O G-20 permanece comprometido com um resultado da Rodada ambicioso, pró-desenvolvimento, em 2006. Isso permitirá reforçar o sistema multilateral de comércio e inscrever o

desenvolvimento em seu centro.

- Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

(Versão em inglês)

G-20 PRESS STATEMENT

GENEVA, May 1st 2006

The April 30 deadline for modalities was missed. This is the first Hong Kong decision that is not fulfilled and the expectations of the DDA (Doha Development Agenda) are postponed again. This situation cannot be taken lightly. We cannot fail to meet the central deadline of concluding the Round this year and we are running out of time.

This requires a renewed commitment to a successful, ambitious Round that delivers on the development objectives of the DDA. The G-20 is determined to firmly engage in a concentrated collective effort to achieve full modalities well before summer in a transparent and inclusive way, respecting the bottom up approach that confers legitimacy to the process.

The G-20 is ready to continue working constructively on all issues. The G-20 proposals remain a sound basis for agreement. The Group will revisit its own and other Members' proposals as may be necessary to contribute toward securing progress and convergence.

The DDA is a development Round. It will only be successful if it results in benefits for all Members, in a fair and equitable manner.

To this end, it is essential that the main subsidizers improve their proposals in domestic support and their current offers in market access to provide an adequate basis for achieving the results that we are all striving for. We call upon the developed countries to make the necessary decisions promptly.

We recall that special and differential treatment remains an integral part of all the three pillars of the agriculture negotiation. The situation of large

rural poor populations in developing countries must be a central concern in the discussion of market access modalities, based on the criteria of food, livelihood security and rural development needs. An ambitious outcome in cotton is a priority in that context.

The G-20 remains committed to an ambitious, pro development, outcome from the Round in 2006. This will strengthen the multilateral trading system and inscribe development at the heart of it.

- Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, China, Cuba, Egypt, Guatemala, India, Indonesia, Mexico, Nigeria, Pakistan, Paraguay, Philippines, South Africa, Tanzania, Thailand, Uruguay, Venezuela and Zimbabwe.

XVI Reunião Regional da OIT (2 de maio de 2006)

Será realizada, em Brasília, no período de 3 a 5 de maio, a XVI Reunião Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O evento reunirá delegações de caráter tripartite (governos, trabalhadores e empregadores) dos 35 países das Américas e tem por objetivo promover o consenso da região americana em torno da adoção de Programas Nacionais de Trabalho Decente como forma de gerar emprego e combater a pobreza.

O conceito de trabalho decente, consagrado pela OIT, apóia-se em quatro pilares básicos: o respeito às normas internacionais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a proteção social e o diálogo social.

Durante a Reunião, será discutido relatório do Diretor-Geral da Organização, Juan Somavía, em que figuram metas relacionadas ao emprego, no contexto de uma Agenda Hemisférica do Trabalho Decente.

O Brasil considera a promoção do trabalho decente condição essencial para a superação da pobreza, a redução das desigualdades e a consolidação do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Governo brasileiro assinou Memorando de Entendimento com a OIT, em 2003, para a colaboração da Organização na formulação da

Agenda Nacional de Trabalho Decente, sempre em consulta com entidades de representação dos trabalhadores e empregadores.

Visita ao Brasil do Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha - 4 e 5 de maio de 2006 (2 de maio de 2006)

O Ministro do Exterior da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, realizará sua primeira visita oficial ao Brasil nos dias 4 e 5 de maio corrente. O Ministro virá acompanhado de membros do Governo e do Parlamento, empresários, personalidades da área cultural e jornalistas.

A visita do Ministro Steinmeier dará continuidade ao diálogo privilegiado que os dois países mantêm sobre temas de interesse comum nas vertentes bilateral, regional e multilateral. Entre os diversos temas da agenda merece destaque a parceria no âmbito do G-4 sobre a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o apoio mútuo em candidaturas nos recém-criados Conselho de Direitos Humanos e Comissão de Consolidação da Paz, da ONU.

Na manhã do dia 5, o Ministro do Exterior da Alemanha manterá encontro no Itamaraty com o Ministro Celso Amorim, seguido de conferência de imprensa e almoço de trabalho.

Durante sua permanência no Brasil, o Ministro Steinmeier visitará também o Rio de Janeiro.

As relações econômicas bilaterais têm foro importante nos Encontros Econômicos Brasil-Alemanha, que se realizam anualmente. O próximo Encontro Econômico ocorrerá em Berlim, de 8 a 11 de julho.

O Brasil conta com o maior parque industrial alemão entre os países em desenvolvimento. No plano comercial, o intercâmbio bilateral ultrapassou a cifra dos US\$11 bilhões de dólares em 2005, com crescimento constante das exportações brasileiras para a Alemanha nos últimos anos (US\$ 3,13 bilhões em 2003, US\$ 4,03 bilhões em 2004 e US\$ 5,02 bilhões em 2005).

Declaração dos Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela (4 de maio de 2006)

Os Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela, reunidos em Puerto Iguazú, destacaram que a integração energética é um elemento essencial da integração regional em benefício de seus povos.

Nesse contexto, os Presidentes coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás, favorecendo um desenvolvimento equilibrado nos países produtores e consumidores.

Da mesma forma, destacaram que a discussão sobre os preços do gás deve dar-se num marco racional e equitativo que viabilize os empreendimentos.

Nesse espírito, coincidiram no aprofundamento dos diálogos bilaterais para resolver questões pendentes.

Por outra parte, expressaram sua vontade de trabalhar para o aprofundamento do MERCOSUL e para a consolidação da integração sul-americana. Nesse sentido, ratificaram sua decisão de avançar no projeto do gasoduto do sul.

Coincidiram na importância da unidade da região no diálogo com outros países e regiões e, nesse contexto, mencionaram a relevância do diálogo MERCOSUL-União Européia.

Por último, os Presidentes acordaram fomentar investimentos conjuntos a fim de favorecer o desenvolvimento integral da Bolívia.

Puerto Iguazú, 4 de maio de 2006.

Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade do Caribe sobre Cooperação no Combate ao HIV/AIDS (5 de maio de 2006)

O Brasil e a Comunidade do Caribe (CARICOM) assinaram, no dia 27 de abril, Carta de Intenções sobre Cooperação no Combate ao HIV/AIDS, durante a XIV Reunião do Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social da CARICOM (COHSOD), em Basseterre, São Cristóvão e Névis.

A primeira Carta de Intenções entre o Brasil e a CARICOM propiciará condições para o treinamento de especialistas e prevê o fornecimento de kits para o tratamento de 500 pacientes em nove países da Bacia do Caribe.

Estiveram presentes, entre outras autoridades, o Embaixador do Brasil em Barbados, Orlando Galvêas Oliveira, o Primeiro-Ministro de São Cristóvão e Névis, Dr. Denzil Douglas, o Secretário-Geral Assistente da COHSOD, Dr. Edward Greene, o Ministro da Saúde e do Desenvolvimento de São Cristóvão e Névis, Senhor Rupert Herbert, o Ministro da Saúde da Comunidade das Bahamas, Senhor Bernard Nottage e a Diretora da Organização Panamericana de Saúde, Dra. Mirta Roses Periago.

Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria (5 de maio de 2006)

O Ministro Celso Amorim e o Embaixador da República da Hungria em Brasília, Senhor József Németh, assinaram hoje Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria.

O Acordo tem por objetivo a expansão e a diversificação da cooperação econômica bilateral nas áreas de agricultura e processamento de alimentos, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, educação, saúde, recursos naturais, desenvolvimento de recursos humanos, energia, turismo, cooperação entre pequenas e médias empresas, comunicações, tecnologia da informação, transportes, ciência e tecnologia, entre outras. O instrumento prevê, ainda, a criação de Comissão Mista que deverá reunir-se periodicamente para discutir temas da agenda econômica bilateral.

Desde o ingresso da Hungria na União Européia, em 2004, a economia daquele país vem crescendo a taxas próximas de 4% ao ano. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Hungria somou US\$ 266,5 milhões no ano passado, com superávit de US\$ 39 milhões para o Brasil.

Visitas do Vice-Presidente da República à América Central e ao Haiti (6 de maio de 2006)

O Vice-Presidente da República, José Alencar, visitará a Costa Rica, a Guatemala e o Haiti, no período de 7 a 14 de maio de 2006. As visitas têm por objetivo aprofundar o relacionamento do Brasil com a América Central e o Caribe, intensificado durante o Governo do Presidente Lula, período em que as exportações brasileiras e o fluxo de comércio com aquelas regiões cresceram cerca de 100%. Entre os temas de relevância estão as perspectivas de cooperação bilateral, notadamente no campo da tecnologia brasileira para utilização do etanol combustível. Este assunto será objeto também de missão dos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e das Minas e Energia à América Central, no período de 28 de maio a 3 de junho de 2006.

Na Costa Rica, o Vice-Presidente da República chefiará a Missão Especial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente Oscar Arias Sánchez, em 8 de maio. A posse será também ocasião para encontros com líderes da América Central.

A visita do Vice-Presidente da República à Guatemala, a convite do Vice-Presidente daquele país, Eduardo Stein Barillas, dará continuidade ao diálogo de alto nível estabelecido durante as visitas do Presidente Lula à Guatemala (setembro de 2005) e do Presidente Oscar Berger ao Brasil (março de 2006), precedidas de visitas do Chanceler Celso Amorim à Guatemala (abril de 2004) e do Chanceler Jorge Briz ao Brasil (outubro de 2004). Entre os temas de maior relevância da visita estão o intercâmbio em políticas de combate à fome, prioritárias para os dois países, a implementação de agenda comum latino-americana para erradicar a fome e a pobreza na região e o aprofundamento da cooperação em tecnologias de utilização de biocombustíveis como matriz energética, particularmente o etanol.

O Vice-Presidente José Alencar representará o Governo brasileiro na cerimônia de posse do Presidente do Haiti, René Préval, em 14 de maio, em Porto Príncipe. A participação do Vice-Presidente

da República reflete o papel de grande relevância desempenhado pelo Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em favor do processo de normalização democrática naquele país.

Telefonema do Ministro Celso Amorim à Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett (6 de maio de 2006)

O Ministro Celso Amorim telefonou neste sábado, 6 de maio, para a nova Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett, a fim de cumprimentá-la pela indicação para o cargo.

Durante a conversa, o Ministro Amorim recordou o encontro que manteve com a Secretária Beckett, por ocasião da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Reino Unido, em março último, oportunidade em que firmaram declaração conjunta na área de meio ambiente. Na ocasião, Margaret Beckett ocupava o cargo de Secretária de Estado para o Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido.

Ao comentar a ampla convergência dos Governos brasileiro e britânico em temas como a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio e o processo de reforma das Nações Unidas, o Ministro Celso Amorim estendeu convite à Secretária Beckett para que visite o Brasil em futuro próximo. A Secretária Margaret Beckett, que já esteve no Brasil em 2004, aceitou prontamente o convite e indicou que examinará datas para a realização da visita.

Audiência Pública do Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (8 de maio de 2006)

A convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Ministro Celso Amorim participará, nesta terça-feira, 9 de maio, a partir de 9h30, de Audiência Pública sobre as relações entre o Brasil e a Bolívia, a realizar-se no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Visita ao Brasil do Subsecretário dos Negócios Estrangeiros do Sudão (8 de maio de 2006)

Encontra-se em visita ao Brasil, de 8 a 10 de maio, o Subsecretário de Negócios Estrangeiros do Sudão, Dr. Mutrif Seddig.

O Dr. Seddig foi recebido, em audiência de cortesia, pelo Ministro Celso Amorim, a quem entregou mensagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Lam Akol Ajawin.

Em reunião no Itamaraty, serão examinados temas como o processo de paz na região sudanesa de Darfur, objeto de recente acordo entre o Governo do Sudão e grupos rebeldes, e possíveis iniciativas para dinamizar as relações entre o Brasil e aquele país africano. Está em processo de abertura a Embaixada brasileira residente em Cartum.

Capacitação em Defesa Civil para países Caribenhos (8 de maio de 2006)

Estão sendo realizados a partir de hoje, por duas semanas, cursos de capacitação em defesa civil para 21 técnicos de nove países do Caribe e do Sistema Regional de Segurança. Os cursos serão ministrados em Brasília, Florianópolis, Rio de Janeiro e Recife. Trata-se de iniciativa do Itamaraty em conjunto com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, que constitui desdobramento de missão realizada pela Agência Brasileira de Cooperação e pela Divisão do México, América Central e Caribe aos países da região, em outubro de 2005.

O objetivo da capacitação será o de apresentar aos participantes o conteúdo teórico das ações de defesa civil no Brasil e as experiências na área do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de Pernambuco.

Participam técnicos das Bahamas, de Antígua e Barbuda, de São Cristóvão e Névis, Dominica, Barbados, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Granada e Trinidad e Tobago, além de especialista do Sistema de Segurança Regional, cuja sede se encontra em Bridgetown, Barbados.

Eleição para o Conselho de Direitos Humanos (9 de maio de 2006)

O Brasil foi eleito hoje, dia 9 de maio, na Assembléia Geral das Nações Unidas, a uma das 47 vagas de membro do Conselho de Direitos Humanos, por um período de 2 anos. O país obteve 165 votos de 191 votantes, tendo sido o mais votado entre os candidatos da América Latina e do Caribe. Também foram eleitos pela região Argentina, Cuba, Equador, Guatemala, México, Peru e Uruguai.

Trata-se da primeira eleição para o Conselho desde sua criação em 15 de março último. O estabelecimento do Conselho, que substitui a antiga Comissão de Direitos Humanos, representou para o Brasil avanço fundamental para o fortalecimento do sistema de direitos humanos das Nações Unidas, que deverá receber prioridade semelhante aos temas de paz e segurança e desenvolvimento econômico e social.

O Brasil espera contribuir para que o Conselho desenvolva adequadamente as novas funções de promoção da cooperação em direitos humanos, bem como trabalhar para a implementação apropriada do novo mecanismo de revisão periódica universal da situação dos direitos humanos em todos os países do mundo, com base no diálogo autêntico e transparente, o que deverá contribuir para reduzir a politização e a seletividade que desgastaram a credibilidade da antiga Comissão.

A primeira reunião do Conselho está prevista para 19 de junho próximo, em Genebra.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac (10 de maio de 2006)

O Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, realizará Visita de Estado ao Brasil nos dias 24, 25 e 26 de maio corrente. O Presidente Chirac virá acompanhado de membros do Governo e do Parlamento, bem como de empresários.

A visita ocorrerá dez meses depois da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à França, por ocasião das comemorações do “Ano

do Brasil na França”, e terá como objetivo intensificar e aprofundar o diálogo bilateral em temas de interesse mútuo, com ênfase na vertente científico-tecnológica.

IV Reunião de Cúpula dos Países da América Latina, Caribe e União Européia - Viena, 11 e 12 de maio (10 de maio de 2006)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, nos dias 11 e 12 de maio, em Viena, da IV Reunião de Cúpula dos Países da América Latina, Caribe e União Européia.

A Cúpula de Viena deverá discutir o aperfeiçoamento da cooperação entre América Latina, Caribe e União Européia com base em uma ampla agenda que inclui os seguintes temas: democracia e direitos humanos; fortalecimento do multilateralismo para a promoção da paz, da estabilidade e do respeito ao Direito Internacional; terrorismo; drogas e crime organizado; meio ambiente, incluídas a prevenção, mitigação e preparação contra desastres; energia; acordos de associação, integração regional, comércio, conectividade (investimento, infra-estrutura, sociedade da informação); crescimento e emprego; luta contra a pobreza, desigualdade e exclusão; cooperação para o desenvolvimento e financiamento internacional para o desenvolvimento; migrações; capacitação e conhecimento partilhado, educação superior, pesquisa, ciência e tecnologia, e cultura.

Os Chefes de Estado e de Governo participarão de duas sessões de trabalho, divididos em três grupos que se reunirão simultaneamente. O Presidente Lula aceitou convite do anfitrião, o Chanceler Federal da Áustria, Wolfgang Schuessel, para ser o expositor inicial dos debates em uma das três mesas da sessão vespertina de trabalho. Ao final da Cúpula, o Presidente da Áustria, Heinz Fischer, oferecerá banquete no Palácio Schönbrunn.

Paralelamente à Cúpula, será realizada Cúpula Empresarial organizada pela Câmara Econômica Federal Austríaca, reunindo lideranças empresariais de ambas as regiões para a discussão das relações

comerciais, de investimentos e serviços.

No dia 13, está prevista reunião da tróica da União Européia com os países do Mercosul. Na tarde do dia 13, o Presidente Lula realizará Visita de Estado à Áustria.

Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Áustria (10 de maio de 2006)

A convite do Presidente Heinz Fischer, o Presidente Lula realizará, no dia 13 de maio, Visita de Estado à Áustria, a primeira de um Presidente brasileiro àquele país.

O Presidente Fischer fez visita ao Brasil, em setembro de 2005, que foi também a primeira de um Chefe de Estado austríaco ao país e à América do Sul.

A troca de visitas no mais alto nível reflete o interesse mútuo em dinamizar o relacionamento entre o Brasil e a Áustria. Os mandatários passarão em revista temas das agendas bilateral, regional e internacional.

O Brasil é o principal parceiro da Áustria na América Latina. O comércio bilateral responde por 40% do intercâmbio da Áustria com os países da região. O volume do comércio bilateral alcançou recordes sucessivos nos últimos dois anos, havendo atingido US\$ 535 milhões em 2005. Cerca de 80 companhias austríacas estão instaladas ou operam em parceria com outras empresas no Brasil.

A Visita de Estado do Presidente Lula à Áustria ocorrerá imediatamente após a realização da IV Reunião de Cúpula América Latina, Caribe e União Européia.

Posse do Presidente eleito do Haiti, René Préval (10 de maio de 2006)

O Vice-Presidente da República, Senhor José Alencar Gomes da Silva, chefiará a Missão Especial que representará o Governo brasileiro por ocasião da posse do Presidente eleito do Haiti, René Préval, a realizar-se no dia 14 de maio corrente.

A presença do Vice-Presidente da República na cerimônia de posse reveste-se de especial

relevância, tendo em vista a contribuição do Governo brasileiro ao processo de estabilização e consolidação da democracia haitiana. O Brasil tem participação de destaque na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. Além de contribuir com 1.223 efetivos, o Brasil detém o comando militar da Missão, exercido atualmente pelo General-de-Divisão José Elito Carvalho Siqueira.

No plano bilateral, o Governo brasileiro tem atuado intensamente com vistas a promover iniciativas de cooperação nas áreas de saúde, agricultura, programas sociais, educação, esporte, cooperação técnica, dentre outras. O Governo brasileiro continuará empenhado em contribuir para a estabilidade, o desenvolvimento econômico e social e a revitalização das instituições haitianas.

Encaminhamento ao Congresso Nacional do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (10 de maio de 2006)

A Casa Civil da Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional Exposição de Motivos solicitando a aprovação parlamentar da Decisão do Conselho do Mercado Comum CMC nº 23/05, “Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul”. O Parlamento foi criado durante a Presidência Pro Tempore Brasileira de 2004, por solicitação dos Chefes de Estado do bloco, como órgão representativo dos povos dos países membros do Mercosul.

A aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul representará marco histórico para o aprofundamento da dimensão política e cidadã do processo de integração. Fortalecerá, também, o âmbito institucional de cooperação interparlamentar e permitirá avanço significativo na harmonização das legislações nacionais e na incorporação, aos ordenamentos jurídicos internos, da normativa do Mercosul.

A instalação do Parlamento do Mercosul contribuirá, ainda, para criar espaço comum que reflita o pluralismo e as diversidades da região, em prol do

fortalecimento da democracia representativa, da transparência e da legitimidade social no desenvolvimento do processo de integração e de suas normas.

Copa do Mundo de Futebol - 2006 - Assistência Consular (11 de maio de 2006)

Durante a Copa do Mundo de Futebol, a se realizar na Alemanha entre 9 de junho e 9 de julho de 2006, o Ministério das Relações Exteriores prestará assistência consular aos torcedores brasileiros que viajarem àquele país para acompanhar o torneio.

Essa assistência será prestada pelas seguintes Repartições:

a) Seção Consular da Embaixada do Brasil em Berlim: telefones 00xx4930-7262-8601 (durante o expediente) e 00xx49171-322-2442 (plantão consular disponível 24 horas);

b) Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt: telefones 00xx4969-920-7420/7421 (durante o expediente) e 00xx49160-9346-8160 (plantão consular disponível 24 horas); e

c) Consulado-Geral do Brasil em Munique: telefones 00xx4989-210-3760 (durante o expediente) e 00xx49173-378-3470 (plantão consular disponível 24 horas).

Adicionalmente, o Ministério das Relações Exteriores manterá, a partir da quinta-feira, 8 de junho, um Consulado Temporário Itinerante (telefone: 00xx49170-2243125), que estará presente em todas as cidades em que a Seleção brasileira jogar, e um Consulado Temporário Fixo em Colônia (telefone: 00xx49171-4490201), que receberá mais de 5.000 brasileiros. Os telefones dessas Repartições Consulares estarão à disposição dos cidadãos brasileiros 24 horas por dia. Com o objetivo de tornar mais eficaz a assistência, os funcionários dessas duas Repartições Consulares temporárias são fluentes na língua alemã.

A Alemanha estará 5 (cinco) horas à frente do fuso horário de Brasília, durante a Copa do Mundo de Futebol.

Recorda-se finalmente que, as solicitações de

assistência consular, a partir do Brasil, deverão ser dirigidas à Divisão de Assistência Consular (DAC), telefone 0xx61-3411-6999, entre 9h00 e 19h00, ou, fora do horário de expediente, nos fins-de-semana e feriados, ao telefone do plantão consular 0xx61-9976-8205 ou, ainda, ao endereço eletrônico dac@mre.gov.br.

Resultado do Concurso Internacional de Monografias Machado de Assis (11 de maio de 2006)

A Comissão Julgadora do Concurso Internacional de Monografias Machado de Assis, reunida no último dia 28 de abril em Brasília, anunciou os nomes dos candidatos premiados. São os seguintes os vencedores, por ordem de classificação:

- 1º lugar: Idelber Avelar, “Ritmos do popular no erudito: política e música em Machado de Assis” (Consulado-Geral em Miami);

- 2º lugar: John Gledson, “Traduzindo Machado de Assis” (Embaixada em Londres);

- 3º lugar: Élide Valarini Oliver, “A poesia de Machado no Século XIX: revisita, revisão” (Consulado-Geral em Los Angeles);

- 4º lugar: Thomas Sträter, “Fotografia do invisível: a invenção de Daguerre na obra de Machado de Assis” (Embaixada em Viena);

- 5º lugar: Ana Cláudia Suriani da Silva, “Quincas Borba, ou o declínio do folhetim” (Embaixada em Londres).

A Comissão Julgadora decidiu também conceder menção honrosa aos seguintes candidatos:

- Marco Aurélio Ryan, “Machado de Assis: um retrato materialista do Brasil” (Embaixada em Berlim);

- Frederich Frosch, “O tenebroso problema da patologia cerebral: algumas considerações acerca d’O Alienista machadiano” (Embaixada em Viena);

- Elias José Palti, “O espelho vazio: representação, subjetividade e história em Machado de Assis” (Embaixada em Buenos Aires).

Promovido pelo Departamento Cultural do

Ministério das Relações Exteriores, o Concurso Internacional de Monografias Machado de Assis tem por objetivo promover e divulgar a literatura brasileira no exterior. Nesta primeira edição do Concurso, que teve por tema “A obra de Machado de Assis”, puderam inscrever-se quaisquer cidadãos, brasileiros ou não, desde que residentes no exterior. Foram recebidas 86 (oitenta e seis) monografias, provenientes de todas as partes do mundo.

A Comissão Julgadora do Concurso foi formada por Ivan Junqueira, membro da Academia Brasileira de Letras, e pelos professores Hermenegildo Bastos, João Vianney Cavalcanti Nuto, Maria Isabel Edom Pires e Rita de Cássia Pereira dos Santos, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.

De acordo com o Edital do Concurso, os vencedores receberão os seguintes prêmios: 1º lugar, U\$ 20.000,00; 2º lugar, U\$ 15.000,00; 3º lugar, U\$ 10.000,00; 4º lugar, U\$ 5.000,00; 5º lugar, U\$ 3.000,00.

As monografias vencedores serão reunidas em livro, a ser publicado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Comunicado conjunto dos Ministros de Minas e Energia do Brasil e de Hidrocarburos da Bolívia - 10 de maio de 2006 (11 de maio de 2006)

Os Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, de Hidrocarburos da Bolívia, Andres Soliz Rada, os Presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e da YPF, Jorge Alvarado, reuniram-se hoje em La Paz, no espírito da Declaração de Puerto Iguazú, para tratar de questões decorrentes do decreto DS 28701, de 1º de maio último.

O Ministro de Minas e Energia do Brasil e o Presidente da Petrobras reiteram seu absoluto respeito pelas decisões soberanas do Governo e do povo bolivianos manifestadas no DS 28701 e expressam sua disposição de implementá-lo de

acordo à normativa aplicável.

No âmbito das normativas complementares, as partes concordaram em realizar reuniões em nível técnico, para tratar dos seguintes pontos:

- As condições para condução dos negócios durante a fase de transição;

- A definição de condições e contratos necessários para a produção do gás, e sua comercialização; e o processo de refino, inclusive mecanismos e formas de compensação negociada;

- As condições para assinatura dos contratos de produção.

Acordaram também criar uma Comissão de Alto Nível, integrada por ambos os Ministros e pelos Presidentes da Petrobras e da YPF. Ao mesmo tempo, criou-se uma comissão técnica subdividida em três grupos de trabalho.

As partes concordaram, ainda, que a proposta de revisão de preços de gás seja tratada de forma racional e equitativa, nos termos da Declaração de Puerto Iguazú, ao amparo dos mecanismos estabelecidos no contrato de compra e venda de gás natural (GSA).

Os métodos de trabalho estabelecidos na reunião refletem o interesse em aprofundar o diálogo bilateral.

Imóveis confiscados na Sérvia durante a Segunda Guerra Mundial (11 de maio de 2006)

Eventuais interessados ou herdeiros que tiveram imóveis confiscados na Sérvia durante a Segunda Guerra Mundial podem buscar informações para solicitação de indenização ou restituição de tais imóveis no portal eletrônico da Embaixada do Brasil em Belgrado (www.ambasadabrazila.org.yu).

A documentação deverá ser encaminhada, até o dia 30 de junho do corrente ano, ao seguinte endereço: “Republika direkcija za Imovinu Republike Srbije”, UL. Gracanicka nº 9, em 11.000 Belgrade – Serbia and Montenegro.

Declaração de Viena (12 de maio de 2006)

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da América Latina e Caraíbas, reunidos em Viena, a 12 de Maio de 2006, reiteramos o nosso compromisso em continuar a promover e reforçar a nossa parceria estratégica a nível bi-regional, tal como acordado nas cimeiras anteriormente realizadas no Rio de Janeiro, em junho de 1999, em Madrid, em Maio de 2002, e em Guadalajara, em Maio de 2004.

2. Congratulamo-nos com os resultados positivos alcançados na Quarta Cimeira UE-ALC, que contribuirão para o fortalecimento da nossa relação, já de si sólida, abrangente e mutuamente benéfica. Alargaremos e aprofundaremos a cooperação UE-ALC em todos os domínios, num espírito de respeito mútuo, igualdade e solidariedade. Tirando partido dos especiais laços históricos e culturais que nos unem, estamos determinados a maximizar as potencialidades de atuação conjunta das nossas regiões.

3. Recordando as declarações das anteriores cimeiras do Rio de Janeiro, de Madrid e de Guadalajara, continuamos empenhados em honrar os compromissos nelas assumidos. Reiteramos, em especial, o nosso compromisso nos princípios e valores fundamentais comuns em que se baseia a nossa relação bi-regional e que estão consagrados na Carta das Nações Unidas.

É nossa firme convicção que a democracia, o Estado de direito, o respeito, a promoção e a protecção dos direitos humanos, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento social e económico e o respeito pelo direito internacional são essenciais para a paz e a segurança. Reiterando ainda o nosso compromisso comum num sistema multilateral sólido e eficaz, estamos determinados, nesse sentido, a fazer avançar a agenda multilateral enquanto tema transversal e prioritário nas nossas relações bi-regionais.

Intensificaremos os nossos esforços no sentido de definir posições comuns e ações conjuntas

entre as duas regiões no âmbito dos vários órgãos das Nações Unidas e nas principais conferências desta Organização.

Democracia e Direitos Humanos

4. Reafirmamos que a democracia é um valor universal, baseada na livre expressão da vontade dos povos de determinarem os seus próprios sistemas políticos, económicos, sociais e culturais e a sua plena participação em todos os aspectos das suas vidas. Reafirmamos igualmente que, embora os regimes democráticos se caracterizem por elementos comuns, a democracia não se pauta por um modelo único nem é exclusivo de nenhum país ou região, e reiteramos que é necessário respeitar devidamente a soberania, a integridade territorial e o direito à autodeterminação.

Salientamos que a democracia, o desenvolvimento e o respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são interdependentes e se reforçam mutuamente, constituindo princípios fundamentais da nossa parceria estratégica a nível bi-regional.

Aplaudimos a decisão da Cimeira Mundial de 2005 de criar um Conselho dos Direitos Humanos, bem como o passo histórico dado pela Assembleia Geral ao decidir torná-lo operacional. Ambas as regiões atribuem grande importância a que o novo Conselho se reúna em 19 de Junho de 2006.

Manteremos uma estreita cooperação no sentido de reforçar as políticas, os mecanismos e os instrumentos das Nações Unidas com vista à promoção e protecção efetivas dos direitos humanos. Também intensificaremos a promoção e a protecção dos direitos humanos nas nossas políticas nacionais.

5. Empenhar-nos-emos no sentido de garantir a plena igualdade entre os sexos, zelando particularmente para que as mulheres usufruam integralmente de todos os direitos humanos e pelo seu ulterior desenvolvimento, reiterando a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes da Conferência Pequim+5. Asseguraremos o respeito e a aplicação dos direitos

da criança e garantiremos que seja prestada a devida atenção às necessidades das pessoas com deficiência e de outros grupos vulneráveis.

Continuaremos a avançar na via da promoção e da proteção dos direitos e liberdades fundamentais dos povos indígenas a nível local, nacional, regional e internacional. O pleno exercício de tais direitos constitui um factor essencial para a sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral, bem como para a sua plena participação na sociedade.

Continuaremos igualmente a promover, a todos os níveis, os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas que pertencem a minorias.

6. Afirmamos que o racismo é incompatível com a democracia e não pouparemos esforços para o combater bem como todas as formas de discriminação, xenofobia e intolerância, garantindo a plena implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.

7. As pessoas, organizações ou instituições que atuam na promoção e protecção dos direitos humanos, incluindo os defensores dos direitos humanos, devem beneficiar de apoio e protecção em moldes coerentes e eficazes, em conformidade com o direito internacional e com a Resolução 53/144 da AGNU sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos.

8. Registramos com interesse a proposta da XVII Conferência Interparlamentar UE-ALC de criar uma Assembléia Euro-Latino-Americana (Lima, Peru, 14 a 17 de Junho 2005).

9. Acolhemos com satisfação a realização do Terceiro Fórum da Sociedade Civil da Europa, da América Latina e das Caraíbas (Viena, 30 de Março – 1 de Abril de 2006).

10. Acolhemos com igual satisfação a realização da Quarta Reunião das Organizações da Sociedade Civil da Europa, da América Latina e das Caraíbas (Viena, 5–7 de Abril) e tomamos nota das

respectivas conclusões.

Reforço da Abordagem Multilateral para a Promoção da Paz, da Estabilidade e do Respeito pelo Direito Internacional

11. Recordando a Cimeira Mundial de 2005, no âmbito das Nações Unidas, reafirmamos o nosso compromisso com um sistema multilateral forte e eficaz, baseado no direito internacional, apoiado por sólidas instituições internacionais e centrado nas Nações Unidas. Reiteramos o nosso compromisso com uma ampla reforma e revitalização das Nações Unidas de molde a reforçar o seu carácter democrático e a sua representatividade, transparência, responsabilização e eficiência.

Saudamos, em especial, a criação de uma Comissão de Consolidação da Paz, cuja missão consiste em prestar aconselhamento e apresentar propostas relativas a estratégias integradas e coerentes para a consolidação da paz e a recuperação pós-conflito, centrando a atenção nos esforços de reconstrução nacional e de desenvolvimento institucional necessários à recuperação pós-conflito e lançando as bases para a paz e o desenvolvimento sustentável.

Daremos a devida consideração à representação de todos os grupos regionais na composição geral do Comité de Organização.

Apoiamos plenamente o sistema de segurança coletiva consignado na Carta das Nações Unidas. Manifestamos o nosso apoio a todas as operações de manutenção da paz com mandato das Nações Unidas e salientamos a necessidade de garantir o pleno respeito pelos direitos humanos em todas as operações de paz.

12. Manifestamos o nosso apoio à MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) e ao Grupo de Amigos do Haiti. Saudamos os progressos efetuados no sentido de melhorar as condições políticas, económicas e sociais. Comprometemo-nos a manter o nosso apoio e instamos a comunidade internacional a reforçar e

garantir a cooperação com o Haiti. A este respeito, acolhemos com satisfação a realização da Reunião Ministerial Internacional que terá lugar a 23 de Maio, em Brasília.

13. Reafirmamos o nosso compromisso com os objetivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, bem como reafirmamos a nossa decisão de apoiar todos os esforços para respeitar a igualdade soberana de todos os Estados, respeitar sua integridade territorial e independência política, abster-se de ameaçar ou utilizar a força nas relações internacionais de toda a forma não consentânea com os objetivos e princípios das Nações Unidas, defender a resolução de conflitos pelos meios pacíficos e em conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional.

Rejeitamos com firmeza todas as medidas coercivas de carácter unilateral com efeitos extra-territoriais que sejam contrárias ao direito internacional e às regras de livre comércio comumente aceites. Concordamos que esse tipo de prática constitui uma séria ameaça ao multilateralismo. Neste contexto, recordando a Resolução 60/12 da Assembleia Geral das Nações Unidas, reafirmamos as nossas bens conhecidas posições sobre a aplicação das disposições extra territoriais da Lei Helms Burton.

14. Continuaremos a promover a observância do direito internacional e a reforçar o compromisso numa ordem internacional baseado em regras. A adesão universal aos princípios do Estado de direito e a confiança na capacidade do sistema para prevenir ou punir violações das regras constituem, hoje mais do que nunca, condições indispensáveis para uma paz e segurança duradouras. Recordamos o dever de resolução de litígios por meios pacíficos e incentivamos todos os Estados a recorrerem com mais frequência às instituições internacionais existentes para o efeito, entre as quais o Tribunal Internacional de Justiça. Manifestamos, além disso, o nosso pleno apoio ao Tribunal Penal Internacional; os Estados Partes apelam aos países que ainda o não tenham

feito para que ratifiquem o Estatuto de Roma do TPI ou a ele adiram, consoante o caso, e para que cooperem com o Tribunal.

15. Estamos comprometidos com uma abordagem multilateral para enfrentar os desafios do desarmamento, não-proliferação e controle de armas, em especial as armas nucleares, químicas e biológicas, nos dias de hoje. Assim, prosseguiremos a implementação, universalização e reforço dos mecanismos de desarmamento e não-proliferação, fortalecendo o papel das Nações Unidas.

Salientamos que o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares continua a ser o pilar do regime de não-proliferação e base essencial para alcançar o objectivo de desarmamento nuclear, nos termos do Artigo VI. Reconhecemos o direito a desenvolver a investigação, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos sem discriminação, nos termos do Tratado.

Continuaremos a trabalhar para a adesão universal ao TNP. Nesse sentido, também reafirmamos a importância do Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT) como parte do regime de desarmamento e não-proliferação nuclear.

A proliferação de armas de destruição em massa e seus vetores de lançamento constituem crescente ameaça à paz e segurança internacionais. A comunidade internacional compartilha a responsabilidade por ativamente prevenir esse risco. Para esse fim, estamos determinados, em conformidade com as autoridades e a legislação nacional e em consonância com o direito internacional, a colaborar para a prevenção do tráfico ilícito de armas nucleares, químicas e biológicas, os seus vectores de lançamento e materiais relacionados.

16. Registamos o estabelecimento da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), que poderá contribuir para o reforço da presença bi-regional na cena internacional.

17. Reconhecemos os progressos efetuados pela Associação de Estados das Caraíbas (AEC)

através do diálogo político, da cooperação e da realização de consultas, bem como de acções coordenadas nos domínios do comércio, do turismo sustentável, dos transportes e da resposta a catástrofes naturais, graças aos quais poderão ser aprofundadas e consolidadas as relações entre a UE e a região das Grandes Caraíbas.

Terrorismo

18. Condenamos firmemente todos os atos terroristas, bem como o financiamento e o apoio ao terrorismo e a instigação de tais atos. Comprometemo-nos, através de uma cooperação mútua, a prevenir, combater e eliminar o terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, onde quer e por quem quer que sejam cometidos. Manifestamos a nossa solidariedade para com as vítimas e suas famílias. Os atos de terrorismo afetam negativamente o usufruto dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, constituem uma ameaça directa para o Estado de direito e subvertem o desenvolvimento económico e social.

É dever dos Estados proteger os seus cidadãos. Impõe-se todavia que, ao combatermos o terrorismo, não destruamos aquilo que defendemos. No combate ao terrorismo, é imperioso que sejam respeitados os direitos humanos, o direito internacional humanitário, as liberdades fundamentais e o Estado de direito. Declaramos o nosso pleno apoio ao cumprimento de todos os compromissos assumidos nos termos dos instrumentos jurídicos das Nações Unidas para a luta contra o terrorismo e das resoluções 1373, 1566 e 1624 adotadas nesta matéria pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, e outras resoluções pertinentes.

19. Instamos todos os Estados a recusarem dar guarida a presumíveis terroristas, bem como a empreenderem a seu respeito as devidas averiguações e acções judiciais e a analisarem prontamente os pedidos de extradição de pessoas suspeitas de terem cometido atos terroristas, em conformidade com o direito nacional e o direito

internacional aplicável, acordos bilaterais inclusive.

Instamos todos os Estados a tornarem-se Partes nas treze convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo e salientamos a importância de que se reveste a implementação de tais instrumentos.

Apoiamos os esforços para a entrada em vigor da Convenção Internacional para a Repressão dos Atos de Terrorismo Nuclear. Salientamos ainda que é necessário tudo fazer para que, por ocasião da 60.^a sessão da Assembleia Geral, se chegue a acordo sobre e se adote uma convenção abrangente relativa ao terrorismo internacional bem como apoiaremos os trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas para definir uma estratégia de luta contra o terrorismo, tendo em conta o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Droga e Criminalidade Organizada

20. Reiteramos o nosso compromisso, de acordo com o princípio da responsabilidade partilhada, e com base numa abordagem global e integrada do problema mundial das drogas ilícitas, em reforçar a cooperação e aproveitar plenamente os mecanismos de diálogo e cooperação entre ambas as regiões, principalmente através do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE-ALC de Luta contra as Drogas e do Diálogo de Alto Nível UE-Comunidade Andina sobre as Drogas. Reiteramos, em particular, o nosso compromisso em promover iniciativas sobre a partilha de informações policiais relativas ao tráfico de drogas e no domínio do desenvolvimento alternativo, incluindo o desenvolvimento alternativo preventivo, em países interessados, como forma de operar mudanças estruturais economicamente eficientes e duradouras em zonas vulneráveis às culturas ilícitas.

21. Assim, congratulamo-nos com a Declaração de Viena emitida em 7 de Março de 2006, por ocasião da conclusão da VIII Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação UE-ALC de Luta contra as Drogas. Neste contexto,

e com o objectivo de desenvolver e reforçar este Mecanismo, apoiamos a proposta de levar a efeito, até finais de 2006, uma revisão completa do Plano de Acção do Panamá, acordado em 1999, e dos domínios de acção da agenda de Lisboa.

22. Saudamos a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) e sublinhamos a necessidade dos Estados que ainda não o tenham feito a assinarem, ratificarem e implementarem efectivamente essa Convenção.

De igual modo, sublinhamos a importância dos Estados que ainda não o tenham feito a considerarem a assinatura, ratificação ou adesão à Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) e aos respectivos protocolos adicionais.

23. Comprometemo-nos a continuar a apoiar o Programa de Acção das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre. Para tal, reforçaremos a cooperação bi-regional e participaremos activamente na Conferência das Nações Unidas para analisar os progressos alcançados na implementação do Programa de Acção para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, que se deverá realizar em Nova Iorque, de 26 de Junho a 7 de Julho de 2006.

Meio Ambiente (Incluindo a Prevenção das Catástrofes, a Atenuação dos seus Efeitos e o Grau de Preparação para as Enfrentar)

24. Reconhecemos que a prosperidade a longo prazo das nossas regiões depende, em larga medida, da gestão sustentável dos recursos naturais e da capacidade para garantir um desenvolvimento que abranja todos os aspectos da sustentabilidade. Para tal, a UE e a ALC estabelecerão um diálogo a nível político para a troca de pontos de vista sobre questões ambientais de interesse mútuo.

Será prestada especial atenção à cooperação

em domínios como as alterações climáticas, a desertificação, a energia, os recursos hídricos, a biodiversidade, as florestas e a gestão das substâncias químicas.

Reconhecemos a necessidade de iniciativas mais eficientes no domínio do ambiente no sistema das Nações Unidas, acompanhadas de uma coordenação reforçada, de uma melhor orientação e aconselhamento sobre políticas públicas a seguir, do reforço do conhecimento científico, da avaliação e da cooperação, de uma melhor observância dos tratados, sem que deixe de ser respeitada a autonomia jurídica de cada um deles, e de uma melhor integração das actividades ambientais no quadro mais abrangente do desenvolvimento sustentável a nível operacional, nomeadamente através da criação de capacidades; acordamos igualmente em explorar a possibilidade de criar um quadro institucional mais coerente para fazer face a esta necessidade, incluindo uma estrutura mais integrada, com base nas instituições existentes e nos instrumentos internacionalmente acordados, bem como nos órgãos instituídos pelos tratados e nas agências especializadas.

25. Congratulamo-nos com a declaração conjunta sobre a implementação da parceria estratégica UE-AL para os Recursos Hídricos e o Saneamento, assinada durante o 4.º Fórum Mundial da Água (México, 16-22 de Março de 2006). Reconhecemos o contributo prestado por este Fórum para a implementação das políticas adoptadas pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

26. Reiteramos o nosso firme compromisso em fazer face às alterações climáticas. Saudamos a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e instamos os Estados que ainda não são Partes a que a ele adiram sem demora. Congratulamo-nos também com os resultados da Conferência de Montreal sobre as Alterações Climáticas (Dezembro de 2005). Reforçaremos a nossa cooperação para implementar os seus resultados, inclusive mediante a consideração dos compromissos dos países desenvolvidos que são

parte no Protocolo de Quioto para os períodos subsequentes, bem como através da promoção de um diálogo orientado para o futuro sobre acções para lidar com as alterações climáticas no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Cooperaremos ainda para aprofundar os nossos conhecimentos sobre o impacto e as vulnerabilidades às alterações climáticas, para aumentar as capacidades de adaptação, facilitar a transferência de tecnologias de mitigação e adaptação às alterações climáticas, e fortaleceremos também a nossa cooperação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

27. Um esforço sem precedentes é, igualmente, necessário para que se atinja uma significativa redução da taxa de perda de biodiversidade em todos os níveis, até 2010. Saudamos, portanto, os resultados da Conferência de Curitiba sobre Diversidade Biológica (Março de 2006) e comprometemo-nos a aumentar os esforços para reforçar a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Biossegurança pelos seus Estados Partes. Neste contexto, estamos igualmente comprometidos, na linha das decisões adoptadas em Curitiba, a continuar a elaboração e negociação de um regime internacional sobre o acesso a recursos genéticos e à repartição de benefícios, a fim de implementar efectivamente os três objectivos da CBD, a saber: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes, e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, bem como a implementar o Programa de Trabalho da CDB sobre Zonas Protegidas.

28. Reconhecemos o elevado grau de vulnerabilidade de algumas regiões a catástrofes naturais, bem como a sua crescente ocorrência e gravidade. Cooperaremos para reforçar a prevenção das catástrofes naturais e o grau de preparação para as enfrentar mediante o intercâmbio de experiências e a rápida divulgação das melhores práticas emergentes, em particular no domínio do controlo e

do alerta rápido, bem como da criação de capacidades de resposta a nível local. Deste modo se poderá reforçar, no contexto do desenvolvimento sustentável, qualquer acção no sentido de uma abordagem integrada da gestão das catástrofes naturais com vista à redução do risco de catástrofe na Bacia das Grandes Caraíbas.

Energia

29. Perante a rápida transformação dos parâmetros mundiais das políticas energéticas, reconhecemos a necessidade de uma cooperação regional e internacional mais estreita no sector da energia. Confirmamos o nosso compromisso em promover a eficiência energética e em aumentar a utilização das fontes de energia renováveis como passo importante no sentido de um abastecimento energético seguro, estável e competitivo, assim como do desenvolvimento sustentável.

Continuaremos a reforçar o diálogo e a cooperação bi-regional, nomeadamente no campo da energia renovável.

Congratulamo-nos com os esforços desenvolvidos para promover iniciativas no domínio da integração energética na América Latina e nas Caraíbas.

Saudamos ainda a realização do primeiro encontro de peritos da União Europeia e dos países da América Latina e das Caraíbas em matéria de energia, que teve lugar em Bruxelas a 20 e 21 de Abril de 2006.

30. Reconhecendo embora o direito soberano que assiste a cada país de gerir e regulamentar os seus recursos naturais, continuaremos a reforçar a cooperação com o objectivo de criar um quadro comercial equilibrado e regimes regulamentares mais compatíveis entre si. Sublinhamos a importância de desenvolver e investir na infra-estrutura energética necessária para garantir a disponibilidade e o acesso a sistemas energéticos fiáveis e financeiramente suportáveis. Serão mantidos os esforços e incrementada a cooperação no sentido de acelerar o

desenvolvimento de tecnologias energéticas ambientalmente sustentáveis.

Acordos de Associação; Integração Regional; Comércio; Conectividade (Investimento, Infra-Estrutura, Sociedade da Informação)

31. Congratulamo-nos com o êxito da implementação dos Acordos de Associação UE-México e UE-Chile e salientamos a importância de seguir uma estratégia bi-regional na negociação de outros Acordos de Associação, incluindo zonas de comércio livre.

Tomamos nota do progresso nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia para celebrar um Acordo de Associação Interregional, e atribuímos a máxima importância ao objectivo de alcançar um acordo que seja ambicioso e equilibrado. Esse acordo deve reforçar as relações políticas, económicas, comerciais e de cooperação entre as duas partes, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento.

As Partes interessadas saúdam o resultado da Reunião Ministerial realizada em Setembro de 2005 e instruem os negociadores a intensificar esforços para fazer avançar o processo negocial.

Recordando o objectivo estratégico comum da Declaração de Guadalajara e tendo em conta o resultado positivo da avaliação conjunta sobre a integração regional efectuada com a América Central, saudamos a decisão adoptada pela União Europeia e a América Central para lançar as negociações para um Acordo de Associação, incluindo o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre.

A América Central confirma os seus compromissos de implementarem, tal como acordado, as decisões tomadas pelos Chefes de Estado da América Central em 9 de Março de 2006 no Panamá, bem como de procurarem ratificar o Tratado sobre Investimentos e Serviços da América Central e a desenvolverem um mecanismo jurisdicional que garanta o cumprimento da legislação económica regional em toda a região.

Saudamos o envolvimento do Panamá neste

processo. As Partes reconhecem que a sua participação activa nas negociações dar-se-á após a decisão formal da sua adesão ao processo de integração económica na América Central, SIECA.

As Partes interessadas partilham o objectivo de concluírem um acordo de associação abrangente e desejam um processo rápido de negociação, bem como uma efectiva implementação do futuro acordo de associação. A este respeito, as Partes reconhecem o valor do trabalho preparatório efectuado para este efeito pela Avaliação Conjunta do processo de negociação.

Recordando o objectivo estratégico comum estabelecido na Declaração de Guadalajara, congratulamo-nos com a decisão adoptada pela União Europeia e a Comunidade Andina de encetar, durante o ano de 2006, um processo conducente à negociação de um acordo de associação que inclua um diálogo político, programas de cooperação e um acordo comercial.

Para o efeito, a CAN e a UE acordam em realizar todas as reuniões necessárias antes de 20 de Julho próximo, a fim de clarificar e definir as bases da negociação, que permitam uma participação plena e frutífera para todas as partes.

Congratulamo-nos igualmente com os progressos alcançados nas negociações entre a UE e os países do Fórum das Caraíbas dos Estados ACP (CARIFORUM) sobre um acordo de parceria económica.

32. A integração regional constitui um elemento fundamental para a estabilidade, o crescimento económico e o investimento, assim como para aumentar o peso de ambas as regiões a nível mundial. Reafirmamos que os princípios da cooperação e da solidariedade constituem a base dos nossos processos de integração. Neste contexto, incentivamos e apoiamos firmemente os países da América Latina e das Caraíbas a prosseguirem os seus processos de integração regional.

Saudamos novas iniciativas como a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações e a entrada em

vigor do Mercado Único da CARICOM no âmbito do programa para o estabelecimento da Economia e Mercado Únicos da CARICOM (CSME).

33. Reiteramos o nosso inteiro apoio ao sistema multilateral de comércio e reafirmamos o compromisso assumido na Conferência Ministerial da OMC, realizada em Hong Kong, no sentido de concluir com êxito em 2006 as negociações iniciadas em Doha. Salientamos a importância central de que se reveste a dimensão do desenvolvimento em todos os aspectos do Programa de Trabalho de Doha, tal como é reiterada na Declaração de Hong Kong. Reconhecemos que um resultado ambicioso e equilibrado em todas as áreas de negociação é decisivo na criação de oportunidades para todos os membros da OMC, em especial mediante o reforço da efectiva integração e plena participação dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio e a criação de um clima seguro, estável e equitativo para o comércio e o investimento, tendo presente que as contribuições devem ser consistentes com o princípio do tratamento especial e diferenciado. Por esse motivo, nos próximos meses, teremos de abordar todas as questões e nos comprometer a prosseguir as negociações no quadro do Compromisso Único. Continuaremos a ter em conta as especiais preocupações das pequenas e vulneráveis economias e dos Países Menos Desenvolvidos.

34. Incentivamos as instituições financeiras europeias, da América Latina e das Caraíbas a apoiarem a integração física através da interconectividade e da criação de infra-estruturas de rede, nomeadamente nos domínios da energia, dos transportes, das telecomunicações e da investigação. A promoção da interconectividade é parte integral de uma efectiva integração regional.

Neste contexto, reconhecemos as características especiais dos Países em Desenvolvimento sem Litoral e dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que deverão ser objecto de uma abordagem específica.

Congratulamo-nos com o apoio prestado

pelo Banco Europeu de Investimento aos países da América Latina e das Caraíbas.

Crescimento e Emprego

35. Reafirmamos o nosso compromisso em promover um crescimento económico equitativo e sustentado, para criar mais e melhores empregos e combater a pobreza e a exclusão social. Reconhecemos também a necessidade de promover a adopção de políticas públicas responsáveis que conduzam a uma melhor distribuição da riqueza e dos benefícios do crescimento económico. Sublinhamos a importância de definir políticas adequadas nos domínios fiscal e da protecção social, a fim não só de promover um crescimento económico equitativo, com justiça social, capaz de criar empregos produtivos e de qualidade, mas também de procurar inserir o sector informal na economia formal. Acreditamos que a criação de trabalho decente constitui um elemento-chave para sustentar o desenvolvimento económico e social, prestando especial atenção ao problema do emprego juvenil, nomeadamente através da criação de capacidade técnica pela via das políticas de educação e de formação profissional. Comprometemo-nos a promover e facilitar o diálogo no contexto das relações laborais nos níveis nacional, sub-regional e bi-regional.

Luta contra a Pobreza, a Desigualdade e a Exclusão

36. Sublinhamos o nosso compromisso em erradicar a pobreza, a desigualdade, a exclusão social e toda e qualquer forma de discriminação, a fim de melhorar as condições de vida de todos os indivíduos e grupos, consolidar a governação democrática e alcançar maior justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos a necessidade de que sejam adoptadas estratégias e políticas públicas abrangentes e integradas para garantir maior igualdade de oportunidades e melhores condições de vida e de trabalho para todos, assim como um maior acesso à educação, à saúde e ao emprego, facilitando a igualdade de género e conferindo prioridade às populações mais

vulneráveis, incluindo os deficientes. Reconhecemos a necessidade de elaborar políticas públicas especificamente vocacionadas para proteger as crianças e os jovens e para romper o ciclo da pobreza. Estas estratégias deverão dar resposta às necessidades sociais e económicas e às prioridades de cada país.

Saudamos os progressos realizados no sentido de aumentar o acesso à educação e à saúde e salientamos a necessidade de melhorar ainda mais a cobertura e a igualdade de acesso de todos a esses serviços, inclusive mediante um financiamento justo, eficiente e de qualidade. Reconhecemos a importância de promover a responsabilidade social das empresas, estimular o diálogo social e a participação de todos os interlocutores relevantes, incluindo a sociedade civil, e respeitar a diversidade étnica, a fim de construir sociedades mais coesas.

37. Sublinhamos que a coesão social, fundamento de sociedades mais inclusivas, continua a ser nosso objectivo comum e uma prioridade essencial da parceria estratégica bi—regional. A promoção da coesão social visa contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas, dando a todos a oportunidade de usufruir dos direitos fundamentais e acesso ao emprego, de gozar dos benefícios do crescimento económico com equidade e justiça social e de assim desempenhar plenamente o seu papel na sociedade. Continuaremos a atribuir à coesão social um elevado grau de prioridade nos nossos programas bi-regionais de cooperação e assistência, como o EUROsociAL, e também continuar a promover o intercâmbio de experiências entre os nossos países e regiões.

38. Saudamos e apoiamos os resultados da Conferência de alto nível consagrada à “Promoção da coesão social: as experiências da UE e da ALC”, que teve lugar em Bruxelas em Março de 2006.

Saudamos igualmente a iniciativa de organizar periodicamente fóruns consagrados à coesão social a fim de estimular o diálogo e a cooperação entre a UE e a América Latina e as Caraíbas em matéria de igualdade, erradicação da pobreza e inclusão social.

Cooperação para o Desenvolvimento e Financiamento Internacional para o Desenvolvimento

39. Reafirmamos a nossa determinação em assegurar a consecução integral e dentro dos prazos das metas e objetivos de desenvolvimento aprovados nas principais conferências e cimeiras das Nações Unidas, conforme acordado no âmbito da Cimeira do Milénio, do consenso de Monterrey e dos resultados da Cimeira Mundial de 2005, bem como no quadro da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

40. É necessário promover esforços especiais tanto nos planos nacional, internacional como bi-regional com o objectivo de garantir a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos os povos e pessoas, conforme estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento.

41. Congratulamo-nos com a declaração conjunta da UE “O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento”, que coloca a eliminação da pobreza no cerne da cooperação da UE para o desenvolvimento, no contexto do desenvolvimento sustentável, o que inclui a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e que se aplica a todos os países em desenvolvimento. Reconhecemos os novos e ambiciosos compromissos assumidos pela UE tendo em vista melhorar os aspectos de quantidade, qualidade e eficácia da sua ajuda ao desenvolvimento. Reconhecemos, em particular, os compromissos dos Estados-Membros da UE no sentido de atingirem colectivamente até 2010 uma percentagem de 0,56% do RNB para a APD, e de se esforçarem por atingir a meta de 0,7% do RNB para a APD até 2015; os Estados-Membros que aderiram à UE após 2002 esforçar-se-ão por, até 2015, aumentar a percentagem APD/RNB para 0,33%. Apelamos a todos os parceiros no desenvolvimento para que adiram a esta iniciativa europeia e sigam esta orientação. Congratulamo-nos com o apoio que continua a ser dado aos países de rendimento médio através da cooperação económica e para o desenvolvimento, em que se inclui a concretização de estratégias de eliminação da

pobreza, tendo em conta o papel que desempenham em domínios políticos, comerciais e de segurança.

Reconhecemos também os esforços dos países da ALC para atingirem os ODM mediante a execução de políticas públicas orientadas para a integração social e o desenvolvimento humano sustentável.

42. Reconhecemos que a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio depende de recursos adicionais. Acolhemos, nesse sentido, os desenvolvimentos recentes da Ação contra a Fome e a Pobreza e a disposição de vários países para explorar e começar a implementar, em base voluntária, mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento, como a taxa solidária nas passagens aéreas, a Facilidade Financeira Internacional e o projeto-piloto Facilidade Financeira Internacional para a Imunização, todos os quais foram discutidos na Conferência sobre Fontes e Mecanismos Financeiros Inovadores realizada em Paris, em Março último.

43. Constatamos que o VIH/SIDA e outras pandemias continuam a representar uma enorme ameaça para o futuro das nossas nações e para o desenvolvimento humano sustentável, e comprometemo-nos a intensificar a nossa colaboração na resposta às mesmas.

44. Consideramos que a importância das relações entre a UE e a ALC se deve reflectir na afetação de recursos à região.

45. Conferimos grande importância ao problema da dívida enfrentado por alguns países e que requer um compromisso contínuo da comunidade internacional, com vista a encontrar soluções duráveis e equitativas, enfatizando que credores e devedores devem partilhar responsabilidade para prevenir e solucionar situações insustentáveis de dívidas de forma oportuna e eficiente.

Valorizamos os benefícios da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) reforçada e apoiamos a sua plena implementação nos países elegíveis. Registamos a aprovação, pelo Clube de Paris, da abordagem de Evian que prevê o

tratamento da dívida de países não elegíveis à Iniciativa HIPC, e reiteramos a necessidade de trabalhar para manter e promover o seu acesso aos mercados financeiros internacionais.

46. Reconhecemos as iniciativas de base voluntária para ajudar alguns países da ALC, nomeadamente sob a forma de conversão da dívida em financiamento para o desenvolvimento, incluindo para a educação e programas de conversão de empréstimos APD e de créditos comerciais.

47. Continuaremos a promover a adopção de medidas que visem a melhoria do processo decisório, da governação e do funcionamento dos organismos financeiros internacionais, e bem assim a fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas Instituições Financeiras Internacionais, a fim de melhor traduzir os interesses dos referidos países e de dispor de instrumentos mais eficazes para prevenir e resolver crises. Neste contexto, saudamos as iniciativas tomadas pelo Fundo Monetário Internacional, como o Mecanismo contra Choques Exógenos (Exogenous Shocks Facility), para prestar ajuda financeira a países de baixo rendimento que enfrentem esse tipo de choques.

48. Registamos as conclusões da III Reunião dos Parlamentos de Integração Regional, realizada de 24 a 25 de Abril de 2006 em Bregenz, Áustria.

Migração

49. Reconhecemos a necessidade de intensificar os benefícios da migração para ambas as regiões e para os próprios migrantes. Comprometemo-nos, pois, a levar adiante o nosso diálogo global em matéria de migração, reforçando mais ainda a nossa cooperação e nossa compreensão mútua da migração em todas as suas dimensões em ambas as regiões, e salientamos o nosso compromisso de proteger eficazmente os direitos humanos de todos os migrantes.

Congratulamo-nos com a realização em Cartagena das Índias, a 1 e 2 de Março de 2006, da segunda reunião consagrada ao tema da migração, em que participaram peritos da União Europeia e de

países da América Latina e das Caraíbas.

Saudamos as recomendações no sentido de que seja efectuado um acompanhamento conjunto da situação relativa ao tratamento, aos direitos e à integração dos migrantes; à facilitação da transferência das remessas dos migrantes, de carácter privado, e à redução dos custos correspondentes; a novas abordagens no que respeita às políticas de migração; aos esforços conjuntos para tratar da migração irregular; e ao reforço da luta contra o tráfico de seres humanos, tendo em conta os direitos e a particular vulnerabilidade das pessoas sujeitas a estes crimes.

50. O diálogo de alto nível em matéria de migração e desenvolvimento internacionais, que terá lugar em Nova Iorque a 14 e 15 de Setembro de 2006, será uma excelente oportunidade para debater esta importante questão, em todos os seus aspectos, à escala mundial.

Partilha de Conhecimentos e Desenvolvimento de Capacidades Humanas: Ensino Superior, Investigação, Ciência e Tecnologia, Cultura

51. Reconhecemos o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no apoio à coesão social, à integração regional e à competitividade das nossas economias. Atribuimos grande importância em colaborar para um maior desenvolvimento das TIC nas nossas regiões, a fim de promover o acesso universal, equitativo e financeiramente comportável a essas tecnologias, nomeadamente através de estratégias abrangentes capazes de fazer frente aos novos desafios e oportunidades da convergência tecnológica.

Congratulamo-nos com os resultados e com a declaração aprovada no Quarto Fórum Ministerial UE-ALC consagrado à sociedade da informação, sob o tema “Uma aliança para a coesão social através da inclusão digital”, que se realizou em Lisboa em Abril de 2006. Reconhecemos os resultados encorajantes das actividades bi-regionais em curso neste campo e consideramos ser importante manter o apoio financeiro e político a iniciativas que

consolidem o espaço de colaboração científica baseado nas TICs.

52. Consideramos prioritária a criação de um Espaço Comum do Ensino Superior UE-ALC, orientado para a mobilidade e a cooperação. Neste contexto, saudamos e encorajamos as decisões adoptadas na Conferência Ministerial realizada no México em Abril de 2005 e as recomendações mais recentes do Comité de Acompanhamento AL-C-UE. Acolhemos também com agrado a iniciativa da Comissão Europeia no sentido de intensificar substancialmente o seu programa de intercâmbios.

53. Reconhecemos a importância da C&T para o desenvolvimento económico e social sustentável dos nossos países, inclusive para a redução da pobreza e a inclusão social. Registamos a reunião havida em Salzburgo, de 1 a 3 de Fevereiro de 2006, entre altos funcionários da UE e da ALC, e subscrevemos as suas conclusões.

Congratulamo-nos com a consolidação das plataformas UE-ALC para a C&T, que levem ao reforço da parceria EU-ALC, promovendo um espaço de conhecimento UE-ALC concebido como um espaço comum de ciência, tecnologia e inovação. Instruímos os nossos altos funcionários UE-ALC da área da C&T para promoverem a concepção, a execução e o acompanhamento da pesquisa e desenvolvimento conjuntos, a mobilidade, a inovação e a sensibilização do público para as actividades científicas em domínios de interesse comum para ambas as regiões no seu entendimento, tendo em vista fomentar a participação conjunta em actividades de investigação tais como o Sétimo Programa-Quadro e outros programas bilaterais e multilaterais.

54. Reconhecemos a importância da diversidade cultural enquanto fator de desenvolvimento, crescimento e estabilidade, conforme exemplificado pela aprovação, em Outubro de 2005, da Convenção da UNESCO para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Apoiamos a sua rápida ratificação e implementação.

Reconhecemos que a cooperação cultural é essencial para fomentar o diálogo intercultural e a compreensão mútua. Reafirmamos, além disso, a nossa convicção de que as actividades e indústrias culturais desempenham um papel importante na defesa, desenvolvimento e promoção da diversidade cultural. Comprometemo-nos a procurar meios que permitam reforçar tanto a cooperação UE-ALC como a cooperação intra ALC e os intercâmbios de conhecimentos e boas práticas neste domínio, além de incrementar a cooperação entre a UE e a ALC no quadro da UNESCO.

55. Acordamos em comemorar os bicentenários de vários eventos históricos e culturais, com o objectivo de contribuir para a aproximação dos laços entre os nossos povos.

Conclusões

56. Acolhemos com o maior agrado o relatório das diversas reuniões e actividades realizadas no plano bi-regional entre as Cimeiras de Guadalajara e Viena, no qual se destaca a contínua consolidação da nossa associação estratégica.

57. Congratulamo-nos com a realização da 1.ª Cimeira Empresarial UE-ALC (Viena, 12 de Maio de 2006), subordinada ao tema “Aproximar os dois mundos através dos Negócios e da Cultura”. Nela estiveram presentes importantes figuras das comunidades empresariais de ambas as regiões, às quais foi proporcionada uma plataforma para debaterem as relações comerciais, os investimentos, os serviços e as perspectivas de negócio. As conclusões e recomendações da cimeira foram-nos apresentadas durante a sessão plenária de encerramento da Quarta Cimeira UE-ALC.

58. Aceitamos com o maior agrado o convite do Peru para realizar a Quinta Cimeira UE-ALC em 2008.

59. Expressamos a nossa gratidão ao Governo e ao povo da Áustria por toda a sua hospitalidade e apoio, que contribuíram para assegurar o êxito da Cimeira de Viena.

Acordo Sobre Serviços Aéreos Brasil-Senegal (12 de maio de 2006)

O Brasil e o Senegal assinaram em Dacar, no último dia 28 de abril, Minuta de Acordo Sobre Serviços Aéreos, instrumento que permitirá a conexão aérea e o transporte de passageiros e carga entre os dois países. Foi também assinado Memorando de Entendimento para a aplicação provisória do Acordo até que estejam concluídos todos os trâmites necessários à sua entrada em vigor.

Negociações entre a empresa brasileira TAF Linhas Aéreas S/A, sediada no Ceará, e as contrapartes senegalesas estão em andamento, com vistas ao estabelecimento de linha direta entre Fortaleza e Dacar.

Trata-se de importante e auspicioso passo na direção do desejável aumento dos fluxos de pessoas, bens e serviços entre o Brasil e o Senegal. O Acordo sinaliza, também, as possibilidades de estabelecimento de novos acordos no campo aeronáutico entre o Brasil e outros países do continente africano.

Reunião Ministerial UE-Mercosul - Comunicado Conjunto - Viena, Áustria, 13 de maio de 2006 (13 de maio de 2006)

Por ocasião da Quarta Cimeira entre a União Européia e os países da América Latina e do Caribe, realizada em Viena, a UE, representada pelo Secretário de Estado austríaco Hans Winkler, em representação da Presidência da UE, pela Comissária Benita Ferrero-Waldner, em representação da Comissão Européia, e pela Ministra do Comércio Externo e do Desenvolvimento e Ministra no Gabinete do Primeiro Ministro, Paula Lehtomäki, em representação da próxima Presidência Finlandesa, realizou uma sessão de trabalho com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Jorge Taiana, do Brasil, Celso Amorim, do Paraguai, Leila Rachid, e do Uruguai, Reinaldo Gargano, em representação dos países membros do Mercosul e Carlos Alvarez, Presidente do Comitê de

Representantes Permanentes do Mercosul.

1. A UE e o Mercosul debateram a situação em ambas as regiões. Os países do Mercosul informaram os seus homólogos da UE sobre os mais recentes progressos realizados com vistas a reforçar o processo de integração regional, considerado como a pedra angular do desenvolvimento econômico e social das respectivas populações, bem como um instrumento fundamental para a consolidação da democracia e a estabilidade política na região. Foi dado especial destaque às decisões tendentes a aperfeiçoar a livre circulação de bens e pessoas no Mercosul, bem como para reforçar o quadro institucional do bloco.

A UE teceu comentários sobre os principais desenvolvimentos ocorridos na União, entre os quais os debates em curso sobre o futuro da Europa e a próxima rodada de negociações com vistas ao alargamento da UE, tendo ainda apresentado o estado de situação da Estratégia de Lisboa, destacando seus desafios e objetivos.

2. As Partes reafirmaram conferir prioridade estratégica à celebração de um Acordo de Associação Inter-regional ambicioso e equitativo, que constitua um instrumento de reforço das relações políticas, econômicas, comerciais e de cooperação e contribua para reduzir as disparidades sócio-econômicas existentes. Avaliaram a situação das negociações em curso para um acordo de comércio bi-regional, incluindo as evoluções recentes, e manifestaram sua expectativa de que as negociações conduzam à conclusão tempestiva e bem sucedida de um Acordo de Associação abrangente e equilibrado. As Partes expressaram seu apoio ao avanço das discussões com o objetivo de se convocar nova reunião de negociações comerciais, no nível ministerial. Além disso, salientaram a importância dos contatos de alto nível entre os representantes dos meios empresariais de ambas as regiões, incentivando-os a que continuem a reunir-se e a enriquecer o diálogo inter-regional entre a UE e o Mercosul com sugestões e contribuições construtivas.

3. A UE e o Mercosul salientaram a importância da dimensão política da sua parceria com base numa agenda comum que deverá incluir, entre outras questões, a adesão aos princípios do respeito pelos direitos humanos, democracia e Estado de direito. Ressaltaram os progressos realizados neste âmbito e decidiram aprofundar o diálogo político, incluídas consultas mais frequentes no nível de Altos Funcionários sobre temas concretos e questões gerais de interesse mútuo.

4. A UE e o Mercosul reiteraram o seu pleno apoio ao sistema multilateral de comércio e endossaram o compromisso assumido na Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong no sentido de concluir com êxito em 2006 as negociações lançadas em Doha. Reconheceram que um resultado ambicioso e equilibrado em todas as áreas em negociação será decisivo para a criação de um ambiente seguro, estável e equitativo, que propicie oportunidades de comércio e investimento para todos os membros da OMC, especialmente para os países em desenvolvimento, levando em consideração que as contribuições devem ser consistentes com o princípio do tratamento especial e diferenciado e o da reciprocidade assimétrica. Por esse motivo, nos próximos meses, os membros da OMC terão de abordar todos os problemas e continuar as negociações dentro do quadro do Compromisso Único (Single Undertaking). Acentuaram a importância central da dimensão do desenvolvimento em todos os aspectos do Programa de Trabalho de Doha, tal como reitera a Declaração Ministerial de Hong Kong. Continuarão a ter em conta as preocupações especiais das economias pequenas e mais vulneráveis, bem como as dos países de menor desenvolvimento.

5. As Partes salientaram a importância do papel desempenhado pelo sistema das Nações Unidas. Congratularam-se com os resultados da Cimeira das Nações Unidas realizada em Setembro de 2005 e reiteraram o seu empenho em unir esforços com vista à plena implementação das reformas acordadas na Cimeira. Neste contexto,

acolheram com agrado a criação da Comissão de Consolidação da Paz e do Conselho dos Direitos Humanos. Reafirmaram ainda que estão empenhadas em continuar a contribuir para o processo de reforma das Nações Unidas em curso, de forma a capacitar melhor a Organização para enfrentar os desafios que se colocam hoje em dia. Reiteraram a sua disponibilidade para promover um sistema multilateral eficaz e reforçar as capacidades da ONU para manter a paz, e bem assim para contribuir de forma determinada, através de um empenhamento construtivo, para dar respostas comuns aos grandes desafios nos domínios do desenvolvimento social e econômico, da segurança e dos direitos humanos.

6. No que respeita à prestação de assistência a título da cooperação, as Partes reconheceram como muito positivo o estabelecimento de uma cooperação global a nível bi-regional. Tomaram conhecimento dos progressos registrados no que respeita à elaboração do Documento de Estratégia Regional da UE para o período de 2007 a 2013, que focalizará principalmente o apoio a prestar aos esforços desenvolvidos pelo Mercosul para completar o mercado comum e o modo de facilitar a implementação do futuro Acordo de Associação.

Assistência Humanitária ao Suriname - Envio de Helicóptero Cougar do Exército Brasileiro (14 de maio de 2006)

O Governo brasileiro enviou no dia de hoje, 14.05.2006, helicóptero Cougar HM-3, do Exército Brasileiro, para auxiliar nos trabalhos de apoio logístico na distribuição de assistência humanitária no Suriname. Chuvas intensas têm afligido esse país nos últimos dias, ocasionando graves inundações em vastas áreas dos rios Suriname, Tapanahony, Lawa e Marowijne, ao sul de Paramaribo. Há mais de 37 mil pessoas afetadas, das quais 22 mil estariam desabrigadas. Foram inundadas casas, policlínicas, escolas, lojas, armazéns e centrais de energia elétrica. Essa região está no auge da estação chuvosa e há previsão meteorológica de que as fortes chuvas

persistirão ao longo dos próximos dias.

O Suriname conta unicamente com um helicóptero. Países doadores, organizações Internacionais e ONGs já iniciaram o envio de equipes especializadas, que estão impossibilitadas de acesso às regiões afetadas. Alimentos, tendas e medicamentos chegam ao aeroporto de Paramaribo. O envio do helicóptero militar brasileiro – acompanhado de avião Bandeirante que transportará a equipe encarregada da manutenção do mesmo – será essencial para que possa ser rompido o gargalo que impede o acesso dos encarregados da distribuição da assistência e do material recebido às regiões mais isoladas do país. Capaz de transportar até 27 pessoas, entre passageiros e tripulação, o Cougar HM-3, operado pelo Exército Brasileiro, está apto para emprego em missões de apoio logístico, como a que agora se realiza.

O Governo do Suriname arcará com os custos de combustível das aeronaves, assim como com a hospedagem das tripulações e seu transporte interno terrestre em Paramaribo, por um período aproximado de duas semanas.

Visita da Ministra das Relações Exteriores da Tanzânia, Asha-Rose Migiro (15 de maio de 2006)

Visita o Brasil oficialmente, de 14 a 15 de maio corrente, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Tanzânia, Asha-Rose Migiro, acompanhada de delegação.

A Ministra Migiro manterá audiência com o Ministro Celso Amorim, com quem examinará os principais temas de interesse comum. Os dois Ministros firmarão, na oportunidade, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Brasil-Tanzânia.

Um dos principais tópicos de interesse para a cooperação bilateral consiste no campo da agricultura. A Ministra Migiro e sua delegação visitarão o Centro de Pesquisas EMBRAPA-Cerrados, em Planaltina, onde são realizados

experimentos em cultivos de café e mandioca.

Durante sua estada em Brasília, a delegação tanzaniana manterá contatos com diferentes interlocutores para viabilizar, no futuro próximo, a abertura de Embaixada residente de seu país na capital brasileira. A concretização de tal iniciativa contribuirá para ampliar o relacionamento entre o Brasil e a Tanzânia.

Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Tuvalu (15 de maio de 2006)

Em cerimônia realizada na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em 12 de maio, em Nova York, os Representantes Permanentes do Brasil e de Tuvalu trocaram notas e assinaram ato pelo qual foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países.

II Reunião de Coordenação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina - Brasília, 16 a 19 de Maio (15 de maio de 2006)

Em decorrência de acordo firmado entre o Governo peruano e a UNESCO, foi instituído, na cidade de Cuzco, o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (CRESPIAL). No contexto da implementação do Centro e da consolidação do apoio dos demais países da região a suas atividades, será realizada, em Brasília, no Palácio Itamaraty, de 16 a 19 de maio, a II Reunião de Coordenação do CRESPIAL. O encontro insere-se em uma fase inicial de consultas regionais e contará com a participação de especialistas e autoridades governamentais dos 10 países da América do Sul. Os demais países da América Latina serão progressivamente incorporados ao processo consultivo.

A reunião está sendo organizada sob os auspícios da UNESCO e é resultado de esforço conjunto do Governo brasileiro, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores; e do Governo peruano. A cerimônia de abertura ocorrerá no dia

16 de maio, às 19 horas, no Auditório Vladimir Murtinho, no Palácio Itamaraty.

Eleição do Brasil à Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (16 de maio de 2006)

O Brasil foi eleito, por aclamação, na última sexta-feira, dia 12 de maio, para integrar a Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas.

A Comissão de Construção da Paz foi estabelecida em dezembro de 2005, por meio das Resoluções 60/180, da Assembléia Geral, e 1645 (2005), do Conselho de Segurança. A Comissão será integrada por 31 membros, dos quais 7 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), entre os quais o Brasil; 7 da Assembléia Geral; 7 oriundos do Conselho de Segurança (os cinco permanentes e, para o primeiro mandato, Dinamarca e Tanzânia); 5 maiores contribuintes financeiros da Organização e 5 maiores contribuintes de tropas para operações de paz.

A Comissão de Construção da Paz tem como objetivo principal auxiliar os países recém-saídos de conflitos armados a alcançarem estabilidade política e econômica duradouras. Representa importante avanço no processo de reforma da ONU, ao contribuir para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas na área econômica e social. A criação de órgão como a Comissão de Construção da Paz havia sido objeto de propostas do Brasil desde meados da década de noventa e representa a concretização de aspiração de longa data dos países em desenvolvimento.

Como integrante da Comissão de Construção da Paz, o Brasil estará empenhado em contribuir para que países vitimados por conflito, como o Haiti, tenham uma trajetória sustentável rumo à paz, com estabilidade político-institucional e desenvolvimento econômico-social.

Assim como o recém-criado Conselho de Direitos Humanos, para o qual o Brasil acaba de ser eleito com votação recorde, a criação da Comissão de Construção da Paz constitui mais um passo

significativo no processo de reforma das Nações Unidas. O Brasil tem defendido uma reforma abrangente da ONU, essencial nos esforços da comunidade internacional para a preservação da paz e da segurança, a promoção do desenvolvimento econômico e social e a promoção dos direitos humanos.

Na seqüência do estabelecimento da Comissão de Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, atenção prioritária deve ser dada ao Conselho de Segurança, sem a qual nenhuma reforma das Nações Unidas estará completa.

Cumprimentos do Ministro Celso Amorim ao novo Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália (18 de maio de 2006)

O Ministro Celso Amorim telefonou, ontem, ao Senhor Massimo D'Alema para cumprimentá-lo pela nomeação para os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Ministros e de Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália.

O Ministro Amorim expressou contentamento em ver o Ministro Massimo D'Alema novamente à frente de elevadas funções no Governo italiano. Ressaltou a importância de sua trajetória política e seu interesse pelos temas relativos ao Brasil e à América do Sul. Convidou-o a visitar o Brasil tão logo possível e transmitiu convite do Presidente da República para que o Primeiro-Ministro Romano Prodi visite também o país.

O Ministro D'Alema agradeceu os cumprimentos e os convites formulados, que serão objeto de atenta consideração.

Ajuda Humanitária ao Suriname (15 de maio de 2006)

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, remeteu hoje carta ao Presidente do Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan, pela qual transmite a solidariedade do povo brasileiro pelo difícil momento que atravessa aquele país, em decorrência das fortes chuvas que têm atingido de forma

inclemente a parte norte da América do Sul, deixando milhares de pessoas ao desabrigo.

Em sua carta, o Presidente Lula informa da adoção de medidas imediatas para atender a solicitação do Presidente Venetiaan. Nesse contexto, coube ao Itamaraty a coordenação do esforço de ajuda humanitária. O Governo brasileiro disponibilizou helicóptero Cougar HM-3, do Exército brasileiro, em 14 de maio, para auxiliar no transporte de assistência humanitária às regiões mais longínquas. Além disso, enviou hoje, dia 18, avião C-130 da Força Aérea Brasileira com 10 mil frascos de hipoclorito (suficientes para atender às necessidades de cerca de 20 mil pessoas, durante um mês), bem como 6 kits de farmácia básica e 6 mil pastilhas de quinina para malária, provenientes dos estoques do Ministério da Saúde.

Nova Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil (19 de maio de 2006)

Ministro Celso Amorim recebeu hoje, dia 19 de maio, as credenciais da Senhora Kim Bolduc, nova Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil. A Senhora Bolduc acumulará ainda a função de Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na função de Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil, a Senhora Kim Bolduc estará encarregada de promover a coordenação do trabalho das mais de vinte agências da ONU que mantêm programas e projetos de cooperação internacional com instituições brasileiras.

Declaração do Grupo do Rio sobre a Posse do Presidente do Haiti, René Préval - Georgetown, 17 de maio de 2006 (19 de maio de 2006)

Os países do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Política – Grupo do Rio – felicitam Sua Excelência René Préval por ocasião de sua posse como Presidente da República do Haiti, no domingo, dia 14 de maio de 2006. A posse do

novo Presidente conclui com êxito um processo constitucional que enfrentou enormes desafios e serviu para reconduzir o Haiti ao caminho da recuperação econômica. O Grupo do Rio também felicita o Parlamento recém-eleito e o povo do Haiti pelo manifesto compromisso com o processo político e a manutenção de um ambiente de relativa estabilidade durante o extenso período eleitoral. O Grupo do Rio conclama todos os atores envolvidos a trabalhar juntos sob a liderança do Presidente democraticamente eleito do Haiti para começar a reconstrução das instituições democráticas naquele país e promover o respeito pelos direitos humanos em todas as áreas, assim como o ambiente de reconciliação do povo haitiano. O Grupo do Rio exorta o novo Presidente e o Parlamento a lutar pela participação plena de todos os setores no processo de desenvolvimento econômico, com vistas a aliviar a crise social por que passa a nação irmã do Haiti.

O Grupo do Rio expressa satisfação com o anúncio feito durante a IX Reunião do Conselho para Relações Externas e Comunitárias (COFCOR) da Comunidade Caribenha, realizada em Granada nos dias 24 e 25 de abril de 2006, que inter alia reafirmou o compromisso da CARICON com o Haiti e sua reiterada disposição de fornecer assistência para a reconstrução do Haiti. O Grupo do Rio está convencido do potencial da reintegração do país irmão nas atividades da Comunidade Caribenha para promover o progresso no Haiti.

O Grupo do Rio expressa sua satisfação com o papel fundamental desempenhado pelas organizações regionais e internacionais, inclusive as Nações Unidas, a MINUSTAH, a Organização dos Estados Americanos e a CARICOM, no sentido de assegurar o exitoso retorno à constitucionalidade no Haiti. Adicionalmente, o Grupo do Rio reconhece os esforços da comunidade internacional para apoiar o processo eleitoral no Haiti, que reconduziu o país a um novo caminho de estabilização e progresso.

O Grupo do Rio reitera seu apoio ao

estabelecimento de sólidas instituições democráticas, bem como ao desenvolvimento econômico e social sustentável na República do Haiti. O Grupo do Rio exorta a comunidade internacional a cumprir os compromissos de apoiar o processo de reconstrução, de acordo com as prioridades do povo haitiano e com vistas a incrementar seu bem-estar no curto, médio e longo prazos. A esse respeito, o Grupo do Rio aguarda com interesse a Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, a ocorrer em Brasília, no dia 23 de maio de 2006, com a presença de países doadores e de organizações internacionais.

Visita do Ministro Celso Amorim à Bolívia - 21 e 22 de maio de 2006 (20 de maio de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizará visita a La Paz nos dias 21 e 22 de maio corrente, ocasião em que manterá encontros com o Presidente da República da Bolívia, Evo Morales, e com o Ministro das Relações Exteriores e Culto, David Choquehuanca, além dos Ministros da Presidência, do Governo, Planejamento, Defesa, e Desenvolvimento Rural. Deverá também encontrar-se com os Presidentes da Câmara e do Senado bolivianos. A visita dará seguimento ao encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales, à margem da IV Cúpula América Latina e Caribe–União Européia, em Viena, Áustria, em 13 de maio último.

Na ocasião, o Ministro Amorim terá oportunidade de manter diálogo político que visa a reforçar os laços de cooperação e de integração entre os dois países. Deverá tratar também de aspectos relativos à proteção dos interesses da população brasileira residente na Bolívia.

O Ministro Amorim examinará com as autoridades bolivianas aspectos da integração sul-americana, tendo em vista o fato de que a Bolívia assumirá a Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-americana de Nações, a partir da II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade, a realizar-se em La Paz, no corrente ano.

Visita do Ministro Celso Amorim à Bolívia - Comunicado Conjunto (22 de maio de 2006)

Conforme decidido pelos Presidentes do Brasil e da Bolívia em recente encontro em Viena, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho a La Paz nos dias 21 e 22 de maio, com o objetivo de discutir temas de interesse comum dos dois países.

O Ministro das Relações Exteriores e Cultos da Bolívia, David Choquehuanca, manteve importante reunião com seu homólogo brasileiro na Chancelaria boliviana, da qual participaram, igualmente, outras autoridades do Poder Executivo. O Chanceler Celso Amorim também manteve encontros com os Ministros da Presidência, Juan Ramón Quintana, e do Planejamento do Desenvolvimento, Carlos Villegas.

O Chanceler brasileiro foi recebido em audiência particular pelo Presidente da República da Bolívia, Evo Morales Ayma.

Realizou, igualmente, uma visita de cortesia ao Presidente do Senado, Senador Santos Ramírez.

Durante a reunião na Chancelaria boliviana, os Chanceleres ratificaram a firme disposição de seus Governos de estreitar o diálogo e aprofundar a relação estratégica.

Congratularam-se, da mesma forma, pelos resultados positivos alcançados por ocasião da visita da Missão Especial Brasileira de Cooperação, que se realizou em La Paz, em 24 e 25 de abril passado.

Voltaram a constatar a excelente coordenação alcançada pelo Brasil e pela Bolívia nos foros multilaterais. Neste âmbito, o Chanceler Amorim agradeceu o firme apoio boliviano à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como à candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. O Chanceler do Brasil anunciou o apoio de seu país à candidatura boliviana ao ECOSOC.

Ressaltaram a importância da realização da Segunda Cúpula da Comunidade Sul-Americana de

Nações, a realizar-se durante o segundo semestre de 2006, na Bolívia.

Salientaram a positiva implementação do Acordo de Regularização Migratória, que tem lugar em ambos os países. Nesse contexto, decidiram criar dois grupos de seguimento dos temas migratório e agrário. Os dois grupos técnicos deverão reunir-se, pela primeira vez, nos primeiros dias de junho. Os grupos de trabalho observarão o compromisso mútuo de aplicar a legislação nacional levando em conta as necessidades humanitárias das comunidades boliviana e brasileira nos territórios dos dois países.

Os dois Ministros destacaram a ratificação, por parte de seus respectivos Congressos, do Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para Nacionais Fronteiriços da Bolívia e do Brasil, o qual entrará em vigência por ocasião do intercâmbio, por via diplomática, dos correspondentes instrumentos de ratificação.

O Chanceler do Brasil reiterou ao Presidente Evo Morales convite para visitar oficialmente o Brasil, já formulado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente da Bolívia aceitou com prazer o convite e decidiu realizar a visita em data próxima, a ser acordada pelos canais oficiais, oportunidade em que os Presidentes dos dois países fortalecerão os vínculos políticos, econômicos e sociais que unem os povos e Governos da Bolívia e do Brasil.

Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti - Brasília, 23 de maio de 2006 (22 de maio de 2006)

Será realizada amanhã, dia 23 de maio, no Palácio Itamaraty, Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, com a participação de representantes de 16 países e 11 organizações internacionais.

A reunião insere-se no âmbito dos esforços da comunidade internacional em apoiar a reconstrução e a democracia do Haiti e terá por objetivo rever, ampliar e estender o Quadro de Cooperação Interino - CCI - para aquele país, além

de discutir a eventual necessidade de aumento das doações e a convocação de nova Conferência de Doadores.

Durante a reunião, serão assinados atos internacionais de cooperação do Brasil com a Argentina, o Canadá e o Banco Mundial em prol do Haiti.

Confirmaram presença, entre outros, o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, o Secretário-Geral da OEA, o ex-Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti, Embaixador Juan Gabriel Valdés, o Vice-Ministro das Relações Exteriores do Chile, a Vice-Ministra das Relações Exteriores da República Dominicana, a Vice-Ministra das Relações Exteriores do Uruguai, o Subsecretário Adjunto para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA e a Diretora para América Latina e Caribe do Banco Mundial. O Haiti enviará delegação chefiada pelo Ministro do Planejamento e Cooperação Internacional e composta por representantes do Congresso e de seus mais importantes setores de atividades, com vistas a discutir o apoio da comunidade internacional para áreas consideradas prioritárias pelo novo Governo haitiano.

O Ministro Celso Amorim presidirá o segmento ministerial da Reunião, oferecerá almoço aos participantes e participará de conferência de imprensa ao final do evento.

Contencioso com a União Européia sobre açúcar no âmbito da OMC (22 de maio de 2006)

Venceu hoje, 22 de maio de 2006, o prazo estabelecido por meio de arbitragem para que a União Européia desse cumprimento às determinações do painel e do Órgão de Apelação da OMC no contencioso sobre o açúcar.

Até a presente data, a União Européia deveria ter assegurado a compatibilidade das normas de seu regime açucareiro com suas obrigações sob o Acordo de Agricultura, limitando as exportações de açúcar a

1.273.500 toneladas anuais e o dispêndio em subsídios à exportação do produto a 499,1 milhões de euros por ano.

Em reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, realizada no último dia 17 de maio, a UE informou haver editado um novo regulamento (Regulamento EC 318/2006) que estabelecerá os parâmetros para uma abrangente reforma do setor açucareiro europeu e conferiria poderes à Comissão Européia para adotar medidas de implementação necessárias para alcançar tal objetivo. Informou, ainda, que essas medidas adicionais seriam adotadas dentro do prazo limite de 22 de maio.

O Brasil toma nota, com satisfação, das manifestações da UE em que reitera seu compromisso de dar pleno cumprimento às decisões e recomendações emitidas nesse contencioso. Não obstante, o Brasil lamenta não ter, até o momento, qualquer confirmação quanto à efetiva adoção do conjunto de medidas necessárias para adequar o regime açucareiro europeu às regras multilaterais de comércio e assegurar a observância das determinações do painel e do Órgão de Apelação.

Lamenta, da mesma forma, não ter obtido dados oficiais sobre as exportações de açúcar e gastos em subsídios realizados com relação ao ano-safra 2005-2006, já que as informações preliminares disponíveis dão conta de que, em ambos os casos, os compromissos assumidos pela UE no âmbito da OMC continuaram não sendo observados. Preocupam igualmente ao Brasil as indicações de que a UE continuaria a permitir exportações de açúcar relativas ao ano-safra 2005-2006 mesmo depois de expirado o prazo de 22 de maio, com base em licenças de exportação anteriormente concedidas.

Diante desse quadro, o Brasil insta a UE a garantir o pronto e pleno cumprimento das determinações do painel e do Órgão de Apelação, ao mesmo tempo em que avalia, em coordenação com os outros co-demandantes (Austrália e Tailândia), os próximos passos a seguir nesse contencioso, tendo em

vista os procedimentos próprios estabelecidos no Entendimento de Solução de Controvérsias da OMC.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac (23 de maio de 2006)

No contexto de sua visita de Estado ao Brasil, nos dias 24, 25 e 26 de maio corrente, o Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, deverá manter encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã do dia 25, no Palácio da Alvorada. Antes do encontro, o Chefe de Estado francês realizará visita ao Supremo Tribunal Federal e, na tarde do mesmo dia, participará de Sessão Solene no Congresso Nacional. Os Ministros franceses que acompanham o Presidente Chirac manterão, por sua vez, reuniões de trabalho paralelas, na tarde do dia 25, com seus homólogos brasileiros. À noite, o Presidente Lula oferecerá jantar no Itamaraty em homenagem ao Presidente Chirac.

Integram a comitiva oficial do Chefe de Estado francês, entre outras autoridades, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Philippe Douste-Blazy, a Ministra da Defesa, Michèle Alliot-Marie, o Ministro da Economia, Finanças e Indústria, Thierry Breton, o Ministro da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa, Gilles de Robien, e o Ministro delegado para a Indústria, François Loos. Compõem ainda a delegação parlamentares e representantes das áreas científica e universitária, além de expressiva delegação de empresários.

A visita do Presidente Chirac traduz o interesse mútuo em intensificar o relacionamento bilateral, elevado ao patamar de “parceria estratégica”, e tem como objetivo aprofundar o diálogo, com ênfase na vertente científico-tecnológica. A vinda do Presidente francês ao Brasil ocorre apenas dez meses após a visita do Presidente Lula a Paris, em julho de 2005, por ocasião das celebrações do “Ano do Brasil na França”.

A cooperação entre o Brasil e a França ganhou novo impulso com a decisão dos dois

Presidentes, em 2005, de criar seis grupos de trabalho sobre temas ligados à cooperação científica e tecnológica e suas aplicações industriais. Os grupos de trabalho vêm-se reunindo e adotaram programas visando a estreitar a cooperação bilateral nos domínios da energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear, tecnologias espaciais e cooperação com países africanos. Merece destaque o interesse mútuo em desenvolver o mercado internacional de etanol e estabelecer cooperação trilateral para a expansão da produção de biocombustíveis em países em desenvolvimento, especialmente na África e no Caribe.

O diálogo entre o Brasil e a França tem-se mostrado igualmente profícuo em temas de interesse global. No quadro das preocupações com a eliminação da fome e da pobreza insere-se a iniciativa dos Presidentes Lula e Chirac de promover, juntamente com outros líderes, os mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento. O Brasil e a França trabalham com outros países na criação de Central Internacional de Compra de Medicamentos, para tornar mais acessíveis remédios contra a AIDS, malária e tuberculose.

Acordo Brasil-Espanha de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal (23 de maio de 2006)

O Brasil e a Espanha assinaram, no dia 22 de maio corrente, Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal.

O Acordo visa a tornar mais eficaz a aplicação da legislação em ambos os países no que diz respeito à investigação, à ação penal e à prevenção do crime, por meio da cooperação e assistência jurídica mútuas. A cooperação compreende tomada de depoimentos, fornecimento de documentos, localização ou identificação de pessoas, busca e apreensão de produtos do crime, devolução de ativos e outras modalidades de assistência acordadas entre as Partes.

O Acordo institui mecanismo moderno de cooperação para o intercâmbio mais ágil de informações e providências judiciais. O mecanismo

contempla a designação de Autoridades Centrais, encarregadas da tramitação direta das solicitações de cooperação formuladas com base no Acordo.

Ratificação pelo Brasil do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (23 de maio de 2006)

Em 22 de maio, dia consagrado à Biodiversidade, foi depositado junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, em Roma, instrumento de ratificação pelo Brasil do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura. O Congresso Nacional havia ratificado o mencionado Tratado em 12 de abril de 2006.

O Tratado Internacional tem como objetivos a conservação e o uso sustentável de recursos fitogenéticos utilizados para a alimentação e a agricultura, bem como a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes de sua utilização, com vistas à segurança alimentar e agricultura sustentável. Alinhasse, assim, com a prioridade atribuída pelo Brasil ao combate à fome e à pobreza.

O Tratado afirma que seus objetivos serão atingidos em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O Brasil exerce a presidência da Conferência das Partes (COP) na CDB pelos próximos dois anos.

Comunicado Conjunto da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti - Brasília, Brasil (23 de maio de 2006)

(versão em português do original em francês)

Na Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, em Brasília, as autoridades haitianas, e representantes dos países parceiros no desenvolvimento do Haiti e de outros países empenhados no desenvolvimento do Haiti, bem como organizações internacionais analisaram a situação da assistência internacional ao Haiti desde 2004 e concordaram em renovar o esforço internacional coordenado, conhecido como Quadro de

Cooperação Interina (QCI). Concordaram também em redirecionar o foco do QCI, de modo a levar em conta a prioridade do Presidente Préval, de atender às necessidades urgentes de curto prazo e de lançar as bases para esforços de longo prazo especialmente para construir instituições e promover investimentos do setor privado.

2. Realizada sob os auspícios do Governo brasileiro, a Reunião contou com a presença de representantes dos Governos do Haiti, Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana, Jamaica, Japão, México, Noruega, Peru, República Dominicana, Suíça e Uruguai, bem como das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, da União Européia, da Secretaria-Geral Ibero-Americana, da Organização Internacional da Francofonia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

3. Os participantes felicitaram o povo e a liderança política do Haiti pelo êxito das eleições presidenciais e parlamentares realizadas em 7 de fevereiro e 21 de abril e pela restauração da ordem constitucional coroada pela posse do Presidente Préval perante a Assembléia Nacional em 14 de maio de 2006. Os participantes elogiaram a vontade manifestada pelas novas autoridades eleitas do Haiti, de assumir plenamente a liderança de seu desenvolvimento, e reafirmaram sua vontade de apoiar os esforços do Governo haitiano para atender, a curto prazo, às urgentes necessidades sociais da população e implementar políticas e programas que visem ao crescimento sustentável e a uma redução significativa da pobreza.

4. Os participantes frisaram a importância do compromisso do novo governo de continuar as reformas de governança política e econômica e aplaudiram a decisão do Presidente Préval, de convidar todas as forças políticas a participar construtivamente do fortalecimento das instituições democráticas do país. Ressaltaram também a importância da realização de eleições municipais e

locais o mais cedo possível.

5. Os participantes constataram a nítida melhora da situação de segurança no Haiti e, ressaltando a necessidade de manter vigilância nesse campo, elogiaram o trabalho realizado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Reconheceram também que a presença de forças multinacionais ainda é necessária. Regozijaram-se com a decisão do Secretário-Geral das Nações Unidas de enviar até meados de junho uma missão para debater com as novas autoridades haitianas a evolução do mandato da MINUSTAH.

6. Os participantes debateram os resultados do Quadro de Cooperação Interina (QCI), o programa de transição apoiado pelo governo provisório do Haiti, os parceiros e as Nações Unidas desde julho de 2004. Até 31 de março de 2006, no âmbito do QCI e de seus compromissos suplementares, os parceiros do Haiti mobilizaram o montante de 964 milhões de dólares para financiar programas em apoio às eleições, às instituições democráticas, à governança econômica, à recuperação econômica e ao acesso a serviços sociais básicos.

7. Os participantes concordaram com a necessidade de assegurar uma utilização mais eficaz da assistência ao desenvolvimento, fortalecendo os mecanismos de coordenação do CCI, concentrando seus esforços nos setores prioritários e aprofundando as reformas destinadas a ampliar a governança política e econômica, o que permitiria melhorar os serviços essenciais nas regiões pobres rurais e urbanas. Salientaram a importância da formação de quadros e do fortalecimento das instituições do Estado, bem como da assistência técnica e material aos esforços de reconstrução do Haiti, inclusive a cooperação triangular. Os participantes acolheram também com satisfação a apresentação pelo governo do Haiti da metodologia e das diretrizes principais de um Programa de Apaziguamento Social destinado a melhorar as condições de vida das comunidades pobres urbanas e rurais, a gerar empregos e a assegurar a escolarização e a alimentação de crianças carentes.

8. Os participantes reiteraram seu apoio à prorrogação do QCI, até dezembro de 2007, cujas diretrizes principais serão modificadas para levar em conta as lições aprendidas nos dois primeiros anos do programa e as novas prioridades do Governo haitiano.

9. Nesse sentido, os participantes concordaram em:

a) Empreender todos os esforços para mobilizar o apoio orçamentário necessário à consecução dos objetivos orçamentários estabelecidos para os exercícios de 2005-2006 e 2006-2007;

b) Tomar medidas para apoiar o Programa de Apaziguamento Social, assim que os projetos e modalidades sejam definidos. Tomaram nota da possibilidade de o Secretário-Geral da ONU lançar um apelo para angariar fundos em apoio do programa, em estreita coordenação com a Conferência de julho de 2006 em Porto-Príncipe;

c) Adotar uma metodologia de preparação da Conferência de Doadores em julho de 2006, em Porto-Príncipe, que se baseie numa abordagem cujo objetivo é o desenvolvimento de cada região e comuna no país;

d) Submeter uma proposta à Conferência de julho sobre os mecanismos de coordenação e avaliação para o período de julho de 2006 a dezembro de 2007;

e) Favorecer o aumento da capacidade para implementar projetos e iniciativas por meio de melhor harmonização dos procedimentos e da busca de maior sinergia entre as intervenções.

10. Os participantes concordaram que o Governo do Haiti, juntamente com seus parceiros internacionais, deveria apresentar seu programa para a prorrogação do QCI por ocasião de uma conferência internacional de alto nível, que instará os parceiros do Haiti a se comprometerem a apoiar o programa para a prorrogação do QCI, a realizar-se em Porto-Príncipe em julho de 2006. Concordaram ainda sobre a importância de assegurar a participação do Parlamento haitiano, da sociedade civil e da

diáspora haitiana naquela conferência. De fato, os participantes reconheceram o papel importante desempenhado pela diáspora haitiana na reconstrução do país e a incentivava a continuar demonstrando solidariedade para com seu povo e seu país origem.

11. Os participantes receberam com satisfação o anúncio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, de que o Haiti acabara de ser classificado entre os onze países qualificados para o alívio da dívida no âmbito da iniciativa intensificada a favor dos países pobres muito endividados (PPME). Reafirmaram também a importância de concluir o Documento de Estratégia Provisória para a Redução da Pobreza (DEPRP), um dos elementos que poderiam permitir o acesso do Haiti a um Programa de Crescimento e de Redução da Pobreza, antes do fim de 2006.

12. Os participantes acolheram com satisfação a próxima reintegração do Haiti na Comunidade do Caribe, refletida pelo compromisso de apoiar o Haiti em sua reconstrução e pelo convite que lhe foi feito pela CARICOM para participar da sua reunião anual em São Cristóvão e Névis em julho de 2006.

13. Os participantes agradeceram ao Governo brasileiro a organização da reunião e a hospitalidade por ele dispensada.

(original em francês)

Communiqué conjoint de la Réunion internationale de haut niveau sur Haïti
Brasilia, Brésil - 23 mai 2006

Lors de la Réunion internationale de haut niveau sur Haïti tenue à Brasilia, les autorités haïtiennes et les représentants des pays partenaires pour le développement d'Haïti, ainsi que d'organisations internationales, ont fait le point sur l'aide internationale apportée à Haïti depuis 2004 et ont convenu de renouveler l'effort international coordonné connu sous

le nom de Cadre de Coopération Intérimaire (CCI). Ils ont aussi convenu de réorienter le CCI en vue de tenir compte de la priorité du Président Préval consistant à répondre aux besoins urgents à court terme et à poser les fondations pour des efforts à long terme, notamment de construction des institutions et de promotion des investissements du secteur privé.

2. Organisée sous les auspices du gouvernement brésilien, la rencontre a réuni les représentants d'Haïti, de l'Allemagne, de l'Argentine, de l'Autriche, du Brésil, du Canada, du Chili, de l'Espagne, des Etats-Unis d'Amérique, de la France, de la Guyane, de la Jamaïque, du Japon, du Mexique, de la Norvège, du Pérou, de la République Dominicaine, de la Suisse et de l'Uruguay, ainsi que des Nations Unies, de l'Organisation des Etats Américains, de l'Union Européenne, du Secrétariat Général Ibéro-Américain, de l'Organisation internationale de la Francophonie, de la Banque interaméricaine de développement, du Fonds monétaire international et de la Banque mondiale.

3. Les participants ont félicité le peuple et les dirigeants politiques d'Haïti pour la réussite des élections présidentielles et législatives tenues le 7 février et le 21 avril et pour le retour à l'ordre constitutionnel couronné par la prestation de serment du Président Préval devant l'Assemblée Nationale le 14 mai 2006. Ils ont salué à la volonté exprimée par les nouvelles autorités élues d'Haïti d'assumer pleinement le leadership de son développement et ont réaffirmé leur volonté d'appuyer les efforts du gouvernement haïtien pour répondre à court terme aux besoins sociaux urgents de la population et pour mettre en oeuvre des politiques et des programmes visant la croissance soutenue et la réduction significative de la pauvreté.

4. Les participants ont souligné l'importance de l'engagement du nouveau gouvernement de continuer les réformes de gouvernance politique et économique et ont applaudi la décision du Président Préval d'inviter l'ensemble des forces politiques à participer de manière constructive au renforcement

des institutions démocratiques du pays. Ils ont aussi souligné l'importance de la tenue d'élections municipales et locales le plutôt que possible.

5. Les participants ont noté la nette amélioration de la situation de sécurité en Haïti et, tout en soulignant la nécessité de maintenir la vigilance en ce domaine, ont salué le travail accompli par la Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti. Ils ont aussi reconnu que la présence de la force multinationale demeure nécessaire pour la consolidation de la sécurité des personnes et des biens. Ils se sont félicités de la décision du Secrétaire général des Nations Unies d'envoyer à la mi-juin une mission pour discuter avec les nouvelles autorités haïtiennes de l'évolution du mandat de la MINUSTAH.

6. Les participants ont discuté des résultats du Cadre de Coopération Intérimaire (CCI), le programme de transition soutenu par le gouvernement provisoire d'Haïti, les partenaires d'Haïti et les Nations Unies depuis juillet 2004. Jusqu'au 31 mars 2006, dans le cadre du CCI et de leurs engagements supplémentaires, les partenaires d'Haïti ont mobilisé un montant de 964 millions de dollars pour financer des programmes de soutien aux élections, aux institutions démocratiques, à la gouvernance économique, à la relance économique et à l'accès aux services sociaux de base.

7. Les participants se sont mis d'accord sur la nécessité d'assurer l'utilisation la plus efficace de l'aide au développement en renforçant les mécanismes de coordination du CCI, en concentrant leurs efforts sur les secteurs prioritaires et en approfondissant les réformes destinées à accroître la gouvernance politique et économique, ce qui permettrait d'améliorer les services essentiels dans les régions pauvres rurales et urbaines. Ils ont aussi souligné l'importance de la formation des cadres et du renforcement des institutions de l'Etat, ainsi que de l'assistance technique et matérielle aux efforts de reconstruction d'Haïti, y inclus la coopération trilatérale. Les participants se sont aussi réjouis de la

présentation par le gouvernement d'Haïti de la méthodologie et des grandes lignes d'un Programme d'Apaisement Social destiné à améliorer les conditions de vie dans les communautés pauvres urbaines et rurales, à créer des emplois et à garantir la scolarisation et l'alimentation des enfants pauvres.

8. Les participants ont réitéré leur appui à la prolongation du CCI jusqu'à décembre 2007, dont le cadre d'orientation sera modifié pour tenir compte des leçons apprises pendant les deux premières années du programme et des nouvelles priorités du gouvernement haïtien.

9. Dans ce sens, les participants ont convenu de :

a) Déployer tous les efforts pour mobiliser l'appui budgétaire nécessaire à l'atteinte des objectifs budgétaires fixés pour les exercices 2005-2006 et 2006-2007 ;

b) Prendre des mesures pour appuyer le Programme d'Apaisement Social, une fois que les projets et les modalités auront été définis. Ils ont pris note de la possibilité d'un appel de fonds transitionnels du Secrétaire général de l'ONU, que se ferait en parfaite coordination avec la conférence de juillet 2006 à Port-au-Prince ;

c) Adopter une méthodologie de préparation de la conférence de juillet 2006, à Port-au-Prince, qui repose sur une approche qui prend pour cible le développement de chacune des régions et des communes du pays ;

d) Faire une proposition à la conférence de juillet sur les mécanismes de coordination et d'évaluation pour la période allant de juillet 2006 à décembre 2007 ;

e) Favoriser l'augmentation de la capacité de mise en oeuvre des projets et des initiatives par une meilleure harmonisation des procédures et la recherche d'une plus grande synergie entre les interventions.

10. Les participants ont convenu que le Gouvernement d'Haïti, conjointement avec ses partenaires internationaux, présenterait son

programme pour un CCI prolongé à l'occasion de la conférence internationale de haut niveau qui invitera les partenaires d'Haïti à s'engager à soutenir le programme d'extension du CCI et qui se tiendra à Port-au-Prince en juillet 2006. Ils ont convenu de l'importance d'assurer la participation du Parlement haïtien, de la société civile et de la diaspora haïtienne à cette conférence. En effet, les participants ont reconnu le rôle important joué par la diaspora haïtienne dans la reconstruction du pays et invitent cette dernière à continuer à démontrer sa solidarité envers son peuple et son pays d'origine.

11. Les participants ont reçu avec satisfaction l'annonce de la Banque mondiale et du Fonds monétaire international, qu'Haïti venait d'être placée parmi les pays, maintenant au nombre de onze, habilités au soulagement de la dette dans le cadre de l'Initiative intensifiée en faveur des pays pauvres très endettés (PPTE). Les participants ont réaffirmé l'importance de parachever le Document de Stratégie Intérimaire de Réduction de la Pauvreté (DSRP-I), l'un des éléments qui pourraient permettre à Haïti d'accéder à une Facilité de la Croissance et de Réduction de la Pauvreté, avant la fin de 2006.

12. Les participants se sont félicités de la prochaine réintégration d'Haïti dans la Communauté des Caraïbes, reflétée par l'engagement de soutien à Haïti pour sa reconstruction et l'invitation qui lui a été faite par la CARICOM à participer à sa réunion annuelle à Saint-Christophe-et-Nevis en juillet 2006.

13. Les participants ont remercié le gouvernement brésilien de l'organisation de la réunion et de son hospitalité.

(versão em espanhol do original em francês)

Comunicado Conjunto de la Reunión Internacional de Alto Nivel sobre Haití

Brasilia, Brasil - 23 de mayo de 2006

En la Reunión Internacional de Alto Nivel sobre Haití, en Brasilia, las autoridades haitianas y

los representantes de los países socios para el desarrollo de Haití y de otros países comprometidos con el desarrollo de Haití, así como de organizaciones internacionales analizaron la situación de la asistencia internacional a Haití desde 2004 y concordaron en renovar el esfuerzo internacional coordinado, conocido como Marco Interino de Cooperación (MIC). Acordaron también reorientar el enfoque del MIC con vistas a tomar en cuenta la prioridad del Presidente Préval de atender las necesidades urgentes de corto plazo y lanzar las bases para esfuerzos a largo plazo, especialmente para construir instituciones y promover inversiones del sector privado.

2. Realizada con los auspicios del Gobierno brasileño, la Reunión contó con la presencia de representantes de los Gobiernos de Haití, Alemania, Argentina, Austria, Brasil, Canadá, Chile, España, Estados Unidos, Francia, Guyana, Jamaica, Japón, México, Noruega, Perú, República Dominicana, Suiza y Uruguay, así como de las Naciones Unidas, de la Organización de los Estados Americanos, de la Unión Europea, de la Secretaría General Iberoamericana, de la Organización Internacional de la Francofonía, del Banco Interamericano de Desarrollo, del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial.

3. Los participantes felicitaron al pueblo y a los líderes políticos de Haití por el éxito de las elecciones presidenciales y legislativas realizadas el 7 de febrero y el 21 de abril y por la restauración del orden constitucional coronado por la toma de posesión del Presidente Préval ante la Asamblea Nacional el 14 de mayo de 2006. Los participantes elogiaron la voluntad manifestada por las nuevas autoridades electas de Haití de asumir plenamente el liderazgo de su desarrollo, y reafirmaron la voluntad de apoyar los esfuerzos del Gobierno haitiano para atender, a corto plazo, las urgentes necesidades sociales de la población e implementar políticas y programas que tengan como objetivo el crecimiento sostenido y una significativa reducción de la pobreza.

4. Los participantes resaltaron la importancia del compromiso del nuevo gobierno de continuar las

reformas de gobernanza política y económica y aplaudieron la decisión del Presidente Préval de convocar a todas las fuerzas políticas para participar de forma constructiva en el fortalecimiento de las instituciones democráticas del país. Resaltaron también la importancia de que se realicen elecciones municipales y locales lo más rápido posible.

5. Los participantes constataron la clara mejoría de la situación de seguridad en Haití y resaltando la necesidad de mantener vigilancia en este campo, elogiaron el trabajo realizado por la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización en Haití. Reconocieron también que todavía es necesaria la presencia de fuerzas multinacionales. Tomaron nota con gran satisfacción de la decisión del Secretario General de las Naciones Unidas de enviar, hasta mediados de junio, una misión para debatir con las nuevas autoridades haitianas la evolución del mandato de la MINUSTAH.

6. Los participantes analizaron los resultados del Marco Interino de Cooperación (MIC), el programa de transición apoyado por el gobierno provisional de Haití, los socios y las Naciones Unidas desde julio de 2004. Hasta el 31 de marzo de 2006, en el ámbito del MIC y de sus compromisos suplementarios, los socios de Haití movilizaron 964 millones de dólares para financiar programas de apoyo a las elecciones, a las instituciones democráticas, a la gobernanza económica, a la recuperación económica y al acceso a servicios sociales básicos.

7. Los participantes concordaron sobre la necesidad de garantizar una utilización más eficaz de la asistencia al desarrollo, fortaleciendo los mecanismos de coordinación del MIC, concentrando sus esfuerzos en los sectores prioritarios y profundizando las reformas destinadas a ampliar la gobernanza política y económica, lo que permitiría mejorar los servicios esenciales en las regiones pobres rurales y urbanas. Resaltaron la importancia de la formación de cuadros y del fortalecimiento de las instituciones del Estado, así como de la asistencia

técnica y material a los esfuerzos de reconstrucción de Haití, inclusive la cooperación triangular. Los participantes acogieron también con satisfacción la presentación realizada por el gobierno de Haití de la metodología y de las principales directrices de un Programa de Pacificación Social destinado a mejorar las condiciones de vida de las comunidades pobres urbanas y rurales, a generar empleos y a garantizar la escolarización y la alimentación de niños carentes.

8. Los participantes reiteraron su apoyo a la prórroga del MIC, hasta diciembre de 2007, cuyas principales directrices serán modificadas para tomar en cuenta las lecciones aprendidas en los dos primeros años del programa y las nuevas prioridades del Gobierno haitiano.

9. En este sentido, los participantes concordaron en:

a) Realizar todos los esfuerzos para movilizar el apoyo presupuestario necesario para alcanzar los objetivos presupuestarios establecidos para los ejercicios de 2005-2006 y 2006-2007;

b) Tomar medidas para apoyar el Programa de Pacificación Social, cuando sean definidos los proyectos y modalidades. Tomaron nota de la posibilidad de que el Secretario General de la ONU haga un llamado para solicitar fondos de apoyo al programa, en estrecha coordinación con la Conferencia de julio de 2006 en Puerto Príncipe;

c) Adoptar una metodología de preparación de la Conferencia de Donantes en julio de 2006, en Puerto Príncipe, que se apoye en un tratamiento cuyo objetivo sea el desarrollo de cada región y comuna en el país;

d) Someter a la Conferencia de julio una propuesta sobre mecanismos de coordinación y evaluación para el período de julio de 2006 a diciembre de 2007;

e) Favorecer el aumento de la capacidad para implementar proyectos e iniciativas mediante una mejor armonización de los procedimientos y de la búsqueda de mayor sinergia entre las intervenciones.

10. Los participantes concordaron que el

Gobierno de Haití, en conjunto con sus socios internacionales, debería presentar su programa para la prórroga del MIC durante una conferencia internacional de alto nivel que ocurrirá en Puerto Príncipe en julio de 2006 y que instará a los socios de Haití a que se comprometan a apoyar el programa para la prórroga del MIC. Acordaron además la importancia de garantizar la participación del Parlamento haitiano, de la sociedad civil y de la diáspora haitiana en aquella conferencia. De hecho, los participantes reconocieron el importante papel desempeñado por la diáspora haitiana en la reconstrucción del país y la incentiva para que continúe demostrando solidaridad con su pueblo y su país de origen.

11. Los participantes recibieron con satisfacción el anuncio del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional, de que Haití acabó de ser clasificado entre los once países calificados para el alivio de la deuda en el ámbito de la iniciativa intensificada a favor de los países pobres muy endeudados (PPME). Reafirmaron también la importancia de concluir el Documento de Estrategia Interina para la Reducción de la Pobreza (DEIRP), uno de los elementos que podrían impedir el acceso de Haití a un Programa de Crecimiento y de Reducción de la Pobreza antes del fin de 2006.

12. Los participantes tomaron nota con satisfacción de la próxima reintegración de Haití en la Comunidad del Caribe, reflejada por el compromiso de apoyar a Haití en su reconstrucción y por la invitación que le fue hecha por el CARICOM para participar en su reunión anual en San Cristóbal y Nevis en julio de 2006.

13. Los participantes agradecieron al Gobierno brasileño la organización de la Reunión y la hospitalidad con que fueron acogidos.

(versão em inglês do original em francês)

Joint Communiqué of the High Level International Meeting on Haiti

Brasilia, Brazil - May 23, 2006

At the High Level International Meeting on Haiti in Brasilia, the Haitian authorities, representatives of partners in Haiti's development, other countries concerned with the development of Haiti, as well as international organizations, reviewed the status of international assistance to Haiti since 2004 and agreed to renew the coordinated international effort known as the Interim Cooperation Framework (ICF). The Meeting also agreed to redirect the focus of the ICF to take account of President Préval's priority of addressing short-term emergency needs, and of laying the groundwork for longer term efforts, particularly for building institutions and promoting private sector investment.

2. Hosted by the Brazilian government, the Meeting brought together representatives of the Governments of Haiti, Argentina, Austria, Brazil, Canada, Chile, Dominican Republic, France, Germany, Guyana, Jamaica, Japan, Mexico, Norway, Peru, Spain, the United States of America and Uruguay, as well as from the United Nations, the Organization of American States, the European Union, the Ibero-American General Secretariat, the International Francophonie Organization, the Inter-American Development Bank, the International Monetary Fund and the World Bank.

3. The Meeting congratulated the people and political leadership of Haiti on the successful outcome of presidential and parliamentary elections held on February 7 and April 21 and the reestablishment of the constitutional order, culminated by President Préval's swearing-in before the National Assembly on May 14, 2006. The participants subscribed intention expressed by Haiti's newly elected authorities to take full charge of Haiti's development and reaffirmed their commitment to support the Government of Haiti's efforts to respond, in the short run, to urgent social needs of the population and to implement policies and programs aimed at sustainable growth and at substantial poverty reduction.

4. Participants underscored the importance

of the new government's commitment to continue strengthening political and economic governance reforms, and in this context welcomed the decision by President Préval to invite all political forces to engage constructively in efforts to strengthen the country's democratic institutions. The Meeting stressed the importance of holding municipal and local elections as soon as possible.

5. Participants took note of the clear improvement of the security situation in Haiti and praised the work of the UN Mission for Stabilization in Haiti. They also recognized that the deployment of multi-national forces is still necessary. They welcomed the decision by the United Nations Secretary General to send by mid-June a mission to discuss with Haiti's new authorities the development of the MINUSTAH's mandate.

6. The participants discussed the results of the Interim Cooperation Framework (ICF), the transition program supported by Haiti's Interim Government, partners and the UN since July 2004. Under the ICF and its supplementary commitments, Haiti's partners had mobilized 964 million dollars by March 31, 2006, to finance programs in support of the elections, the democratic institutions, economic governance, economic recovery and access to basic social services.

7. Participants agreed on the need to ensure a more efficient use of development assistance by strengthening ICF's coordination mechanisms, focusing their efforts on priority sectors and deepening their reforms aimed at enhancing political and economic governance as well as improving essential services in poor rural and urban areas. They emphasized the importance of personnel training and strengthening the institutions of State as well as technical and material assistance to the efforts for Haiti's reconstruction including trilateral cooperation. The participants also welcomed the presentation by the Haitian government on the methodology and of the main lineaments of a Social Appeasement Program aimed at improving living conditions in poor urban

and rural communities, creating jobs and insuring schooling and food for needy children.

8. Participants reiterated their support to the extension of the ICF through December 2007, whose main lineaments will be modified to take into account the lessons learned in the program's first two years and the new priorities of the Haitian Government.

9. In this connection, the participants agreed:

a) To make every endeavor to ensure the necessary budgetary support for the achievement of the budgetary goals set for the 2005-2006 and the 2006-2007 periods;

b) To take the necessary steps to support the Social Appeasement Program, as well as projects and modalities to be defined. They took note of the possibility that the UN Secretary General may launch an appeal to obtain funds in support of the program in close coordination with the July 2006 conference in Port-au-Prince;

c) To adopt a methodology for the preparation of the Donors Conference in July 2006 in Port-au-Prince, based on an approach whose objective is the development of each region and commune in the country;

d) To propose to the July Conference efficient cooperation and evaluation mechanisms for July 2006 through December 2007;

e) To promote greater capacity to implement projects and initiatives through closer harmonization of procedures and the pursuit of greater synergy among interventions.

10. Participants agreed that the government of Haiti, in conjunction with its international partners, should present its program for IFC's extension at a high level international conference to be held in Port-au-Prince in July 2006, that will urge Haiti's partners to commit themselves to support the program for IFC's extension. They further agreed on the importance of ensuring the participation of Haiti's Parliament and civil society as well as the Haitian Diaspora in that conference. The participants did recognize the important role played by the Haitian

Diaspora in the country's reconstruction and encouraged it to continue showing its solidarity toward its people and its country.

11. Participants welcomed the announcement by the World Bank and the International Monetary Fund that Haiti has been just classified as one of the eleven countries eligible for debt relief under the Enhanced Heavily Indebted Poor Countries Initiative. They also reasserted the importance of completing the Poverty Reduction Interim Strategy Paper (IPRSP), one of the elements that could allow Haiti's access to the Poverty Reduction and Growth Facility for Haiti by the end of 2006.

12. The participants also welcomed Haiti's coming re-integration into the Caribbean Community, reflected in the commitment to support Haiti in its reconstruction and the invitation by CARICOM to participate in its annual meeting in St. Kitts and Nevis in July 2006.

13. Participants thanked the Brazilian government for organizing the Meeting and for its hospitality.

Adesão da Venezuela ao Mercosul (24 de maio de 2006)

Concluíram-se na noite de ontem, dia 23 de maio, em Buenos Aires, as negociações para a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Foi elaborado um "Protocolo de Adesão" com os compromissos e as etapas do processo de ingresso. Estão previstos prazos para a adoção da Tarifa Externa Comum e a liberalização do comércio entre a Venezuela e os demais países do Mercosul, bem como estabelecidas as condições para a adoção do conjunto de normas comunitárias.

A incorporação da Venezuela ao Mercosul constitui importante passo no processo de integração iniciado, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que uniu Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Mercosul adquire uma nova dimensão política e econômico-comercial, configurando

importante vetor da integração da América do Sul.

Com a adesão da Venezuela, o Mercosul passa a constituir um Bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de km², PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US\$ 300 bilhões. Em sua nova configuração, o Mercosul torna-se um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturas, o que proporcionará melhores condições de vida para seus povos.

Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa - Declaração Conjunta - Brasília, 25 de maio de 2006 (25 de maio de 2006)

A Visita de Estado ao Brasil do Presidente Jacques Chirac, decorridos dez meses da visita realizada à França pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, traduz a vontade política dos dois países de reforçar a cooperação bilateral nos setores político, econômico e cultural, particularmente no domínio da alta tecnologia. A visita inscreve-se no contexto de relações dinâmicas em que o Brasil e a França se unem na busca de respostas aos grandes desafios do mundo contemporâneo com base em uma parceria estratégica.

2. Os estreitos laços de amizade entre o Brasil e a França repousam sobre os valores que ambos os países compartilham de respeito aos princípios democráticos, aos direitos humanos, ao direito internacional, à promoção do desenvolvimento com justiça social, ao fortalecimento do multilateralismo e à defesa da paz e da segurança, à não-proliferação de armas de destruição em massa e ao desarmamento, à proteção do meio ambiente e à diversidade cultural.

3. Na sequência das decisões que criaram a Comissão de Construção da Paz e o Conselho de Direitos Humanos, os dois Presidentes reafirmaram

a necessidade de se completar, no mais breve prazo, o processo de reforma da Organização das Nações Unidas com o intuito de torná-la mais apta a enfrentar os desafios mundiais. O Brasil e a França se comprometem a trabalhar juntos por uma reforma capaz de refletir as aspirações da comunidade internacional por um Conselho de Segurança mais representativo e eficaz. O Presidente da República Francesa reafirmou o firme apoio da França à candidatura do Brasil a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança.

4. Os dois Chefes de Estado congratularam-se pela realização, em Brasília, no último dia 23 de maio, da Conferência Ministerial sobre o Haiti. Ressaltaram, ainda, a importância da recente realização de eleições presidenciais naquele país e reafirmaram o compromisso com a estabilidade, a consolidação democrática e o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

5. Os dois líderes analisaram em profundidade a situação no Oriente Médio em todos os seus aspectos no quadro do engajamento mútuo com a promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento na região. Sublinharam a necessidade da retomada do processo de paz, com vistas a garantir a segurança de Israel, bem como a criação de um Estado Palestino soberano e viável. Reafirmaram a importância que atribuem à preservação da soberania e da independência do Líbano. Assinalaram também a importância da promoção da estabilização do Iraque e da preservação de sua integridade territorial. Reiteraram, ainda, a necessidade de encaminhamento diplomático da questão iraniana. Tomaram, ademais, a decisão de intensificar a cooperação conjunta em operações de manutenção da paz.

6. Os dois Presidentes reafirmaram seu pleno apoio ao sistema multilateral de comércio e o endosso ao compromisso assumido na Conferência Ministerial de Hong Kong de concluir com êxito, em 2006, as negociações de Doha da Organização Mundial do Comércio. Renovaram, igualmente, seu

comprometimento em unir esforços para concluir um Acordo de Associação Inter-regional MERCOSUL-UE ambicioso e equitativo.

7. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac anunciaram a decisão de organizar o “Ano da França no Brasil” em 2009, em reciprocidade ao memorável e bem-sucedido “Ano do Brasil na França” realizado em 2005. No âmbito da programação do referido evento, acordaram em atribuir especial ênfase às áreas científica, tecnológica e cultural.

8. Os dois Presidentes reafirmaram seu engajamento na luta contra a pobreza, a injustiça e a exclusão e seu apoio à implementação de mecanismos inovadores de financiamento em benefício de países em desenvolvimento. Saudaram a criação do Grupo Piloto sobre contribuições solidárias em favor do desenvolvimento, atualmente presidido pelo Brasil e no qual a França ocupa a Secretaria Executiva, bem como os avanços realizados pelo Grupo na implementação de duas propostas concretas: a contribuição solidária sobre as passagens aéreas e a Central Internacional de Compras de Medicamentos. Reiteraram também a importância de continuar os esforços conjuntos para ampliar o acesso aos medicamentos destinados à luta contra a AIDS, a malária e a tuberculose. Registraram, ainda, a importância do desenvolvimento da cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), de um lado, e da Fiocruz e do Instituto Pasteur, de outro, no desenvolvimento de atividades de pesquisa no campo da saúde.

9. Os dois Presidentes assinalaram os progressos logrados pelos seis Grupos de Trabalho Brasil-França, criados pelo Protocolo de Intenções de 15 de julho de 2005, nas áreas de energia nuclear, energia renovável, tecnologias de defesa, inovação tecnológica, cooperação conjunta em países africanos e tecnologias espaciais. Dos trabalhos dos referidos Grupos resultaram atos assinados durante a visita e a identificação de novos projetos de

cooperação em diferentes campos, inclusive na exploração de urânio.

10. Os dois líderes saudaram a aprovação pelo Congresso brasileiro do Acordo relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque, assinado em 15 de julho de 2005, bem como o parecer favorável do Conselho de Estado da França ao texto e a apresentação, em 10 maio, ao Conselho de Ministros francês, do projeto de lei que autoriza sua aprovação pelo Parlamento da França. Afirmaram que a construção da ponte deverá contribuir para aproximar ainda mais os dois países no contexto amazônico. Registraram a especial relevância que atribuem à cooperação transfronteiriça em seus aspectos sociais, consulares, ambientais, trabalhistas e econômico-comerciais e anunciaram a realização da Comissão Mista Transfronteiriça em 2007.

11. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva registrou sua satisfação com o anúncio da decisão do Governo da França de suprimir a exigência de vistos de curta-duração para passaportes diplomáticos e de serviços brasileiros para o acesso ao território da Guiana Francesa.

12. Os dois Presidentes anunciaram, com satisfação, a criação de um Grupo de Trabalho franco-brasileiro sobre o meio ambiente.

13. Os dois Chefes de Estado também anunciaram a constituição do Comitê Franco-Brasileiro de Agricultura.

14. Ao sublinhar que o crescimento econômico sustentado depende em grande medida do acesso a fontes diversificadas de energia, os dois Presidentes expressaram a expectativa de prosseguir na identificação de novas vertentes de cooperação nessa área visando a garantir a segurança energética. Os dois mandatários saudaram a adoção da Declaração sobre Biocombustíveis, que estabelece os parâmetros para o desenvolvimento de projetos conjuntos de disseminação de tecnologias para a produção de combustíveis renováveis, especialmente o etanol, em países em desenvolvimento da África e

do Caribe, em particular no Haiti. Os dois Presidentes acordaram em apresentar essa proposta por ocasião da próxima reunião do G-8 em São Petersburgo.

15. Os dois Presidentes destacaram o desenvolvimento da cooperação descentralizada no nível da administração estadual do Brasil e regional na França, cujas bases foram lançadas no encontro sobre a matéria, realizado em Marselha, no período de 22 a 24 de maio.

16. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac concordaram em intensificar a cooperação na área de segurança pública. Nesse sentido, o Governo brasileiro recebeu com interesse proposta francesa de negociação de acordo nessa área.

17. Durante a Visita de Estado do Presidente da República Francesa ao Brasil foram concluídos os seguintes atos:

- Protocolo de Intenções sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas franco-brasileiras, que estabelece reuniões regulares entre os Chanceleres, no quadro da dinamização da parceria estratégica entre os dois países;

- Acordo Relativo ao Intercâmbio de Funcionários Diplomáticos, que visa a favorecer o conhecimento mútuo da organização e do modo de funcionamento dos dois Ministérios das Relações Exteriores a fim de estreitar as relações entre os respectivos corpos diplomáticos. Este Acordo favorece a dinâmica criada pelo êxito da cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Estudos Políticos de Paris;

- Protocolo de Cooperação referente à Promoção da Inovação Tecnológica, que estabelece programa de cooperação nas áreas de tecnologias avançadas, com vistas a favorecer a implementação de pesquisas conjuntas e o desenvolvimento tecnológico de empresas de pequeno e médio porte dos dois países;

- Declaração sobre Biocombustíveis, que inclui a perspectiva de desenvolver projetos de

cooperação na África e no Caribe, em particular no Haiti, na produção de combustíveis renováveis;

- Protocolo de Cooperação sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino, que prevê o lançamento de um sítio eletrônico franco-brasileiro de ensino dos dois idiomas, a instituição de uma rede de estabelecimentos de excelência para o ensino da língua francesa e a ampliação do programa de estímulo a vocações científicas no ensino básico.

- Protocolo de Cooperação Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino Superior e Pesquisa, que prevê o estabelecimento de novas parcerias no campo da pesquisa.

- Convênio de funcionamento do Colégio Doutoral franco-brasileiro, que permitirá ampliar o número de teses elaboradas e reconhecidas simultaneamente nos dois países;

- Convênio para a implementação do Projeto de Gestão Sustentável de Recursos Florestais no Brasil.

18. Foram ainda concluídos entendimentos relativos a contratos e investimentos nas seguintes áreas:

- Parceria tecnológica para a modernização de fábrica no Brasil para a produção de estruturas de helicópteros para a comercialização em nível mundial;

- Compra de crédito carbono no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto;

- Investimentos para produção no Brasil de radares de longa distância para a comercialização em nível internacional.

19. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac expressaram sua satisfação com os resultados alcançados durante a Visita de Estado e reiteraram o empenho dos dois países em aprofundar e diversificar a parceria estratégica entre o Brasil e a França. Reafirmaram também o compromisso de trabalhar juntos em prol de um mundo mais seguro, mais próspero e mais justo.

Brasília, em 25 de maio de 2006.

(versão em francês)

Visite d'Etat au Brésil du Président de la République française

Déclaration conjointe du Président Luiz Inácio Lula da Silva et du Président Jacques Chirac

Brasília, le 25 mai 2006

La Visite d'Etat du Président Jacques Chirac au Brésil, dix mois après la visite en France du Président de la République Fédérative du Brésil, Luiz Inácio Lula da Silva, traduit la volonté politique des deux pays de renforcer leur coopération bilatérale dans les secteurs politique, économique et culturel, et tout particulièrement dans le domaine des hautes technologies. Elle s'inscrit dans le cadre de relations dynamiques où la France et le Brésil s'unissent pour réfléchir ensemble à la réponse à apporter aux grands défis du monde contemporain dans le cadre d'un partenariat stratégique.

2. Les liens étroits d'amitié entre le Brésil et la France reposent sur des valeurs que les deux pays partagent : promotion des principes démocratiques et des Droits de l'Homme, renforcement du droit international et du multilatéralisme, promotion du développement et respect de la justice sociale, défense de la paix et de la sécurité, attachement à la non-prolifération des armes de destruction massive et au désarmement, protection de l'environnement et de la diversité culturelle.

3. A la suite des créations de la Commission de consolidation de la paix et du Conseil des Droits de l'Homme, les deux Présidents ont réaffirmé la nécessité d'achever, dans les plus brefs délais, le processus de réforme des Nations Unies, afin de les rendre mieux à même de relever les défis mondiaux. Le Brésil et la France se sont engagés à travailler ensemble pour une réforme capable de refléter les aspirations de la communauté internationale à un Conseil de Sécurité des Nations Unies plus représentatif et efficace. Le Président de la République française a réaffirmé le ferme appui de la France à la candidature du Brésil à un siège de membre

permanent du Conseil de Sécurité.

4. Les deux Chefs d'Etat se sont félicités de la tenue à Brasilia le 23 mai dernier de la Conférence ministérielle sur Haïti. Ils ont souligné l'importance de la tenue récente des élections présidentielles dans ce pays et ont réaffirmé leur engagement pour la stabilité, la consolidation démocratique et le développement économique et social d'Haïti.

5. Les deux dirigeants ont eu un échange approfondi sur la situation au Moyen-Orient dans tous ses aspects, dans le souci de faire progresser la cause de la paix, de la stabilité et du développement dans cette région. Ils ont souligné la nécessité de reprendre le processus de paix, dans le but d'assurer la sécurité d'Israël ainsi que la création d'un Etat palestinien souverain et viable. Ils ont aussi rappelé leur attachement à la souveraineté et à l'indépendance du Liban. Ils ont également signalé l'importance de la stabilisation en Irak et de la préservation de l'intégrité territoriale de ce pays. Ils ont aussi marqué leur attachement à un règlement diplomatique de la question iranienne. Ils ont décidé, en outre, d'intensifier la coopération conjointe dans des opérations de maintien de la paix.

6. Les deux Présidents ont réaffirmé leur plein soutien au système multilatéral de commerce et leur volonté, à la suite de la Conférence ministérielle de Hong Kong de conclure avec succès les négociations de Doha de l'Organisation mondiale du commerce en 2006. Ils ont renouvelé leur engagement à se concerter pour parvenir à un accord d'association interrégionale MERCOSUL-UE ambitieux et équilibré.

7. Les Présidents Luiz Inacio Lula da Silva et Jacques Chirac ont annoncé la décision d'organiser une « Année de la France au Brésil » en 2009, à la suite du succès de l'« Année du Brésil en France » en 2005. Celle-ci mettra particulièrement en valeur les domaines scientifiques, technologiques et culturels.

8. Les deux Présidents ont réaffirmé leur engagement dans la lutte contre la pauvreté, l'injustice et l'exclusion, ainsi que leur soutien à la mise en œuvre

de mécanismes innovants de financement au bénéfice des pays en voie de développement. Ils ont salué la mise en place du groupe pilote sur les contributions de solidarité en faveur du développement, actuellement présidé par le Brésil et dont la France assure le secrétariat permanent, et de l'avancée des travaux de ce groupe pour mettre en œuvre deux premières réalisations concrètes: la contribution de solidarité sur les billets d'avion et la Facilité Internationale d'Achat de Médicaments. Ils ont rappelé l'importance de poursuivre les efforts conjoints pour élargir l'accès aux médicaments destinés à la lutte contre le Sida, le paludisme et la tuberculose. Les deux Présidents se sont en outre réjouis du développement de la coopération entre la Fondation Oswaldo Cruz (Fiocruz) et le Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) d'un côté, et de la Fiocruz et l'Institut Pasteur de l'autre, pour la recherche dans le domaine de la santé.

9. Les deux Présidents se sont félicités des progrès enregistrés par les six groupes de travail franco-brésiliens mis en place par le protocole d'intentions du 15 juillet 2005, dans les domaines de l'énergie nucléaire, des énergies renouvelables, des technologies de défense, de l'innovation technologique, de la coopération conjointe dans les pays africains et des technologies spatiales. Les travaux de ces groupes ont abouti à la signature d'accords au cours de cette visite et à l'identification de nouveaux projets de coopération, parmi lesquels l'exploration d'uranium.

10. Les deux dirigeants ont salué l'approbation par le Congrès brésilien de l'accord relatif à la construction d'un pont routier sur l'Oyapock, signé le 15 juillet 2005, ainsi que l'avis favorable du Conseil d'Etat français sur ce texte et la présentation au Conseil des Ministres français du 10 mai du projet de loi autorisant son approbation par le Parlement français - cette construction devant contribuer à rapprocher encore davantage les deux pays dans le cadre amazonien. Ils ont souligné l'importance particulière qu'ils accordent à la

coopération transfrontalière dans ses aspects sociaux, consulaires, environnementaux, économiques, commerciaux et relatifs aux conditions de travail, et ils ont annoncé la tenue de la Commission Mixte Transfrontalière en 2007.

11. Le Président Luiz Inácio Lula da Silva a exprimé sa satisfaction de l'annonce de la décision du Gouvernement français de supprimer l'exigence de visas de court séjour pour les détenteurs de passeports diplomatiques et de service brésiliens pour se rendre en Guyane.

12. Les deux Présidents ont annoncé, avec satisfaction, la création d'un groupe de travail franco-brésilien sur l'environnement.

13. Les deux Chefs d'Etat ont annoncé le lancement d'un comité consultatif agricole franco-brésilien.

14. Soulignant que la croissance économique durable dépend en grande partie de l'accès à des sources diversifiées d'énergie, les deux Présidents ont exprimé leur espoir d'identifier de nouveaux domaines de coopération dans ce secteur, dans le but de garantir la sécurité énergétique. Ils ont salué l'adoption de la Déclaration sur les biocarburants qui établit les paramètres pour le développement de projets conjoints de dissémination de technologies pour la production de combustibles renouvelables, notamment l'éthanol, dans des pays en développement d'Afrique et des Caraïbes, plus particulièrement en Haïti. Les deux Présidents sont convenus de présenter cette proposition lors de la prochaine réunion du G8 à Saint Petersburg.

15. Les deux Présidents ont souligné le développement de la coopération décentralisée au niveau des administrations locales françaises et brésiliennes, les premières assises de la coopération décentralisée franco-brésilienne venant de se tenir à Marseille, du 22 au 24 mai.

16. Les Présidents Luiz Inacio Lula da Silva et Jacques Chirac sont d'accord pour intensifier la coopération dans le domaine de la sécurité publique. A cet effet, le Gouvernement brésilien a reçu avec

intérêt une proposition française de négociation d'un accord dans ce domaine.

17. Lors de la Visite d'Etat du Président de la République française au Brésil, les documents suivants ont été signés :

- Le protocole d'intention relatif à la mise en place de mécanismes de consultations politiques franco-brésiliennes, fixant des réunions régulières entre les deux Ministres des Affaires étrangères, dans le cadre de la dynamisation du partenariat stratégique entre les deux pays ;

- L'accord relatif à l'échange de diplomates qui vise à favoriser la connaissance mutuelle de l'organisation et du fonctionnement des deux ministères des Affaires étrangères, afin de resserrer les relations entre les deux diplomaties. Cet accord enrichit la dynamique créée par le succès des échanges entre l'Institut Rio Branco et l'Institut des Etudes Politiques de Paris ;

- Le protocole de coopération pour la promotion de l'innovation technologique qui établit un programme de coopération dans le domaine des technologies de pointe, dans le but de favoriser la mise en œuvre de recherches conjointes et le développement technologique de petites et moyennes entreprises dans les deux pays ;

- La déclaration sur les biocarburants, incluant la perspective de développer des projets de coopération en Afrique et dans les Caraïbes, notamment en Haïti, dans le domaine des bioénergies;

- Le protocole de coopération sur la promotion réciproque des langues dans l'enseignement, prévoyant le lancement d'un site électronique franco-brésilien d'enseignement des deux langues, l'élargissement du programme de stimulation des vocations scientifiques dans l'enseignement primaire et le développement d'un réseau d'établissements d'excellence enseignant le français;

- Le protocole de coopération portant création d'un forum franco-brésilien de l'enseignement supérieur et de la recherche, qui prévoit l'établissement de nouveaux partenariats dans le

domaine de la recherche;

- La charte de fonctionnement du Collège doctoral franco-brésilien qui permettra de multiplier les thèses préparées et validées simultanément dans les deux pays ;

- La Convention pour la mise en œuvre du projet de gestion durable des ressources forestières au Brésil.

18. Ont également été conclus des accords dans les domaines suivants :

- Un partenariat technologique au Brésil pour la production de cellules d'hélicoptères pour le marché mondial ;

- L'achat de crédits carbone dans le cadre du mécanisme de développement propre du protocole de Kyoto;

- L'investissement pour la production au Brésil pour le marché mondial de radars de longue portée.

19. Les Présidents Luiz Inácio Lula da Silva et Jacques Chirac ont exprimé leur satisfaction des résultats obtenus lors de cette visite d'Etat et ont réaffirmé leur volonté d'approfondir et diversifier le partenariat stratégique entre le Brésil et la France. Ils ont également réaffirmé leur engagement à travailler ensemble pour un monde plus sûr, plus prospère et plus juste.

Brasilia, le 25 mai 2006.

Situação em Timor Leste (27 de maio de 2006)

O Governo brasileiro continua a acompanhar atentamente a situação em Timor Leste. O quadro de segurança no país apresenta sinais de melhora, apesar da persistência de focos de tensão. A Embaixada do Brasil em Dili está em contato permanente com a comunidade brasileira, da ordem de 250 pessoas, à qual tem prestado toda a assistência necessária.

O Brasil considera muito positiva a colaboração prestada por países amigos (Austrália, Malásia, Nova Zelândia e Portugal) que, a pedido do Governo de Timor Leste, estão cooperando com

os esforços de restauração da ordem interna.

O Brasil apóia a Declaração Presidencial emitida dia 25 do corrente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qual o órgão, entre outras disposições, indica que continuará a monitorar a evolução do quadro doméstico timorense.

O Brasil nutre profundo sentimento de solidariedade em relação a Timor Leste, único país asiático que tem o português como uma de suas línguas oficiais. Desde o início do processo de independência, no ano 2000, o Brasil apoiou os programas das Nações Unidas para a construção do Estado timorense e tem prestado cooperação técnica em áreas como agricultura, saúde, educação e assistência judiciária.

Situação em Timor Leste (28 de maio de 2006)

A Embaixada do Brasil em Dili vem mantendo contato permanente com a comunidade brasileira em Timor Leste. Em razão dos distúrbios ocorridos ontem, 27 de maio, trinta e oito cidadãos brasileiros, entre os quais três crianças, foram acolhidos na Residência do Embaixador do Brasil e posteriormente conduzidos a lugares seguros. O grupo, integrado basicamente por missionários, manifestou a intenção de permanecer em Timor Leste.

Alguns brasileiros contratados por agências internacionais para o desenvolvimento de projetos em Timor Leste foram temporariamente transferidos para Darwin, no norte da Austrália. Alguns professores da CAPES também deixaram o país, em aviões militares australianos ou em vôos regulares de companhias aéreas, cujos serviços não foram interrompidos em nenhum momento.

Solicitações de informações adicionais sobre cidadãos brasileiros poderão ser dirigidas a:

a) Plantão consular – telefone: (061) 9976-8205, fora do horário de expediente, bem como nos finais de semana e feriados;

b) Divisão de Assistência Consular, nos dias úteis, entre 9h00 e 19h00, pelo telefone (061)3411-6999 ou pelo endereço eletrônico dac@mre.gov.br;

c) Embaixada do Brasil em Dili – telefone: 00 xx 670 332-1728; e-mail: brasdili@mail.timorleste.com.tp (recorda-se que o Timor Leste está 12 (doze) horas à frente do fuso horário de Brasília).

Terremoto na Indonésia (28 de maio de 2006)

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas do violento terremoto ocorrido ontem, 27 de maio, na ilha de Java e manifesta seu sentido pesar ao Governo e ao povo da Indonésia.

As primeiras informações recebidas da Embaixada do Brasil em Jacarta dão conta de que haveria 7 brasileiros residentes na região atingida pelos tremores. Em contato com dois desses brasileiros, a Embaixada apurou que seis nada teriam sofrido. Faltaria apenas localizar um brasileiro radicado em Java. Cinco turistas brasileiros que também se encontravam na região nada sofreram, de acordo com informações prestadas por familiares no Brasil. O único estrangeiro dado como desaparecido até o momento é de nacionalidade holandesa.

Solicitações de informações adicionais sobre cidadãos brasileiros poderão ser dirigidas a:

a) Divisão de Assistência Consular, nos dias úteis, entre 9h00 e 19h00, pelo telefone (061) 3411-6999 ou pelo endereço eletrônico: dac@mre.gov.br;

b) Plantão Consular - telefone: (061) 9976-8205, fora do horário de expediente, bem como nos finais de semana e feriados ;

c) Embaixada do Brasil em Jacarta - telefone: 00 xx 6221 526 5656 / 57 / 58; pelo celular de plantão: 00 xx 62 811 800 662 ; ou pelo endereço eletrônico: embrasil@cbn.net.id (recorda-se que a Indonésia está 10 (dez) horas à frente do fuso horário de Brasília).

Visita Oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley (29 de maio de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, realizará visita oficial a Brasília,

no dia 30 de maio, a convite do Ministro Celso Amorim. A visita dará seguimento à série de encontros bilaterais com o novo Governo chileno, que se iniciou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas cerimônias de posse da Presidente Michelle Bachelet e prosseguiu com a visita do Ministro Celso Amorim a Santiago, em março passado, e com a Visita de Estado da Presidente chilena a Brasília, em 11 de abril último.

A visita do Chanceler Foxley constituirá ocasião para promover ações adicionais no fortalecimento das relações bilaterais e para consolidar a “Aliança Renovada” entre o Brasil e o Chile. Parceiros em grande número de projetos de cooperação, com ênfase na área social, os dois países desenvolvem iniciativas no cenário regional e internacional, de que são exemplos a presença no Haiti, a participação na Iniciativa contra a Fome e a Pobreza e a atuação no G-20.

O comércio bilateral superou a marca de US\$ 5,25 bilhões em 2005, e nos quatro primeiros meses de 2006 já atingiu US\$ 1,8 bilhão.

O Chile é um Estado Associado do Mercosul e tem participação ativa na construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. Sediara, em agosto próximo, a III Reunião de Chanceleres da Comunidade.

Mensagem de felicitações do Presidente da República ao Presidente eleito da Colômbia (29 de maio de 2006)

O Presidente da República transmitiu, em 29 de maio, a seguinte mensagem de congratulações ao Presidente eleito da Colômbia, Álvaro Uribe:

“Caro Presidente e amigo,

Tenho a satisfação de transmitir, em nome do Governo e do povo brasileiros, minhas sinceras felicitações pela vitória de Vossa Excelência nas eleições presidenciais de 28 de maio. Estou convencido de que, sob a orientação e a liderança de Vossa Excelência, a Colômbia seguirá trilhando o caminho do desenvolvimento e da paz.

Esteja seguro de que o Brasil continuará ao lado da Colômbia para que, juntos, possamos elevar ainda mais o nível das relações entre nossos países e aprofundar os esforços de integração do conjunto da América do Sul, em benefício do desenvolvimento econômico e social de nossas populações.

Meus melhores votos de sucesso,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

Situação em Timor Leste (29 de maio de 2006)

A Embaixada do Brasil em Díli permanece em contato permanente com a comunidade brasileira em Timor Leste, com vistas a prestar-lhe a orientação e a assistência necessárias. Não há registro de violências cometidas contra cidadãos brasileiros.

Os 30 professores bolsistas da CAPES, que se encontram naquele país, estão sendo deslocados para Darwin, no norte da Austrália, onde deverão aguardar até que a situação interna em Timor Leste permita o reinício de suas atividades. Essa decisão sinaliza a disposição do Governo brasileiro e desses professores de prosseguirem com os projetos de cooperação desenvolvidos em Timor Leste.

Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley - Comunicado Conjunto (30 de maio de 2006)

1. A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, fez visita oficial ao Brasil no dia 30 de maio de 2006. Os Chanceleres do Brasil e do Chile avançaram na implementação dos acordos da visita de Estado da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil, realizada em 11 e 12 de abril passado, que estabeleceu uma “Aliança Renovada” entre os dois países, baseada em valores, interesses e objetivos compartilhados nos planos bilateral, regional e multilateral.

2. Os Chanceleres destacaram as ações

acordadas por ambos os países no plano multilateral, especialmente:

a. O apoio à criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas e concordaram em continuar trabalhando coordenadamente na sua implementação. Enfatizaram a necessidade de seguir impulsionando a reforma das Nações Unidas, em particular a ampliação do Conselho de Segurança para torná-lo mais representativo. O Chanceler chileno reiterou o apoio de seu país à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

b. Reafirmaram a importância da Iniciativa contra a Fome e a Pobreza, desenvolvida por inspiração do Presidente do Brasil com o apoio dos Presidentes do Chile e de outros países que representou a criação de uma contribuição solidária, baseada em taxas sobre as passagens aéreas, destinada à criação de um fundo global para a redução da pobreza e da indigência nos países mais necessitados. Da mesma forma expressaram sua satisfação pelos avanços realizados pelo Grupo Técnico de Mecanismos Financeiros Inovadores, em particular com respeito ao estabelecimento da Central Internacional para a Compra de Medicamentos, que reduzirá custos e facilitará o acesso a medicamentos contra a AIDS, a malária e a tuberculose.

c. Reconheceram a urgente necessidade de completar as negociações da Rodada Doha para fortalecer um sistema multilateral de comércio que contribua mais efetivamente ao desenvolvimento. Manifestaram sua preocupação pelas dificuldades de implementação dos compromissos assumidos na IV Reunião Ministerial da OMC, em especial os referentes à liberalização do comércio agrícola. Nesse sentido, os Ministros reiteraram seu compromisso de seguir trabalhando de maneira conjunta a partir do G20, mecanismo que o Brasil tem liderado.

d. Reiteraram seu compromisso com o processo de paz no Haiti e expressaram sua satisfação pela posse do novo Presidente democraticamente

eleito do Haiti, René Préval, em 14 de maio último. Enfatizaram a importância de continuar a cooperação para a estabilização e o desenvolvimento do Haiti, destacando o desempenho das tropas brasileiras e chilenas, junto às de outras nações, na MINUSTAH. Sublinharam que a consolidação da paz e da segurança é uma condição necessária, mas não suficiente para o crescimento econômico e o aprofundamento democrático do Haiti. Neste sentido, instaram aos demais países, em especial aos doadores e aos organismos financeiros internacionais, a apoiar agilmente os esforços de desenvolvimento do Haiti, considerando os resultados da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, realizada em Brasília em 23 de maio último.

3. Ao examinar a situação regional, ambos Chanceleres reafirmaram o compromisso de seus governos com a integração da América do Sul especialmente:

a. Reiteraram a importância de melhorar a conectividade e desenvolver a infra-estrutura mediante o aprofundamento da IIRSA. Para tanto, tratarão de buscar formas de viabilizar o financiamento da integração energética e dos corredores bioceânicos, cuja concretização contribuirá significativamente para a expansão econômica e o desenvolvimento de todos os países sul-americanos. Nesse sentido, de acordo com a determinação contida no Comunicado Conjunto Presidencial de 11 de abril de 2006, os dois Chanceleres promoverão a realização de uma reunião técnica, com a participação das áreas competentes, para a formulação de um plano de cooperação específico sobre a matéria.

b. Apontaram que a constituição da Comissão de Reflexão Estratégica sobre o Processo de Integração Sul-americana, estabelecida no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se reunirá em Montevideu em 16 de junho, é uma oportunidade para avançar nos temas indicados. Da mesma forma, a III Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações, a realizar-

se em Santiago, nos dias 3 e 4 de agosto, deve constituir-se no primeiro foro político onde os Chanceleres abordem as matérias acima.

c. Enfatizaram a conveniência de que todos os países da América do Sul trabalhem em conjunto para promover o diálogo e o entendimento com o objetivo de avançar para uma integração energética, formando um mercado regional de gás.

4. Na implementação da Comunidade Sul-Americana de Nações, comprometeram-se a colaborar ativamente para a realização da Cúpula América do Sul - África, prevista para o segundo semestre de 2006, em Abuja. Tendo em vista os laços que unem o Chile com os países da Ásia-Pacífico, ambos Chanceleres propuseram a realização de uma reunião de representantes econômicos e comerciais, públicos e privados, dos países de América do Sul e da Ásia.

5. Destacaram, também, a realização da Reunião sobre Ciência, Tecnologia e Inovação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se realizará do 23 ao 25 de agosto, no Rio de Janeiro, enfatizando a expectativa que de impulse a formação de redes de cooperação e a identificação de projetos comuns para avançar no desenvolvimento da ciência e da inovação tecnológica, com vistas a aumentar a competitividade das economias da região em um mundo globalizado.

6. No âmbito bilateral, ambos os Ministros:

a. Expressaram sua satisfação pelo crescimento do intercâmbio comercial, que no último ano ultrapassou os 5 bilhões de dólares, e destacaram o interesse por impulsionar um diálogo que permita abordar de forma expedita as dificuldades que ainda se apresentam no comércio bilateral, bem como estudar medidas para seu fortalecimento. Para este fim, decidiram convocar reunião do “Grupo de Expansão Dinâmica do Comércio” em agosto de 2006.

b. Ressaltaram a importância do programa brasileiro de Substituição Competitiva de Importações, que busca promover e facilitar os

contatos entre os importadores brasileiros e os exportadores chilenos, e ressaltaram a segunda reunião que terá lugar em Santiago, em agosto, onde se examinarão produtos de interesse para o equilíbrio do intercâmbio bilateral.

c. Concordaram que a Comissão Mista Permanente sobre Energia e Mineração, criada pelo Memorando de Entendimento assinado durante a visita da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil e, em particular, o estabelecimento do Programa de Cooperação, previsto no referido instrumento, contribuirão ao incremento do intercâmbio e cooperação bilateral nestas áreas estratégicas para os dois países.

d. Destacaram os avanços nas negociações sobre o comércio de serviços entre o Mercosul e o Chile e expressaram sua satisfação com os resultados da reunião do Grupo Ad Hoc de Serviços da Comissão Administradora do ACE 35, realizada em abril último, que continuará em setembro de 2006 na cidade de Santiago.

7. O Ministro de Relações Exteriores do Chile agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela atenciosa acolhida e ao Chanceler Celso Amorim pelas gentilezas prestadas durante sua estada no Brasil.

Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Européia - 31 de maio a 2 de junho de 2006 (30 de maio de 2006)

O Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, visitará o Brasil no período de 31 de maio a 2 de junho. A visita, que incluirá encontros em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, reflete o diálogo e a cooperação crescentes entre o Brasil e a União Européia (UE).

O Presidente da Comissão deverá manter reunião em Brasília, no dia 31, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seguida de declaração à imprensa e almoço no Itamaraty. Também estão previstos encontros com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Entre os assuntos a serem tratados, figuram a criação de mecanismos de diálogo sobre temas de interesse comum nas áreas social, do desenvolvimento sustentável, das energias renováveis e do comércio de produtos agropecuários. Também serão discutidos temas da agenda internacional e bi-regional, inclusive as negociações do Acordo de Associação Mercosul-UE.

Em 2005, as exportações brasileiras para o mercado europeu somaram US\$ 26,43 bilhões e as importações, US\$18,1 bilhões.

Reunião do Grupo de Supridores Nucleares - Brasília, 1º e 2 de junho de 2006 (30 de maio de 2006)

Será realizada, em Brasília, nos dias 1º e 2 de junho de 2006, no Palácio Itamaraty, a 16ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG).

O Grupo de Supridores Nucleares foi criado nos anos 70, com o objetivo de garantir que as transferências nacionais de material nuclear, bem como de equipamentos de uso duplo sejam apenas realizadas para fins pacíficos. Todos os Estados que compõem o NSG fazem parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O Brasil é membro do NSG desde abril de 1996.

São hoje membros do NSG os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Cazaquistão, China, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

Na Reunião Plenária de Brasília, a Presidência do NSG, sujeita a rodízio anual e atualmente exercida pela Noruega, será transmitida pela primeira vez ao Brasil, que a ocupará na pessoa do Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para

Desarmamento e Não Proliferação. O Embaixador Denot Medeiros deverá exercer o mandato à frente do NSG até meados de 2007.

Visita Oficial ao Brasil do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso - 31 de maio a 02 de junho de 2006 - Declaração Conjunta (31 de maio de 2006)

A visita oficial do Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso - a primeira visita bilateral ao Brasil da mais alta autoridade da Comissão -, reflete os vínculos históricos, o amplo diálogo e a crescente cooperação existentes entre o Brasil e a União Européia. Esse relacionamento tem por base valores compartilhados como o compromisso com a democracia e o estado de direito, a valorização dos direitos humanos, o desenvolvimento com justiça social, o fortalecimento do multilateralismo e a promoção da paz e segurança mundiais.

2. Os dois Presidentes saudaram a crescente aproximação entre o Brasil e a União Européia, cujo relacionamento remonta ao estabelecimento de relações diplomáticas, em 24 de maio de 1960, entre o Governo brasileiro e a então Comunidade Econômica Européia. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância da integração européia como fonte de inspiração para o Mercosul e para o processo de integração sul-americano.

3. O Brasil tem participado ativamente nos encontros entre o Grupo do Rio e a UE e nas negociações do acordo de associação Mercosul-UE, bem como nas Cúpulas América Latina e Caribe-União Européia. Os Presidentes Lula e Durão Barroso recordaram, com satisfação, os termos da Declaração de Viena emitida por ocasião da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia.

4. Assinalaram, igualmente, a extensa troca de visitas de Ministros de Estado e Comissários e a resultante abrangência do diálogo de alto nível. Ressaltaram, ademais, a perspectiva de ampliação da cooperação parlamentar no contexto da formação

do Parlamento do Mercosul.

5. Reiteraram a importância de fortalecer o relacionamento bilateral com base no desenvolvimento de mecanismos regulares de diálogo setorial em áreas de interesse comum como cooperação científica, tecnológica e educacional, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia, transportes, agricultura, comércio e investimentos. Da mesma forma, saudaram os resultados positivos das reuniões de consultas sobre temas de desarmamento, não-proliferação e tecnologias sensíveis.

6. Referiram-se com satisfação ao estabelecimento de um processo de diálogo sobre transportes marítimos no âmbito da Comissão Mista Brasil-União Européia e expressaram a expectativa de conclusão do Memorando de Entendimento que institui o Mecanismo de Diálogo sobre Temas Sociais.

7. Ressaltaram a importância das conversações em curso para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas e Cooperação com ênfase na área de mudança de clima, instrumento que propiciará o desenvolvimento de ações concretas nas vertentes ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável.

8. Os dois Presidentes concordaram em fortalecer o diálogo bilateral com vistas à promoção de fontes renováveis de energia, em particular o etanol e biodiesel. Nesse contexto, saudaram o anúncio da organização, pela União Européia, da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, a se realizar proximamente em Bruxelas. Saudaram igualmente a realização do Seminário América Latina-UE sobre Energia Renovável, que terá lugar no Panamá, em outubro próximo.

9. Tendo presente a significativa parceria comercial entre o Brasil e a UE e a posição da União como principal investidor estrangeiro na economia brasileira, os dois Presidentes acordaram a realização de intercâmbio regular de informações sobre temas econômicos, de modo a contribuir para a facilitação dos fluxos de comércio e investimento.

10. Os dois Presidentes passaram em revista

as atividades no Brasil do Banco Europeu de Investimentos (BEI), em particular as perspectivas de cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Expressaram, nesse contexto, apoio à proposta apresentada pela Comissão Européia ao Conselho de Ministros de ampliação, no período 2007-2013, do limite de recursos do BEI para a América Latina destinados a projetos de integração de infra-estrutura.

11. Os dois Presidentes decidiram examinar a instituição de um mecanismo de consultas sobre agricultura, com vistas a desenvolver um processo de coordenação e cooperação em aspectos relativos ao comércio de produtos agropecuários, questões sanitárias e fitossanitárias, entre outros assuntos.

12. Recomendaram o exame dos meios de promover a ampliação da cooperação na área científica e tecnológica. Expressaram o interesse mútuo de cooperar no âmbito do Programa Galileo, de navegação por satélite. Coincidiram, ainda, quanto à importância de intensificar o apoio à pesquisa científica voltada para a inovação e integrada às cadeias produtivas, e registraram o desejo de fomentar a cooperação européia com o Brasil no âmbito do VII Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (2007-2013).

13. Acordaram incentivar a ampliação dos contatos entre centros de estudos no Brasil e na UE dedicados a temas de interesse bilateral. Reconheceram a importância do intercâmbio acadêmico no âmbito do Programa Erasmus Mundus, de que o Brasil é beneficiário, assim como da instituição de um novo mecanismo de bolsas de estudo de pós-graduação.

14. No cenário internacional, os dois Presidentes concordaram quanto à necessidade de fortalecer as instituições multilaterais e destacaram os avanços obtidos em 2006 no processo de reforma da ONU com a criação da Comissão de Consolidação da Paz e do Conselho de Direitos Humanos. O Presidente José Manuel Durão Barroso cumprimentou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

pela eleição do Brasil para integrar aqueles dois órgãos. O Presidente Lula ressaltou que a reforma da ONU não estará completa e equilibrada sem a ampliação do Conselho de Segurança, e manifestou satisfação diante da intenção da UE, expressa no documento de conclusões do Conselho de Ministros, de abril de 2006, de “buscar vigorosamente” a reforma do Conselho.

15. Os Presidentes reafirmaram a importância das Metas de Desenvolvimento do Milênio, destacaram a luta global para a erradicação da fome e da pobreza e ressaltaram a necessidade do aperfeiçoamento da assistência ao desenvolvimento, inclusive mediante a promoção de mecanismos inovadores de financiamento. Expressaram a continuada disposição de fazer avançar as iniciativas resultantes da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza e da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras para Financiamento, realizada em Paris, no período de 28 de fevereiro a 1º de março de 2006.

16. Os dois Presidentes referiram-se, com satisfação, à realização em Brasília, no último dia 23 de maio, da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti e analisaram formas de aumentar a cooperação e o apoio ao processo de desenvolvimento daquele país. Exploraram, igualmente, as possibilidades de cooperação conjunta a ser oferecida pelo Brasil e pela União Européia em benefício de terceiros países.

17. Os Presidentes reafirmaram o compromisso assumido na Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, no sentido de concluir com êxito, no corrente ano, as negociações da Rodada Doha. Salientaram a importância da dimensão do desenvolvimento em todos os aspectos do Programa de Trabalho. Consideraram que um resultado ambicioso e equilibrado em todas as áreas de negociação é decisivo na criação de oportunidades para todos os membros da OMC, levadas em consideração as assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Presidentes decidiram intensificar o intercâmbio de informações e pontos de vista sobre o sistema multilateral de

comércio, considerando-se a necessidade de tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, sobretudo os de menor desenvolvimento relativo.

18. Tomaram nota do progresso nas negociações entre o Mercosul e a UE, com vistas à conclusão do Acordo de Associação Inter-regional, e atribuíram prioridade ao objetivo de alcançar um instrumento que reforce as relações políticas, econômicas e de cooperação entre os dois blocos. Expressaram, em particular, o interesse na retomada das negociações do acordo de associação e na convocação de nova reunião ministerial sobre o assunto.

19. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Manuel Durão Barroso expressaram grande satisfação com a evolução do relacionamento nos planos bilateral, inter-regional e em temas de interesse global, e concordaram em elevá-lo a novos patamares que melhor expressem o caráter histórico, a amplitude, a maturidade e o dinamismo da parceria entre o Brasil e a União Européia.

Viagem do Ministro Celso Amorim a Nova York (31 de maio de 2006)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará, em Nova York, no dia 2 de junho, da Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS (UNGASS+5).

Também no dia 2, o Ministro Celso Amorim participará de almoço de trabalho, seguido de conferência de imprensa nas Nações Unidas, no contexto da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, iniciativa lançada, em 2004, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em parceria com outros Chefes de Estado e de Governo, bem como o Secretário-Geral das Nações Unidas. No evento, será discutida a criação de Central Internacional para a Compra de Medicamentos (CICOM), que visa a facilitar o acesso e reduzir o preço de medicamentos contra HIV/AIDS, tuberculose e malária – as três doenças que mais afetam os países em

desenvolvimento.

A Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS emanou da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, realizada em 2001. Adotou-se estratégia internacional que passou a incorporar o tratamento como dimensão fundamental de resposta efetiva, integrada à prevenção e à assistência. A UNGASS+5 procurará garantir recursos adicionais que possibilitem o alcance da meta de acesso universal à prevenção, assistência e tratamento até 2010.

De Nova York, o Ministro Celso Amorim viajará para a República Dominicana, onde participará, nos dias 4 e 5 de junho, da 36ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Programa nuclear iraniano (31 de maio de 2006)

O Governo brasileiro tomou conhecimento do anúncio da disposição dos Estados Unidos da América de engajar-se, juntamente com Alemanha, França e Reino Unido, na via do diálogo e da negociação com o Irã, em torno de seu programa nuclear.

O Governo brasileiro considera importantes todos os gestos que apontem na direção do diálogo, condição para que se alcancem soluções pacíficas e duradouras no campo da segurança internacional.

O Governo brasileiro exorta o Irã a igualmente demonstrar cooperação com a comunidade internacional, inclusive por meio do cumprimento das resoluções aprovadas pela Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil - Uruguai (1º de junho de 2006)

Terá lugar em São Paulo, em 2 de junho corrente, a IV Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil – Uruguai.

A reunião tem por finalidade proceder a

análise conjunta do comércio bilateral, com ênfase sobre temas que permitam a correção de assimetrias no intercâmbio comercial, além de examinar medidas capazes de estimular os investimentos.

A delegação brasileira será chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Ivan Ramalho. A Vice-Chanceler do Uruguai, Embaixadora Belela Herrera, e o Vice-Ministro da Indústria, Energia e Mineração, Deputado Martin Ponce de León, presidirão a delegação uruguaia.

A reunião será realizada na sede do BNDES, em São Paulo (Av. Pr. Juscelino Kubitschek, 510, 5º andar, Vila Nova Conceição).

36ª Sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos - São Domingos, 4 a 6 de junho (1º de junho de 2006)

No período de 4 a 6 de junho próximo, será realizada, em São Domingos, República Dominicana, a 36ª Sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos. A Delegação do Brasil será chefiada pelo Ministro Celso Amorim.

Os debates estarão concentrados em torno da Declaração de São Domingos, documento a ser adotado pelos Estados membros sobre o tema “Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento”, questão que, para o Governo brasileiro, reveste-se da mais alta relevância por envolver aspectos vinculados ao emprego das tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de promoção do desenvolvimento com inclusão social.

A 36ª Assembléia Geral da OEA prevê, igualmente, a discussão de ampla gama de assuntos prioritários para a agenda interamericana, como a promoção dos direitos humanos, o fortalecimento da segurança hemisférica, o combate ao uso de drogas e a prevenção de desastres ambientais.

No curso dos trabalhos da Assembléia Geral, a Delegação do Brasil irá reiterar ante a comunidade de países do Hemisfério a importância de projetos

de iniciativa do Governo brasileiro no campo do combate ao racismo e à intolerância, do enfrentamento da pobreza extrema e da proteção aos refugiados e repatriados nas Américas.

A realização de mais uma sessão regular da Assembléia Geral da OEA facultará a oportunidade de, como instância política máxima da Organização, promover debates sob o signo do pluralismo a respeito de temas de interesse comum para o continente, permitindo ao Brasil a reafirmação de seus compromissos internacionais com a consolidação do multilateralismo em âmbito regional.

Declaração conjunta do Brasil, Chile, França e Noruega sobre a Central Internacional para a Compra de Medicamentos (CICOM) - Nova York, 2 de junho de 2006 (2 de junho de 2006)

(versão em português do original em inglês)

Estamos aqui hoje reunidos para estabelecer os fundamentos da Central Internacional para Compra de Medicamentos. Essa iniciativa deriva do processo iniciado por ocasião do Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, promovido nas Nações Unidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. A reunião dá continuidade à divulgação da Declaração de Setembro de 2005 sobre fontes inovadoras de financiamento e ao encontro de Paris sobre mecanismos financeiros inovadores em fevereiro de 2006, o qual resultou na criação do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores. Durante a reunião técnica mantida em Genebra em abril passado e o encontro realizado ontem em Nova York, surgiu um consenso em torno da contribuição positiva que a CICOM poderá ensejar no aumento do acesso dos pacientes nos países em desenvolvimento a medicamentos a preços mais baixos, o que ajudará a incrementar os esforços para combater a AIDS, a tuberculose e a malária.

A área de saúde foi claramente identificada como um componente-chave na luta contra a fome e a pobreza, conforme mencionado pelo Secretário

Geral das Nações Unidas em seu relatório para a Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU sobre o HIV/AIDS. Das oito Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), três referem-se a amplas melhoras no setor de saúde: redução da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna e redução da incidência do HIV/AIDS, tuberculose e malária.

Pelo menos seis milhões de pessoas infectadas com o HIV no mundo precisam urgentemente de tratamento com base em anti-retrovirais. Apenas 1,2 milhão dessas pessoas têm acesso ao tratamento hoje. É imperativo mudar a escala em que o tratamento é disponibilizado, o que, por sua vez, implica mudança na escala de mobilização de recursos.

A malária também representa um grande desafio. Em que pese o fato de que a doença pode ser prevenida, a malária mata uma criança com idade abaixo de cinco anos a cada trinta segundos na África. A OMS estima que 2 bilhões de dólares por ano são necessários para reduzir o impacto da doença pela metade. Além disso, os custos específicos da terapia anti-malária aumentarão em decorrência da crescente resistência aos tratamentos de primeira linha e da necessidade de uso de novas combinações terapêuticas (terapias baseadas em artemisina-ACT).

A tuberculose é outra doença que pode ser prevenida e tratada e que permanece sendo um grande desafio de saúde pública. Mais de um milhão de mortes são atribuídas à tuberculose a cada ano. A doença é a primeira causa de morte derivada de infecções oportunistas relacionadas à AIDS no mundo. A resistência crescente aos medicamentos contra a tuberculose requer combinações novas e caras de medicamentos.

À luz desses desafios, comprometemo-nos a trabalhar, de forma decisiva, para assegurar que a CICOM possa entrar rapidamente em operação, dotada de recursos provenientes de fontes inovadoras de financiamento ou fontes similares.

Para alcançar esse objetivo, confirmamos nosso endosso aos seguintes princípios gerais para o

estabelecimento da CICOM.

Concordamos que a CICOM terá por objetivo apoiar os esforços nacionais e internacionais e complementar o papel das instituições que já existem no que se refere ao fornecimento de remédios contra a AIDS, malária e tuberculose para as pessoas infectadas nos países em desenvolvimento. Seu funcionamento foi concebido de maneira a atender segmentos específicos da população infectada que vem sendo assistida pelo conjunto das agências internacionais – de forma a não substituir ou duplicar programas em andamento.

Todas as ações e iniciativas da CICOM observarão os seguintes princípios básicos: solidariedade, complementaridade, sustentabilidade, previsibilidade, adicionalidade, adaptabilidade, cooperação, independência, prestação de contas e eficácia da ajuda.

O funcionamento estável e confiável da CICOM será assegurado pela própria natureza das fontes de financiamento em que estará baseada. Os recursos advirão de mecanismos financeiros inovadores, como a contribuição solidária sobre passagens aéreas. Doações voluntárias e assistência oficial ao desenvolvimento tradicional poderão ser consideradas, levando-se em conta os princípios da sustentabilidade e previsibilidade.

A CICOM contribuirá para gerar uma demanda estável por medicamentos – e, dessa forma, para incentivar a oferta de drogas a preços mais baixos – além de criar economias de escala por meio de compras agrupadas efetuadas no longo prazo. A Central trará novo ímpeto aos atuais processos de pre-qualificação coordenados pela OMS, incluindo processos relativos aos princípios farmacêuticos ativos (API) e também desempenhará papel relevante no que se refere ao fortalecimento das agências regulatórias nacionais para o controle de qualidade dos medicamentos.

Como resultado, a CICOM deverá ter papel ativo no que tange à promoção de maior eficiência no mercado, na medida em que induzirá reduções

nos preços, favorecerá a diversificação de produtos genéricos de qualidade certificada e de kits de diagnóstico, estimulará a entrada de novos fabricantes no mercado e, conseqüentemente, melhorará de forma significativa o acesso de pessoas infectadas aos medicamentos nos países em desenvolvimento.

Concordamos em que a CICOM escolherá o foco de suas atividades entre os seguintes segmentos:

- Fornecimento de formulações pediátricas ART;
- Prevenção da transmissão vertical (de mãe para filho) do HIV/AIDS;
- Fornecimento de tratamentos anti-retrovirais de segunda linha
- Fornecimento de medicamentos contra a malária;
- Fornecimento de medicamentos contra a tuberculose;
- Financiamento de programas de pré-qualificação levados a cabo pela OMS;
- Estabelecimento de estoques para evitar qualquer possibilidade de interrupção no fornecimento de medicamentos e reagir a eventuais crises emergenciais.

A Central será concebida como um pequeno organismo legalmente abrigado em uma instituição já existente. Em função de sua estrutura administrativa enxuta, a CICOM contará com parceiros, em bases voluntárias e contratuais, para desempenhar suas atividades. A Central trabalhará em estreita cooperação e parceria com organizações que têm experiência em licitação, negociação de preços, distribuição e monitoramento.

A forma de governança da CICOM será estruturada de maneira a combinar um processo decisório rápido e eficiente com uma participação adequada e ampla de todas as partes interessadas, incluindo organizações internacionais e a sociedade civil.

Isso será alcançado mediante a combinação de um Conselho e um Foro Consultivo da CICOM. O Conselho da CICOM terá a responsabilidade de

supervisionar o fundo fiduciário da CICOM, bem como o seu secretariado. O Conselho será inclusivo e constituído com a competência e representatividade necessárias por parte de doadores e outros parceiros.

O Foro Consultivo incluirá parceiros interessados, em reuniões pelo menos anuais, e, na medida do possível, à margem de outros eventos que possam atrair o mesmo grupo de parceiros. O Foro Consultivo permitirá o monitoramento e prestação de contas, além de um amplo e frutífero diálogo sobre a estratégia e operações da CICOM.

No processo preparatório, um diálogo bastante construtivo foi estabelecido com todos os parceiros. As sugestões e recomendações das ONGs e de representantes de comunidades que vivem com as doenças têm sido particularmente valiosas. A presença e contribuições de representantes da indústria farmacêutica têm sido também muito apreciadas. Organismos internacionais como a OMS, o Fundo Global, a UNAIDS, o UNICEF, o Banco Mundial e o PNUD têm sido não apenas apoiadores da iniciativa, como têm feito propostas concretas para o desenvolvimento e materialização, por meio de acordos e parcerias, de sinergias entre suas atividades e as da CICOM. Também apreciamos muito as contribuições construtivas da Fundação Clinton e da Fundação Gates.

Gostaríamos de agradecer a todos os parceiros por seu compromisso e apoio a essa iniciativa. Há razões para acreditar que essa boa vontade contribuirá para que a Central possa iniciar suas operações de forma rápida, de modo que seu objetivo de canalizar fontes inovadoras de recursos para o fornecimento de medicamentos aos pacientes necessitados nos países mais pobres possa tornar-se uma realidade.

Estendemos nossa gratidão à sua Excelência o Senhor Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, por seu forte e contínuo apoio aos mecanismos financeiros inovadores e à CICOM.

Gostaríamos também de fazer um agradecimento especial ao Dr. Lee Jong-Wook,

Diretor Geral da OMS, que sempre foi um forte advogado na luta contra a AIDS, a malária e a tuberculose, e que sempre foi muito favorável à nossa iniciativa, particularmente no que se refere à promoção do acesso universal ao tratamento e seu impacto no alívio da pobreza.

Reafirmamos nosso compromisso de seguir trabalhando para que a CICOM possa ser concluída, conforme previsto, até a Assembléia Geral da ONU em setembro.

Somos gratos aos membros do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores e a todos os parceiros por seu ativo apoio nessa empreitada.

Na presença do Secretário Geral Kofi Annan,

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores
Brasil

Maria Soledad Barría
Ministra da Saúde
Chile

Philippe Douste Blazy
Ministro das Relações Exteriores
França

Erik Solheim
Ministro do Desenvolvimento
Noruega

BRAZIL, CHILE, FRANCE AND
NORWAY JOINT DECLARATION ON THE
INTERNATIONAL DRUG PURCHASE
FACILITY - UNITAID

New York, June 2nd 2006

We are here today to establish the foundations of the International Drug Purchase Facility. This achievement stems from the international process that was initiated at the World Leaders' Meeting for an Action against Hunger and Poverty, held at the United Nations under the initiative of President Luiz Inacio

Lula da Silva, of Brazil. It follows the issuance of the New York September 2005 declaration on innovative sources of financing and the Paris meeting on innovative financing on February 2006 which resulted in the creation of the pilot group on solidarity levies to fund development. During the technical meetings held in Geneva in April and yesterday in New York, a consensus has emerged on the positive contribution IDPF-UNITAID can make for increasing access of patients in developing countries to quality drugs at affordable prices thus assisting in scaling up efforts to fight HIV/AIDS, tuberculosis and malaria.

Health has been clearly identified as a key component in the fight against hunger and poverty, as stated by the Secretary-General in his report to the UNGASS. Three of the eight Millennium Development Goals (MDGs) to be achieved by 2015 call for far-reaching improvements in health: reducing child mortality, reducing maternal mortality, and slowing the spread of HIV/AIDS, tuberculosis and malaria.

At least six million people infected with HIV in the developing world are in urgent need of antiretroviral treatment (ART). Only about 1.2 million have access to such treatment at this time. It is imperative to change the scale at which treatment is available, which in turn, implies a change in scale in the mobilization of resources.

Malaria also presents a daunting challenge. Despite the fact that it can be prevented, malaria kills a child under five years of age in Africa every 30 seconds. WHO estimates that USD 2 billion are needed per year to decrease the impact of the disease by half. Furthermore, the specific costs of anti-malarial therapy will rise due to increasing resistance to first-line treatment regimens and the need to use novel therapeutic combinations (Artemisinin-based therapies, ACT).

Tuberculosis is another preventable and treatable disease that remains a major public health challenge. Over 1 million deaths are attributable to TB each year. TB is the first cause of death as an

opportunistic infection in patients with AIDS worldwide. Drug resistance TB that is increasing in prevalence in many regions required new and expensive drug combinations.

In light of these challenges, we are committed to work decisively to ensure that the IDPF-UNITAID can be rapidly operational and endowed with resources stemming from innovative sources of financing or equivalent resources.

To reach this objective, we confirm our endorsement of the following guiding principles for the establishment of the IDPF-UNITAID.

We agree that the IDPF-UNITAID aims at supporting national and international efforts and complementing the role of existing international institutions concerning the provision of drugs against AIDS, malaria and tuberculosis to affected people in developing countries. Its functioning is conceived as a means of addressing specific segments in the current international architecture and will not replace nor duplicate programs under way.

All actions and initiatives by the IDPF-UNITAID will observe the following overarching principles: solidarity, complementarity, sustainability, predictability, additionality, adaptability, partnership, independence, accountability and aid effectiveness.

The IDPF-UNITAID's perennial and reliable functioning will be assured by the nature of funding on which it will be based – contributions will stem from innovative financing mechanisms such as a solidarity contribution on air tickets. Voluntary donations and traditional official development assistance could also be considered, taking into account overarching principles of predictability and sustainability.

The IDPF-UNITAID will contribute for generating a steady demand for drugs – thereby fostering the supply of drugs at lower prices – as well as for creating economies of scale thanks to long-term pooled purchases. The Facility will provide a new impetus to ongoing prequalification processes coordinated by the WHO, including processes related

to active pharmaceutical ingredients (API) and will also play a role in strengthening national regulatory agencies for drug quality control.

As a result, the IDPF-UNITAID is expected to play a pro-active role in prompting greater market efficiency, inasmuch as it will induce price reductions, promote the diversification of generic products of certified quality and diagnosis kits, stimulate the entry of new manufacturers in the market and consequently enhance in a significant manner the access of affected people in developing countries to drugs.

We agree that IDPF-UNITAID would make an initial choice of focus among the following segments:

- Provision of paediatric ART formulations;
- Prevention of Mother to child transmission of HIV AIDS;
- Provision of second line ARTs;
- Provision of drugs against malaria;
- Provision of drugs for the treatment of TB;
- Financing of pre-qualification programs led by the WHO;
- Establishment of buffer stocks in order to forestall any interruption in the provision of drugs and respond to occasional emergency crisis.

The Facility will be designed as a small body legally embedded in an existing organization. Given its lean administrative structure, the IDPF-UNITAID will rely on contractual and collaborative partners to perform its objectives. The Facility will work in close cooperation with and eventually rely on organizations that have experience in procurement, price negotiation, shipment and handling as well as monitoring.

The IDPF-UNITAID governance structure will be designed so as to combine an effective and expedient decision making process while assuring adequate and broad participation of all interested parties including international organizations and civil society.

This would be achieved through the combination of an IDPF-UNITAID Board and an IDPF-UNITAID consultative forum. The IDPF-

UNITAID Board would have the responsibility for oversight over the IDPF-UNITAID trust fund and the IDPF-UNITAID secretariat. The Board would be inclusive and constituted with the necessary competence and representation from donors and other stakeholders.

The Consultative forum would include interested stakeholders, convened at least annually and to the extent possible in conjunction with other events that convene largely the same group of stakeholders. The consultative forum would allow for reporting and broad accountability as well as an extensive and fruitful dialogue on the IDPF-UNITAID's strategy and operations.

In the preparation process, a very constructive dialogue has already been established with all partners. The inputs and recommendations by NGOs, representatives of the communities living with the diseases have been particularly valuable. The presence and contributions of representatives of the pharmaceutical industry was also highly appreciated. International organizations such as WHO, the Global Fund, UNAIDS, UNICEF, the World Bank and UNDP have not only been strongly supportive but also made concrete proposals on how synergies between their activities and the IDPF-UNITAID could be developed and eventually materialized through partnerships arrangements. We also strongly appreciated the constructive contributions by the Clinton Foundation and the Gates Foundation.

We would like to thank all partners for their commitment and support to this initiative. There is every reason to believe that this goodwill will enable the initiative to rapidly start its operations so that its goal to use innovative financing resources to deliver drugs to the patients in need in the poorest countries can become a reality.

We extend our gratitude to honourable Secretary General Koffi Annan for his ongoing and strong support to the initiative on innovative financing and the IDPF-UNITAID.

We would like also to pay tribute to Dr. Lee

Jong-Wook, Director-General of the WHO, who has always been a strong advocate of the fight against AIDS, malaria and tuberculosis, and who was very supportive of our initiative, particularly with regard to the promotion of universal access to treatment and its impact on the alleviation of poverty.

We reaffirm our commitment to pursue our work so that the IDPF-UNITAID can be finalized as expected by the time of the United Nations General Assembly in September.

We are grateful to members of the Pilot Group on Solidarity levies to fund development and all partners for their active support in this endeavour.

In the presence of UN Secretary General Koffi Annan,

Celso Amorim
Minister of External Relations
Brazil

Maria Soledad Barría
Minister of Health
Chile

Philippe Douste Blazy
Ministre des Affaires Etrangères
France

Erik Solheim
Minister of International Development
Norway

Declaração do Grupo de Supridores Nucleares - Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares - Brasília, 1º e 2 de junho de 2006 (2 de junho de 2006)

O Grupo de Supridores Nucleares (NSG) Fortalecendo o Regime de Não-Proliferação Nuclear

A décima-sexta Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares ("Nuclear Suppliers Group" ou NSG) realizou-se em Brasília, nos dias 1 e 2 de

junho de 2006. O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores, proferiu discurso de abertura e boas-vindas em nome do Governo Brasileiro. A Reunião foi presidida pelo Embaixador José Artur Denot Medeiros, Representante Especial para Desarmamento e Não-Proliferação.

O objetivo do NSG, que conta atualmente com 45 Governos Participantes(1) e a Comissão Européia como observador permanente, é o de prevenir a proliferação de armas nucleares por meio de controles de exportação de materiais, equipamentos, “software” e tecnologia nucleares ou correlatos, sem prejuízo da cooperação internacional nos usos pacíficos da energia nuclear.

O NSG avaliou os desenvolvimentos havidos desde a última Reunião Plenária em Oslo (Noruega), em junho de 2005, e a Reunião Plenária Extraordinária realizada em Viena (Áustria), em outubro de 2005. Ao fazê-lo, o NSG:

- * Realizou intercâmbio de informações e análises sobre os desafios atuais de proliferação;

- * Conclamou todos os Estados a exercer extrema vigilância e a despender os maiores esforços para assegurar-se que nenhuma de suas exportações de bens e tecnologias venham a contribuir para programas de armas nucleares;

- * Discutiu o valor da contínua revisão da “Trigger List” e da lista de uso dual, e das listas de produtores de tecnologias sensíveis e itens relacionados, de forma a garantir controle apropriado de itens não listados que poderiam ser usados, direta ou indiretamente, em programas que causam preocupação;

- * Reconheceram que a Resolução nº 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um mecanismo efetivo para prevenir a proliferação de armas de destruição em massa, seus meios de transporte e materiais relacionados, para Estados e atores não-estatais ao redor do mundo, e saudaram a recente extensão do mandato de seu Comitê para

um período adicional de dois anos;

O intercâmbio de informações sobre desafios atuais de proliferação concentrou-se principalmente na República Islâmica do Irã. Os Governos Participantes expressaram seu pleno apoio ao contínuo trabalho da AIEA no cumprimento de seu mandato no Irã, e conclamaram o Irã a cooperar plenamente com a Agência nesse tema. Eles reconheceram a importância das medidas de construção de confiança para a solução da questão. Os Governos Participantes expressaram pleno apoio aos processos em curso em diversos foros com vistas à identificação de uma solução diplomática para a questão nuclear iraniana.

Com vistas a fortalecer ainda mais os controles de exportação dos Governos Participantes, o NSG decidiu adotar, entre outras, as seguintes medidas:

- * Diretrizes revisadas para o intercâmbio de informações no âmbito do NSG;

- * Uma abordagem para continuar as discussões sobre Protocolo Adicional no Grupo Consultivo;

- * Uma emenda à Parte I das Diretrizes para incluir válvulas especialmente designadas ou preparadas para uso em plantas de enriquecimento;

- * Meios para incorporar os resultados do “Workshop” do NSG sobre tecnologias sensíveis nas atividades de extensão (“outreach”).

Os Governos Participantes também concordaram em continuar a discussão sobre:

- * A questão da adesão de Estados não-membros às diretrizes do NSG, de forma a garantir implementação mais ampla de sistemas abrangentes e efetivos de controle.

- * Maior fortalecimento das diretrizes do NSG no que diz respeito a controles especiais sobre exportações sensíveis.

- * Se os procedimentos internos do NSG deveriam ser revisados ou esclarecidos, de forma a aperfeiçoar o intercâmbio de informações em todos os níveis.

Adicionalmente, os Governos Participantes

acordaram em conferir mandato ao Presidente e à “Troika” para continuar os contatos com Governos Não-Participantes e Organizações Internacionais, no contexto do atual programa de extensão (“outreach”) do NSG.

Os Governos Participantes continuaram a examinar as questões levantadas pelo pronunciamento conjunto EUA-Índia de julho de 2005. Eles discutiram, nesse contexto, uma possível relação entre NSG e Índia em relação à cooperação nuclear civil. Decidiram continuar suas consultas e concordaram em retornar a essa questão durante a próxima reunião regular do Grupo Consultivo, ocasião em que informações adicionais poderão estar disponíveis.

Brasília, 2 de junho de 2006.

(1) Alemanha, África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Cazaquistão, China, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Nova Zelândia, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, República da Coreia, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

(original em inglês)

NSG Statement

NSG Plenary Meeting

Brasília, 1-2 June, 2006

The NSG – Strengthening the Nuclear Non-Proliferation Regime

The sixteenth Plenary Meeting of the Nuclear Suppliers Group (NSG) took place in Brasília, on the 1st and 2nd June 2006. Ambassador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Deputy Minister of External Relations, made a welcoming opening statement on behalf of the Brazilian Government. The meeting was chaired by Ambassador José Artur Denot Medeiros,

Special Representative for Disarmament and Non-Proliferation.

The aim of the NSG, which has currently 45 Participating Governments, and the European Commission as a permanent observer, is to prevent the proliferation of nuclear weapons through export controls of nuclear and nuclear-related material, equipment, software and technology, without hindering international cooperation on peaceful uses of nuclear energy.

The NSG took stock of developments since the last Plenary meeting in Oslo, in June 2005, and the Extraordinary Plenary Meeting held in Vienna in October 2005. In doing so, the NSG:

- * Exchanged information on and analysed current proliferation challenges;

- * Called on all states to exercise extreme vigilance and make best efforts to ensure that none of their exports of goods and technologies contribute to nuclear weapons programs;

- * Discussed the value of continued review of trigger and dual-use lists, and the lists of producers of sensitive technologies and related items to ensure the appropriate control of unlisted items which could be used, directly or indirectly, in programs of concern;

- * Recognised that the United Nations Security Council Resolution 1540 plays a crucial role in developing an effective mechanism to prevent the proliferation of weapons of mass destruction, their means of delivery and related materials to or from states and non-states actors world-wide, and welcomed the recent extension of the mandate of the 1540 Committee for a further period of two years.

The exchange of information on current proliferation challenges focussed principally on the Islamic Republic of Iran. Participating Governments expressed their full support for the continuing work of the IAEA in fulfilling its mandate in Iran, and called on Iran to cooperate fully with the Agency in this regard. They recognised the importance of Confidence Building Measures in resolving the matter. Participating Governments expressed full support for

the processes underway in various fora to find a diplomatic solution to the Iranian nuclear issue.

In order to strengthen further the Participating Governments' national export controls, the NSG decided to adopt, inter alia, the following measures:

- * Revised guidelines for information sharing within the NSG;

- * An approach to continue the Additional Protocol discussions in the Consultative Group;

- * An amendment to the Part 1 Guidelines to include especially designed or prepared valves for use in enrichment plants;

- * Means to incorporate the outcomes of the NSG Workshop on sensitive technologies into outreach activities.

The Participating Governments also agreed to continue discussion on:

- * The issue of Non-Member States adherence to NSG Guidelines, in order to ensure wider implementation of comprehensive and effective control systems.

- * Further strengthening of the NSG Guidelines with respect to special controls on sensitive exports.

- * Whether NSG internal procedures should be reviewed or clarified, in order to enhance information exchange in all aspects.

The Participating Governments furthermore agreed to mandate the Chair and the Troika to continue contacts with Non-participant Governments and International Organizations in the framework of the existing NSG outreach program.

Participating Governments continued to examine the issues raised by the US-India Joint Statement of July 2005. They discussed, in this context, a possible NSG-India relationship regarding civilian nuclear cooperation. They decided to continue their consultations and agreed to return to this matter at the next regular Consultative Group meeting, when further information might be available.

Brasilia, 2 June 2006.

Reunião de Seguimento da Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS - Nova York, 2 de junho de 2006 - Declaração Política (2 de junho de 2006)

(original em inglês)

1. We, heads of State and Government and representatives of States and Governments participating in the comprehensive review of the progress achieved in realizing the targets set out in the Declaration of Commitment on HIV/AIDS on 31 May and 1 June 2006 and the High-Level Meeting on 2 June 2006;

2. Note with alarm that we are facing an unprecedented human catastrophe and that a quarter of a century into the pandemic, AIDS has inflicted immense suffering on countries and communities throughout the world, and that more than 65 million people have been infected with HIV, more than 25 million people have died, 15 million children have been orphaned by AIDS, with millions more made vulnerable, and 40 million people are currently living with HIV, more than 95 per cent of whom are in developing countries;

3. Recognize that HIV/AIDS constitutes a global emergency and poses one of the most formidable challenges to development, progress, and stability of our respective societies and the world at large and requires an exceptional and comprehensive global response;

4. Acknowledge that national and international efforts have resulted in important progress since 2001 in the areas of funding, expanding access to HIV prevention, treatment, care and support and in mitigating the impact of AIDS, and in reducing HIV prevalence in a small but growing number of countries, and also acknowledge that many targets contained in the Declaration of Commitment on HIV/AIDS have not yet been met;

5. Commend the UNAIDS Secretariat and the Cosponsors for their leadership role on HIV/AIDS policy and coordination, and for the support they

provide to countries through the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS;

6. Recognize the contribution of, and the role played by various donors in combating HIV/AIDS as well as the fact that one-third of resources spent on HIV/AIDS responses in 2005 came from the domestic sources of low- and middle-income countries and therefore emphasize the importance of enhanced international cooperation and partnership in our responses to HIV/AIDS worldwide;

7. Remain deeply concerned, however, by the overall expansion and feminisation of the pandemic and that women now represent half of all people living with HIV including nearly 60 percent in Africa, and in this regard, recognize that gender inequalities and all forms of violence against women and girls increase their vulnerability to HIV/AIDS;

8. Express grave concern that half of all new HIV infections are among children and young people under the age of 25 and that there is a lack of information, skills and knowledge regarding HIV/AIDS among young people;

9. Also remain gravely concerned that today 2.3 million children are living with HIV/AIDS, and recognize that the lack of paediatric drugs in many countries significantly hinders efforts to protect the health of children;

10. Reiterate with profound concern that the pandemic affects every region and that Africa, in particular Sub-Saharan Africa, remains the worst affected region and that urgent and exceptional action is required at all levels to curb the devastating effects of this pandemic, and recognize the renewed commitment by African governments and regional institutions to scale up their own HIV/AIDS responses;

11. Reaffirm that the full realization of all human rights and fundamental freedoms for all is an essential element in the global response to the HIV/AIDS pandemic, including in the areas of prevention, treatment, care and support, and recognize that addressing stigma and discrimination is also a critical

element in combating the global HIV/AIDS pandemic;

12. Reaffirm that access to medication in the context of pandemics such as HIV/AIDS is one of the fundamental elements to achieve progressively the full realization of the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health;

13. Recognize that in many parts of the world, the spread of HIV/AIDS is a cause and consequence of poverty and effectively combating HIV/AIDS is essential to achieving internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals;

14. Recognize that we now have the means to reverse the global pandemic and to avert millions of needless deaths, and also recognize that to be effective, we must deliver an intensified, much more urgent and comprehensive response in partnership with the United Nations system, intergovernmental organizations, people living with HIV and vulnerable groups, medical, scientific and educational institutions, non-governmental organizations, the business sector including generic and research-based pharmaceutical companies, trade unions, the media, parliamentarians, foundations, community organizations, faith-based organizations and traditional leaders;

15. Recognize also that to mount a comprehensive response, we must overcome any legal, regulatory, trade and other barriers that block access to prevention, treatment, care and support; commit adequate resources; promote and protect all human rights and fundamental freedoms for all; promote gender equality and empowerment of women; promote and protect the rights of the girl child in order to reduce their vulnerability to HIV/AIDS; strengthen health systems and support health workers; support greater involvement of people living with HIV; scale up use of known effective and comprehensive prevention interventions; do everything necessary to ensure access to life-saving drugs and prevention tools; and develop just as

urgently better tools – drugs, diagnostics and prevention technologies, including vaccines and microbicides – for the future;

16. Convinced that without renewed political will, strong leadership and sustained commitment and concerted efforts from all stakeholders at all levels, including people living with HIV, civil society and vulnerable groups, and without increased resources, the world will not succeed in bringing about the end of the pandemic.

17. Solemnly declare our commitment to address the HIV/AIDS crisis by taking action as follows, taking into account the diverse situations and circumstances in different regions and countries throughout the world;

Therefore, we:

18. Reaffirm our commitment to implement fully the Declaration of Commitment on HIV/AIDS “Global Crisis - Global Action” adopted at the twenty-sixth special session of the General Assembly in 2001 and to achieve the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals, and in particular the goal to halt and begin to reverse the spread of HIV/AIDS, Malaria and other major diseases, the agreements dealing with HIV/AIDS reached at all major United Nations conferences and summits, including the 2005 World Summit and its statement on treatment, and the goal of achieving universal access to reproductive health by 2015, as set out at the International Conference on Population and Development;

19. Recognize the importance and encourage the implementation of the recommendations of the inclusive, country-driven processes and regional consultations facilitated by the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS and its Cosponsors for scaling up HIV prevention, treatment, care and support and strongly recommend that this approach be continued;

20. Commit to pursue all necessary efforts to scale up nationally driven, sustainable and comprehensive responses to achieve broad

multisectoral coverage for prevention, treatment, care and support, with full and active participation of people living with HIV, vulnerable groups, most affected communities, civil society and the private sector, towards the goal of universal access to comprehensive prevention programmes, treatment, care and support by 2010;

21. Emphasize the need to strengthen policy and programme linkages and coordination between HIV/AIDS, sexual and reproductive health, national development plans and strategies, including poverty eradication strategies, and to address, where appropriate, the impact of HIV/AIDS on national development plans and strategies;

22. Reaffirm that prevention of HIV infection must be the mainstay of the national, regional and international responses to the pandemic and therefore commit to intensify efforts to ensure that a wide range of prevention programs which take account of local circumstances, ethics and cultural values, is available in all countries, particularly the most affected countries, including information, education and communication, in languages most understood by communities and respectful of cultures, aimed at reducing risk-taking behaviours and encouraging responsible sexual behaviour, including abstinence and fidelity; expanded access to essential commodities, including male and female condoms and sterile injecting equipment; harm-reduction efforts related to drug use; expanded access to voluntary and confidential counselling and testing; safe blood supplies; and early and effective treatment of sexually transmitted infections;

23. Reaffirm that prevention, treatment, care and support for those infected and affected by HIV/AIDS are mutually reinforcing elements of an effective response and must be integrated in a comprehensive approach to combat the pandemic;

24. Commit to overcome legal, regulatory or other barriers that block access to effective HIV prevention, treatment, care and support, medicines, commodities and services;

25. Pledge to promote at the international, regional, national and local levels access to HIV/AIDS education, information, voluntary counselling and testing and related services, with full protection of confidentiality and informed consent, and to promote social and legal environment that is supportive of and safe for voluntary disclosure of HIV status;

26. Commit to address the rising rates of HIV infection among young people to ensure an HIV-free future generation through the implementation of comprehensive, evidence-based prevention strategies, responsible sexual behaviour, including the use of condoms, evidence- and skills-based, youth specific HIV education, mass media interventions, and the provision of youth friendly health services;

27. Commit to ensure further that pregnant women have access to antenatal care, information, counselling and other HIV services and to increase the availability of and access to effective treatment to women living with HIV and infants in order to reduce mother-to-child transmission of HIV, as well as through effective interventions for women living with HIV, including voluntary and confidential counselling and testing, with informed consent, access to treatment, especially life-long antiretroviral therapy and, where appropriate, breast-milk substitutes and the provision of a continuum of care;

28. Resolve to integrate food and nutritional support, with the goal that all people at all times, will have access to sufficient, safe, and nutritious food to meet their dietary needs and food preferences, for an active and healthy life, as part of a comprehensive response to HIV/AIDS;

29. Commit to intensify efforts to enact, strengthen or enforce, as appropriate, legislation, regulations and other measures to eliminate all forms of discrimination against and to ensure the full enjoyment of all human rights and fundamental freedoms by people living with HIV and members of vulnerable groups, in particular to ensure their access to, inter alia, education, inheritance, employment, health care, social and health services, prevention,

support and treatment, information and legal protection, while respecting their privacy and confidentiality; and develop strategies to combat stigma and social exclusion connected with the epidemic;

30. Pledge to eliminate gender inequalities, gender-based abuse and violence, and to increase capacities of women and adolescent girls to protect themselves from the risk of HIV infection, principally through the provision of health care and services, including, inter alia, sexual and reproductive health, and full access to comprehensive information and education, and ensure that women can exercise their right to have control over and decide freely and responsibly on matters related to their sexuality to increase their ability to protect themselves from HIV infection, including their sexual and reproductive health, free of coercion, discrimination and violence, and take all necessary measures to create an enabling environment for the empowerment of women and to strengthen their economic independence and in this context, reiterate the importance of the role of men and boys in achieving gender equality;

31. Commit to strengthening legal, policy, administrative and other measures for the promotion and protection of women's full enjoyment of all human rights and reduction of their vulnerability to HIV/AIDS through the elimination of all forms of discrimination, as well as all types of sexual exploitation of women, girls and boys, including for commercial reasons, and all forms of violence against women and girls, including harmful traditional and customary practices, abuse, rape and other forms of sexual violence, battering and trafficking in women and girls;

32. Commit to address as a priority the vulnerabilities faced by children affected by and living with HIV, to provide support and rehabilitation to these children and their families, women and the elderly, particularly in their role as caregivers, to promote child-oriented HIV/AIDS policies and programmes, and increased protection for children orphaned and affected by HIV/AIDS, to ensure

access to treatment and intensify efforts to develop new treatments for children, and to build, where needed, and to support the social security systems that protect them;

33. Emphasize the need for accelerated scale-up of collaborative activities on tuberculosis and HIV in line with the Global Plan to stop TB 2006-2015 and investment in new drugs, diagnostics and vaccines appropriate for people with TB-HIV co-infection;

34. Commit to expand to the greatest extent possible, supported by international cooperation and partnership, our capacity to deliver comprehensive HIV/AIDS programmes in ways that strengthen existing national health and social systems, including by integrating HIV/AIDS intervention into programmes for primary health care, mother and child health, sexual and reproductive health, tuberculosis, hepatitis C, sexually transmitted infections, nutrition, children affected, orphaned or made vulnerable by HIV/AIDS, as well as formal and informal education;

35. Undertake to reinforce, adopt and implement, where needed, national plans and strategies, supported by international cooperation and partnership, to increase capacity of human resources for health to meet the urgent need for training and retention of a broad range of health workers including community-based health workers, improve training and management and working conditions including treatment for health workers, and to effectively govern the recruitment, retention and deployment of new and existing health workers to mount a more effective HIV/AIDS response;

36. Commit ourselves, invite international financial institutions and the Global Fund to fight AIDS, Tuberculosis and Malaria according to its policy framework and encourage other donors to provide additional resources to low- and middle-income countries for the strengthening of HIV/AIDS programmes and health systems, and for addressing human resources gaps, including the development of alternative and simplified service delivery models and the expansion of community-level provision of HIV/

AIDS prevention, treatment, care and support, as well as other health and social services;

37. Reiterate the need for governments, the United Nations agencies, regional and international organizations as well as non-governmental organizations involved with the provision and delivery of assistance to countries and regions affected by conflicts, humanitarian emergencies or natural disasters to incorporate HIV/AIDS prevention, care and treatment elements into their plans and programmes;

38. Pledge to provide the highest level commitment to ensure that costed, inclusive, sustainable, credible and evidence-based national HIV/AIDS plans are funded and implemented with transparency, accountability and effectiveness, in line with national priorities;

39. Commit to reduce the global HIV/AIDS resource gap through greater domestic and international funding to enable countries to have access to predictable and sustainable financial resources and to ensure that international funding is aligned with national HIV/AIDS plans and strategies, and in this regard welcome the increased resources that are being made available through bilateral and multilateral initiatives, as well as those that will become available as a result of the establishment of timetables by many developed countries to achieve the targets of 0.7 per cent of gross national product for official development assistance by 2015 and to reach at least 0.5 per cent of gross national product for official development assistance by 2010 as well as, pursuant to the Brussels Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2001-2010, 0.15 per cent to 0.20 per cent for the least developed countries no later than 2010, and urge those developed countries that have not yet done so to make concrete efforts in this regard in accordance with their commitments;

40. Recognize that the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS estimated that 20 to 23 billion dollars is needed per annum by 2010 to support rapidly scaled-up AIDS responses in low and middle income countries, and therefore commit to take

measures to ensure that new and additional resources are made available from donor countries and also from national budgets and other national sources;

41. Commit to support and strengthen existing financial mechanisms, including the Global Fund to fight HIV/AIDS, Tuberculosis and Malaria, as well as relevant United Nations organizations, through provision of funds in a sustained manner, while continuing to develop innovative sources of financing, as well as pursuing other efforts, aimed at generating additional funds;

42. Commit to find appropriate solutions to overcome barriers in pricing, tariffs and trade agreements, and to make improvement in legislation, regulatory policy, procurement and supply chain management, in order to accelerate and intensify access to affordable and quality HIV/AIDS prevention products, diagnostics, medicines and treatment commodities;

43. Reaffirm that the World Trade Organization's Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights does not and should not prevent members from taking measures now and in the future to protect public health. Accordingly, while reiterating our commitment to the TRIPS Agreement, reaffirm that the Agreement can and should be interpreted and implemented in a manner supportive of the right to protect public health and, in particular, to promote access to medicines for all including production of generic antiretroviral drugs and other essential drugs for AIDS-related infections. In this connection, we reaffirm the right to use, to the full, the provisions in the TRIPS Agreement, the Doha Declaration on TRIPS Agreement and Public Health and the World Trade Organization's General Council Decision of 2003 and the amendments to Article 31, which provide flexibilities for this purpose;

44. Resolve to assist developing countries to enable them to employ flexibilities outlined in the World Trade Organization's Agreement on TRIPS and to strengthen their capacities for this purpose;

45. Commit to intensify investment in and

efforts towards the research and development of new, safe and affordable HIV/AIDS-related medicines, products and technologies, such as vaccines, female-controlled methods and microbicides, paediatric antiretroviral formulations, including through such mechanisms as Advance Market Commitments, as well as encourage increased investment in HIV/AIDS-related research and development in traditional medicine;

46. Encourage pharmaceutical companies, donors, multilateral organizations, and other partners to develop public-private partnerships in support of research and development and technology transfer, and in the comprehensive HIV/AIDS response;

47. Also encourage bilateral, regional and international efforts in promoting bulk procurement, price negotiations, and licensing to lower prices for HIV prevention products, diagnostics, medicines and treatment commodities, while recognizing that intellectual property protection is important for the development of new medicines and also recognize the concerns about its effects on prices;

48. Recognize the initiative by a group of countries such as the International Drug Purchase facility, based on innovative financing mechanisms which are aimed at providing further drug access at affordable prices to developing countries on a sustainable and predictable basis;

49. Commit to set in 2006, through inclusive, transparent processes, ambitious national targets, including interim targets for 2008 in accordance with core indicators recommended by the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, that reflect the commitment of this Declaration and the urgent need to scale up significantly towards the goal of universal access to comprehensive prevention programmes, treatment, care and support by 2010, as well as to set and maintain sound and rigorous monitoring and evaluation frameworks within their HIV/AIDS strategies;

50. Call on the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, including its cosponsors to assist national efforts to coordinate the HIV/AIDS

response, as elaborated in the “Three Ones” principles, and in line with recommendations of the ‘Global Task Team on Improving AIDS Coordination among Multilateral Institutions and International Donors’, to assist national and regional efforts to monitor and report on efforts to achieve the targets above, and to strengthen global coordination on HIV/AIDS, including through the thematic sessions of the Programme Coordinating Board;

51. Also call on Governments, national parliaments, donors, regional and sub-regional organizations, organizations of the United Nations system, the Global Fund to fight HIV/AIDS, Tuberculosis and Malaria, civil society, people living with HIV, vulnerable groups, private sector, communities most affected by HIV/AIDS and other stakeholders to work closely together to achieve the targets above, and to ensure accountability and transparency at all levels through participatory reviews of HIV/AIDS responses;

52. Request the Secretary-General of the United Nations, with the support of the Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, to include in his annual report to the General Assembly on the status of implementation of the Declaration of Commitment on HIV/AIDS in accordance with resolution S-26/2 of 27 June 2001 the progress achieved in realizing the commitments set out in the present Declaration;

53. Decide to undertake comprehensive reviews in 2008 and 2011 within the annual review of the General Assembly on the progress achieved in realizing the Declaration of Commitment on HIV/AIDS “Global Crisis – Global Action” adopted at the twenty-sixth special session and this present Declaration.

Credenciamento do Representante do Brasil junto ao Secretariado da CARICOM (6 de junho de 2006)

Será realizada, no próximo dia 7 de junho, em Georgetown – Guiana, a cerimônia de formalização do credenciamento do Embaixador do

Brasil na Guiana, Arthur Vivacqua Correa Meyer, como Representante Plenipotenciário do Brasil junto ao Secretariado da Comunidade dos Estados do Caribe (CARICOM), que tem sede naquela cidade.

A cerimônia, que ocorrerá na sede da CARICOM, contará com a presença do Secretário-Geral da organização, Edwin W. Carrington.

O credenciamento de representante plenipotenciário junto à CARICOM reflete a intensificação das relações do Brasil com aquele grupo regional em anos recentes. Existem vários projetos em curso entre o Brasil e os países caribenhos, em áreas como saúde, agricultura, pecuária, biocombustíveis e transporte aéreo.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, em fevereiro de 2005, da cerimônia de abertura da 16ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Estado da CARICOM, em Paramaribo. O Ministro Celso Amorim esteve várias vezes na região. Mais recentemente, o Chanceler Amorim visitou Granada para manter encontros com o Primeiro-Ministro e outras autoridades daquele país, bem como participar da Reunião de Chanceleres do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe – COFCOR.

Mensagem de felicitações do Presidente da República ao Presidente eleito do Peru (7 de junho de 2006)

O Presidente da República transmitiu hoje, 7 de junho, a seguinte mensagem de congratulações ao Presidente eleito do Peru, Alan García:

“Meu caro amigo Alan García,

É com muita satisfação que, em nome de todos os brasileiros, apresento as minhas sinceras congratulações por sua vitória nas eleições em que o povo peruano decidiu democraticamente confiar-lhe a Presidência da República nos próximos cinco anos.

Estou seguro de que, durante seu mandato presidencial, nossas duas grandes nações - vizinhas, amigas e unidas pelo propósito de construir uma aliança estratégica – aprofundarão o diálogo político

e os laços de bom entendimento e de cooperação, aumentando seu intercâmbio econômico e comercial, levando adiante projetos de interconexão física e trabalhando de forma coordenada para realizar os objetivos comuns de construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações e de desenvolvimento com justiça social em benefício de todos.

Terei enorme prazer em recebê-lo em Brasília e de poder reiterar-lhe pessoalmente a disposição do Brasil de cooperar com o Peru em todos os campos.

Receba, querido amigo, meus melhores votos de êxito.

Todas as felicidades.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil.”

Situação nos Territórios Palestinos (7 de junho de 2006)

O Governo brasileiro vem acompanhando com apreensão a situação de virtual colapso econômico e de crescente deterioração das condições de vida e segurança nos territórios palestinos, agravada pela suspensão de parcela considerável da assistência financeira internacional até recentemente prestada à Autoridade Nacional Palestina.

O Brasil exorta as partes envolvidas a abster-se de tomar quaisquer medidas ou iniciativas que possam contribuir para acirrar sentimentos de animosidade e prejudicar a perspectiva de retomada do diálogo direto entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina/Organização para a Libertação da Palestina. O Governo brasileiro apela às partes para que evitem o recurso à violência, em especial dirigida contra a população civil. Exorta, também, a que não sejam tomadas medidas que restrinjam injustificadamente, sem devido amparo no Direito Internacional, a liberdade de movimento e o direito de residência da população palestina radicada nos territórios ocupados.

Entrega da petição brasileira ao painel da OMC sobre importação de pneus reformados (8 de junho de 2006)

O Brasil fez entrega hoje, 8 de junho de 2006, em Genebra, de sua primeira petição ao painel aberto pela União Européia (EU), no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), contra medidas brasileiras relativas à importação de pneus reformados.

O documento brasileiro responde de maneira clara e abrangente às alegações apresentadas pelo lado europeu em sua petição de 27 de abril de 2006. As restrições brasileiras à importação de pneus reformados são plenamente justificadas pelo Artigo XX do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), uma vez que constituem medidas necessárias à proteção à saúde e ao meio ambiente no Brasil. Pelas características singulares do pneu reformado - produto de ciclo de vida mais curto e gerador de quantidades adicionais e desnecessárias de resíduos de difícil gestão e disposição final -, sua livre importação pelo Brasil acarretaria sérios impactos sobre a saúde pública e o meio ambiente no País. A proibição de importação de pneus reformados constitui, portanto, medida necessária e eficaz para evitar tais impactos.

A íntegra da petição brasileira está disponível no endereço eletrônico http://www.mre.gov.br/portugues/ministerio/sitios_secretaria/cgc/cgc.asp.

O painel foi estabelecido em 30 de janeiro de 2006 e é composto por Mitsuo Matsushita, Donald McRae e Chang-Fa Lo. Argentina, Austrália, China, Coréia do Sul, Cuba, Estados Unidos, Formosa, Guatemala, Japão, México, Paraguai e Tailândia reservaram o direito de participar do contencioso como terceiras partes interessadas. A primeira audiência com o painel será realizada em Genebra nos dias 5 a 7 de julho do corrente ano.

Mais informações sobre o contencioso poderão ser obtidas na página eletrônica da OMC (http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds332_e.htm).

II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, Salvador, Bahia, 12 a 14 de julho de 2006 (9 de junho de 2006)

Será realizada em Salvador, na Bahia, no período de 12 a 14 de julho de 2006, com atividades complementares no dia 15 de julho, a II Conferência Internacional de Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, com o tema-geral “A Diáspora e o Renascimento Africano”.

A Conferência, cuja primeira edição ocorreu em Dacar – Senegal, em outubro de 2004, tem por objetivo reunir intelectuais, representantes da sociedade civil e autoridades governamentais para discussões sobre temas de interesse da África e da Diáspora. Propõe-se também a ampliar o conhecimento mútuo e o entendimento entre os países africanos e da Diáspora, bem como promover uma maior cooperação para o desenvolvimento.

No dia 12/7, estão previstas sessões plenárias no Auditório do Centro de Convenções de Salvador. Pela manhã, a mesa-redonda “A Diáspora e o Renascimento Africano: contribuições passadas e projeto atual” contará com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros Chefes de Estado e de Governo africanos e da Diáspora, além de autoridades de organismos internacionais, especialmente convidados para o evento. À tarde, a mesa-redonda “Gênero e equidade na África e na Diáspora” reunirá intelectuais para um debate sobre a situação da mulher.

No dia 13/7, os participantes poderão escolher entre 12 grupos temáticos, subdivididos em 24 mesas de debate, conforme descrito abaixo.

No dia 14/7, pela manhã, laureados africanos com o Prêmio Nobel e dirigentes de organismos internacionais foram convidados para sessão plenária sobre “A necessidade de um pacto político entre a África e a Diáspora pela paz, democracia e desenvolvimento”. À tarde, após a apresentação dos relatórios dos grupos temáticos e mesas-redondas, será feita a sessão de encerramento e apresentada a “Declaração de Salvador”, contendo sugestões para o aprofundamento

da cooperação entre a África e a Diáspora.

No dia 15/7, terão lugar os debates do Fórum Social da II CIAD (Pró-Reitoria de Extensão da UNEB e Auditório da Reitoria da UFBA), para o qual estão sendo convidados intelectuais e representantes da sociedade civil brasileira. Todos os participantes da II CIAD poderão acompanhar os trabalhos do Fórum, cuja organização está a cargo da Fundação Cultural Palmares.

Promovida em parceria com a União Africana, a II CIAD insere-se no contexto das ações do Governo federal em prol de uma maior aproximação com o continente africano, bem como de seu compromisso com a valorização da cultura afro-brasileira, a promoção da igualdade racial e a luta contra o racismo. Reflete, ainda, o empenho dos parceiros africanos de promover o diálogo internacional, com vistas à promoção do desenvolvimento e da democracia no continente e ao fortalecimento das instituições africanas.

Intelectuais, estudantes, jornalistas, representantes de movimentos sociais e demais pessoas interessadas em participar da II CIAD deverão preencher o formulário de inscrição disponível (a partir de 12/6) no endereço eletrônico www.ciad.mre.gov.br e enviá-lo para o seguinte e-mail: ciad.credenciamento@mre.gov.br.

Grupos Temáticos da II CIAD – 13 de julho (Centro de Convenções, UFBA, UNEB)

1 - “As humanidades como pontes de diálogo entre a África e a Diáspora”.

Bloco A: “Literatura, arte e Renascimento Africano”

Bloco B: “Filosofia e ciências sociais na construção da identidade na África e na Diáspora”

2 - “Repensando o lugar da História e das línguas africanas nos sistemas de ensino da África e da Diáspora”

Bloco A: “História e memória da África e dos africanos na Diáspora: seu novo papel na educação”.

Bloco B: “As línguas africanas nos sistemas de ensino da África e da Diáspora”

3 - “Novos rumos da historiografia da África e da Diáspora”

Bloco A: “Das origens até 1850”

Bloco B: “África e Diáspora Pós-1850”

4 - “Religião e herança cultural”

Bloco A: “Orixás, voduns e inquices: tradição, pluralismo e diversidade”

Bloco B: “Religião, arte e cultura”

5 - “Conhecimento mútuo entre a África e a Diáspora: identidade e cooperação”

Bloco A: “Produção e intercâmbio de conhecimento”

Bloco B: “Potencial e limites da cooperação regional e multilateral”

6 - “Ação afirmativa e discriminação positiva: políticas públicas e o papel dos movimentos sociais”

Bloco A: “As experiências dos países africanos e da Diáspora”

Bloco B: “A papel político-pedagógico da consciência negra”

7 - “Perspectivas da Juventude na África e na Diáspora”

Bloco A: “Identidade, educação e inclusão social”

Bloco B: “O papel das novas expressões culturais”

8 - “Economia e sociedade na África e na Diáspora: desafios atuais”

Bloco A: “Renascimento africano e globalização”.

Bloco B: “Repensando as estratégias de desenvolvimento econômico e social”.

9 - “Perspectivas e desafios da cooperação entre a África e a Diáspora na área da saúde”.

Bloco A: “A luta contra o HIV/AIDS, Malária e outras epidemias”.

Bloco B: “Políticas de saúde pública e formação de profissionais”.

10 - “O renascimento científico e tecnológico da África e a contribuição da Diáspora”.

Bloco A: “Intercâmbio científico e tecnológico entre a África e a Diáspora”.

Bloco B: “Sociedade da Informação, mídias e novas tecnologias”.

11 - “A luta contra a pobreza e o combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação”.

Bloco A: “A luta contra a pobreza e as metas do Milênio”.

Bloco B: “O combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação: Durban + 5”.

12 - “A contribuição da África para a Civilização”

Bloco A: “O legado das antigas civilizações africanas”.

Bloco B: “A Diáspora africana e a construção do mundo moderno”.

Visita ao Brasil do Secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez (9 de junho de 2006)

O Secretário de Relações Exteriores do México, Doutor Luis Ernesto Derbez, realizará visita oficial ao Brasil em 12 de junho de 2006, a convite do Ministro Celso Amorim.

O Chanceler Derbez, que virá acompanhando do Subsecretário para América Latina e Caribe, Embaixador Jorge Chen Charpentier, e da Chefe da Unidade para Relações Econômicas e Cooperação Internacional, Irma Gómez Cavazos, terá encontro em Brasília com o Ministro Celso Amorim na manhã do dia 12, seguido de almoço e entrevista à imprensa. No dia 13, realizará visita empresarial a São Paulo.

A visita do Chanceler mexicano dará continuidade ao processo de diálogo e cooperação entre o Brasil e México, que se tem refletido nos encontros mantidos ao longo dos últimos anos pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vicente Fox Quesada, bem como nos freqüentes contatos diretos e conversações entre os dois Chanceleres e outras autoridades dos dois países.

Será dada especial atenção à evolução positiva das relações econômicas bilaterais. No período 2000-2005, as exportações brasileiras ao

mercado mexicano cresceram a uma média de 26,5%. As exportações mexicanas para o Brasil também cresceram no mesmo período, a uma taxa média de 7%. Em 2005, o intercâmbio bilateral alcançou um total de US\$ 5 bilhões. O México é o quinto maior parceiro comercial do Brasil e o quarto maior superávit da balança comercial brasileira.

Os Chanceleres também examinarão temas como cooperação cultural, combate ao tráfico de pessoas, cooperação na área do desarmamento, integração regional e coordenação de ações nos organismos multilaterais. Trocarão impressões sobre os vários aspectos da reforma das Nações Unidas, incluindo questões de direitos humanos, tendo em vista que Brasil e México foram recentemente eleitos para o novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

França e Reino Unido reiteram apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (9 de junho de 2006)

O Governo brasileiro tomou nota com satisfação da declaração conjunta do Presidente da França, Jacques Chirac, e do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, reunidos na Cúpula França-Reino Unido, em Paris, em 9 de junho de 2006, na qual “reafirmam seu compromisso com a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança” e “ênfaticam a continuidade de seu apoio a Brasil, Alemanha, Índia e Japão como futuros membros permanentes, bem como reafirmam seu apoio a assentos permanentes para a África”.

Essa manifestação conjunta dos líderes de dois países influentes no cenário internacional, ambos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, dará impulso significativo ao processo de reforma do Conselho de Segurança, na linha defendida pelo Brasil e pelo G-4.

Incidente em Gaza (12 de junho de 2006)

O Governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia do incidente que resultou na morte de vários civis palestinos, incluindo mulheres e crianças, na zona litorânea da Faixa de Gaza, no último dia 9 de junho. Ao lamentar a perda de vidas inocentes, o Governo brasileiro apresenta sinceras condolências às famílias das vítimas e dos feridos, e expressa sua confiança em que o ocorrido será plenamente investigado.

O Governo brasileiro renova seu apelo para que se evite o recurso à violência na região, em especial a dirigida contra a população civil, em flagrante violação ao direito internacional humanitário.

Visita ao Brasil do Presidente eleito do Peru, Alan García (12 de junho de 2006)

Em sua primeira viagem internacional como Presidente eleito do Peru após o pleito de 4 de junho, o Senhor Alan García realizará visita ao Brasil, no dia 13 de junho corrente. Na ocasião, será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Será também homenageado pelo Ministro Celso Amorim com um almoço no Palácio Itamaraty, do qual participarão outras autoridades do Governo federal.

A visita do Presidente eleito Alan García permitirá examinar as perspectivas de intensificação da cooperação bilateral, no contexto da aliança estratégica entre o Brasil e o Peru. No ano de 2005, o comércio bilateral atingiu o valor de US\$ 1,4 bilhão, e no primeiro quadrimestre de 2006 alcançou US\$ 520 milhões – aumento de 30% em relação ao mesmo período do ano passado. Os investimentos brasileiros no Peru apresentam também possibilidades favoráveis de crescimento.

Com relação à integração dos países da América do Sul, o encontro presidencial deverá sublinhar a importância do papel desempenhado pelo Peru, que forma, juntamente com o Brasil e a Bolívia, a Tróica da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O Presidente Lula deverá confirmar ao

Presidente eleito Alan García sua intenção de comparecer às cerimônias de posse do novo mandatário peruano, no dia 28 de julho, em Lima. Ademais, reiterará convite ao Presidente eleito do Peru para realizar Visita de Estado ao Brasil depois de haver assumido suas funções.

Escolas de Futebol Brasileiro na Rússia (13 de junho de 2006)

Em 1º de setembro próximo, começará a funcionar, na cidade de Krasnodar, localizada no sul da Rússia, a primeira de duas Escolas de Futebol Brasileiro naquele país. O projeto foi desenvolvido com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Esporte, e, do lado russo, da Agência Nacional de Esporte, da Duma de Estado (Câmara Baixa do Parlamento russo), do jornal “Novie Izvestia” e da Fundação Langsdorff (instituição criada especialmente para esse fim).

A Escola de Futebol Brasileiro na Rússia destina-se a oferecer a crianças de família de baixa renda oportunidades de desenvolver suas habilidades físicas e intelectuais. Seus futuros alunos serão crianças de 12 a 14 anos de idade, provenientes de todas as regiões da Rússia, que receberão educação secundária completa, com preparação para a universidade, e terão sua formação esportiva e atlética orientada por profissionais brasileiros de reconhecida competência.

Como evento prévio à abertura da Escola, foi realizado concurso para a seleção de 36 jovens, dentre os milhares que participam de competições anuais de futebol em toda a Rússia, para uma viagem ao Brasil, a partir de 5 de julho próximo, a qual incluirá dois meses de treinamento especial na equipe do Figueirense Futebol Clube, de Santa Catarina.

A segunda unidade da Escola de Futebol Brasileiro será inaugurada, em breve, na cidade de Moscou.

Acordo de Cooperação entre a Radiobrás e a Agência Nacional de Notícias da Ucrânia (13 de junho de 2006)

Foi assinado, no dia 5 de junho corrente, pelo

Presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e pelo Embaixador da Ucrânia em Brasília, Yuri Bogayevsky, o Acordo para Cooperação em Intercâmbio de Informações entre a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (Radiobrás) e a Agência Nacional de Notícias da Ucrânia (Ukrinform).

O instrumento possibilitará a troca, pelas duas agências, de serviços e informações digitalizadas (multimídia), fotos e documentos. Da mesma forma, permitirá que a Radiobrás e a Ukrinform trabalhem em projetos de interesse mútuo e forneçam assistência e apoio recíprocos aos repórteres e enviados especiais em seus respectivos territórios.

Cabe salientar que esse Acordo é o primeiro instrumento do gênero celebrado entre a Ucrânia e um país da América Latina, e que sua assinatura coincidiu com as comemorações do Dia do Jornalista na Ucrânia.

Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oluymi Adeniji (13 de junho de 2006)

Visitará o Brasil, no dia 14 de junho corrente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Oluymi Adeniji, acompanhado de comitiva oficial.

O Ministro será recebido pelo Chanceler Celso Amorim na manhã do dia 14. Em seguida, será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. À tarde, visitará o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Em seguida, manterá reunião com o Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

O Brasil e a Nigéria têm desenvolvido intensa agenda de cooperação, na qual estão contemplados temas como agricultura, defesa e saúde, inclusive no que diz respeito ao combate ao vírus HIV/AIDS. Outro tema importante para os dois países é a Cúpula África-América do Sul (AFRAS), que a Nigéria se propõe a sediar, em Abuja, no próximo mês de novembro.

O Brasil e a Nigéria compartilham vasto campo de interesses comuns, entre os quais a disposição de sensibilizar a comunidade internacional

para a importância do combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. No plano político, os dois países mantêm intensa e proveitosa coordenação nos foros multilaterais, em especial nas Nações Unidas.

O estreitamento dos laços com a Nigéria, principal parceiro comercial brasileiro na África, tem favorecido o intercâmbio bilateral, tradicionalmente deficitário para o Brasil em decorrência das importações brasileiras de petróleo “brent” nigeriano. Desde fins de 2004, a balança comercial vem registrando crescimento sustentado das exportações brasileiras da ordem de 40%. O Brasil exportou quase US\$ 1 bilhão para a Nigéria em 2005. O comércio total nos dois sentidos alcançou no mesmo ano o valor de US\$ 3,6 bilhões.

Reconhecimento da independência da República do Montenegro (14 de junho de 2006)

O Ministro Celso Amorim enviou, hoje, correspondência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Montenegro, Senhor Miodrag Vlahovic, pela qual comunica o reconhecimento pelo Brasil da independência da República do Montenegro, bem como a intenção de iniciar, oportunamente, processo com vistas ao estabelecimento de relações diplomáticas.

O reconhecimento se dá à luz do referendo realizado em 21 de maio passado, com base no artigo 60 da Carta Constitucional da União de Estados da Sérvia e Montenegro, em que a maioria se pronunciou favoravelmente ao status do Montenegro como Estado independente, com plena personalidade jurídica internacional.

Reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum (14 de junho de 2006)

O Ministro Celso Amorim participará da reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum, no dia 16 de junho, em Buenos Aires, com a presença dos Chanceleres da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

No encontro, os Ministros tratarão da preparação da Reunião de Cúpula do Mercosul (a ser realizada em Córdoba, nos dias 20 e 21 de julho de 2006) e do processo de adesão da Venezuela ao bloco. Examinarão também a situação atual do Mercosul e buscarão coordenar posições para a reunião Mini-Ministerial da OMC, no âmbito das negociações da Rodada de Doha, a realizar-se no final do mês de junho, em Genebra.

Comunicado de imprensa dos Ministros da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (19 de junho de 2006)

Comunicado de prensa de los Señores Ministros de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela / Negociaciones en la OMC

Los Ministros coincidieron en la necesidad de obtener un resultado exitoso en las negociaciones comerciales multilaterales, de la denominada “Ronda Doha del desarrollo” de la Organización Mundial del Comercio, que actualmente ha entrado en una etapa de definición en Ginebra.

Los Ministros indicaron que por el momento los países desarrollados han presentado ofertas modestas en Agricultura mientras presionan para obtener reducciones excesivas para los aranceles de los bienes industriales (NAMA), y en materia de servicios.

Los Ministros consideraron esencial que la Ronda Doha garantice un beneficio neto para los países en desarrollo, para lo cual es necesario incrementar el acceso a los mercados para los productos agrícolas, eliminar subsidios a la exportación y reducir considerablemente los subsidios distorsivos que se aplican en ese sector. El acceso al mercado en la esfera industrial deberá corresponderse, conforme al párrafo 24 de la Declaración Ministerial de Hong Kong, con el nivel de ambición en agricultura y tener en cuenta la reciprocidad menos que plena y el tratamiento especial y diferenciado para países en desarrollo.

Buenos Aires, 16 de junio de 2006.

(Tradução do original em espanhol)

Comunicado de imprensa dos Senhores Ministros da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela / Negociações na OMC

Os Ministros coincidiram quanto à necessidade de se obter resultado exitoso nas negociações comerciais multilaterais da chamada “Rodada do Desenvolvimento de Doha” da Organização Mundial do Comércio, que atualmente entrou em etapa de definição em Genebra.

Os Ministros indicaram que, até o momento, os países desenvolvidos apresentaram ofertas modestas em agricultura, enquanto pressionam para obter reduções excessivas para as tarifas de bens industriais (NAMA) e em matéria de serviços.

Os Ministros consideraram essencial que a Rodada Doha garanta benefício claro para os países em desenvolvimento, para o que é necessário incrementar o acesso aos mercados para os produtos agrícolas, eliminar os subsídios à exportação e reduzir consideravelmente os subsídios distorcivos que são aplicados nesse setor. O acesso ao mercado na esfera industrial deverá corresponder, conforme o parágrafo 24 da Declaração Ministerial de Hong Kong, ao nível de ambição em agricultura e ter em conta a reciprocidade menos que plena e o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento.

Buenos Aires, 16 de junho de 2006.

Declaração Final da IV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre Timor Leste (19 de junho de 2006)

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, reuniu-se em Lisboa, no dia 18 de junho de 2006, em Sessão Extraordinária para analisar a situação na República Democrática de Timor Leste.

O Conselho de Ministros escutou as informações prestadas pela Ministra de Estado da Administração Estatal, Dr.^a Ana Pessoa, sobre os trágicos incidentes registrados no país, tendo tomado

conhecimento das medidas adotadas pelo Governo timorense para a restauração da ordem e preservação da estabilidade institucional.

O Conselho de Ministros expressou confiança na pronta retomada dos progressos alcançados pelo país na edificação do Estado soberano e democrático, baseado no primado da lei.

O Conselho de Ministros:

- * condenou as lamentáveis ações que provocaram a perda de vidas humanas, reiterou o apoio político às Autoridades de Timor Leste e exprimiu a solidariedade dos países de Língua Portuguesa para com o povo timorense neste momento particularmente difícil;

- * sublinhou o direito de Timor Leste ao pleno exercício da soberania nacional;

- * felicitou Portugal pelo envio de um contingente da Guarda Nacional Republicana para ajudar a garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas em Timor Leste a pedido das respectivas Autoridades e nos termos da Declaração do Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Manifestou igualmente a sua satisfação pela pronta resposta da Austrália, Malásia e Nova Zelândia a idêntico pedido;

- * lançou um apelo à Comunidade Internacional para reforçar a assistência humanitária ao povo timorense, em particular aos milhares de deslocados internos, vítimas do conflito e exprimiu a disponibilidade de, dentro das possibilidades dos seus Estados membros, contribuir para essa assistência;

- * considerou positiva a iniciativa do Governo timorense de solicitar ao Secretário-Geral das Nações Unidas a criação de uma Comissão Internacional para investigar os fatos relacionados com a eclosão da violência do país;

- * endossou o pedido das Autoridades timorenses de constituição de uma nova missão das Nações Unidas com componentes policial, militar e civil, em apoio aos esforços de Timor em prol da estabilização e consolidação da paz. Espera igualmente que as deliberações da ONU estabeleçam

uma moldura política e jurídica adequada que permita uma contribuição efetiva da Comunidade internacional para o êxito desses esforços;

* manifestou a disposição dos seus países de integrar a próxima Missão das Nações Unidas em Timor Leste, que se antevê reforçada e ressaltou a importância de que a mesma contemple, ainda, as áreas de desenvolvimento econômico e social, direitos humanos, fortalecimento institucional e assistência eleitoral;

* destacou a importância da realização de eleições gerais em 2007 para a consolidação das instituições democráticas em Timor Leste e expressou a sua disposição de colaborar para o êxito do processo eleitoral;

* lançou um apelo a todas as forças políticas timorenses no sentido de prosseguir o diálogo necessário à estabilidade, condição essencial para o desenvolvimento do país; e

* decidiu enviar uma Missão ministerial a Timor Leste, com o objetivo de, com as autoridades locais, avaliar a situação e estudar as formas de apoio que a Organização poderá conceder a Timor Leste para ultrapassar a crise atual.

O Conselho de Ministros decidiu, por último, continuar a acompanhar a situação em Timor Leste, manifestando a sua disponibilidade em apoiar os esforços da Comunidade internacional no sentido de contribuir para o futuro pacífico do país.

Lisboa, 18 de junho de 2006.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Uruguai - Montevideú, 23 e 24 de junho de 2006 (22 de junho de 2006)

O Ministro Celso Amorim visitará o Uruguai nos dias 23 e 24 de junho, com o objetivo de examinar as relações bilaterais e, em particular, os aspectos de maior interesse para os sócios menores no âmbito do Mercosul.

No dia 23 de junho, o Ministro Amorim será recebido em audiência pelo Presidente Tabaré

Vázquez e manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Reinaldo Gargano. Estão igualmente previstas, no mesmo dia, audiências com o Vice-Presidente da República e com o Presidente do Senado, além de reunião com parlamentares no Palácio Legislativo.

O Ministro Amorim deverá discutir com os interlocutores uruguaios medidas concretas de ampliação das possibilidades de acesso ao mercado brasileiro para produtos produzidos no Uruguai. Tratará também de iniciativas relativas ao fortalecimento de investimentos brasileiros naquele país, tendo em vista o processo de integração do Mercosul.

A visita será também ocasião para acelerar entendimentos em outras áreas de especial interesse para os dois vizinhos, tais como cooperação energética, inclusive em biocombustíveis, e cooperação na área migratória.

Acompanharão o Ministro Amorim autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Ministério da Justiça. Também estarão presentes os Presidentes do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Durante a visita, serão organizados em Montevideú encontros paralelos de representantes do BNDES, FIESP, FINEP, MDIC e do setor privado brasileiro com autoridades uruguaias e empresários daquele país.

O comércio entre o Brasil e o Uruguai alcançou US\$ 1,3 bilhão em 2005. De janeiro a maio de 2006, as exportações brasileiras para o Uruguai chegaram a US\$ 344 milhões. As importações totalizaram US\$ 219 milhões, com aumento de 11% em relação aos cinco primeiros meses de 2005.

Visita do Ministro Celso Amorim ao Paraguai - Assunção, 25 e 26 de junho de 2006 (22 de junho de 2006)

O Ministro Celso Amorim visitará o Paraguai nos dias 25 e 26 de junho, com o objetivo de tratar das relações bilaterais e examinar temas de especial interesse para os sócios menores do Mercosul.

No dia 25 de junho, o Ministro Amorim manterá encontro com a Ministra das Relações Exteriores, Leila Rachid. No dia 26, participará de reunião ampliada na Chancelaria paraguaia e será recebido em audiência pelo Presidente Nicanor Duarte Frutos. Estão igualmente previstas audiências com os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e reuniões com empresários.

O Ministro Amorim deverá discutir com os interlocutores daquele país medidas concretas de ampliação das possibilidades de acesso ao mercado brasileiro para produtos paraguaios. Tratará também de iniciativas relativas à ampliação de investimentos brasileiros no Paraguai.

A visita será também ocasião para acelerar entendimentos em outras áreas de especial interesse para os dois vizinhos, tais como a cooperação na área migratória e a análise da situação das cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Acompanharão o Ministro Amorim autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Ministério da Justiça. Também estarão presentes os Presidentes do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Durante a visita, serão organizados em Assunção encontros paralelos de representantes do BNDES, FIESP, MDIC, MAPA e outros órgãos, bem como do setor privado brasileiro, com autoridades paraguaias e empresários daquele país.

O comércio entre o Brasil e o Paraguai

alcançou US\$ 1,2 bilhão em 2005. De janeiro a maio de 2006, as exportações brasileiras para o Paraguai chegaram a US\$ 441 milhões e as importações totalizaram US\$ 106 milhões.

Adiamento da Viagem do Chanceler Celso Amorim a Assunção (23 de junho de 2006)

Tendo em vista a celebração, na próxima semana, em Genebra, de importante Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ser precedida de encontro do G-20, do qual Brasil e Paraguai são membros ativos, os Chanceleres Celso Amorim e Leila Rachid decidiram, de comum acordo, adiar, para as próximas semanas, a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Paraguai, inicialmente prevista para os dias 25 e 26 próximos.

Os dois Chanceleres coincidiram, ademais, na importância de que se reveste a agenda bilateral, que exige tempo maior para seu tratamento.

Acordo com a Ucrânia sobre produção de insulina (23 de junho de 2006)

Em cerimônia realizada na sede da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no dia 21 de junho, com a presença do Embaixador da Ucrânia no Brasil e de representante do Ministério das Relações Exteriores, os Presidentes da FIOCRUZ e do Instituto ucraniano INDAR assinaram, na sede daquela Fundação, no Rio de Janeiro, acordo de transferência de tecnologia para produção de insulina humana por tecnologia recombinante.

Segundo o acordo, a FIOCRUZ importará do Instituto INDAR, num primeiro momento, as vacinas necessárias para o mercado interno brasileiro. A partir do segundo semestre de 2009, a FARMANGUINHOS, unidade da FIOCRUZ localizada no Rio de Janeiro, dará início à produção brasileira de insulina por tecnologia recombinante. Estima-se que, ao término da transferência de tecnologia, a FARMANGUINHOS produzirá cerca de 8 milhões de doses por ano, destinadas à rede de

saúde pública.

O Brasil importa atualmente o equivalente a 170 milhões de reais por ano em doses de insulina.

Visita do Ministro Celso Amorim à República Oriental do Uruguai - Comunicado Conjunto (23 de junho de 2006)

1. A convite do Chanceler da República Oriental do Uruguai, Senhor Reinaldo Gargano, o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Montevideu de 22 a 24 de junho de 2006.

2. Além das conversações com o Chanceler Gargano, o Ministro Celso Amorim foi recebido pelo Presidente da República, Doutor Tabaré Vázquez, e pelo Vice-Presidente da República e Presidente do Senado, Senhor Rodolfo Nin Novoa. Manteve também encontro com outros Ministros de Estado e com parlamentares.

3. O Ministro Celso Amorim veio a Montevideu acompanhado de representantes de distintos órgãos e entes públicos do Brasil, incluindo o Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Presidente do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Justiça (MJ), das Minas e Energia (MME), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). À margem de sua visita, realizou-se encontro sobre comércio e investimentos com a presença de autoridades e empresários dos dois países.

4. A visita constituiu uma reafirmação da importância atribuída por Brasil e Uruguai ao estreitamento de seus laços de amizade e de cooperação.

5. Os Chanceleres avaliaram de forma positiva a implementação do Programa de Trabalho Brasil-Uruguai estabelecido durante a visita anterior do Ministro Amorim a Montevideu, em 29 de julho de 2005. Assinalaram, nesse sentido, a entrada em funcionamento do Mecanismo de Monitoramento do Intercâmbio Comercial Bilateral e do Mecanismo de Consulta e Concertação Política, a ampliação dos investimentos brasileiros no Uruguai e a reativação dos trabalhos das Comissões Mistas para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e da Bacia do Rio Quaraí como exemplos do esforço conjunto de ambos os países para a concretização dos objetivos previstos no programa.

6. Os Chanceleres ressaltaram a importância da troca de Notas Reversais, ocorrida em 16 de março de 2006, confirmando a decisão dos dois Governos para a imediata entrada em vigor, no âmbito bilateral, dos benefícios previstos no Acordo de Residência do MERCOSUL. Confirmaram que as autoridades de imigração de Brasil e Uruguai deverão concluir proximamente acordo operativo que permitirá a plena implementação do Acordo de Residência.

7. Os dois Chanceleres concordaram em trabalhar junto aos demais órgãos nacionais para estimular investimentos e impulsionar o sistema produtivo, por meio de mecanismos que estimulem o comércio recíproco. Para tanto, acordaram estudar formas de flexibilizar, de forma compatível com o MERCOSUL, as condições para que produtos uruguaios cumpram as exigências para importação pelo Brasil.

8. Os Chanceleres congratularam-se pelos importantes investimentos realizados recentemente pela Petrobras no Uruguai, demonstrando as grandes oportunidades ainda existentes no país para investidores brasileiros, quer em termos de acesso ao mercado local como ao regional e extra-regional. Concordaram na necessidade de reforçar esse processo por meio do estabelecimento de mecanismos de financiamento para investimentos e empreendimentos nos dois países e enfatizaram o papel positivo que o BNDES pode cumprir

nessa tarefa.

9. Enfatizaram a importância de que empresas uruguaias venham a participar, com êxito, nos sistemas de compras governamentais no Brasil, buscando os mecanismos jurídicos pertinentes e facilitando o intercâmbio de informação requerido.

10. Os dois Chanceleres ressaltaram os entendimentos em curso na área de integração energética, em nível bilateral e regional, e a importância das negociações no sentido de que seja mantido o fornecimento de energia elétrica brasileira ao Uruguai, bem como construída nova linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países.

11. Os Chanceleres expressaram sua satisfação com os contínuos avanços na cooperação fronteiriça. Avaliaram positivamente os avanços no processo de construção da Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão e a revitalização da ponte Mauá, a ser concluída com financiamento integral do Brasil. Comprometeram-se ainda a explorar conjuntamente formas de avançar na recuperação das vias férreas do Uruguai e os meios de integrá-las à malha brasileira.

12. Os Chanceleres ressaltaram a importância da retomada dos trabalhos, depois de seis anos de inatividade, das Comissões Mistas para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e da Bacia do Rio Quaraí, ocorrida em maio de 2006. Comprometeram-se a dar seguimento, em coordenação com as demais instituições integrantes daquelas comissões, a programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável das duas bacias, com ênfase na gestão integrada de enchentes, evolução e monitoramento da situação de contaminação das águas, proteção da biodiversidade, educação sobre a conservação de águas subterrâneas e estudos sobre diques e captação de águas.

13. Os Chanceleres coincidiram na necessidade de o MERCOSUL constituir-se em instrumento efetivo para a inserção competitiva dos países do bloco no comércio internacional. Reafirmaram que o processo de integração regional

fundamenta-se na igualdade de direitos e obrigações entre os Estados Partes e que o MERCOSUL tem papel prioritário na estratégia de desenvolvimento econômico da região, o qual deve ser, contudo, equilibrado e beneficiar a todos os países do bloco.

14. No marco do aprofundamento do MERCOSUL, ambos os Chanceleres concordaram quanto à necessidade de acelerar os trabalhos destinados à eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum previstos na Decisão CMC 54/04, devendo impulsar a conclusão das negociações no mais tardar ao final de 2007, assim como as tarefas que deve enfrentar o Grupo de Alto Nível sobre a TEC com vistas a revisar seus níveis e consistência.

15. Ambos os Chanceleres ressaltaram a necessidade de dedicar-se aos problemas derivados das assimetrias dos países do MERCOSUL, que afetam negativamente as economias menores, entre elas o Uruguai, por meio de medidas que contribuam para reduzir os desequilíbrios tanto no processo de aprofundamento do MERCOSUL como nas negociações com terceiros, tendentes a melhorar sua inserção extra-regional.

16. O Brasil e o Uruguai acordaram em desenvolver conjuntamente com outros parceiros do MERCOSUL um centro multinacional de metrologia, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico e industrial dos países membros. Como primeiro passo nesta iniciativa, será realizado seminário sobre “Metrologia e Qualidade para o Desenvolvimento Industrial”, envolvendo lideranças de Governo e lideranças empresariais do Uruguai e do Brasil, visando estabelecer oportunidades de desenvolvimento industrial conjunto e iniciativas de emprego.

17. Na área da vigilância sanitária, foram acordadas ações consideradas prioritárias para uma aproximação mais efetiva sobre os trabalhos desenvolvidos em ambos os países referentes a medicamentos (registros de produto, inspeções em empresas fabricantes, controles laboratoriais, farmacovigilância, vacinas, biológicos e

biotecnológicos), bem como na área de alimentos, focalizando principalmente as questões relacionadas à rotulagem nutricional. Ênfase será conferida a ações relativas a questões normativas, institucionais e de infra-estrutura requerida, incluindo a capacitação de profissionais envolvidos.

18. Ambos os Ministros assinalaram a vontade de seus Governos de aprofundar a cooperação em matéria de turismo com o fim de desenvolver esta importante atividade econômica em benefício dos dois países. Neste sentido, destacaram a importância dos projetos em curso para combater o turismo sexual que afeta a infância e desenvolver a “conta satélite”, em conformidade com as orientações da Organização Mundial do Turismo.

19. O Ministro Celso Amorim comunicou que se encontra em fase final de tramitação no Congresso brasileiro pedido de autorização para a transferência de um helicóptero Esquilo da Marinha brasileira para a Armada uruguaia e que o Governo brasileiro fará os esforços necessários para que a entrega daquela unidade possa concretizar-se durante o ano em curso. O Ministro Reinaldo Gargano agradeceu a informação e saudou a transferência como um marco de grande importância na cooperação bilateral em matéria de defesa.

20. Havendo o Governo brasileiro outorgado seu apoio oficial para o ingresso do Uruguai no Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia, ambos os Chanceleres instaram o rápido intercâmbio de notas reversais entre os três Estados, necessárias para formalizar tal incorporação e para iniciar a negociação do Acordo Trilateral.

21. Os Chanceleres reiteraram o compromisso de seus Governos com os princípios e objetivos da Comunidade Sul-Americana de Nações e ressaltaram os resultados positivos alcançados durante a I Reunião da Comissão de Reflexão Estratégica sobre o Processo de Integração Sul-americano, realizada em Montevideu em 16 de junho de 2006.

22. Os Chanceleres reiteraram o

compromisso de seus Governos com o fortalecimento do multilateralismo. No âmbito das Nações Unidas, manifestaram sua satisfação com o estabelecimento da Comissão para a Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos e com a eleição de Brasil e Uruguai para ambos os órgãos. Ressaltaram, ademais, a importância de que a reforma do Conselho de Segurança contemple a ampliação da categoria de membros permanentes. A esse respeito, o Ministro Reinaldo Gargano reafirmou o apoio uruguaio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

23. O Ministro Celso Amorim agradeceu ao Ministro Reinaldo Gargano a hospitalidade e atenção recebidas em sua visita.

Montevideu, 23 de junho de 2006.

Declaração do Brasil de reconhecimento da competência do Comitê Contra a Tortura para receber denúncias (26 de junho de 2006)

Hoje, 26 de junho, Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, o Brasil fez depósito oficial, junto ao Secretariado das Nações Unidas em Nova York, da Declaração de reconhecimento da competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar denúncias apresentadas por indivíduos acerca de violações dos dispositivos da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes no país. O Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 57, de 17.04.06, autorizara o Governo a fazer a declaração.

A decisão de depositar a Declaração de reconhecimento da competência do Comitê contra a Tortura havia sido anunciada pelo Ministro Celso Amorim, no último dia 19, em Genebra, em sua intervenção no Segmento de Alto Nível da I Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

A aceitação da competência do Comitê contra a Tortura para receber e analisar petições individuais reforça o reconhecimento pelo Brasil da legitimidade da preocupação internacional com os direitos humanos

e do interesse superior da proteção das possíveis vítimas, que passarão a dispor de mecanismo adicional de tutela contra eventuais violações.

O Brasil já aceita a competência para exame de casos individuais de importantes mecanismos de direitos humanos do sistema das Nações Unidas, como o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial e o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. No sistema interamericano, reconhecemos as competências da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos, que incluem denúncias de possíveis violações da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

As atribuições do Comitê contra a Tortura são subsidiárias em relação às instituições do Estado brasileiro. A Convenção prevê a necessidade do prévio esgotamento dos recursos internos, excetuados casos de demora injustificada ou ineficácia em sua aplicação, para a admissão de denúncias pelo Comitê. A aceitação brasileira só produz efeitos para fatos, atos ou omissões - e para procedimentos ou decisões a eles relativos - ocorridos após a data da declaração.

Atentado em Kerem Shalom, Israel (26 de junho de 2006)

O Governo brasileiro condena o atentado que vitimou, no último dia 25 de junho, dois soldados na localidade israelense de Kerem Shalom, além de deixar dois feridos e resultar no seqüestro do Cabo Gilad Shalit, das Forças de Defesa de Israel.

O Governo brasileiro apresenta suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas e apela em favor da pronta libertação do militar israelense, tendo em mente aspectos humanitários e implicações para a retomada do processo de paz na região.

Execução de diplomatas russos no Iraque (26 de junho de 2006)

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, da execução no Iraque do Terceiro Secretário Fiodor Zaitsev e de outros três

funcionários da Embaixada russa em Bagdá.

Ao lamentar o ocorrido, o Brasil reitera seu total repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente dos motivos alegados por seus autores.

O Brasil manifesta plena solidariedade ao Governo e ao povo da Rússia, ao mesmo tempo em que apresenta suas condolências aos familiares e amigos das vítimas desse deplorável ato de violência.

Primeira apresentação em Moscou de alunos da Escola do Teatro Bolshói no Brasil (27 de junho de 2006)

Em 19 de junho corrente, 36 alunos brasileiros, em sua maioria de 13 a 17 anos, da Escola do Teatro Bolshói de Joinville (SC) fizeram sua primeira apresentação nos palcos do Teatro Bolshói de Moscou.

A Escola do Teatro Bolshói de Joinville, que conta com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, foi a primeira academia do Teatro Bolshói fora da Rússia. A Escola recebe cerca de 300 alunos, em sua maioria provenientes de famílias carentes. Por ocasião do último processo seletivo, 22 mil crianças concorreram às vagas oferecidas pela Escola.

Assembléia dos Estados Partes na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - A preservação dos saberes, fazeres e falares em discussão na UNESCO (27 de junho de 2006)

Os quarenta e cinco Estados que já adotaram a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial iniciaram hoje, dia 27, na sede da UNESCO em Paris, os trabalhos da primeira Assembléia-Geral dos Estados Partes da Convenção. O Brasil, cuja delegação é chefiada pelo Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, foi escolhido para ocupar a Vice-Presidência. Integram a delegação representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O Brasil é internacionalmente reconhecido

como um dos países que está na vanguarda em matéria de proteção de seu patrimônio imaterial - essas expressões e práticas vivas e enraizadas na nossa vida cotidiana. Desenvolvemos, nesse campo, uma política sistemática e consistente, apoiada em larga experiência anterior, cujas origens remontam ao anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural elaborado já em 1936 por Mário de Andrade. O Brasil conta com legislação específica para o reconhecimento e a valorização do patrimônio imaterial - o Decreto 3.551, de 4/8/2000 - , uma metodologia - o Inventário Nacional de Referências Culturais - e arcabouço institucional, no âmbito do IPHAN. Duas manifestações brasileiras - as “Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi” e o “Samba de Roda do Recôncavo Baiano” - já foram proclamadas pela UNESCO Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

A primeira Assembléia dos Estados Partes deverá, entre outras tarefas, escolher os membros do Comitê Intergovernamental que terá a função de definir as Diretrizes Operacionais e outros instrumentos necessários à implementação concreta da Convenção, que entrou em vigor no último dia 20 de abril.

Viagem do Ministro Celso Amorim a Genebra (27 de junho de 2006)

O Ministro Celso Amorim estará em Genebra no período de 28 de junho a 2 de julho, a fim de participar de reuniões na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A agenda do Ministro Amorim inclui, em 29 de junho, reunião ministerial do G-20, do NAMA-11, grupo de países coordenado pela África do Sul no âmbito de acesso a mercados para bens não-agrícolas; e do G-6, grupo informal que, além do Brasil, congrega Austrália, Comunidade Européia, Estados Unidos, Índia e Japão. Em 30 de junho, o Ministro Amorim participa de reunião ministerial convocada pelo Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, seguida, em 1º de julho, da reunião do Comitê

de Negociações Comerciais da Organização.

Estão também previstos encontros com a Representante Comercial dos EUA, Susan Schwab; com o Ministro do Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath; com o Ministro do Comércio do Paquistão, Humayun Khan; e com o Comissário de Comércio da CE, Peter Mandelson.

Preocupam o Governo brasileiro as dificuldades de implementação dos compromissos assumidos em Hong Kong, sobretudo os referentes à liberalização do comércio agrícola, elemento essencial para que se possa avançar nas demais áreas de negociação. A falta de progressos concretos até o momento levou o Brasil a propor uma reunião de Chefes de Estado e de Governo, com vistas a buscar um desfecho equilibrado, tempestivo e bem-sucedido da Rodada.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates (28 de junho de 2006)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, realizará visita oficial ao Brasil no período de 8 a 12 de agosto. Trata-se da primeira visita oficial ao Brasil do Chefe de Governo português.

A visita ao Brasil do Primeiro-Ministro José Sócrates dará continuidade ao processo de diálogo no mais alto nível entre Brasil e Portugal em temas de interesse bilateral, regional e multilateral e retomará assuntos tratados durante a VIII Cimeira Brasil-Portugal, realizada na cidade do Porto, em outubro de 2005.

Dentre os principais temas da pauta bilateral, destacam-se a implementação do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, a cooperação cultural e o incremento dos investimento portugueses no Brasil. No ano passado, a corrente de comércio entre os dois países atingiu a cifra recorde de US\$ 1,25 bilhão. O intercâmbio comercial ganhou novo impulso com a recente inauguração, no último dia 20 de junho, do Centro de Distribuição de Produtos Brasileiros da Agência de Promoção de Exportações

e Investimentos (APEX), em Lisboa.

Juntamente com os demais países lusófonos, Brasil e Portugal comemoram, em 2006, o décimo aniversário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Situação nos Territórios Palestinos Ocupados (28 de junho de 2006)

A Embaixadora de Israel no Brasil foi chamada ao Itamaraty na tarde de hoje para ser informada de que o Governo brasileiro recebeu com extrema preocupação a notícia do lançamento da operação militar “Chuvas de Verão” das Forças de Defesa de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados.

O Brasil reitera sua posição contrária a iniciativas unilaterais ou atos de represália que possam contribuir para desencadear nova espiral de violência na região.

O Governo brasileiro deplora os sofrimentos impostos à população civil palestina, boa parte da qual se viu hoje privada do acesso aos serviços de eletricidade e água potável.

O Brasil exorta as partes em conflito a confiarem no papel que a comunidade internacional pode desempenhar para a retomada do processo de paz na região.

Comunicado de Imprensa do G-20 - Genebra, 29 de junho de 2006 (29 de junho de 2006)

Os Ministros do G-20 reuniram-se em Genebra, em 29 de junho, para avaliar os progressos nas negociações da Rodada Doha e para discutir o desafio de se chegar a modalidades plenas em agricultura nas próximas semanas.

O G-20 atribui importância fundamental à correção de desequilíbrios históricos no comércio agrícola. Esta é uma questão-chave para os países em desenvolvimento. Apesar do sério engajamento nas negociações desde Hong Kong, tal resultado ainda não está à vista em razão da resistência dos países desenvolvidos em reformar suas políticas agrícolas e abrir seus mercados às exportações

agrícolas de países em desenvolvimento. O caminho a seguir requer compromissos concretos para o êxito de uma Rodada ambiciosa que esteja à altura dos objetivos de desenvolvimento da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

O Grupo reconhece os esforços realizados pelo Presidente da Sessão Especial do Comitê de Agricultura no sentido de respeitar o processo bottom-up e de reunir papéis de referência abrangentes nos três pilares da negociação agrícola. Estes são elementos indispensáveis ao processo negociador. Precisamos também de convergência na substância. Para fazer avançar a Rodada, precisamos prontamente superar as diferenças substantivas que ainda persistem. Isso requer determinação política.

É essencial que os Membros desenvolvidos melhorem suas ofertas em apoio doméstico de modo a garantir cortes substanciais e efetivos no apoio distorcivo ao comércio, como acordado em Hong Kong. Dos países em desenvolvimento não se pode esperar que paguem pela eliminação de distorções que afetam o comércio internacional para produtos agrícolas. As ofertas dos países desenvolvidos em todos os componentes de acesso a mercados devem igualmente ser aprimoradas para assegurar melhorias substanciais, conforme determinado pelo Mandato. Estas questões são cruciais para destravar as negociações agrícolas. No pilar de subsídios às exportações, o G-20 e o Grupo de Cairns apresentaram proposta concreta sobre o cronograma para a eliminação dos subsídios à exportação que garante um congelamento daqueles subsídios e sua redução substancial até 2010 com eliminação total em 2013. Será igualmente essencial avançar de modo pragmático e efetivo em disciplinas sobre ajuda alimentar, empresas estatais exportadoras e créditos à exportação de forma a se obter paralelismo em todas as formas de subsídios à exportação. Disciplinas aprimoradas de monitoramento e supervisão, para as quais o G-20 apresentou propostas inovadoras, são também parte fundamental de um resultado em agricultura.

O Grupo recorda que o tratamento especial

e diferenciado permanece parte integral de todos os três pilares da negociação agrícola, como reconhecimento das diferenças estruturais entre os setores agrícolas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Grupo está decidido a trabalhar em prol de um acordo que leve em consideração disposições especiais e diferenciadas à luz dos interesses dos países em desenvolvimento com o intuito de tornar tais disposições operacionais e efetivas. Nesse contexto, o Grupo sublinha a importância da proporcionalidade de 2/3 na redução tarifária global e enfatiza a flexibilidade aos países em desenvolvimento de auto-designar um número apropriado de Produtos Especiais, pautados por indicadores que terão por base critérios de segurança alimentar, de segurança dos meios de subsistência e desenvolvimento rural, bem como o direito a recorrer a um Mecanismo de Salvaguarda Especial baseado em gatilhos de preço e quantidade. O Grupo sublinha igualmente a importância de fortalecer disciplinas do artigo XI do GATT 94 sobre proibições e restrições às exportações conforme disposto no Artigo 12.1 ao Acordo sobre Agricultura.

O Grupo reitera seu apoio às disposições isentando os Países de Menor Desenvolvimento Relativo de compromissos de redução e destaca a necessidade de que sejam dados novos passos para promover sua capacidade exportadora por meio da abertura de mercados e programas de Ajuda ao Comércio.

O G-20 reafirma a necessidade de tratar do tema do algodão de modo ambicioso, expedito e específico dentro das negociações agrícolas.

Sem pretender criar novas categorias de países em desenvolvimento, o G-20 recorda que as preocupações das Economias Pequenas, Vulneráveis devem ser igualmente tratadas de modo efetivo como parte das negociações.

O Grupo recorda a importância de conferir aos Membros em Desenvolvimento de Acesso Recente flexibilidades suficientes para tratar de modo efetivo de suas preocupações particulares.

Reconhece-se, de modo amplo, que as propostas do G-20 constituem base sólida para um acordo. Nessa perspectiva, o Grupo reafirma que o conteúdo e a essência de todas as propostas do G-20 em todos os elementos do Mandato permanecem na mesa de negociação e devem ser devidamente considerados em qualquer resultado final. Em acesso a mercados, representam a solução intermediária e nos dois outros pilares – apoio doméstico e subsídios à exportação – o nível de ambição das propostas é a garantia de que o mandato negociador terá sido respeitado. Nesse contexto, o Grupo acolhe positivamente as recentes expressões indicando disposição a mover-se em direção àquelas propostas e convoca os principais atores a igualmente convergir em sua direção.

O G-20 está determinado a seguir trabalhando de maneira construtiva em todas as questões. Este é o momento para progresso e convergência. O G-20 renova seu compromisso com um resultado exitoso da Rodada de Doha em 2006, que permita promover o desenvolvimento e fortalecer o sistema multilateral de comércio.

(Versão em inglês)

G-20 - Press Statement

Geneva, 29 June 2006

G-20 Ministers met in Geneva on 29 June to assess progress in the DDA negotiations and to discuss the challenge of achieving full negotiating modalities in agriculture within the next few weeks.

The G-20 attaches fundamental importance to redressing historical imbalances in agriculture trade. This is a key issue for developing countries. Despite serious engagement in negotiations since Hong Kong, that result is still not in sight due to the resistance of developed countries to reform their agriculture policies and to open up their markets to agricultural exports from developing countries. The way forward requires a concrete commitment to a successful and ambitious Round that lives up to the development objectives of the DDA.

The Group acknowledges the efforts by the Chairman of the Special Session to abide by the bottom-up approach and to assemble comprehensive reference papers on the three pillars of agriculture negotiations. These are indispensable elements of the negotiating process. We also need convergence on substance. In order to move the Round forward, we must expeditiously bridge the substantive gaps that still persist. This requires political determination.

It is essential that developed Members improve their proposals in domestic support in order to provide for substantial and effective cuts in trade-distorting support, as agreed in Hong Kong. In this regard, developing countries should not be expected to pay for the elimination of distortions that affect international trade in agricultural products. The offers of developed countries in all components of market access must also be improved to ensure the substantial improvements called for by the Mandate. This is the key to unlock current negotiations in agriculture. In the export competition pillar, the G-20 and the Cairns Group have presented a concrete proposal on scheduling for the elimination of export subsidies that would meet the requirements of a standstill in subsidies and a substantial reduction by 2010 with elimination by 2013. It is also essential to move in a pragmatic and effective way on disciplines on food aid, on exporting STEs and on export credits to achieve parallelism in the elimination of all forms of export subsidies. Improved disciplines on monitoring and surveillance, where the G-20 has groundbreaking proposals, are also an essential element of an outcome in agriculture.

The Group recalls that special and differential treatment remains an integral part of all the three pillars of the agriculture negotiation as a recognition of the structural differences between the agricultural sectors of developed and developing countries. The Group is committed to work towards an agreement including special and differential provisions that takes into account the interests of all developing countries with a view to making those provisions operational and

effective. In this context, the Group stresses the importance of 2/3 proportionality in overall tariff reduction and emphasizes the flexibility of developing countries to self-designate an appropriate number of Special Products guided by indicators based on the criteria of food security, livelihood security and rural development, as well as the right to have recourse to a Special Safeguard Mechanism based on import quantity and price triggers. The Group also stresses the importance of strengthening disciplines on export prohibitions and restrictions of article XI of GATT 94 provided under Article 12.1 of the Agreement on Agriculture.

The Group reiterates its support for provisions exempting LDC's from reduction commitments and highlights the need for steps to be taken to promote their export capacities through market opening and Aid for Trade programs.

The G-20 reaffirms the need to address cotton ambitiously, expeditiously and specifically within the agriculture negotiations.

Without creating any new categories of developing countries, the G-20 recalls that the concerns of the Small, Vulnerable Economies must also be effectively addressed as part of the negotiations.

The Group recalls the importance of providing the Recently Acceded Developing Country Members sufficient flexibility to effectively address their particular concerns.

It has been widely recognized that the G-20 proposals constitute a sound basis for agreement. In this regard the Group reaffirms that the content and essence of all G-20 proposals in all elements of the Mandate are on the negotiating table and should be duly taken into account in any final outcome. On market access they represent the middle ground, and on the other two pillars – domestic support and export competition – their level of ambition is a guarantee of the fulfillment of our negotiating mandate. In this context, the Group welcomes recent expressions of willingness to move towards those proposals, and

calls upon other major players to also converge towards them.

The G-20 is determined to continue working constructively on all issues. This is the time for progress and convergence. The G-20 renews its commitment to a successful outcome in the Doha Round in 2006 that fosters development and strengthens the multilateral trading system.

Visita Oficial ao Brasil da Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett - 2 a 4 de julho de 2006 (30 de junho de 2006)

A convite do Ministro Celso Amorim, a Secretária do Exterior do Reino Unido, Margaret Beckett, realizará visita oficial ao Brasil no período de 2 a 4 de julho. Trata-se da primeira visita de cunho bilateral ao exterior da Secretária Beckett desde sua posse, em maio passado.

As relações Brasil-Reino Unido atravessam momento de particular intensidade, como atestou a Visita de Estado a Londres do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março passado. No encontro que manterão em Brasília, no dia 3, o Ministro Amorim e a Secretária do Exterior deverão passar em revista a evolução da cooperação bilateral em suas diferentes vertentes, tendo presentes os acordos que foram assinados durante a Visita de Estado nas áreas de ciência e tecnologia, educação, saúde, economias criativas e meio ambiente.

A particular importância atribuída à cooperação em ciência e tecnologia foi ilustrada pelo êxito do encontro científico “Brazil Day”, realizado em maio último, o qual lançou as bases para o aprofundamento do intercâmbio em campos como os da nanotecnologia e da saúde animal. No mesmo sentido, os dois Governos acordaram a realização, em 2007, do “Ano da Parceria Brasil-Reino Unido em Ciência”.

Outro assunto a ser examinado pelos dois Ministros será o Comitê Econômico e Comercial Conjunto (JETCO), criado durante a Visita de Estado, com o objetivo de intensificar investimentos

e promover contatos e negócios entre os setores empresariais dos dois países. A corrente de comércio Brasil-Reino Unido vem registrando sucessivos recordes desde 2003, havendo alcançado, em 2005, a soma de US\$ 3,96 bilhões.

Os dois Chanceleres também tratarão de temas regionais, como integração sul-americana e o processo de paz no Oriente Médio, e multilaterais, entre os quais a reforma das Nações Unidas, área em que o Reino Unido tem reiteradamente manifestado apoio ao pleito do Brasil a assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Tratarão também das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e do diálogo ampliado com o Brasil e outros países em desenvolvimento que ocorrerá, em meados de julho, por ocasião da Cúpula do G8, em São Petersburgo.

A Secretária do Exterior, que exerce igualmente a condição de membro do Parlamento Britânico, já visitou o Brasil em 2004, ainda na condição de Secretária de Estado da Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais.

Durante sua visita ao Brasil, a Secretária Beckett será recebida em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontros com outras autoridades governamentais. Proferirá, ainda, palestra sobre a política externa do Reino Unido na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, no dia 3.

Missão Brasileira ao Timor Leste (30 de junho de 2006)

Chegou hoje, dia 30 de junho, a Díli, missão diplomática brasileira com o objetivo de reiterar às autoridades de Timor Leste a solidariedade do Brasil diante da crise política e social que atingiu aquele país. Mensagem de apoio ao Governo e ao povo timorenses já havia sido transmitida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Xanana Gusmão, em carta enviada em 31 de maio último.

A missão, chefiada pelo Subsecretário de Política do Itamaraty, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, conta com a participação do Vice-

Presidente do Superior Tribunal Militar e de representantes dos Ministérios da Educação e da Defesa, além do Diretor, designado, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca. Até o final da próxima semana, a missão manterá contatos com as principais autoridades governamentais e com representantes das Nações Unidas, além de coordenar-se com missão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que deverá chegar a Díli nos próximos dias.

A missão reiterará a disposição do Governo brasileiro de continuar a colaborar para a construção

de um Estado timorense soberano, próspero, estável e democrático. Deverá reafirmar, nesse sentido, o compromisso de dar seguimento ao amplo programa de cooperação mantido pelo Brasil, que inclui as áreas educativa, judiciária e militar, entre outras, além de oferecer assistência no campo eleitoral, em apoio às primeiras eleições gerais de Timor Leste, em abril de 2007.

A missão deverá expressar, também, sua confiança em que os problemas atualmente enfrentados por aquele país sejam superados dentro do quadro institucional e democrático do Timor Leste.



“O concurso para o Instituto Rio Branco”

Artigo do Embaixador Fernando Guimarães Reis, Diretor do Instituto Rio Branco, publicado no jornal “Folha de S. Paulo” Brasília, 13.1.2006

Pela primeira vez na história do Itamaraty, 105 vagas serão oferecidas para ingresso na carreira diplomática por meio do Instituto Rio Branco. As inscrições estarão abertas até 22 de janeiro (o Guia de Estudos pode ser consultado no site <http://www2.mre.gov.br/irbr>). Começa, assim, a ser implementada a ampliação dos quadros do serviço exterior brasileiro, que se renova.

Novos diplomatas virão suprir às necessidades de pessoal do Itamaraty decorrentes da própria conjuntura internacional e do papel ativo que se espera do Brasil. São cada vez mais complexos e variados os interesses brasileiros perante o resto do mundo.

Como matéria de urgência, apenas para exemplificar, as comunidades brasileiras existentes fora de nossas fronteiras passaram a requerer a implantação de uma rede de postos mais ampla que possa prestar assistência aos compatriotas ora no exterior.

O fato é que o governo brasileiro deve preparar-se para enfrentar o inevitável desafio de suas acrescidas obrigações no contexto mundial.

Paralelamente, é auspicioso verificar o crescente e vivo interesse da sociedade brasileira pelos temas internacionais. Tal fenômeno se reflete objetivamente no sensível aumento do número daqueles que se candidatam a ingressar na carreira diplomática.

Cabe ao Instituto Rio Branco a tarefa de

recrutar e de formar os novos diplomatas. A seleção, exclusivamente pelo mérito intelectual, se consolidou nos 60 anos de existência da academia diplomática brasileira, uma das mais antigas do mundo. Nessas décadas, sempre consciente da responsabilidade e da excelência de nossa diplomacia, o instituto não se furtou a rever seu mecanismo de seleção, com base na avaliação dos resultados alcançados e levando em conta demandas conjunturais.

Nesse particular, provocaram debates – fartamente refletidos na mídia – alterações havidas em 2005 nas normas do concurso, particularmente no que se refere ao tratamento dado ao inglês. Para ser preciso, a partir de então, a prova de inglês (que continua a ser matéria obrigatória do concurso e do curso) deixou de ter o caráter eliminatório, quando considerada isoladamente.

Esse formato não será alterado em 2006, pois só o português – como disciplina singular – conserva o caráter de prova eliminatória. A pontuação da prova de inglês continuará a ser computada em conjunto com as das demais seis matérias da terceira fase, cujo total final deve somar pelo menos 60% da pontuação máxima possível. Preserva-se, assim, o critério de tornar o concurso mais equilibrado, abrangente e equitativo, depois de se haver corrigido a prática pouco conclusiva da corrida de obstáculos através de provas eliminatórias sucessivas.

Apesar das dúvidas suscitadas, as modificações adotadas em 2005 não prejudicaram em absoluto o perfil dos diplomatas selecionados. Ao contrário, a turma aprovada no último concurso vem demonstrando um dos mais elevados níveis intelectuais da história do instituto. Quaisquer deficiências específicas, em uma ou outra matéria,

têm sido sanadas satisfatoriamente durante o curso de formação.

É certo que não sairá do Instituto Rio Branco – graças a exames rigorosos – um diplomata que não esteja perfeitamente habilitado a usar profissionalmente não apenas o inglês como também o espanhol e o francês, estes dois idiomas objeto de provas obrigatórias (em base opcional) no concurso de admissão.

A introdução, para o concurso de 2006, de algumas questões de inglês no teste de pré-seleção (TPS) corresponde a conveniências técnicas no processo de avaliação, à luz da experiência adquirida e sem afastamento das regras já conhecidas. Não ocorreu um retorno do inglês como prova eliminatória nem há motivo de surpresa para os candidatos – aqueles que se prepararam para a prova da terceira fase estarão perfeitamente aptos a responder a questões de inglês no teste preliminar.

Vale lembrar que o TPS tem tradicionalmente a meta de avaliar os conhecimentos gerais de um universo de candidatos que se amplia a cada ano (mais de 6.500 inscritos no ano passado), dos quais apenas os primeiros 300 terão corrigida sua prova de português. Cabe esclarecer também que, no TPS, é exigida uma nota mínima (40%) para o conjunto do exame, e não a título singular nas matérias sobre as quais versarão suas 65 questões objetivas, que, de resto, por sua própria natureza, têm caráter interdisciplinar.

O Itamaraty se empenha no constante aperfeiçoamento do concurso e do curso para a carreira diplomática. A cada ano, novos progressos são obtidos e o processo de seleção se torna mais democrático, inclusive pelo aumento do número de vagas. Hoje – como no passado – o Instituto Rio Branco procura formar funcionários cujo perfil de maturidade e de integridade profissionais atenda às demandas da política externa do país, que tem seu próprio dinamismo. É esse o desafio.

“State must regain role in promoting development”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal sulafricano “The Sunday Times” Pretória, África do Sul, 12.2.2006

“Globalisation does not countenance localised and isolated answers, but calls for a system of global governance”

I accepted with pleasure the invitation from my dear friend President Thabo Mbeki to take part in the Summit of Heads of State and Government of the Progressive Governance. I come to South Africa with high expectations for this event that, for the first time, will be hosted by a developing country.

The Progressive Governance brings together distinguished world leaders to offer answers to the wide-ranging frustration with the neo-liberal proposals of the 90’s. We must ensure that the state regains its development-inducing role and its function as a source of public policies geared to promoting fundamental social rights and the collective welfare.

Unemployment, poverty, migration, demographic and environmental imbalances: these problems require answers that make sense economically but that are, above all, socially responsible. The mediation between these two often conflicting requirements can only be undertaken efficiently by a state that is democratic, transparent and under social oversight.

In South America a powerful wave of popular democracy has swept over many countries, under the influence of historically underprivileged segments of the population calling for public policies that meet their economic and social demands.

These expressions of dissatisfaction bring to light what are, however, largely local symptoms of larger phenomena: the accelerated flow of goods, ideas and people between continents and cultures, the empowerment of a global civil society and the possibilities — for good or evil — that modern technology offers to individuals and groups pursuing

a political agenda.

Globalisation, for the lack of a better word, does not countenance localised and isolated answers, but rather calls for a system of true global governance.

Without renouncing our sovereignty, we must articulate wider linkages that will ensure the rights of those left behind. This is what we will be debating over the weekend.

We are reinvigorating the best humanistic traditions of the Left when we put forward a progressive multilateral agenda. We stake a position in defence of a world that is more democratic in the way it makes decisions that affect us all, more generous in defence of those who are vulnerable and more determined to preserve the health of the planet on which we all live.

Our discussions offer a highly visible platform from which to call on the international community to take a stand on issues of great impact and urgency.

We will dedicate a whole session, for example, to the interaction between the environment and energy security. I will have the opportunity to present Brazil's achievements in developing renewable sources of energy. I will reiterate our willingness to provide practical support in making widely available the bio-fuel technology that has shown excellent results in my country.

The second topic to be covered is the outcome of the Doha Round. I hope our discussions will give thrust to my campaign to have a meeting of world leaders convene to unblock negotiations that threaten to retard indefinitely the elimination of rich-country protectionist policies that harm farmers in developing countries.

Both themes eloquently underscore how the presence of the state has become indispensable in fostering fundamental national strategies and multilateral mechanisms of global governance.

President Mbeki deserves our gratitude for providing this unique opportunity to mobilise progressive leaders around an ambitious agenda of reforms that men and women all over the world have

long called for and are now demanding.

It is highly significant that this debate is taking place in Africa. Here we have a faithful and dramatic mirror of the challenges that confront the international community at the dawn of the 21st century: unequal globalisation, ethnic and religious tensions, extreme poverty and hunger.

The 10th anniversary of South Africa's democratic revolution [in 2004] and the consolidation of a vibrant African Union are permanent sources of inspiration and optimism for those who believe in the ability of humankind to unveil new possibilities for social peace, economic stability and collective security for this continent and for the entire planet.

Lula da Silva is President of Brazil. The summit was set to be held this weekend and attended by the heads of state of South Africa, the United Kingdom, Sweden, Ethiopia, New Zealand and South Korea.

Versão em Português

Aceitei, com satisfação, o convite de meu amigo, Presidente Thabo Mbeki, para participar da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Governança Progressista. Chego à África do Sul com grandes expectativas para esse evento que, por primeira vez, realiza-se num país em desenvolvimento.

A Governança Progressista reúne líderes mundiais em busca de respostas à frustração generalizada com as propostas neo-liberais dos anos 90. Trata-se de reafirmar a centralidade do Estado como indutor do desenvolvimento e de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos sociais fundamentais e do bem-estar coletivo.

Desemprego, pobreza, migração, desequilíbrios demográficos e ambientais: são problemas que requerem respostas economicamente consistentes, mas sobretudo socialmente responsáveis. A mediação dessas demandas - muitas vezes conflitantes - só pode ser assumida eficazmente por um Estado democrático, transparente e socialmente controlado.

Na América do Sul, a vigorosa onda de

democracia popular surgida em vários países é encabeçada por segmentos historicamente deserdados e marginalizados, que passam a demandar e construir políticas públicas voltadas para suas reivindicações sociais e econômicas.

Essas manifestações de insatisfação representam, no entanto, apenas a expressão local de fenômenos mais amplos: a aceleração do fluxo de bens, idéias e pessoas entre continentes e culturas, a autonomização da sociedade civil global e o poder - para o bem ou para o mal - que a moderna tecnologia oferece a indivíduos e grupos que possuem uma agenda política.

A globalização, na falta de expressão melhor, não admite respostas localizadas ou estanques. Requer mecanismos de governança global. Sem renunciar à nossa soberania nacional, temos de construir articulações mais amplas para garantir os direitos dos excluídos. É isto que estaremos debatendo neste fim-de-semana na África do Sul.

Estamos renovando as melhores tradições humanistas da esquerda, ao discutirmos uma agenda multilateral progressista e factível. Defendemos um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos, mais solidário na defesa dos mais vulneráveis e mais engajado na preservação da saúde do planeta em que vivemos.

Nosso debate oferece uma plataforma de grande visibilidade para impulsionar uma tomada de posição da comunidade internacional sobre temas de grande impacto e urgência.

Dedicaremos uma sessão à interface entre proteção ambiental e segurança energética. Terei a oportunidade de expor as conquistas do Brasil em matéria de fontes renováveis de energia. Reiterarei nossa disposição em colaborar de forma prática para difundir a tecnologia de bio-combustíveis que vem sendo exitosamente adotada no país.

O segundo tema será a conclusão da Rodada de Doha. Espero que nossas discussões dêem forte estímulo à campanha que venho travando em favor de uma reunião de líderes para superar os impasses

que ameaçam postergar indefinidamente a eliminação do protecionismo das nações ricas contra os agricultores dos países em desenvolvimento.

Ambos temas bem ilustram como a presença do Estado faz-se indispensável na indução de políticas nacionais estratégicas e de mecanismos multilaterais de governança global.

O Presidente Mbeki merece nosso reconhecimento por essa oportunidade de mobilizar líderes progressistas em torno de uma agenda ambiciosa de reformas, que homens e mulheres ao redor do mundo há muito aguardam e hoje exigem.

É importante, em particular, que esse debate esteja acontecendo na África. Aqui, temos o fiel e dramático espelho dos desafios que confrontam a comunidade internacional neste início de século 21: globalização desigual, tensões étnicas, pobreza extrema, epidemias e fome.

Os dez anos da revolução democrática na África do Sul e o surgimento de uma vibrante União Africana são permanente fonte de inspiração e otimismo para todos que acreditam na capacidade de a humanidade abrir novas perspectivas de paz social, estabilidade econômica e segurança coletiva para este continente e para todo nosso planeta.

Lula da Silva é Presidente do Brasil. A Cúpula foi planejada para ocorrer neste fim-de-semana e contou com a presença dos chefes de estado da África do Sul, Reino Unido, Suécia, Etiópia, Nova Zelândia e Coreia do Sul.

“Parcerias entre Brasil e Reino Unido”

Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, publicado pelo jornal “Folha de S. Paulo” - São Paulo, 2.3.2006

No período de 7 a 9 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado ao Reino Unido, a convite da Rainha Elizabeth 2ª, acoplada a uma vertente oficial, que incluirá encontro de trabalho com o primeiro-ministro Tony Blair. A visita permitirá aprofundar as relações bilaterais em numerosas áreas específicas, como comércio,

investimentos e ciência e tecnologia. Quero enfatizar, entretanto, outro aspecto: sua relevância como expressão da projeção internacional política e econômica alcançada pelo Brasil.

As visitas de Estado sinalizam relações bilaterais prioritárias. Por essa razão, a praxe britânica é receber apenas duas por ano. O Brasil realizará agora a sua terceira ao Reino Unido, seguindo-se às de 1976 e 1997. Trata-se de prova eloqüente de valorização do Brasil e de seu peso internacional. Curiosamente, esse reconhecimento por vezes surge mais facilmente no exterior do que em nosso país.

A estima britânica por nossa atuação internacional já se expressara em convite ao Brasil para participar, no ano passado, em Gleneagles, da Cúpula do G8, então sob presidência do Reino Unido. Ao exercer a presidência da União Européia, no segundo semestre de 2005, o governo britânico também estimulou o diálogo com o G20, particularmente com o governo brasileiro, sobre as negociações em curso na OMC.

Brasil e Reino Unido compartilham diversos objetivos econômicos internacionais, como a liberalização efetiva do comércio global de produtos agrícolas. Também têm somado esforços em defesa das Metas de Desenvolvimento do Milênio, buscando estimular a elevação dos fluxos de ajuda oficial internacional ao desenvolvimento e a criação de mecanismos financeiros inovadores para o combate à pobreza.

Nosso diálogo bilateral se ampara em relação econômico-comercial dinâmica. As exportações brasileiras para o Reino Unido têm crescido sistematicamente, atingindo US\$ 2,6 bilhões em 2005, com forte participação de produtos como minério de ferro, motores, carnes e derivados, rações animais, madeira compensada e soja.

Nossas importações provenientes do Reino Unido chegaram a US\$ 1,4 bilhão em 2005, com predominância de produtos para as indústrias química e farmacêutica, automóveis, bebidas, tubos de aço e pneus. Investidores britânicos acompanham com

interesse crescente e positivo o cenário brasileiro de estabilidade macroeconômica e retomada do crescimento.

Somos o principal parceiro econômico britânico na América Latina, mas isso deve estimular novos avanços. O Brasil deve aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pelo Reino Unido, que, segundo a OCDE, representa o 4º maior PIB do mundo a preços de mercado -US\$ 1,6 trilhão- e o 3º principal mercado importador, com compras estimadas em US\$ 462 bilhões. A Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) identificou o Reino Unido como a 2ª principal origem de investimento direto externo, responsável por US\$ 65 bilhões de IDE em 2004. Cabe destacar, ainda, a importância de Londres como centro financeiro-chave em segmentos como atividades bancárias, “securities” e derivativos, seguros e administração de fundos de investimento.

O governo e o setor privado do Reino Unido percebem que, em futuro próximo, o Brasil integrará o grupo seletivo de economias com participação central nos fluxos internacionais de produção, comércio e investimentos. Isso ajuda a criar múltiplas oportunidades. Podemos e devemos ampliar nossas exportações em distintos setores – veículos, carnes, calçados, biocombustíveis, açúcar, produtos siderúrgicos e minerais, entre outros. Também devemos buscar condições propícias ao incremento contínuo dos investimentos britânicos, diretos e em carteira, no Brasil.

Também no campo político surgem expressões claras de reconhecimento britânico da importância do Brasil. O Reino Unido tem sido inequívoco parceiro em nosso esforço para democratizar as instâncias decisórias mundiais. O apoio oferecido por Londres para que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança da ONU tem especial significado. Não é comum que um tradicional membro do restrito clube de potências internacionais favoreça transformações da ordem. Isso reflete um sentido de realismo

esclarecido.

Na visão de Londres, na medida em que dispõem de peso e vontade política para contribuir para a estabilidade e prosperidade internacional, as novas potências emergentes devem poder assumir seu lugar nos foros da governança global. Implícito está o reconhecimento de que o governo Lula colocou o Brasil na linha de frente das iniciativas de criação da paz, estabilidade e segurança internacionais – como comprovado pela nossa atuação decidida à frente da força de paz das Nações Unidas no Haiti, no exercício de um papel conciliador na América do Sul e na promoção do diálogo entre as mais diversas regiões do mundo, como o Oriente Médio e a África.

A visita de Estado não se limita a celebrar nossas relações com o Reino Unido. Também visa ampliá-las, incorporando, por exemplo, novas iniciativas científico-tecnológicas em campos como biotecnologia e mudança climática. O esforço de desenvolvimento de relações é contínuo e representa a melhor estratégia de preservação da posição específica do Brasil em um sistema internacional competitivo, que disputa capital, tecnologia e espaço político.

“Join Brazil in planting oil – Only radical solutions will overcome the energy and environmental crises while promoting equality”
Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “The Guardian” - Londres, Reino Unido, 7.3.2006

The 21st Century will be marked by a crucial debate: how can we make economic and social development compatible with the preservation of our natural environment?

The challenge is faced by developed and developing countries alike, but the burdens need to be more equally shared. The width of the divide between rich and poor countries has doubled over the last 40 years. While the developed world has benefited from the prosperity generated by economic progress, poor countries suffer the consequences of environmental degradation resulting from uncontrolled

growth. Rich countries have unsustainable patterns of production and consumption. They are responsible for 41% of total carbon dioxide emissions, and their overall consumption of raw materials is four times greater than that of all other countries combined. With those conditions, there is no possibility of a sustainable future.

The scale of Brazil’s natural assets is extraordinary: the Amazon region contains 20% of the planet’s fresh water, and almost two-thirds of the country is still covered by natural vegetation. Against this backdrop we have been implementing policies that directly address our most pressing environmental concerns.

When I began my term of office, the rate of deforestation in Brazil had been increasing by an average of 27% per year. From the second half of 2004 onwards, however, we put measures in place to monitor tree-felling and to address the issue of land distribution, with the result that the rate of deforestation has fallen dramatically. In a country that suffers from profound social inequalities, however, the success of environmental policy ultimately depends more than anything on economic and social measures that are themselves geared towards the preservation of our environment.

Over the next 10 years we will place an additional 13m hectares of the Amazon region under a management regime that will guarantee the forest’s regeneration cycle. And our commitment to a responsible approach extends well beyond our own territory. It is imperative that we put into practice the commitments of the Kyoto protocol to combat the potentially devastating impact of global warming.

In the search for new, sustainable economic models, the international community is coming to recognise the need for a radical rethink in relation to the generation of energy, and Brazil is responding by using clean, renewable, alternative energy sources to an ever-greater extent. More than 40% of Brazil’s energy comes from “green” sources, in comparison with around 7% in rich countries.

The ethanol Brazil produces from sugar cane

is attracting worldwide interest, for it is one of the cheapest and most dependable types of fuel derived from renewable sources. Three-quarters of the cars now being produced in Brazil have “flex-fuel” engines, capable of running on either ethanol or petrol, or any mixture of the two.

The government has implemented environmental initiatives that are also bringing social benefits - for example in the form of the biodiesel project. Produced from oil-bearing plants, biodiesel is significantly less polluting than conventional petroleum-based diesel. As it can easily be produced by small farmers in some of the poorest regions of the country, the project combines environmental protection with rural development, and reduces social inequality. There is a great potential for biodiesel in Africa.

Brazil is actively preparing itself for a new development paradigm that will meet the environmental and social challenges of the coming decades. Ethanol and biodiesel are the key components of our approach, and we are determined to “plant the oil of the future”. I invite you to join us in our endeavours.

“My Say: Beyond Brady bonds”

Artigo do Embaixador do Brasil em Kuala Lumpur, Marcos Caramuru de Paiva, publicado no jornal “The Edge Daily” - Kuala Lumpur, Malásia, 7.3.2006

On Feb 27, the Financial Times published on its front page that Brady bonds, the securities that started the emerging market bonds boom, were disappearing. Mexico retired its Bradies in 2005 while Brazil has announced its intention to buy back the remaining stock of Brazilian Bradies amounting to US\$6.6 billion. Is there any special meaning in this new development?

From a market viewpoint, nothing extraordinary should be expected. Most probably, Brazil will see some improvement in its credit risk assessment. For those involved in policymaking, however, the history of the Bradies carries a lot of

weight. There is little recollection today of the harsh period that most Latin American and some Asian countries faced two decades ago, in the 1980s, a period known to many as “the lost decade”. But it is never a bad idea to take a fresh look at the past, and derive the right lessons from experience, if any.

The facts are well known: abundant liquidity in the marketplace in the mid and late 1970s - resulting from the sales of oil at unprecedented high prices - made banks lend substantially to middle-income countries. Risk analysis was poor and the prevailing sentiment among bankers was expressed by Walt Wriston, then Citibank chairman, in an unforgettable sentence: “Countries never go bankrupt.”

The 1980s came under a cloud of negativity for developing countries. Commodity prices dropped, reducing debtors’ capability to abide by payment commitments. Inflation in the US forced the Federal Reserve to raise interest rates to 20%, making the servicing of floating rate debt unbearable. Mexico defaulted in 1982 and several other countries followed suit.

In the first few years of the crisis, the prevailing view was that debtors were just facing a liquidity problem. It was thought that things would soon be back to normal. Most debtors rolled over their payments in 1982/1983 and several more times in the subsequent years. It was not until the late 1980s that the international community recognised that the problem was one of solvency - not of liquidity - and started to look at realistic ways of dealing with it. The Brady plan was the best solution at the best possible time. First, it introduced the idea of debt reduction, then the idea of exchanging old debt instruments for new ones, with debtors providing reasonable guarantees to creditors. The financial community was ready to embark on the plan. Banks had been adequately provisioned, interest rates in the US had come down to reasonable levels and debt fatigue was a dominant factor.

When one looks at today’s financial reality, it is difficult not to draw some parallels with the late

1970s and early 1980s. Oil prices are back at peak levels, liquidity is abundant, commodity prices are generally high and interest rates in the US have been on an upward trend. On one point, however, the picture is radically different from the past. The lure of easy money does not attract middle-income countries any more. Old debt is being prepaid instead of contracted and several countries have been quite strict in maintaining fiscal discipline. Brazil, the largest debtor in the 1980s, a country whose level of indebtedness was regarded as a threat to international financial stability, has reduced public sector foreign currency denominated net debt to less than 3% of gross domestic product, and zeroed short-term debt. Brazil's total foreign debt (public and private) had dropped from 400% of exports in the late 1980s to 140% in 2005.

As always, challenges remain. To the extent that middle-income countries reduce the risk premium vis-à-vis more mature economies, they will have to find new ways of maintaining attractiveness for investors. While liquidity is abundant, there is no cause for concern. Actually, the problem now is to avoid excessive inflows of portfolio investments. But at some point in time, markets will experience a deep correction, as they did in the 1980s. Countries that have been able to increase their savings rate (or make sensible use of these where abundant — as in Asia); modernise their financial sector; carry out policies geared to increase the general level of economic productivity; create good quality companies; and follow high standards of governance practices are better equipped to face any tempest. All in all, the private-sector development agenda seems to be the one that matters the most today.

There are a good number of middle-income economies in Asia and Latin America that follow sound domestic policies. So much so that they are now looking at good investment opportunities in one another's reality. This was unthinkable 20 years ago. On Feb 14, CIMB organised in Kuala Lumpur a conference on Brazil. Brazilian asset managers have

started to come to Malaysia to look for opportunities in its market. This is news for celebration.

Another challenge for middle-income countries is deciding the level of participation they are willing to have in the reform of international financial institutions. The ball has been rolling for years in reform, but only in quiet times is it possible to carry out big changes. In the 1980s, the International Monetary Fund played a key role in handling policy supervision in indebted countries and making resources available when private markets dried up. In most cases, the collateral used in the Brady securities was bought with resources acquired from the IMF and multilateral development banks. In the difficult times of the 1990s, the institutions also played a major role. What is expected of them now?

It is always possible to sit down and wait for a new crisis to demonstrate how important the institutions may be for middle-income countries in such situations. But if the quality of policies in these countries has generally been reliable, something needs to be changed. Mervin King, the governor of the Bank of England, has just presented a proposal to reform the IMF. He suggests that the IMF's views should be more independent — a fund more inclined to express critical views on members' policies with less political control. King's proposal is a bold one and needs a lot of consideration. But one thing is true: The institutions do not have the same weight when they address policymaking in developing and mature economies. If we truly want them to contribute to a safe international financial environment, this needs to be changed.

Turning the page of the 1980s and retiring the Brady bonds is a meaningful move. We should celebrate consistency in policymaking in several emerging market economies, in spite of the ups and downs of the international economy and the ever-changing mood of markets. But there is no room for complacency in national policies and it is time for true changes in the way some international organisations conduct their business.

“Uma Visão Compartilhada”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, publicado pelos jornais “Folha de S. Paulo” e “The Times”

Londres, Reino Unido, 9.3.2006

O mundo globalizado exige, mais do que nunca, cooperação internacional.

Precisamos de um entendimento e de uma visão compartilhados dos problemas. Há três semanas, na Cúpula de Governança Progressista organizada por Thabo Mbeki, tivemos uma excelente conversa sobre vários temas globais. Nosso encontro deixou claro, uma vez mais, que a governança progressista não se limita a uma reflexão sobre a política interna de nossos países. Ela também implica uma abordagem comum dos desafios internacionais.

Temos de garantir que os benefícios da globalização sejam sentidos pelos pobres e pelos ricos -mas, sobretudo, pelos pobres. Esse é um desafio econômico e político que temos de enfrentar conjuntamente.

Nossos dois países estão comprometidos em lograr um resultado ambicioso nas conversações comerciais da OMC (Organização Mundial do Comércio) para ajudar a tirar milhões de pessoas da pobreza. Países em desenvolvimento, sobretudo na África, precisam de uma oportunidade para encontrar suas próprias saídas da pobreza. Eles não querem depender da ajuda internacional para sempre.

Estamos determinados a não permitir que as conversações falhem e decididos a trabalhar em conjunto para superar o atual impasse. Um fracasso não seria apenas uma oportunidade perdida na luta contra a pobreza e em prol da prosperidade global. Seria, também, um duro golpe em nosso compromisso com o multilateralismo e com um mundo mais aberto e fundamentado em regras.

Para fazer com que as coisas avancem, estamos considerando a convocação de uma reunião de líderes nos próximos meses.

Concordamos, também, que é de vital

importância que o mundo se una para enfrentar o desafio da mudança do clima. Nossos dois países reafirmaram o compromisso com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e com o Protocolo de Kyoto.

Estamos determinados a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que o novo espírito de cooperação e entendimento alcançado na reunião de Gleneagles (Escócia) seja a base para um acordo mais amplo e de longo prazo. Essa é uma das áreas da ciência e da tecnologia em que desejamos encorajar uma transferência de conhecimento mais rápida e uma cooperação entre nossos dois países.

Nossas duas nações são, evidentemente, diferentes em matéria de geografia, de clima e de desenvolvimento econômico. O desafio é permitir que as economias emergentes atinjam uma crescente prosperidade de forma sustentável. Isso significa partilhar experiências e tecnologias limpas, garantindo o investimento para que estas últimas sejam desenvolvidas e dominadas em todo o mundo.

Essa não será uma estrada de mão única. Ainda que o Brasil não tenha que cumprir com metas de redução de emissão de gases que causam o efeito estufa, o país já é um líder mundial no uso do etanol como combustível. Fontes alternativas de energia como essa -e, agora, também o biodiesel- podem ajudar a reduzir a mudança climática e a combater a pobreza. Já estamos trabalhando conjuntamente nessa área.

Acreditamos que o mundo deve fazer mais contra a pobreza e as doenças e assegurar que educação e saúde adequadas sejam garantidas a todos. Nosso apoio ao Mecanismo Financeiro Internacional para Imunização e à contribuição solidária sobre passagens aéreas demonstra nossa determinação em encontrar enfoques inovadores na mobilização dos setores público e privado para enfrentar os desafios atuais.

Também estamos trabalhando lado a lado para aperfeiçoar a governança global e para fazer

com que as instituições multilaterais sejam mais representativas e eficientes. Isso só pode ser feito a partir do reconhecimento da crescente importância de potências emergentes como o Brasil.

É por essa razão que o Reino Unido apóia de forma decidida o pleito brasileiro de ser membro permanente de um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Mas também trabalhamos de maneira muito coordenada na reforma mais ampla das Nações Unidas, para que a organização esteja apta a enfrentar os desafios que temos pela frente. Estamos igualmente comprometidos a contribuir para a expansão da paz e da segurança no mundo.

Nossos dois países estão ligados por muitos laços. O Reino Unido foi um dos primeiros a reconhecer a independência do Brasil. Empresas britânicas desempenharam um papel significativo, por meio de investimentos e conhecimento técnico, na construção da infra-estrutura que constitui a base do Brasil moderno.

Não podemos esquecer que foram engenheiros britânicos que trouxeram para o Brasil, pela primeira vez, o futebol. Essa paixão une nossos povos até hoje. Resta esperarmos que leve os dois à final da próxima Copa do Mundo. A forte amizade entre nossos países não vem só do futebol. Ela também deve muito aos valores e visões que compartilhamos a respeito dos grandes desafios globais. Estamos convencidos de que nossa amizade continuará a crescer no futuro.

“Cúpula América do Sul-Países Árabes, Um Ano Depois”

Artigo do Coordenador do Seguimento da Cúpula da América do Sul-Países Árabes, Ministro Ánuar Nahes, publicado no jornal “Correio Braziliense” - Brasília, 11.5.2006

Decorridos doze meses desde a celebração, em Brasília, da Cúpula América do Sul – Países Árabes, é oportuno fazer uma reflexão sobre os desdobramentos da iniciativa, que exigiu criatividade, esforço e recursos significativos da diplomacia

brasileira. No plano comercial, os resultados foram imediatos e tangíveis. A partir de 2003, quando se intensificaram as viagens, os contatos e as articulações entre autoridades brasileiras e árabes, muito em função dos preparativos da cúpula, o volume das trocas comerciais duplicou em apenas dois anos, saltando de US\$ 5,4 bilhões, em 2003, para US\$ 10,5 bilhões, em 2005.

A política externa, contudo, nem sempre deve ser avaliada exclusivamente pelo ângulo de resultados concretos e imediatos. O aprofundamento das relações entre Estados é fruto de processo de aproximação consciente, gradual e determinado, à luz de afinidades históricas, interesses comuns e do potencial de realização. Sob esse prisma é que deve ser vista a Cúpula Aspa. As diretrizes e o calendário do seguimento da cúpula foram fixados na própria Declaração de Brasília e vêm sendo criteriosamente cumpridos. Ao longo desse primeiro ano:

— peritos, acadêmicos e altos funcionários árabes e sul-americanos encontraram-se em Lima (setembro de 2005), Argel (novembro de 2005) e no Cairo (novembro de 2005) para avaliar os resultados da Cúpula e definir as bases de seus desdobramentos;

— em fevereiro de 2006, ministros árabes e sul-americanos da Cultura reuniram-se em Argel e definiram um plano de ação que inclui, entre outros, a criação de uma biblioteca árabe-sul-americana, uma mostra do cinema sul-americano contemporâneo no Festival Cinematográfico de Túnis (outubro de 2006) e a exposição intitulada “Uma história de dois rios: o Amazonas e o Nilo”, em preparação pelo Museu Emílio Goeldi, de Belém (PA);

— em abril de 2006, realizou-se em Quito reunião de ministros de Economia e áreas afins. Criou-se, na ocasião, um Comitê Executivo, encarregado de elaborar um plano de ação a ser examinado na próxima reunião setorial, em 2007. Enquanto isso, o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo negociam a criação de uma área de livre comércio;

— duas outras reuniões birregionais em nível ministerial estão fixadas: uma de chanceleres, em Buenos Aires, em 2007, e outra de ministros da Economia e áreas afins, no Marrocos, em 2008.

No plano interno brasileiro, ministérios, universidades e entidades privadas estão envolvidos na execução das decisões tomadas em Brasília. Os ministérios do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia, do Turismo, da Cultura, de Minas e Energia e da Agricultura, além do Itamaraty, têm participado ativamente do processo de seguimento. A Embrapa e o Ibict, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação, desenvolvem um projeto de portal na internet, destinado à cooperação birregional em ciência e tecnologia.

A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal Fluminense dão curso ao projeto brasileiro para a Biblioteca Aspa. A USP editará, no segundo semestre de 2006, o primeiro número da revista Fikr, de estudos árabes e sul-americanos. A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira firmou convênio com o Itamaraty para financiar e apoiar iniciativas no contexto do seguimento da Cúpula.

Não obstante as dificuldades inerentes a uma aproximação inédita entre duas regiões em desenvolvimento, o que se conseguiu até agora é auspicioso. São as primeiras manifestações de um processo de conhecimento mútuo, em que estereótipos estão sendo questionados, medidas para o fortalecimento da confiança tomadas e interesses paulatinamente despertados ou acomodados. Trata-se, enfim, da etapa inicial de uma iniciativa diplomática abrangente, cuja execução requererá visão de futuro, paciência, pertinácia e, pelo menos num primeiro momento, direcionamento governamental, até que as relações entre os povos de ambas as regiões adquiram dinâmica própria. A segunda Cúpula Aspa será realizada no Marrocos, em 2008.

“Está na hora de levar a sério a questão dos subsídios”

Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal “O Estado de S. Paulo” São Paulo, 2.6.2006

A reunião entre países europeus, países americanos e caribenhos realizada em Viena no início de maio permitiu uma frutífera troca de opiniões sobre muitas questões. E, o mais importante, ofereceu uma oportunidade para os líderes discutirem a necessidade de chegar rapidamente a uma conclusão equilibrada e ambiciosa na chamada Agenda de Desenvolvimento de Doha.

A Rodada Doha é nossa melhor chance de reduzir e eventualmente eliminar os subsídios agrícolas e abrir mercados para produtos agrícolas. São passos essenciais necessários para aumentar a riqueza e criar empregos por meio do comércio internacional, particularmente nos países em desenvolvimento.

Há uma crescente conscientização de que os subsídios não são apenas imorais, mas também ilegais. As decisões tomadas pela Organização Mundial do Comércio nos últimos anos, muitas em resposta às reclamações apresentadas pelo Brasil, têm endossado o ponto de vista de que os subsídios distorcem profundamente o comércio internacional. Aumentam a pobreza nos países em desenvolvimento, incentivam a ineficiência entre os produtores das nações desenvolvidas e punem consumidores do mundo todo.

O comércio de produtos agrícolas nunca foi objeto de um esforço sério de liberalização. Em contraposição, o comércio de produtos industrializados foi a principal meta das rodadas anteriores quando vigorava o GATT - General Agreement on Tariffs and Trade (acordo geral de tarifas e comércio).

Como resultado, a proteção aos produtos industrializados foi significativamente reduzida em todos os lugares, enquanto a proteção ao setor agrícola foi pouquíssimo afetada. Está na hora de repensar este desequilíbrio.

A eliminação dos subsídios agrícolas e a abertura dos mercados em países ricos afetarão não mais de 1% a 2% da mão-de-obra deles. Isso não é nada quando comparado com os 30% a 35% de trabalhadores empregados no setor industrial em países em desenvolvimento e cujos mercados para mercadorias industrializadas importadas estão sendo alvo de nações mais ricas.

O protecionismo agrícola faz piorar as condições de vida no mundo inteiro em benefício de uma meia dúzia de agricultores privilegiados dos países ricos. Relações comerciais internacionais mais equilibradas terão um efeito multiplicador sobre os países em desenvolvimento, onde uma significativa parte da população ganha a vida com a agricultura. Isso é particularmente verdadeiro na África, onde milhões de pessoas que agora enfrentam a pobreza e a fome serão incluídas na economia mundial.

A reunião ministerial realizada em Hong Kong, no ano passado, não produziu resultados suficientes, embora algum progresso tenha sido atingido. As recentes conversações ocorridas em Genebra têm sido cada vez mais permeadas por uma sensação de frustração. A percepção geral é que as posições se cristalizaram e mais avanços estão ainda mais difíceis.

Todos nós sabemos que o progresso só será atingido se todas as partes agirem ao mesmo tempo. Por exemplo, os Estados Unidos precisam fazer cortes significativos nos seus subsídios agrícolas; a União Européia tem de abrir mais seus mercados para produtos agrícolas, e dos países em desenvolvimento espera-se que tomem as medidas adequadas nas áreas de mercadorias industrializadas e serviços.

Este pacto tripartite não pode ser visto como um triângulo equilátero, pois existe uma profunda desigualdade entre o nível de riqueza nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. É mais do que justo que os países mais ricos façam cortes mais profundos. E que os mais pobres entre os pobres não devam arcar com custos - eles devem apenas obter ganhos de um processo de negociação comercial que, corretamente, é chamado de Rodada

de Desenvolvimento.

Outros países em desenvolvimento também precisam tomar medidas concretas em conformidade com suas possibilidades. Mas não devemos ter a ilusão de que as concessões da parte de países em desenvolvimento por si mesmas terão o poder mágico de desencadear o movimento exigido dos países ricos.

Um editorial recente publicado no *International Herald Tribune* sobre a condição desoladora das negociações aludiu à necessidade de “chamar os paramédicos”. Eu concordo.

Estou absolutamente convencido de que chegou a hora de envolver os líderes mundiais no processo de Doha. Na próxima conferência de cúpula do G-8 a ser realizada em São Petersburgo teremos a oportunidade de discutir como dar impulso político à Rodada Doha. O sucesso da Rodada reforçará o multilateralismo. Nossa capacidade de tornar o comércio internacional mais livre e mais justo melhorará a governança global. Ao fazer isso, estaremos cumprindo nosso dever de tratar de forma coletiva os complexos desafios do mundo moderno.

“Time to get serious about agricultural subsidies”

*Artigo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal francês “International Herald Tribune”
Brasília, 2.6.2006*

The meeting of European and Latin American-Caribbean countries held in Vienna in the beginning of May allowed for a fruitful exchange of views on many issues. Most important, it provided the opportunity for leaders to discuss the need to arrive quickly at a balanced, ambitious conclusion to the so-called Doha Development Agenda.

The Doha round is the best chance we have to reduce and eventually eliminate agricultural subsidies and to open markets for agricultural products. These are essential steps needed to increase wealth and create jobs through international trade,

particularly in developing countries.

There is a growing awareness that subsidies are not only immoral, but also illegal. Decisions taken by the World Trade Organization in the last few years -- many in response to complaints brought by Brazil -- have endorsed the view that subsidies profoundly distort international trade. They increase poverty in developing countries, encourage inefficiency among producers in developed nations and punish consumers worldwide.

Trade in agricultural goods has never been the subject of a serious liberalization effort. Trade in industrial goods, by contrast, was the main goal of previous rounds under the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). As a result, protection of industrial products was significantly reduced everywhere, while protection of the agricultural sector was barely scratched. It is time to redress this imbalance.

Eliminating agricultural subsidies and opening markets in rich countries will affect no more than 1 to 2 percent of their labor force. That is nothing compared to the 30 to 35 percent of workers who hold industrial jobs in developing countries, whose markets for imported industrial goods are being targeted by richer nations.

Agriculture protectionism depresses living conditions worldwide to the benefit of a handful of privileged farmers in rich countries. More balanced international trade relations will have a multiplying effect on developing countries, where a significant part of the population makes a living from agriculture. This is particularly true of Africa, where millions of people who now face poverty and hunger will be included in the world economy.

The Hong Kong ministerial meeting late last year did not produce sufficient results, although some progress was achieved. Recent talks in Geneva have been increasingly permeated by a sense of frustration. The general perception is that positions have been crystallized and further moves are even more difficult.

We all know that progress will only be

achieved if all parties move at the same time. For example, the United States must make significant cuts in its agricultural subsidies; the European Union has to open further its markets for agricultural goods, and developing countries are expected to make appropriate moves in industrial goods and services.

This three-way bargain cannot be seen as an equilateral triangle. The level of wealth in developed and developing countries is profoundly unequal. It is more than fair that the richest countries make deeper cuts. And the poorer among the poor should bear no cost; they must only gain from a trade negotiating process that is rightly called a development round.

Other developing countries must also take concrete steps in accordance with their possibilities. We must not be under the illusion, however, that concessions by developing countries in and of themselves will have the magic power to unleash the movement required from rich countries.

A recent editorial in the International Herald Tribune on the dismal state of the negotiations alluded to the need to "call in the paramedics". I agree.

I am absolutely convinced that the time has come to involve world leaders in the Doha process. At the upcoming G-8 summit meeting in Saint Petersburg we will have an opportunity to discuss how to give political impetus to the Doha round.

The success of the Doha round will strengthen multilateralism. Our ability to make international trade freer and more just will enhance global governance. In doing so, we will be fulfilling our responsibility of addressing, in a collective way, the complex challenges of the modern world.

"El G-20 en la ronda de Doha"

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na revista espanhola "Economía Exterior" Brasília, 2.6.2006

En un capítulo dedicado a Brasil en su nuevo libro Geopolítica, el historiador y geógrafo francés Yves Lacoste ha subrayado el papel del G-20 en la

política exterior brasileña. Sin embargo, el G-20 es mucho más que un proyecto de la cancillería brasileña. El grupo ha logrado ocupar una posición central en el proceso negociador en la Organización Mundial de Comercio (OMC). En realidad, se puede afirmar, sin riesgo de exageración, que el G-20 ha cambiado la geopolítica de las negociaciones agrícolas internacionales.

Aunque la agricultura es un asunto central en el mandato de la ronda de Doha, no hubiera sido posible lograr los avances que se han registrado sin la creación de un mecanismo negociador capaz de aglutinar las principales fuerzas del mundo en desarrollo.

Asimismo, solo la movilización permanente de los países en desarrollo ofrece la posibilidad de que los resultados del proceso negociador sean compatibles con el nivel de ambición del mandato. Es necesaria la plena incorporación de la agricultura al sistema multilateral de comercio, así como una participación de los países en desarrollo en el comercio agrícola que les permita gozar de los beneficios de sus ventajas comparativas.

Creado en 2003, durante la conferencia ministerial de la OMC en Cancún, el G-20 está en la vanguardia de un movimiento internacional en pro de la reducción de las barreras proteccionistas y la eliminación de los subsidios multimillonarios que perjudican a exportadores competitivos de productos agrícolas en los países pobres. Ese movimiento cuenta con el amplio apoyo de la sociedad civil en el propio mundo desarrollado.

La agricultura es el sector en el que se encuentra más desequilibrado el sistema comercial multilateral basado en normas. Desde los tiempos del viejo Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT, en sus siglas en inglés), la exclusión del comercio agrícola se explica solamente por el deseo de los países desarrollados de proteger sus políticas agrícolas con los medios financieros de los que disponen sus tesorerías. No hay más razón para ello. No hay justificaciones económicas, sociales

o éticas para esa situación.

Las circunstancias del nacimiento del G-20 son conocidas. Estados Unidos y la Unión Europea trataban de reeditar el llamado Acuerdo de Blair House, que selló una acomodación de los temas de interés común a finales de la ronda de Uruguay. Los dos buscaban entonces proteger simultáneamente sus debilidades respectivas en cuanto a ayudas internas y acceso a los mercados. Gracias a una acción política firme, basada en los intereses concretos de los grandes exportadores y de los grandes importadores del Sur, fue posible contener las aspiraciones de los dos grandes.

La legitimidad del G-20 se debe, en primer lugar, al hecho de que sus objetivos están en consonancia con el mandato negociador de Doha. Además, el G-20 cuenta en su representación con miembros de los tres continentes del mundo en desarrollo.

Concretamente, en la membresía del G-20 se encuentran cinco países de África (Egipto, Nigeria, Suráfrica, Tanzania y Zimbabue), seis de Asia (China, Filipinas, India, Indonesia, Pakistán y Tailandia) y 10 de América Latina (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguay, Uruguay y Venezuela).

Tras la fase de resistencia a las propuestas conjuntas EE UU-UE en Cancún, el G-20 ha dado muestras evidentes de que es un grupo negociador más allá de la capacidad de decir “no”. De hecho, ha puesto sobre la mesa de negociación un gran número de propuestas que no solo son técnicamente sólidas, sino que también se encuentran muy cerca de lo que se considera un posible resultado equilibrado.

Los ministros se han reunido en varias ocasiones para darle al grupo dirección política: Cancún, 2003; Brasilia, 2003; São Paulo, 2004; Nueva Delhi, 2005; Bhurban, 2005; y Ginebra, 2005. Además, los jefes de las delegaciones y funcionarios de alto nivel se reúnen con frecuencia en Ginebra para elaborar propuestas y discutir estrategias negociadoras.

El grupo generó una muy necesaria “multipolaridad” en la OMC. Un hecho que permite, en gran medida, un proceso de desarrollo en el comercio agrícola mundial, con la emergencia de los grandes exportadores del Sur y el nuevo dinamismo de los mercados importadores en los países de Asia. La nueva “multipolaridad” es esencial para la consolidación del sistema multilateral de comercio.

Al mismo tiempo, la lucha del grupo en las negociaciones ha guardado una complementariedad con las disputas que ha conducido Brasil en el seno del Órgano de Solución de Diferencias contra EE UU y la UE en relación con el algodón y el azúcar, respectivamente.

Como lo subrayó muy bien The New York Times, las decisiones confirmarán el hecho de que, además de injustos, los subsidios agrícolas son ilegales a la luz de sus consecuencias dañinas para los consumidores, los trabajadores rurales y los exportadores del mundo en desarrollo.

Hay un vínculo innegable entre agricultura y desarrollo. La mayoría de la gente pobre en los países en vías de desarrollo vive en zonas rurales. Las prácticas de distorsión al comercio y a la producción en los países desarrollados impacta de manera adversa en la vida de nuestras comunidades agrícolas.

La eliminación de las distorsiones tendrá efectos dinámicos favorables para todos los países en desarrollo. Los que todavía no producen, o que hoy en día no pueden competir con las tesorías de los países ricos, pasarán a hacerlo.

Un ejemplo del potencial de la reforma agrícola está en el sector del azúcar y la decisión de la Comisión Europea de implementar el resultado del contencioso con Brasil. Al margen de las buenas perspectivas de las exportaciones de etanol [alcohol obtenido de la caña de azúcar], esa decisión fue suficiente para que se registrase la mayor subida de precios del azúcar en los últimos 10 años. Además, como consecuencia de esta situación se incorporarán nuevos productores al mercado.

Por supuesto, la ronda de Doha no está

limitada a la agricultura. No debemos subestimar los retos que se presentan en otros temas, como la negociación de productos industriales, servicios, normas, acceso al comercio y el trato especial y diferenciado a los países más pobres.

Sin embargo, una solución positiva de los grandes asuntos relativos a la agricultura favorecerá la aprobación de un acuerdo más amplio y con un nivel más elevado de ambición.

El ejemplo del G-20 aporta lecciones sobre la capacidad de multiplicación de la fuerza de los países en desarrollo en los procesos negociadores multilaterales. En esta ocasión, el grupo lo ha logrado en virtud de una plataforma común que integra – de modo quizá inédito – la promoción de la liberalización comercial con la justicia social.

Al cambiar la tradicional dinámica de las negociaciones en la OMC, donde las dos principales potencias comerciales solían establecer entre sí la dirección y el alcance de las negociaciones, el G-20 ha contribuido a “cambiar la geografía del comercio internacional”, según las palabras del presidente de Brasil, Lula da Silva.

La consolidación del G-20 demuestra que existe un espacio diplomático que merece explotarse mejor en la interacción con otros grandes países y regiones en desarrollo. La intensificación del diálogo y del intercambio directo con éstas y otras regiones tiene una importancia que va más allá de la retórica. Se concreta en un plan de acción basado en intereses compartidos y capacidad técnica, así como en la necesaria voluntad política de sus miembros.

El G-20 es un actor indispensable para el progreso de las negociaciones de la ronda de Doha. Sostenemos que la ronda solo será exitosa en la medida en que el proceso sea transparente y capaz de promover la inclusión de los intereses y demandas de todos los actores.

Para el G-20, el sentido general se ve muy claro: la ronda de Doha representa el fin para todos los subsidios a la exportación y el comienzo del fin de las ayudas domésticas que distorsionan el

comercio, o sea, que habrá reducción sustantiva en esa área. Las negociaciones de acceso a mercados abrirán nuevas oportunidades comerciales, sin perjuicio de las necesidades de los países en desarrollo.

De esta manera, estarán finalmente lanzadas las bases para un sistema multilateral de reglas comerciales más justo y equilibrado.

No es solo la geografía de las negociaciones multilaterales lo que hay que cambiar. Luchamos por una nueva geografía de la producción. Éste es el camino hacia mayor prosperidad y mayor desarrollo para todos los países pobres.

“Uma conquista que passou despercebida”
Artigo do Embaixador do Brasil em Londres, José Maurício Bustani, publicado no “Jornal do Brasil” Londres, Reino Unido, 24.6.2006

Passou quase despercebido, mas, no mês de maio, o Brasil foi alçado a um novo patamar internacional: integramos o seleto grupo de 10 países dotados de capacidade de enriquecer urânio, juntamente com as cinco potências nucleares oficiais de acordo com o Tratado de Não-Proliferação (TNP), mais Alemanha, Japão, Holanda, Índia e Paquistão. A Fábrica de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende, Rio de Janeiro, deverá entrar para os manuais da História do país como uma conquista comparável aos feitos anteriores em áreas como o petróleo (Petrobras), a aeronáutica (Embraer), a hidroeletricidade (Itaipu), o aproveitamento agrícola do cerrado (Embrapa) e a liderança mundial em biocombustíveis. O mérito da conquista pertence à comunidade científica, à diplomacia e às lideranças políticas.

Não tenho o necessário conhecimento técnico, como diplomata, para discorrer sobre as dificuldades científico-tecnológicas que enfrentamos. Sou testemunha, contudo, de inúmeros casos em que programas estratégicos do Brasil – como o programa espacial ou de propulsão naval – tiveram seu acesso

a materiais e equipamentos externos denegados por governos estrangeiros. Explorando as ambigüidades das regras de não-proliferação de armas, as grandes potências agem, também em nome de seus interesses, tanto estratégicos quanto comerciais, para manter um oligopólio internacional em setores de ponta. É desta ótica que, creio, precisa ser considerada a recente proposta de membros do secretariado da Agência Internacional de Energia Atômica de colocar sob controle multinacional as atividades de enriquecimento de urânio. Será mesmo que as grandes potências cederão à comunidade internacional o controle de suas fábricas de urânio enriquecido?

Colocados à prova, contudo, a ciência e os cientistas brasileiros deram mostra de sua engenhosidade, ao desenvolverem uma tecnologia própria e extremamente avançada. Graças a sua inteligência e persistência, o Brasil deixará em poucos anos de ser importador-dependente, passando a ser um dos mais competitivos fornecedores de urânio enriquecido no bilionário mercado internacional. Para enriquecer urânio a 4% (a porcentagem necessária para abastecer uma usina, mas muito abaixo da necessária para fazer uma bomba), EUA e França, que detêm a metade do mercado mundial, consomem cerca de 13.250 kWh/kg, enquanto nosso processo exige apenas 530 kWh/kg. Nossos cientistas criaram uma nova vantagem comparativa e um novo setor dinâmico na economia brasileira.

A política internacional ergueu desafios tão grandes, ou até maiores, dos que os técnicos. É clássica a pressão que exercem as grandes potências em favor do desarmamento da periferia - não apenas militar, mas também científico-tecnológico, tarifário etc. -, com vistas a preservar seu diferencial de poder, riqueza e influência. Em 2004, uma série de suspeitas a respeito do programa nuclear brasileiro foi estimulada pela mídia internacional, alimentada por desinformações, às vezes endógenas. Ao invés de perguntarem “quo bono?”, alguns setores da imprensa brasileira ecoaram aquelas suspeitas. Era precisamente o que esperavam os anônimos autores

da campanha: voltar a sociedade brasileira contra o projeto de seu governo e forçar a mudança de posição do Brasil nas negociações com o secretariado da AIEA.

A campanha foi frustrada pela competência de nossa diplomacia e pela visão dos interesses nacionais de diversas lideranças políticas. O Itamaraty e o Ministério da Ciência e Tecnologia concluíram com habilidade e firmeza a difícil negociação com a AIEA. Como democracia madura e transparente, em dia com suas obrigações internacionais, o Brasil não comprometeu seu direito de desenvolver todo tipo de atividade nuclear para fins exclusivamente pacíficos, nos termos do artigo 4º do Tratado de Não-Proliferação.

A atuação de nossa diplomacia foi também instrumental para desmascarar a atitude maliciosa contra o Brasil e reiterar nossas credenciais de ator responsável. Mobilizamo-nos para recordar ao resto do mundo que o compromisso do Brasil com a não-proliferação nuclear data do Tratado de Tlatelolco (1967), que criou a “área livre de armas nucleares” na América Latina; que a Constituição de 1988 formalizou a decisão da nação brasileira de proibir as armas nucleares; que era inaceitável comparar o Brasil a países que admitiram ter atividades paralelas; que o Brasil é um dos mais ativos defensores do desarmamento nuclear. obtivemos de dois secretários de Estado consecutivos dos EUA, Colin Powell e

Condoleezza Rice, claras declarações de confiança nos fins pacíficos do programa nuclear brasileiro.

Nossa maior vulnerabilidade terá sido na frente interna. Aliando-se aos interesses estrangeiros, talvez por pura descrença na capacidade e no futuro do Brasil, alguns setores defenderam que o governo cedesse às exigências. Não caberia aqui citar nomes, mas talvez valha a pena recordar-lhes os argumentos: pequeno e fraco, segundo eles, o Brasil não deveria comprar uma briga com o secretariado da AIEA e, supostamente, as grandes potências, ainda que isso significasse sacrificar o projeto nuclear; ficaríamos isolados internacionalmente e poderíamos sofrer sanções; deveríamos temer nossos próprios setores militares; a energia nuclear seria antiética e antieconômica; deveríamos, em síntese, aceitar que nosso lugar é na periferia. Hoje, essas mesmas vozes, defendem que o Brasil ponha sua fábrica de combustível nuclear sob controle multinacional. Quanta falácia!

É preciso extrair uma importante lição para o futuro. Como ensinou o presidente da República durante a recente formatura de diplomatas no Itamaraty, o Brasil deve ter um projeto de desenvolvimento e, sobretudo, persegui-lo mantendo a cabeça erguida. Presto minha homenagem a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização do projeto nacional de enriquecimento de urânio no Brasil.



ENTREVISTAS

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 16.1.2006)

Luiz Fara Monteiro: Alô amigos em todo o Brasil, eu sou Luiz Fara Monteiro, iniciando agora uma edição especial do programa “Café com o Presidente”. Em geral, a nossa conversa com o presidente Lula tem seis minutos de duração. Mas hoje, como falamos sobre as obras que o governo está fazendo em estradas de vários pontos do país, abrimos um espaço maior para o Programa.

Nossa conversa com o presidente Lula começou pela visita que ele fará, logo mais, a trechos da obra de duplicação da BR-101 Nordeste. A primeira etapa da duplicação está sendo feita pelo Exército, enquanto a Justiça decide uma disputa entre empresas que participaram da licitação da obra. De acordo com o Presidente, o turismo nordestino depende muito da BR-101 e o governo quer evitar atrasos na duplicação da estrada.

Bom dia, amigos em todo o Brasil. Começa agora o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Eu sou Luiz Fara Monteiro. Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, o senhor vai visitar hoje alguns trechos de duplicação da BR-101 Nordeste. O senhor vai a Natal, João Pessoa e Recife. Essa obra era esperada há anos e não tem nada a ver com a operação de emergência iniciada na semana passada, não é, Presidente?

Presidente: Essa obra é uma promessa feita para o Nordeste há muitos e muitos anos. É uma obra extremamente importante porque é um corredor turístico para o turista que queira percorrer o

Nordeste. Ele vai ter uma rodovia duplicada, moderna, em que ele vai poder viajar com muita tranquilidade. Nós, na verdade, queríamos dar início a essa obra em março de 2005. Foi feita uma licitação, várias empresas ganharam, as que perderam entraram com recursos, ganharam liminares, e nós decidimos começar a obra dando um trecho dessa obra para que o Exército brasileiro fizesse, com seu Batalhão de Engenharia.

Luiz Fara Monteiro: Por que o Exército, Presidente?

Presidente: Veja, porque não queríamos ficar esperando a briga entre as empresas. A obra toda tem 336 quilômetros de extensão, nós estamos dando para o Exército fazer 142 quilômetros. Essa obra vai custar R\$ 1,5 bilhão e a parte do Exército vai ficar em R\$ 520 milhões. Ele vai fazer um trecho importante da obra na Paraíba, um trecho importante da obra em Pernambuco, um trecho importante da obra no Rio Grande do Norte, enquanto nós vamos resolvendo o problema dos outros trechos, das empresas que estão em disputa judicial. Se não resolver, nós vamos dar tudo para o Exército porque o que nós queremos é garantir que as pessoas tenham facilidade para transitar no nosso país.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Nesta semana, também, o senhor inaugura uma ponte no Acre. Qual a importância dessa obra?

Presidente: Essa ponte é extremamente importante porque ela faz uma ligação entre o Brasil e o Peru. É uma ponte que vai permitir o trânsito de comércio com facilidade entre Brasil e Peru, vai permitir o trânsito de pessoas. É uma obra que vai ser importante, na medida em que está sendo

construída a Interoceânica, uma estrada que vai ligar o Norte do Brasil ao Oceano Pacífico. Isso vai gerar um desenvolvimento extraordinário em toda a região e nós estamos fazendo essa ponte porque é uma necessidade. Aliás, é a segunda ponte que nós fazemos: uma, a Bolívia-Brasil, e esta, Brasil-Peru, são as primeiras pontes ligando o Norte do Brasil a essa região da América do Sul. Portanto, eu vou inaugurar essa ponte como um passo muito importante na integração da América do Sul.

Luiz Fara Monteiro: Você está acompanhando o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Presidente, e as obras de emergência que começaram na semana passada para recuperar as estradas em piores condições? Eu queria saber como está o andamento do projeto e como é que o senhor vê algumas acusações, dizendo que essa obra é eleitoreira?

Presidente: Primeiro, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer aos nossos ouvintes e a todo o povo brasileiro algumas coisas que precisam ser ditas. O Brasil tem 58 mil quilômetros de estradas federais. Durante muitos e muitos anos, os motoristas brasileiros são prova do descaso que se fez com a manutenção dessas estradas. Quando nós tomamos posse, nós pegamos praticamente 37 mil quilômetros totalmente deteriorados, nós não tivemos dinheiro no ano de 2003, muito pouco, nós tivemos apenas 2 bilhões e 500 em 2004, e somente em 2005 é que tivemos 6 bilhões de reais empenhados. Eu vou dar um exemplo porque tem muita gente dizendo que nós não utilizamos o dinheiro da CIDE.

Luiz Fara Monteiro: Só lembrando aos nossos ouvintes, Presidente, a CIDE é o imposto cobrado sobre os combustíveis para a manutenção das estradas.

Presidente: Luiz, a CIDE, em 2005, arrecadou 7 bilhões e 700 milhões de reais. Desses, 29% foram passados para os estados. Ficaram com a União 5 bilhões e 400. Nós empenhamos, no transporte, 6 bilhões de reais em 2005 e tem no orçamento, agora, mais 6 bilhões para 2006. Portanto, somente agora é que nós temos os recursos

para fazer aquilo que deveria ter sido feito dez, 15 anos atrás, ou no meu primeiro ano de governo. Como a gente não teve o dinheiro, e era preciso juntar dinheiro para fazer isso, bem... Agora nós estamos fazendo aquilo que é obrigação do governo fazer.

É importante lembrar à população, ainda, o seguinte: nós temos 26 mil quilômetros de estradas deterioradas agora, porque quase 10 mil já foram consertados. Desses, 19 mil quilômetros, já estão licitados e contratados para fazer restauração, nós estamos trabalhando nisso desde junho, muitas das obras foram contratadas no mês de outubro. Então, desses 19 mil que já estão licitados e contratados, faltam praticamente 7 mil e 400 quilômetros que não têm licitação. É importante lembrar que desses 7 mil e 400 que estamos contratando, 5 mil quilômetros são de estradas que foram estadualizadas ainda no governo passado, e foi passado 1 bilhão e 800 milhões de reais para os estados fazerem 14 mil quilômetros de estradas. Acontece que, mesmo passando a Cide para alguns estados, eles não fizeram as estradas que tinham sido contratadas pela Medida Provisória 82, feita ainda no governo passado.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o Programa “Café com o Presidente”. Você está ouvindo o presidente Lula explicar porque houve dificuldade de manutenção de estradas que foram transferidas, em 2002, da área federal para os estados. E como resolver isso, Presidente?

Presidente: Veja, nós estamos resolvendo porque nós não podemos permitir que essa briga judicial, essa briga de compreensão de quem é a responsabilidade, entre o governo federal e o governo estadual, possa prejudicar o povo. Então, nós assumimos a responsabilidade de fazer essas estradas. Nós estamos fazendo a restauração de 19 mil quilômetros e estamos fazendo uma operação “tapa-buraco” naquela parte que está mais deteriorada das estradas. Ou seja, você tem uma estrada que precisa ser consertada, mas em que ainda dá para transitar, e nessa mesma estrada tem lugares que têm tanto buraco que não dá mais para um carro transitar

porque pode quebrar a ponta de eixo de um caminhão, pode estourar o pneu de um caminhão, o que vai ficar muito mais caro para o motorista.

E o que nós estamos fazendo? Estamos tentando pegar aquelas coisas emergenciais e estamos fazendo um “tapa-buraco”. Nós sabemos que é uma questão emergencial. É como se um cidadão tomasse um tiro, fosse ferido. Qual é a primeira atitude que o médico toma quando o cidadão está perdendo muito sangue? É estancar o sangue, depois leva para a cirurgia, para fazer o tratamento adequado. Nós estamos fazendo esse estancamento inicial para depois fazer a cirurgia definitiva, que é a restauração. Por isso eu estou convencido de que alguns que estão fazendo críticas – eu tenho acompanhado pela imprensa, tenho visto na televisão, no rádio, e o povo compreende – ou seja, se nós não fizéssemos eles estariam criticando que nós não tínhamos feito. Nós estamos fazendo, e eles estão criticando que nós estamos fazendo. Entre não fazer e ser criticado, e fazer e ser criticado, eu prefiro fazer.

Veja outra coisa: nós estamos fazendo e alguns estão dizendo que são obras eleitoreiras. Mas, se nós não fizéssemos, continuariam sendo eleitoreiras, para eles, porque aí todos eles já estariam fotografando, todos eles já estariam filmando para colocar em seus programas de televisão. Ora, entre a briga partidária e o povo, eu vou ficar com o povo. Sabemos que o povo tem razão de reclamar, porque quando o cidadão sai com o caminhão, com uma carga, ele quer chegar inteiro. Ele não quer chegar atrasado, ele não quer estourar pneu, ele não quer quebrar mola, ele não quer quebrar eixo de caminhão, ele quer chegar inteiro. Com o carro, a mesma coisa, o cidadão sai com sua família para passear, ele quer chegar inteiro com a família, ele não quer ter acidente.

Mas, além dessas emergências, é importante lembrar que depois de muitos e muitos anos, depois de muitas promessas, nós estamos fazendo com muita rapidez a BR-101-Sul, ligando Palhoça a Osório, que vai completar a ligação com a BR-116,

garantindo que as cargas do Mercosul possam transitar com mais facilidade e, sobretudo, os passageiros, os seres humanos, os turistas brasileiros que vão para a Argentina, Uruguai e os uruguaios e argentinos que vêm para o Brasil vão poder transitar com muito mais facilidade. Além disso, nós terminamos a BR-381, que liga Minas Gerais a São Paulo, que estava há 13 anos para ser concluída. Nós concluímos a BR-116, faltando só a Serra do Cafezal, que vai ser licitada agora para a empresa que vai administrar a estrada. Então, nós estamos fazendo, Luiz, aquilo que é necessário e vital fazer neste momento.

Luiz Fara Monteiro: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. O senhor acredita que vai chegar ao fim deste mandato com as estradas em mínimas condições para os motoristas, Presidente?

Presidente: Nós vamos chegar com as estradas em melhores condições. Certamente, não vamos chegar ao ideal, porque são 26 mil quilômetros de estradas que estamos cuidando agora, que estão em situação... em estado de precariedade. Desses, 19 mil já estão contratados, portanto, quero dizer aos caminhoneiros do Brasil, quero dizer aos motoristas que percorrem as estradas brasileiras: estejam certos de que se nós não fizemos antes foi porque não pudemos fazer antes. E estamos fazendo agora porque agora temos dinheiro para fazer. Vou repetir os números: em 2005, empenhamos R\$ 6 bilhões e vamos, outra vez, empenhar R\$ 6 bilhões em 2006. Se nós continuarmos colocando essa quantidade de dinheiro, certamente, em poucos anos teremos as estradas brasileiras todas consertadas e muitas estradas novas.

Luiz Fara Monteiro: Obrigado, Presidente, e até a segunda-feira que vem.

Presidente: Obrigado a você, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: O “Café com o Presidente” fica por aqui. Um abraço a você que nos acompanhou e até a próxima semana. Acesse o Café na internet, o endereço é www.radiobras.gov.br

Declaração à imprensa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita de Estado do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner (Brasília, em 18.1.2006)

Senhores Ministros de Estado e autoridades integrantes da delegação argentina e da delegação brasileira,

Meus amigos, minhas amigas,

Jornalistas presentes,

É com grande satisfação que recebemos hoje, em Brasília, o Presidente da Nação Argentina, meu amigo e companheiro Kirchner. Sua visita de Estado ao Brasil é, acima de tudo, uma oportunidade de celebrarmos uma parceria fundamental e que alcançou a maturidade.

Sempre acreditei que nossos países estavam destinados, pela própria geografia, a serem parceiros. Achava que, apenas no futebol, nossa antiga rivalidade persistiria. Mas vejo que até nisso eu estava enganado. A escolha de um argentino, Carlitos Tevez, como melhor jogador do Campeonato Brasileiro de 2005 prova que, também no esporte, nossos países se ajudam e se complementam.

Esta visita de Estado, ao Brasil, do Presidente Kirchner é mais do que uma retribuição pela viagem que fiz a Buenos Aires, em 2003. O encontro de hoje é também a celebração de uma parceria que ganhou maturidade e se consolida cada vez mais. Foi essa a mensagem de nosso encontro em Puerto Iguazú, novembro passado, no Dia da Amizade Argentina-Brasil.

O êxito de nossa parceria requer consultas cada vez mais estreitas. Não basta assinar acordos; é preciso garantir que eles sejam postos em prática. Por essa razão, decidimos estabelecer um mecanismo regular de encontros semestrais entre os presidentes. Por isso, também, estamos constituindo grupos de coordenação para acelerar a nossa colaboração estratégica em setores como transportes, agricultura e energia.

Estreitamos os nossos laços em temas como ciência e tecnologia, coordenação de políticas

industriais, trabalho, saúde, intercâmbio militar, cultura, esporte, comunidades fronteiriças e migrantes.

Esses avanços não seriam possíveis sem uma parceria econômica cada vez mais sólida. Em 2005, o comércio bilateral já ultrapassou os 16 bilhões de dólares, um recorde histórico. É um comércio de qualidade dos dois lados, com forte presença de produtos manufaturados, contribuindo para a industrialização de nossas economias.

O Brasil é hoje o principal destino para as exportações de manufaturados argentinos, num valor aproximado de 5 bilhões de dólares.

As exportações brasileiras para a Argentina se concentram em bens intermediários e de capital, que são fundamentais para sustentar o forte crescimento argentino.

Temos consciência, no entanto, de que precisamos trabalhar para que nossas relações econômicas sejam sempre mutuamente benéficas. Desequilíbrios ocasionais em uma relação tão intensa são normais, mas não é do interesse nem do Brasil nem da Argentina que essas assimetrias se tornem estruturais.

Por isso, reiterarei ao Presidente Kirchner a disposição brasileira de colaborar na identificação de medidas que ajudem a acelerar a reindustrialização já em curso na Argentina. Estamos abertos a propostas para aperfeiçoar os acordos setoriais que temos em áreas prioritárias, como a automobilística.

A melhor resposta está na aceleração do processo de integração de nossas cadeias produtivas. Dessa forma, em conjunto com nossos parceiros do Mercosul, poderemos explorar as potencialidades de um mercado de mais de 200 milhões de consumidores.

Quando estive em Buenos Aires, em 2003, disse que precisávamos convencer empresários brasileiros a investir mais na Argentina. Vejo com satisfação que isso hoje é uma realidade. O Brasil tornou-se o quarto maior investidor na Argentina e seu primeiro parceiro comercial.

A Petrobras está investindo na Argentina. A

integração da infra-estrutura é essencial ao nosso progresso. Reiterei ao Presidente Kirchner a decisão brasileira de disponibilizar recursos do BNDES e do Proex para o financiamento de exportações de bens e serviços para obras que formam a espinha dorsal de nossa integração.

A construção do gasoduto Uruguiana – Porto Alegre, cujos detalhes estamos discutindo, ajudará a viabilizar o anel energético continental que decidimos construir durante a Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações, em maio de 2005.

Concordamos que nossa relação bilateral é a pedra de toque para o fortalecimento do Mercosul e a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Temos consciência de nossas responsabilidades na integração regional. Queremos que nossos parceiros do bloco estejam ativamente engajados nesses projetos.

Por isso, discutimos proposta de constituir consórcios em setores de ponta, por exemplo o de construção naval, onde os sócios do Mercosul possam juntar forças e complementaridades. Queremos que essa integração produtiva ocorra igualmente na indústria bélica, aeronáutica e no domínio espacial, entre outras.

Argentina e Brasil têm compromisso com a consolidação de uma área de paz e prosperidade na América do Sul.

Na seqüência das visitas que o Presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, acaba de fazer a Brasília e Buenos Aires, Argentina e Brasil estão examinando formas de ajudar esse país irmão, contribuindo para sua integração plena na região e, sobretudo, o bem-estar do povo boliviano.

Reafirmamos também nossa determinação em cumprir a missão que as Nações Unidas nos delegaram no Haiti. Estamos desempenhando nosso papel. Graças à presença de forças sul-americanas constatamos que, apesar das dificuldades, estão dadas as condições para a realização das eleições naquele país.

Haiti e Bolívia são dois exemplos de como a

estreita cooperação entre Brasil e Argentina pode ser benéfica para o progresso e a paz em nossa região. Nossa união potencializa ações entre países irmãos. Separados, o que podemos fazer é relativamente pouco. Juntos podemos levar adiante o sonho de uma integração sul-americana e latino-americana, baseada na paz, na justiça social e na democracia.

Nossos países alcançaram a estabilidade macroeconômica e superaram vulnerabilidades históricas. A decisão de nossos governos de liquidar suas dívidas com o FMI, em particular, reforça a determinação de Argentina e Brasil de redefinirem, de modo coordenado, seu lugar no mundo.

Vamos reforçar nossa colaboração em organismos financeiros multilaterais. Vamos juntar esforços para dotar o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações de instrumentos financeiros à altura do desafio da integração.

Nossa cooperação nas negociações comerciais tem sido exemplar: nas discussões da Alca, na busca de um acordo entre o Mercosul e a União Européia e, sobretudo, na OMC.

Assim como fizemos durante a Conferência Ministerial de Hong Kong, vamos continuar a trabalhar juntos pelo fim dos subsídios e pela redução das barreiras dos países ricos aos produtos agrícolas do mundo em desenvolvimento.

Em tempos marcados por rivalidades e ódios irracionais, continuamos a dar demonstração de transparência e confiança mútua, que é modelo para mundo.

Estamos aperfeiçoando nossa colaboração nuclear no âmbito da Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle. Queremos ampliar nossa cooperação nos domínios nuclear e espacial.

No plano político, nossas convergências em relação aos grandes temas internacionais são cada vez mais evidentes. Onde houver recuos ou percepções distintas, continuaremos a conversar com espírito aberto, dispostos a falar, mas, sobretudo, a ouvir.

A presença de diplomata brasileiro na delegação da Argentina no Conselho de Segurança, em reciprocidade à participação argentina na delegação brasileira em 2004, é altamente simbólica e representa fato inédito na história da diplomacia multilateral.

É este o espírito de diálogo aberto e cooperativo que prevaleceu durante todos nossos encontros. Não poderia haver sinal mais positivo para o futuro das relações entre argentinos e brasileiros.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero prestar uma homenagem especial à liderança do presidente Kirchner.

Sob sua segura direção, a Argentina deixou para trás anos de ceticismo e submissão para encontrar definitivamente seu destino.

Seu governo superou a mais grave crise econômica da história argentina, recuperando o nível de renda e de empregos. Reestruturou uma dívida externa asfixiante e quitou as obrigações financeiras do país, restaurando a presença da Argentina em seu tradicional lugar de destaque na comunidade internacional. Mais do que isso, devolveu o orgulho e a esperança a uma nação rica em história e potencialidades.

Por isso, meu caro companheiro, Presidente Kirchner, é motivo de muito orgulho, muito orgulho mesmo, esta sua visita ao Brasil, esta visita de Estado, porque aqui viemos apenas reconhecer que temos muito por fazer, mas que já fizemos, nesse pouco tempo, muito mais do que os cétricos esperavam que nós fizéssemos. Sei que muitas vezes Vossa Excelência é criticado por essas relações, por acreditar nesses acordos, muitas vezes sou criticado por essa relação e por esse acordo. Nós dois ganhamos as eleições e existimos, politicamente, exatamente para resolver os desafios que outros não ousaram resolver.

Certamente, o povo argentino vive momentos de euforia, muito mais do que isso, o povo argentino recuperou a auto-estima de um povo que tem

consciência de que a Argentina definitivamente resolveu ser dona das suas decisões. Como dizemos aqui no Brasil, resolveu ser dona do seu próprio nariz, fazer aquilo de interesse do povo argentino, agir democraticamente nas suas relações internacionais, mas sem submissão.

A Argentina e o Brasil, agindo do jeito que estamos agindo até agora, certamente poderemos contribuir muito para consolidar a integração da América do Sul, para consolidar o Mercosul. E sempre de coração aberto para entender que por sermos as maiores economias do nosso continente, nós precisamos ser generosos com os nossos irmãos mais pequenos em quantidade de pessoas ou em desenvolvimento econômico.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que ainda, até o final deste ano, muitos avanços, muitos avanços mesmo, serão colocados em prática na relação Argentina, Brasil; Argentina, Brasil e Mercosul; Argentina, Brasil, Mercosul e toda a América do Sul.

Meus parabéns e boa sorte, companheiro.

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 23.1.2006)

Luiz Fara Monteiro: Bom dia, amigos de todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa agora mais uma edição do “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, o senhor acabou de chegar da Bolívia, onde participou da posse do novo presidente eleito, o líder indígena Evo Morales. No discurso de posse, ele citou a relação da Bolívia com o Brasil. Disse que o senhor tem conversado bastante com ele. Que conselhos o senhor deu para o Evo Morales, Presidente?

Presidente: Primeiro, Luiz, eu queria cumprimentar os nossos ouvintes e dizer que foi um final de semana em que eu fiquei muito feliz. O Evo é um homem simples, um dirigente sindical da área rural

com militância política histórica na Bolívia. Ganhou as eleições, o que é um fato extraordinário para a América do Sul, sobretudo na Bolívia, em que mais de 62% da população é indígena e nunca um índio tinha governado a Bolívia. Agora, ele ganha as eleições com maioria absoluta, fez a maioria na Câmara, não tem maioria no Senado por apenas um voto. Mas, de qualquer forma, eu acho que ele é capaz de unir a Bolívia e fazer com que aquela parte pobre da população possa ter os benefícios da riqueza que a Bolívia pode produzir. O Evo Morales sabe da importância do Brasil, da Argentina, da Venezuela, da Colômbia, na relação com a Bolívia e todos nós estamos interessados em contribuir, em ajudar para que a experiência da eleição do Evo Morales seja uma experiência rica, seja uma experiência exitosa e a Bolívia deixe de ter os conflitos que tem e passe a consolidar o seu processo democrático. Eu sou amigo do Evo há muito tempo, tenho uma relação histórica com ele e, portanto, eu estou feliz. Feliz porque a América Latina está dando uma demonstração de avanço. As pessoas mais progressistas estão sendo eleitas em todos os países. Pela primeira vez, nós estamos percebendo a possibilidade dos países da América Latina deixarem de ser tratados apenas como países pobres ou países de Terceiro Mundo e começarem a entrar no rol dos países desenvolvidos. Para isso, é preciso ter governantes sérios, comprometidos com a maioria do povo. Gostei da posse, estou cansado. É importante dizer para os nossos ouvintes que estamos gravando este programa às 11 horas da noite. Acabei de chegar ao Brasil...

Luiz Fara Monteiro: Neste domingo, não é, Presidente. Domingo à noite.

Presidente: ... mas eu não poderia deixar... mesmo chegando aqui no domingo à noite e cansado, eu não poderia faltar com o compromisso que o nosso programa tem com o povo brasileiro, que escuta o programa pelo rádio.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o Café com o Presidente, o programa de rádio do presidente Lula. Presidente, por falar em integração da América do

Sul, antes da Bolívia o senhor esteve no Acre, onde inaugurou uma ponte que liga o Brasil ao Peru. Qual a importância dessa obra para a região?

Presidente: Nós inauguramos a ponte entre Assis Brasil, no Brasil, e Iñaparí, no Peru, uma ponte de 240 metros de comprimento, a primeira ponte construída ligando o Brasil ao Peru, fazendo parte do nosso processo de integração da América do Sul. O que me deu mais prazer é que depois de inaugurarmos a ponte, dois caminhões de uma empresa de Araçatuba já estavam carregados de carga para levar produtos brasileiros para o Peru. Foi uma coisa muito importante, tanto para nós brasileiros quanto para o povo peruano, porque é a integração que vai permitir o trânsito de pessoas, vai permitir o trânsito de produtos peruanos, e o Brasil pode ter acesso, com os produtos produzidos nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, ao oceano Pacífico. E o Peru, porque tem uma integração com um país que tem poder de compra maior que o Peru e, portanto, pode ser muito interessante para as exportações peruanas.

Luiz Fara Monteiro: O senhor lançou também, fez o lançamento oficial do projeto modelo de Assentamento Agroflorestral. O que é isso, Presidente?

Presidente: Esse assentamento, chamado de “Assentamento Nova Bonal”, é uma fazenda de 10 mil hectares que o Incra comprou para fazer o assentamento. A capacidade de pessoas a serem assentadas é de 280. Nós já temos 80. É um projeto agroflorestral em que a gente vai poder fazer uma combinação de explorar parte da madeira dessa fazenda e, ao mesmo tempo, plantar frutas, plantar pupunha, plantar a seringueira, plantar cupuaçu junto com as árvores, ou seja, sem precisar fazer um desmatamento como habitualmente nós estamos vendo pelo Brasil afora. É um projeto extraordinário porque é um ciclo completo, ou seja, as pessoas produzem, as pessoas industrializam e as pessoas comercializam os seus produtos, é tudo o que as pessoas desejam na vida. A alegria das pessoas

estampada no rosto, das crianças, das mães, dos pais era uma coisa fantástica e, portanto, eu voltei do Acre muito feliz, muito feliz porque esse projeto é a confirmação, é a certeza de que a reforma agrária pode ser feita de forma muito mais civilizada, muito mais moderna do que historicamente o Brasil conhece.

Luiz Fara Monteiro: Ok, Presidente. Obrigado pela entrevista e até a semana que vem, com mais um “Café com o Presidente”.

Presidente: Obrigado a você, Luiz. Obrigado aos nossos ouvintes.

Luiz Fara Monteiro: A gente volta na segunda-feira que vem. Obrigado a você que nos acompanhou e até a próxima semana. Acesse o Café também na internet: www.radiobras.gov.br.

Amorim diz que “EUA pisaram no nosso calo”
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à colunista Eliane Cantanhêde, do jornal “Folha de S. Paulo” (Brasília, 23.1.2006)

Chanceler afirma que veto americano à venda de aviões da Embraer para a Venezuela foi absurdo e injustificável

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, criticou duramente o veto dos EUA à venda de aviões da Embraer à Venezuela, disse que aguarda novo posicionamento do governo americano e não descartou recorrer a fóruns internacionais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), contra a decisão.

“Pisaram no nosso calo”, disse Amorim, 63, classificando a decisão americana de “um absurdo, sem justificativa aceitável e sem previsão em normas internacionais”. No último dia 10, o presidente Hugo Chávez acusou os Estados Unidos de impedir a Embraer de vender à Venezuela 36 aviões de treinamento militar que usam tecnologia americana.

Apesar de o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, ter dito que o governo brasileiro não iria lutar, por ser uma questão

comercial, Amorim está lutando, e muito. Falou duas vezes com a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, e também com o secretário de Comércio, Robert Portman.

Depois, enviou correspondência para Condoleezza, considerou a resposta “insatisfatória”, voltou à carga e aguarda agora um “reexame da questão”. Amorim deu a entrevista à Folha no sábado, em seu gabinete, usando um boné da Minustah, a força de paz no Haiti.

Folha: O que o Brasil está fazendo em relação ao veto americano ao negócio da Embraer?

Celso Amorim: Primeiro, estamos usando os canais diplomáticos no mais alto nível. Conversei com o Bob Portman [Representante Comercial – USTR] e duas vezes com a Condoleezza [Rice, Secretária de Estado]. Também escrevi para a Condoleezza e tive uma resposta que não me satisfaz plenamente.

Folha: O que ela respondeu?

Celso Amorim: Ela não me deu a garantia, a segurança de que haverá um tratamento adequado à questão. Que a política dos EUA para a Venezuela é um problema em que, eventualmente, até poderemos ajudar, mas é um problema entre os dois. Ocorre que aí pisaram no nosso calo. Eu não encontro justificativas para o veto. Primeiro que o Brasil não favorece em geral esse tipo de medida, de veto. Segundo, os aviões nem são de uso militar ofensivo. Terceiro, a Venezuela não é ameaça militar a ninguém, não está sob sanções militares ou econômicas aprovadas por nenhum órgão internacional e nem mesmo pelo Congresso dos EUA. Não que isso mudasse alguma coisa, mas nem sequer isso. Além do que, se há uma política, não era do conhecimento da Embraer quando o negócio foi feito. Então, há uma série de fatores que nos dizem que o veto é um absurdo. Pelo papel que o Brasil tem tido, inclusive com reconhecimento dos próprios EUA, isso definitivamente não foi nem é uma boa coisa.

Folha: O Brasil recorrerá a algum fórum internacional, como a OMC?

Celso Amorim: Não deixaremos de estudar

todas as alternativas do ponto de vista diplomático em defesa dos nossos direitos.

Folha: Isso é um “sim”?

Celso Amorim: Se isso for necessário. Esperamos que não seja.

Folha: O senhor acha que é uma questão política entre os EUA e a Venezuela que está interferindo em interesses brasileiros?

Celso Amorim: Exatamente. Achamos que não vale a pena e que isso não é uma política positiva para o bom diálogo que nós queremos e desejamos entre os EUA e a Venezuela, mas isso é um problema deles. O que nos interessa é que pisaram no nosso calo.

Folha: Os americanos queriam penalizar a Venezuela...

Celso Amorim: E estão penalizando o Brasil.

Folha: O assessor da Presidência Marco Aurélio Garcia disse que não cabe ao governo se meter porque é uma questão comercial da Embraer. Cabe ou não cabe?

Celso Amorim: Eu já disse o que fiz, não fui desautorizado e continuo a fazer. Não gosto de comentar declarações de outras pessoas pela imprensa, porque não sei em que contexto foram ditas.

Folha: O que a Condoleezza argumentou na carta?

Celso Amorim: Ela comentou uma política que vem sendo seguida e não foi convincente. Por isso voltei a insistir ao telefone para que o assunto fosse reexaminado, e ela me pareceu disposta a fazê-lo. Se o reexame vai resultar em algo positivo, não sei. Só sei que ela vai analisar novamente o assunto.

Folha: Existe um processo de “esquerdização” na América Latina?

Celso Amorim: O que há, sem dúvida nenhuma, é uma tendência de governos mais comprometidos com reformas sociais, com maior autonomia em relação às grandes potências do mundo e maior vontade de integração regional. Se você identificar esquerda com a visão de progresso,

reforma social, democracia e com forte defesa dos interesses nacionais, a resposta à sua pergunta é sim.

Folha: Quando o senhor fala em maior autonomia em relação às grandes potências, lê-se virar as costas aos EUA.

Celso Amorim: Os EUA são uma potência, um grande mercado, e ninguém está voltando as costas, nem a China. Agora, defendo, sim, voltarmos também uns para os outros aqui dentro do continente. Não há uma dicotomia. Nossas exportações para os EUA estão batendo recordes, mas, em termos relativos, para outros lugares cresceram mais. Isso é bom, estamos diversificando. O que é o maior sinônimo de independência hoje? É a diversificação.

Folha: A retórica do Chávez é muito diferente disso.

Celso Amorim: Bem, cada país e cada líder terão a retórica que corresponda à sua realidade, aos fatos que vivenciaram. Não podemos nos esquecer disso, não são fatos imaginários. Que Chávez foi perseguido, foi, não há dúvida. Que houve tentativa de golpe, houve. E que, no mínimo dos mínimos, houve tolerância com essa tentativa de golpe, houve. Cada um que julgue, e a história dirá.

Folha: O que significa Evo Morales e que tipo de alianças fará?

Celso Amorim: Evo Morales é um líder camponês, que vem das bases, é o que representa de forma mais profunda o que há de raízes sociais do povo boliviano. Representa a emergência de setores populares que sempre foram marginalizados de qualquer bem-estar e qualquer progresso que tenha havido na Bolívia. Já não foi muito, e para eles foi menos ainda.

Folha: Pelo discurso de campanha, nacionalista e estatizante, e pelos primeiros movimentos já eleito, visitando Cuba, Venezuela e China, está evidente que ele vai engrossar esse “eixo esquerdizante”. O Brasil vai ser a babá?

Celso Amorim: O Brasil não é babá de ninguém. Tem sua própria realidade, tem um governo

comprometido com as reformas sociais, mas dentro de sua própria complexidade e sem rejeitar os preceitos do capitalismo. Temos, também, de contribuir para que os processos nos outros países se dêem também de maneira reformadora e democrática, mas sem ser babá. Até porque, se há uma situação explosiva num país, ele acaba explodindo mesmo.

Folha: Como agir quando Evo Morales fala em nacionalizar a área de petróleo, o que pode ser muito prejudicial à Petrobras?

Celso Amorim: Nós não acreditamos em relação de dominação nem de imposição: as relações têm de ser mutuamente benéficas. Temos certeza de que é perfeitamente possível chegar a uma equação em que se atendam algumas reivindicações históricas do povo boliviano e manter a viabilidade econômica do empreendimento.

Folha: No mundo globalizado, a relação de Brasil, Venezuela e outros países do continente com os EUA não está chegando a uma adaptação do velho ditado: “Inimigos, inimigos, negócios à parte”?

Celso Amorim: O mundo globalizado é em torno de negócios, sim, mas também é em torno de princípios, princípios que não podem ser reduzidos a questões doutrinárias e fundamentalistas, mas de independência, bem-estar social e não interferência. Só nesta semana [semana passada] nós recebemos em Brasília dois presidentes, o Chávez, o Néstor Kirchner e três chanceleres do mundo islâmico, um turco, um marroquino e um tunisiano. Isso nunca aconteceu no Brasil, ao que eu saiba.

Folha: Por que Kirchner, antes arredio com o Brasil, está tão amigo? Foi o apoio do Brasil à Cláusula de Adaptação Competitiva?

Celso Amorim: Se houve mal-entendidos no passado, eles estão totalmente esclarecidos e superados, e o próprio Kirchner está mais consolidado na Argentina. Nem foi batido o martelo na CAC, ainda está sendo discutido.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos seguintes órgãos de imprensa argelinos: Agence Algérienne d'Information (AAI), Algérie Presse Service (APS), El Moudjahid, El Watan, L'Expression, La Tribune, Liberté e Partners Économie (Argel, Argélia, em 7.2.2006)

À l'occasion de sa visite à Alger, le président brésilien Luiz Inácio Lula da Silva a accordé une interview à plusieurs médias algériens où il revient sur les relations entre les deux pays et sur la coopération Sud-Sud.

El Moudjahid: Quel est votre sentiment face aux bouleversements qui s'opèrent en Amérique latine avec l'arrivée de gouvernements de gauche? L'exemple brésilien aurait-il fait contagion?

Président: Nous vivons une nouvelle période dans le continent. Il a connu une grande croissance et une maturité de la gauche qui est arrivée au pouvoir par la voix des urnes, renforçant la démocratie. Il n'y pas d'espace pour les coups d'Etat et les solutions autoritaires. L'expérience des gouvernements de gauche, dans le sillage de la frustration du désastre néolibéral des années 1990, fait qu'ils sont convaincus qu'il n'y aura pas de croissance soutenue si les exigences économiques et sociales des secteurs traditionnellement marginalisés ne sont pas satisfaites. Il n'y aura pas de croissance consistante sans distribution de la rente. Il leur est également apparu comme évident qu'il incombe à l'Etat un rôle stratégique dans l'induction de politiques publiques tournées vers les réformes. La démocratie politique sur le continent étant consolidée, l'Amérique latine a besoin, à présent, de transformations économiques et sociales fondamentales. Il est important de souligner que chaque pays a son propre processus. La gauche est arrivée au gouvernement par ses propres mérites. Les expériences réussies de la gauche dans un pays réduisent les craintes et encouragent davantage les électeurs latino-américains à voter sans préjugés.

L'Expression: C'est votre première visite en Algérie depuis votre investiture. Comment évaluez-

vous les relations entre l'Algérie et le Brésil, notamment en matière économique?

Président: Nos relations ont connu une extraordinaire évolution. Nous sommes conscients de notre importance réciproque. Nous entretenons un excellent dialogue politico-diplomatique, nous sommes partenaires dans des initiatives importantes comme l'Action contre la faim et la pauvreté, nous nous consultons régulièrement sur des thèmes politiques d'intérêt commun. Notre relation économique compte beaucoup pour nos pays. Mais notre commerce, bien qu'il soit expressif - 3,2 milliards de dollars en 2005 - est déséquilibré et nos entrepreneurs et équipes techniques du gouvernement se font mal connaître. Les affaires sont ponctuelles. Il leur faut être plus solides, avec une vision à moyen et long termes. Il nous faut mieux nous connaître et pouvoir nous projeter comme étant des options viables sur le marché international, sans parler du genre de coopération que nous pouvons développer à partir d'expériences propres, tant dans le secteur agricole que dans le social, dans l'aide à la petite et microentreprise, l'informatisation de l'administration publique, etc. Nos deux géants pétroliers, Petrobras et Sonatrach, peuvent développer un énorme partenariat pour agir ensemble, ici ou au Brésil, ou encore sur des marchés tiers.

Algérie Presse Service (APS): Quelles sont les opportunités de partenariat qui peuvent être saisies, par les deux pays, pour consolider la coopération bilatérale et hisser les relations au niveau souhaité?

Président: Il existe d'immenses opportunités. L'Algérie est notre 16^e partenaire général, le premier partenaire arabe, le second africain et le septième parmi les pays en développement et, dans ce groupe, nous sommes le premier partenaire avec un commerce bilatéral de 3,2 milliards de dollars. Le marché algérien croît et s'ouvre. Il a besoin de matières premières, de biens, services et technologies que le Brésil est en mesure de fournir d'une manière compétitive. L'Algérie est un grand pays pétrolier et gazier et a beaucoup à offrir dans ce domaine, mais aussi dans

d'autres - par exemple, concernant le climat semi-aride et la question de la désertification. Il existe des intérêts communs dans la promotion du développement social et économique, de la bonne administration et de la bonne gouvernance. Nous avons de grands points communs sur des thèmes internationaux. Il est important que nos deux pays se connaissent mieux, connaissent mieux le marché de l'autre, les offres de biens, services et technologies de l'autre, qu'ils identifient de nombreux secteurs dans lesquels ils peuvent concrètement coopérer. Ce que j'attends de cette visite, c'est que nous puissions les définir d'un commun accord, de manière réaliste et pragmatique, et que nous ayons un programme de travail à exécuter. Il ne s'agit pas seulement de voir les opportunités à court terme, il s'agit aussi de créer et de consolider celles à moyen et long termes.

El Watan: Quels sont les domaines prioritaires que vous envisagez de développer à l'avenir dans la coopération entre le Brésil et l'Algérie? Et quels sont les projets auxquels vous vous attachez le plus?

Président: Le Brésil est en mesure de coopérer avec l'Algérie dans plusieurs domaines dans lesquels nous développons des technologies appropriées. Par exemple : dans le domaine agricole, à travers EMBRAPA, l'entreprise d'Etat brésilienne de recherche agropéculaire ; dans la promotion de la petite et microentreprise, à travers SEBRAE ; dans le domaine de la santé ; l'informatisation du gouvernement ; les programmes sociaux ; la surveillance du territoire, la protection de l'environnement, la recherche pétrolière en eaux profondes (off-shore). L'Algérie a aussi développé une grande expérience en matière de gaz, par exemple. Enfin, il existe un certain nombre de secteurs dans lesquels la coopération peut servir à mieux nous connaître et pour approfondir nos relations, sans nuire à la donnée qui, aujourd'hui, est fondamentale, la compétitivité des biens, services et technologies dont ont besoin nos pays pour leur développement.

Liberté: Depuis votre arrivée au pouvoir, les

liens se sont resserrés entre le Brésil et l'Algérie. S'agit-il d'une véritable mise en œuvre de la politique Sud-Sud prônée par la défunte Organisation des pays non-alignés pour éviter d'être dépendant des pays riches?

Président: L'Algérie est un grand partenaire dans le monde du développement. Le Brésil est le premier partenaire de l'Algérie, parmi les pays du Sud. Le Brésil a renforcé les relations Sud-Sud, à commencer par sa propre région, l'Amérique du Sud, où l'on est en train, à partir du noyau intégrateur du Mercosud, de construire une Communauté de nations sud-américaines fondée sur le triple volet politique, économique-commercial et de coopération. Nous avons fait des efforts pour rapprocher l'Amérique du Sud des pays arabes, avec le Sommet de Brasilia. Tout cela constitue une partie des efforts tendant à amplifier et à renforcer notre voix dans le monde, mais sans aucune intention de confronter ou d'exclure les pays riches. Nous voulons avoir des relations universelles et saisir toutes les opportunités qui nous aident dans notre grand défi, celui du développement économique et social dans un cadre démocratique et le plein respect des droits de l'homme. Le Mouvement des pays non-alignés continue d'être une voix et une force dans ce sens.

La Tribune: Comment évaluez-vous les relations algéro-brésiliennes et quelles sont les perspectives concrètes de la coopération bilatérale?

Président: Les relations algéro-brésiliennes sont exemplaires au plan politique et au plan économique-social, mais il reste beaucoup à faire. Ce que nous pouvons faire dans plusieurs domaines avec pour objectif d'améliorer notre connaissance réciproque pour mieux associer nos efforts de développement par la coopération, mais aussi de se considérer l'un l'autre comme étant une option sur le marché international. Je cite l'énorme domaine de coopération et d'affaires entre Sonatrach et Petrobras. Petrobras a réalisé d'importantes avancées en matière de technologie de prospection de pétrole offshore. Par son expérience dans le

domaine du gaz, Sonatrach pourrait s'engager en partenaire international avec son vis-à-vis brésilien.

Agence algérienne d'information (AAI): Le Brésil, tout en étant producteur de pétrole, est l'un des fervents défenseurs des énergies alternatives, comme le biocarburant que vous avez développé, pensez-vous que cette forme d'énergie de substitution peut constituer une solution pour les pays africains non pétroliers?

Président: Les biocarburants offrent une excellente alternative, non seulement pour les pays non producteurs de pétrole, comme c'est le cas de nombreux pays en Afrique. C'est également une option pour les pays producteurs, comme l'Algérie. Au Brésil, qui, à partir de 2006, est devenu autosuffisant dans la production de pétrole, l'alcool combustible est additionné à l'essence dans une proportion de 25%, ce qui représente une économie sur divers plans: il remplace le pétrole importé par une source renouvelable et remplace le plomb, nuisible à la santé... C'est aussi une excellente solution sous tous les points de vue, qui augmente le travail au champ, étant donné que la culture de canne à sucre est normalement une activité qui demande de la main-d'œuvre. Ces avantages sont multipliés s'agissant de moteurs qui tournent au méthanol, ce qui est le cas d'une part croissante de la flotte brésilienne.

APS: Plusieurs ministres et hommes d'affaires de votre pays se sont déplacés à Alger et le commerce entre l'Algérie et le Brésil a augmenté. Pensez-vous qu'avec la relance de la commission mixte, le volume des échanges entre les deux pays pourrait atteindre un flux appréciable et amener les opérateurs brésiliens à une participation effective en matière d'investissement?

Président: Il y a un grand déséquilibre dans le commerce bilatéral: 3,2 milliards de dollars en 2005, avec un déficit de 2,5 milliards pour le Brésil. Les exportations algériennes ont augmenté de 40% entre 2004 et 2005, mais les exportations brésiliennes, de seulement 10%, peut-être à cause des restrictions algériennes en raison d'un foyer absolument isolé de

fièvre aphteuse qu'il y a eu au Brésil. Il n'est pas facile d'éliminer ce déficit à court terme, étant donné la structure du commerce bilatéral. Il nous faut identifier les opportunités d'affaires immédiates et d'investissements dans les deux pays. Nous produisons des avions régionaux modernes, qui ont un succès de vente à travers le monde, nous possédons une technologie de système radar de la dernière génération, nous développons la recherche agropéculaire capable de transformer l'aspect d'une région comme le nord-est semi-aride du Brésil. Tout ceci peut et doit faire l'objet de débat dans la commission mixte. Il lui faut rapprocher les agences de l'un et l'autre des pays pour gérer cette connaissance, qui, à son tour, permettra d'identifier les opportunités d'affaires, d'investissement et de coopération, y compris dans des pays tiers.

Liberté: Cette coopération s'est manifestée par un partenariat entre le groupe algérien Cevital et les firmes brésiliennes Randon et Neobus dans une usine de montage de véhicules industriels. Pensez-vous que d'autres opérations sont envisageables?

Président: Les relations économique-commerciales entre l'Algérie et le Brésil ont pour base une relation politique excellente fondée sur l'importance réciproque que s'accordent les deux pays. Je pense qu'elles se développeront sur un triple volet: premièrement, que nos entreprises explorent le potentiel d'affaires que le marché de l'autre offre; deuxièmement, que nous puissions développer les programmes de coopération et d'échanges qui nous permettent de connaître les besoins de l'autre pays en termes de biens, services, technologies et coopération; et, en troisième lieu, viennent les associations, les partenariats entre les entreprises des deux pays, soit pour explorer le marché de l'un des deux pays, soit pour explorer des marchés tiers. L'exemple que vous avez donné dans le partenariat de Cevital, Randon et Neobus est excellent: c'est une initiative couronnée de succès. J'aimerais que les entreprises brésiliennes s'intéressent à la privatisation ou à l'ouverture du capital des entreprises algériennes,

parce que ce marché est en train de croître et constitue une passerelle pour les marchés d'Afrique, du monde arabe, et en particulier méditerranéen et européen. C'est ce message que je souhaite aussi faire passer aux entrepreneurs brésiliens avec ma visite.

APS: L'Algérie et le Brésil ont coprésidé, en mai 2005 à Brasília, le sommet d'Amérique du Sud-pays arabes. Quelles sont les perspectives attendues en matière de coopération Sud-Sud?

Président: Le sommet de Brasília fut la première grande initiative tendant à rapprocher des régions ayant de vieilles relations engendrées par l'immigration arabe, dont la contribution fut énorme dans le développement des pays sud-américains. Son effet fut positif, tant au plan politique qu'au plan culturel et économique-commercial. Elle fait partie de cette stratégie de mieux se connaître pour pouvoir identifier les intérêts communs. La rencontre a servi à attirer l'attention sur l'importance à préserver et promouvoir les identités culturelles. Elle a constitué un tremplin pour des pays comme le Brésil et l'Algérie pour obtenir une voix plus active et efficace dans les grands débats internationaux. De plus, ils vont aider à générer des partenariats entre les pays du Sud qui, auparavant, étaient seulement compétitifs entre eux pour la fourniture de matière première bon marché destinée aux économies industrielles.

L'Expression: Comment voyez-vous les pressions que subissent certains pays comme l'Iran de la part des pays occidentaux?

Président: Concernant l'Iran, le traitement de la question revient à un canal approprié, au sein de l'Agence internationale de l'énergie atomique (AIEA) et des Nations Unies: nous privilégions le traitement des questions internationales par la voie de la négociation et du multilatéralisme et nous souhaitons que soient tentées toutes les formes possibles de résolution pacifique des différends, sans confrontations ni augmentation des tensions. Je souhaite que l'on donne, non pas une, mais toutes les chances à la diplomatie.

El Moudjahid: Que deviendront les

résolutions et autres recommandations adoptées lors du sommet latino-arabe tenu à Brasilia l'an dernier? N'y a-t-il pas risque que ces recommandations restent sans suite?

Président: Les importantes décisions auxquelles on est parvenu seront suivies de réunions comme celle qui vient d'avoir lieu, ici à Alger, entre les ministres de la Culture arabes et sud-américains. L'Algérie et le Brésil exercent la coprésidence du processus cette première année, et ont essayé de consolider un mécanisme de suivi des décisions. La Ligue arabe aussi a fait un bon travail et nous avons vu la participation d'entités académiques et du secteur privé. Le commerce du Brésil avec les pays arabes a augmenté de 40% en 2005, seulement pour donner un exemple, et le fait d'améliorer la connaissance réciproque fait naître des opportunités d'affaires. Nous devons nous engager à respecter les décisions et à consolider le mécanisme birégional qui va renforcer, à côté des autres mécanismes, la voix de nos pays dans de nombreuses questions internationales et surtout notre capacité d'améliorer nos propres relations, qui offrent de multiples possibilités de croissance. Ma visite à Alger est, dans ce sens, également le résultat de ce sommet.

El Watan: La relation Sud-Sud est-elle possible, et est-ce que le rapprochement entre l'Amérique latine et le monde arabe peut aider à renforcer et à concrétiser ce genre de relation?

Président: La relation Sud-Sud est non seulement possible, mais nécessaire. Le Sud n'est pas un ensemble amorphe de pays sous-développés et dépendants, qui n'ont rien à offrir, sinon des matières premières, aux pays riches. Aujourd'hui, nous pouvons avoir une relation plus intense et chaque fois plus complémentaire, parce que plusieurs de nos pays – y compris le Brésil et l'Algérie – ont développé des capacités techniques et de productivité de niveau international. Ensemble, nous pouvons être plus forts et non seulement augmenter notre commerce, mais aussi participer avec plus de force dans les forums économiques et politiques où se discutent les grandes

questions d'intérêt pour l'humanité, comme l'OMC et l'ONU. Prenons l'exemple du G20 qui fut finalement capable d'équilibrer le jeu à l'OMC et de discuter d'égal à égal avec les pays développés. Il est nécessaire que nos pays se connaissent davantage, qu'ils communiquent mieux, que nous n'ayons pas besoin d'aller à Paris ou à Miami pour nous rendre dans un autre pays en développement. Maintenant, une relation plus intense, plus créative et plus forte entre les pays du Sud ne veut pas dire négliger les relations avec les pays développés, qui sont aussi importantes pour nous tous. Nous allons faire comme les pays développés : saisir toutes les opportunités et faire de notre union notre force.

La Tribune: Vous êtes élu dans un contexte mondial marqué par l'hégémonie des intérêts des puissances économiques qui imposent une marche forcée vers une globalisation à risque pour les sociétés du Sud. Existe-t-il une dynamique des Etats du Sud de la planète visant à mettre sur pied un front mondial pour un ordre économique et politique juste?

Président: Sans doute le travail du G20, qui regroupe les pays en développement ayant des intérêts communs au sein de l'OMC, est une preuve que cela est souhaitable et possible. Grâce à ce type d'initiatives, de grand réalisme politique, nous serons en mesure de participer plus intensément dans le jeu international et surtout de le renverser en notre faveur. La réforme du Conseil de sécurité des Nations unies est une opportunité pour changer cette structure de puissance mondiale qui, autrement, resterait figée au bénéfice seulement des pays plus riches. Les pays en voie de développement doivent chercher une meilleure articulation dans les forums, pragmatique, souple, comme ce que nous faisons avec l'Inde et l'Afrique du Sud, au sein de l'IBAS. Et enfin, nous avons la question de l'intégration régionale. Par le biais du Mercosul, et en complémentarité, de la Communauté sud-américaine des nations, nous développons notre force. Vous mêmes êtes sur le point de réaliser votre volonté d'intégration par le biais du Maghreb arabe. Les pays en développement

doivent s'inspirer de l'exemple de l'Europe qui, grâce à son intégration, est devenue aujourd'hui une puissance. Si nous ne consolidons pas ces initiatives, nous serons condamnés à rester en marge de l'histoire.

Partners économie: En Afrique, particulièrement au sein du NEPAD, l'Algérie lutte pour un autre partenariat, pour le développement du continent le plus pauvre du monde. En Amérique latine, le Brésil représente aujourd'hui une autre mondialisation. Quels sont les axes d'efforts principaux communs qui peuvent se dégager de cette communauté de vues algéro-brésiliennes?

Président: Le NEPAD représente une prise de conscience des pays africains de la nécessité d'apporter des réponses appropriées aux défis de développement. Son point de départ est basé sur les mêmes principes qui régissent le processus de rapprochement et d'intégration de l'Amérique du Sud : la transparence, la bonne gouvernance, la prestation de comptes devant l'opinion publique, l'intégration des réseaux de transport, des communications et de l'énergie dans le continent autour d'axes d'intégration bien identifiés. Par le biais de l'Initiative pour l'intégration régionale sud-américaine (IIRSA), nous sommes engagés dans des projets qui génèrent une activité économique substantielle, la réduction des goulots d'infrastructure et les entraves bureaucratiques qui nuisent à la compétitivité de nos exportations. Le NEPAD est un excellent exemple d'une initiative avec une vision africaine des problèmes africains, mais en même temps, ouverte à la participation internationale. Je suis certain que l'expérience sud-américaine en matière de développement régional et de construction d'infrastructures pourra être de grande importance pour le NEPAD. Et il est certain que le Brésil et ses entreprises ont intérêt à participer dans l'initiative du NEPAD, de la même manière que les entreprises algériennes devront s'intéresser à ce que nous sommes en train de réaliser en Amérique du Sud.

El Watan: Pensez-vous que l'action menée à travers le groupe des 20 constitue une chance pour

le Sud afin de créer un équilibre dans les échanges commerciaux avec le Nord et est-ce que l'arrivée de la gauche au pouvoir dans les pays de l'Amérique latine aidera les pays en développement à contourner les pièges de la mondialisation?

Président: Je ne doute pas que le G-20 ait changé le jeu au sein de l'OMC et qu'il a fait naître une nouvelle confiance au sein des pays en développement dans leur capacité d'influencer le jeu. Je ne veux pas dire que nous avons atteint cet équilibre tant désiré ni que nous sommes proches de la fin d'une longue lutte contre les distorsions du commerce international qui sont tant préjudiciables aux pays en développement. Mais il y a aujourd'hui une nouvelle perception de la géographie diplomatique du monde ; mon espoir est que cette nouvelle géographie diplomatique puisse aider à changer une bonne partie de la géographie économique du monde et surtout aider chacun de nos pays à atteindre un meilleur niveau de développement. Concernant la victoire de la gauche en Amérique du Sud, je pense que c'est une réalité historique importante. Ces pays ont besoin d'élargir leurs options politiques pour affronter les problèmes, avant tout internes, qui persistent depuis des décennies et que les politiques traditionnelles n'ont pas réussi à résoudre. Ils doivent également avoir une nouvelle approche, plus combative, sur le plan externe. Mais la gauche qui est arrivée aujourd'hui au pouvoir en Amérique latine n'est pas irresponsable et elle sait qu'elle doit faire montre de beaucoup de prudence dans le traitement aussi bien des défis internes à leur pays, que de ceux découlant de la globalisation. Nous devons être réalistes et lutter, non contre la globalisation comme Don Quichotte contre les moulins à vent, mais pour redéfinir la géographie commerciale et économique mondiale de manière à ce que nous bénéficions des possibilités qu'offre la globalisation. Et pour ce faire, il faut une meilleure articulation des pays en développement, comme nous l'avons fait avec le G-20 et comme nous sommes en train de le faire avec ma visite en Algérie, qui a pour objectif de renforcer et de valoriser un partenariat qui est déjà

très important pour nos deux pays.

L'Expression: Nous constatons ces dernières années un rapprochement, soit une sorte de coalition politico-économique entre les pays d'Amérique latine et les pays arabes et musulmans contre l'hégémonisme américain. Quelle est la portée d'un tel rapprochement?

Président: Nous n'entreprenons rien contre personne ni contre quelque chose, si ce n'est en notre faveur, celle de préserver et de respecter notre identité culturelle et politique, notre diversité et nos intérêts qui sont, dans une large mesure, communs. Les Etats-Unis sont un partenaire international de première importance pour tous nos pays. Une approche arabo-sud-américaine n'implique en rien un rejet ou une réduction de l'importance ou de l'exclusion du partenariat avec les Etats-Unis ni avec d'autres pays développés.

Partners économie: L'espace lusophone triangulaire – Brésil, Portugal et PALOP (pays africains lusophones) – présente pour des raisons historiques un espace privilégié pour l'Algérie, qui a accompagné aussi bien l'indépendance des PALOP que la lutte pour la démocratie au Portugal et au Brésil. Comment envisagez-vous de faire fructifier politiquement et économiquement ce gisement de solidarité historique?

Président: Nous avons beaucoup œuvré avec les Pays lusophones (PALOPs) et le Portugal pour consolider la Communauté des pays de langue portugaise (CPLP) qui, aujourd'hui, est une réalité politico-diplomatique et de coopération. Je sais que l'Algérie a un vaste programme de coopération avec cet ensemble, surtout dans la formation, ici, d'étudiants africains de langue portugaise. Nous devons discuter plus sur la forme d'association de l'Algérie à cette coopération que développe la CPLP. J'ai grand espoir dans le groupe CPLP que nous venons de créer ici, en Algérie, compte tenu de l'importance de la diplomatie et de l'action de coopération algériennes en Afrique. Avec plusieurs pays du PALOPs, le Brésil et l'Algérie peuvent mener des actions conjointes dans

le domaine économique, par exemple à travers la création de partenariat de leurs deux grands Etats pétroliers ou dans le domaine de la coopération.

(Versão em português)

El Moudjahid: Qual é o seu sentimento, Senhor Presidente, sobre as alterações que ocorrem na América Latina com a chegada de governos de esquerda? O exemplo brasileiro teria contagiado?

Presidente: Vivemos novo período no continente. Houve grande crescimento e amadurecimento das esquerdas, que chegam ao poder pelo voto, reforçando a democracia. Não há espaço para golpes e soluções autoritárias. A experiência de governos de esquerda, na esteira da frustração do desastre neoliberal dos anos 90, representa o reconhecimento de que não haverá crescimento sustentado se as demandas econômicas e sociais de setores tradicionalmente marginalizados não forem atendidas. Não haverá crescimento consistente sem distribuição de renda. Mas também ficou evidente que cabe ao Estado um papel estratégico na indução de políticas públicas voltadas para realizar reformas. Consolidada a democracia política no continente, a América Latina precisa agora de transformações econômicas e sociais fundamentais. É importante destacar que cada país tem seu processo próprio; as esquerdas chegaram ao governo por seus méritos próprios. Claro que experiências exitosas das esquerdas em um país reduzem temores e deixam o eleitor latino-americano mais encorajado a votar sem preconceitos.

L'Expression: Senhor Presidente, é sua primeira visita à Argélia desde a sua assunção. Como o senhor avalia as relações entre a Argélia e o Brasil, especialmente em matéria econômica?

Presidente: Nossas relações passaram por extraordinária evolução. Somos conscientes de nossa importância recíproca. Temos excelente diálogo político-diplomático, somos parceiros em iniciativas importantes como a Ação contra a Fome e a Pobreza, temos consultas regulares e úteis sobre os temas

políticos de interesse comum. Nossa relação econômica representa muito para nossos países. Mas nosso comércio, por mais expressivo que seja – 3,2 bilhões de dólares em 2005 – é desequilibrado e nossos empresários e equipes técnicas de governo ainda se conhecem mal. Os negócios são pontuais. Precisam ganhar mais solidez, visão de médio e longo prazos. É necessário que nos conheçamos melhor e que possamos ver-nos como opções viáveis no mercado internacional – sem falar no tipo de cooperação que podemos desenvolver a partir de experiências próprias, tanto na área agrícola, como na social, no apoio às pequenas e micro-empresas, na informatização da administração pública, etc. Nossas duas gigantes petroleiras, a Petrobras e a Sonatrach, podem desenvolver enorme parceria para atuarem juntas aqui ou no Brasil ou ainda em terceiros mercados.

Algérie Presse Service: Quais são, Senhor Presidente, as oportunidades de parceria que podem ser aproveitadas, pelos dois países, a fim de consolidar a cooperação bilateral e alçar as relações ao nível desejado?

Presidente: São imensas oportunidades. Como já assinali, a Argélia é nosso 16º parceiro geral, primeiro parceiro árabe, segundo africano e sétimo entre os países desenvolvimento e, neste grupo, somos seu primeiro parceiro com um comércio bilateral de 3,2 bilhões de dólares. O mercado argelino cresce e se abre, precisa de insumos, bens, serviços e tecnologias que o Brasil pode, em boa medida, fornecer de forma competitiva. A Argélia é um grande país petroleiro e gasífero e tem muito a oferecer nessas áreas, mas também em outras – por exemplo, no que se refere ao clima semi-árido e à questão da desertificação. Há interesses comuns na promoção do desenvolvimento social e econômico, da boa administração e da boa governança. Temos grandes coincidências sobre temas internacionais. É importante que os dois países se conheçam melhor, conheçam melhor o mercado do outro, as ofertas de bens, serviços e tecnologias do outro, que

identifiquem as muitas áreas em que podem concretamente cooperar. O que espero dessa visita é que possamos defini-las de comum acordo, de forma realista e pragmática, e que tenhamos um programa de trabalho a executar. Não se trata só de ver as oportunidades de curto prazo, mas de criar e consolidar as de médio e longo prazos também.

El Watan: Quais são os domínios prioritários que o senhor pretende desenvolver no futuro na cooperação entre Brasil e Argélia? E quais são os projetos a que mais dá importância?

Presidente: Creio que o Brasil pode cooperar com a Argélia em vários campos em que desenvolvemos tecnologias próprias. Exemplos são: na área agrícola por meio da EMBRAPA – a empresa estatal brasileira de pesquisa agropecuária; na promoção da pequena e da micro-empresa, por meio da SEBRAE; na área de saúde; na informatização do Governo; em programas sociais, na vigilância do território, na proteção ambiental, na pesquisa petrolífera em águas profundas. A Argélia também tem desenvolvido grande experiência na área do gás, por exemplo. Enfim, há um sem número de campos em que a cooperação pode servir para nos conhecermos melhor e para melhorarmos a nossa relação, sem distorcer um dado que hoje é básico, a competitividade dos bens, serviços e tecnologias de que os nossos países precisam para o seu desenvolvimento.

Liberté: Desde a sua chegada ao poder, Senhor Presidente, os laços entre a Argélia e o Brasil se estreitaram. Trata-se de uma verdadeira realização da política sul-sul, defendida pela defunta organização dos países não-alinhados para evitar ser totalmente dependentes dos países ricos do Norte?

Presidente: A Argélia é um grande parceiro no mundo em desenvolvimento. O Brasil é o primeiro parceiro da Argélia entre os países do Sul. Tudo o que pudermos fazer para reforçar e ampliar nossas relações, começando por um maior conhecimento recíproco que nos permita ver-nos como opções um para o outro, vai nesse sentido. O Brasil tem

estreitado as relações sul-sul, a começar pela sua própria região, a América do Sul, onde está em curso, a partir do núcleo integrador do Mercosul, a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações baseada no tripé político, econômico-comercial e de cooperação. Fizemos um esforço de aproximar a América do Sul e os Países Árabes com a Cúpula de Brasília. Tudo isso é parte de um esforço para ampliar e fortalecer a nossa voz no mundo, mas sem nenhum ânimo seja de confrontar ou excluir os países ricos. Queremos ter relações universais e aproveitar todas as oportunidades que nos ajudem no que é nosso grande desafio: o desenvolvimento econômico e social em um quadro de democracia e pleno respeito dos direitos humanos. Considero, aliás, que o Movimento dos Países Não-Alinhados continua sendo uma voz e uma força nesse sentido.

La Tribune: Como avalia, Senhor Presidente, as relações argelino-brasileiras e quais são as perspectivas concretas da cooperação bilateral?

Presidente: As relações argelino-brasileiras são exemplares no plano político e no plano econômico-comercial, mas resta muito por fazer. Ao responder outras perguntas esclareci o que podemos fazer em vários campos com vistas a melhorar o conhecimento recíproco e assim nos associarmos melhor em nossos esforços de desenvolvimento através da cooperação, mas também para vermos o outro como uma opção no mercado internacional. A título de ilustração desse potencial, cito o enorme campo de cooperação e negócios entre a Sonatrach e a Petrobras. A Petrobras desenvolveu importantíssimos avanços na área de tecnologia de prospecção de petróleo off shore. Por sua experiência na área do gás, a Sonatrach poderia engajar-se em parceria internacional com sua congênere brasileira.

Algérie Presse Service: Vários ministros e empresários do seu país deslocaram-se a Argel e o comércio entre a Argélia e o Brasil tem aumentado sensivelmente; o senhor pensa que, com o relançamento da Comissão Mista, o volume de trocas

entre os dois países poderia atingir um fluxo apreciável e levar os operadores brasileiros a uma participação efetiva em matéria de investimento?

Presidente: Já mencionei o desequilíbrio no comércio bilateral: 3,2 bilhões de dólares em 2005, com um déficit de 2,5 bilhões para o Brasil. As exportações argelinas cresceram 40% entre 2004 e 2005, mas as brasileiras só 10%, talvez pelas restrições argelinas à importação em função de foco absolutamente isolado de aftosa que tivemos no Brasil. Não é fácil eliminar esse déficit no curto prazo, dada a estrutura do comércio bilateral. Por isso, insisto em que devemos identificar oportunidades imediatas de negócios e investimentos em um e outro países. Mas também temos de ter uma estratégia de médio e longo prazos, para que os dois países se conheçam melhor e possam ver no outro uma boa opção de parceria econômica e comercial. Assim a Argélia vai saber que produzimos moderníssimos aviões regionais que são um sucesso de vendas em todo o mundo, que temos tecnologia de radarização de última geração, que desenvolvemos pesquisa agropecuária capaz de mudar a face de uma região como o semi-árido nordestino no Brasil. Tudo isso pode e deve ser objeto de debate na Comissão Mista. Ela precisa aproximar as agências de um e outro país para gerar esse conhecimento, que por sua vez permitirá identificar oportunidades de negócios, investimentos e cooperação, inclusive em terceiros países.

Liberté: Essa cooperação se manifestou com uma parceria entre o grupo argelino Cevital e as empresas brasileiras Randon e Neobus em uma fábrica de veículos industriais. O senhor acha que outras operações são possíveis e em que ponto se encontram as relações entre o setor privado argelino e empresas do seu país?

Presidente: As relações econômico-comerciais entre a Argélia e o Brasil têm como base uma excelente relação política fundada na importância recíproca que os dois países se concedem. Acho que elas se desenvolverão sobre uma base tripla: primeiro,

que nossas empresas explorem o potencial de negócios que o mercado do outro país oferece; segundo, que possamos desenvolver programas de cooperação e de intercâmbio que nos permitam conhecer as necessidades do outro país em termos de bens, serviços, tecnologias e cooperação; e, em terceiro, vêm as associações, as parcerias entre empresas dos dois países, seja para explorar o mercado de um deles, seja para explorar terceiros mercados. O exemplo que você deu de parceria da Cevital, a Randon e a Neobus é excelente: é uma iniciativa fadada ao sucesso. Gostaria que empresas brasileiras se interessassem pela privatização ou abertura de capital de empresas argelinas, porque este mercado está crescendo e constitui uma ponte para os mercados da África, do mundo árabe e em especial do mediterrâneo e da Europa. É essa a mensagem que também quero passar ao empresariado brasileiro com a minha visita.

Algérie Presse Service: Argélia e Brasil copresidiram em maio de 2005, em Brasília, a Cúpula América do Sul-Países Árabes. Quais são, Senhor Presidente, as perspectivas esperadas em matéria de cooperação Sul-Sul e no plano do reequilíbrio das relações internacionais nos níveis político e econômico?

Presidente: A Cúpula de Brasília foi um primeiro grande esforço para aproximar regiões que têm antigas relações geradas pela imigração árabe, cuja contribuição foi enorme para o desenvolvimento dos nossos países sul-americanos. Seu efeito foi muito positivo, tanto no plano político quanto cultural e econômico-comercial. Faz parte dessa estratégia de nos conhecermos melhor para podermos identificar interesses comuns, juntar forças, ver-nos como opções naturais em um mundo difícil, competitivo. A reunião também serviu para chamar a atenção para a importância de preservar e promover as identidades culturais. A Cúpula foi, assim, um passo de países como Brasil e Argélia para ter uma voz mais ativa e eficaz nas grandes discussões internacionais. Mais do que isso, vem ajudando a gerar parcerias entre

países do Sul que antes eram apenas competidores entre si para fornecer matéria-prima barata para as economias industriais.

L'Expression: Uma cúpula países árabes-América do Sul ocorreu recentemente no seu país; qual foi o seu objetivo estratégico? Como o Senhor vê as pressões sofridas atualmente por certos países como o Irã por parte dos países ocidentais?

Presidente: Como acabei de explicar, a Cúpula de Brasília teve o objetivo estratégico de aproximar política e economicamente duas regiões que têm uma longa tradição de relações humanas – graças à imigração árabe –, mas uma relação econômica que não estava à altura. Pudemos mostrar que sabemos aproximar-nos, falar juntos sobre grandes temas de interesse comum e sobretudo promover o conhecimento recíproco que permitirá ampliação dos negócios e da cooperação. Não é uma iniciativa voltada contra ninguém e sim a nosso favor. Sem exclusões, sem arrogância, sem irrealismo, quisemos pôr em contato dois mundos que têm muito em comum e podem aportar-se reciprocamente muito. Quanto ao Irã, o assunto tem um canal apropriado de tratamento no seio da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e das Nações Unidas: nós privilegiamos o tratamento das questões internacionais pela via da negociação e do multilateralismo e queremos que se tentem todas as formas possíveis de resolver as pendências pacificamente, sem confrontações ou aumento de tensões. Quero que se dê não uma, mas todas as chances à diplomacia.

El Moudjahid: O que ocorrerá com as resoluções e outras recomendações adotadas pela Cúpula árabe-sul-americana em Brasília, no ano passado? Não existe o risco de que essas recomendações fiquem sem seguimento se mecanismos de acompanhamento não forem estabelecidos?

Presidente: A Cúpula de Brasília foi uma iniciativa pioneira para aproximar mais política e economicamente duas regiões que têm relações

antigas no plano humano e bastante modestas, em geral, no plano econômico. As importantes decisões alcançadas terão seguimento por meio de reuniões como que a acaba de ocorrer aqui em Argel entre os Ministros da Cultura árabes e sul-americanos. A Argélia e o Brasil exerceram a co-presidência do processo nesse primeiro ano e têm procurado consolidar um mecanismo de seguimento das decisões. A Liga Árabe também tem feito um bom trabalho e temos tido a participação de entidades acadêmicas e do setor privado. O comércio do Brasil com os países árabes aumentou em 40% em 2005, só para dar um exemplo de como, melhorando o conhecimento recíproco, surgem as oportunidades de negócios. Mas sem dúvida temos de ter o compromisso com o seguimento das decisões e com a consolidação do mecanismo birregional, que vai reforçar, ao lado de outros mecanismos, a voz dos nossos países em muitas questões internacionais e sobretudo a nossa capacidade de melhorar as nossas próprias relações, que têm muito espaço para crescer. Minha visita a Argel é, nesse sentido, também um seguimento a essa cúpula.

El Watan: A relação Sul-Sul será possível? E será que a aproximação entre a América Latina e o Mundo Árabe pode ajudar a reforçar e a concretizar esse tipo de relação?

Presidente: A relação Sul-Sul não apenas é possível como necessária. O Sul não é um conjunto amorfo de países subdesenvolvidos e dependentes, que nada têm a oferecer senão matérias-primas para os países ricos. Hoje podemos ter uma relação muito intensa e cada vez mais complementar, porque vários dos nossos países – o Brasil e a Argélia incluídos – desenvolveram capacidade técnica e produtividade de nível internacional. Juntos podemos ser mais fortes e não apenas aumentar o nosso comércio, mas participar com mais força dos foros econômicos e políticos em que se discutem as grandes questões de interesse da humanidade, como a OMC e a ONU. Veja o exemplo do G-20, que foi finalmente capaz de equilibrar o jogo na OMC e discutir de igual para

igual com os desenvolvidos. E para fazer isso, é preciso que os nossos países se conheçam melhor, que se comuniquem melhor, que não precisemos ir a Paris ou a Miami para poder chegar a outro país em desenvolvimento. Agora, uma relação mais intensa, mais criativa e mais forte, entre os países do Sul não implica esvaziar as relações com os países desenvolvidos, que são também importantes para todos nós. Vamos fazer como os desenvolvidos: aproveitar todas as oportunidades e fazer da nossa união a nossa força.

La Tribune: Senhor Presidente, o senhor foi eleito num contexto mundial marcado pela hegemonia de interesses das potências econômicas que impõem uma marcha forçada aos países emergentes e em desenvolvimento em direção a uma globalização de risco. Existe uma dinâmica dos Estados do Sul do planeta visando a criar uma frente mundial para uma ordem econômica e política justa?

Presidente: Sem dúvida. O trabalho do G-20, grupo que reúne países em desenvolvimento com interesses comuns na OMC, é uma prova de que isso é desejável e possível. Por meio desse tipo de iniciativas, de grande realismo político, seremos capazes de participar mais intensamente do jogo internacional e sobretudo de mudá-lo a nosso favor. A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é uma oportunidade de alterar essa estrutura de poder mundial que, de outra forma, ficará congelada em benefício apenas dos países mais ricos. Iniciativas conjuntas com os países desenvolvidos, como a Ação contra a Fome e a Pobreza, de que participam Argélia e Brasil, também são um instrumento para aumentar o engajamento das nações ricas nessas mudanças. De sua parte, os países em desenvolvimento devem buscar melhor articulação em foros pragmáticos, ágeis, como o que fazemos com a Índia e a África do Sul, no IBAS. E finalmente temos a questão da integração regional. Por meio do Mercosul e, complementarmente, da Comunidade Sul-Americana de Nações, estamos ampliando a nossa força. Vocês estão realizando sua vocação

integracionista por meio da União do Magrebe Árabe. Os países em desenvolvimento devem inspirar-nos no exemplo da Europa, que, graças à sua integração, é hoje uma potência. Se não consolidarmos essas iniciativas, estaremos condenados a ficar à margem da história.

Partners Économie: Na África, e particularmente no seio do NEPAD, a Argélia luta por um outro tipo de parceria, para o desenvolvimento do continente mais pobre do mundo. Na América Latina, o Brasil representa hoje, pelo senhor, uma outra globalização, a das “massas populares empobrecidas”. Quais são concretamente os eixos de esforços principais que podem se extrair dessa comunidade de visões argelino-brasileiras?

Presidente: O NEPAD representa uma tomada de consciência dos países africanos da necessidade de encontrar respostas próprias para os desafios do desenvolvimento da África. Seu ponto de partida são os mesmos princípios que orientam o processo de aproximação e integração da América do Sul: a transparência, boa governança, a prestação de contas perante a opinião pública, a integração das redes de transporte, comunicações e energia no continente em torno de eixos bem identificados de integração. Por meio da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), estamos engajados em projetos que gerem atividade econômica sustentável, a diminuição dos gargalos de infraestrutura e os entraves burocráticos que prejudicam a competitividade de nossas exportações. O NEPAD é excelente exemplo de uma iniciativa com visão africana dos problemas africanos, mas, ao mesmo tempo, aberta à participação internacional. Estou certo de que a experiência sul-americana em matéria de desenvolvimento regional e construção de infraestrutura poderá de ser de relevância para o NEPAD. E é certo que o Brasil e suas empresas têm interesse em participar de iniciativas do NEPAD, da mesma forma que empresas argelinas deveriam interessar-se pelo que estamos fazendo na América do Sul.

El Watan: O senhor pensa que a ação

empreendida pelo Grupo dos 20 constitui uma oportunidade para o Sul a fim de criar um equilíbrio nas trocas comerciais com o Norte? E será que a subida da Esquerda ao poder nos países da América Latina ajudará os países em desenvolvimento a esquivar as armadilhas da mundialização?

Presidente: Não tenho dúvidas de que o G-20 mudou o jogo na OMC e gerou uma confiança nova dos países em desenvolvimento na sua capacidade de influenciar o jogo. Não quer dizer que tenhamos alcançado esse almejado equilíbrio, nem que estejamos próximos do fim de uma longa luta contra as distorções do comércio internacional que são tão prejudiciais aos países em desenvolvimento. Mas há hoje uma nova percepção da geografia diplomática do mundo; minha esperança é que essa nova geografia diplomática possa ajudar alterar em boa medida a geografia econômica do mundo e sobretudo cada um dos nossos países a alcançar um melhor nível de desenvolvimento. Quanto à vitória da esquerda na América do Sul, acho que é uma realidade histórica importante. Esses países precisam ampliar suas opções políticas para enfrentar problemas, primeiro de tudo internos, que persistem há décadas e que as políticas tradicionais não conseguiram resolver. Também têm de ter uma abordagem nova, mais combativa, no plano externo. Mas a esquerda que hoje chegou ao poder à América Latina não é irresponsável e sabe que tem de ser muito cuidadosa ao tratar tanto os desafios internos em seus países quanto os desafios que nos vêm da globalização. Temos de ser realistas e lutar, não contra a globalização como Dom Quixote contra os moinhos de vento, mas para redefinir a geografia comercial e econômica mundial de forma que nos beneficiemos também das possibilidades abertas pela globalização. E a forma de fazê-lo é articulando melhor os países em desenvolvimento, como fizemos com o G-20, ou como estamos fazendo nessa minha visita à Argélia, que tem por objetivo fortalecer e valorizar uma parceria que já é muito importante para os dois países.

L'Expression: Constatamos nestes últimos anos uma reaproximação, uma espécie de coalizão político-econômica entre os países da América Latina e os países árabes contra o hegemonismo americano. Qual é o alcance dessa reaproximação?

Presidente: Não estamos fazendo nada contra ninguém, nem contra nada, mas a nosso favor, a favor da preservação e do respeito da nossa identidade cultural e política, da nossa diversidade e dos nossos interesses, que são em grande medida comuns. Os Estados Unidos são um parceiro internacional de primeira magnitude para todos nossos países. Uma aproximação árabe-sul-americana não implica em absoluto um repúdio ou uma diminuição da importância ou a exclusão da parceria com os EUA ou outros países desenvolvidos. Temos, isso sim, de associar-nos para promover a nossa identidade e defender conjuntamente, com uma voz fortalecida pelo bom entendimento e pela boa coordenação, os interesses e pontos de vista comuns que temos. Esse é um dos sentidos da minha visita a Argel.

Agence Algérienne d'Information: Como o Brasil avalia o estado das suas relações econômicas e políticas com a Argélia, como vê sua evolução e quais são, na sua opinião, as áreas que seria necessário privilegiar?

Presidente: As relações são excelentes, com grande importância recíproca, mas com um enorme potencial de crescimento, em especial porque o Brasil tem um déficit muito grande na balança bilateral e é capaz de fornecer à Argélia, em condições de excelente competitividade, bens, serviços e tecnologias que têm grande demanda no mercado argelino, tanto pelo setor privado e pelos consumidores em geral, quanto pelo setor público. Insisto: é preciso que possamos nos conhecer melhor. O Brasil tem excelentes ofertas que vão de automóveis a veículos pesados, de aviões a serviços de engenharia de estradas, barragens, portos, pontes, ferrovias, de radarização a desenvolvimento agrícola, de medicamentos a informatização da administração

pública (e-government), e assim por diante. Gostaríamos muito de fortalecer a cooperação nesses setores e de mostrar aos argelinos que eles têm no Brasil uma boa opção.

Agence Algérienne d'Information: O Brasil, sendo produtor de petróleo, é um dos ferrenhos defensores das energias alternativas, como o biocombustível, que vocês desenvolveram; o senhor acha que essa forma de energia alternativa pode ser uma solução para os países africanos que não têm petróleo?

Presidente: Os bio-combustíveis oferecem excelente alternativa não apenas para os países que não são produtores de petróleo – como é o caso de muitos na África. É opção também para aqueles que são produtores, como a Argélia. No Brasil, por exemplo, que a partir de 2006 tornou-se auto-suficiente na produção de petróleo, o álcool combustível é regularmente adicionado à gasolina numa proporção de 25%, o que representa uma economia em vários sentidos: substitui o petróleo importado por fonte renovável; substitui o chumbo, que é nocivo à saúde; e reduz a emissão de poluentes ambientais. Ou seja, é uma excelente solução sob todos os pontos de vista, e ainda reforça o trabalho no campo, visto que o cultivo da cana é normalmente atividade intensiva em mão-de-obra. Esses benefícios são evidentemente multiplicados no caso de motores movidos exclusivamente a etanol, o que é o caso de parcela crescente da frota brasileira.

Partners Économie: O espaço lusófono triangular – Brasil, Portugal e Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs) – apresenta por razões históricas um espaço privilegiado para a Argélia, que acompanhou tanto a independência dos PALOPs quanto a luta pela democracia em Portugal e no Brasil. Como o senhor vê a maneira de fazer frutificar política e economicamente essa herança de solidariedade histórica?

Presidente: Temos trabalhado muito com os PALOPs e Portugal para consolidar a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que hoje é

uma realidade político-diplomática e de cooperação. Sei que a Argélia tem um intenso programa de cooperação com esse agrupamento, sobretudo na formação de estudantes africanos de língua portuguesa aqui. Temos de conversar mais sobre a forma de associar a Argélia a essa cooperação que a CPLP desenvolve. Tenho grande esperança para o Grupo CPLP que acabemos de criar aqui na Argélia, dada a importância da diplomacia e da ação de cooperação argelinas na África. Com vários dos PALOS o Brasil e a Argélia podem fazer ações conjuntas no campo econômico, por exemplo através da atuação em parceria das suas duas grandes estatais de petróleo, ou no campo da cooperação.

Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado à Argélia (Argel, Argélia, em 9.2.2006)

Jornalista: Agora, a presença do Brasil no Haiti é uma etapa cumprida com as eleições haitianas?

Presidente: Até agora sim, mas é importante lembrar que o Brasil ainda precisa contribuir para que o Haiti consolide as suas instituições. Antes de conhecer o que tinha acontecido em Ruanda, é importante dizer isso, eu achava que o Brasil deveria, assim que tivesse as eleições, sair. Mas depois que eu vi as forças da ONU saírem de Ruanda e que aconteceu em Ruanda, uma carnificina que eu jamais imaginei que pudesse existir na humanidade, eu acho que o Brasil ainda pode dar sua contribuição. Obviamente que essa contribuição só poderá ser dada se o novo governo precisar. Se o novo governo disser para o Brasil: “olha, está na hora,” nós, tranqüilamente, viremos embora porque acho que cumprimos a nossa missão. Eu acho que o Brasil deu um exemplo de como é possível uma Força de Paz agir democraticamente, ganhar a confiança do povo, ganhar a confiança do governo, da comunidade internacional e, certamente, no dia em que os nossos soldados voltarem para Brasil, eles voltarão de cabeça erguida, com orgulho do dever cumprido.

Jornalista: Tem prazo?

Presidente: Não tem prazo.

Jornalista: Sobre a reunião do senhor na África do Sul. Como o senhor acha que pode avançar essa reunião na Rodada de Doha?

Presidente: Olha, a Rodada de Doha é uma Rodada que precisa de 500 reuniões, de muito convencimento. Isso é como uma pessoa que precisa vender um produto, ou seja, nós estamos vendendo a idéia de que o mundo comercial, de que a geografia comercial do mundo, precisa ser mudada em benefício dos países mais pobres. Estamos vendendo que é preciso dar uma chance aos países menos desenvolvidos para que possamos diminuir a violência, a pobreza e o terrorismo. Nós sabemos dos interesses de cada país, sabemos o que pesam os interesses dos subsídios nos países europeus, mas não vamos deixar de tentar convencê-los do contrário. E o Brasil, aos poucos, vai dando exemplos. Por isso, temos viajado muito para a África, por isso viajamos muito para a América Latina porque, com pequenos gestos, queremos provar que o mundo poderia ser diferente, poderia ser muito melhor se os países ricos tivessem a compreensão de que somente o desenvolvimento é que vai permitir que o mundo viva em paz.

Jornalista: Mas chega uma hora em que destravar isso que está tão empacado realmente vai depender de Bush, de Chirac, de Lula, de Koizumi?

Presidente: Certamente que depende dos países ricos. Depende, de um lado, da pressão que nós tivermos competência de fazer. Eu acho que o G-20 é um instrumento extraordinário que foi criado, e o Brasil tem uma posição de destaque no G-20. Então, a organização dos países emergentes e pobres é uma força muito grande para que a gente possa sensibilizar politicamente os países ricos. Agora, sensibilizar do ponto de vista político e, também, uma pressão muito forte. Nós temos que fazer pressão. Não acho que o presidente Chirac vai ceder porque eu estou dizendo para ele que Guiné-Bissau está passando fome. Não acho que o presidente Bush

vai ceder porque estou dizendo para ele que no Senegal tem problemas ou que no Brasil tem problemas, não. Eles vão ceder na hora em que eles perceberem que os interesses comerciais deles podem correr riscos se não atenderem a uma necessidade básica dos países pobres.

Quando, no Brasil, estamos dando ênfase à questão do biodiesel como uma nova matriz energética na área de combustível é porque compreendemos que o biocombustível será o combustível do planeta Terra, menos poluente, muito mais gerador de empregos e, sobretudo, vai favorecer os países pobres que têm mais terra, que têm mais gente para trabalhar. Ou seja, não imagino a mamona plantada nos países que têm seis meses de neve. Eu a imagino plantada nos países que têm terra árida, que têm seca. Então, estou trabalhando com essa hipótese e isso tem que ser instrumento de negociação. Eu não espero facilidade na mesa de negociação porque ninguém cede a ninguém.

Agora, também, não conheço, na história da humanidade, nenhum interlocutor que cedeu para interlocutor subserviente. Ninguém ganha nada se começar a negociar de cabeça baixa, lamentando: “eu sou pobre, não tenho nada, pelo amor de Deus me dê alguma coisinha.” Ninguém respeita isso. O que eles respeitam é se a gente entrar de cabeça erguida na negociações, dizer o que queremos, porque queremos, porque necessitamos e aí, sim, nós vamos ser respeitados. Por isso eu sou um otimista.

Jornalista: Não tem que ter o ônus de dizer não a essa reunião para eles, que é de deixar claro que se essa reunião não existir é por que eles não quiseram?

Presidente: Temos que dizer isso, aliás eu tenho dito isso, tenho chamado o primeiro-ministro Tony Blair, o presidente Bush, o presidente Chirac, a chanceler alemã. Eu tenho conversado com eles sobre isso, eu tenho mostrado que é uma chance única que nós temos porque se não aproveitarmos esse momento de fazer uma boa negociação nós corremos o risco de ficar mais 30 anos nessa mesma situação.

O que tem acontecido? O que tem acontecido é que não temos notado o desenvolvimento por si só dos países mais pobres. Temos de alavancar isso, e um meio é reduzir o subsídio agrícola dos países ricos para que os pobres possam vender um pouco mais, que é onde os países pobres são mais competitivos. Não estou falando do Brasil, porque o Brasil tem grandeza tecnológica, tem conhecimento, o Brasil hoje exporta 30% de produtos manufaturado, vamos exportar mais, o Brasil é um país grande. O Brasil, historicamente, se tornou socialmente injusto por responsabilidade interna.

Agora, eu estou falando de países mais pobres que o Brasil, com menos condições que o Brasil, países da África, países da América Latina. Portanto, este é um papel que o Brasil pode cumprir, pode ajudar. Eu acho que a gente, na história da humanidade, muitas vezes você faz as coisas e você mesmo não ganha pelo que você fez, mas se os mais pobres ganharem, eu acho que o Brasil já está realizado.

Jornalista: Presidente, a gente entra na questão da força dos chefes de Estado e da questão do mandato, de que a gente falou agora há pouco. O senhor acredita que a extensão desse mandato e as reeleições são favoráveis para que esses acordos sejam fechados?

Presidente: Olha, tem duas coisas importantes. Primeiro, porque nas negociações eu acho que o papel dos nossos ministros e o papel dos negociadores tem uma hora que se chega a um limite, ou seja, quando não anda mais, entra o papel dos líderes políticos que têm que decidir.

Qual é o problema? E eu tenho tentado bater nessa tecla: é que muitas vezes os presidentes têm mandato com prazo determinado e muitas vezes eles estão mais preocupados com o seu tempo de governo do que com a política internacional, com os acordos internacionais.

Tenho tentado mostrar que a gente não deve se preocupar com o tempo da gente na Presidência porque política internacional e projeto estratégico são

projetos de 20 anos, de 30 anos. Então, temos que pensar o seguinte: que mundo queremos para os próximos 30 anos, para os próximos 20 anos? É muito tempo para esperar? É. Mas se não começarmos a fazer agora, o que será da África daqui a 40 ou 50 anos? Então temos que dar o passo agora e esse é o momento porque é o momento da negociação, é o momento em que os países têm que abrir a sua mente e os seus corações, têm que abrir os seus cofres, têm que abrir seus conhecimentos tecnológicos e estender a mão ao mundo menos desenvolvido.

Jornalista: O que é prioridade, a OMC ou a ONU, Presidente?

Presidente: Veja, a prioridade é a OMC, neste momento. Agora, uma coisa não exclui a outra. Veja, a OMC no âmbito comercial, é extremamente importante e a ONU, no âmbito político, é extremamente importante. Não podemos continuar com uma instituição da importância das Nações Unidas sendo administrada pelos mesmos parâmetros que ela foi criada há 60 anos. A geografia mundial mudou, a política mudou, a economia mudou, a geografia mudou, já não tem mais a Guerra Fria. Portanto, a ONU tem que dar esse passo, ou seja, mais democracia na ONU, mais funcionamento dos organismos da ONU e mais representatividade na ONU. Por quê? Porque quanto mais representativa for a ONU, quando todos os continentes estiverem representados, quando as forças políticas estiverem representadas, as decisões da ONU serão cumpridas. Enquanto não for, enquanto não tiver essa representatividade, toma-se uma decisão e as pessoas se acham no direito de dizer: “isso não vale para mim, isso só vale para os outros”. Então, o que eu quero, eu não quero para mim, eu quero para a humanidade. A ONU democrática será um bem para a humanidade.

Jornalista: Só para concluir, o senhor é a favor ou contra a reeleição, Presidente?

Presidente: Veja, eu tenho uma tese. Não vou discutir se sou contra ou a favor da reeleição. Eu

tenho uma tese, não gostaria que no Brasil tivesse reeleição, mas existe reeleição. Então, vamos esperar. O Presidente da República não tem que ter pressa de eleição, tem que ter em conta que o Presidente da República tem que governar até o dia 31 de dezembro de 2006. Tenho muita coisa para fazer.

Tenho dito sempre o seguinte: plantamos muita coisa, estamos colhendo as coisas que plantamos. Estou confiante, estou tranquilo. O Brasil tem forte possibilidade de crescimento econômico; poderemos ter um crescimento extraordinário na geração de empregos, na distribuição de renda. Os dados estão aí para todo mundo ver. Agora, não posso permitir que o nervosismo eleitoral faça com que o Presidente da República tire a cabeça do principal, que é a economia brasileira, o povo brasileiro e o desenvolvimento do Brasil.

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 13.2.2006)

Luiz Fara Monteiro: Bom dia, amigos em todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa agora mais uma edição do “Café com o Presidente”. Nós estamos a bordo do avião presidencial Santos Dumont. Estamos acompanhando a viagem feita pelo presidente Lula ao continente africano. Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Luiz. Bom dia, ouvintes do programa “Café com o Presidente”. É uma alegria poder conversar com o povo brasileiro quando estou voltando de uma viagem muito proveitosa para o Brasil. O primeiro país visitado foi a Argélia e era importante fazer a visita porque é o país de que o Brasil mais importa petróleo. Portanto, nós temos um déficit na balança comercial com a Argélia, praticamente, de 2,5 bilhões de dólares e é preciso diminuir esse déficit comercial.

Luiz Fara Monteiro: Foi feito um acordo também com a Argélia na área fitossanitária. Isso é importante, por exemplo, para a carne brasileira, para os produtores de carne brasileira?

Presidente: É importante porque fiz um apelo ao Presidente Bouteflika, mostrando para ele que não tinha nenhum sentido suspender a carne brasileira, porque o Brasil é um território muito grande. Temos 200 milhões de cabeças de gado. E se tem um foco de febre aftosa num local ou numa região, o governo brasileiro trata de isolar aquela região para continuar vendendo carne para os nossos compradores.

Luiz Fara Monteiro: Depois da Argélia, o senhor seguiu para o Benim e Botsuana, onde acordos importantes também foram firmados. Como é que o Brasil pode ajudar esses dois países, Presidente?

Presidente: Olha, primeiro, quero dizer ao povo brasileiro que o Benim me emocionou demais porque nós fomos visitar o Portal do Não Retorno, por onde os escravos saíam para vir para o Brasil; e também visitar o mesmo lugar por onde eles retornaram, já depois do fim da escravidão no Brasil. Mas, sobretudo, tive a oportunidade de conhecer os descendentes da família Silva, pessoas que retornaram do Brasil com o sobrenome Silva. Tem um grupo que cuida da relação com o Brasil, que cuida de guardar as memórias do Brasil. Visitei um museu, foi uma coisa extremamente importante. Também fizemos acordos na área do esporte e na área da saúde, sobretudo na área da saúde, para cuidar da Aids. O Brasil tem um dos melhores programas de combate à Aids e naquilo que o Brasil puder ajudar, não apenas com remédio, mas organizar, com transferência de conhecimento, nós vamos fazer porque nós achamos que é obrigação de um país que pode ajudar os países que podem menos que nós.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Agora, a última escala da viagem foi a África do Sul, onde aconteceu a reunião da Governança Progressista, vários países participaram – Coréia, Suécia. O senhor, inclusive, encontrou-se com o Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair. O que foi discutido nesse encontro?

Presidente: Primeiro, eu tinha conversado

com o presidente da África do Sul para que fizéssemos uma reunião para tratar dos acordos que estão sendo discutidos na Organização Mundial do Comércio – OMC, e conversei com o Primeiro-Ministro Tony Blair, ainda na Inglaterra, por telefone, e fizemos uma reunião. Foi uma reunião muito interessante porque todos estamos convencidos de que o acordo de comércio, sobretudo na área de agricultura, precisa tratar com muito carinho a situação dos países mais pobres. Não estou falando do Brasil, que é competitivo na área da agricultura, que é competitivo em várias áreas de produtos manufaturados. Estou falando de países pobres que têm, como o Benim, por exemplo, apenas o algodão como fonte de geração de riqueza e de exportação.

Precisamos garantir que esses países tenham o reconhecimento dos seus produtos nos países ricos e que esses países ricos tirem os subsídios dos seus produtos para comprar produtos dos países pobres. Uma outra coisa importante discutida foi um tema que eu introduzi, a questão de uma nova matriz energética na área de combustível.

Luiz Fara Monteiro: O biodiesel brasileiro pode entrar nessa discussão aí?

Presidente: O biodiesel brasileiro e o álcool, Luiz. Primeiro, porque o Brasil é imbatível na produção de álcool. Temos tecnologia, já estamos exportando e poderemos exportar muito mais. Não apenas exportar o produto acabado, mas poderemos fazer parcerias de usinas brasileiras com usinas de países pobres. Fiz questão de dizer também que o Programa do Biodiesel é um programa para ajudar os países pobres.

Por quê? Os países ricos podem escolher um país pobre, podem financiar tecnologia, podem mandar fábrica, mandar biodiesel lá e eles comprarem o biodiesel para utilizar nos seus caminhões, nos seus ônibus, nos seus carros. Portanto, eu acho que a sorte está colocada. Acho que há um avanço, uma percepção de que este século XXI é o século em que nós precisamos elevar a participação dos países pobres no comércio mundial, no conhecimento

científico e tecnológico. Quem tem que fazer isso são países que podem. Da minha parte, eu posso dizer ao povo brasileiro que naquilo que o Brasil puder fazer para ajudar um país menos favorecido que o Brasil, fiquem certos de que o Brasil não faltará com a sua solidariedade a um país irmão.

Luiz Fara Monteiro: Obrigado, Presidente e até a próxima semana.

Presidente: Obrigado a você, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: O “Café com o Presidente” fica por aqui. Nós voltamos na segunda-feira que vem. Obrigado pela sua companhia e até lá.

Entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedida à revista *The Economist* – Interview with Brazil’s President (Brasília, em 24.2.2006)

The following is an edited transcript:

The Economist: Next week you will meet British Prime Minister Tony Blair. What will you say to him about the global trade negotiations?

President: We have a fairly full agenda to discuss with Tony Blair. Naturally, the WTO and Doha Round are extremely important, because, as I have already told Tony Blair on the telephone and, afterwards, in South Africa, some sort of gesture is needed in these negotiations. One where neither the rich nations nor the emerging countries are the big winners; where the big winners are the world’s poorest nations, whether in Latin America, Africa or Asia, because what we decide in the Doha Round will affect humanity over the next 20 or 30 years.

My point to Tony Blair, who was the first head of state I ever spoke to, is that we can’t simply leave these negotiations to the negotiators, the UK representative, the Brazilian representative, the German representative or the US representative. Eventually, we’ll have to bring together the heads of state to decide on important matters.

I’m concerned above all about the issue of agriculture for poor countries. I know that in Europe agriculture isn’t just an economic issue, it’s much more

a political one. In France, just 1% of the work force is in farming; in England, it’s 2.8%, in the European Union 4.8%. But in Brazil it represents 25%, in Asian countries 50% and in Cameroon 70%.

So, countries with these big farming sectors need to have some encouragement, a gesture so that they can make agricultural trade a little more favourable for the poorest countries. Europe needs to take a more progressive position, a more humanitarian one. Not thinking just about the next elections, but for the next 30 years.

What do we want for the world? I think that peace, the fight against terrorism and the reduction of fundamentalism, are connected to improving the quality of life of the poor. This is one matter I’m very anxious to discuss with Prime Minister Blair. Another topic high on the agenda, which could be an excellent policy for fragile economies, is renewable energy, especially ethanol and biofuels. Germany has a strong policy here and I believe that the UK could also play an important role.

The Economist: In what sense?

President: We need to use biodiesel as the basis for partnerships with poorer countries, and to develop biodiesel production in these poorer nations. Biodiesel is an important creator of jobs. Here in Brazil, we have gained in-depth experience through five companies that already produce biodiesel. We created something called the Social Seal. Under this system, a company buying vegetable oil from small producers gets a tax exemption. This enables us to create thousands of jobs for small producers of soya, castor bean seeds, sunflower seeds and cottonseed.

Who knows, over the next few decades, instead of talking about “prospecting for oil”, we’ll plant oil. Instead of drilling a well 2,000 metres deep, we’ll dig a little 30-centimetre hole, plant a seed and, after it has grown to 1.80 metres, harvest it and transform it into biodiesel. Now that would be something: less pollution, a job creator, renewable, something to last a lifetime.

The Economist: To obtain this agriculture

agreement, is Brazil prepared to substantially reduce tariffs on manufactured products ?

President: Substantially, no. Proportionally to the value and weight of our economy. Brazil is prepared to do its part to be flexible in both industry and services proportionally to the weight of our economy. Our discussions must take into account not only the immediate context of the next election, or the immediate context of each individual country, but a more humanitarian context. We are making agreements that could impact humanity for over the next 30 years. So, there have to be concessions, after which the emerging economies can make theirs, followed by the poorest countries. That way, we'll be doing something more equitable, in terms of distributing the results of the wealth we want to produce over the next few decades.

The Economist: So, in proportion to the size of the economy, rather than in proportion to the rich nations' concessions?

President: Look, the rich countries' concessions will also be based on their economic and political needs. In other words, the concessions must be proportional to the offers made by the rich nations, they have to be proportional to the weight of each country in trade. This agreement is more about economics for the poor countries and more about politics for the emerging and the wealthy countries. And this I can say sincerely because Brazil has no fear of competing with rich nations when it comes to farming. We have the technology, the land and all the ideal conditions for competing with any country. So, when we go to the WTO and fight to bring our sugar or our cotton into the European market, we're fighting not only for our own interests but because this helps many other countries, such as Benin, which produces 450,000 tons, on which its economy is built.

I've got great expectations for my visit to the UK, based on our good relationship with Tony Blair. I think the UK can play an important role in this WTO matter. I see goodwill in Tony Blair. I've just seen a statement by Pascal Lamy [director-general of the

WTO], saying that the presidents are not going to interfere, and I just want to say I'm not worried about his statement – he's doing his job. What concerns me is trying to find out what Tony Blair thinks, what Bush thinks, what whoever has the decision-making power thinks.

The Economist: Did you propose a summit meeting?

President: I proposed the need for a meeting some time before the Doha Round. In my case, for example, if in May we have a Latin American and European Union summit meeting, you can be sure that I'll jump on a plane and go to it, if the main leaders are involved. If Tony Blair and Chirac are going, I'll definitely go too, because I'm stubborn and won't give up my ideas. I think the UK could be an important partner in making discussions at the WTO more flexible.

The Economist: Brazil is fighting for a permanent seat on the UN Security Council. How would this help Brazil and the world?

President: Let's turn this question around. Brazil is fighting for a deep reform of the UN. The UN has been around for 60 years, and the conflicts for which it was created are no longer there or, at least, not to the same extent. The UN must consider the new geopolitics. The bipolar world has gone, along with the Cold War; democracy is firmly consolidated in many more countries. So, what do we want? We want the UN, not just the Security Council, to more fully represent today's political world. The Security Council must change.

We must equip the UN with mechanisms that give it the credibility to make decisions. After the UN is reformed, Brazil, obviously, as the largest country in Latin America, is applying for a seat. Others will apply. We believe that the continents need to be better represented. Africa has 59 countries, so it should have at least two representatives on the Security Council. Here we have Brazil, we have Mexico, we have Argentina, all of them countries that could apply. I had the opportunity to discuss this with [Chinese

President] Hu Jintao. Why can't Japan, one of the largest economies in the world, be [on the Security Council]? We can't allow the problems of the last century to influence decisions that will affect future centuries.

Occasionally, I come across a political leader worried about something that happened in the 19th or 18th century, for heaven's sake! I believe we need the maturity and sensitivity to consign these events to history and to find ways to make new agreements for the future. After all, we don't govern for those who went before; we govern for those who come after. This should be the basis for the UN reform. A UN prepared for the future is a stronger and more democratic UN, one that is more decisive in resolving conflict and faster to take action. And here is where we need the weight of the more important countries. Often, the UN takes a decision but, if that decision isn't backed by the US or China very often it simply isn't implemented. So, what we want is for all of us to take these decisions together after the necessary discussions. But, when the decision is taken, it must be implemented. That will apply to Israel, to Palestine, to China, to the US, to Brazil, to Bolivia.

The Economist: Your counterpart, [Venezuelan President] Hugo Chávez, is an elected President, but he does not govern very democratically. International observers have called for a new electoral authority for the presidential elections. Brazil seems reluctant to criticise Hugo Chávez. Why is that?

President: First, because it's not Brazil's job to criticise governments democratically elected in their own countries. I have a warm personal relationship with President Chávez, and Brazil has a trade, economic and infrastructure investment relationship with Venezuela. It was Brazil that proposed forming the Group of Friends of Venezuela to consolidate the referendum [seeking Mr Chávez's recall], with the involvement of people like Jimmy Carter, who played an important role in producing a carefully monitored and well structured referendum. I remember, on the 25th of January 2003, I hardly knew Chávez when I

proposed the Group of Friends, and asked the US and Spain to take part. Why did I suggest the United States and Spain? Because these are two countries that had the biggest conflicts with Venezuela. The United States as the focus of conflict with President Chávez and Spain because it had recognised the coup in Venezuela. And I told Chávez that it only makes sense to form a Group of Friends if they are not friends of Chávez. They have to be friends of Venezuela and of Venezuelan democracy. And today, thanks to this Group of Friends, after much discussion, much to-ing and fro-ing, with the help of the OAS, we managed to make sure that things went well in Venezuela.

Right here in this room, I told President Bush that, before my term of office ends, I want to see him and Chávez seated at the same table to discuss their differences. Chávez is convinced, and claims to have proof, that the coup against him was organised to benefit the United States. Mr Bush doesn't accept that. This will only be resolved if they talk. It's very funny, because the United States needs Venezuela.

The Economist: In what sense?

President: Because a lot of the oil consumed in the United States comes from Venezuela. And Venezuela needs the US, precisely because it sells a lot of its oil to the United States. In other words, Venezuela is interested in selling and the US is interested in buying. It's a basic rule in politics that you can't let rumours get in the way of the truth. And if these two presidents don't talk, if neither is even willing to talk and settle their differences, there'll never be a solution. That's why I work so hard towards an understanding between Venezuela and the US, because I believe the world needs more peace and fewer problems. Venezuela needs to develop; economic growth is essential for the country after so many years of lagging behind. Chávez is a President of great value to Venezuela. Sometimes I worry about certain articles in the US press opposing Chávez, which then lead Chávez to write big articles against the United States; it doesn't help. One day President Bush and President Chávez must talk. If there were

errors in the past, we must now construct a path to the future, as if we were rebuilding a bridge that had been destroyed. And I – you may think I’m a dreamer here – but, I really believe this is possible, because Brazil would do everything we can to avoid conflict in South America.

The Economist: Do you agree with Chávez that the Free Trade Area of the Americas [FTAA] is dead?

President: When I took office the FTAA was a highly ideological matter. Brazil was divided: those against the FTAA were on the left; those for it were on the right. So, what did we do about it over these 36 months? We removed the ideological baggage from the discussion and emphasised instead rebuilding Mercosur, so that, at the WTO, we could discuss the construction of the G-20 [a group of developing countries lobbying for access to rich countries’ agricultural markets], created at the Cancun meeting. It’s vital not to confuse trade with ideology. At a recent summit in Mar del Plata, Argentina, President Bush stressed the importance of first settling WTO problems, and later discussing our trade problems here. Today, neither the United States nor Brazil is making the FTAA a priority.

In our last meeting there was a difference of opinion between Mexico and Venezuela, published in the Argentine press and, also, I think, in Brazil, where the FTAA was defended by Mexico and opposed by Chávez. I said, this is not how to discuss it: one party is ideologically opposed and the other is ideologically in favour. Let’s first settle what needs to be settled. Let us prepare ourselves for the Doha Round.

When this event is over, let’s see what we can do here. Many countries have discussed free trade with the United States. The US is Brazil’s biggest individual trade partner. We want to improve this relationship, without creating any situation where we could undermine smaller countries’ development potential. So, I don’t see the FTAA as an ideological problem. It is not something we debate today the

same way we did four years ago. I believe that we have all matured; we are aware that, in this globalised world, we need each other much more than we did during the Cold War.

The Economist: You say you placed greater importance on Mercosur, but Mercosur is not doing well: the partners are fighting, there are tariff barriers and Brazil has not incorporated Mercosur norms into its domestic legislation. Doesn’t Brazil have to relinquish a little of its sovereignty to improve the group, which is supposed to be the motor of integration for South America. And if so, how?

President: Let’s take a look at how Mercosur was when I took office. Nobody believed in Mercosur any more. Reinstating confidence in Mercosur was no easy task. The election of Néstor Kirchner in Argentina, of Tabaré Vázquez in Uruguay, of Paraguay’s Nicanor Duarte were all important and let us show that we don’t need to run away from trade disagreements. They happen. When a country’s industrial sector feels threatened, it turns that into a fight with the other country. The leaders have to patiently seek a compromise. As I have said so often, Brazil, as Mercosur’s biggest economy, needs to be more generous, must make greater concessions, so that other countries can grow.

When President Kirchner complains, I often sympathise with him, because Argentina was deindustrialised, and it is perfectly normal for the president of a country to try to get industry back.

How long did it take to build the European Union? Many years. And, even now, there has just been a plebiscite where France voted to reject the constitution. The UK did not accept the single currency. In other words, after 50 years of debate, there is still disagreement, and we’re talking about people who have more education than ours.

So, please understand our disagreements, because they’re normal for emerging countries that are trying to create something very similar to what was built in the developed world, but in a much shorter time. What’s important is the political clarity

we have today on the importance of Mercosur for all of us. Will there be differences? Of course. You'll always have differences in our globalised world. Right now, there's debate over a pulp plant between Uruguay and Argentina. I know both Tabaré and Kirchner well. And, God willing, they will find a solution to this problem, because I can't understand how a pulp plant can create such conflict between two neighbouring countries. Both Presidents have similar ideological beliefs; they are both aware of the importance of unity within Mercosur and of the importance of unity between Argentina and Uruguay. Very often, because we put off talking, we start conducting politics through the press. I believe that, very soon, Kirchner and Tabaré will sit down together and find a solution.

The Economist: You said that, in its capacity as the biggest Mercosur country, Brazil should be more generous, but I see few examples of this generosity.

President: The last agreement entered into with Argentina, was a gesture by Brazil to Argentina.

The Economist: ...the safeguards [agreement to limit imports under certain circumstances].

President: This was a gesture by Brazil to Argentina. These things do not happen by decree, they happen by persuasion. I have suggested that Brazilian enterprises invest in Uruguay and Paraguay. These are small economies, so some things can be produced in these countries that will give them greater and more equitable involvement in the Mercosur game. I've had several conversations on this matter with Kirchner and I think we're getting somewhere. When we start demanding too much of Mercosur, we must remember that, historically, Argentina and Brazil have always had many cultural differences – in football, in music. Just to give you an idea, during the military government, when Brazil decided to build the Itaipu dam, the Argentine military thought this could be used to flood Buenos Aires and they retaliated by threatening to build an atomic bomb. Brazilian

diplomats have always had problems with Argentine diplomats who, in turn, have difficulties with their Brazilian counterparts. But this is something that Kirchner and I are in the process of dismantling. Both his and my foreign affairs ministers have worked hard to remove these anti-Brazilians and anti-Argentines from decision-making positions, to enable us to build an alliance between the two most important Southern Cone countries.

The Economist: Could you tell us about your relationship with the new president of Bolivia, Evo Morales?

President: I have known Evo Morales for many years, since the days of the union movement. From a historical and sociological standpoint, the election of Evo Morales is extraordinary, with great prospects and potential for the Bolivian people. Naturally, I'm aware that between theory and practice there is a gulf bigger than the Atlantic Ocean and that, on becoming President, one must combine theory with practice. What's the difference? There's a song by a Brazilian singer saying the difference between the practical and the theoretical is that a theorist sees the day as 24 hours and the realist sees it as split into morning, afternoon and night.

The Economist: Who's the singer?

President: Djavan. This song was written by Djavan. When we win the election and take office – Kirchner, Evo Morales, anyone – we discover that the art of governing lies in the art of doing what is possible. And the possible is only a little harder, but it can be achieved. So, Evo Morales could represent a step forward for Bolivia because, for a population that's over 70% indigenous, it's only right that the President be elected from this population, just as in South Africa, where 75% of the population is black, it's important that the President represent the majority. And I believe that Evo Morales is aware, first of all, of Bolivia's difficult situation, and is conscious of the importance of his partners in Brazil who have helped him. I've had meetings with Argentina, with Chávez and with Colombia, and everybody wants to help

Bolivia and Evo Morales. Obviously, to the extent he tells us what he needs and to the extent that we can actually do some things. Brazil can help him, especially in infrastructure. I'm convinced that Evo Morales can be a success in Bolivia. It's important to remember Bolivia's political culture, and that President Evo Morales has an extraordinary opportunity to maintain the trust of the country's indigenous population and of Bolivian society as a whole. Slowly, he can create policies that will satisfy the demands of the majority.

Let me give you an example. The Biodiesel Programme could be implemented in Bolivia and could help to give the farmer a choice between planting coca and planting biodiesel, by planting vegetable oil crops. I spend a lot of time reading and studying the behaviour of richer nations that want to wipe out the drug trade. They give money to the country in question, get the armed forces and police to enforce these policies. I often imagine this possibility: what if the US decided to buy all the coca produced in Bolivia and disappeared with it, paying a higher price than the drug traders? Wouldn't that be a better solution? If the richer countries decided to purchase Bolivia's entire coca production, leaving only the volume required to produce the indigenous coca tea, and then vanish with the coca production, wouldn't this be more efficient than using the army? Wouldn't it be more effective? Because, what would happen then? The worst-case scenario would be that the price would rise so much that, maybe, the price of cocaine would become so prohibitive that people would give up their addiction because they couldn't afford to buy the drug.

Also, we have the experience of the last century to prevent us from committing the same errors in this new century. So, I feel very optimistic about Evo Morales, very optimistic. I think he's still at a very early stage of the new government, and the first year is always very difficult, because the previous government drew up the budget, so he can't define his priorities. But I support him and I'll work to help him. I was very pleased when I heard that President

Bush had phoned him, because if you don't do that you can sometimes lose contact because someone spoke ill of somebody else. I always say nobody is 100% bad and nobody is 100% good. And, so you build the relationships that can be formed.

I believe that the UK can help Bolivia, as can Brazil and the United States, because this is an extraordinary experience for the oppressed people of Bolivia.

The Economist: Let's talk about the economy. The economy is growing but at half the rate of other developing countries. Why?

President: Firstly, I believe that Brazil's economic health should not be measured just in terms of GDP, because history also shows that other countries have grown, at different times, by over 6% or 7% a year, but with no distribution of wealth the poor stayed poor. We can find examples all over the world where GDP growth does not necessarily mean that the government has introduced social justice. In Brazil, we're not in a hurry to make the economy take off immediately. First, we wanted to consolidate our macroeconomic base for Brazil to achieve a growth cycle that could last ten to 15 years, what the economists call sustainable growth.

You've been in Brazil since the day I took office. You know how Brazil was when we inherited it, how we suffered that first year, because, in 2003, many people who today criticise Brazil's growth rate thought we wouldn't be able to cope with our problems. So, first of all, we need to be very prudent, to not be depressed by criticism, to not let praise go to our heads, to not be influenced by things that seem easy but that, at other times in history, were done by some and were a failure.

And I had on my mind the many times it was announced to the four corners of the earth that Brazil had a new economic plan, a really miraculous one, that would solve the country's problems. I'll give you the example of the Plano Real. We needed three reals to buy one dollar, and, suddenly the real became more important than the dollar. You needed 81 centavos to

buy a dollar. So, this was wonderful. Everybody believed that Brazil had already conquered the world. It hadn't. And there were others – and I won't name names here – other plans existed in 1986, in 1985, in 1990. Every now and again someone would appear and produce a plan. This usually resulted in six months of euphoria and ten years of depression and loss. For Brazil to build a new sustainable growth cycle, first we had to regain our external credibility. Second, we had to control inflation. Third, we had to control public spending, spending only what was absolutely necessary, without spending more than we produced.

I didn't see this as theory; no, I saw it in my daily life. For 27 years, I worked inside a factory, and my wife always said, "Lula, we can't run up debts that we can't pay off. So, if we can't buy a fridge now, we'll wait until we can afford it." Because, very often, you think it'll be easy to pay off 500 instalments, so you buy a pile of stuff and, on the day you start to repay you realise you can't pay it all off.

These were our guiding principles. In other words, we'll make the sacrifice that we must make now to give Brazil the possibility of 15 years of economic growth. I don't want to grow by 10% or 15% a year – that's not what I'm looking for. I want a lasting growth cycle averaging 4% or 5%, so that Brazil can make up for lost time and so people will recognise that there will be no magic in the economy. There'll be no amazing announcement, one of those that looks like the salvation of humanity and the next day leaves humanity in despair.

Do you know what the Brazil risk was then and what it is now? We began the tax reform and the social security reform because I believed we had the necessary political capital to carry out the reform then. There is still the part of the tax reform involving the states, which will end the tax war. Many who campaigned for the tax reform will now have to explain why they didn't do their part. We've done the federal government's part; we're just waiting for theirs.

The Economist: The [state] governors?

President: The governors.

The Economist: You say that it's important, and I agree, to control expenditure, but what happened during your presidency? You achieved very high primary surpluses. But, at the same time non-financial expenses increased greatly, the minimum wage increased, which permanently harms the budget. The debt did not drop and interest rates are very high as a result. What must be done to resolve this problem?

President: Look, for many years, Brazil lived an eternal dilemma. First the country had to grow in order to distribute wealth later. And, as we see it, we have to distribute wealth together with growth, so that the gulf between people doesn't get any greater. Increasing the minimum wage is necessary to guarantee that the poorest part of the population has the right to eat. We went from spending 7 billion reais on social programs to 22 billion reais. We went from spending 2.4 billion reais on family farming to 9 billion. And now we're seeing the results.

The Brazilian press has widely publicised the growth in consumption of the C and D or the E and D classes [lower-income groups]. What we managed with microcredit in this country, what we managed to do with crédito consignado [lending against paycheques], was a revolution from the point of view of placing money in the market for people to be able to consume, and we are seeing results. In 2005, we had a problem because inflation threatened to get out of control, but 2006 will be a good growth year. The foundations are being built for us to make a leap in quality.

Brazil did not have the money to carry on importing. Today, we have the luxury of repaying the IMF \$15.6 billion. Now, we're paying off the 1986 moratorium bonds and, next, we'll settle our debt with the Paris Club. And, why are we doing this? Because the economy is straightened out, because we have solid reserves. One important thing is that, in 2005, even Petrobras, which always represented a deficit in our balance of trade, recorded a \$3 billion dollar surplus. So, I would say that the ground is

reasonably prepared; the base has been consolidated.

Now, for example, we've decided not to make the central bank alone responsible for controlling inflation. Because we set the inflation target, and the central bank must aim for that inflation target and, therefore, when it perceives an increase in demand, its role is what? To reduce demand to control inflation.

But you can't make the central bank the villain, partly because setting inflation targets is not the central bank's job, it's the government's. So, what are we doing? Now, we're in the process of reducing import tariffs on products that we know are increasing in price more than they should. Last year, we did this with steel, which had increased too much. So we reduced the rate and the price stopped climbing. Now, we're using these rates like a sluice on a hydroelectric dam. Need more energy? Open the sluice. Need less? Close it. Or, better still, the opposite. So, with this we guarantee that the central bank takes care of monetary policy, but has the help of the government in fighting inflation.

During the first two years of my government, administered prices were increasing by 30%, 29% while inflation was 10%. This year, these prices are increasing by 2%, 1%. So, things are better managed, more controlled, and it is from this growth will come. We've just approved another measure. I issued a provisional decree exempting foreigners buying Brazilian securities from income tax. Why? Because, if we compare Brazilian debt with the GDP it is not very high. Many rich countries have a bigger debt than ours. The problem with our debt is the repayment schedule. So, we're placing securities and intend to sell pre-fixed securities for ten, 15 years, and, yes, this will make our economy more robust. In my opinion, this measure will produce very important medium term results.

The Economist: Many people agree that the government should help the central bank. But I think, as do many people, that a long-term reduction in the deficit is far more important. Recently, your finance minister, Antonio Palocci, advocated a social

agreement to reduce government spending and improve its quality. Will you fight for this social agreement? Or do you agree with Minister Dilma Rousseff [Lula's chief of staff], that...

President: Look, there are two important points here. There is no disagreement between Palocci and Dilma on the correctness of fiscal policy. What, in fact, is under discussion is the timing. In an election year it's hard to achieve a social accord, but I am fully aware that, in a quieter period, everyone will agree that we need a commitment not to spend more money than we can. I'm convinced of this, and I know people well enough to be sure that the social movement is willing to do it, the government is willing to do it and I hope Congress is willing to do it. Now what's important for us? The Brazilian state was completely dysfunctional. You saw what happened to us when the international press publicised the increased deforestation of the Amazon region, because we had no inspectors, we had nothing. We had the environment ministry and Ibama [the federal environmental agency], both of them powerless to take action.

What happened after we straightened out the ministry? Minister Marina Silva announced a 31% decrease in deforestation, which proves that there is no truth in this story that the government can't do anything. The government has a duty. The more solid the state, the more flexible it can be, the more organised it is, the more it can withdraw from certain activities. Often, the state is strong if the economy is in a shambles and the state takes over everything. We don't want to be responsible for everything. We believe that business has an important role to play, and we feel that the state does too. We believe the state should gradually withdraw from the economy.

But how do we educate without state investment to bring the teachers back? We had to hire 9,008 teachers to fill positions and cover new courses. We are creating four new federal universities, we are transforming six faculties into universities, creating 32 new university extensions and taking them

into the interior of Brazil. And why are we doing this? Because we know that, if Brazil does not invest in education, we'll never make the quality leap that the UK made, that France made, that Korea made. We must make this quality leap.

Congress will vote in the National Basic Education Fund to ensure that our new policy of better serving basic education is sustained. We've increased our children's schooling period to nine years, we're building 32 technical schools, 25 of which I shall shortly inaugurate, because as Brazil grows, we'll need skilled workers. And this will give Brazil comparative advantages in this globalised world. Right, so we hire teachers. Well, do we hire a lot? We hire only the number we need. But how do you take care of health issues without a doctor? How do you take care of education without teachers? Here's an example: We created something called ProUni. With a very small tax exemption, we created the biggest scholarship program in the history of Brazil: 203,000 scholarships were granted between January 2005 and 2006, 30% of which went to the African-Brazilian community. Now this is an extraordinary achievement. There are 38,000 young black people in university, something unthinkable ten years ago.

So, the Brazilian state... and this comes from the heart. I came from the trade union movement and became President of the Republic, and there's something I always say: I won't throw away this opportunity given to me by the people. I won't throw it away. And I know that, in order not to throw it away, above all, I must show Brazilians how seriously we treat the state, the economy and the social area. And this has been shown. How many countries have achieved what we have: fiscal responsibility and a strong social policy at the same time?

The Economist: Usually governments only manage two or three important changes during each term of office, and usually at the beginning. So, what do you think are the most important reforms that the next president should carry out?

President: Look, first of all we've got to finish

the tax reform. Secondly, we need to vote the trade union structure reform in Congress. The National Labour Forum is now discussing labour reforms, and we have to carry out our political reform. The Brazilian political system must be very carefully examined. In any other country, anyone who obtained 49% of votes in the first round [of an election] could be certain of the support of at least 50% of Congress. Under the Brazilian electoral system, I got the 49% but only 14 senators out of 81, and only 90 representatives out of 513. So, we need a political reform that will give Brazil the seriousness it needs to have in the world. And I think these are the priority reforms, because agrarian reform is part of the country's day-to-day existence and is ongoing. But political reform, tax reform, labour reform, which is now under discussion in the National Labour Forum, and the trade union reform – the proposal is ready – have to be voted by Congress.

The Economist: Will this labour reform introduce more flexibility into the conditions for hiring and even dismissing workers?

President: Look, dismissals aren't a problem any more in Brazil. In fact, there are too many dismissals. I doubt that as many people are fired in the UK as in Brazil. Brazilian turnover is very high. What we're after in this labour reform – and it won't be me doing it; it has to be the trade unions with the government, jointly with the input of business and Congress – is to bring our labour legislation into the 21st century. Our present legislation was enacted in 1943, and it must be updated to address matters that are a problem nowadays. We want to make it easier for a company to hire a worker, to reduce the obstacles involved in hiring, but we also want the worker to be treated with more dignity and respect. I think that, nowadays, there is a meeting of interests between companies, represented by their unions, and workers. I'm confident we'll submit a good labour reform proposal that will be appreciated by Congress. This is mainly because our proposal does not come from the government, but from the people, like the

university reform we're working on. It isn't my reform. Over 2,000 people were involved in this reform; it's now in the hands of Congress. I've told people that university reform isn't the government's; it's society's. So, vote, because this is how we'll give autonomy to our universities.

The Economist: You didn't touch on social security reform, but many people believe that the major long-term fiscal policy problem is the social security problem.

President: Let me tell you something important. We've just carried out a social security reform. We've made good progress in the public sector, the most important part. And we've only worked on a medium and long-term basis, never in the short-term. Our aim is to reduce the social security deficit by about 40 billion Reais over the next 15 years. Right now, we're taking the most thorough census ever taken in the history of social security, to identify the non-contributors who are receiving benefits, to uncover social security fraud. We've updated the social security collection system; we introduced Super Receita, a single revenue collection system for Brazil, rather than two. This will all benefit the social security system. Now, what we need is a little patience, because rushing usually doesn't help in dealing with problems. Minister Nelson Machado has no doubt that his role is to take that one big step so we can reduce Brazil's social security deficit in both the public and private sectors.

The Economist: But, don't we need a fundamental social security reform, for example by raising the retirement age?

President: Social security is not just a problem in Brazil. The UK, France, Germany, the US, all countries have social security problems. And, as the quality of life and work improves all over the world, as longevity increases, social security will have to adapt. Here in Brazil, we've got 48-year-olds retiring – they're going to spend more of their lives receiving retirement benefits than actually working. And we know this requires a different approach. But,

we can only do one thing at a time, because if we try and do everything at once, we'll end up getting nowhere.

The Economist: The planning ministry presented a long-term plan that included a primary expenditure ceiling, delinking the minimum wage from social security, and eliminating the public deficit. Are you in agreement with this plan?

President: First, the Budget Guidelines Law we sent to Congress last June already limited spending. Second, delinking the minimum wage from pensions is easy to say and very difficult to do. I told my planning minister that, when you have an idea, before discussing it with the press, you've got to run it by the government to convince the government, otherwise it's an aborted child. If there's one thing I won't budge on, in both my private and public life, it's that I can only spend what I've got, that I can't spend and leave my debt to others. I don't think about Brazil just for my term of office, I think about the Brazil of 30 years from now. Thirdly, I won't give up on fiscal integrity, because that's what gives me credibility, in Brazil and the rest of the world. Now, at the same time, we're moving along two tracks at once: a solid fiscal policy and a solid social policy. And we've proved that they're not incompatible.

The Economist: But, are they incompatible with a reduced tax burden?

President: Look, what's Brazil's problem? Let's examine this: I've headed up this government for three years, and we haven't increased a single tax rate so far. Why are we collecting more taxes? First, because companies have recorded greater profits, and the big increase we had was from income tax. Second, because effectiveness of the tax collection system resulted in increased tax collections. But also [there is a long list] of the products and other things that got tax relief this year. We reduced taxes on 38 types of construction material to encourage home-building.

The Economist: So, does the present tax burden represent a problem or not?

President: It's a problem. Ideally, as Super Receita starts working right, we'll be able to reduce the tax burden, because you reduce the rate and widen the base of taxpayers. So, it'll be fairer for everybody.

The Economist: If the PT [Workers' Party] wins the election, will the new government be less PT-oriented than this one?

President: Look, there's no such thing as a government that doesn't reflect the party that won the elections. I have no doubt that the UK Labour Party is the face of Tony Blair's government. I really don't think the Conservatives are governing alongside Tony Blair, just as I'm certain that the Republican Party governs the US. Germany's the country with a coalition government, because the election results there practically amounted to a technical stalemate.

In Brazil, we don't have a PT government. [The president mentions 12 non-PT ministers]. I very much doubt that you'll find a party that's won the elections in any country with 12 ministers from other parties. Ideally, we'd like a government that doesn't represent a single political power. This works better under a two-party system. Here, whoever wins the elections has to form a coalition, because the Brazilian voting system doesn't permit a party to have 300 Representatives, or 50 Senators. So, it's always going to have to form a governing coalition. Now, you only form a coalition with people who want to be part of one. You don't want to form a coalition with the opposition.

The Economist: Will the PT ally itself with centrist parties in the elections?

President: I don't know, because we haven't yet started discussing the elections. At least, I haven't started discussing them. But, for sure, the PT will try to form a political alliance with the parties that support it today. Also because it's already clear that the opposition will be today's opposition. So, we're going to try and make a coalition to fight the elections with all the parties that want an alliance with the PT.

The Economist: Has the PT lost the right to claim the ethical high ground here in Brazil [because of the party-financing scandal known as the

mensalão]?

President: That's not what the opinion polls say. Let me tell you something: the best character reference the PT needs is the results of the Parliamentary Commissions of Inquiry [CPI].

The problem is that you, living here in Brazil, you personally witnessed the massacre of the PT. The PT deserves some blame. Over the next few years, the PT will have a lot to explain to society. But those people who attacked us gratuitously will also have to reflect on what they've done. I always say that what gives a political party credibility in society is when its accusers can't provide proof for their accusations, a common event in Brazil. It's the easiest thing in the world here to make accusations: the hardest thing is to then apologise.

The Economist: But a lot has been proved, beyond caixa dois [off-the-books party financing]. Apparently, the Post Office CPI is going to submit evidence that the pension funds, for example, were used to finance various parties, including the PT.

President: Let's wait for the results. As I haven't seen the report yet, and as it could be used to accuse us as much as it could be used to defend us, I'd rather wait for the report. It's not up to the President to prejudge on the basis of what people say. My certainty is that the report, whichever report, will be an important instrument to defend the PT.

The Economist: It will be an important defence for the PT?

President: Yes, just as it will be a weapon of attack for the opposition. Now, after the CPI finishes its report, we've got the federal police, the public prosecutor and the judiciary.

The Economist: But, in a way, isn't this PT massacre justifiable?

President: But I'm not saying it isn't justifiable. I do believe that the PT erred and, for that reason, it will have to explain itself to the country. There will be no impunity for the PT. The PT is very big; it's a party of close to one million members spread all over. You can't judge a party because a half-dozen

people from the party did something wrong. A whole family isn't going to be convicted because one of its members committed a crime.

The Economist: But this mistake was part of the party's financing system, which made it part of the basic system, and even financed your campaign.

President: When I was running for President, I wasn't the President of the Republic. So the PT couldn't be financed with money from the system, because it was the opposition. I know nothing about this story, I really don't. For the time being, all we know is what our adversaries say. I'm a cautious person, I'd rather await the CPI results. I've seen too much accusation madness in Brazil. There was a case, not long ago, in this country, where the owner of a private school was arraigned on paedophilia charges. He lost his family, his school and then he proved himself innocent. He never got his family or his school back. So, I'm very cautious in these matters. When you reach 60 and your hair starts to turn white, you learn to count to ten before opening your mouth. I accuse nobody without proof, because I realise it's just as bad to accuse someone frivolously as to do something illicit.

The Economist: How can something like this be prevented?

President: I believe that political reform can help. If you create a public fund for elections, prohibit private money and you have better control by the electoral authority, you can reduce the errors that a political party can commit.

The Economist: But Congress has done very little, and the government hasn't done much to reform politics.

President: No. We proposed it. The government formed a commission, headed by justice minister. We gathered up all the proposals from Congress, and took them to the leadership of Congress. The government cannot impose voting schedules, especially in the case of political reforms, because this is not the President's role; it's the role of Congress and the political parties.

The Economist: One root of the problem, I think, is the number of political appointees, about 20,000. Do we need a reform that will reduce the number of political appointments?

President: Yes we do. I'm a firm believer – and we've taken some steps in this direction – that the civil service should have the highest number possible of career staff. It doesn't matter who the President is, or what party is in power, the system carries on, and this is the process that we must build in Brazil.

The Economist: But there's a process going on right now, a basic reform of the...

President: But, we've already done it, we've announced the measures to reduce the number of public positions [probably meaning political appointees]. These things can happen to the extent that the Brazilian civil service becomes more professional, so that we don't have to bring any more people than necessary [from outside] to work in the public service.

The Economist: You spoke of that the importance of quality in education, but that cannot be achieved by money alone. It also comes from better management of schools. I'd like to know if, for example, you believe it important to give school directors the power to hire and fire teachers, to link their salaries to performance. Would you support these kinds of reforms?

President: Well, look, the university reform is exactly that – giving management autonomy to Brazilian universities.

The Economist: But I'm talking about primary and secondary schools.

President: Well, Brazilian primary and secondary schools are a state and municipal responsibility.

The Economist: I know, but you have a role in...

President: I think it's important. The more freedom and autonomy, the better. I'm one of those people who believe that freedom never hurt anybody.

It may lead to argument, but it is extraordinarily important. The federal government is directly responsible for technical education and Brazilian universities, and we're doing a lot. We're doing what hasn't been done for many years in Brazil, because we know that what this country needs is quality schools.

I'll give you a recent example. I decided to ask the Minister of Education to organise the mathematics Olympics. It's said in Brazil that the poor would never take part in any mathematics Olympics, because they only happen in private schools. Do you know how many kids registered? Eleven and a half million. And do you know how many took part in the Olympics: Ten and a half million. Guess how many geniuses we discovered. Thirty thousand kids of potential genius. Do you know who took first place? A blind, deaf and paraplegic child who started school at the age of ten. Now, I'm going to start on the Portuguese language Olympics, too.

We're working on a young people's education program, various professional training programs. This year, we're going to recruit another 100,000 soldiers, 100,000 more young people who can take a professional training course while they're doing their military service.

To get inner city kids off the streets, we got together with some local authorities and formed the ProJovem Program. These are 18- to 24-year-olds who dropped out of school and are unemployed. We're attracting them back to school, paying them a monthly wage of 120 reais, so they'll finish the course and learn a profession.

We've set up a factory school that already has 11,000 students studying within the factory itself. We've got the ministry of labour's Youth Consortium. We are, I would say, almost manic to make up for lost time in training our young people. This is an extraordinary challenge. And we know that it requires quality education for Brazil to make this leap.

The Economist: Bolsa Família [a programme of cash transfers to the poor] works well as a social programme, but many people see it as a handout.

How could you change Bolsa Família to make it less like charity?

President: Bolsa Família is the most important income transfer programme in the world. The only thing better than this is fulltime work and a salary, our ultimate goal. The Bolsa Família isn't a permanent programme; it's an emergency programme. And to make it serious, we imposed certain conditions. Children must attend school, have all their vaccinations, and pregnant women must take all the necessary tests. We formed an association with the state public prosecutors and with communities, which have councils that can improve the quality of the benefits register, because our biggest problem was the register. We've already got 8.7 million families. That's a lot of people. Naturally, there is the occasional mistake and somebody who's not entitled receives the grant, but that's not the federal government's fault. We're not the ones doing the registering. It's the towns, the municipal authorities. As we register the families, we also remove some, so that only those who are really in need remain. My dream and my wish is that, one day, we won't need Bolsa Família any more, because it will have generated employment and aided income distribution.

The Economist: Are you convinced that democracy is consolidated and irreversible in Brazil, or will this current political fragmentation lead to problems of governability?

President: Democracy is consolidated in Brazil, the institutions are consolidated, and there is no political earthquake that could destroy the foundations of Brazilian democracy. Divergent opinions in Brazil are no different from those in any other country. Once, in the German parliament, I saw a cup of blood thrown at [former chancellor Gerhard] Schröder.

The Economist: A cup of blood?

President: A cup with something like blood in it. Once, in England, in the British parliament, I saw somebody throw some talcum powder on Tony Blair. Democracy in Brazil doesn't escalate beyond

a lot of chatter. Our differences are mostly words. Verbal aggression. That's as much as our democracy will allow.

The Economist: During the elections, there will inevitably be many comparisons between your tenure and that of Fernando Henrique Cardoso, [Lula's predecessor], but I'd like you to compare the Brazil of today with the Brazil of the future.

President: I'm not interested in comparisons with any government. What I have and what I must show the Brazilian people is that, never in the economic history of Brazil, never, even 20, 30 or 40 years ago, did we have the solid foundations we have now for making that quality leap that lies ahead of us. The Brazil risk level is very low, we have a good trade surplus, we have good export levels and we have a good current account surplus. And the Brazil of the future that I want to show is a better Brazil, one that moves beyond today's standards to other better ones. It will be built on strong investment in education and training, on tax relief to encourage new investment; it comes from big investments in science and technology and, certainly, the result of all this will be economic growth and distribution of income.

The Economist: And from rationalising government? Because you said that it should withdraw from certain activities. Which activities?

President: To be honest, the state has already withdrawn from most activities. Ideally, the state should be as big as necessary, no more than that. Maybe someday I could achieve the level of the UK, German, or US governments. But, right now, without the state, various South American economies wouldn't function, because there are things that either the government does or no one does. For example, last year, we had the PPP [public-private partnership]. The PPP was a project praised in story and song as the solution for mankind. We created the PPP, we approved the guarantee fund, but, so far, we have no PPP project. Why? Because everybody is waiting for the government to do it. And, believe me, I worked to get the PPP off the ground. Because it takes more

than waving a magic wand. You build these things. You build and you build and you build and, one day, it happens. And I think Brazil is prepared for it to happen.

The Economist: When I first arrived here, I think it was in February 2003, you took part in the Social Forum and, later, in [the World Economic Forum in] Davos, I wrote an article on you, entitled "Man of Two Worlds". This year you didn't go to either of them. Are you still a man of two worlds?

President: Good question, because it was my idea to go to them both. But, for a President of Brazil to leave the country to take part in another country's forum, amounts almost to a state visit. Very complicated. One idea we discussed was to hold at the Social Forum in Caracas a sort of Mercosur movement, where all the Mercosur presidents could get together and talk. It didn't work out, because every time the state is involved, it's very difficult. I didn't attend the World Social Forum because we couldn't organise it properly. I wanted to go as I went on January 25, 2003, I wanted to go in January 2004 to show what we had achieved in Brazil. But, by the time I had made up my mind, it was too late. All the (slots in the schedule) had been taken and could not be rearranged. But I have faith in the power of God and, on January 25, 2007, if I become a candidate and get re-elected, or even if I'm not a candidate, I want to attend both forums and show the world what has happened in Brazil over these last four years.

The Economist: So, you still see yourself as the bridge between the two worlds?

President: Right, because I've got a good relationship with the two worlds.

The Economist: Thank you, Mr President.

Programa de rádio "Café com o Presidente", da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 6.3.2006)

Luiz Fara Monteiro: Bom dia, amigos de todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa o "Café com o Presidente", o programa de rádio do Presidente Lula. Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, o grande sonho dos brasileiros continua sendo a casa própria. O senhor anunciou para este ano uma série de medidas na área habitacional. Agora, está sendo implantado o Fundo Nacional de Habitação Social. O que vai ser feito com esse dinheiro?

Presidente: Luiz, antes de falar do Fundo Social, acho importante falarmos um pouco sobre o sonho do brasileiro. Todo brasileiro sonha em ter uma casa própria porque a casa própria é, mais ou menos, como se fosse um passarinho quando constrói o seu ninho. Ele quer tranquilidade para criar os seus filhos até eles aprenderem a voar. E é por isso que nós, desde que tomamos posse, temos trabalhado de forma intensa para aumentar o número de recursos para fazer o financiamento de casa popular. Só para você ter uma idéia: este ano, a Caixa Econômica tem 18 bilhões e 700 milhões para financiamento de casas. E o Fundo Social – que é a grande novidade, pela grande conquista do movimento social que fez um projeto de lei de iniciativa popular – demorou 13 anos para ser aprovado no Congresso. Foi aprovado no Congresso e aí nós precisávamos colocar dinheiro no Fundo para ter sentido a sua criação. Colocamos 1 bilhão para este ano e o dinheiro desse fundo irá cuidar do setor habitacional brasileiro, que é o pessoal que mora em palafita, ou seja, naquelas casas construídas em cima de trapiche, nos mangues, na beira de rios. Seja em Manaus, seja em Salvador, seja em Sergipe, seja em Recife, como fizemos em Brasília Teimosa, nós vamos cuidar, prioritariamente, de resolver o problema dessas pessoas e também urbanizar favelas, setores que ainda não têm esgoto e que ainda não têm tratamento de água. Foi uma conquista extraordinária da sociedade brasileira, uma conquista do movimento social que, finalmente, viu o governo dar atenção a um pleito que se arrastava por anos neste país.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, e a redução do imposto do material de construção, isso pode aquecer o mercado?

Presidente: Ah, se Deus quiser, vai crescer muito e o povo precisa ficar atento porque em vários produtos nós baixamos impostos, que eram de 15%, para 5%, e os que eram de 5% baixamos para zero para garantir que o povo tenha acesso ao material para construir a sua casa. Ou seja, nós estamos garantindo que o pobre tenha acesso a material de construção. Isso é um benefício extraordinário porque 60% das casas construídas no Brasil hoje não são construídas por empreiteiras, não são construídas por construtoras, nem são financiadas pela Caixa Econômica Federal. São construídas pelo povo, são construídas pelo cidadão comum que junta a sua família, que junta os seus parentes, os seus amigos no final de semana, levanta um alicerce, faz um quarto, faz uma sala, faz um banheiro, depois faz uma cozinha, entra dentro da casa e vai acabando a casa. Eu digo isso sabe por que, Luiz? Porque eu tiro por minha própria experiência. Em 1969, eu comprei a minha primeira casinha no Parque Bristol, em São Paulo. Depois fui comprando material à prestação e construí um quarto e cozinha. Aluguei para o meu cunhado aquele quarto e cozinha e ainda levei o meu irmão para morar dentro da minha casa, num quarto, porque pobre é solidário por natureza – a gente se ajuda.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, como é que o governo está tratando da regularização dos lotes?

Presidente: Já entregamos nesse período 173 mil títulos de posse de terras, de pessoas que moram em lugares que eram considerados ilegais. E estamos com 830 mil processos em andamento. São terras de prefeituras, terras dos estados, terras da União e uma parte são terras particulares, e aí dá o título definitivo para as famílias. E pode ter certeza de que quando tiver um título, se o cidadão tiver um barraco, ele vai se virar, vai começar a tirar as madeiras e vai começar a colocar tijolo, vai começar a colocar azulejo, vai começar a colocar cimento.

Luiz Fara Monteiro: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Presidente, nesta segunda-feira o senhor está embarcando para o Reino Unido. O que

o senhor vai fazer nesta viagem a Londres?

Presidente: Eu estou indo a convite da Rainha da Inglaterra, numa visita de chefe de Estado. Depois de conversar com a Rainha, eu vou fazer várias reuniões de trabalho com empresários, com o setor financeiro, com prefeitos, e depois eu vou ter uma grande conversa com Tony Blair sobre a OMC. Eu estou conversando com Tony Blair desde dezembro, já falei duas vezes por telefone, falei com ele agora na África do Sul que nós precisamos fazer com que a União Européia, representando uma parte dos países ricos, flexibilize nas negociações para que a gente possa diminuir os subsídios agrícolas para favorecer os países mais pobres porque, se não fizermos isso, estaremos dizendo aos países mais pobres que eles vão continuar mais pobres daqui a 30 anos. A segunda coisa que acho importante discutir com o primeiro-ministro Tony Blair é a questão do combustível renovável. Conversei muito com ele sobre a questão do etanol, sobre a questão do biodiesel; acho que a Inglaterra pode fazer uma parceria muito importante com o Brasil. Por isso, estou muito ansioso com esta minha viagem para a Inglaterra.

Luiz Fara Monteiro: Obrigado, Presidente, e até a semana que vem com mais um “Café com o Presidente”.

Presidente: Obrigado a você, Luiz. Eu quero mais uma vez agradecer aos nossos ouvintes.

Luiz Fara Monteiro: O “Café com o Presidente” volta na segunda-feira. Acesse o programa também na internet. www.radiobras.gov.br. Um abraço e até lá.

Conferência de imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, por ocasião de visita ao Reino Unido (Londres, 9.3.2006)

Prime Minister: Good Afternoon everyone, and thank you for coming to this press conference. Can I extend a very warm welcome here to the

President of Brazil and say how delighted we are with the State Visit that he is undertaking to our country, and I would like to describe to you the nature of the talks that we have had this morning.

Obviously we have discussed a number of important regional and international issues, and will continue with our Ministers to discuss areas of bilateral cooperation. We are signing a series of Memorandums of Understanding today in areas like education, and science and technology, and action on climate change where Brazil has been developing in respect of ethanol fuels and very, very interesting ideas. We have also been discussing the general state of our bilateral relationship, which is strong and good and we want to see even stronger still, and of course the relationship is one in which there is a substantial amount of commerce and trade.

However, we have actually focused a large part of our talks today on the issue of world trade and the World Trade Round, and it is our common belief and understanding that this is a huge moment of decision for the world. The potential benefits of a dynamic and ambitious round are there not just for the developing countries, and those countries that are most developed, but of course also for the poorest countries in the world. And this is a moment in which it is essential that we show the leadership necessary to break through the obstacles and have that ambitious round. The World Trade Round may seem a very dry subject to people, but the result of an ambitious round would be felt in greater prosperity, more jobs and greater social justice. It is a very, very important year therefore for the world. The reason it is such an acute problem is because if we do not succeed this year then the US Presidential mandate runs out in 2007 and it is therefore going to be far more difficult at that point to get agreement.

So what we have agreed is to work together closely, Britain obviously within the European Union, and Brazil within the G20, and to try to persuade our partners and colleagues to go beyond the established positions and have a far more ambitious round. To

that end we are prepared to have a meeting of the key leaders and we will discuss with our colleagues how and when that can be possible. But I think this is in the end something where the detail of course has got to be debated and discussed by the trade negotiators, but it is also an issue for us, the leaders, to make sure that we fulfil the expectations and needs of our people to have a good and bold trade round.

So I want to praise President Lula specifically for his leadership and his passion on this issue, which is important, and to say I think it is evidence also of the growing role of Brazil on the international stage, which is why once again I expressed to him also our strong support for Brazil's permanent membership of the UN Security Council.

President Lula da Silva: Good afternoon, everyone. Brazilian journalists, British journalists. I came with a prepared declaration for the press, because for me the visit that we have been carrying out to the United Kingdom this week is a visit which should really be able to change the level of relations between Brazil and the United Kingdom in the fields of politics, social affairs and in our cultural and economic relations. And we are now concluding this visit and my evaluation is very positive with the net results. I will be going home convinced that relations between the United Kingdom and Brazil have at this time reached a higher level. The density and the variety of the meetings that I have had in London have allowed me to substantially intensify dialogue and cooperation between our countries. The three days in the United Kingdom have strengthened in me the image of a country that has been able to conciliate over time tradition with innovation.

In the meeting we just had, Prime Minister Tony Blair and I were able to verify our agreement on central issues on the international agenda. Considering the frank conversations we have had, I am convinced that the United Kingdom and Brazil together will make a crucial contribution to unblock the Doha Round at the WTO. To that end we will work to convince other world leaders about the need

for an agreement that will help developing countries, and especially the poorest countries. The Prime Minister and I agreed that as soon as possible it would be good to hold a meeting of Heads of State and Government to give a decisive push to these negotiations. The United Kingdom and Brazil share the understanding that we need concrete urgent measures to be taken to make our global order more balanced and more equitable.

We also agree with the need for a broad reform in the United Nations, and we all know that the Prime Minister Tony Blair has been a partner in giving support to Brazil as a Permanent Member of a reformed Security Council. The clearest expression of this is in all the public declarations in all the times that I have met with the Prime Minister. That is why Brazil is thankful for the position of the United Kingdom.

We are also still committed to promoting an agreement of association between Mercosur and the European Union. I have emphasised to Prime Minister Tony Blair that South America is a zone of peace, with a strong democratic vocation which has very promising prospects in the economic area for its development. Today in our region we are convinced that a cycle of sustained development is fundamental for the final consolidation of democracy in our continent, and for us to be able to adjust and pay our centuries long social debts in each country to our own peoples. All of the authorities in our continent are committed to that cause to achieve social justice.

Prime Minister Tony Blair and I have reaffirmed our commitment to meeting the Millennium Development Goals. We have reiterated our support to initiatives to fight hunger and poverty around the world. We are involved in identifying and implementing innovative financial facilities to that end. Brazil is supporting the IFF pilot project, launched by the United Kingdom, to finance vaccinations against disease. We participated in a pilot project launched last week in Paris which will establish contributions and solidarity from airline tickets to fight

aids, malaria and tuberculosis. The joint declaration we just signed established commitments in areas that we consider to be strategic for bilateral cooperation in areas such as science and technology, the environment, health, education, creative industries, racial equality, just to mention a few.

It is clear that there is a major potential for cooperation in sustainable development, particularly in the energy sector. Brazil today is an international benchmark in research and the use of biofuels, for example ethanol and biodeisel, and I had the chance to talk with Prime Minister Tony Blair on other occasions as well, most recently in South Africa, and with all the authorities of the United Kingdom whom I have met, I have no problem and always invite them to be partners with Brazil, and to improve the technology for producing biofuels, because it is our understanding that in the 21st Century we cannot leave it to the end of the century because we won't be here any more. We have to start now, we have to turn biofuels into the big matrix for energy and for fuels in general, it is less polluting, it creates more jobs and it is, not just for the interest of emerging countries like Brazil and developed countries like the United Kingdom, but above all the poorest countries, such as the countries of Africa and central America.

I am also certain that this visit will be good to push even more the trade and investments between the United Kingdom and Brazil. The business seminar that I attended yesterday, and the contacts I have had with British business leaders, showed me the great interest they have in Brazil today. All this is due to the seriousness that we have shown in our macro-economic policies, bringing stability and responsibility above all for the steps being taken in an electoral year when we cannot allow the election to end up being a problem for things that are really working. Whether you are looking at Brazil from the inside or the outside, you need to see that Brazil has finally decided to help itself and the only thing Brazil needs is Brazil itself to help with its own development, to build its own basis for development.

And I want to conclude by saying to Prime Minister Tony Blair that I will be eternally grateful for the affection that my wife and I, and my delegation, have received during these three days that we have been here. I don't know if there is any place in the world where I would be better treated than I was here. If there is, I would really like to be able to go there soon, because I am going home with the best of impressions, and with the impression that the interest of investors from the United Kingdom and Brazil are very high. I see the interest in partnerships between the business sectors of the two countries, and I am also going home convinced that the United Kingdom has started to look to Latin America, to South America, and within South America there is no way that people cannot see Brazil, which is the biggest territory in our continent.

And for that reason, my dear Prime Minister, I thank you. I hope that some day in Brazil I will be able to return this affection, and I hope that we can receive you in Brazil for us to be able to continue discussing issues of the common interest to Brazil, the United Kingdom and the world – namely more democracy, more development, more income distribution, less terrorism, less drugs and more development. That is what we want and that is what we are fighting for. And it is with that conviction that I leave the United Kingdom shortly, but I am happier than when I came.

Prime Minister Tony Blair: Thank you very much indeed. That was an excellent vision that you set out. Thank you.

Question: Can I ask you whether you discussed the shooting of Mr de Menezes, and whether you have full confidence on the Brazilian side that the British police have told the truth and cooperated fully with the investigations, and whether you Prime Minister still have full confidence in the Commissioner of the Metropolitan Police?

Prime Minister Tony Blair: On the very latter point, yes, of course I do. But yes, of course the President and myself discussed the de Menezes

case, and once again let me say that we offer our deepest regrets to the family for this very tragic event and I of course assured the President that the proper investigations and procedures would continue through to their conclusion.

President Lula da Silva: We are working on the basis of trusting that the government and the police in the United Kingdom will investigate what needs to be investigated and they will do what must be done. Our Ministry of Justice has sent a commission here, we have interest in working together on this because we want there to be justice for the family, they deserve all the support of the British and the Brazilian governments for us to be able to discover what actually happened. I will be meeting with the family soon, I will be talking with Jean's cousins, and I intend to say to them not just what has already been done by our Ministry of External Relations and our Ministry of Justice, what we know that has been done by the British government, but also to make ourselves more and more open and to make our Embassies available for us to be able to do whatever can be done and is within our reach for us to be able to make up for the pain that this family has suffered. But we also understand that the British people have been very understanding, have felt this very dearly. After all, this is the kind of incident that no-one would like to have happened, neither here in the United Kingdom, nor in Brazil, nor anywhere in the world.

Question: The Brazilian government, does it really want to build 7 new nuclear plants in 15 years? How much investment does that mean? And is that decision of concern to the British? And what is the Brazilian government's position on Iran's decision to go on with its nuclear projects? I am asking you, but I would also like to hear the Prime Minister's comments.

President Lula da Silva: Well first of all I would not like to talk about things, policies in Brazil, because I will be arriving in Brazil tomorrow, early in the morning I will be in Recife, and all the press will be there to ask me a lot about our domestic problems,

and then I will be going to another event. But the thing is that the government has not made a decision, the government is discussing technically all possibilities for us to be able to have the total control over energy production to ensure our country will have sufficient today and in the future. There is much to be done by the government in the energy field, obviously we will not stop discussing nuclear energy, which is always an important issue, and at some point we may come to a precise position. But all I can say is that the government has not decided because when it does decide it will go over my table and you will know, because it will be in our interests to communicate to the Brazilian nation what we plan to do. For the time being we are still deciding. We have decided to build Belo Monte Hydro Plant and we are preparing the whole process to build two hydro-electrics on the Madeira River as well, and we are investing very much in biofuels and we are also thinking about using biomass as part of our energy mix. That is what we are talking about. When this issue comes on to my table for a final decision you will know what we have decided then and it is clear.

And as you know, with regards to Iran, I have had the chance to speak with many people around the world. Brazil has a clear position. First of all, Brazil defends the idea of countries being able to use nuclear energy as they need it; second, we defend Iran, like Brazil, being committed to the decisions of multilateral organisations, that is how we imagine that people should treat something as serious as this. That goes for Iran, that goes for the United Kingdom and for Brazil. We all have to be subordinated to the fora that democratically make policy decisions on nuclear policy issues.

Prime Minister Tony Blair: I agree.

Question (Larry Elliott, Guardian): Two quick questions on trade. The first one, you talk of concrete and bold steps, but isn't it the case that the really concrete and bold step that needs to be taken is by the European Union in improving market access for agriculture, and until and unless that step is taken,

these talks are going to struggle? The second point is, when and where do you envisage this meeting of leaders taking place?

Prime Minister Tony Blair: I think on the latter point we have obviously got to discuss with the other key people how this can be taken forward, but it has obviously got to be at the right moment to give the necessary push for the talks to succeed. And yes, of course there is an issue about Europe and its agriculture policy, but there is also an issue about the agriculture policy of other countries, and then there is the non-agricultural goods and services as well, so it is everything together. And what we are really saying is that if we can get a concerted move all ways round, by every part of the international community, to be much more bold and ambitious on this, then yes it will mean changes in the policy of Europe, but also of other countries as well, but that is what we want to see. And the reason for that is that in the end it is in the interests of everybody that we move to a more open trading situation, and in particular it is in the interests of some of the poorest countries of the world because this is supposed to be a development round that they are able to sell their goods into our markets. And one of the things that has come out very strongly from this visit of the President of Brazil is the commitment he has as well to Africa, and I know he has travelled extensively there recently, and there is an absolute obligation and duty on us as an international community to find a way forward so that the poorest countries of the world gain access to the markets of the more wealthy countries. However, it is also in the interests of the wealthy countries themselves to have a more open trading system, that is the way that we make progress. And I think that the only other point I would make is that I think the success or failure of this round is also a very strong indicator of the commitment that countries have to a multilateral process. This is a process that has got to be negotiated in the international community by different countries and different regions with different interests, but with one common obligation duty and

indeed interest, and that is to make the thing work, to take down the trade barriers and allow us to trade freely in the interests of our citizens. So yes, it will mean changes everywhere if we are going to get this done, but we believe it is important.

Question: I would like to ask the President, the military troops have been in the hills of Rio de Janeiro for the past several days looking for weapons that have been stolen from army bases, and you as the Commander in Chief of the Armed Forces, were you consulted about that action, and if you were did you understand the constraints of this kind of search, and if these arms are not found?

President Lula da Silva: First of all, I shall be talking about that tomorrow when I land in Brazil. I was informed by my Vice President, Acting President, Minister of Defence and informed by the Commander of the Army, and we will only know whether we will find them or not if we look for them. If we cross our arms we will not find anything, for sure. And it was extremely serious what happened, we don't know who – someone, we don't know who – occupied a military base and stole the weapons. We cannot allow that to happen. Therefore I think that the army is taking all the care that it needs to, it is working together with the Military Police for us to find not just the weapons, but also to be able to find out who carried out that attack into an army base where they stole the weapons. But certainly tonight when I arrive in Recife I will be more closely involved in that, whether there was violence or not, this is always the confirmation that violence leads to violence, and we would not like that to happen, but no matter what, the army has to search for what belongs to the army.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Guatemala, Oscar Berger (Brasília, em 10.3.2006)

Excelentíssimo Senhor Oscar Berger,
Presidente da República da Guatemala,
Senhora Beatriz de León Reyes, Presidente

da Corte Suprema de Justiça e Organismo Judicial da Guatemala,

Senhores Ministros de Estado e integrantes das comitivas da Guatemala e do Brasil,

Nossa querida companheira Rigoberta Menchú, prêmio Nobel da Paz e Embaixadora da Boa-Vontade e dos Acordos de Paz,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero dar as boas vindas ao Presidente da Guatemala, Oscar Berger, e à sua comitiva, que nos honram com sua visita ao Brasil.

Esta visita ao Brasil – a primeira de um Presidente guatemalteco ao nosso País - e minha ida ao seu país – também a primeira visita de um presidente brasileiro à Guatemala - expressam uma vontade de reforçar os vínculos bilaterais e de trabalhar em conjunto na construção de agendas de interesses comuns.

A Guatemala está implementando programas semelhantes aos brasileiros, por isso estamos prontos a estudar as experiências de nossos parceiros e a colaborar para seus êxitos. Exemplo desse intercâmbio é a cooperação bilateral com os programas Bolsa Escola e Alfabetização Solidária. Essas são provas do que podemos fazer quando assumimos nossas responsabilidades.

Em setembro de 2005, durante minha visita à Guatemala, compareci à conferência regional sobre a fome. A iniciativa dessa conferência foi importante contribuição do presidente Berger para esse esforço coletivo de procura do desenvolvimento de nossas nações. Pude também participar da reunião entre os países do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e o Brasil, quando tratamos das perspectivas de integração entre o SICA e o MERCOSUL.

Temos de nos unir em grandes blocos para enfrentar os desafios nas negociações comerciais da OMC. Nessas negociações, Guatemala e Brasil trabalham juntos no G-20 para mudar o panorama para suas exportações agrícolas nos mercados dos países ricos.

Estamos numa encruzilhada do processo

negociador, mas temos que garantir que a Rodada de Doha não acabe em um impasse. Por isso, este é um momento de decisões políticas. Sei que podemos contar com o empenho pessoal do Presidente Berger e a ajuda da Guatemala para garantir impulso às negociações. É importante lembrar, Presidente Berger, que em maio, na cidade de Viena, haverá a Cúpula América Latina/União Européia. Conversei com o Primeiro-Ministro Tony Blair – o meu Ministro Celso Amorim está hoje conversando com a Chanceler alemã – para que possamos fazer uma reunião verdadeiramente de cúpula, à qual todos os Presidentes e Primeiros-Ministros de todos os países compareçam.

A impressão que tenho é de que a Rodada de Doha, o acordo da OMC para o fim dos subsídios agrícolas dos países ricos, não depende mais de uma reunião técnica; depende agora de decisões políticas, e decisões políticas somos nós, os Presidentes da República, que temos que tomar. Por isso, o nosso Ministro Celso Amorim está, neste momento, tendo uma audiência com a Chanceler alemã para que possamos ter parceiros, para convenceremos os países da União Européia a comparecerem com os seus representantes máximos, da América Latina com seus representantes máximos, para que possamos tomar uma decisão política e favorecer os países que dependem mais da agricultura.

Tenho dito em todos os cantos do mundo a que vou que a agricultura é muito importante para todos os países, mas para os países menores e pobres ela tem uma importância maior. Na França, a agricultura ocupa apenas 1% da força de trabalho; na Inglaterra, a agricultura ocupa apenas 2,8% da força de trabalho. Mas no Brasil ocupa 25%, na Guatemala deve ocupar acima de 50%, em Camarões ocupa 70% e na União Européia toda, apenas 4,8% da força de trabalho está na agricultura. Não tem sentido o subsídio agrícola impedir os países mais pobres de serem mais competitivos.

O importante é que o intercâmbio comercial entre a Guatemala e o Brasil cresceu muito. Nós,

este ano, batemos o recorde: chegamos a 335 milhões de dólares, que é recorde na história das relações comerciais Guatemala-Brasil. As exportações da Guatemala para o Brasil quadruplicaram e, segundo o Presidente Berger e eu ouvimos do Ministro Furlan, no mês de fevereiro e de janeiro praticamente aumentaram 300% as exportações da Guatemala para o Brasil. Sei que ainda é muito pequeno, sei que ainda tem uma vantagem na balança comercial favorável ao Brasil, mas quero que o Presidente Berger compreenda que, para o meu governo, relação comercial boa é aquela que é uma via de duas mãos, em que possamos vender, mas que possamos comprar para tornar o comércio algo mais equilibrado e mais substancial para os dois países.

Por isso, assumimos um compromisso hoje de que o Ministro Furlan, talvez ainda este mês ou, no mais tardar, no começo do próximo mês, irá à Guatemala com uma delegação de empresários. O Governo da Guatemala vai mandar para o Brasil representantes dos setores em que a Guatemala gostaria de fazer parceria com empresários brasileiros, e nós vamos levar esses empresários para que possamos produzir algo em parceria com empresários da Guatemala e exportar para os Estados Unidos, já que a Guatemala tem isenção total para exportar para os Estados Unidos. Sabemos o que representa, para a Guatemala, o etanol; sabemos o que representa, para a Guatemala, o biodiesel, porque, como disse ao Presidente Berger, no século XXI, não vamos fazer prospecção de petróleo apenas – nós vamos plantar petróleo, e posso lhe dizer que o biodiesel pode ser a grande alternativa para os países pobres do mundo, sobretudo para a América Latina e África.

Queria dizer ao Presidente Berger que a política externa brasileira é uma política que prevê a inclusão dos nossos parceiros da América do Sul, da América Latina, da África e dos países que, tradicionalmente, estavam afastados do Brasil, e também porque o Brasil estava afastado desses países. Quero lhe dizer que, quando fui convidado

para ir à Guatemala no ano passado, fui com a certeza de que estava se abrindo na América Central uma grande possibilidade de o Brasil estabelecer parcerias, do ponto de vista do aumento do nosso comércio, mas, sobretudo, com a implantação de projetos industriais entre o Brasil e a Guatemala, entre o Brasil e outros países.

O Presidente Berger mandou aqui, no mês passado, em uma reunião com os países da América Central, um ministro para que pudesse conhecer a questão do etanol mais profundamente, para discutir investimentos e, sobretudo, para conhecer – não sei se visitaram a indústria automobilística – mas também para conhecer o flex-fuel, que é um carro que pode dar uma certa independência na área de combustível a todos os países que precisam e dependem, única e exclusivamente, do petróleo.

Quero lhe dizer, meu caro Presidente, que esta sua visita aqui melhorará ainda mais o patamar das relações entre Brasil e Guatemala. Nós sabemos das afinidades, sabemos do seu compromisso com a Reforma das Nações Unidas, sabemos do seu compromisso com o G-20, sabemos do seu compromisso na instituição de organismos multilaterais mais democráticos, mais representativos, e sabemos, também, do seu compromisso de desenvolver não apenas a Guatemala, mas desenvolver praticamente toda a América Central, já que vocês tomaram a decisão de que praticamente toda a América Central será uma zona de livre comércio e de que não haverá a proibição de trânsito, nem de produto, nem de gente. Isso significa um comércio maior e uma possibilidade maior para acordos com o Brasil e outros parceiros do Mercosul.

Quero, especialmente, agradecer ao Presidente Berger o envio de soldados para o Haiti, que participam da Força de Paz. Quero lhe comunicar que viajei com o presidente do Haiti para o Chile, e que ele é muito agradecido ao comportamento que nós tivemos e, mais ainda, ele só vai tomar posse em maio e acha que a Força de Paz só deveria sair de lá

quando eles conseguirem constituir uma polícia que possa fazer a segurança de todo o Haiti. Ele pediu que eu transmitisse, a todos os países que estão mandando soldados para lá, os agradecimentos, porque ele acha que nós fizemos a diferença no processo de paz e no processo eleitoral no Haiti. E, certamente, isso demonstrou que a América Latina tem condições de cumprir tarefas como essa que a ONU nos designou e concluir essas tarefas com mais competência do que habitualmente é feito no mundo.

Quero terminar dizendo que a Guatemala é um país não apenas rico pela sua história de luta, pelas suas riquezas minerais, pela existência de tantas nações indígenas que construíram um Prêmio Nobel da Paz, mas também a Guatemala viveu momentos muito difíceis de conflitos. Houve momentos em que, daqui do Brasil, não como Presidente da República, mas como militante político, eu imaginava que aqueles conflitos não teriam fim. O povo da Guatemala foi competente o suficiente, não apenas para instituir a paz na Guatemala, mas foi competente para compreender que, somente através do regime democrático, somente através da democracia podemos garantir a paz, e somente com a democracia e com a paz podemos garantir o desenvolvimento tão sonhado pelo povo da Guatemala.

Quero, de coração, agradecer a sua presença no Brasil e lhe dizer: fique certo que, daqui para frente, a relação entre Guatemala e Brasil tende a melhorar cada vez mais. Só não pude atender a um pedido do Presidente Berger: ele quer que eu mande para lá um punhado de jogadores para ver se classifica a Guatemala para a Copa do Mundo. Não posso, antes da Copa do Mundo. Quem sabe, no futuro, possamos fazer um acordo de esporte para que o Brasil receba aquilo que vocês podem nos ensinar e nós possamos ajudar vocês naquilo que vocês precisam aprender.

Muito obrigado.

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Il Sole 24 Ore” (Brasília, em 24.3.2006)

Amorim: i leader mondiali scendano in campo sulla Wto

Proposta del Ministro degli Esteri brasiliano per sbloccare il Doha Round

(DAL NOSTRO INVIATO)

«La liberalizzazione del commercio internazionale ha un costo politico. E questo richiede un gesto di coraggio da parte dei leader mondiali. Per questo crediamo che, quasi esaurito lo spazio per negoziare concesso ai tecnici, tocchi ai capi di Stato e di Governo fare un intervento importante e coraggioso». Il Ministro degli Esteri brasiliano, Celso Amorim, rilancia e motiva la proposta di un “summit sul commercio” avanzata a Londra dal presidente Lula e dal primo ministro inglese Tony Blair. E, in un’intervista al Sole-24 Ore, definisce per la prima volta come potrebbe avvenire lo “scambio” fra la riduzione delle tariffe agricole da parte europea, dei sussidi agricoli americani e il taglio ai dazi sui prodotti industriali da parte dei Paesi in via di sviluppo, «un triangolo che — ha auspicato ieri il direttore del Wto, Pascal Lamy — speriamo non sia un triangolo delle Bermude, ma un triangolo virtuoso». Lamy ritiene che la riunione di Ginevra di fine aprile possa essere il momento decisivo per il Doha Round sulla liberalizzazione dei commerci. Amorim è convinto che alla fine l’ultima carta potranno giocarla solo i leader dei Paesi, se alla scadenza di aprile l’impasse non si fosse sbloccata.

Diplomatico di carriera, veterano dei negoziati commerciali internazionali, il ministro brasiliano è uno degli uomini chiave della trattativa al Wto. E’ lui l’inventore della formula del G-20, che per la prima volta, al vertice di Cancun due anni fa, coagulò gli interessi, variegati, dei Paesi in via di sviluppo in modo da impedire che subissero passivamente le decisioni dei grandi. Negoziatore abile e spigoloso, è uno dei componenti del sestetto che fa da apripista alla

trattativa. Critico anche duro delle barriere altrui, è molto determinato, nella tradizione della diplomazia brasiliana, nel difendere le proprie.

«I limiti dei mandati per i negoziatori — afferma — non consentono un breakthrough, un progresso determinante. C'è un gap fra le diverse posizioni che non sarà coperto dai ministri. Chi lo giustifica con l'insufficienza delle proposte dei Paesi in via di sviluppo ha una percezione errata di quello che ciascuno è in grado di fare. Le faccio un esempio: l'agricoltura che l'Europa difende con la sue tariffe dà lavoro in molti Paesi europei all'1%, o poco più, della popolazione. In Brasile, l'industria occupa il 35%. Anche se la liberalizzazione fosse uguale, l'effetto sarebbe comunque squilibrato. La base del Round devono essere benefici per tutti e sacrifici per tutti: ma i vantaggi devono essere maggiori per i Paesi poveri e i sacrifici maggiori per i ricchi. Il Brasile sta più o meno nel mezzo ed è disposto a fare la sua parte. Ci devono essere due tipi di proporzionalità: fra ricchi e poveri e fra agricoltura e industria. I nostri dazi industriali più alti sono al 35%, quelli agricoli in Europa arrivano al 200, in Giappone al 1000%. Equità è trattare in modo disuguale situazioni disuguali. Un po' come per le tasse: tutti devono pagarle, ma i ricchi di più».

Amorim non vuol essere del tutto pessimista, ricorda che «cose che sembravano impossibili sono successe», e che, anche se il Round ha sfondato tutte le scadenze temporali che si era autoimposto, è possibile chiudere un accordo di massima entro luglio, in modo da definirlo prima che scada, un anno dopo, l'autorità del presidente Usa a negoziare, e rammenta che «anche nell'Uruguay Round il fast-track finì e poi venne rinnovato». Alla recente riunione del sestetto a Londra, il ministro brasiliano rivela di essersi spinto più in là di tutti nel definire «l'architettura» di un possibile accordo, pur evitando di entrare nella discussione sui numeri. «Ho suggerito — dice — che la Ue accetti le proposte del G-20, che chiede un taglio delle tariffe agricole del 54%. Mi sembra ragionevole, anche se non è l'ideale per il Brasile, che ha un settore agricolo molto competitivo. Noi siamo disposti a intervenire

su industria e servizi, in misura proporzionale alla nostra capacità. I Paesi in via di sviluppo possono accettare i principi della cosiddetta “formula svizzera” con due coefficienti». Amorim non ritiene che sia il momento di specificare le cifre, ma, secondo fonti vicine alla trattativa, il Brasile potrebbe accettare un taglio alle tariffe industriali anche al di là del 50% indicato finora e oltre il 5% sui dazi effettivamente applicati. La contropartita sull'agricoltura dovrebbe riguardare non solo il taglio dei dazi, ma il tema dei prodotti sensibili, ritenuto cruciale dall'Italia. «L'esenzione dei prodotti sensibili deve comunque garantire progressi nell'accesso al mercato — afferma il ministro — il numero deve ridursi di molto. Se i prodotti sensibili sono l'8% del totale e si concentrano su quelli a tariffa più alta, si possono escludere dalla liberalizzazione tutti quelli di nostro interesse. E va tenuto conto non solo della quota anteriore, ma del consumo corrente».

Preoccupa Amorim il riemergere di tendenze protezioniste, con il veto di diversi Paesi ad acquisizioni estere. «Preferisco pensare — sostiene — che per ora si tratti di episodi. In fondo, già vent'anni fa, negli Usa fu bloccato l'acquisto della Fairchild semiconduttori da parte giapponese. Però il vero pericolo è l'emulazione, che questi episodi risvegliano altrove richieste di protezione. E queste vicende rivelano che, in fatto di liberismo economico, anche nei Paesi avanzati spesso si applica il detto: fate come dico, e non come faccio».

Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal italiano “Il Sole-24 Ore” (Brasília, em 29.3.2006)

Lula: “Avanti com il rigore” – Continuità in economia nonostante gli scandali

DI ALESSANDRO MERLI

«In economia non esiste la bacchetta magica. L'economia non dipende da una sola persona. Al nuovo ministro delle Finanze, Guido Mantega, chiedo che continui a fare quello di cui c'è bisogno per lo sviluppo del Brasile, senza promettere miracoli. Solo

così la crescita potrà essere migliore di quanto non è stata finora. E quando ci sarà bisogno di vincere resistenze, sa di potersi rivolgere al presidente».

Il giorno dopo le dimissioni del ministro delle Finanze, Antonio Palocci, vittima dell'ennesimo scandalo che ha investito il Governo, non è un giorno facile per il presidente Luiz Inacio Lula da Silva. Con Palocci, se ne va l'ultimo dei pilastri della sua vittoriosa campagna elettorale del 2002, dopo che José Dirceu, alter ego di Lula fin dai tempi della lotta alla dittatura militare, e il brillante pubblicitario Duda Mendonça, erano stati a loro volta travolti dagli scandali. Ma Palocci è stato più di tutti l'uomo chiave dell'azione di Governo, quello che ha imposto, talvolta anche alla recalcitrante maggioranza, ma sempre difeso da Lula, una politica rigorosa che ha tolto il Brasile dalle grinfie di una crisi finanziaria devastante.

Dentro il Palazzo del Planalto, guardato dai corazzieri di bianco vestiti, è un Lula cupo e teso, lo ammette lui stesso, quello che presiede al passaggio delle consegne fra Palocci e il suo successore Mantega. E' un Lula guardingo quello che, in un'intervista al Sole-24 Ore, rivendica la sua leadership della politica economica e l'impegno a una linea che ha fatto di lui il favorito di molti banchieri e industriali, di mercati e investitori che un tempo lo vedevano con terrore, ma ribadisce anche la priorità della lotta alla povertà, dove il Brasile comincia a incassare qualche risultato. E' evaporata in questi mesi la "diversità" etica del Pt, il partito fondato da Lula, anche se il presidente-operaio ha, finora, mantenuto livelli di approvazione molto alti nella popolazione, soprattutto i più poveri, che lo considerano tuttora uno di loro. E alla domanda sulla questione etica, che può diventare il tema principale della campagna elettorale per i prossimi sei mesi, Lula preferisce non rispondere. Ma è un Lula determinato quello che si è già buttato a capofitto in questa campagna. E oggi Lula è pronto a ripetere il suo messaggio economico agli industriali italiani in missione in Brasile.

Il Sole 24-Ore: Presidente Lula, tempo fa Lei ha detto di se stesso che, nelle relazioni

economiche, assumeva il ruolo di "venditore" del Brasile. Cosa dirà agli imprenditori italiani che incontrerà oggi per convincerli a investire in Brasile?

Presidente Lula: Dirò loro che il mio Governo ha adottato una serie di misure per migliorare il clima per gli investimenti, sia nazionali che esteri. Per esempio, sono state introdotte riforme microeconomiche per maggior trasparenza negli affari, come una nuova legge fallimentare, maggior accesso al credito al consumo, soprattutto per i segmenti più poveri della popolazione, e un quadro per le partnership pubblico-privato. Poi sono stati fatti progressi macroeconomici in modo da assicurare una crescita sostenibile e quindi maggiori opportunità di investimento.

Il Sole 24-Ore: Appunto, gli investitori di lungo termine sono interessati alle prospettive di crescita di una Paese, ma quella del Brasile è stata deludente e certamente inferiore a quella di altri Paesi emergenti come Cina e India. Inoltre, una crescita insufficiente non consente di alleviare la povertà.

Presidente Lula: L'elemento principale della nostra politica economica è stato quello di creare le condizioni per una crescita sostenibile nel lungo periodo. In Brasile abbiamo avuto vent'anni di stop-and-go, il che scoraggia le strategie sia del settore pubblico sia di quello privato. Recentemente abbiamo rimosso ostacoli importanti, portando sotto controllo l'inflazione e riducendo la vulnerabilità finanziaria esterna del Paese. Lo si vede dalle cifre in costante miglioramento sul commercio e sul debito. Per la prima volta da molti anni il Brasile è in condizione di affrontare altre sfide critiche e abbiamo cominciato a farlo: le pensioni, il fisco, la generazione di risorse per gli investimenti in infrastrutture. So che c'è bisogno di fare altri passi avanti su queste questioni, così come sulla riforma del mercato del lavoro, dei sindacati e dei partiti politici. Sono altrettanto importanti i cambiamenti nel modo in cui affrontiamo la povertà. Primo, un attacco diretto per l'eliminazione della povertà più estrema è un imperativo morale e politico per il Brasile. Secondo, queste misure hanno un effetto

di lungo periodo perché gli aiuti hanno come condizione che i bambini vengano mandati a scuola e tutti i membri di una famiglia si rivolgano alle strutture sanitarie. Terzo, credo che la distribuzione del reddito, attraverso queste e altre misure, come aumento del salario minimo e accesso al credito, sia decisiva per generare i consumi che sostengono la crescita. Ripeto: senza un fondamentale cambiamento nel reddito che consenta ai poveri di entrare nell'economia di mercato, il Brasile non realizzerà il suo potenziale.

Il Sole 24-Ore: Nel corso della sua presidenza, il Brasile ha adottato un profilo più alto sulla scena mondiale. Ma Lei ha cominciato come il favorito dei no-global, al Social Forum di Porto Alegre, e ora invece la sua controparte più abituale sono i leader del G-8. Ha cambiato idea sulla globalizzazione?

Presidente Lula: Non è che abbiamo cercato un ruolo di leadership in questi campi. Il miglior esempio che possiamo dare è l'apertura al dialogo e alla formazione del consenso. Sono orgoglioso del fatto che ho portato fundamentalmente lo stesso messaggio al World Economic Forum di Davos e a Porto Alegre. Sono convinto che di per sé la globalizzazione non sia né buona né cattiva. E' semplicemente un fatto della vita moderna con cui dobbiamo fare i conti e cui ci dobbiamo adattare. Per prenderne il meglio, e attenuarne gli effetti negativi, va rivisto il modo in cui le decisioni vengono prese a livello globale, consentendo ai Paesi in via di sviluppo di partecipare effettivamente a decisioni che influenzano il benessere sociale ed economico delle loro popolazioni. Perciò ci siamo impegnati in tre campi: nel commercio questo significa portare al successo il Doha Round del Wto e ridurre drasticamente le misure protezionistiche che distorcono il commercio mondiale in agricoltura; in finanza, bisogna rivedere le istituzioni di Bretton Woods per consentire ai Paesi in via di sviluppo che adottano politiche responsabili di investire in infrastrutture e nei servizi sociali; nel campo della sicurezza, la riforma dell'Onu e soprattutto del

Consiglio di sicurezza è necessaria per riflettere gli equilibri di potere e di interessi del mondo di oggi.

Il Sole 24-Ore: America latina ed Europa non sembrano essersi avvicinate in questi anni. Ora anche l'accordo fra Unione europea e Mercosur è stato rinviato. Lo vede come un'occasione perduta?

Presidente Lula: Il summit di maggio a Vienna fra le due regioni ha un'agenda ambiziosa, che riflette la natura vibrante dei rapporti. Non sono d'accordo che si sia persa un'occasione: lo dimostrano l'aumento di scambi e investimenti. Certo, l'accordo Ue-Mercosur avrebbe aiutato, ma bisogna tener conto dell'impatto dei ritardi nel Doha Round. Un accordo con la Ue va al di là di una semplice riduzione di tariffe come è invece il caso dell'Alca. Ha una componente politica e culturale.

Il Sole 24-Ore: Il continente delle Americhe è teatro di un confronto molto aspro fra Stati Uniti e Venezuela e l'antiamericanismo appare in aumento nella regione. Inoltre, decisioni come quelle della Bolivia di nazionalizzare le proprie risorse possono creare frizioni anche con il Brasile.

Presidente Lula: L'America latina, e il Sudamerica in particolare stanno attraversando un periodo di cambiamenti importanti, risultato di un processo di democrazia di base, evidente soprattutto nei Paesi andini. Questo comporta la revisione di politiche che per decenni, o addirittura secoli, hanno portato assai pochi benefici ai più poveri. Il desiderio della Bolivia, per esempio, di riacquistare il controllo delle sue risorse naturali è una conseguenza comprensibile di questo sentimento. Il Brasile non ha nessun problema con la nazionalizzazione, a patto che rispetti gli interessi della Petrobras, che ha investito pesantemente in Bolivia da molti anni.

Il Sole 24-Ore: Signor Presidente, mancano sei mesi al voto e tutti danno per scontato che si ripresenti. Perché non lo ha ancora annunciato?

Presidente Lula: Ho sempre avuto forti riserve sulla clausola di rielezione. I dubbi restano. Ci sto pensando. Ho un criterio fondamentale: che ci siano le condizioni per formare una coalizione che

portì avanti con successo la piattaforma di cambiamento per il quale sono stato eletto nel 2002. Una piattaforma alle basi della quale ho dedicato la maggior parte del mio primo mandato. Questo è quello che valuterò nei prossimi mesi.

Entrevista coletiva concedida pelo Ministro Celso Amorim, pelo Comissário Europeu de Comércio, Peter Mandelson, e pelo Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), Robert Portman, ao final de reunião informal sobre a Rodada Doha da OMC (Rio de Janeiro, em 1º.4.2006)

Moderador: Boa tarde. O Ministro Celso Amorim, o Representante Comercial Europeu, Peter Mandelson e o Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert Portman farão breves comentários sobre a reunião que mantiveram hoje e depois abriremos para algumas perguntas.

Ministro Celso Amorim: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer tanto a meu colega, Peter Mandelson, quanto a meu colega Robert Portman por terem vindo ao Rio de Janeiro, juntamente com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, para uma conversa franca e exploratória sobre o momento que estamos vivendo na OMC. É importante esclarecer que o Comissário Mandelson já estava vindo ao Brasil para uma visita bilateral, no contexto de um périplo pela América do Sul, e que foi justamente isso que ofereceu a ocasião para termos esse encontro.

Todos nós três, e creio que posso falar também pelo Diretor-Geral nesse caso, temos muito clara a noção de que esses encontros em formato restrito valem pelo que valem. São trocas de idéias, são explorações. Nada pode ser decidido nem nada se tentou decidir nesse grupo de três. Esses encontros são úteis porque podem permitir uma conversa mais franca e mais ampla do que naquelas ocasiões em que é necessário ter um serviço de interpretação e em que há muitos oradores, que às vezes têm participado menos das reuniões e que sentem

necessidade de expor posições de princípio, que, no caso de grupos menores, já são muitas conhecidas. Nos encontros restritos, temos a possibilidade de passar diretamente para o que interessa – eu diria que essa é sua maior utilidade. Nesse contexto, o nosso encontro foi positivo. Fizemos um esforço que esteve dividido em três temas, mas há um vínculo entre os três. E tampouco deixamos de mencionar outros. Concentramo-nos mais no apoio doméstico, em acesso a mercados em agricultura e em acesso a mercados em produtos não-agrícolas (NAMA). Mas tratamos também, naturalmente, do estado geral da Rodada e dos vínculos que existem entre esses três temas. Ademais, menção foi feita a outros assuntos, como serviços, por exemplo, ou a regras que não estiveram no centro das discussões, até porque o momento da evolução em Genebra é um pouco diferente. Esse foi o contexto geral das conversas. E eu diria que, entre outras conclusões a que chegamos – que, evidentemente, deverão ser objeto de consultas em Genebra com grupos mais amplos – pode-se citar a necessidade de acelerar simulações sobre certas áreas da negociação, nas quais ainda não houve essa simulação. Houve simulações intensas sobre acesso a mercado em produtos industriais, houve simulações, também intensas – embora não completas, porque alguns países não dispõem de todos os números – sobre acesso a mercados em produtos agrícolas. Não fizemos, ainda, uma simulação tão profunda no que diz respeito ao apoio doméstico. Evidentemente, todos nós temos uma idéia geral dos números, mas quando chegamos ao ponto em que estamos, é importante ter uma noção precisa dos números. Assim, este é um exemplo de uma área em que concluímos que seria útil continuar o trabalho.

Há outras áreas, como a agrícola, e me recorde de produtos sensíveis e de alguns aspectos em relação ao tratamento de produtos sensíveis: como serão feitas as quotas, como serão feitos os desvios. Nesse aspecto, não chegamos a uma conclusão específica, mas concordamos que é necessário aprofundar a discussão desses temas. Cito

dois na área agrícola, mas certamente haverá outros que os meus colegas mencionarão. Não quero ser excludente. Esse é um aspecto. E outro aspecto, também importante, é que fizemos um exercício intelectual para comparar um pouco a nossa visão do que poderiam ser os resultados. Não será surpresa para nenhum de vocês que nossas visões não são idênticas, não batem uma com a outra. Mas isso, de qualquer maneira, é útil, pois permite um exercício de franqueza, permite um exercício de identificação de onde estão as distâncias e de como prosseguir.

Gostaria de fazer um último comentário, muito particular em nome do Brasil: achamos que, naturalmente, será útil manter, em breve, algum encontro de formato mais amplo que permita aferir posições de outros países, sem prejuízo de continuarmos a nos encontrar em qualquer formato que seja: quatro, seis, oito. Aliás, convidei o Ministro indiano para essa reunião mas ele não pôde vir porque tinha outro compromisso com o Diretor-Geral da UNIDO (United Nations Industrial Development Organization). Repito: nós não temos mandato para falar em nome de ninguém, a não ser de nós mesmos. No meu caso específico, não posso sequer dizer que estava falando como coordenador do G-20; estava falando estritamente do ponto de vista do Brasil. Assim, as explorações e discussões – não foram negociações – tiveram essa característica. Mas foram úteis.

Peter Mandelson: Thank you very much indeed for hosting these talks. I am most grateful to you for your hospitality for my bilateral visit to Brazil. The European Union and Brazil have important economic, commercial and political ties that we want to deepen. And I think that I have seen during my visit in Brazil ways in which we can do that and I look forward to our discussions. Could I also pay tribute to you for your personal and for Brazil's leadership of developing countries not least in the WTO talks, which have engaged the three of us during the last 24 hours.

In my view, this format has been very useful. It has created the chance for real engagement between

us. We have had a solid, substantive discussion, in greater depth in a number of areas than up until now, with some candid exchanges on our red lines where we cannot go, but also exploring some real possibilities where we can go. This has been very useful. We do not yet have the contours of a deal, but nor do we have an empty canvas. We have identified a number of areas to accelerate technical work during the coming weeks amongst senior officials. The European Union will be fully committed to this technical work. We realize we are working against the clock and none of us – certainly none of us represented here today, based on the discussions we have had – wants a sub-optimal deal. So, we need to do further work. We need to re-consult our constituencies. We need to think long and hard about the outcome of the deal we want to achieve and how we get that. I am not going to say anymore at this stage about the details of our discussions. I don't think it would be valuable or wise to negotiate with each other in public, so I will leave it there. But I would just like to finish by repeating my thanks to Celso Amorim and the government of Brazil for the excellent hospitality and organization, which have, yet again, made a substantial contribution to the success of the Doha Round.

Robert Portman: Thank you. We had a good exchange. It was candid. It was quite helpful to me. I came just for these meetings. I think the fact that Minister Amorim initiated these last 28 hours of candid discussions indicates his seriousness, with which Brazil and he hold the Doha Round and its success. I commend him for that. The success of these negotiations is also very important to the United States. We are strongly supportive of an ambitious result in the Doha Round because we think it will benefit the global economy. We think it will benefit the US economy and we think it can truly lift, literally, millions of people around the globe out of poverty because of its impact on developing countries. So, it is important not to allow this opportunity to slip between our fingers. And I think what you see here is

an effort on our part – the EU represented by Commissioner Mandelson, the United States and Brazil – to do everything we can to try to solve the differences, to close the gaps and to come up with an agreement. However, we just represent three members of the WTO. Actually, Mr. Mandelson represents a few more, but one trading bloc. The WTO is now 150-member strong and that is why each of us, I believe, has made clear that this is not a decision-making meeting – I know I have. I told my journalist friends back home: this is not a time for us to negotiate any kind of final arrangement for the WTO. That will be done by the larger group. But this is an opportunity for us to try to break some differences. And again, as I have said, we had a candid exchange. We did not always agree, but we are in agreement that we need to keep trying, in order to achieve success.

Some of you follow the Doha Round carefully. I see a lot of journalists here on a Saturday evening, which makes me worry about your social life! But some of you may not follow the Doha Round as closely. So, if I could back up for a moment, I would say that this is the once-in-a-generation opportunity, once every 10 or 15 years, to reduce barriers to trade globally. And if it does not happen, then you not only lose that opportunity and the gains to the world economy – by the way, most economists think the best opportunity to have economic growth is by reducing barriers – but also you do not have the development gains that the Doha Round was initiated for, which include helping least-developed countries. In Hong Kong, we made a lot of progress in that regard. So, this is an important undertaking and what we are doing is tough work because for every country there are difficult political decisions that have to be made in order to reach this worthy goal.

I look forward to your questions but I just want to reiterate that this was a good faith effort for us to continue our discussions toward that goal. I believe we inched closer to resolution. And our continued goal is to do everything we can to achieve

a successful result. Thank you once again.

Moderador: Podemos passar às perguntas. Eu pediria aos jornalistas que se identificassem e dissessem o meio a que pertencem e a quem dirigem sua pergunta.

Jornalista: Boa tarde Senhores Ministros. Meu nome é Denise Chrispim do jornal “O Estado de São Paulo”. Eu gostaria de saber se há possibilidade de, até o dia 30 de abril, serem apresentadas propostas efetivamente melhoradas sobre acesso a mercado, apoio doméstico e NAMA, levando-se em conta que os senhores são os três principais personagens, os três principais focos das discussões sobre essas questões. Eu gostaria de saber se os senhores acertaram, de alguma maneira, qual dessas três propostas deve ser apresentada em primeiro lugar. Quem é que vai sacar primeiro para que essa rodada possa caminhar a contento rumo a um resultado tão ambicioso como foi seu mandato?

Peter Mandelson: I will give you a very short response on my own part. And that is yes, there is a possibility of agreeing these modalities by the end of April. That is a goal. We have been helped towards that by our discussions in Rio de Janeiro. But this step forward will not be achieved by one party drawing first, either shooting first or conceding first. That is not the nature of this negotiation. It is not the nature of the trade-offs that are needed on the deal at which we can arrive. By definition, if you are going to trade off, you need a number of things and people – the negotiating partners – to put enough on the table to create the trade-off. So, it is not a question of anyone moving unilaterally or alone.

Ministro Celso Amorim: Concordo com essa avaliação, de modo que não creio que seja necessário elaborá-la. Na realidade, todos sabemos que é preciso haver algum movimento. A questão, na realidade, é quanto e como. Assim, continuaremos a discutir, mas não há expectativa de que um se mova antes para que os outros se movam depois. Deve ser um movimento simultâneo. E lembrem-se, um movimento simultâneo que envolve países que não

estão aqui hoje, de modo que tudo que podemos explorar são idéias. A verdadeira negociação tem de se processar em Genebra.

Moderador: Segunda pergunta.

Jornalista: Hello! Michael Astor from the Associated Press. The only thing I can see that has come out of this meeting is the agreement to carry out more profound studies and analysis in a certain area. Forgive me if I am not too familiar with the trade terms. What was the area which you mentioned you wanted to do more studies concerning simulations?

Robert Portman: Michael, we actually agreed to have our senior officials in Geneva to look at approximately nine or ten different areas in each of the three major areas. I suppose the area Minister Amorim was talking about was simulations and domestic support. We also talked about market access and agriculture and some projects that we need to undertake in these areas, such as taking a look at tariff-rate quotas under so-called “sensitive products”. Finally, there are also a number of things, with regard to non-agricultural market access and the treatment of manufactured products, that we are asking our senior officials to focus on. Why? Because we are interested in establishing the parameters for a final agreement and some of these issues are yet unresolved. So, we did come up with our list. We are directing our senior officials not just to look at these areas but to come up with results. That will begin as soon as next week in Geneva. This meeting was not a decision-making meeting, but it was a meeting to share our perspectives, to bring us closer together and, then, to further direct the senior officials – our ambassadors and other negotiators in Geneva – to undertake a number of different projects.

Moderador: Terceira pergunta.

Jornalista: Raquel Landim, do Valor Econômico. Eu gostaria de me dirigir ao Ministro Celso Amorim, que mencionou que está aqui falando apenas em nome do Brasil. Eu queria saber qual é a margem do Brasil para flexibilizar a sua posição de indústria, tendo em vista que o país é membro do

Mercosul e que o governo da Argentina está muito preocupado com o processo de re-industrialização do país. Obrigada.

Ministro Celso Amorim: Posso garantir à minha amiga do Valor Econômico que, certamente, essa terá sido uma das coisas que os meus colegas mais ouviram: não posso fazer nada sem falar com meus colegas do Mercosul. Na realidade, tudo que podemos explorar são idéias. Não chegamos a nenhuma convergência específica sobre essas idéias, embora tenhamos, talvez, tido uma noção mais clara de onde estão as impossibilidades, de onde estão os limites e de aonde podemos tentar ir, se outros fizerem determinadas coisas. Mas, obviamente, não há nenhuma negociação de que o Brasil possa participar sem a presença da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, pois eles também estão dentro da nossa tarifa externa comum. O Comissário Mandelson veio da Argentina e seguramente terá ouvido, lá mesmo, essas preocupações. De qualquer maneira, porém, eu posso, por seu intermédio, deixá-los sossegados caso haja alguma aflição quanto a esse aspecto, porque, evidentemente, nós não temos mandato e não negociaremos sem discutir dentro do Mercosul.

Moderador: Quarta pergunta.

Jornalista: Boa noite. Francisco Góes, também do jornal Valor Econômico. Eu gostaria apenas de reforçar esse ponto. Os senhores podem dar mais detalhes sobre essas áreas que se identificaram para acelerar os trabalhos técnicos das próximas semanas? Eu gostaria, ainda, de saber como os Senhores imaginam que será a reação dos outros países que fazem parte da OMC a essas idéias levantadas aqui para o andamento da Rodada? Obrigado.

Ministro Celso Amorim: Em primeiro lugar, não se tratou de nenhuma decisão. Nós apenas pudemos aprofundar a discussão, justamente porque pudemos ter um diálogo mais franco, amplo e desimpedido do que os discursos, necessariamente mais retóricos, típicos daquelas ocasiões em que se tem um grupo maior. Isso nos permitiu – creio que o Diretor-Geral foi testemunha dessa discussão –

identificar setores em que o trabalho dos nossos embaixadores e altos funcionários, juntamente com outros, seria extremamente útil. Assim, identificamos alguns deles. Creio que Robert Portman já mencionou algumas áreas de apoio doméstico, algumas áreas que têm a ver com acesso a mercado tanto na parte de agrícolas quanto não-agrícolas. Outro ponto cuja relevância foi realçada, mas que ainda não foi mencionado aqui, e que faz parte do processo normal de Genebra, é o paralelismo na questão das várias formas de apoio à exportação, de subsídio à exportação. Todas essas são questões que, a menos que haja um acordo sobre seus pontos centrais, ficarão no ar. Mas por outro lado, é muito importante avançar nessas áreas pois, caso contrário, pode-se chegar a um acordo sobre aquilo que consideramos temas centrais – e esperamos que chegaremos – e descobrir que outros temas, que tínhamos por resolvidos, na verdade não estavam. Na realidade, alguma solução para alguns desses problemas pode, também, ter influência nos temas centrais. Mas eu gostaria de repetir que não estamos tomando decisões. Isso foram conclusões que um esforço intelectual concentrado de pessoas que estão muito imbuídas nas negociações permitiu identificar. Pessoas que têm uma responsabilidade ministerial – e, portanto, uma responsabilidade política – que vai além da dos negociadores. Agora, evidentemente, isso vai para Genebra. Haverá um processo de consultas, haverá propostas. Outros surgirão com outras idéias. Mas eu acho que é importante que tenhamos uma visão comum. Isso ajudará o processo.

Moderador: Quinta pergunta.

Jornalista: Meu nome é Letícia Maciel, sou da Agência France-Presse e minha pergunta é para o Sr. Peter Mandelson. Eu gostaria de saber qual vem sendo, dentro das suas discussões na União Européia, a posição da França, que é um país muito beneficiado pela política agrícola comum, e sempre muito resistente, relutante em aceitar reformas, mesmo dentro da União Européia. Qual vem sendo a posição da França e como a França, que é um país um pouco

líder, na União Européia pode contribuir para o avanço das negociações? E de que forma as eleições de 2007 devem, ou não, influenciar nas decisões da União Européia? Obrigada.

Peter Mandelson: I think it is fair to say that France opposes reform of the common agricultural policy. It adopts a prudent and a cautious view and believes that reform needs to be paced, that it needs to be managed properly. It has to be absorbable by Europe's agricultural community. Our job is to create a sustainable agricultural sector in Europe, not to put farmers out of business or to deprive them of their livelihoods. In that sense, France shares the overwhelming view, I would say the united view, of the member-states of the European Union. All the member states have agreed the negotiating approach taken by me, on behalf of the Commission. The mandate, which we are trying to negotiate comes from the member states, including France. I am negotiating on behalf of that mandate in the knowledge that there is considerable economic gain in our grasp, if this round is brought to a balanced and ambitious conclusion. And that is what we want. Mr. Portman has also referred to the enormous potential if we stir this round to a successful conclusion for the global economy as a whole and for developing countries, in particular. But the economic gains will be shared by European countries, that is why we have a lot at stake in this Round. That is why we want to bring it to a successful conclusion, that is why we are committed and that is why I shall go anywhere, any place and spend any amount of time to bring it to that successful conclusion that we are united and wanting to see.

Moderador: Temos tempo para mais uma pergunta apenas.

Jornalista: Boa noite. Marcelo Salles da revista Caros Amigos. Pergunta para o Ministro Celso Amorim. Recentemente, foi lançado no Brasil o livro “Confissões de um Assassino Econômico”, onde John Perkins detalha ameaça de chantagens como políticas corriqueiras das potências hegemônicas contra países que possuem riquezas

estratégicas. Queria saber como é a atuação disso, se por acaso acontece no Brasil ou já aconteceu.

Ministro Celso Amorim: Isso não foi assunto discutido hoje. Mas aproveitando...

Marcelo Salles: É relevante, não?

Ministro Celso Amorim: ... aproveitando que eu estou com o microfone, eu queria simplesmente dizer – não sei se meus colegas querem fazer também comentários finais – que é claro que cada um de nós tem as suas preocupações principais. E, evidentemente, do ponto de visto brasileiro – mas aí sim creio que é algo mais amplo – procuramos sempre enfatizar que essa é uma rodada de desenvolvimento e que, portanto, os benefícios devem ser inversamente proporcionais ao nível de desenvolvimento, e os sacrifícios devem ser proporcionais ao nível de desenvolvimento. As concessões têm que ser medidas dessa maneira. Não estou dizendo que os colegas necessariamente concordaram, exatamente, com esta formulação, mas penso que há um acordo mais ou menos geral que temos que procurar um resultado que seja justo e equilibrado. O que talvez ainda tenhamos que encontrar é a precisa definição numérica daquilo que representa “justo” e “equilibrado”. Acho que é nesse terreno que estamos trabalhando. E com a compreensão de que essa é uma rodada do desenvolvimento, para o desenvolvimento, e de que a conclusão da rodada – se eu puder usar uma expressão que ouvi, também, da Chanceler Merkel – é que se não conseguirmos resolver o problema do comércio multilateral, como é que conseguiremos resolver, conjuntamente, os problemas do terrorismo, da proliferação nuclear, das drogas etc.? Volto a dizer que creio que as responsabilidades têm de ser proporcionais aos meios – penso que todos concordam com isso. E embora quantificar seja sempre difícil, há de toda parte, de todos nós, uma consciência de que temos a responsabilidade de fazer que esse esforço seja bem sucedido.

Peter Mandelson: The principle that guides us is, in these talks, for all WTO members: each

according to their need, from each according to their ability to give. Trade negotiations are not just about creating opportunities to trade. They are also about generating the capacity amongst developing countries to take advantage of these opportunities. That is the motivation that guides Europe’s approach in all these negotiations, whether it be in the context of the WTO or bilateral negotiations, like EU-Mercosur, which we have also been discussing whilst I have been here. I am looking forward to making progress in those talks this year. I have a positive attitude to them. Ideally, I would like us to reach agreement this year in those talks. In the meantime, we have, of course, our hands full with the WTO talks, but the one should not exclude or squeeze out the other.

But the principle, as I say, is the same. We have a healthy respect and regard for those with whom we negotiate trade agreements. Trade opportunities, the capacity to trade are equally important and need to be fulfilled and fully respected in whatever agreements we reach.

Thank you.

Robert Portman: Just briefly to repeat what I said earlier. There was progress made in Hong Kong and specifically, with regard to developing countries, we decided that substantially all developing country products would come into developed country markets duty-free and quota-free. We established that developed countries would increase aid for trade, which is trade capacity-building. So not only do you have barriers coming down to enable more trade to occur, but you have the ability, through capacity-building, to enable poor countries to take advantage of that trade, whether it is by developing ports and infrastructure or whether it is by developing customs facilitation capabilities, so that there can be indeed direct benefits to least-developed countries. There are roughly 50 least-developed countries, and they are not being asked to make any changes in their tariff schedules in this Round, they are not being asked to reduce their barriers, although many will. Why? Because data show that by reducing barriers to trade

those economies will grow more rapidly. What we are saying is that with regard to other developing countries and developed countries, there will be reduction in barriers. South-to-South trade between developing countries, as you may know, is where there is a lot greater trade occurring. In fact, the largest barriers to trade are in South-to-South trade. So the more those barriers can come down, the more benefits we will see for developing countries. So, this Round is a mixture of things: it is agriculture, it is manufactured products, it is services, it is rules, it is trade facilitation. But it is also about focusing on how we can help developing countries to engage more in the global marketplace and thereby take advantage of that for their own economic growth and for the global economic growth. This is why the analysis that has been done shows that if the Round is successful, if we can keep our ambition high and, indeed, reduce these barriers, there will be literally hundreds of billions of dollars in more global growth, and literally tens of millions of citizens in poor countries will be able to be lifted out of poverty – if we are successful. And that is why I commend my colleagues for convening this meeting and for enabling me to come and join them; and I believe that we will – not just the three of us, but as the WTO, as a group – continue to do all we can to try to bring together our different positions and try to inch closer to an agreement so we can have a successful end.

Moderador: Obrigado a todos. Está encerrada a entrevista.

Entrevista concedida, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, à imprensa brasileira e japonesa ao final dos encontros realizados com autoridades japonesas com vistas à escolha, pelo Brasil, de um padrão para a TV digital (Tóquio, Japão, em 13.4.2006)

Amorim: Queria, em primeiro lugar, explicar que estamos aqui numa missão que nos foi confiada

de maneira explícita pelo Presidente Lula depois de uma reunião que se realizou na sexta-feira passada. Ele me pediu que coordenasse a reunião. Ministro Hélio Costa, Ministro Furlan, naturalmente de Pastas que têm a ver com o tema – muito a ver com o tema – e também integram a delegação. Evidentemente que o tema da “TV Digital” é um tema mais amplo e envolve também interesses outros de outras Pastas como, por exemplo, Ciência e Tecnologia, e algumas dessas outras Pastas têm representantes aqui, embora não em nível ministerial. Tem também representantes da própria Presidência da República etc. Acho que, claramente, o interesse de designar não a mim pessoalmente, mas o Ministro das Relações Exteriores, é deixar claro que se trata de um interesse não específico de um setor, mas um interesse de Estado brasileiro. Não que cada Ministro não seja, também, um ministro do Estado, mas obviamente que o Ministério das Relações Exteriores é uma Pasta genérica que não tem nenhuma vinculação com nenhum setor específico.

Tivemos hoje aqui quatro encontros. Vou mencioná-los não necessariamente na ordem. Primeiro, o Ministro Koizumi. Um encontro muito importante, que não se limitou a ser um encontro de cortesia; foi um encontro em que pudemos tratar um pouco de substância, embora diga isso em termos mais amplos. Também estivemos com o Ministro Nikai, do METI, Ministro da Economia, Comércio e Indústria, o Ministro Taro Aso, que é meu colega das Relações Exteriores e o Ministro Takanaka, que é o Ministro do Interior e Comunicações. Haverá, já houve e continuará havendo encontros também com empresas – depois talvez possamos ser específicos sobre isso. E também haverá encontro com a ARIB, que é um consórcio que congrega várias companhias que estão integradas no processo da TV Digital.

Acho que a mensagem principal que trouxemos é que essa possibilidade, a oportunidade que cria a implantação de um sistema de TV Digital no Brasil, ela também, de certa maneira, nos obriga – obriga o Brasil – a buscar que essa implantação se

faça de modo a incorporar inovações já feitas no Brasil – porque nos últimos três anos foram feitas muitas inovações em função das atividades que foram desencadeadas desde o início do Governo do Presidente Lula – e também futuras inovações, quer dizer, que o sistema, portanto, seja aberto e que possa incorporar essas inovações, que vão desde a área de aplicativos à área de maneiras fortalecer o sistema com vistas às necessidades específicas do Brasil. Os Ministros mais técnicos que eu poderão explicar. Esse é um aspecto. O outro aspecto é que, como se trata de um negócio muito grande, de muitos interesses, ele também abre a oportunidade para que possamos desenvolver a nossa indústria de microeletrônicos. Assim, um dos objetivos dessa visita é buscar assegurar – tanto quanto é possível assegurar – a instalação, no Brasil, de uma fábrica de semicondutores. Isso não é excludente de outros elementos da produção, de outros aspectos da produção industrial, como, por exemplo, telas de cristal líquido e outros aspectos, mas a fábrica de semicondutores talvez seja um aspecto central pelo papel que ela desempenha na própria cadeia da indústria eletrônica.

Finalmente, dentro desse mesmo contexto e também sendo bastante amplo (não para evitar a palavra genérico), a questão da participação do Brasil na gestão do sistema. Creio que isso foi falado com todos, e, aliás, muito bem sintetizado pelo próprio Ministro Takanaka ao dizer, depois de um comentário feito pelo Ministro das Comunicações, que seria um sistema nipo-brasileiro.

Esse é o conjunto de questões que estamos colocando. Na verdade, o que temos dito é que o sistema japonês é um sistema adequado para as necessidades brasileiras, mas há outros sistemas que também, em graus diversos, podem ser adequados. Todos exigirão alguma adaptação – uns podem exigir mais, outros menos – e, por isso, é muito importante também que essas outras condições que expusemos, essas outras contrapartidas que colocamos sejam atendidas. Esse foi o objetivo geral da conversa. Eu

diria que a receptividade foi muito boa. Um aspecto que temos tido que esclarecer é que compreendemos perfeitamente que há uma separação entre as empresas privadas e os governos. O Governo japonês, como o nosso, não pode impor, não pode obrigar que uma empresa vá investir no Brasil, mas, da mesma maneira que podemos criar um ambiente de negócios favorável, eles também podem criar condições financeiras e outros incentivos que sejam favoráveis. E nisso temos encontrado sempre apoio. Assim, estamos, dentro disso, procurando discutir um memorando de entendimento, que pode ou não ser fechado durante essa reunião, não estamos preocupados – se puder, melhor – mas estamos preocupados que seja um memorando de entendimento equilibrado, que os compromissos sejam recíprocos, e que representem, sobretudo, voltando a uma expressão usada pelo Presidente Lula, que se não me engano figura na carta – se não figura a expressão, figura o pensamento: “uma parceria para o desenvolvimento da tecnologia nesse campo”. Isso, digamos, é a essência do que conversamos, de modo geral, com uma receptividade muito positiva. Nossas equipes continuam negociando os termos desse documento, que será, idealmente, finalizado agora, mas isso não pode ser uma preocupação excessiva. Se não der para finalizar agora, continuaremos trabalhando e finalizaremos depois, no Brasil. Isso é, essencialmente, o que discutimos.

Repórter: A assinatura do memorando significaria já a escolha formal pelo sistema japonês?

Amorim: Não, não significaria escolha formal porque esse anúncio só será feito no Brasil. A assinatura do memorando seria, basicamente, o que ocorrerá se. Mas o se só seria esclarecido no Brasil.

Repórter: A proposta anterior dos japoneses era fazer um estudo de viabilidade para uma fábrica. Houve alguma mudança em relação a isso? Houve alguma evolução nessa posição deles?

Amorim: Acho que a evolução, creio que é, sobretudo, no sentido do engajamento. Não temos um documento pronto ainda, de modo que seria

prematureo eu dizer exatamente como que vai ser, mas acho que houve um claro entendimento de que é preciso haver o engajamento do Governo para que essas coisas ocorram. Por isso, um Grupo de Trabalho; por isso também a idéia de que isso será apoiado. Acho que estamos falando mais em apoiar essas atividades do que propriamente em estudos. Agora, estamos ainda negociando um documento que não sei se vai poder ficar pronto hoje.

Repórter: Senhor Ministro, o senhor pode dar alguma explicação de alguma das inovações que a TV Digital trará?

Amorim: Eu posso dar. Como eu sou leigo, eu posso explicar. Por exemplo, foi desenvolvido por algumas universidades no Brasil – por um consórcio de universidades – um padrão que fortalece o sinal. Dado o fato de que grande parte das televisões brasileiras são televisões de antena, e muitas delas de antena interna, dentro de casa precisa-se de um sinal muito forte para evitar problemas como chuvisco, problemas como fantasma, coisas bem populares. Isso, por exemplo, está sendo desenvolvido no Brasil. Aliás, o que o Ministro disse está absolutamente certo, isso poderia ser aplicado em qualquer sistema. Mas é importante que o sistema esteja aberto para absorver essas adaptações e que mais tarde passem a fazer parte do sistema como um todo, não só para o Brasil, mas para a venda no exterior. Acho que isso é importante. Sabemos, inclusive, do interesse de outras empresas – não é o caso, agora, de entrar em detalhes de microeletrônica – de participarem desse sistema no Brasil, porque seria uma maneira de elas, talvez, poderem participar para fora também.

Repórter: E sobre a vinculação do projeto do etanol com a TV Digital? Porque se falou que o senhor teria dito ao Primeiro Ministro que o senhor trouxe duas cartas do Presidente Lula. Uma sobre etanol e...

Amorim: Uma carta, aliás, já estava entregue ao Ministro Furlan. É que, na realidade, a viagem do Ministro Furlan já estava planejada e era no quadro

do etanol. É um grupo chamado Nikai-Furlan. Na realidade eu me sinto um pouco padrinho do grupo, não pai, mas padrinho porque frequentemente eu tive que conversar com o Ministro Nikai para que isso ocorresse, mas agora engatou e já é um grupo totalmente independente que tem produzido resultados. Assim, uma das cartas do Presidente Lula se referia, especificamente, à questão do etanol. E a outra carta, eu posso até revelar o que é o segredo epistolar, não chega a ser um segredo diplomático, mas a segunda carta começa justamente dizendo que é raro que um Chefe de Governo se dirija a outro duas vezes na mesma semana. No caso, acabou sendo no mesmo dia, porque a entrega foi no mesmo dia, mas é porque a questão da TV digital veio depois. Agora, não tendo uma relação direta, nenhum com outro, nem havendo nenhum tipo de...

Repórter: Se eu compro a sua tecnologia, você...

Amorim: Não, não é isso. Até porque há interesses independentes. Nós temos interesse em que o etanol seja mais utilizado, mas não deixa de ser interessante a possibilidade de se ter uma – isso foi mencionado ao Primeiro Ministro – parceria tecnológica que vai desde a biotecnologia e da bioenergia, vamos dizer assim, até a tecnologia da informação e a tecnologia das comunicações. Ambas são muito avançadas, mas em setores muito diferentes e também, como disse o Ministro Furlan, com a troca de tecnologia com sentido diverso. No caso do etanol, nós daríamos a transferência de tecnologia ao Japão e vice-versa no caso da TV digital, mas não há uma vinculação negocial entre as duas coisas. A tecnologia da televisão digital está sendo vista em função, sobretudo, desses três aspectos que foram mencionados aqui e depois detalhados: a abertura para a absorção de tecnologias brasileiras, no que há de complementar à modulação básica, que é o sistema japonês; a contrapartida no sentido de uma fábrica de semicondutores e outros aspectos industriais que também são ligado à TV digital; e a participação na gestão do sistema. Acho que são três.

Tem outras coisas também, mas esses são os básicos.

Repórter: E esses três foram garantidos aqui?

Amorim: Estamos discutindo, mas foi uma boa recepção. O Ministro Hélio Costa fez uma observação muito interessante que eu gostaria de salientar. Até hoje o sistema japonês está restrito ao Japão. Basta você olhar no mapa e ver o que representam o Brasil e a América do Sul, para também compreender que nós temos nisso uma posição de negociação muito importante, que tem que ser uma sociedade, uma parceria. Acho que isso foi muito bem compreendido e foi, inclusive, nesse momento que o Ministro japonês Takanaka se referiu a um sistema nipo-brasileiro. Acho que é isso que queremos concretizar.

Repórter: A tomada de decisão lá no Brasil, assinado esse memorando, quais seriam os outros fatores que influenciariam na decisão final?

Amorim: Acho que tem que haver uma avaliação final por parte do Presidente e de todos os Ministros de que, primeiro, as condições desse memorando são positivas, são viáveis, mas eu diria que aí estaríamos bem encaminhados. Mas de qualquer forma uma decisão final será tomada no Brasil.

Repórter: O dia hoje terminou mais perto da escolha do sistema japonês? A assinatura desse memorando avança a opção japonesa em relação às outras?

Amorim: A assinatura desse memorando cria condições favoráveis para que o sistema seja adotado dentro da forma que foi mencionada pelo Ministro, e também pelo Ministro japonês, como um sistema nipo-brasileiro. Aliás, não chegamos a usar essa expressão, mas em vários momentos se usa “Sistema Brasileiro de Televisão Digital” que tem por base o sistema de modulação japonês. Então, não é o sistema japonês como se fosse uma caixa-preta comprada. É um núcleo em relação ao qual não temos recursos para investir, recursos suficientes, mas que é um núcleo aberto à incorporação de tecnologias

brasileiras. E o sistema é o conjunto.

Talvez o Ministro Furlan possa falar melhor sobre isso. Só para dar um complemento, essa focalização num tipo de indústria de semicondutores dedicado não é uma decorrência de uma eventual escolha do sistema japonês. Isso foi feito independentemente pelos estudos do BNDS do tipo de fábrica de semicondutores que seria cabível fazer no Brasil dada a natureza do mercado, o nível dos investimentos.

Posso dar uma última palavra sobre o meu ponto de vista sobre a parte política. É também interessante para o Brasil diversificar suas parcerias tecnológicas. Da mesma maneira que é interessante diversificar suas parcerias comerciais e econômicas, também é importante diversificar as parcerias tecnológicas. Isso torna o país mais independente, não no sentido de não precisar de ninguém, mas no sentido de poder recorrer a vários parceiros. Isso sabemos que é importante para qualquer setor da indústria.

Repórter: Would you say something about what were your impressions?

Amorim: Very quickly, I will say that the objective of this mission is to see the possibilities of having a real technological partnership with Japan. The opportunity being the issue of the decision to be taken on the standard for digital TV. Basically, what we have been saying is that are three conditions that are very important. One is that the system is open, so that we can incorporate innovative steps taken in Brazil, or to be taken in Brazil; second, that we have participation in the governance of the system; and third (which is somehow linked to the first as well), that we are also looking for some offset in terms of industrial production and transfer of technology, and the most important one of them relates to the question of the creation of a plant of semiconductors in Brazil. It is important to know that although some of these things will probably be executed or carried out by private companies – and this is totally understood –, the signaling that the government may give – in this

case the Japanese government – is of great importance even for the decision making process of the private companies, some of which we had already contacted, and some of which are going to be contacted tomorrow.

Repórter: (Pergunta inaudível)

Amorim: I would not look at it this way. We have not finalized the deal yet, so it depends. I used an image – maybe it is not politically correct, but it could be used: if you have to choose a bride and there are three brides. All of them are very beautiful, one may be slightly more beautiful than the others, but the other two are also beautiful, so I am looking for the one with the best dowry.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de Reunião Quatripartite Brasil-Argentina-Bolívia-Venezuela (Puerto Iguazú, Argentina, em 4.5.2006)

Presidente Lula: Acho que tudo que foi falado até antes desta reunião pouco vale diante do que está escrito nessa nota lida pelo Presidente Kirchner. A nota deixa claro, primeiro, que reconhecemos o papel da Bolívia de definir a sua autonomia sobre as suas riquezas naturais. Segundo, acertamos que é importante e prudente que as pendências sejam discutidas bilateralmente, ou seja, entre o governo da Bolívia e o governo do Brasil, entre a Petrobras e a YPF.

O que é importante é que dessa reunião nós garantimos que haverá o suprimento dos países que necessitam de gás e que os preços serão discutidos da forma mais democrática possível entre as partes envolvidas.

É assim que se faz negociação entre duas nações. É assim que se respeitam os direitos, porque nós acreditamos que o pensamento que o Brasil tem, que a Argentina tem, que a Bolívia tem e que a Venezuela tem sobre a integração sul-americana, sobre o fortalecimento do Mercosul, pressupõe que nos apresentemos ao mundo com um bom

entendimento, com um bom diálogo, e que passemos aos investidores estrangeiros, em cada país, a certeza de que não queremos continuar sendo um continente eternamente pobre.

Como Presidente do Brasil, reconheço a situação econômica da Bolívia, sei dos problemas do Presidente Evo Morales, e desde o primeiro dia tenho me colocado à disposição para que discutamos e, agora, mais fortemente, com o Presidente Chávez e o Presidente Kirchner, de forma que podemos trabalhar juntos para elaborarmos projetos que possam ajudar e contribuir para o desenvolvimento da própria Bolívia.

Temos projetos, o Evo Morales certamente irá apresentar, num futuro bem próximo, uma lista de demandas que são consideradas importantes para a Bolívia, e vamos trabalhar para ver como contribuir, como ajudar para que a Bolívia dê os passos que precisam ser dados para poder melhorar a qualidade de vida da sua gente.

Jornalista: Presidente Lula, ficou faltando realmente uma parte da resposta, a gente pediria que o senhor, se pudesse agora responder sobre a questão da Petrobras, como ficam os investimentos da Petrobras no exterior? E eu vou aproveitar e colocar mais três pontos, por gentileza. O senhor encara essa posição da Bolívia e da Venezuela como uma aliança entre os dois países na defesa de interesses diferentes do Brasil e da Argentina? E, completando, a Argentina está alinhada com o Brasil na defesa dos interesses pelo fornecimento de gás boliviano? E por último, Presidente, os setores da imprensa criticaram o senhor hoje dizendo que, ao concordar que a questão da nacionalização do gás é uma questão de soberania da Bolívia, o Brasil estaria fazendo um jogo para perder, vindo para esta reunião sem a possibilidade de uma solução concreta dessa questão. Seriam esses os pontos, Presidente.

Presidente Lula: Primeiro, eu não sei qual é a solução concreta que os críticos desejam. Não tenho a menor noção de qual é a solução concreta. Primeiro, os investimentos ou não da Petrobras é uma

decisão de uma empresa que tem autonomia para investir, que vai continuar investindo no estrangeiro, inclusive na Bolívia, de acordo com os acordos que possa ter entre a YPF, o Governo da Bolívia e o Governo brasileiro. Como empresa, ela investirá onde tiver possibilidades de investir e puder ter retorno dos seus investimentos. Isso vale para a Petrobras, como vale para qualquer outra empresa do mundo.

Segundo, eu não acredito em aliança entre Bolívia e Venezuela para enfrentar ou para disputar com a Argentina e com o Brasil. Veja, se nós não pensarmos grande e não compreendermos que o que vai dar dimensão internacional aos nossos países é a certeza de passarmos para a sociedade internacional a unidade da América do Sul, a unidade do Mercosul, nós não passaremos confiança a absolutamente ninguém.

O Brasil tem extraordinários acordos com a Venezuela, o Brasil tem extraordinários acordos com a Argentina, e o Brasil pretende, além do gás, estabelecer extraordinários acordos com a Bolívia e com os outros países da América do Sul. O Brasil não quer hegemonia, o Brasil quer parcerias; a Argentina não quer hegemonia, quer parcerias; a Venezuela não quer hegemonia, quer parcerias; a Bolívia não quer hegemonia, quer parcerias. É assim que nós construiremos uma aliança continental, é assim que vamos nos apresentar ao mundo na próxima reunião do dia 12 em Viena, e é assim que vamos negociar na OMC, e é assim que vamos negociar em todos os fóruns multilaterais. O que nós estamos construindo na América do Sul é uma coisa muito forte.

Eu disse ontem, no encontro da OIT, que muitas vezes o que parece conflito insuperável é resultado da consolidação do processo democrático no nosso continente. Durante muito tempo, todo o continente esteve dependente da sua relação com os Estados Unidos ou da sua relação com a União Européia. Agora, nós resolvemos dizer que já viramos adultos, que temos dirigentes comprometidos com o

nosso povo, temos dirigentes comprometidos com as políticas sociais e queremos estabelecer uma política de integração independentemente das relações que já temos com outros continentes e com outros países. E isso, muitas vezes, vai gerar conflitos, e é importante, porque é dos conflitos que nasce a fortaleza das nossas relações. Todos nós temos maturidade, todos nós sabemos o que representamos cada um, todos nós temos clareza do momento histórico que vive a América do Sul e a América Latina, e os quatro presidentes que estão aqui não irão fazer nenhum gesto para que não dê certo a integração da América do Sul e para que não dê certo o Mercosul.

Nós estamos iniciando uma coisa que a Europa levou 50 anos para fazer e, certamente, eles tiveram muita dor de cabeça, mas prevaleceu a certeza de que somente unidos eles construiriam uma nova geografia política e econômica, e é o que nós estamos tentando dizer. Somos adultos, responsáveis, donos do nosso nariz, respeitamos os problemas de cada país, as assimetrias que existem entre nós, mas temos uma vontade política imensa de dar uma chance à América do Sul de se consolidar, enquanto economia forte e competitiva.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal das Dez”, da GloboNews (Brasília, em 4.5.2006)

Repórter: Em nosso estúdio em Brasília, está o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele teve um dia agitado, e agradecemos sua presença no Jornal das Dez ao vivo. Ministro, como é que o senhor tem recebido as críticas de que teria faltado ao Governo brasileiro pulso, firmeza, para dar uma resposta mais dura à Bolívia por conta desse incidente? Que avaliação o senhor faz dessas críticas?

Amorim: Primeiro, com todo o respeito, não quero ser injusto porque muitos estão falando com sinceridade e a partir da análise de julgamentos que fazem, mas me espanto um pouco que pessoas que

aceitavam facilmente qualquer imposição dos Estados Unidos na negociação da ALCA – você mencionou plataforma de petróleo; o Brasil sequer poderia estar comprando plataforma de petróleo porque pelo acordo de compras governamentais que estava previsto na ALCA, isso teria que ser aberto a concorrência internacional. É um exemplo. Não sei o que teria ocorrido especificamente nesse caso. Todas essas pessoas achavam que isso era normal, era pragmático. Não se tratava de ter pulso ou não ter pulso. Agora quando se trata de um país mais fraco, quer-se, imediatamente, uma reação de grande violência. Acho que o Governo tem sido firme. Acho que o diálogo que o Presidente Lula teve hoje com o Presidente Evo Morales – e na presença também dos Presidentes Kirchner e Chávez – foi um diálogo franco, mas foi um diálogo muito firme, em que todas as coisas que tinham de ser ditas foram ditas. Agora, se as pessoas acham que firmeza é estridência, ameaças, isso realmente não faz parte do nosso estilo diplomático, muito menos com um país irmão que esperamos persuadir. Porque achamos que é do interesse deles continuar vendendo gás para o Brasil a um preço que seja viável para os empreendimentos brasileiros. Aliás, isso está na nota: o preço tem de ser discutido de forma racional e que torne os empreendimentos viáveis. Acho que chegaremos lá.

Repórter: O senhor tocou agora num ponto crucial: do ponto de vista dos interesses brasileiros, da Petrobras, o preço é questão crucial. Como é que vai ser conduzida essa negociação nesse ambiente em que estamos vendo, pelo lado boliviano, de certa radicalização, chamando a Petrobras de empresa usurpadora, e pelo lado brasileiro, esse comportamento mais conciliatório? Aonde vai se chegar nessa negociação em termos de preço?

Amorim: Olha, prefiro deixar o ruído de lado – nessas situações, sempre há muito ruído, de todos os lados, estamos vendo por vários dos comentários que têm sido feitos – e ir à substância. Não posso dizer a você que não haja elementos no decreto boliviano que não preocupem. Eles preocupam, eles

têm um potencial eventual de causar um problema. Agora, acho que a reunião de hoje foi muito importante, porque ela cria uma moldura adequada para que haja uma discussão desse tipo. Se você analisar o próprio comunicado da reunião – ele tem dois parágrafos, um que fala na garantia de abastecimento, e outro que fala na discussão do preço de maneira racional e levando em conta a viabilidade dos empreendimentos. Ora, o que é a viabilidade dos empreendimentos? É, justamente, você poder ter o gás a um preço tal que você possa ter essas indústrias a que o Paulo Skaf estava se referindo, que você possa ter as termelétricas funcionando. Se o preço subir muito, a penalidade não vai ser causada pelo Brasil, ela vai ser causada pelo próprio mercado. As pessoas abandonarão o gás e passarão a comprar óleo combustível, outras formas de suprimento. Acho que, naturalmente, num momento, num governo novo, como o da Bolívia, que pela primeira vez é governada, realmente, por um grupo que chega ao poder depois de anos e anos – senão séculos – de opressão, pode tender, às vezes, a alguns exageros verbais. Não me cabe julgar. O que me interessa é encontrarmos soluções práticas, de substância. O ruído deixo para outras pessoas comentarem.

Repórter: Ministro, o que a oposição mais fala, é que o Governo está mais preocupado com a questão política de integração latino-americana do que com a questão comercial, que é o fornecimento da Petrobras, o preço. O Presidente Evo Morales fez um compromisso anterior de não expropriar, de não nacionalizar as reservas e depois acabou fazendo. Ou isso vai ser uma questão que poderá ser amenizada pela Bolívia depois das eleições bolivianas, que serão em julho, onde o Presidente Morales já estava tendo uma perda de popularidade? Seria um arroubo da parte dele?

Amorim: Não vou aqui entrar numa análise detalhada do que acontece na Bolívia. Agora, evidentemente que passadas as eleições, sempre se amenizam as questões, lá ou aqui. Quanto a isso não

há a menor dúvida. Aliás, deve-se dizer que esse gasoduto não foi criado pelo Governo do Presidente Lula. Devo dizer que eu mesmo, no passado, participei da negociação dele em outros governos...

Repórter: Eu visitei lá no Governo Figueiredo...

Amorim: No Governo Figueiredo. Enfim, vem de antes ainda. Podemos encontrar antecedentes históricos que vão muito longe. Lembro-me da campanha nacionalista contra o Tratado de Roboré, porque achavam que a Petrobras ia ser desnacionalizada através da Petrobol. São histórias antigas, mas o fato é que, desde o governo passado, o gasoduto está aí. Ele começou a funcionar no ano 2000. A Bolívia, que é um país pobre, incrustado no meio da América do Sul, cuja estabilidade é fundamental para o Brasil e para todos nós. Não é uma questão de ser “bonzinho”; isso é importante para nós. É a maior fronteira do Brasil. É impossível separar o político do econômico. A Bolívia, que para o Brasil exportava 30 milhões de dólares, mais ou menos, há doze, dez anos – até o ano 2000 não mudou muito – hoje exporta um bilhão de dólares, e 95% é gás ou produtos relacionados com o gás. Isso contribui para a estabilidade da Bolívia. Agora, querem discutir o preço? Se for dentro desse marco racional, dentro daquilo que é viável, é natural discutir, como em qualquer outro empreendimento. Tenho certeza que o encontro de hoje contribuiu para isso. Dizer que não adianta os Presidentes se encontrarem, que é só ação legal – ação legal, se tiver de vir, virá, a empresa tem direito de fazer isso, talvez tenha até obrigação de fazer isso para proteger os seus acionistas. Agora, encontrar um marco político adequado para essa discussão é o que o Presidente Lula tem procurado fazer, é o espírito da integração da América do Sul. E isso não tem nada de ideológico, isso é prático. Os empresários...

Repórter: Ministro! Ministro! O senhor fala que a gente deve ter uma certa consideração com um país que é mais pobre. No entanto, é um país para quem a gente remete um bilhão de dólares,

como o senhor acabou de falar, com exportações. Me parece que há uma insistência numa posição de submissão à Bolívia, um país que violou acordos de Estado negociados longamente, rasgou contratos comerciais, cercou militarmente instalações que não são deles, pela lei, por contrato, de fato. Portanto, qual é o sentido? É um país que é pobre e precisa ser tratado com condescendência ou é um país que ganhou um grande mercado no Brasil?

Amorim: É um país pobre que ganhou um grande mercado no Brasil. Agora, obviamente, o partido que você está tomando não é necessariamente o meu: dizer que eles rasgaram um tratado. Eles fizeram um ato, se ele tiver que ser discutido juridicamente, legalmente, ele será. O contrato de fornecimento de gás tem, inclusive, um mecanismo específico para isso. Isso pode ocorrer. Se chegarmos a um acordo antes, é melhor. Ninguém pode negar à Bolívia o direito de nacionalizar. Claro que você tem de dizer: “Mas haverá compensações? Como elas ocorrerão?” O próprio decreto prevê um prazo de 180 dias para discutir essas questões. Não se pode partir do princípio de que, desde o início, houve uma expropriação sem nenhum pagamento, sem nada em troca, e que tratados foram rasgados. Acho que essa é uma forma fácil de encontrarmos inimigo externo, sobretudo um inimigo errado, que é um inimigo pequeno que não nos ameaça.

Repórter: Agora, Ministro, o senhor falou agora há pouco em integração latino-americana. Em integração sul-americana e latino-americana. O que a gente vê hoje na América Latina, de concreto, são duas tendências. De um lado, há um grupo de países cada vez maior que trata de negociar acordos de livre comércio com os Estados Unidos – acordos que até o senhor já chegou a chamar uma vez de “acordinhos”. Então há o Peru, Colômbia, e agora o Uruguai, que é membro fundador do Mercosul e está lá em Washington negociando, ou tentando negociar, um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Então, de um lado, esse grupo de países. Do outro lado, um grupo de países que acha que

acordo com os Estados Unidos é uma coisa negativa, ruim. Aliás, o senhor mesmo comentou aqui, no início de sua entrevista que, no período anterior, o pessoal era muito condescendente com os Estados Unidos. Então é o grupo que acha que não temos de ter acordo com os Estados Unidos e tem até uma liderança do Presidente Hugo Chávez que se dedica a brigar com os Estados Unidos. Nessas duas tendências, o senhor acha que tem integração latino-americana e como é que o Brasil fica nisso?

Amorim: Em primeiro lugar, não defendo absolutamente que se brigue com os Estados Unidos. O Brasil tem uma relação intensa com os Estados Unidos, como talvez nunca tenha tido. O Secretário de Comércio, Robert Portman, veio de Washington para o Rio de Janeiro para se encontrar comigo e com o Peter Mandelson. Temos uma colaboração ativa na OMC, que é onde os principais problemas que interessam ao Brasil podem ser resolvidos, como é o problema dos subsídios agrícolas. O que critiquei não são os acordos com os Estados Unidos, é a forma subserviente como eles estavam sendo negociados no governo anterior – isso é uma outra questão. E sobre isso houve uma mudança forte. Com relação ao Uruguai, você deve ter melhores informações do que eu, porque eu não sei que esteja sendo negociado acordo de livre comércio do Uruguai com os Estados Unidos. Os dois acordos que foram fechados na América do Sul, um foi pela Colômbia e o outro pelo Peru. O caso da Colômbia – é um direito dela, um direito soberano. Eles também firmaram acordo de livre comércio conosco, por falar nisso, e o acordo com os Estados Unidos tem criado um problema grave no próprio Grupo Andino, do qual a Colômbia faz parte, a começar com a própria Bolívia, que agora vai ter de enfrentar a concorrência da soja subsidiada no mercado colombiano. Não estou criticando a Colômbia, acho que a Colômbia está procurando encontrar soluções para isso, mas temos de negociar, certamente, de maneira coerente com os nossos princípios. Deixe-me dizer uma coisa: aí não vai nenhuma bravata. Nos três anos do

Governo Lula – é claro que isso era uma tendência que vinha de antes, mas se acelerou – a América Latina, como conjunto, passou a ser o nosso principal parceiro comercial. Isso é pragmático. Eu não pude terminar essa frase porque a Mônica [Waldvogel] me interrompeu no meio. Mas hoje 23% das nossas exportações vão para a América Latina. E para a América do Sul exclusivamente, nos três primeiros meses deste ano, exportamos tanto quanto para os Estados Unidos. Então, se as exportações estão crescendo – e estão crescendo mais para a América Latina e mais para a América do Sul – não vejo que esteja errado. Agora, evidentemente, enquanto os países viviam de costas um para outro, olhando só para os Estados Unidos, para a Europa e para o Japão, não havia problema entre nós. Agora que nós olhamos mais um para o outro, que estamos mais interdependentes – e não apenas dependentes – os problemas ocorrem. Mas eles têm que ser resolvidos politicamente, pelo diálogo, com inteligência e sem bravatas, como, aliás, disse a Confederação Nacional da Indústria.

Repórter: Ministro, semana que vem segue para La Paz uma delegação brasileira com integrantes do Itamaraty e da Petrobras para dar seqüência à “prosa” com aquele país. Agora, é curioso o fato da Petrobras, sendo uma companhia de capital misto em que o Governo tem o controle acionário, cria uma situação às vezes embaraçosa, um tanto confusa, quase uma crise de identidade da Petrobras – não é deste governo, é desde sempre – com a influência política do Governo sobre os rumos da companhia, uma companhia que se insere num mercado competitivo, que é o de petróleo, demandando um planejamento estratégico de longo prazo, para se posicionar com clareza e ter uma situação de vantagem nesse mercado. Existem, eventualmente, conflitos de interesse, do ponto de vista técnico de um lado e político do outro? Mercado de um lado, ideologia do outro? Isso ocorre?

Amorim: Não vou comentar a Petrobras. Eu fui presidente também de uma empresa mista, que

foi a Embrafilme, no domínio de vocês, do audiovisual. Há uma ambigüidade entre ter sido criada pelo Estado, com uma finalidade que é uma finalidade de Estado, e ao mesmo tempo ter sido constituída como uma sociedade de economia mista, que é um ente de direito privado, que tem objetivos também de direito privado e de economia privada a serem alcançados. Não há dúvida. Mas é um instrumento válido e, às vezes, há uma superposição e há, também, alguma nuança no interesse específico da empresa e no interesse do Estado. Mas, em geral, é possível conciliar.

Repórter: Agradeço, então, a participação ao vivo e a gentileza da presença em nosso estúdio em Brasília depois de um dia para lá de agitado, não é Ministro? Muito obrigado pela sua presença.

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 8.5.2006)

Luiz Fara Monteiro: Bom dia, amigos em todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa agora o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, está tendo muita discussão em relação à questão do gás boliviano. Como é que fica o Brasil com a decisão da Bolívia, de nacionalizar as reservas de gás e petróleo? Vai faltar gás no Brasil, por exemplo?

Presidente: Primeiro, vamos dizer ao povo brasileiro uma coisa que o povo precisa saber: a Bolívia tomou a decisão que tomou como resultado de um plebiscito, feito ainda quando o Presidente Mesa presidia a Bolívia, e 92% do povo boliviano optou pela nacionalização do gás. É importante lembrar que isso já aconteceu no Brasil, já aconteceu no Chile, já aconteceu na Argentina, já aconteceu no Iraque, já aconteceu no Irã, já aconteceu na Líbia, já aconteceu no México e já aconteceu no Peru. Todos os países querem ser donos da riqueza que está no seu subsolo e a Bolívia tem no gás a sua única riqueza.

Portanto, o povo, de forma plebiscitária, escolheu nacionalizar o gás. Agora, o fato de a Bolívia nacionalizar o gás não significa que vai faltar gás no Brasil. Nem vai faltar gás no Brasil e nem vai aumentar o preço do gás. Ele vai aumentar quando tiver que fazer a renovação de contrato. De cinco em cinco anos, a Petrobras tem que discutir e fazer o reparo no preço porque o preço sempre será uma coisa que tem uma combinação. Qualquer brasileiro entende isso, ou seja, quando você vai vender um carro, você pede um preço e o comprador lhe oferece outro. Você começa a barganhar e, aí, você encontra um número. Quem vendeu sai feliz porque acha que vendeu pelo melhor preço do mundo; quem comprou sai feliz porque acha que comprou pelo melhor preço do mundo. Quando nós formos negociar o preço do gás com a Bolívia, nós também vamos querer o melhor preço para o nosso consumidor e eles vão querer o melhor preço para a Bolívia, e você vai encontrar um denominador comum. Não tem nenhum problema mais grave do ponto de vista do abastecimento para o Brasil.

Luiz Fara Monteiro: O Brasil, então, não vai ter prejuízo nessa questão com a Bolívia, Presidente?

Presidente: Do ponto de vista do fornecimento de gás e do ponto de vista dos preços, o povo brasileiro não terá nenhum problema. Quem tiver táxi a gás, vai continuar usando o seu táxi a gás. Quem tiver gás encanado no seu apartamento, vai continuar utilizando gás encanado. Nós vamos tratar de garantir que o povo brasileiro não seja prejudicado e também não queremos prejudicar o povo boliviano.

Luiz Fara Monteiro: O senhor se encontrou com vários líderes na semana passada, não é, Presidente?

Presidente: Eu pedi a reunião com o Presidente Evo Morales, com o Presidente Kirchner e pedi que o Presidente Chávez participasse porque nós estamos pensando em construir um gasoduto que sai da Venezuela, passa pelo norte do Brasil, pelo

Nordeste, passa pela Bolívia, vai para a Argentina e vai até o Chile. É um gasoduto muito grande, que vai ter, praticamente, 8 mil quilômetros de extensão e isso pode resolver o problema do fornecimento de gás para um século. Estamos trabalhando nisso e fizemos a reunião para provar que nós precisamos encontrar formas negociadas para desenvolver toda a América Latina.

Luiz Fara Monteiro: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, hoje falando sobre a decisão da Bolívia de nacionalizar as reservas de gás. A reação brasileira foi adequada, Presidente?

Presidente: Eu estou certo, estou tranquilo, que o Brasil está fazendo o que deve ser feito. O Brasil não quer ser uma ilha de desenvolvimento cercada de países pobres ao lado. Nós queremos que todos tenham chance de crescer um pouco. O Brasil pode ajudar, e naquilo que nós pudermos ajudar, nós vamos ajudar. Nós vamos ajudar o Uruguai, vamos ajudar o Paraguai e vamos ajudar a Bolívia, é esse o papel da maior economia da América do Sul, o Brasil. O povo brasileiro pode ter certeza absoluta de que não tem lugar melhor para a gente encontrar solução para os problemas do que em uma mesa, negociando, ouvindo o que os outros têm para dizer e dizendo o que nós queremos dizer. Eu conheço a realidade da Bolívia, eu conheço a realidade do meu Brasil e nós vamos, de forma muito, mas muito carinhosa, nos sentar em uma mesa de negociação e qualquer problema que tivermos nós vamos resolver com tem que ser resolvido, de forma civilizada. Não vamos fazer provocação, não vamos fazer retaliação a um país que é infinitamente mais pobre que o Brasil, um povo mais faminto que o povo brasileiro. Então, nós estamos tratando isso com carinho. Eu sei que tem gente que gostaria que o Brasil fosse virulento e a nossa política é de paz, é de acordo e é de sensatez, e eu acho que é isso que vai contribuir para o Brasil.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula.

Presidente: Nós estamos trabalhando agora,

eu dei orientação ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Petrobras, que nós precisamos trabalhar para que o Brasil seja independente. O Brasil não pode ficar dependendo de nenhum país, quando se tratar de uma questão energética importante para o desenvolvimento do Brasil. Nós temos condições de trabalhar nisso. Nós estamos investindo muito em energia alternativa, biomassa, agroenergia. Estamos querendo fazer com que se fortaleça outra matriz, com a construção de uma quantidade enorme de usinas, para que a gente possa produzir biodiesel, que vai gerar milhões de empregos e vai gerar mais um fator de independência para o Brasil.

Luiz Fara Monteiro: Obrigado, Presidente, e até a semana que vem.

Presidente: Obrigado a você, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: O “Café com o Presidente” fica por aqui e a gente volta na segunda-feira. Um abraço e até lá.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à jornalista Eliane Oliveira do jornal “O Globo” (Brasília, em 9.5.2006)

O presidente da Bolívia, Evo Morales, pode até querer reajustar o gás natural em cerca de 60%, mas terá de negociar esse índice com o Brasil, avisa o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista ao GLOBO. Ele disse esperar que as autoridades da Bolívia sejam razoáveis no tratamento dado aos agricultores brasileiros que lá vivem. E assegura que o governo brasileiro dará toda a proteção necessária a esses agricultores.

Eliane Oliveira: O presidente da Bolívia, Evo Morales, insiste em aumentar em 61% o preço do gás natural. O que pensa o governo brasileiro a esse respeito?

Ministro Celso Amorim: Os parâmetros para o preço têm de ser aqueles que estão na nota assinada pelos quatro presidentes (de Brasil, Bolívia, Argentina e Venezuela) semana passada. A partir de

um certo preço, não se justifica mais usar o gás boliviano. O governo boliviano pode até querer dar um aumento de 61%, mas qualquer reajuste será negociado de forma racional e equitativa, junto com a garantia de fornecimento.

Eliane Oliveira: Depois do susto do gás, agora são os brasileiros produtores de soja na Bolívia que estão com medo.

Ministro Celso Amorim: Os agricultores brasileiros que moram lá são grandes produtores de soja, responsáveis por 60% das exportações. É claro que os bolivianos estão vivendo um momento importante, de afirmação da nacionalidade, mas seria uma pena se eles jogassem fora o bebê junto com a água do banho. Os empresários levaram tecnologia e capitais. As autoridades bolivianas precisam ser razoáveis. De qualquer forma, daremos toda a proteção necessária aos brasileiros naquele país.

Eliane Oliveira: Que tipo de proteção?

Ministro Celso Amorim: Proteção jurídica e assistência consular. Sabemos que há reivindicações trabalhistas em relação a essas propriedades. Queremos também que o governo boliviano trate a questão com razoabilidade. Afinal, há 70 mil bolivianos no Brasil, que temos procurado introduzir no mercado de trabalho. Esperamos reciprocidade nisso. Queremos colocar todos esses pontos não em um contexto de ameaças, mas de negociação.

Eliane Oliveira: Há pessoas que afirmam que o senhor não deu a devida atenção a esse episódio.

Ministro Celso Amorim: Todo o mundo sabe que os acordos de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul e as bases da integração na América do Sul foram pessoalmente negociados por mim ou por meus assessores. Essas críticas fazem parte da campanha eleitoral.

Eliane Oliveira: Dizem também que o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, tira seu espaço nas negociações com os sul-americanos.

Ministro Celso Amorim: Não há qualquer

discrepância entre o discurso dele e o meu. Ele é assessor do Presidente Lula e se incumbe de certas missões. Mas as relações de Estado são sempre conduzidas pelo Itamaraty.

Eliane Oliveira: Quando Lula se diz disposto a ajudar a Bolívia, o que o Brasil pode fazer?

Ministro Celso Amorim: Uma série de coisas. Um exemplo seria a abertura do mercado brasileiro para produtos bolivianos. Mas, para isso, é preciso haver clima, disposição para o diálogo.

Eliane Oliveira: O senhor concorda com a tese de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é o mentor do processo de nacionalização na Bolívia?

Ministro Celso Amorim: A nacionalização é uma questão histórica. Essa interpretação deve ser porque Chávez ofereceu assistência técnica à Bolívia. Consideramos Chávez bem-intencionado.

Eliane Oliveira: Por que o governo brasileiro não teve uma reação mais enfática frente a nacionalização?

Ministro Celso Amorim: Politicamente, para o presidente Lula poderia ser bom. Mas do ponto de vista da eficácia, talvez não. O Brasil não tem interesse em fomentar forças de oposição só porque há um discurso favorável aos brasileiros. Temos de dialogar com os governantes. Fico espantado quando dizem que agimos com fraqueza. Reconhecemos o direito soberano da Bolívia.

Programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Brasília, em 15.5.2006)

Luiz Fara Monteiro: Olá, amigos em todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa agora mais uma edição do “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Estamos gravando esta edição neste domingo, dia 14 de maio, às oito e meia da noite. Eu estou no estúdio da Radiobrás em Brasília e vamos falar com o presidente Lula em São Bernardo do Campo. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, o senhor chegou hoje de uma viagem à Áustria, onde aconteceu a Cúpula União Européia e América Latina. Algum resultado positivo nesse encontro, Presidente?

Presidente: Luiz, o que é importante nessas cúpulas é que permitem que você tenha contatos bilaterais para resolver problemas que estão pendentes entre os países. Em Viena, tive a oportunidade de ter um bom encontro com o Primeiro-Ministro Tony Blair. Tive oportunidade de ter um encontro com a Chanceler Angela Merkel, da Alemanha. Esses dois encontros foram importantes porque estamos acertando algumas coisas que podem resolver o acordo da Organização Mundial do Comércio. O que é importante é que nós temos clareza que tem uma responsabilidade do G-20, representado pelo Brasil, tem uma responsabilidade dos Estados Unidos e tem uma responsabilidade da União Européia. Se cada um cumprir a sua função, poderemos, em julho, quando estivermos em São Petersburgo, marcar uma reunião em Berlim ou em qualquer outro lugar da Europa e firmar o acordo definitivo da OMC, o que eu acho que será um avanço para os próximos 20 ou 30 anos na questão do comércio internacional. Qual é a solução? Veja, os Estados Unidos têm uma responsabilidade que é a de resolver os subsídios. A União Européia tem o compromisso de permitir o acesso ao mercado agrícola para os países pobres, os países em desenvolvimento. E o Brasil e o G-20 têm a responsabilidade de flexibilizar o acesso a bens industriais para os países mais desenvolvidos, Estados Unidos e União Européia. Se os três blocos conseguirem configurar esse triângulo de objetividade que temos de cumprir, poderemos surpreender o mundo com um acordo que parecia impossível. Estou convencido de que se cada um assumir a sua responsabilidade poderemos, finalmente, assinar um grande acordo comercial no mundo, que possa permitir que os pobres possam vender seus produtos agrícolas nos países mais ricos.

Luiz Fara Monteiro: Agora, Presidente, por

falar em acordo comercial, em Viena também o senhor se encontrou com o Presidente da Bolívia, Evo Morales. Afinal de contas, Presidente, como é que está a relação comercial entre Brasil e Bolívia?

Presidente: Pois bem, ao decretar a nacionalização do gás, houve toda uma polêmica, houve muito discurso, houve muitas interpretações equivocadas, às vezes afirmações equivocadas. Sempre acreditei que o bom acordo é aquele em que os dois, quando estão fazendo negócio, saem satisfeitos. O que eu disse ao Presidente Evo Morales é que nós reconhecemos que a Bolívia é dona do seu gás e eles, bolivianos, reconhecem que o Brasil é o maior consumidor. Então, nós somos dois países que precisamos estar em paz, precisamos ter tranqüilidade e precisamos, na renovação dos acordos que temos que fazer, levar em conta, primeiro, o contrato que nós temos; segundo, um preço que seja justo para os bolivianos e, ao mesmo tempo, seja justo para os brasileiros que consomem o gás. Estou convencido de que nós iremos terminar isso garantindo ao povo brasileiro, como eu posso garantir ao Programa, Luiz, que não haverá falta de gás, que os táxis continuarão funcionando a gás, que as casas que têm gás encanado continuarão recebendo gás e que as indústrias que estão produzindo continuarão, até porque o Brasil precisa se preparar nessa questão energética. Nós temos que ser donos do nosso nariz. O Brasil tem condições e, portanto, nós vamos trabalhar para que o Brasil seja auto-suficiente. Isso não implica que não continuemos importando gás da Bolívia, desde que o gás da Bolívia seja conveniente, do ponto de vista de preço, para o povo brasileiro.

Luiz Fara Monteiro: Esse é o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Agora, Presidente, falando em política interna, o governo federal liberou 1 bilhão e 400 milhões de reais na última semana para a agricultura. Para que vai servir essa verba?

Presidente: Luiz, a agricultura brasileira tem sido responsável, nos últimos anos, pelo crescimento

da economia brasileira, tem sido responsável pelo crescimento das nossas exportações, mas a agricultura fica muitas vezes vulnerável às intempéries. Se chove mais, se chove menos, se não chove, se produzimos mais, cai o preço. O governo precisa assumir a responsabilidade de garantir uma certa equidade desses preços. Por isso, nós já tínhamos feito um pacote no mês passado e este mês estamos liberando 1 bilhão e 400 milhões para os agricultores, que é para garantir o preço mínimo aos agricultores. Quero trabalhar de forma que possamos garantir tranquilidade a todos aqueles que no campo produzem, sejam empresários, seja a agricultura familiar. Essa liberação de recursos que nós fazemos é para garantir o preço mínimo da soja e vamos continuar discutindo a agricultura porque, para nós, a agricultura é a válvula principal do coração deste país.

Luiz Fara Monteiro: OK, Presidente. Obrigado e até a semana que vem, com mais um Programa.

Presidente: Obrigado a você, Luiz. Obrigado aos nossos ouvintes.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Maurício Dias, da revista “Carta Capital” (Brasília, em 15.5.2006)

O chanceler Celso Amorim rejeita retaliações e aposta no diálogo com a Bolívia.

Na segunda-feira 8, quando já era alvo dos adversários da política externa brasileira praticada pelo governo Lula, e às vésperas de se submeter a uma sabatina na Comissão de Relações Exteriores do Congresso, onde a maioria dos senadores, se pudesse, tiraria o seu escalpo, o chanceler Celso Amorim aparentava serenidade. Não era a calma de quem desdenhava dos problemas. Parecia mais a tranquilidade de quem, nesta segunda passagem pela chancelaria (a primeira foi entre 1993 e 1994, no governo Itamar Franco), já não se aturdiava com os grandes atropelos na carreira.

“Há uma dose de oportunismo por parte de quem sempre teve uma opção preferencial pelo Norte.”

Desta vez, o tremor político, sentido mais fortemente no Itamaraty, teve o epicentro na Bolívia e foi provocado pela decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar a exploração do petróleo e do gás produzidos no país. Os ativos da Petrobras na Bolívia foram levados de roldão. No Brasil, houve quem se lembrasse com saudade dos soberanos que mandavam gravar na ponta dos canhões a frase: “A última razão dos reis”. Outros, suspiraram com saudade do porrete e, quiçá, da impetuosidade do presidente Bush, dos Estados Unidos. Mas o Brasil, na tradição mais liberal que marca os melhores momentos da política externa do país, ficou com a proposta de negociação, e não de retaliação, como diz o chanceler Celso Amorim em entrevista à CartaCapital.

“Não mandaremos marines para desalojar os administradores nomeados pelo governo boliviano. Isso é o que se queria? O Brasil não age dessa maneira. Não era assim no passado e não será agora”, reafirma Amorim.

Leia abaixo a íntegra da entrevista.

Carta Capital: A nacionalização da Petrobras na Bolívia foi dependurada na conta do Itamaraty. O senhor assume os erros pelas perdas do país?

Celso Amorim: O Governo brasileiro praticamente não investiu nada nos últimos dois anos. Foi muito prudente. Não sou contra o investimento feito na Bolívia. É um absurdo, um oportunismo político, querer debitar ao Brasil duas coisas: primeiro, a eventual dependência, que nem sequer é tão grande, que teríamos do gás boliviano. Isso decorre de decisões tomadas em governos anteriores. Não entro no mérito se certas ou erradas; segundo, querer debitar à eventual simpatia por Evo Morales o que aconteceu na Bolívia. Já havia um referendo, em 2004, que determinava a nacionalização, praticamente da maneira que foi feita.

Houve uma lei, em 2005, que confirmava o referendo. A Petrobras, eu sei, tinha planos de investir 5 bilhões de reais nos próximos anos. A instabilidade no país era grande. Evo Morales é o quarto presidente do país em quatros anos. Nós queremos que o governo de agora seja estável, que governe e dialogue conosco como está dialogando.

Carta Capital: Houve um referendo pela nacionalização e, posteriormente, uma lei confirmando. Quando um país projeta uma política com esse grau de soberania, o que uma outra nação, com interesses lá, deve fazer para se proteger, mesmo que haja simpatias políticas envolvidas?

Celso Amorim: Nós tomamos a providência de sempre manter e aprofundar o diálogo. Eu mesmo estive na Bolívia antes das eleições e conversei com os dois principais candidatos. Com Morales e com o Quiroga, candidato da oposição. Isso é o que podemos fazer. Se vivêssemos no tempo da rainha Vitória, podíamos tirar a Bolívia do mapa. Mas o presidente Lula não faria isso. Eu não faria isso. Hoje em dia nem que se queira isso pode ser feito.

Carta Capital: Quem são os que sugerem o porrete?

Celso Amorim: As pessoas que foram intermediárias das relações tradicionais. Elas detinham de certa maneira o monopólio do Brasil com o exterior. Era como no tempo do Império. Quem lidava com as relações com a Inglaterra teria esse monopólio. Há reação também daqueles que não têm confiança no Brasil. Sempre pensam no Brasil dependente. É mais cômodo. A independência traz a necessidade de tomar decisão. Traz responsabilidade. O Brasil, se entrar no Conselho de Segurança como membro permanente, vai ter de tomar decisão. Isso tem custo e tem vantagens. Os tempos mudaram. A época de hoje permite mais ousadas.

Carta Capital: O diálogo basta?

Celso Amorim: As pessoas colocaram muita ênfase no reconhecimento da soberania da Bolívia. Mas isso é um fato indiscutível. O que se pode fazer é discutir as questões e ver como elas vão se passar.

O fornecimento do gás. A nota emitida, após a reunião dos presidentes reafirma a garantia do abastecimento, fala em preço equitativo e que permita a viabilidade dos negócios. Esse é o caminho do equilíbrio que procuramos. Há muita gente hoje, com grande surpresa, que sempre foi muito flexível com as grandes potências, em muitos momentos. Com a Bolívia querem um diálogo como se fôssemos o Ted Roosevelt. Nossa política sempre foi, é e será a da boa vizinhança e não do porrete. Não temos marines e, se tivéssemos, não mandaríamos marines para desalojar os administradores bolivianos.

Carta Capital: Há uma surpresa com o conceito de soberania...

Celso Amorim: Eu defendo a do Brasil com muita intensidade.

Carta Capital: A Bolívia quebrou regras à luz do direito internacional?

Celso Amorim: Eu não vejo assim. Isso não quer dizer que não vamos defender nossos interesses. Há contratos sob leis internacionais, como o de fornecimento de gás, que prevêm um procedimento de arbitragem. Isso é específico em questão de preço, fornecimento etc. Nacionalizar ativos é um direito que os países têm. Como fazer é outra questão. Se vai haver indenização, compensação, uma negociação ou coisa assim. A Arábia Saudita fez isso depois de 1973, depois do choque do petróleo, e nem por isso deixou de ter boas relações e de vender petróleo...

Carta Capital: O Brasil não fez isso em 1953?

Celso Amorim: A diferença é que o Brasil não tinha quase nada. As grandes companhias multinacionais preferiam acreditar, achar, que o país não tinha petróleo.

Carta Capital: Enfim, não havia grandes interesses atingidos.

Celso Amorim: Mas o Brasil teria feito de qualquer maneira. O problema não está em nacionalizar ou não nacionalizar. O problema está em reconhecer direitos a partir de auditorias. Avaliar se os investimentos foram amortizados ou não. Isso vai

para a mesa de discussão. Há uma confusão entre normas de direito internacional público, como a soberania e outras normas que regem as relações entre empresas. São coisas diferentes.

Carta Capital: O ritual da decisão, com o uso do Exército, não deu um caráter emocional...

Celso Amorim: Eu acho que foi totalmente desnecessário. Isso contribuiu para a manifestação das pessoas que são e sempre serão contra a integração da América do Sul. No governo Itamar Franco, há 12 anos, muitos diplomatas me perguntavam por que estávamos “perdendo tempo” com o Mercosul. Queriam participar daquela iniciativa para as Américas do presidente Bush, pai. Eles não me surpreendem. Há, evidentemente, uma dose de oportunismo por mais respeitáveis que possam ser as pessoas. Essas pessoas sempre tiveram uma opção preferencial pelo Norte, vamos dizer assim. O uso das tropas favoreceu isso. E eu considero desnecessário. Descabido. Mas ninguém foi molestado. Foi uma coisa simbólica. No plano dos símbolos, a meu ver, uma coisa desnecessária em se tratando de países amigos.

Carta Capital: Foi surpresa?

Celso Amorim: O dia da decisão? Ninguém tinha certeza. Era uma possibilidade. Ninguém tinha certeza. Há, também, é preciso deixar claro, um espaço para negociar. São 180 dias. Os outros países também estão negociando. Acho que a política externa tem sido um dos pontos populares do governo do presidente Lula além, é claro, da política social. Há um ano e meio, quando fizemos a reunião dos países árabes, fizeram um vendaval. Dois meses depois, fui recebido por Ariel Sharon, em Israel. Talvez não tivesse sido recebido tão bem se não tivesse havido aquela conferência.

Carta Capital: A política externa não tem sido a ação que dá uma cara mais diferente ao governo Lula?

Celso Amorim: Não vejo assim. Há a política social. A política econômica enfrentou condicionantes dos quais não podia fugir. O povo sabe. A política

externa, como se projeta mais no plano das idéias, acaba tendo esse caráter que você falou.

Carta Capital: Como pode ser definida a política externa brasileira? É uma política independente como se dizia nos anos 60?

Celso Amorim: O que é a independência dos países hoje? Já não há mais a Guerra Fria. O não-alinhado não existe. Não-alinhado com quem? O mundo de hoje é interdependente quer a gente queira quer não. Nesse ponto o Roberto Campos estava certo. Então, como podemos melhorar a nossa posição nesse tabuleiro? Aprofundar a integração da América do Sul e diversificar as nossas parcerias.

Carta Capital: Para aumentar as exportações?

Celso Amorim: Isso não é mecânico. É um fenômeno que tem, também, um aspecto qualitativo. Nós aumentamos as exportações para o mundo inteiro. E bastante. Mas aumentamos mais ainda para países com os quais tínhamos uma relação muito pouco ativa. Índia, países árabes e até mesmo a África. América Latina e Caribe são, hoje, nossos principais parceiros comerciais. A América do Sul, considerando o primeiro trimestre deste ano, equivale aos Estados Unidos para as nossas exportações. Quatro anos atrás era pouco mais do que a metade. Se for considerada a independência nesse sentido, posso dizer que a política que implementamos é independente. Ela não se curva a imposições e procura diversificar os parceiros. A independência, hoje, não se faz por meio de autarquia ou pelo isolamento e, sim, pela diversificação de parcerias.

Carta Capital: Antes o país se curvava?

Celso Amorim: Eu vou deixar para os historiadores julgarem. A mim compete realizar a política do presidente Lula. É preciso dizer que o Brasil segue alguns princípios do relacionamento internacional: não-intervenção, autodeterminação dos povos, solução pacífica dos conflitos. Nesse ponto, não houve, e não cabia, mudança radical. Mas nem todo governo defendeu os princípios básicos com a mesma ênfase. Já é uma coisa. Mas tem a política

externa que é realizada com ações práticas. Nesse ponto acho que há uma distinção forte entre esse governo e os anteriores.

Carta Capital: O maior parâmetro de independência seria o não-alinhamento automático com os Estados Unidos. É disso que se fala.

Celso Amorim: Isso era a maneira definida pelo ministro Silveira, no governo Geisel. Ele dizia, que o Brasil era não-alinhado, inclusive em relação aos não-alinhados. Isso não é um objetivo hoje em dia. O mundo mudou. Se eu fosse procurar conceitos com os quais trabalhar, preferiria o conceito de multipolaridade. Ou seja, para que o mundo seja menos dependente de um único poder. Através de atitudes morais como teve, por exemplo, no início do governo, quando foi muito claro em relação à invasão do Iraque.

Carta Capital: Fora do plano moral, quais as razões políticas que levaram a essa decisão?

Celso Amorim: Achávamos que era possível uma solução pacífica; os motivos alegados sobre a existência de armas de destruição em massa não estavam sendo comprovados. E, por fim, o principal: ainda que nós não achássemos isso tudo, mas se o Conselho de Segurança tivesse achado, nós nos curvaríamos. É o órgão das Nações Unidas que detém o uso legítimo da força na esfera internacional, fora a alegação de legítima defesa.

Carta Capital: Apoiando?

Celso Amorim: Admitindo, mas nunca participando. O presidente Lula, sem agressividade, foi muito firme. Poucos meses depois ele esteve nos Estados Unidos e o presidente Bush o recebeu e disse: “Temos nossas divergências, mas temos muita coisa em comum e vamos conversar sobre o que concordamos”. Essa atitude é respeitada. Hoje o presidente Bush diz para a Chanceler alemã, Angela Merkel, que estava satisfeito por ela estar conversando não só com os parceiros europeus, mas com o Brasil. Temos hoje uma posição internacional que não tínhamos. E, para ser franco, isso causa um pouco de inveja. As pessoas que nos antecederam

gostariam de ter alcançado isso. Se o nosso comércio está aumentando com todos os países e, mais ainda, com os países em desenvolvimento, talvez fosse o caso de todo mundo estar contente. Mesmo aqueles que têm relação histórica e tradicional com os pólos de poder também estão ganhando.

Carta Capital: O senhor refere-se a quem?

Celso Amorim: Falo de atores de dentro do Brasil. Como o poder é uma coisa relativa, talvez eles achem que estão perdendo poder relativo porque, à medida que se diversificam as nossas relações, o poder relativo desses que quase detinham o monopólio vai se diluindo. Nossa política é fundamentada na visão dos interesses brasileiros, e compreende que eles passam pela integração da América do Sul e na maior aproximação com países que têm interesses semelhantes aos nossos. Evidentemente, que isso não exclui uma relação com os ricos. Nós precisamos dessas relações.

Carta Capital: Que teses o Brasil abandonou na política externa que contribuem para consolidar...

Celso Amorim: Há teses implícitas e explícitas. A linha de uma política mais dócil, com menos capacidade de contraditar interesses das grandes potências. Ninguém diz isso. Ninguém se diz de direita no Brasil. Ninguém se diz a favor de uma política dócil...

Carta Capital: O que dizem então?

Celso Amorim: Dizem que nós devemos reconhecer que não temos “excedentes de poder”. É a formulação teórica mais elegante dada para essa política. Como não temos “excedentes de poder” seríamos, então, obrigados a adaptar nossas linhas de ação aos que detêm esse excedente de poder. Mas a realidade não é essa. Há um filme sobre o futebol no Haiti chamado “O Dia em Que o Brasil Esteve Aqui”. É interessante. Absolutamente objetivo. Não é de propaganda nem é laudatório. Um sociólogo haitiano, entrevistado, diz que há o hard-power e o soft-power. O Brasil, segundo ele, é muito bom no soft. Capacidade de convencimento e de negociação.

A diplomacia brasileira sempre teve isso. Por essa razão, conseguimos na OMC mudar os termos da negociação, depois que criamos o G-20. Não sei a qual acordo chegaremos na OMC. Mas posso adiantar que o pior acordo que conseguirmos hoje, supondo que tudo corra mal, será melhor que o que se teria obtido em Cancún. Isso se deve à negociação do Brasil. Se eu ficasse pensando nos “excedentes de poder” não me aliaria à Índia, porque poderia parecer que o Brasil segue o modelo indiano. Hoje qualquer economista, de direita ou de esquerda, diz que a Índia vai muito bem. Eu me lembro, no entanto, que diziam em relação à OMC que o Brasil não podia ficar identificado com a Índia.

Carta Capital: Foi difícil superar obstáculos e consolidar essa política?

Celso Amorim: O Brasil na OMC tinha uma posição de defesa em relação aos países em desenvolvimento. Chegou quase a renegar isso no governo passado.

Carta Capital: Qual foi a lógica de criar o G-20?

Celso Amorim: Tradicionalmente os países ricos nos dividiam e, habilmente, diziam que certas medidas que estavam em pauta podiam beneficiar o Brasil ou a Austrália, mas acabariam prejudicando a Índia ou a Indonésia. O G-20 quebrou essa lógica. Uniu, pela primeira vez em matéria de comércio agrícola, países como a Índia ou a Indonésia ou o Egito e países como o Brasil, Argentina, Uruguai etc. Houve momentos em que tivemos de optar. A Austrália e a Índia iam para lados diferentes. Tive de dar uma orientação ao nosso embaixador: procure conciliar, mas, se tiver de escolher um, escolha a Índia. Não temos nada contra a Austrália. Ou seja, escolha um país em desenvolvimento. Era simbólica a decisão. Com isso, construímos a mais poderosa aliança que os países em desenvolvimento jamais tiveram nas negociações internacionais.

Carta Capital: Os países ricos assistiram a isso tranqüilamente, sem reagir?

Celso Amorim: Reagiram de maneira muito

forte no primeiro momento.

Carta Capital: O que significa isso?

Celso Amorim: Durante a reunião houve uma tentativa de demonização do G-20, uma pressão violenta. Pouco depois, meu amigo Bob Zellig, que era chefe da negociação americana, escreveu um artigo no Financial Times em que o nome do Brasil é citado cinco vezes. Um artigo sobre o comércio internacional. Houve pressão para que os países da América Latina saíssem do G-20. Vários saíram.

Carta Capital: Mas o Brasil ainda tem uma participação irrisória no comércio internacional. Qual o peso do país?

Celso Amorim: Cerca de 1%. Não se mede um país só pelo valor do comércio. O Brasil é, por exemplo, o maior receptor de investimento dentro dos países em desenvolvimento. O País tem, hoje, retomando a tradição, uma capacidade de ação diplomática de maior desassombro. Sem nenhuma confrontação ou com retórica agressiva.

Carta Capital: A política executada hoje é a de mais tradição no Itamaraty?

Celso Amorim: Há uma diferença entre os princípios do relacionamento internacional e a definição de política externa. As grandes linhas estão na Constituição. Política muda em vários momentos. O Itamaraty sempre teve uma boa noção da defesa do interesse nacional. É uma burocracia, no sentido weberiano da palavra, muito bem formada. Como toda a burocracia, também, segue as regras ditadas. A ênfase varia.

Carta Capital: O fim da Guerra Fria, que acabou com a bipolaridade, tem facilitado a condução de uma política externa mais livre?

Celso Amorim: O fim da Guerra Fria tem a vantagem de permitir que certas colocações não sejam rotuladas. Antes, se se discordasse dos Estados Unidos surgia a acusação de ser pró-comunista. Era um ônus muito grande e exigiu muita coragem de Afonso Arinos, no governo Jânio e Santiago Dantas, com Jango. Era uma política externa que procurava uma certa equidistância, que nunca foi total. Hoje

em dia, nós perseguimos os nossos interesses. Mas sair da bipolaridade e cair na unipolaridade nos deixa numa camisa-de-força talvez até pior. Hoje temos de trabalhar por uma multipolaridade. Obviamente que se isso for medido por ogivas nucleares ela não ocorrerá, porque ninguém, nunca mais, chegará ao poderio que os Estados Unidos têm. Como, a meu ver, essas armas na prática são inutilizáveis, porque a humanidade rejeita moralmente o uso dessas armas em qualquer circunstância. Isso abre campo para outras formas de exercício de poder. Aí países como o Brasil, a Índia, China, Rússia, Japão e algum país africano que vai emergir, podem contribuir para um maior equilíbrio das relações.

Carta Capital: É dentro desse quadro que o Brasil ambiciona uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU?

Celso Amorim: Esse é um problema que terá de ser resolvido. No ano passado surgiu a oportunidade, porque a ONU fazia 60 anos, Kofi Annan estava empenhado e havia um relatório sobre a reforma da organização. A falha esteve nas divergências táticas entre os países da África, que impediram a formação da maioria de dois terços. A falta de unidade na África foi jogada com maior experiência pelos países que não queriam a reforma naquele momento ou daquela maneira. Se tivesse uns 80% dos votos africanos teria passado. A reforma não é um pleito do Brasil. É uma necessidade da própria governança internacional. O Conselho de Segurança hoje, sobretudo os membros permanentes, não é mais representativo da realidade do mundo. Para que uma decisão possa ser seguida e acatada pela comunidade internacional é preciso que ela tenha não só legitimidade legal, mas, também, política. E para ter legitimidade política é preciso que haja uma reforma no Conselho.

Carta Capital: Consta que, em 1945, o Brasil pleiteou isso e foi vetado porque os russos achavam o país muito próximo dos Estados Unidos. Hoje, o veto não vem por estar mais distante?

Celso Amorim: A vida é cheia de sístoles e

diástoles como diria o General Golbery do Couto e Silva. Não sei se o Brasil estava demasiado próximo dos Estados Unidos, mas, naquela época, algumas pessoas postulavam. Mas foi, de fato, vetado pela União Soviética. O presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, queria isso, porque queria a América como um conjunto mais representado. O Brasil tinha participado da guerra. Hoje não vejo os Estados Unidos vetando o Brasil. O Brasil não tem tido uma posição de confrontação e, sem ser subserviente aos interesses americanos, tem adotado na região uma posição de independência que, no fundo, contribui para uma maior tranquilidade.

Carta Capital: O Brasil, para usar uma linguagem pouco diplomática, não teria chumbado a adesão à Alca no Continente?

Celso Amorim: Não, nós não chumbamos a Alca. Eu cheguei a um acordo com eles em Miami, sobre uma Alca redefinida. Depois os fundamentalistas lá e, talvez aqui, não quiseram aceitar. Eles já admitem contemplar uma negociação Mercosul e Estados Unidos. Nós também, e temos todos a ganhar com isso. Não podemos é hipotecar a nossa política de saúde, em relação a remédios genéricos; a nossa possibilidade de compras governamentais para termos plataformas de petróleo que gera a nossa auto-suficiência. Isso não faremos. Tem de haver uma Alca que lide com o comércio. Os nomes são enganosos. Área de livre-comércio, tudo bem. Acabem os subsídios e derrubemos as barreiras de um lado e do outro. A Alca tenta entrar no modelo de desenvolvimento que os países seguem. Isso nós não queremos e acho que eles entenderam. Os europeus também.

Carta Capital: A recente atração do Uruguai pelos Estados Unidos não é uma chumbada de volta no Mercosul?

Celso Amorim: Não, não. O Uruguai é um país que depende de poucos produtos para exportar. É um país com alto nível de educação e com um padrão de equidade social muito maior do que o nosso. Por várias contingências foi perdendo peso e

posições no mercado internacional. Eles se frustraram com o que aconteceu com o Mercosul. O Uruguai pediu para entrar e o Paraguai depois. Eles depositavam grandes esperanças. Acho que ocorreu, no Brasil, uma política de pouco engajamento com o Mercosul. Deixar as forças de mercado atuarem sozinhas, as vantagens comparativas do Brasil serão sempre maiores. A expectativa do Uruguai de que se instalasse lá alguma indústria acabou não se concretizando. Para isso, era preciso a ação do Estado. A integração tem de ser um objetivo estratégico de longo prazo.

Carta Capital: E a negociação Mercosul e Estados Unidos prospera?

Celso Amorim: Essa negociação, dentro ou fora da Alca, não prosperou mais porque todos nós tivemos de concentrar nossas atenções na Organização Mundial de Comércio. A OMC é muito importante.

Carta Capital: A negociação regional esvazia a OMC?

Celso Amorim: Claro que nunca será uma alternativa. Mas os países vão buscar no regional ou no inter-regional uma compensação para o que não têm no multilateral. Todo mundo viu isso.

Carta Capital: Mas, antes de provocar qualquer abalo na OMC, o Mercosul não está se desintegrando? O Uruguai ameaça...

Celso Amorim: Não, não. Não posso esconder que o momento é complexo. Há coisas positivas e menos positivas.

Carta Capital: Por exemplo.

Celso Amorim: Acho que o desejo da Venezuela de se integrar ao Mercosul é positivo. A afinidade que existe hoje entre os presidentes Lula e Kirchner, da Argentina, e a capacidade que tivemos de resolver todos os grandes problemas que existiam. Acho que devemos fazer mais pelos países menores do Mercosul. Não fizemos antes, porque talvez não soubéssemos fazer. Tínhamos a ilusão de que eliminando tarifas iríamos conseguir abrir mercados e o Uruguai e Paraguai se beneficiariam. Só que as

economias do Brasil e da Argentina são muito mais competitivas. É preciso, então, algo mais. Hoje defendemos o financiamento para a instalação de indústrias no Uruguai ou no Paraguai.

Carta Capital: Essa idéia, neste momento, não soa como heresia?

Celso Amorim: Não. Não há opção para a integração. A questão não é “quero ou não quero”. A questão é como se integrar. Através de investimento, tecnologia, comércio ou pelo contrabando, narcotráfico, guerrilha? A opção é essa. Mas os problemas surgem. Veja a história da Bolívia. É uma história de opressão contra a grande maioria da população, inclusive com conotações raciais fortes. Neste momento há uma eclosão contra isso. Pode-se perguntar se a diplomacia não previa isso. Não sabíamos exatamente como ia acontecer. Isso, no entanto, não estava fora das nossas previsões. Nossa reação é a procura do diálogo. O afastamento é pior.

Carta Capital: Já se fala no confisco de terras...

Celso Amorim: Vamos ver, vamos ver. Acho que onde há brasileiros nosso dever é protegê-los. E faremos isso respeitando as leis do país, adaptando-nos às circunstâncias. Acho que a Bolívia tem muito a ganhar com a cooperação do Brasil. Ela quer redefinir algumas coisas. Vamos ver, vamos discutir. Eles teriam muito mais a perder num esquema de ruptura. Eu não quero que nisso se leia uma ameaça, mas, naturalmente, é mais fácil o Brasil viver sem a Bolívia do que a Bolívia viver sem o Brasil. A questão é não inviabilizar os negócios. Com a economia que se forma no mundo, de grandes blocos econômicos, o Brasil que é o maior país do continente não o é suficientemente. Precisamos da América do Sul, como precisamos do G-20, como precisamos do G-3, que é um fórum com a Índia e com a África do Sul.

Carta Capital: Num primeiro olhar a impressão é a de que a integração está sob ameaça de ser desintegrada.

Celso Amorim: Cada país é um país. Há 30

anos estávamos todos sob regimes militares. Havia uma homogeneidade de ditaduras. Há países que se inclinaram mais para a direita, outros para a esquerda e alguns mais à esquerda. Há turbulências, abalos sísmicos na região.

Carta Capital: São abalos de superfície?

Celso Amorim: Não. Alguns são muito profundos. Essa subida do poder indígena em alguns países e, sobretudo, na Bolívia, é algo muito importante. Isso tem raízes históricas. Ainda que vindo de raízes profundas é preciso que não aflore como um vulcão destruidor. Que seja uma fonte de renovação e precisamos trabalhar para isso.

Carta Capital: Não será mais como antes.

Celso Amorim: Antes havia um terremoto permanente. Uma instabilidade básica. Uma maioria da população que não se sentia representada pelos governos. Não era suficientemente forte para chegar ao governo, mas tinha força para criar instabilidade que inviabilizava qualquer governo.

Carta Capital: Isso quer dizer que na Bolívia, não haverá mais, como havia, um Ministério para Assuntos Indígenas. É isso?

Celso Amorim: Como você quiser. O Governo agora é autenticamente representante da maioria indígena. Haverá de ter abalos. Quando era tudo reprimido pelas ditaduras, tudo parecia calmo.

Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal “Le Monde” (Brasília, em 24.5.2006)

Comment Lula gère un futur géant

Le monde : Comment expliquez-vous les tensions récentes entre le Brésil, la Bolivie et la Venezuela?

Président Lula : Je ne considère pas qu’il y ait eu une tension très grave dans le cas de la Bolivie. Je disais à certains leaders européens, préoccupés par les événements en Bolivie, que si le référendum où les Français ont refusé la Constitution européenne avait eu lieu dans un pays d’Amérique du Sud, la crise aurait été plus grave qu’en France. Le peuple a

été appelé à se manifester et n’a tout simplement pas voulu une Constitution unique. L’histoire de la Bolivie est marquée par des tensions internes à propos des ressources de son sous-sol et de leur utilisation. Il y a eu des nationalisations depuis 1937. Récemment, le [président] Sanchez de Lozada est tombé à cause du gaz et le président Carlos Mesa a convoqué un référendum, où le peuple bolivien s’est prononcé pour la nationalisation. Ce qu’Evo Morales a fait, c’est d’appliquer cette décision, qui n’est pas très grave. Il y a place pour la négociation, si le bon sens prévaut. La presse brésilienne prétend que je devrais être dur avec la Bolivie. Si je ne l’ai pas été à l’égard des Etats-Unis ni de l’Europe, pourquoi devrais-je être dur envers la Bolivie, un pays plus pauvre et démuné que le Brésil? Je préfère miser sur la négociation plutôt que de tenir un discours pour mon public.

A Vienne, j’ai appelé le président Evo Morales et je lui ai dit que j’étais d’accord avec la nationalisation, que le gaz appartient aux Boliviens et qu’ils sont donc en droit de faire quelques exigences. Mais j’ai rappelé aussi que le Brésil est le principal acheteur du gaz bolivien, que le Brésil dépend de la Bolivie autant que la Bolivie dépend des achats du Brésil, et que nous devons donc trouver un dénominateur commun favorable pour les deux pays autour d’une table. Evo Morales sait que le gaz bolivien est important pour le Brésil et il sait, en même temps, que le Brésil est son plus important acheteur potentiel. Si le gaz n’est pas vendu au Brésil, il aura du mal à l’écouler. Mon ministre des relations extérieures est allé à La Paz. Je pense que nous trouverons une solution avec moins de discours et davantage de bon sens et de réalisme.

Avec les présidents [argentin Nestor] Kirchner et [vénézuélien Hugo] Chavez, nous avons clairement affirmé que l’intégration politique entre des pays aussi importants que l’Argentine, la Venezuela et le Brésil suppose la confiance entre nous. Notre continent a peu d’expérience démocratique, beaucoup de coups d’Etat militaires et de pauvreté. Pour consolider l’intégration régionale, il faut prendre

en compte les asymétries, les grands pays doivent toujours être généreux à l'égard des plus pauvres. Le Brésil et l'Argentine doivent contribuer au développement du Paraguay, de l'Uruguay et de la Bolivie, car nous n'avons aucun intérêt à vivre entourés de pays plus pauvres. En Amérique du Sud, il faut parfois compter jusqu'à dix avant de prendre une décision. Je suis surpris parfois par un problème du XIXe siècle qui interfère dans la politique du XXIe. Et nous n'avons pas le temps de discuter de l'avenir, parce que nous restons embourbés dans les disputes du passé.

Le monde : Croyez-vous que l'intégration latino-américaine vise la confrontation avec les Etats-Unis et qu'elle soit incompatible avec des traités commerciaux bilatéraux, comme l'a affirmé le président vénézuélien, Hugo Chavez, à propos des pays andins ?

Président Lula : Nous ne devons pas faire de l'idéologie avec nos relations politiques et commerciales. [Hugo] Chavez ne doit pas penser ainsi, puisqu'il vend 85 % de son pétrole aux Etats-Unis. Pas plus que le Brésil, car nous mesurons l'importance de nos relations avec les Etats-Unis. Ce que nous voulons, c'est de ne pas tomber dans la dépendance vis-à-vis d'une puissance ou d'un groupe de puissances, construire notre souveraineté à partir de nos capacités technologiques et productives. Malgré une intégration renforcée avec l'Amérique du Sud et un rapprochement avec l'Afrique, la Chine, l'Inde et le Moyen-Orient, nos échanges commerciaux avec les Etats-Unis et l'Union européenne ont augmenté. Je n'ai besoin de me disputer avec personne pour avancer vers l'intégration de l'Amérique latine. Des relations plus nombreuses et hétérogènes consolident la démocratie dans le monde.

Le monde : L'utilisation des ressources énergétiques comme instrument de pouvoir vous inquiète-t-elle ?

Président Lula : Non, car le Brésil sera dans vingt ou trente ans la plus grande puissance

énergétique de la planète Terre. Nous avons atteint l'autosuffisance en pétrole, dans deux ans nous serons en train de produire la majorité du gaz que nous consommons, nous sommes les plus compétitifs pour la production de l'éthanol et du biodiesel. Jeudi [18 mai], la Commission nationale de politique énergétique a annoncé le raffinage de l'huile brute, de l'huile végétale, qui sera mélangée au pétrole. Il en résultera davantage d'essence et de gaz, et un diesel de qualité, avec beaucoup moins de soufre. Le Brésil connaît une révolution énergétique. Nous avons fait celle de l'éthanol, nous allons faire celle du biodiesel. Alors, je ne me soucie pas si un pays utilise son pétrole comme moyen de pression. Cela ne date pas d'aujourd'hui, puisque dans les années 1970, l'OPEP a effrayé le monde avec le prix du brut. A cette occasion, le Brésil avait lancé son programme d'alcool. Maintenant, à nouveau préoccupés par la hausse du pétrole, nous avons décidé de miser à fond sur les énergies alternatives. Le Brésil investit beaucoup dans la biomasse, l'énergie éolienne et le biodiesel. Peu de pays pourront concurrencer le Brésil à l'heure d'extraire de la terre le carburant de l'avenir, à cause de son extension territoriale.

Le monde : Croyez-vous à la viabilité technique et économique du grand gazoduc qui doit traverser une région aussi sensible que l'Amazonie ?

Président Lula : Le Brésil sera partie prenante de l'élaboration du projet. Il s'agit d'un gazoduc intercontinental de plus de 8 000 kilomètres, qui reliera plusieurs pays. Nous étudions sa viabilité technique et économique et tout ce qui va se développer autour. Pour l'instant c'est une idée, que nous devons coucher sur le papier. Nos ministres et techniciens y travaillent. S'il est économiquement viable et qu'un contrat en garantit le fonctionnement, pourquoi ne pas le faire ? L'interconnexion de l'Europe est assurée par un gazoduc qui traverse plusieurs pays. De quoi avons-nous besoin ? De sécurité contractuelle, pour que les règles ne soient pas modifiées lors des changements de gouvernement. Le gaz existe, la demande aussi, transformons donc

ce projet en une affaire viable qui intéresse tous les pays participants.

Le monde : La revendication du Brésil d'avoir un siège permanent au Conseil de sécurité de l'ONU ne semble pas avoir beaucoup d'écho...

Président Lula : Mais si, elle a trouvé beaucoup d'écho. Primo, jamais un débat n'avait été engagé au niveau de la discussion actuelle. Deuxièmement, nous avons le soutien de la France, l'Allemagne, le Japon, l'Inde, d'une grande partie de l'Afrique et de l'Amérique du Sud. Dans un premier moment, la question est de faire ou pas une réforme de l'ONU, avant de discuter des pays qui entreront [au Conseil de sécurité]. Il y a une forte convergence sur la nécessité de reformuler l'ONU. Les grands pays qui s'y opposent sont les Etats-Unis et la Chine, qui pèsent évidemment beaucoup. Ensuite, que découvrons-nous ? L'Italie s'oppose à une entrée de l'Allemagne, la Chine s'oppose au Japon. En Amérique latine, le Mexique et l'Argentine ont des doutes à l'égard du Brésil, tout comme en Afrique. Je pense donc qu'il faut d'abord décider s'il y aura une réforme et sa nature, avant de parler des pays. L'ONU ne peut pas continuer telle qu'elle a été organisée il y a soixante ans, elle doit être renforcée, pour que ses décisions soient mieux suivies et respectées. C'est tout ce que nous voulons et défendons. Ce n'est pas une tâche facile, mais ce n'est pas impossible, c'est juste une affaire de persistance. Nous y arriverons, un jour ou l'autre.

Le monde : Etes-vous aussi optimiste pour l'OMC ?

Président Lula : Il y a beaucoup de pessimistes au monde, mais il y a aussi des optimistes. Je suis optimiste. Lors de la réunion de l'OMC à Cancun, beaucoup de gens ont prétendu qu'elle avait échoué. Mais à Cancun a vu le jour le G20 [groupe des pays émergents], qui est en train de modifier la géographie commerciale du monde. Qu'on le veuille ou non, une demi-douzaine de pays ne décident plus, tous veulent prendre part aux décisions. Où en sommes-nous ? Le 25 mai, je vais parler avec le

président Chirac. J'en ai beaucoup parlé avec Tony Blair, avec la chancelière Angela Merkel, avec le président Bush. Nous sommes plus proches d'un accord qu'on ne l'imagine. Le moment où les techniciens tentent de parvenir à un accord est fini, l'heure est venue d'une décision politique. C'est aux chefs d'Etat et de gouvernement de prendre une résolution maintenant, sur la base du principe suivant : tous doivent faire un sacrifice proportionnel, ceux qui doivent gagner sont les pays pauvres.

L'agriculture représente au Brésil 25 % de la population, qui en dépend. Dans l'UE, cela ne dépasse pas les 4 %. Les concessions en matière agricole doivent donc être proportionnelles à son poids dans chaque pays. Les subventions américaines déséquilibrent le commerce agricole dans le monde. Les Etats-Unis doivent faire des concessions là-dessus. Et les pays émergents, comme le Brésil, doivent faire des concessions sur les biens industriels. Nous avons un triangle : les Etats-Unis doivent réduire les subventions, l'UE offrir l'accès aux produits agricoles et les pays émergents l'accès aux produits industriels. Au sommet de Vienne, j'ai dit à Angela Merkel, Tony Blair et José Luis Rodriguez Zapatero que nous allions nous rencontrer au G8, à Saint-Pétersbourg. Comme Poutine n'est pas à l'OMC, nous ne sommes pas obligés d'en discuter là, mais rien n'empêche qu'avant ou après nous nous rencontrions à Paris, à Berlin ou ailleurs, et annonçons le bon sens dans le domaine commercial, pour rendre le monde moins pauvre et plus juste au cours de ce siècle. Si nous ne le faisons pas maintenant, il faudra attendre encore trente ans. J'ai dit aux présidents que nous serons une génération de dirigeants qui a échoué à résoudre le problème de la pauvreté dans le monde.

Le monde : Des concepts de la gauche tels que l'anti-impérialisme et la révolution ont-ils perdu leur pertinence aujourd'hui ?

Président Lula : Pour moi, oui. Mais comme je suis un défenseur de la liberté d'expression, chacun utilise les mots qui lui conviennent. Surtout parce que les mêmes mots ont des sens différents

dans chaque pays. Le Parti socialiste français n'est pas pareil au suédois, ni au SPD allemand ou au PSOE espagnol, ou à la gauche italienne. Chaque gauche reflète la réalité culturelle et politique du pays. C'est la même chose en Amérique Latine. Un type de discours de gauche au Brésil n'a pas le même poids au Mexique, qui à sont tour diffère d'un autre pays. Les mots sont utilisés avec les valeurs rhétoriques qui déterminent la culture de chaque peuple. Je n'ai jamais tenu à l'étiquette de gauche. Je suis ajusteur mécanicien de métier, militant politique d'un parti appelé PT [Parti des travailleurs], dont l'engagement fondamental est la construction d'une société plus juste. C'est ce que nous essayons de faire, avec les sacrifices et les différences d'être dans l'opposition ou dans le gouvernement, ce qui n'est pas du tout pareil. Lorsqu'on passe de la phase du "je pense" à celle du "je fais", il y a une différence, car vous dépendez du Congrès, du budget, de la législation, de la bureaucratie, de beaucoup de choses. Je me sens extrêmement heureux à cause de ce que nous avons accompli jusqu'à maintenant. Dieu a été très généreux de me permettre de faire certaines choses qui paraissaient impossibles et qui étaient juste difficiles. La persévérance nous permet de les réaliser.

Le monde : L'Etat de São Paulo a été secoué la semaine dernière par des scènes de violences graves, parties des prisons. Comment expliquez-vous ce qui s'est passé ?

Président Lula : Il y a quelque temps, on a vu en France des milliers de gens dans les rues, des voitures qui brûlaient et on avait du mal à croire que dans un pays à l'économie si solide, à la culture si ancienne, des choses pareilles puissent se produire... ces choses-là arrivent en Amérique latine, pas en Europe ! Partout à travers le monde, les problèmes sociaux sont là et ne demandent qu'à exploser. Ici, au Brésil, nous savons tous, depuis longtemps, que notre système pénitentiaire va mal. Nous savons tous les convulsions qui agitent nos prisons. Nous savons tous qu'à partir de l'intérieur des prisons, des chefs du crime organisé organisent des hold-up, des crimes,

de la contrebande et des assassinats. Ce qui s'est passé à Sao Paulo a révélé la fragilité de notre système carcéral, la fragilité d'une partie de notre police et, pourquoi se le cacher, la fragilité de l'ensemble de la société brésilienne face à un problème de cette ampleur. Beaucoup de ces prisonniers sont nés ou ont grandi dans les années 1980, et nous avons eu au Brésil deux décennies perdues... deux décennies, c'est une génération entière ! Mais il faut soigner le mal, c'est-à-dire améliorer notre système pénitentiaire : le gouvernement fédéral est en train de construire cinq prisons, dont trois seront prêtes cette année. Il faut aussi créer des mécanismes pour éviter que les détenus puissent utiliser des téléphones portables.

Mais plus encore que soigner la maladie existante, il faut éviter qu'elle s'étende. C'est pour cela que je crois, profondément, que ce pays doit investir lourdement dans l'éducation pour que nos adolescents aient des perspectives d'études et de travail. Cela ne suffira pas pour en finir avec la criminalité, et encore moins avec le crime organisé qui est sophistiqué, parce que le crime organisé a une branche internationale, une branche politique, une branche judiciaire, une branche dans l'entreprise et une branche chez les pauvres. C'est une industrie, beaucoup plus difficile à affronter que le crime ordinaire. C'est pour cela que nous devons tous, plutôt que de chercher des coupables, assumer nos responsabilités et donner une réponse à la société brésilienne.

Le monde : Qu'est-il advenu du plan de sécurité publique que vous avez promu avant votre élection ? Pourquoi n'a-t-il pas été mis en œuvre ?

Président Lula : Il est mis en œuvre. D'abord, nous avons créé un secrétariat de sécurité nationale. Ensuite, nous avons mis sur pied une police nationale, pour laquelle nous avons déjà formé 4 000 à 5 000 hommes. Enfin, nous investissons comme jamais dans la police fédérale, parce que nous croyons qu'investir dans le renseignement est la première chose à faire pour que la police puisse combattre efficacement le crime organisé. Nous

avons une politique forte contre le blanchiment d'argent. La police est en train de s'équiper des dispositifs les plus modernes pour que l'on puisse savoir, en temps réel, ce qui se passe en divers endroits du pays. Le problème, c'est que la sécurité publique ne relève pas du pouvoir fédéral : au Brésil, elle est de la compétence des Etats fédérés. Le gouvernement fédéral ne peut intervenir que s'il y a une demande, comme cela a été le cas à Espirito Santo, où nous sommes intervenus à la demande du gouverneur, ou au Minas Gerais, quand le gouverneur Aécio Neves a demandé l'intervention de l'armée, et en vingt-quatre heures, l'armée était sur place. Si les gouverneurs en font la demande, nous sommes prêts à leur venir en aide, avec la police fédérale, la police nationale ou les forces armées, toujours en appui des forces de sécurité locales. Mais s'ils ne le demandent pas, nous ne pouvons rien faire. Dans le cas de Sao Paulo, dès le premier jour j'ai envoyé le ministre de la justice, Marcio Thomas Bastos, offrir notre aide.

Le monde : Votre première priorité, en arrivant au pouvoir, était la lutte contre la faim et la pauvreté. Etes-vous satisfait, trois ans et demi après, des progrès accomplis ?

Président Lula : Comparons les quarante mois de mon gouvernement avec les huit ans du gouvernement précédent. En janvier 2003, le Brésil dépensait moins de 7 milliards de reals en programmes sociaux ; aujourd'hui, nous investissons 22 milliards de reals. En juin 2003, lorsqu'a pris fin le Plan agricole pour l'agriculture familiale, le gouvernement avait investi 2,4 milliards de reals. A la fin de cette année, nous disposerons de 9 milliards de reals, dont 8 ont déjà été utilisés par le peuple. De 1998 à 2001, le Brésil n'a pratiquement rien investi dans le tout-à-l'égout et l'assainissement de l'eau. En quarante mois, nous lui avons consacré 9 milliards de reals. 9,3 millions de familles bénéficient du programme Bourse-Famille.

Nous avons approuvé le statut des personnes âgées. Nous avons créé le programme des

pharmacies populaires. Aujourd'hui, une personne qui souffre de diabète au Brésil et qui doit prendre de l'insuline ne dépense plus que 13 reals par mois, contre 132 auparavant. Nous avons la plus grande politique de santé dentaire que ce pays ait jamais eue : à la fin de l'année 2006, nous aurons 400 centres de santé dentaire pour des traitements et prothèses que jusqu'ici seule une petite partie de la société pouvait s'offrir. Nous avons porté de 8 à 9 ans le nombre d'années d'études du cycle de base.

Nous avons inauguré cette année 32 écoles techniques, alors que pas une seule n'avait vu le jour depuis 1998. Nous ouvrons 4 nouvelles universités fédérales, et 42 extensions universitaires à l'intérieur du pays. Nous avons lancé le programme ProUni, qui, grâce à des conventions avec les universités privées, transforme un impôt qu'elles nous versent en bourses d'études pour les adolescents des quartiers défavorisés venant de l'enseignement public. En quatorze mois, nous avons ainsi créé 204 000 bourses, dont 40 % pour des gens d'origine africaine et 1 200 indigènes. Pour vous donner une idée de la dimension de ProUni, l'ensemble du système scolaire public à Sao Paulo, qui est le plus gros Etat de notre fédération, regroupe 98 000 étudiants. En quatorze mois, ProUni a permis à 64 000 jeunes de faire des études. En quatorze mois, nous avons créé l'équivalent d'une Unicamp et d'une USP additionnés [université de Campinas et université de São Paulo, les deux principaux centres d'enseignement supérieur de l'Etat].

Le monde : Et en matière de redistribution des terres, avez-vous tenu vos promesses ?

Président Lula : En huit ans de gouvernement, mon prédécesseur a exproprié, au titre de la réforme agraire, 18 millions d'hectares. Moi, en trente-six mois, j'ai exproprié 22 millions. C'est dans le domaine social que nous avons accompli des choses d'une ampleur incommensurable, sachant que nous avons accumulé des siècles de négligence à l'égard de la population pauvre. Toutes les études montrent que la mortalité infantile a diminué, de même

que la malnutrition. Le nombre de pauvres a diminué de trois millions. Cela dit, nous avons accompli ce qui est je crois la plus grande conquête de mon gouvernement : à aucun moment dans l'histoire du Brésil l'économie n'a réuni autant de facteurs positifs. Lorsque nous sommes arrivés au pouvoir, nous n'avions pas de dollars pour financer nos importations. Aujourd'hui, nous avons remboursé le FMI [Fonds monétaire international], nous avons payé le Club de Paris [crédits], nous avons remboursé le moratoire de 1986, et il nous reste encore 61 milliards de dollars de réserves. Notre balance commerciale était déficitaire, elle est aujourd'hui excédentaire. Nos comptes courants étaient déficitaires, ils sont excédentaires. Le Brésil vendait des dollars pour essayer d'en faire baisser le cours, aujourd'hui nous en achetons pour en soutenir le cours. Nous sommes passés de 60 milliards de dollars d'exportations à 120 milliards en trois ans. Les salaires ont augmenté, le salaire minimum a augmenté, l'emploi a augmenté. Pendant quarante mois consécutifs, nous avons eu un indice positif d'emploi au Brésil. Jamais nous n'avons eu une telle quantité de crédit au Brésil, surtout celui destiné aux travailleurs et aux retraités. Lors de ma prise de fonctions, nous n'avions pas assez de dollars pour financer nos importations. C'est pour cela que je suis optimiste.

Beaucoup reste à faire, mais les bases sont consolidées pour que l'on puisse faire beaucoup plus. Vous savez, c'est difficile de gouverner parce qu'à 9 heures du matin entre quelqu'un dans mon bureau pour me dire : "président, il faut valoriser le taux de change, le dollar est très bas". Il y a des gens qui proposent un dollar bon marché pour l'importation et un dollar plus élevé pour l'exportation, un dollar pour l'agriculture et un dollar pour l'industrie... Et moi, qu'est-ce que je leur dis ? D'abord, qu'on ne fait pas une politique économique selon la convenance des uns ou des autres. La politique économique exige un comportement sérieux pour que tout le monde comprenne qu'il y a une normalisation des procédures. Rien n'est plus sûr que le change flottant.

Quel est le problème du taux de change flottant ? C'est qu'il fluctue, tantôt vers le bas, tantôt vers le haut. Il y a des gens qui aimeraient qu'il ne fluctue que d'un côté ! C'est là qu'il nous faut être patients, ne pas paniquer face à la "une" des journaux, ne pas se laisser irriter par les discours de l'opposition, compter jusqu'à 10, parfois même jusqu'à 20, et ne pas permettre que la nervosité passagère trouble la sérénité de ceux qui gouvernent. Parce que le Brésil est plein d'histoires fantastiques où une nuit, on annonce des mesures magiques et quelques jours plus tard, le peuple en fait les frais. La magie, ça n'existe pas.

Le monde : Si les fondements de l'économie sont assainis, le moment n'est-il pas venu de procéder à un saut qualitatif dans la redistribution des revenus ?

Président Lula : Il faut d'abord traiter la politique fiscale très sérieusement. Toute ma vie, j'ai appris que je ne pouvais dépenser que ce que mon salaire me permettait de payer. Au gouvernement, on ne peut dépenser que ce que l'on peut gagner. J'ai hérité d'une très grosse dette que nous essayons de diminuer, tout en respectant un excédent primaire de 4,25 %, parce qu'il est important de montrer à mes créiteurs que je suis responsable et que je paie mes dettes, ce dont je ne démordrai pas. Ensuite, il faut montrer que même avec une politique fiscale dure, on peut mener une politique sociale forte. C'est ce que nous faisons, car il se produit quelque chose que beaucoup de gens ne croyaient pas possible. Pendant des décennies, au Brésil on disait : "il faut croître pour distribuer". Mais nous, nous distribuons pour croître. Des programmes comme Bourse-Famille, comme le crédit populaire, les investissements dans les infrastructures des petites villes, engendrent du développement régional, génèrent des emplois et permettent progressivement d'améliorer les choses.

Le monde : En ce qui concerne l'économie, les programmes sociaux, l'éducation ou la sécurité publique, il y a des convergences entre vos réformes et le Parti social-démocrate brésilien [PSDB, opposition]. Comment expliquer que le PT et le PSDB soient dans des camps opposés, et que vous soyez allié à des petits

partis sans véritable consistance politique ?

Président Lula : La proximité entre le PT et le PSDB n'existe pas. Au début, on a prétendu me dire "c'est le même programme, il y a une continuité". S'il y avait eu continuité, l'inflation aurait atteint les 40 %, le risque-pays aurait grimpé. Il n'y a pas de rapport. Il y a certes des points communs avec des partis comme le PSDB ou le PMDB [Parti du mouvement démocratique brésilien, centriste], ou des partis de gauche plus petits. Mais ce que nous avons fait est une petite révolution, car nous avons modifié le cadre de l'économie brésilienne. J'ai même dressé un petit tableau pour montrer ce qui a augmenté ou diminué. Au Brésil, la distribution du revenu, le PIB, la création d'emplois formels, le salaire minimum, la masse salariale, ont augmenté.

L'équilibre fiscal, les augmentations salariales, la stabilité économique, les exportations, les importations, la balance commerciale, la production industrielle, l'épargne interne, le crédit, se sont améliorés. Et qu'est-ce qui a diminué ? L'inégalité sociale, la pauvreté, la faim, la malnutrition, le chômage, l'inflation, la dette extérieure, le risque-pays, la vulnérabilité extérieure, les taux d'intérêt, le nombre de faillites, ont diminué. Il n'existe donc pas de comparaison entre ce gouvernement et le précédent. La vérité nue et crue est qu'il y a une révolution silencieuse en cours : l'amélioration de la vie des habitants de ce pays. Les gens mangent davantage. Juste un petit chiffre. Depuis huit ans, le budget du goûter des écoles n'augmentait pas, il était de 13 centimes de real par écolier. Nous l'avons porté à 22 centimes, presque le double. Le 31 décembre, je veux comparer mes quarante-huit mois de gouvernement, en matière de politique sociale ou salariale, avec n'importe quel gouvernement de l'histoire du Brésil.

Le monde : Le PT a déçu après son arrivée au pouvoir, il a été impliqué dans des scandales de corruption. Quelles leçons en tirez-vous ?

Président Lula : Le PT payera ses errements, c'est inexorable. Mais il faudrait distinguer

les erreurs commises, dont la justice se saisira, du crime que les adversaires du PT lui attribuent. Le PT a commis des erreurs. Certaines personnes ont déjà été punies. Ceux qui étaient au gouvernement, je les ai éloignés ou ils sont partis. Le Congrès a tenu une commission parlementaire d'enquête (CPI), qui s'est prononcée sur certaines personnes. Le rapport de la CPI a été transmis au ministère public, qui l'a acheminé vers le pouvoir judiciaire. Je ne suis pas en mesure de dire si les accusations contre ces personnes seront prouvées. Mais je crois que beaucoup d'entre elles seront blanchies. De toute façon, le PT a une tâche immense : récupérer sa raison d'être pour continuer à être un parti puissant. Nous avons déjà vu des affaires de cet ordre au Parti communiste italien, au Parti socialiste français, au PSOE espagnol. Nous devons en tirer les leçons et éviter que des membres du parti commettent ces erreurs à nouveau.

Le monde : Une dernière question à propos du championnat mondial de football. La sélection brésilienne est-elle une équipe de stars ou une équipe qui va gagner ?

Président Lula : Notre entraîneur a convoqué ce que le Brésil a de mieux. Si on prend en compte juste l'histoire et ce que chaque joueur brésilien peut jouer, il y a une perspective très favorable pour que le Brésil soit à nouveau champion mondial. Mais il ne suffit pas d'avoir la meilleure sélection ou les meilleurs joueurs, car l'histoire montre aussi que des équipes considérées favorites ont été éliminées lors de la première phase : la France et l'Argentine en 2002, le Brésil en 1950, 1982 et 1986. Il y a des moments de l'histoire où les favoris ne gagnent pas. Je dis toujours que si les joueurs brésiliens sont physiquement préparés et psychologiquement motivés – car ce sera la dernière Coupe de beaucoup d'entre eux –, et qu'ils se mettent dans la tête, comme la sélection de 1970, qu'il est important de gagner, que c'est leur dernière opportunité, alors j'estime que nous avons beaucoup de chances. Mais en matière de football, il vaut mieux attendre le début du championnat.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac (Brasília, em 25.5.2006)

Excelentíssimo Senhor Jacques Chirac, Presidente da República Francesa,

Senhoras e senhores Ministros de Estado integrantes da comitiva da França e do Brasil,

Senhores e senhoras jornalistas,

Amigos brasileiros e amigos franceses,

A visita do Presidente Chirac é oportunidade para consolidar uma parceria privilegiada que foi lançada durante minha visita a Paris, em julho de 2005. É uma oportunidade para retomarmos e aprofundarmos assuntos da pauta bilateral, bem como de alcance regional e internacional.

Temos tido na França um importante aliado no encaminhamento de questões internacionais cruciais. Sabemos que somente um mundo multipolar, com instituições multilaterais renovadas, pode fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Queremos um mundo mais democrático, baseado no diálogo e na cooperação internacional. Acreditamos que a construção de um mundo mais justo e estável passa pela prioridade das questões sociais.

Temos visões convergentes em temas como a reforma da ONU. O Brasil acredita que a França, pelos seus laços históricos e humanos, pode desempenhar papel importante na reconstrução econômica e social da Nação haitiana.

Em Genebra lançamos, em 2004, junto com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Lagos, do Chile, a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, à qual se associaram posteriormente numerosos chefes de Estado e de Governo.

Estamos trabalhando com outros países na adoção de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais. Com os recursos arrecadados, lançaremos uma Central Internacional de Compra de Medicamentos, para tornar mais acessíveis medicamentos contra a Aids, malária e

tuberculose, as três doenças que mais afetam os países pobres.

Nossa parceria é exemplo de como países desenvolvidos e em desenvolvimento podem trabalhar juntos em favor das nações mais pobres. Esse esquema de cooperação tem se beneficiado das reuniões do G-8 ampliado, com a participação de países emergentes, iniciativa pioneira tomada pelo Governo francês na Cúpula de Evian, em 2003.

Quero agradecer, mais uma vez, o apoio da França ao ingresso do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estamos estabelecendo um mecanismo de consultas políticas reforçado, com reuniões regulares de alto nível. Nossa parceria ganhou impulso com a criação de grupos de trabalho sobre temas estratégicos, com conteúdo de alta tecnologia, tais como energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear e tecnologias espaciais.

Estamos adotando hoje uma declaração conjunta que expressa o interesse da França em associar-se ao Brasil para desenvolver o mercado internacional de etanol e disseminar tecnologias para a produção de biocombustíveis em países da África e do Caribe. Vamos apresentar conjuntamente essa proposta na próxima reunião do G-8.

Nosso comércio bilateral mais do que dobrou nos últimos 10 anos. Nos últimos 3 anos, cresceu mais de 60%, ultrapassando 5 bilhões de dólares, em 2005. A França é hoje o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil. Queremos que volte a ocupar posição de muito mais destaque. Também temos interesse em trabalhar juntos por um acordo entre o Mercosul e a União Européia. Queremos encontrar um denominador comum, justo e equilibrado, que permita um resultado ambicioso na rodada de Doha, em benefício sobretudo de países mais pobres, e que fortaleça o multilateralismo.

Assinamos, em 2005, um acordo para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que ligará o Amapá à Guiana Francesa. O acordo já foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. E sei

que contaremos com o apoio do presidente Chirac para sua pronta aprovação pelo legislativo francês. Será uma ponte que ajudará a estreitar a cooperação na região fronteira e a reforçar a integração física de toda a América do Sul.

Para melhorar ainda mais nosso diálogo, estamos adotando iniciativas para estimular o ensino do português na França e do francês no Brasil, bem como o intercâmbio acadêmico. Também queremos intensificar nossa cooperação em temas ligados à defesa, que vão desde pesquisa e desenvolvimento, treinamento conjunto, intercâmbio de instrutores e cooperação em pesquisa e desenvolvimento.

Um bom exemplo dessa cooperação é a implantação de uma fábrica, em São José dos Campos, para produzir fuselagens de helicópteros para a comercialização em nível mundial. Para coroar a aproximação entre nossos dois países e, sobretudo, entre brasileiros e franceses, estamos anunciando a realização, em 2009, do “Ano da França no Brasil”. Estou certo de que, assim como o “Ano do Brasil na França”, superará todas as expectativas.

Também não colocamos no protocolo – porque não era possível colocar – a intenção de que o Brasil e a França façam a final da Copa do Mundo de 2006, e como a França ganhou em 1998, que agora é a vez de o Brasil ganhar, em 2006. O Presidente Chirac não se colocou muito de acordo, disse que ia pensar e vamos aguardar o resultado.

Muito obrigado.

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Deber” (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 28.5.2006)

Durante su breve paso por Santa Cruz de la Sierra, tras reunirse con el presidente Evo Morales en La Paz, el Canciller brasileño hizo un breve repaso de la política exterior que dirige desde hace cuatro años. Habló sobre Bolivia, Sudamérica y la agenda que el Gobierno de Lula impulsa en la región

Escala. AMORIM en Viru Viru. Su aviación

repostó antes de seguir viaje a Brasília

El Deber: En el vecindario sudamericano, hay vecinos grandes y pequeños. ¿Cree Ud. que de alguna manera, lo sucedido en Bolivia, con la nacionalización de los hidrocarburos, tiene un nivel de relación con las quejas de Uruguay y Paraguay sobre las asimetrías en el Mercosur?

Celso Amorim: La situación de Bolivia es diferente, tiene razones históricas, psicológicas y sociales, sentimientos de expoliación de los recursos naturales en el pasado. No es nuestra manera de relacionarnos con el exterior, pero comprendemos que exista eso, aunque no podemos interiorizar la culpa por algo que no hemos hecho.

Tenemos que comprender, pero al mismo tiempo actuar dentro de una perspectiva de objetivo. Los términos de la declaración de Puerto Iguazú (tras la cumbre de presidentes de Bolivia, Brasil, Argentina y Venezuela) son muy felices con respecto al precio del gas y se pueden aplicar más ampliamente. La solución tiene que ser equitativa y tiene que viabilizar los emprendimientos. Si no cumple con uno o con el otro, no sirve. Tiene que abarcar los dos.

En el caso de Uruguay y Paraguay, que hace tiempo son socios plenos del Mercosur, ellos tienen cierta razón en quejarse. No es que haya culpa en los otros miembros (Brasil y Argentina), pero el hecho es que no hemos logrado, como bloque – y tal vez ellos tampoco por su cuenta –, estimular su capacidad productiva. Pero no fue por falta de voluntad: hubo eliminación de tarifas, concesión de reglas de origen más flexibles para los países menores, facilitación de listas de excepción para permitirles comprar bienes de capital y facilitar las inversiones. Todo eso se hizo. Y con el Gobierno Lula, introdujimos la noción de “asimetría”, pero no fue suficiente, porque en economía existen las “externalidades”, las realidades de los otros países, que condicionan la puesta en práctica de cualquier medida, y la condicionan hasta el final. Se invierte más en Sao Paulo porque tiene la mano de obra ya entrenada, o porque las carreteras ya están listas.

Ahora hemos despertado a eso, se ha creado el Fondo de Reajuste Estructural del Mercosur es importante, pero sobre todo el desarrollo de políticas de financiamiento para los países más chicos es crucial. No es fácil ni simple. Brasil tiene un Banco de Desarrollo grande, pero sus reglamentos son hechos para atender a los estados de Brasil, no a los vecinos en el Mercosur. Toma un tiempo resolver y adecuar esos temas. Progresivamente se está formando una cultura de que es necesario hacerlo. Espero que los países pequeños nos tengan paciencia.

El Deber: El Estado boliviano ha tenido una relación fuerte con Brasil, pero ahora da un viraje hacia Venezuela, ¿está usted de acuerdo?

Celso Amorim: Cualquier cooperación que llegue a Bolivia y le ayude a resolver sus problemas es bienvenida, no nos vamos a poner paranoicos por eso. Tenemos una muy buena relación con Venezuela, Brasil fue clave para la creación del Grupo de Amigos de Venezuela. Económicamente, hemos hecho grandes negocios con y en Venezuela. No es un motivo de preocupación. Bolivia y Brasil tienen una relación de complementariedad que se intensifica por la proximidad, pero puede ser complementada con otras, no es excluyente.

El Deber: ¿Existe realmente una izquierda de Lula y una izquierda de Chávez?

Celso Amorim: Hay muchas izquierdas, así como hay muchas derechas. Por estas gradaciones, a veces alguien parece más de izquierda que otro con relación a un tema y no con respecto a otro. Lo que interesa es el compromiso con la reforma social y el progreso de los pueblos. La manera de alcanzarlos depende de la complejidad del país. Brasil, por ejemplo, tiene una economía muy compleja, hay una clase empresarial muy activa, entonces, ser de izquierda en Brasil, es necesariamente un poco diferente que ser de izquierda en otro país.

El Deber: Como jefe de la política exterior de Brasil, ¿prefiere el Área de Libre Comercio de América (ALCA) o la Alternativa Bolivariana de

América (ALBA)?

Celso Amorim: Entre una y otra, me quedo con el “Alcsa”, el Área de Libre Comercio de Sudamérica (risas). No se puede ignorar que el comercio juega un papel muy importante. Antes decía que en Brasil los empresarios privados representan una parte clave de nuestra economía. En el fondo la capacidad de generar negocios y empresas no puede ser un proyecto político desconectado de la realidad económica. Dije “Alcsa” un poco en broma, pero cuando la Comunidad Sudamericana de Naciones forje acuerdos de libre comercio, o si pudiéramos reforzar el Mercosur para que trabaje mejor como una unión aduanera.

El Deber: Eso puede significar absorber a la Comunidad Andina de Naciones (CAN)...

Celso Amorim: No sé si sea posible absorber a la CAN entera, y no sé si sea necesariamente un objetivo, pero estamos negociando la entrada de Venezuela como un gran refuerzo para el Mercosur. De ahí partiremos para alcanzar un arancel externo común, lo que nos permitirá negociar con otros bloques en mejores condiciones.

Por ahora con los demás países de la CAN tenemos acuerdos de libre comercio, que son útiles porque permiten aumentar nuestro relacionamiento, eso sucede con Colombia y con Perú, con Bolivia también, pero la relación se centra ahora en el gas. Pero se trata de acuerdos bilaterales que no nos dan la posibilidad de negociar con otros bloques. Por eso el arancel externo común o la unión aduanera serían un valor estratégico más profundo. Lo que sucedió en Europa fue una integración en dos velocidades.

El Deber: Después de la cumbre entre la Unión Europea y América Latina se habló de un supuesto fracaso del Mercosur en avanzar en la negociación de un TLC con los europeos. Pero Brasil tiene otras razones para no negociar desde ya...

Celso Amorim: Le estamos dando prioridad a la conclusión de las negociaciones sobre liberación del comercio en la Organización Mundial del Comercio (OMC), porque lo que nos afecta

negativamente son los subsidios agrícolas. Eso sólo se podrá resolver en la OMC, no hay manera de resolver eso bilateralmente ni con EEUU ni con la Unión Europea (UE). Si vencemos esa etapa, creo que estaremos en condiciones de tener un progreso relativamente rápido con la UE. La gente siempre trata de buscar problemas en donde no los hay, pero son negociaciones complejas, si quisiéramos firmar cualquier acuerdo lo hubiéramos hecho en 2002. Pero queremos un pacto bueno para el Mercosur, que garantice su desarrollo industrial y tecnológico. Que no sea sólo un compromiso de abrir nuestros mercados sin la contrapartida correspondiente.

El Deber: ¿Cómo ve los próximos dos o tres años, cuáles son los problemas y las expectativas?

Celso Amorim: Si pudiera dar una respuesta hasta fin de año ya sería una gran cosa. El desafío es el multilateralismo, no sólo para Brasil sino para el mundo. Si no resolvemos el tema del multilateralismo en el comercio, ¿cómo podremos resolver el multilateralismo en temas como el desarme, el terrorismo, la no proliferación de armas nucleares?. La gran tarea es la OMC y la ronda de Doha, esa es la vía. Luego podremos avanzar en la negociación con la UE o con EEUU. No somos refractarios al ALCA, pero las cosas tienen que ir en términos adecuados. No puede haber un ALCA en el que entren los temas de interés de EEUU y no los nuestros.

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “La Prensa” (Santa Cruz de la Sierra, em 28.5.2006)

Durante su breve paso por Santa Cruz de la Sierra, tras reunirse con el presidente Evo Morales en La Paz, el canciller de Brasil, Celso Amorim, hizo un repaso de la política exterior que dirige desde hace cuatro años. Habló sobre Bolivia, Sudamérica y la agenda que el Gobierno de Lula impulsa en la región.

La Prensa: En el vecindario sudamericano,

hay vecinos grandes y pequeños. ¿Cree Ud. que de alguna manera, lo sucedido en Bolivia, con la nacionalización de los hidrocarburos, tiene un nivel de relación con las quejas de Uruguay y Paraguay sobre las asimetrías en el Mercosur?

Celso Amorim: La situación de Bolivia es diferente, tiene razones históricas, psicológicas y sociales, sentimientos de expoliación de los recursos naturales en el pasado. No es nuestra manera de relacionarnos con el exterior, pero comprendemos que exista eso, aunque no podemos interiorizar la culpa por algo que no hemos hecho.

Tenemos que comprender, pero al mismo tiempo actuar dentro de una perspectiva de objetivo. Los términos de la declaración de Puerto Iguazú (tras la cumbre de presidentes de Bolivia, Brasil, Argentina y Venezuela) son muy felices con respecto al precio del gas y se pueden aplicar más ampliamente. La solución tiene que ser equitativa y tiene que viabilizar los emprendimientos. Si no cumple con uno o con el otro, no sirve. Tiene que abarcar los dos.

En el caso de Uruguay y Paraguay, que hace tiempo son socios plenos del Mercosur, ellos tienen cierta razón en quejarse. No es que haya culpa en los otros miembros (Brasil y Argentina), pero el hecho es que no hemos logrado, como bloque – y tal vez ellos tampoco por su cuenta –, estimular su capacidad productiva. Pero no fue por falta de voluntad: hubo eliminación de tarifas, concesión de reglas de origen más flexibles para los países menores, facilitación de listas de excepción para permitirles comprar bienes de capital y facilitar las inversiones. Todo eso se hizo. Y con el Gobierno Lula, introdujimos la noción de “asimetría”, pero no fue suficiente, porque en economía existen las “externalidades”, las realidades de los otros países, que condicionan la puesta en práctica de cualquier medida, y la condicionan hasta el final. Se invierte más en Sao Paulo porque tiene la mano de obra ya entrenada, o porque las carreteras ya están listas.

Ahora hemos despertado a eso, se ha creado el Fondo de Reajuste Estructural del Mercosur es

importante, pero sobre todo el desarrollo de políticas de financiamiento para los países más chicos es crucial. No es fácil ni simple. Brasil tiene un Banco de Desarrollo grande, pero sus reglamentos son hechos para atender a los estados de Brasil, no a los vecinos en el Mercosur. Toma un tiempo resolver y adecuar esos temas. Progresivamente se está formando una cultura de que es necesario hacerlo. Espero que los países pequeños nos tengan paciencia.

La Prensa: El Estado boliviano ha tenido una relación fuerte con Brasil, pero ahora da un viraje hacia Venezuela, ¿está usted de acuerdo?

Celso Amorim: Cualquier cooperación que llegue a Bolivia y le ayude a resolver sus problemas es bienvenida, no nos vamos a poner paranoicos por eso. Tenemos una muy buena relación con Venezuela, Brasil fue clave para la creación del Grupo de Amigos de Venezuela. Económicamente, hemos hecho grandes negocios con y en Venezuela. No es un motivo de preocupación. Bolivia y Brasil tienen una relación de complementariedad que se intensifica por la proximidad, pero puede ser complementada con otras, no es excluyente.

La Prensa: ¿Existe realmente una izquierda de Lula y una izquierda de Chávez?

Celso Amorim: Hay muchas izquierdas, así como hay muchas derechas. Por estas gradaciones, a veces alguien parece más de izquierda que otro con relación a un tema y no con respecto a otro. Lo que interesa es el compromiso con la reforma social y el progreso de los pueblos. La manera de alcanzarlos depende de la complejidad del país. Brasil, por ejemplo, tiene una economía muy compleja, hay una clase empresarial muy activa, entonces, ser de izquierda en Brasil, es necesariamente un poco diferente que ser de izquierda en otro país.

La Prensa: Como jefe de la política exterior de Brasil, ¿prefiere el Área de Libre Comercio de América (ALCA) o la Alternativa Bolivariana de América (ALBA)?

Celso Amorim: Entre una y otra, me quedo

con el “Alcsa”, el Área de Libre Comercio de Sudamérica (risas). No se puede ignorar que el comercio juega un papel muy importante. Antes decía que en Brasil los empresarios privados representan una parte clave de nuestra economía. En el fondo la capacidad de generar negocios y empresas no puede ser un proyecto político desconectado de la realidad económica. Dije “Alcsa” un poco en broma, pero cuando la Comunidad Sudamericana de Naciones forje acuerdos de libre comercio, o si pudiéramos reforzar el Mercosur para que trabaje mejor como una unión aduanera.

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista “Exame” (Brasília, em 1º.6.2006)

“Crescer e diversificar”

Chanceler aponta aumento nas exportações como exemplo de sucesso da política externa brasileira

Por Gustavo Paul

O Chanceler Celso Amorim admite que o Brasil cometeu alguns erros em sua política externa, mas mantém a confiança de que o país está no caminho certo. Para ele, o crescimento nas exportações, principalmente com nossos vizinhos, é prova disso.

Revista Exame: O Brasil pleiteou as presidências da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e não levou, vê distanciar sua pretensão de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, as negociações para Alca e com a União Européia andam devagar ou estão paradas, o Mercosul está vivendo seu pior momento e o governo foi surpreendido pela decisão da Bolívia de nacionalizar seus recursos naturais com tropas nas refinarias da Petrobras. A política externa do governo fracassou?

Celso Amorim: Não há fracasso na política externa brasileira. Curiosamente, duas pesquisas de

opinião recentes diziam que as intenções de voto no presidente Lula subiram por causa da viagem à Inglaterra e, depois, não desceram, apesar da Bolívia. Quando isso acontecia no passado? Dizer que o Brasil perdeu prestígio na OMC é uma bobagem. Era melhor ganhar a eleição? Era. Mas não acho que nada disso tenha sido grave. O presidente do BID esteve não sei quantas vezes no Brasil desde que foi eleito, que é uma clara demonstração da importância que o país tem. A Comunidade Sul-Americana de Nações está avançando, mas as turbulências por que a América do Sul passa não estão sob nosso controle. É como dizer que o Governo turco ou Governo iraniano estão com problemas por que ocorreu um terremoto. Não podemos controlar a geologia, nem a física, nem a política. Ela ocorre. O fato de termos o padrão de diálogo que temos hoje nos permitiu encaminhar conflitos. Passou despercebido, mas há um ano houve um momento muito tenso na relação entre Colômbia e Venezuela e o Brasil ajudou muito a acomodar, conversando sem nenhum aspecto ideológico. Somos amigos do Presidente venezuelano Hugo Chávez, mas também somos amigos do Presidente colombiano Álvaro Uribe. Em relação ao Conselho de Segurança não tivemos um revés. A questão é que há um grupo muito grande de países, sendo que alguns se declaram candidatos a membros permanentes, que é o caso da Alemanha, do Japão, do Brasil e da Índia. Até membros atuais do Conselho apoiam essa reforma. Mas há dificuldades e não é uma coisa que se resolve em um dia. Fazer uma reforma na ONU é muito complicado e alguns países têm poder de veto. Mas essa reforma vai acontecer. Se vai ser nesse governo ou no próximo eu não sei. Eu sinto que a postulação brasileira está em outro patamar. Há 10 anos, só se falava em Alemanha e Japão como membros permanentes. Hoje em dia, os próprios alemães e japoneses sabem que sem Brasil e Índia eles não entram.

Revista Exame: Quais foram as lições apreendidas pela diplomacia brasileira?

Amorim: Sou muito sincero e acho que o Brasil cometeu um erro ao ter dois candidatos ao

mesmo tempo para a OMC e para o BID, que são dois órgãos muito importantes. Mas essas coisas não dependem só de decisões de Estado. Elas acontecem, existem expectativas. Isso é uma lição. Tínhamos uma preocupação muito grande com a rodada Doha da OMC e o Brasil é liderança do G-20, grupo que reúne os principais produtores agrícolas. E era importante que tivéssemos um diretor geral da OMC que pudesse ajudar nesse processo. Mas acho que o Pascal Lamy está indo muito bem. A própria candidatura brasileira ajudou a colocar a discussão na OMC nos termos que ela devia: maior participação dos países em desenvolvimento, maior transparência. Enfim, o Brasil é parte do cenário internacional de uma maneira que nunca foi.

Revista Exame: Qual é o horizonte da atual política externa?

Amorim: Acho que ela continuará e terá de ser aprofundada. As pessoas chamavam de exagero a nova geografia comercial proposta pelo Governo federal. As exportações brasileiras estão crescendo, mas isso não é mágica. Para onde elas estão crescendo mais? Para os países que foram declarados prioritários por nossa política externa. Os números são impressionantes. A Venezuela, por exemplo, se transformou no 10º parceiro comercial do Brasil, acima do Reino Unido e da França. Em 2002, no primeiro quadrimestre, exportávamos 300 milhões de dólares para eles e agora exportamos 1 bilhão de dólares. Para a Rússia as exportações também passaram de 270 milhões de dólares no primeiro quadrimestre de 2002 para 840 milhões de dólares este ano. Não estamos falando de coisas ideológicas, mas de questões práticas.

Revista Exame: Uma das principais críticas que se faz à política externa é a de que ela abandonou uma linha pragmática, em troca de uma linha de atuação mais ideológica. O que o senhor acha dessa crítica?

Amorim: É uma ilusão pensar que alguma pessoa em qualquer lugar não faz política. E não é nada de ideológico, nada de simpatia. Nesse contexto de crescente exportações brasileiras, a

América Latina já é maior que a União Européia. É o maior grupo para onde vão as exportações. E a América do Sul, onde temos posto muita ênfase, é maior do que os Estados Unidos. É algo impressionante em um contexto em que tudo tem crescido. O que isso tem de ideológico? Eu não sei. As pessoas aqui é que ficaram na década de 70. Elas vêm com uma ótica errada.

Revista Exame: Mas o Brasil não deveria dar mais atenção aos parceiros tradicionais, como Europa e Estados Unidos?

Amorim: As exportações para os Estados Unidos também são recorde histórico. O Presidente Lula esteve nos Estados Unidos e teve uma visita de trabalho excelente. O Presidente Bush esteve aqui e foi uma excelente visita de trabalho. Os negócios e investimentos estão aumentando. Não me lembro de ter havido um encontro de empresários tão grande como o do Presidente Lula em Genebra, com empresários europeus, e depois em Nova York com empresários americanos. Não abandonamos os Estados Unidos e a Europa, que aumentaram suas compras de produtos brasileiros: mas os outros aumentaram mais ainda. Países árabes e africanos, juntos dão quase 10% de nossas exportações. Vendemos aviões para Arábia Saudita, ônibus para o Qatar, carne para Argélia, em uma proporção inédita. Tem muito empresário ganhando dinheiro com isso.

Revista Exame: O Uruguai já manifestou interesse em ter acordos paralelos ao Mercosul, particularmente com os Estados Unidos e, caso isso ocorra, existe o risco de eles saírem da condição de membros efetivos do bloco. O que significaria isso?

Amorim: Não creio que isso aconteça, mas a vida é cheia de riscos. Também acho que será uma decisão soberana do governo uruguaio, se quiser fazer isso. Em conversas que tive com governantes uruguaio me pareceu que eles não desejam que isso ocorra. Mas, as queixas deles têm procedência. O Presidente Lula, em um discurso em Puerto Iguazú, na Argentina, admitiu que há um mal estar no Mercosul, sobretudo provindo dos países pequenos.

Ele disse que a expectativa do Mercosul não se cumpriu para eles. Não há como negar.

Revista Exame: Então para esses países não seria melhor seguir o exemplo do Chile e do México e firmar acordos de livre comércio com outros países?

Amorim: Eles teriam um ganho hoje, mas seriam ignorados no futuro. Fomos à Índia e fizemos um acordo de preferências, caminhando para livre comércio com a Índia. O que defendemos? Para nós nada, mas para os indianos darem cotas para a compra da soja do Paraguai. Estamos abrindo oportunidades. Os Estados Unidos só vão fazer um acordo de livre comércio com o Uruguai se for para nos chatear. E acho que eles não tem esse espírito. Mas já disse várias vezes que se tiver alguma maneira de os americanos darem uma preferência ao Uruguai, vamos aceitar. Mas se o Uruguai tiver que dar em troca, aí complica. É incompatível. Não é uma questão de querer ou não querer. Não dá. Se Portugal quiser fazer um acordo com o Canadá terá que sair da União Européia.

Revista Exame: E qual será a solução para esse impasse?

Amorim: Para cumprir a promessa do Mercosul é preciso ter uma política industrial que inclua o bloco, que tenha uma política tecnológica, voltada principalmente para os menores. É preciso uma política industrial ativa. Tudo que Paraguai e Uruguai nos pediram para considerar, dentro dos limites do que era razoável em uma união aduaneira, fizemos. Os uruguaio e paraguaio sabem disso. Mas não foi suficiente para promover investimentos importantes para esses países. Acho que para isso vai ser preciso financiamentos, tem que usar compras governamentais. Permitir, por exemplo, empréstimos do BNDES para empresas brasileiras que atuam em algum setor no Uruguai ou no Paraguai. Se não fizermos isso, eles não vão mudar a estrutura produtiva e continuarão dependendo de um ou dois produtos. Temos que entender isso. Aí tem que lutar contra resistências culturais internas. As pessoas não percebem. Acham que o Brasil

pode viver sozinho. Não pode.

Revista Exame: Mas o Brasil fez recentemente várias concessões aos argentinos, o que causou insatisfação nos empresários locais. Participar do bloco ainda faz sentido?

Amorim: Nossas exportações para a Argentina estão batendo recordes de novo. Eu entendo a questão dos empresários. Não menosprezo. Estou vendo pedidos da indústria para ver o que podemos fazer na questão dos moinhos, das farinhas, com a Argentina. Não sei se vou poder resolver. Vamos tentar ver. A verdade é que não só as exportações estão recordes com a Argentina e nosso superávit está cada vez maior. Ninguém mais fala daquela briga. Entregar tudo é jogar fora a galinha dos ovos de ouro. A Argentina é o segundo parceiro comercial do Brasil. O que é bom não se comenta.

Revista Exame: Qual é o futuro do Mercosul?

Amorim: A expansão está se realizando pela Venezuela, cujo ingresso como membro efetivo vai ser ratificado em junho. É um grande mercado. Vai dar uma configuração importante para o bloco. A presença de países pequenos é importante, porque dá legitimidade política. Ela mostra que o Mercosul não é só uma coisa para ganhar dinheiro; é também, mas é principalmente um esforço de organização política da região.

Revista Exame: A entrada da Venezuela no Mercosul não introduz um elemento político que pode ser ainda mais perturbador ao bloco? O que significa a entrada de Hugo Chávez no Mercosul?

Amorim: Não concordamos com tudo com que o presidente Chávez diz, nem ele concorda com tudo que a gente diz ou faz. Mas dialogamos com clareza e com franqueza e acho que isso tem ocorrido com frequência. A Venezuela é um país importante – ter no Mercosul um dos maiores produtores de petróleo no mundo e uma das maiores bacias de gás é importante. Como isso vai se acomodar totalmente eu não sei. Haverá diferenças, é óbvio. Mas é natural. A frase que costumo repetir é que a integração não é

uma escolha, a forma de integração é que é uma escolha. Vamos nos integrar pelo comércio, pela tecnologia, por uma política industrial ativa, pela energia ou vamos nos integrar pelo narcotráfico, pela guerrilha, pelo contrabando? É claro que o presidente Chávez continuará fazendo a política que ele quiser. É um país soberano.

Revista Exame: O Itamaraty não escondeu sua irritação com o convite feito pelo Governo venezuelano para que empresas brasileiras participem de projetos na Bolívia. O convite sugere pressão do Governo Chávez sobre empresas brasileiras que atuam naquele país?

Amorim: Não acredito que a coisa tenha sido feita com intuito maquiavélico ou diabólico. Nada disso. Acho que o Presidente Chávez muitas vezes age com grande entusiasmo. Temos que fazer a coisa direito, pensar o conjunto. Tem que ser uma coisa pensada, organizada, orgânica e ele, às vezes, se impacienta, acha que somos burocráticos.

Revista Exame: O que as empresas devem fazer para evitar esse tipo de assédio? Devem ter o aval do Itamaraty?

Amorim: O mundo é cheio de riscos. Costumo repetir que petróleo não dá na Torre Eiffel, em Paris, e manganês não dá na Quinta Avenida, em Nova York. Então, temos que sair pelo mundo e esses lugares têm estabilidades diferentes. E para isso temos que ter uma diplomacia ainda mais atuante. O Itamaraty tem que ser maior, tem que ter mais embaixadas, mais gente, para atender as empresas. Esse convite não é algo anormal, mas temos que ser juízes da oportunidade. À medida que as empresas brasileiras se multinacionalizam, você precisa cada vez mais de uma boa coordenação entre esses interesses empresariais e os interesses do Estado. Nós as apoiamos, elas recorrem a nós e têm de seguir um pouco a nossa visão.

Revista Exame: Nos últimos meses parece crescer uma onda nacionalista no continente. Quais são as garantias que o Governo brasileiro pode dar às empresas brasileiras que atuam no exterior?

Amorim: Cada vez mais tem que haver um entrosamento. Precisamos ter troca de informações, até de análise política, das tendências. Sempre apoiamos o que podemos apoiar, mas temos que respeitar a legislação e as decisões soberanas dos países e temos depois de tratar que nossas empresas sejam também respeitadas. É o que temos feito. Não posso impor a um país que ele tenha investimentos brasileiros. Se ele não quiser, terá que compensar ou deixar que isso seja resolvido de maneira adequada. É apoio consular e apoio político. Se não for manter o investimento, tem que achar uma saída positiva.

Revista Exame: Outros países afetados pelas medidas de nacionalização das recursos naturais da Bolívia condenaram essa ação e imediatamente se mobilizaram para buscar o ressarcimento dos prejuízos juntos aos órgãos competentes do comércio mundial. Por que o Brasil adotou um caminho diametralmente oposto?

Amorim: As pessoas tiram as críticas eu não sei de onde. Os bolivianos sabem e está até no memorando do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, com o ministro deles, de maneira mais específica, que vamos recorrer. São fóruns internacionais, como o de Nova York no caso da disputa internacional em relação a preço. Há outro fórum, de Paris, no caso de acordo de investimentos. Mas é a empresa que tem que ir. Os bolivianos entenderam isso. A maneira com que fui recebido na Bolívia em maio é uma demonstração. Estive com cinco ou seis ministros. Já fui várias vezes à Bolívia e nunca vi tantos ministros em um mesmo dia. Acho que houve um entendimento claro que queremos uma relação respeitosa e madura, mas queremos que respeitem nossos interesses. Tenho certeza de que vamos encontrar uma solução.

Revista Exame: Quais as lições que esse episódio pode trazer para a atual política diplomática brasileira?

Amorim: Às vezes, é preciso esperar um pouco de tempo para poder refletir. Hegel diz que a coruja de minerva só se levanta quando o sol se põe.

O sol ainda não se pôs. A lição não é dizer que a política de integração latino-americana está errada. Sem entrar no mérito, as pessoas falam que não é bom que o Presidente Chávez, ou quem quer que seja, tenha uma influência muito grande junto ao Governo boliviano. Supondo que isso seja verdade, o que temos que fazer? Afastar a Bolívia? Dar as costas para ela ou procurar o diálogo?

Revista Exame: Quais os cenários com que o Itamaraty trabalha no episódio Bolívia? Caso Morales continue reticente sobre a questão das indenizações, quais as medidas que o governo brasileiro estuda adotar?

Amorim: Temos que trabalhar pela estabilidade da região. Claro que se optássemos por fazer um gesto eleitoral para agradar uma parte da opinião pública brasileira, falando uma coisa violenta contra a Bolívia e o presidente Evo Morales, poderia até agradar. Mas teria dado resultado? Estamos no caminho correto.

Revista Exame: Muitos defendem hoje que o Brasil deve se afastar de Venezuela e Bolívia e, ao mesmo tempo, reforçar seus laços com as economias de Chile, Uruguai e México. O que o senhor acha dessa tese?

Amorim: Uma coisa não exclui a outra. Pelo contrário, até se complementam e se ajudam. É bom lembrar que a maior fronteira do Brasil é com a Bolívia. O chanceler chileno fará em breve uma visita ao Brasil, que promete ser muito boa. Tanto para o Chile quanto para a Venezuela nosso comércio cresceu.

Revista Exame: As negociações da Rodada de Doha da OMC caminham com muitas dificuldades e corre-se o risco de não haver acordo sobre corte de tarifas e subsídios agrícolas. Isso significaria o fracasso da rodada?

Amorim: Está difícil. Os países ricos não estão vendo o problema que existe, que é muito mais do que comercial. Está ligado à estabilidade, ao combate à pobreza, e assim, até o combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Não houve uma

percepção plena em torno disso. Eles não estão fazendo as concessões necessárias e estão querendo, digamos, extorquir os países em desenvolvimento com concessões enormes ou usar a impossibilidade de esses países fazerem essas concessões no grau que eles desejam como pretexto para não fazer o que eles têm que fazer. Nós estamos dispostos a fazer nossa parte e faremos, mas tem que ter uma noção de proporcionalidade. Quando falamos da agricultura, no caso deles, a agricultura européia tem apenas 1% da mão de obra, mas a indústria no Brasil emprega 35%. Não se pode esperar que haja uma coisa equivalente. Eles tem que fazer, sim, os maiores sacrifícios políticos.

Revista Exame: Se fracassar a Rodada de Doha?

Amorim: Vai ser muito ruim para o mundo, em primeiro lugar. Para o Brasil também, pois estamos inseridos no comércio internacional de maneira capilar, com uma distribuição equilibrada e homogênea. Poucos países no mundo têm esse tipo de distribuição de comércio. Para nós não há alternativa. O México teria os parceiros da Nafta, por exemplo. A coisa que mais fere o comércio internacional são os subsídios e eles só podem ser resolvidos na OMC. Se não tiver esse acordo, vamos cair no acordo bilateral, no acordo regional. Sobreviveremos, mas para o mundo não é bom e, sendo assim, não é bom para o Brasil.

Revista Exame: O Brasil terá de voltar às negociações da Alca e com a União Européia em posição menos vantajosa, já que o governo elegeu a OMC como principal fórum de negociações?

Amorim: Eu não vou fazer essa previsão agora. Eu vou tratar disso quando acontecer.

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Clarín” (Buenos Aires, em 18.6.2006)

LOS DESAFIOS DE LA INTEGRACIÓN
ENTREVISTA EXCLUSIVA AL CANCELLER DE

BRASIL, CELSO AMORIM

Pidió no dramatizar el conflicto entre Uruguay y Argentina. “La cuestión está encaminada”, dijo. Sostuvo que el ingreso de Venezuela es algo positivo. Y que la relación con Buenos Aires está en un gran momento.

Marcelo Cantelmi

La primera palabra del Canciller brasileño, Celso Amorim, es una felicitación por el 6-0 del seleccionado argentino en Alemania. “Los goles fueron magníficos”, le dice al periodista y elogia la coordinación del equipo. “¿Será esa cualidad un buen ejemplo para nuestros países?”, le lanza Clarín. Amorim sonríe y asiente con la cabeza.

Ha llegado como parte de una gira que incluye Uruguay y Paraguay preparatoria para la asunción de la presidencia pro t mpore del Mercosur en la cumbre de Córdoba de fines de julio. En la Embajada de Brasil, en la residencia de la calle Arroyo, recibí a Clarín para una entrevista exclusiva en la que negó que el conflicto de las papeleras pusiera en peligro al organismo regional. O que la retórica del nuevo integrante venezolano pudiera producir fricciones en el futuro.

Clarín: Brasil y Argentina tienen hoy una relación muy estrecha, pero el Mercosur muestra en cambio zonas de gran inestabilidad como el conflicto de las papeleras.  Hasta qué punto hay peligro?

Celso Amorim: Peligros siempre hay. Pero creo que el conjunto de las fuerzas en el Mercosur siguen fuertes. La relación Brasil-Argentina está mejor que en muchos otros momentos. Y el aporte de Venezuela es algo positivo. Ahora tenemos una visión clara en el Mercosur de una columna vertebral en América del Sur que va del Caribe a Tierra del Fuego. Creo que eso es algo que no se puede despreciar. No hablo de geopolítica, pero sí a nivel geoeconómico, geocomercial.

Clarín: Pero los roces se ven tanto en todos esos niveles.

Celso Amorim: Creo que hay que tomar los roces con cierta naturalidad. Cada cosa que ocurre

en el Mercosur parece que fuera una tragedia, se dramatiza demasiado, será por nuestro temperamento latino, no sé. En la Unión Europea, Francia votó contra la Constitución; hace algunos años el Reino Unido no quiso la moneda común.

Clarín: Esa comparación puede tranquilizar, pero quizá no baste. Hay presiones de Uruguay y Paraguay, la seducción de los tratados bilaterales de EE.UU.; las papeleras...

Celso Amorim: Hay razones para que los países chicos tengan alguna frustración en relación al Mercosur. Si mira las cifras del comercio de Uruguay con Brasil, al comienzo era de unos mil millones de dólares y hoy está en los 500 millones. Hay razones objetivas para la frustración.

Clarín: Bien, dígame ahora qué se hace con eso dado que ustedes toman la presidencia.

Celso Amorim: Es necesario un entendimiento nuevo, un new deal sobre todo para los países chicos, no un new deal para olvidar lo que hicimos, todo lo contrario, sino para pasar a otra fase, creo que es necesario desarrollar mecanismos de política industrial, de financiación, flexibilidades en las reglas.

Clarín: El litigio entre Argentina y Uruguay es visto como un peligro potencial para el Mercosur, ¿usted coincide?

Celso Amorim: No, no creo que ponga en peligro al Mercosur, porque el interés de nuestros países va más allá de eso. No quiero subestimar el problema, pero no veo peligros para el Mercosur.

Clarín: Se lo planteo de otro modo, ¿Brasil contempla intervenir para aliviar esa crisis?

Celso Amorim: Ocurre que a veces uno por querer ayudar puede más bien crear problemas. Hay que tener mucho cuidado. Si surge una oportunidad, si es que surge, ayudaremos.

Clarín: ¿Cómo ven este problema?

Celso Amorim: Creo que la cuestión está encaminada. Las cosas están planteadas en términos judiciales en La Haya con el problema central y aquí por la cuestión del impacto comercial, el cierre de

puentes. Los dos caminos tendrán que seguir sus cursos. Claro, mejor que no hubiera habido el problema. Pero estas cosas ocurren en todas partes. Tenemos que tratarlas con naturalidad y evitar que asuman una proporción indebida.

Clarín: ¿La retórica dura del presidente de Venezuela, Hugo Chávez, puede causar fricciones por su diplomacia petrolera y la búsqueda de un liderazgo regional?

Celso Amorim: No. Tenemos una muy buena relación con Venezuela. Estamos contentos con el ingreso al Mercosur. Venezuela ha hecho todo lo necesario en términos de aranceles, de negociación de normas de arancel externo común. Que hayan decidido seguir ese camino, no como una cosa superficial, es una muy buena indicación. Además, que estos presidentes estén juntos con más frecuencia en un contexto del Mecosur es una oportunidad. Chávez va a traer su mensaje, pero va a tener que escuchar el de los otros.

Clarín: Le preguntaba porque Venezuela tiene un duro discurso contra la Casa Blanca pero también contra Petrobras en el caso de Bolivia.

Celso Amorim: La vida es difícil de manejar. El aislamiento no es la mejor respuesta. Yo creo que en el conjunto nuestra relación con Venezuela ha sido buena a nivel personal por el entendimiento entre Lula y Chávez, y también comercial. Nuestra exportación se multiplicó por cuatro en tres o cuatro años desde US\$ 600 millones a 3.000 millones este año. Es notable. ¿Estamos de acuerdo con todo lo que ocurre? No, no estamos. Lo decimos claramente, no por mensajes indirectos. Pero el hecho de que los presidentes se vean creo que es útil incluso para las propias relaciones exteriores del presidente Chávez.

Clarín: Brasil sufre una fuerte presión de EE.UU. en la Organización Mundial de Comercio para que abra sus mercados, ¿cómo se enfrenta eso?

Celso Amorim: En la OMC siempre hay un intento de trasladar el foco para otro lado. Pero la gran responsabilidad es de los países ricos que deben eliminar los subsidios y abrir sus mercados a los

productos agrícolas. Es obvio que cada país tendrá que hacer su parte, pero en eso hay que tener una noción de proporcionalidad.

Clarín: Aun así ellos argumentan que si el resto no se abre no tocarán los subsidios.

Celso Amorim: Ese argumento no es sincero. Lo que pueda dar Brasil aunque pueda dar todo lo que se le pide, no es lo que hará que liberen o reduzcan sus políticas de subsidios, lo que sería esencial para el crecimiento del comercio internacional y la estabilidad en el mundo. Nosotros podemos hacer algo si contribuye pero dentro de las limitaciones que tenemos, somos un país en desarrollo.

Clarín: Esa presión está en la región vía los TLC bilaterales que parecen tentar a Uruguay o a Paraguay.

Celso Amorim: Vea, estoy seguro que incluso los países menores tienen más que ganar dentro del Mercosur que con actitudes aisladas. Y no creo, para decir la verdad, que EE.UU. pueda tener un gran interés económico en hacer un acuerdo bilateral país por país especialmente con esas naciones más chicas aunque pueda haber un interés político.

Clarín: Y también económico.

Celso Amorim: Yo creo que la gente más lúcida en Washington percibe que no les interesa crear un área diferente y ven que el Mercosur es un factor de estabilidad en la región. A veces se dice que viene EE.UU. y firma TLC con los países de la América del Sur y estamos perdiendo espacio en la región. Eso no es verdad. Porque nosotros firmamos con todos ellos antes que EE.UU. y mucha gente no advierte que ya tenemos un área de libre comercio en toda América del Sur y eso no es poco.

Clarín: Lo llevo a Bolivia. Argentina está avanzando en la negociación por el gas pero no Brasil. ¿A qué se debe?

Celso Amorim: Hay varios factores que juegan en esto, en parte porque los bolivianos querían terminar antes la negociación con Argentina. Puede

que así sea. Nosotros estamos en contacto permanente, pero la relación de Brasil y Bolivia es más compleja porque no es sólo el gas, Brasil tiene refinerías, bueno Petrobras, está la exploración, la explotación. Es una cuestión mucho más compleja.

Clarín: ¿Brasil no acepta ser socio minoritario de Bolivia con esas refinerías?

Celso Amorim: En realidad las refinerías las puso Brasil porque los bolivianos las querían, pero no era interés de Petrobras. Lo cierto aquí es que hace 12, 13 años, Brasil exportaba US\$ 400 millones a Bolivia y compraba por 30. Hoy Brasil le vende por unos 500 millones pero importa mil millones entonces hay algo positivo para Bolivia. Por ello si el país nacionaliza es un derecho que nunca negamos, pero también es un derecho de Petrobras que sus activos sean respetados, que se hagan las compensaciones.

Clarín: ¿Entonces no contemplan asociarse con Bolivia?

Celso Amorim: No puedo entrar en eso, son cuestiones de empresas más que de gobierno.

Clarín: ¿No es una cuestión geopolítica ésta?

Celso Amorim: Petrobras tiene mucha independencia, es una empresa que trabaja con sus objetivos.

Clarín: Pero ustedes tienen la acción de oro (la decisión final).

Celso Amorim: Sí, tenemos la acción de oro, pero ellos también siguen las normas de las sociedades anónimas. La cuestión de ser socio mayoritario o minoritario no es tan importante, lo importante es si el emprendimiento en conjunto es viable y confiable. El derecho a nacionalizar lo tienen, lo reconocemos, pero vamos a negociar las condiciones de compensación.

Clarín: ¿Con qué perspectiva?

Celso Amorim: En este momento no sabría decirle. Tenemos que tener un poco de paciencia. Firmeza pero también paciencia.

Palavras iniciais do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de conferência de imprensa realizada na sede da Organização Mundial de Comércio (Genebra, Suíça, em 29.6.2006)

Good afternoon,

It is always a pleasure being here with the media that covers the WTO and trade matters. Reminds me of some old days in which I was younger, maybe two rounds back. In any case, I want, first of all, to clarify that I am speaking on behalf of Brazil alone and not speaking on behalf of any group, although I may incidentally mention some of the conclusions or the discussions that we had in groups, specially in the G-20.

As all you know, this is still the first day that Ministers who came to Geneva are here, so we've had until now some sort of preliminary talks. I myself had meetings yesterday with Susan Schwab, from the United States, and today with Peter Mandelson, but, most importantly, I had a meeting of the G-20. There was also a meeting of the NAMA-11, in which I could participate only for a short while, because I had to have other bilateral meetings with members of the G-20 at the same time.

As you know, we are coming to – it is rather a common place to say – a crucial moment in these negotiations, but this is indeed one of the moments in which we will have to face some facts and take some decisions. My general impression is that we are not getting very much nearer to the result that we need, although I find, should I put it in that way, good will on the part of the negotiators on the different sides, but somehow the gaps don't seem to diminish. If I look backwards, maybe two or three months ago – that may be partially a question of perception, not only a question of fact – but I have the impression that the gaps have actually widened or at least have become more rigid. So, we have a very hard task to face in the next few days. Pascal Lamy will have a very hard task to face himself, but all of us who represent

different countries or groups of countries will have a hard task to face.

I could comment in a more general way that, of course, and you read that in the communiqués both of the G-20 and of the NAMA-11 – I don't want to go into the technical details of each of these communiqués –, but there is a disappointment in relation to what the developed countries have done or indicated that they can do. I would express that basically by saying that there was a kind of an attempted reversal of, I should say, the burden of leadership, as if offers by developing countries could do the trick of encouraging the developed countries to do what they need to do for the Round to be successful. That is not to deny that all of us participate, saved of course the LDCs and saved of course the exceptions for vulnerable economies and so on, but we know that all of us have to do our part in these negotiations, all of us will have to make concessions of one way or another, but of course this will have to be proportionate first to our power, second to the capacity that we all have to change the world economy and certainly because this Round has been from the beginning a development Round and an agricultural Round. It is basically in relation to development and agriculture that the main movements have to be made. I am not saying that in other areas – NAMA, services – movements should not be made. Probably they should and they will, but the real encouragement and the real leadership have to come from the richer part of the world, and we actually haven't seen enough of that.

Of course there are moments in which it seemed that one part of the developed world was more resistant. There are other moments in which you think that other part of the developed world was more resistant. Sometimes both parties – because I am speaking of the biggest two – seem to blame each other. Some other times they seem to be blaming the developing countries, which is specially illogical and unfair. But the elements of an agreement are not yet there – I don't see them – and unless something very

positive – but also unexpected – happens in these two or three days, my hopes of having some kind of concrete result from these days are rather scarce.

Having said that, I don't mean that we can't make progress and I think we should get nearer to a situation in which a final agreement can be achieved, but that would require a degree of leadership on the part of the rich countries and of course of the leaders of rich countries which we haven't seen so far. President Lula, as you know, has been personally

engaged in discussing with the leaders – all of them seem to be very much disposed to finish the round, all of them seem to understand the importance of the round not only from a commercial point of view, but also from a broader political point of view and, as we have said, sometimes the best way to combat terrorism proliferation and so on is to combat poverty, and the most immediate way to combat poverty is having a better deal in terms of free trade.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação contra a Fome e a Pobreza

52, 58, 72, 124, 165, 182, 249, 254, 324, 343, 371, 404, 472, 476

Açúcar 88, 121, 270, 273, 380, 443

Afeganistão 48, 49, 236

AFRAS 423

África

30, 31, 48, 52, 55, 57, 58, 59, 62, 84, 88, 97, 98, 106, 108, 111, 116, 117, 121, 129, 166, 175, 182, 203, 210, 231, 245, 504

África do Sul

37, 55, 111, 112, 116, 128, 170, 238, 241, 245, 256, 273, 291, 292, 293, 313, 314, 315, 324, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 354, 400, 411, 432, 440, 441, 442, 476, 479, 482, 498, 534

Agência Internacional de Energia Atômica

244, 403, 454, 475

Agricultura

247, 251, 258, 261, 269, 282, 291, 295, 297, 298, 299, 302, 303, 304, 328, 329, 346, 347, 353, 356, 359, 375, 380, 382, 392, 396, 401, 402, 418, 423, 424, 425, 433, 434, 436, 449, 450, 452, 453, 460, 482, 503, 509, 527, 528, 551

Agricultura Familiar 36, 62, 78, 528

AIDS

57, 58, 70, 72, 74, 117, 181, 182, 201, 202, 203, 206, 227, 245, 254, 265, 267, 268, 269, 272, 275, 280, 282, 283, 291, 292, 339, 352, 355, 381, 391, 398, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 421, 423, 482, 542

Alemanha

35, 37, 66, 78, 101, 106, 121, 131, 215, 234, 238, 239, 241, 244, 265, 355, 360, 382, 400, 403, 411, 422, 454, 527, 547

Algodão

121, 243, 245, 253, 270, 308, 353, 434, 482
AMÉRICA DO SUL 326

América do Sul

30, 31, 44, 45, 51, 58, 59, 62, 68, 76, 88, 108, 116, 117, 120, 124, 125, 129, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 174, 176, 218, 222, 223, 225, 229, 230, 231, 232, 241, 242, 245, 247, 248, 271, 291, 340, 341, 349, 359, 376, 377, 390, 398, 399, 422, 423, 441, 444, 448, 458, 461, 462, 463, 474, 475, 477, 504, 509, 518, 520, 522, 523, 525, 526, 530, 531, 534, 543, 547, 548

América Latina

45, 48, 75, 88, 129, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 153, 154, 155, 165, 169, 171, 182, 222, 247, 248, 253, 260, 268, 269, 281, 282, 300, 306, 325, 334, 342, 358, 359, 362, 363, 367, 368, 369, 370, 372, 373, 376, 378, 380, 401, 402, 421, 423, 443, 452, 455, 463, 465, 472, 476, 477, 478, 479, 480, 503, 504, 505, 520, 522, 523, 525, 527, 530, 532, 544, 548

Angola 97, 106, 120, 205, 222

Animais Silvestres 228

Argélia

37, 51, 52, 53, 66, 78, 128, 163, 164, 225, 241, 245, 246, 247, 248, 249, 265, 346, 466, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 548

Argentina

30, 31, 32, 62, 120, 130, 139, 143, 144, 145, 154, 155, 170, 171, 178, 200, 204, 214, 217, 218, 221, 223, 227, 228, 230, 234, 235, 242, 244, 286, 311, 347, 354, 355, 358, 373, 380, 382, 386, 388, 390, 400, 411, 419, 424, 425, 452, 459, 460, 461, 462, 463, 466, 484, 486, 487, 512, 519, 520, 524, 525, 532, 534, 543, 545, 548, 549, 551, 552, 553

Armas de destruição em massa

167, 262, 364, 390, 410, 531

Ásia

48, 62, 66, 116, 121, 192, 240, 302, 325, 399

Austrália

31, 32, 209, 211, 212, 213, 244, 311, 349, 380, 396, 398, 400, 411, 419, 425, 432, 532

Áustria

358, 359, 373, 378, 382, 400, 410, 411, 527

Autoridade Nacional Palestina

210, 238, 315, 419

Azerbaijão 203, 334

B

Barreiras fitossanitárias 266

Barreiras sanitárias e fitossanitárias 296

Bélgica 244, 400, 411

Belize 278, 339, 340

Benin 201, 245, 251, 252, 349, 484

Biocombustível 478, 480

Biodiesel

62, 63, 83, 88, 90, 94, 101, 164, 213, 214, 286, 335, 347, 348, 401, 445, 447, 480, 482, 483, 488, 498, 504, 525, 536

Biossegurança

99, 101, 233, 264, 272, 277, 289, 290, 297, 303, 367

BNDES

94, 159, 193, 255, 286, 402, 404, 426, 427, 428, 461, 548

Bolívia

31, 43, 45, 46, 124, 144, 145, 150, 153,

155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 203, 217, 228, 229, 230, 259, 261, 266, 313, 343, 354, 355, 357, 361, 378, 379, 422, 458, 461, 462, 463, 465, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 534, 535, 543, 546, 547, 549, 550

Botsuana

55, 57, 58, 59, 201, 245, 253, 254, 482

Bruxelas 94, 226, 367, 370, 401

C**Câmara dos Deputados**

173, 189, 221, 228, 278, 346, 351, 400, 423, 427

Canadá

139, 141, 204, 221, 234, 244, 255, 311, 380, 386, 400, 411, 548

Caribe

98, 117, 139, 141, 150, 154, 165, 169, 171, 175, 182, 185, 203, 211, 222, 247, 253, 255, 269, 273, 278, 333, 335, 339, 347, 355, 356, 357, 358, 359, 373, 378, 380, 381, 384, 388, 392, 393, 401, 418, 421, 530, 542, 551

CARICOM

170, 347, 355, 356, 369, 378, 384, 386, 388, 390, 418

Chile

37, 66, 78, 123, 124, 125, 141, 154, 165, 170, 171, 182, 203, 221, 222, 229, 235, 265, 277, 293, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 354, 368, 380, 382, 386, 388, 397, 398, 400, 404, 407, 409, 452, 504, 524, 525, 548, 550

China

106, 108, 117, 120, 140, 144, 203, 206, 224, 240, 244, 285, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 354, 400, 419, 452, 465, 485, 533

Colômbia

144, 150, 154, 155, 156, 163, 229, 244, 260, 288, 347, 348, 397, 463, 522, 523, 547

Comissão Européia 175

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) 433, 478

Comunidade Sul-Americana de Nações

29, 44, 58, 75, 116, 120, 124, 176, 216, 217, 218, 223, 227, 229, 237, 241, 242, 244, 245, 250, 254, 256, 257, 262, 284, 286, 293, 326, 340, 341, 346, 347, 348, 368, 378, 379, 397, 399, 419, 422, 430, 461, 474, 476, 547

Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora 97, 288, 333, 420

Conselho de Segurança

32, 48, 52, 58, 76, 84, 86, 112, 116, 117, 121, 125, 128, 169, 185, 209, 210, 212, 215, 218, 292, 293, 295, 305, 325, 326, 336, 337, 342, 355, 365, 376, 377, 379, 391, 396, 398, 402, 410, 422, 425, 430, 436, 443, 448, 462, 476, 529, 531, 533, **542, 546, 547**

Conselho Mundial de Igrejas 65, 66, 68

COP-8 277, 320, 329

Coréia 149, 203, 205, 240, 400, 411, 482

Corte Interamericana de Direitos Humanos 219, 288, 289

Costa Rica 199, 200, 215, 278, 289, 356

Cúpula América do Sul-Países Árabes 225, 232, 245, 248, 448

Cúpula América Latina e Caribe-União

Européia 378, 401

Curitiba

99, 100, 101, 102, 103, 211, 233, 264, 277, 289, 290, 320, 329, 367

D

Darfur 252, 357

Davos 117, 236, 496, 508

Desarmamento

262, 280, 326, 327, 364, 390, 401, 410, 422, 454, 455

Desenvolvimento Rural

78, 80, 205, 264, 303, 332, 353, 378, 434

Direitos Humanos

32, 38, 48, 75, 76, 84, 85, 89, 95, 140, 145, 175, 185, 186, 187, 218, 219, 220, 221, 235, 239, 247, 271, 277, 286, 287, 288, 289, 305, 325, 326, 336, 340, 343, 355, 358, 362, 363, 365, 371, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 390, 398, 401, 402, 404, 430, 431, 474

Diversidade Biológica

99, 101, 102, 103, 121, 233, 264, 265, 272, 277, 290, 329, 367, 382

E

Egito 244, 349, 354, 532

Eleições

79, 89, 90, 124, 128, 129, 131, 140, 150, 169, 170, 171, 210, 216, 218, 220, 222, 228, 229, 234, 235, 236, 238, 239, 246, 250, 252, 257, 277, 281, 284, 315, 327, 336, 342, 343, 348, 382, 383, 391, 397, 418, 426, 461, 462, 463, 479, 513, 521, 529

Eletricidade para Todos 186

Embraer

221, 228, 334, 338, 347, 454, 464, 465

EMBRAPA

193, 202, 203, 206, 258, 259, 279, 308, 349, 375, 449, 454, 467, 473

Energia

38, 40, 53, 62, 66, 67, 84, 88, 94, 103, 124, 162, 164, 175, 206, 217, 223, 230, 240, 242, 244, 245, 247, 251, 255, 260, 272, 278, 280, 284, 285, 286, 295, 309, 314, 327, 331, 329, 331, 333, 334, 338, 339, 341, 347, 356, 358, 361, 364, 366, 367, 369, 375, 381, 390, 391, 392, 400, 401, 403, 410, 423, 426, 427, 428, 429, 442, 447, 449, 454, 455, 460, 475, 477, 478, 525, 542, 549, 550

Equador 45, 170, 229, 244, 313, 314, 358

Espanha

37, 66, 78, 105, 165, 204, 224, 228, 234, 255, 265, 313, 381, 382, 400, 411

Estados Unidos

29, 37, 45, 46, 48, 59, 116, 117, 119, 120, 129, 130, 131, 139, 141, 144, 154, 162, 221, 224, 228, 243, 244, 252, 287, 350, 351, 382, 386, 400, 403, 411, 419, 432, 450, 452, 464, 504, 509, 520, 521, 522, 523, 527, 528, 530, 531, 532, 533, 534, 548

Etanol

83, 88, 90, 101, 164, 193, 204, 213, 255, 273, 278, 279, 280, 286, 296, 308, 333, 335, 340, 347, 356, 381, 392, 401, 447, 453, 478, 504, 517, 542

F

FAO 77, 79, 80, 128, 264, 281, 382

Fiji 264

Filipinas 265, 354, 452

Fontes Inovadoras de Financiamento

70, 73, 265, 266

Fontes inovadoras de financiamento 404, 405

Força Aérea Brasileira 266, 314, 339, 377

França

37, 66, 74, 78, 101, 131, 155, 165, 173, 174, 182, 221, 224, 228, 234, 244, 255, 265, 343, 358, 381, 382, 390, 391, 392, 393, 400, 403, 404, 407, 411, 422, 454, 503, 513, 542, 543, 547

Frango 263, 264

FUNAG 293

Fundo Monetário Internacional

35, 36, 37, 38, 61, 371, 382, 384

G

G-20

29, 52, 58, 76, 86, 112, 116, 119, 125, 137, 138, 150, 209, 212, 218, 236, 282, 293, 296, 319, 328, 339, 342, 349, 353, 354, 397, 427, 432, 433, 434, 435, 436, 451, 452, 453, 471, 476, 477, 479, 486, 503, 504, 505, 506, 510, 527, 532, 534, 547, 554

G-3 534

G-4 76, 215, 216, 355, 422

G-8

37, 84, 86, 131, 166, 176, 336, 337, 392, 450, 451, 508, 542

Gaza 422

Genebra

66, 70, 166, 265, 266, 288, 328, 332, 349, 353, 358, 404, 419, 424, 425, 427, 430, 432, 433, 450, 509, 512, 513, 542, 548, 554

Grupo de Apoio ao Haiti 234

Grupo de Supridores Nucleares (NSG)

400, 409

Grupo do Rio 181, 342, 377, 378, 401

Guatemala

170, 202, 234, 235, 255, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 333, 335, 340, 354, 356, 358, 419, 452, 502, 503, 504, 505

Guiana Francesa 392, 542

Guiné-Bissau

112, 117, 206, 210, 290, 291, 292, 293, 330, 339, 479

H

Haiti

47, 48, 84, 98, 112, 117, 121, 124, 150, 169, 170, 171, 183, 185, 204, 210, 216, 220, 221, 222, 223, 226, 232, 234, 235, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 263, 276, 277, 281, 293, 313, 321, 330, 336, 339, 342, 343, 347, 348, 356, 359, 363, 364, 376, 377, 378, 379, 380, 382, 383, 384, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 397, 398, 399, 402, 444, 461, 464, 479, 504, 505, 531

Hidrocarbonetos 159, 200, 341

Honduras 201, 255, 278, 333, 335, 336

Hungria 203, 219, 356, 400, 411

I

IBAS

111, 112, 113, 116, 170, 291, 292, 313, 314, 315, 324, 325, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 470, 476

Igualdade Racial

75, 97, 140, 201, 202, 219, 272, 420

IIRSA 45, 237, 257, 260, 399, 471, 477

Inclusão Social

36, 44, 70, 90, 95, 112, 150, 165, 200, 267, 272, 273, 341, 343, 370, 372, 404, 421

Índia

37, 106, 108, 111, 112, 116, 120, 121, 128, 144, 147, 170, 174, 200, 215

Infra-Estrutura

38, 40, 53, 61, 66, 76, 78, 79, 87, 88, 90, 116, 124, 176, 206, 230, 234, 237, 257, 260, 262, 286, 290, 295, 326, 332, 341, 347, 358, 367, 369, 399, 402, 430, 448, 461, 477

Instituto Rio Branco

122, 127, 131, 203, 210, 261, 287, 293, 338, 346, 392, 439, 440

Irã 244, 287, 333, 403, 410, 475, 524

Iraque

116, 128, 131, 223, 224, 225, 226, 233, 240, 249, 252, 391, 431, 524, 531

Itália

105, 106, 107, 108, 109, 155, 224, 377, 400, 411

Itamaraty

27, 28, 31, 103, 115, 120, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 162, 164, 193, 209, 217, 219, 221, 224, 226, 228, 233, 240, 255, 266, 268, 278, 279, 282, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 339, 346, 355, 357, 376, 377, 379, 381, 400, 422, 423, 433, 436, 439, 440, 449, 455, 523, 526, 528, 532, 549, 550

J

Japão

59, 121, 129, 189, 190, 192, 193, 207, 209, 215, 240, 245, 340, 343, 344, 345, 349, 382, 400, 411, 419, 422, 432, 454, 515, 517, 518, 523, 533, 547

Jean Charles de Menezes 231, 239

Jordânia 215, 224, 225, 287

K

Kofi Annan

37, 69, 70, 184, 217, 226, 256, 265, 266, 267, 317, 325, 406, 407, 533, 542

L

Líbano 201, 224, 284, 285, 391

Londres

85, 86, 89, 90, 91, 122, 231, 236, 239, 268, 271, 273, 360, 436, 442, 443, 444, 447, 454, 498

M

Marrocos 30, 230, 231, 232, 233, 449

Medicamentos

58, 70, 72, 74, 181, 182, 207, 227, 265, 267, 272, 352, 375, 381, 391, 398, 403, 404, 405, 406, 429, 478, 542

Meio Ambiente

28, 43, 44, 83, 86, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 124, 175, 199, 203, 222, 233, 237, 258, 259, 260, 268, 290, 339, 356, 357, 358, 366, 390, 392, 419, 436

Mercosul

44, 58, 75, 88, 94, 95, 112, 116, 120, 123, 153, 154, 156, 165, 176, 193, 202, 203, 213, 214, 217, 218, 223, 227, 229, 232, 241, 242, 243, 244, 245, 254, 256, 257, 258, 266, 271, 274, 284, 285, 286, 287, 314, 322, 323, 331, 332, 335, 341, 343, 355, 359, 368, 373, 374, 375, 390, 391, 394, 397, 400, 401, 403, 424, 426, 427, 428, 429, 448, 459, 460, 461, 462, 470, 474, 476, 503, 504, 512, 519, 520, 522, 526, 530, 533, 534, 542, 546, 548, 549

México

229, 234, 354, 357, 358, 366, 368, 372, 382, 386, 419, 421, 422, 452, 524, 548, 550, 551

MINUSTAH

121, 169, 170, 210, 216, 220, 221, 222, 226, 234, 235, 246, 250, 252, 255, 257, 281, 342, 348, 357, 359, 363, 378, 383, 385, 387, 389, 399, 464

Moçambique 97, 120, 201, 222

MOP-3 277, 289, 290

N

Nigéria 30, 58, 128, 163, 354, 423, 424

Noruega

182, 245, 279, 382, 386, 400, 404, 407, 410, 411

Nova York

33, 58, 72, 160, 161, 218, 226, 238, 248, 264, 266, 281, 313, 325, 330, 376, 403, 404, 412, 430, 548, 549, 550

O

OEA

139, 150, 158, 169, 216, 219, 220, 222, 246, 250, 257, 284, 289, 334, 336, 343, 380, 403, 404

OIT

139, 143, 144, 145, 202, 354, 520

OMC

29, 31, 32, 33, 52, 76, 86, 88, 89, 98, 106, 112, 116, 153, 166, 176, 209, 212, 218, 219, 241, 243, 245, 250, 263, 264, 269, 271, 295, 297, 307, 328, 349, 350, 352, 369, 374, 380, 381, 398, 402, 419, 424, 425, 427, 432, 443, 447, 452, 453, 461, 464, 476, 477, 481, 482, 498, 503, 509, 512, 520, 523, 527, 532, 534, 544, 545, 546, 547, 550, 551, 552

OMS 74, 332, 405, 406, 407

ONU

66, 78, 84, 86, 98, 121, 125, 128, 169, 170, 202, 209, 210, 212, 216, 217, 247, 248, 250, 266, 277, 288, 295, 305, 324, 325, 326, 337, 355, 375, 376, 377, 379, 380, 383, 387, 402, 405, 407, 422, 425, 443, 476, 479, 481, 505, 533, 542, 546, 547

Oriente Médio

108, 116, 129, 130, 210, 215, 224, 225, 226, 239, 252, 327, 391, 436, 444

P

País Basco 313

Palestina

210, 224, 225, 238, 315, 327, 330, 419

Paraguai

145, 170, 171, 287, 288, 291, 354, 373, 390, 419, 424, 425, 427, 512, 525, 534, 548

Parlamento do Mercosul 359, 401

Peru

31, 43, 44, 45, 46, 150, 154, 156, 170, 199, 201, 204, 205, 206, 217, 226, 229, 234, 235, 236, 237, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 358, 363, 373, 382, 388, 418, 419, 422, 457, 458, 463, 522, 523, 524

Petróleo 230, 255

30, 53, 62, 83, 120, 158, 230, 245, 255, 284, 296, 334, 347, 424, 454, 466, 474, 478, 479, 481, 504, 521, 523, 524, 528, 529, 533, 549

PNUMA 102

Portugal

236, 245, 396, 400, 411, 425, 432, 433, 472, 478

Povos Indígenas

33, 101, 103, 187, 284, 341, 363

Programa Fome Zero 66

Propriedade Intelectual

121, 181, 219, 220, 272, 298, 328, 329, 349, 350, 351, 352

Protocolo de Cartagena

99, 101, 233, 264, 272, 277, 289, 290

R

Recursos Hídricos

79, 83, 101, 200, 356, 366

Reforma Agrária

62, 66, 78, 79, 80, 101, 130, 163, 264, 464

Reforma da ONU

98, 295, 305, 324, 325, 337, 376, 402, 542

Reino Unido

37, 77, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 202, 224, 236, 239, 245, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 357, 400, 403, 411, 422, 436, 442, 443, 444, 447, 448, 454, 497, 498, 547, 552

República Tcheca 75, 76, 268, 400, 411**RIO DE JANEIRO** 324**Rio de Janeiro**

31, 103, 115, 116, 118, 255, 268, 282, 287, 298, 309, 313, 314, 315, 322, 331, 334, 346, 355, 357, 362, 400, 427, 454, 502, 509, 511, 523

Rodada de Doha

84, 86, 88, 111, 121, 131, 176, 212, 238, 241, 245, 254, 255, 263, 297, 328, 342, 434, 442, 479, 503, 550, 551

Rússia

117, 120, 164, 245, 252, 334, 336, 337, 338, 400, 423, 431, 533, 547

S**Sanitárias e fitossanitárias** 303, 402**Santiago**

141, 219, 277, 347, 397, 399, 400, 532

Saúde

39, 40, 44, 51, 53, 55, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 79, 84, 85, 94, 98, 112, 121, 175, 181, 182, 186, 215, 216, 230, 240, 245, 247, 254, 258, 259, 267, 268, 269, 277, 279, 281, 291, 328, 332, 347, 348, 353, 356, 359, 369, 370, 391, 396, 404, 405, 418, 419, 421, 423, 428, 436, 442, 447, 460, 473, 478, 482, 533

Senado Federal 145, 146, 173, 357, 400**Sistema Brasileiro de Televisão Digital**

190, 191, 344

Sistema Geral de Preferências (SGP)

219, 350

Suco de laranja 88, 108, 217, 218, 249, 250**Sudão** 204, 210, 252, 357**Suriname** 149, 204, 255, 375, 377**T****Tanzânia** 98, 204, 354, 375, 376**Terrorismo** 326, 365

52, 84, 121, 128, 131, 167, 233, 249, 326, 358, 365, 431, 479, 545, 550

Timor Leste

48, 210, 353, 396, 397, 398, 425, 426, 436, 437

Tortura 186, 430, 431**Trabalho Infantil**

143, 145, 146, 147, 165, 186

Tunísia 31, 199, 221, 224, 225**Turismo**

76, 175, 212, 228, 237, 240, 251, 259, 260, 261, 265, 279, 280, 300, 301, 342, 356, 365, 430, 449, 457

Turquia 31, 147, 199, 227, 228, 400, 411**Tuvalu** 376**U****Ucrânia** 164, 400, 411, 423, 427**UNCTAD** 197, 443**UNESCO** 261, 372, 376, 431, 432**União Africana**

58, 97, 98, 215, 248, 326, 420, 442

União Européia

29, 30, 72, 117, 119, 121, 129, 130, 131, 154, 165, 175, 176, 238, 243, 252, 263, 328, 355, 356, 358, 359, 362, 373, 378, 380, 382, 400, 401, 402, 403, 419, 443, 450, 461, 498, 503, 513, 520, 527, 542, 546, 548, 551

UNICEF 74, 406, 409**UNITAID** 407, 408, 409**Cúpula América do Sul-Países Árabes** 223**Uruguai**

93, 94, 144, 145, 149, 170, 171, 202, 211, 234, 241, 242, 243, 266, 284, 285, 286, 287, 288, 354, 358, 373, 380, 382,

390, 403, 424, 425, 426, 428, 429, 430,
512, 523, 525, 532, 533, 534, 548
USTR 350, 351, 464, 509

V

Venezuela

31, 61, 108, 120, 144, 154, 155, 156,
223, 228, 229, 245, 287, 293, 311, 347,
354, 355, 390, 424, 425, 452, 463, 464,
465, 466, 485, 486, 508, 519, 520, 524,
525, 526, 534, 535, 543, 544, 545, 546,
547, 549, 550, 551, 552

Viena

122, 131, 166, 244, 358, 360, 362, 363,
365, 373, 378, 379, 401, 410, 449,
503, 520, 527

Y

YPFB 159, 160, 361, 519, 520

Z

Zâmbia 202, 256, 282, 349

Zimbábue 256, 354



RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 98, 1º semestre de 2006

Ano 33

Capa

Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

Número de páginas

566

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica Brasil

Acabamento

Gráfica Brasil